



**I<sup>o</sup> | Encontro da Pós-Graduação  
em História da UFRPE**  
“Em defesa da História: 15 anos do PGH”



**CADERNO DE  
RESUMOS DO  
Iº ENCONTRO  
DA PÓS-GRADUAÇÃO  
EM HISTÓRIA  
DA UFRPE**

“Em defesa da História:  
15 anos do PGH



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE  
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

E56e Encontro da Pós-Graduação em História da UFRPE (1 : 2021 :  
Recife,  
PE).  
Em defesa da História : 15 anos do PGH : caderno de resumos [do]  
1. Encontro da Pós-Graduação em História da UFRPE, 10 a 13 de  
agosto de 2021, Recife, PE. – Recife : EDUFRPE, 2022.  
672 p. : il.

E-book: PDF  
Inclui bibliografias.

1. História 2. Universidades e faculdades – Pós-Graduação  
3. História – Estudo e ensino (Pós-graduação) 4. Universidade  
Federal Rural de Pernambuco – Pós-Graduação - Congressos  
5. Universidades e faculdades públicas - Pernambuco  
I. Título

CDD 981.34

# COMISSÕES

## **Iº Encontro da Pós-Graduação em História da UFRPE. “Em defesa da História: 15 anos do PGH”**

### **Comissão do Evento:**

#### **Comissão Científica**

Profa. Dra. Emanuela Sousa Ribeiro  
Profa. Dra. Giselda Brito Silva  
Prof. Dr. Gustavo Acioli Lopes  
Profa. Dra. Jeannie Menezes  
Prof. Dr. Wellington Barbosa da Silva

#### **• Comissão de sistematização**

Doutoranda Alana de Moraes  
Mestranda Karlla Pereira  
Doutorando Max Farias  
Doutoranda Rosana dos Santos

#### **• Comissão de Comunicação e Diagramação**

Mestrando Anderson Serafim  
Mestrando Edmilson Junior  
Mestranda Luana Santos

#### **• Comissão de Programação**

Doutorando Artur Garcéa  
Doutoranda Jéssica Menezes  
Mestranda Juliane Monteiro

#### **• Comissão de Estrutura**

Mestranda Karoline Mery  
Mestrando Renan Moura



# SUMÁRIO

## **ST – 01 HISTÓRIA E MEMÓRIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.**

Coordenação: Alana de Moraes (PGH/UFRPE); Victor Traldi (PPGH/UFF)

TRAMAS DA JUSTIÇA LOCAL E DO DIREITO: A LUTA DO ESCRAVIZADO, LEANDRO APRÍGIO DA PURIFICAÇÃO, NUMA AÇÃO DE HOMICÍDIO E APELAÇÃO DE HABEAS CORPUS NO TRIBUNAL DA RELAÇÃO NO RECIFE (1851-1867)

José Anselmo da Silva

O RECIFE DO SÉCULO XIX PELO OLHAR DO ESTRANGEIRO

Eliza Brito Santos

MEMÓRIA DITA HEGEMÔNICA NA CONSTRUÇÃO DE UMA NARRATIVA HISTÓRICA NO MUSEU DIGITAL DE CAMPINA GRANDE

Thuca Kércia Morais de Lima

## **ST – 02. HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA: PARA ALÉM DA EUROPA**

Coordenação: Albino Mário Santos Dantas (PGH/UFRPE); Raíssa Orestes Carneiro (PPGH/UFPE)

A ESCRITA DA HISTÓRIA: DISPUTAS E PERSPECTIVAS SOBRE A PINTURA NA AMÉRICA PORTUGUESA

Paulo José Falcão Patriota

PERSONAGENS DA GENTE SUL-RIOGRANDENSE: APONTAMENTOS SOBRE A REPRESENTAÇÃO DOS INDÍGENAS NA OBRA DE EMÍLIO SOUZA DOCCA

Raphael Netto Jaccottet

NAMOROS PROIBIDOS E A ARTE DE INFRINGIR

Viviane Souza de Oliveira e Alcileide Cabral do Nascimento

## **ST – 03. ENSINO DE HISTÓRIA, GÊNEROS E SEXUALIDADES: TERRITÓRIOS EM DISPUTA.**

Coordenação: Allan Alves da Mata Ribeiro (PGH/UFRPE); Raquel Costa Antas (PGH/UFRPE).

**GREASE É A PALAVRA, GÊNERO É O CONCEITO: DINÂMICAS E PERFORMANCES DE FEMINILIDADES E MASCULINIDADES NO FILME MUSICAL E SEU USO PEDAGÓGICO**

Savio Queiroz Lima

**CONTRA NEERA: O FEMININO NO ENSINO DE HISTÓRIA**

Ana Maria Lucia do Nascimento

**A MEDICALIZAÇÃO DO CORPO DAS MULHERES: A REGULAÇÃO DOS INCÔMODOS FEMININOS NA REVISTA DA SEMANA NOS ANOS 1950**

Adriana Augusta Beltrão de Andrade

**A MULHER E SEU PAPEL NA SOCIEDADE GREGA A PARTIR DA PEÇA “AS TROIANAS”, DE EURÍPIDES (SÉC. V A.C.)**

Ana Laura de Souto Lira; Eduarda Oliveira Silva

**ST – 05. HISTÓRIA DO GÊNERO, DO CORPO E DAS SEXUALIDADES EM CONTEXTOS INTERIOANOS, RURAIS E SERTANEJOS.**

Coordenação: Arthur Vitor de Araújo Santana (PGH/UFRPE); Alessandro Cerqueira Bastos (PGH/UFBA)

**“ENTREMOS NA NOSSA VIDA NOVA”: UMA HERANÇA RITUAL ATRAVÉS DO FEMININO NO INTERIOR DO TERRITÓRIO DE SÃO JOSÉ DO PIAUÍ, SÉCULO XVIII**

Rosamaria de Sousa Fé Barbosa

**UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE O PROCESSO HISTÓRICO DAS SAUNAS E A CIDADE DO RECIFE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A BUSCA DO PRAZER**

Lucas Paes do Amaral

**“O SERTANEJO É ANTES DE TUDO UM FORTE”: GÊNERO E IDENTIDADE ENTRE A LITERATURA EUCLIDIANA E OS FOLHETOS POPULARES DO INÍCIO DO SÉCULO XX**

Kathleen Loureiro Santana dos Reis

**ST – 06. HISTÓRIA DA ÁSIA: PESQUISA E ENSINO POR BRASILEIROS.**

Coordenação: Daniel Tiago de Vasconcelos (PGH/UFRPE); Angélica Louise de Souza Alencar (Sophia University Tóquio)

A TEMÁTICA DA POBREZA NA REVOLUÇÃO CHINESA: DA TIGELA DE FERRO DE ARROZ A ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Isis Paris Maia

DADOS SOBRE PRÁTICAS DE CONSUMO E LEITURA DE MANGÁS NO BRASIL (1988-2019)

Gabriel Silvestre Ferraz

PETRÓLEO, TECIDOS E A FORÇA DAS ARMAS: A INCORPORAÇÃO DO GOLFO PÉRSICO À ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA

Antônio Bylaardt Bacellar do Carmo

MITO E HISTÓRIA NAS ARTES MARCIAIS CHINESAS: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA EPISTEMOLOGIA CH'IXI

Gabriel Guarino de Almeida

**ST – 07. ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO: UMA REFLEXÃO E UMA PRÁTICA NECESSÁRIA AO PLENO EXERCÍCIO DA CIDADANIA.**

Coordenação: Eduardo Augusto de Santana (PGH/UFRPE)

BATALHA DO PEDREGAL: SABERES E FAZERES JUVENIS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE

Gabriel Lopes Dantas; Patrícia Cristina de Aragão.

**ST – 09. HISTÓRIA DOS “NORDESTES” DE DENTRO PARA FORA.**

Coordenação: Emanuel da Silva Oliviera (PGH/UFRPE); Jaime de Lima Guimarães Jr. (PGH/UFRPE)

A DESCONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO NORDESTINO POR DURVAL MUNIZ DE ALBUQUERQUE JÚNIOR

Thainá de Souza Dias; Francisco Dênis Melo

CIRCULAÇÃO IMAGÉTICA DA “ARTE POPULAR NORDESTINA” A PARTIR DAS  
XILOGRAVURAS DE J. BORGES EM 1972

Emmanuelle Oliveira de Lima

MEMÓRIA E HISTÓRIA DOS INDÍGENAS “DESLOCADOS”: O DESAPARECIMENTO  
DOS INDÍGENAS E O IMAGINÁRIO SOCIAL NO INTERIOR DE PERNAMBUCO

Alexandre Gomes Teixeira Vieira; Emanuel da Silva Oliveira

ESTEREÓTIPOS NA TELINHA: NORDESTE NA TV E NAS NOVELAS

João Pureza de Paiva; José Ítalo Bezerra Viana

ENTRE LETRAS E IMAGENS: VESTÍGIOS DA DÉCADA DE 70 NOS FOLHETOS DE J.  
BORGES

Celly Monike da Silva Nascimento

A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO NORDESTINO POR GILBERTO FREYRE NO  
MANIFESTO REGIONALISTA DE 1926.

Sávio Henrique Magalhães Gomes; Francisco Dênis Melo

**ST – 10. ESCRAVIDÃO, COMÉRCIO E REDES DE SOCIABILIDADE NA  
AMÉRICA PORTUGUESA (SÉC. XVII E XIX).**

Coordenação: Filipe Matheus Marinho de Melo (PGH/UFRPE); Luanna Maria Ventura dos Santos Oliveira  
(PGH/UFPE)

LINHARES, AGUIAR E ANADIA: OS TRÊS RELÓGIOS DESCONCERTADOS E A  
FISCALIDADE NA FORMAÇÃO DA MODERNA ECONOMIA MORAL BRASILEIRA.

Saulo Vilar de Campos Silva

SÍMBOLOS DE IDENTIFICAÇÃO E REPRESENTAÇÕES EXPRESSOS ATRAVÉS DO  
VESTUÁRIO DOS ESCRAVIZADOS E FORROS ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XIX NO  
RECIFE

Dionísio Tito de Barros Neto; Gian Carlo de Melo Silva

**ST – 11. ESPAÇOS, PRÁTICAS E MEMÓRIAS: OLHARES SOBRE A  
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E CULTURA DOS POVOS TRADICIONAIS,  
RURAIS E URBANOS.**

Coordenação: Lucas Emanuel Soares Gueiro (PGH/UFRPE); Jardiel Nogueira da Silva (PGH/UFRPE)

## GONÇALO FERNANDES TRANCOSO, CONTOS EM PANDEMIA DE PESTE BUBÔNICA

Emanuel da Silva Oliveira; Alexandre Gomes Teixeira Vieira

## ARTE, REPRESENTAÇÃO E CULTURA: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NIPO-BRASILEIRA POR MEIO DO CASAL ARTISTA OHASHI

Paula Nathaiane de Jesus da Silva

## ENSAIOS SOBRE CULTURA NA FRONTEIRA: PERCEPÇÕES LOCAIS DA SOCIEDADE NA FRONTEIRA DO AMAPÁ COM A GUIANA FRANCESA

Jonathan Viana da Silva; Jordan Brasil dos Santos

## O TERCERO CATHECISMO COMO INSTRUMENTO DE OCIDENTALIZAÇÃO INDÍGENA NO VICE-REINO DO PERU

Wilson Carlos da Silva

## **ST – 12. NARRATIVAS, ESCUTAS E ESCRITAS: USOS DA HISTÓRIA ORAL NA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA.**

Coordenação: Lucas Gomes de Medeiros (PGH/UFRPE); Jessica Kaline Santos (PGH/UFRPE)

## O LATIFÚNDIO E A REFORMA AGRÁRIA: O CASO DE PAPUAN II EM ABELARDO LUZ/SC

Jordan Brasil dos Santos; Leon Mclouis Borges de Lucas

## **ST – 13. LIVROS DIDÁTICOS: PRODUÇÃO, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E TEMAS DE PESQUISA.**

Coordenação: Déborah Roberta S. C. Vilela (PGH/UFRPE); Luiz Adriano Lucena Aragão (PGH/UFRPE)

## O TRABALHO COM AS FOTOGRAFIAS NO ENSINO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: UM ESTUDO COMPARADO DAS COLEÇÕES DO PNL D 2018

Maria Luiza Pérola Dantas Barros

## EU VI O FUTURO DESEJAR O PASSADO: A DITADURA MILITAR NO LIVRO DIDÁTICO E AS ELEIÇÕES DE 2018

**RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DO USO DIDÁTICO DO PODCAST COMO INTERLOCUTOR PARA UMA ANÁLISE REFLEXIVA NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA**

Amanda Nunes Silva de Andrade; Natália Lima dos Santos; Orientador: Lenivaldo Idalino de Oliveira Júnior

**ST – 14. MUNDOS DO TRABALHO: RAÇA, GÊNERO, SOCIABILIDADE E LUTAS POR DIREITOS.**

Coordenação: Márcio Romerito da Silva Arcoverde (UFRPE)

**TRABALHO FEMININO EM PAUTA: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS PERCEPÇÕES DE EDWIGES DE SÁ PEREIRA E MARIA LACERDA DE MOURA EM DUAS DÉCADAS (1920 E 1930)**

Marcelo Melo da Silva

**“UM TRABALHO FEITO POR AMOR”:** DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E REPRODUÇÃO SOCIAL COMO FORMA DE EXPLORAÇÃO DAS MULHERES

Aline de Amorim Cordeiro Viana

**MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS QUALIFICADAS E AS BENÉFICAS POSSIBILIDADES SOCIOECONÔMICAS AOS PAÍSES DE ACOLHIMENTO**

Jonathan Viana da Silva

**ST – 15. ABORDAGENS E FONTES DA HISTÓRIA DA JUSTIÇA NA AMÉRICA IBÉRICA.**

Coordenação: Marília Oliviera (PGH/UFRPE); Raiany Ferreira (PGH/UFRPE); Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jeannie Menezes (PGH/UFRPE).

**O PÚBLICO E O PRIVADO EM PERSPECTIVA: A PATRIMONIALIZAÇÃO DOS CARGOS E OFÍCIOS DA JUSTIÇA RÉGIA EM PERNAMBUCO COLONIAL (SÉCULO XVIII)**

Jéssica Menezes

**ST – 17. PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS A PARTIR DA CULTURA MATERIAL**

Coordenação: Rodrigo Ibson da Silva Oliveira (PGH/UFRPE); José Batista de Lira Neto (PGH/UFRPE).



UMA ARQUEOLOGIA DAS PRÁTICAS DE HIGIENE CORPORAL DO RECIFE  
OITOCENTISTA: APONTAMENTOS A PARTIR DA CULTURA MATERIAL DO SÍTIO  
ARQUEOLÓGICO DO PILAR

Jonas Clevison Pereira de Melo Júnior; Ana Lúcia do Nascimento Oliveira

AS MURALHAS QUE DEFENDEM A TERRA E O MAR: UM ESTUDO  
ARQUEOLÓGICO SOBRE O SISTEMA DEFENSIVO NO CABO DE SANTO  
AGOSTINHO- PE- BRASIL

Lucas Alves da Rocha; Izabela Pereira de Lima

EXTROVERSÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ARQUEOLOGIA  
PREVENTIVA: O CASO DO SÍTIO DO PILAR

Pollyana Calado de Freitas; Ana Catarina Peregrino Torres Ramos

UMA ARQUEOLOGIA DAS PRÁTICAS DE HIGIENE CORPORAL DO RECIFE  
OITOCENTISTA: APONTAMENTOS A PARTIR DA CULTURA MATERIAL DO SÍTIO  
ARQUEOLÓGICO DO PILAR

Jonas Clevison Pereira de Melo Júnior; Ana Lúcia do Nascimento Oliveira

PESQUISA EM HISTÓRIA POR MEIO DO ESTUDO DA CULTURA MATERIAL:  
POSSIBILIDADES DE PESQUISA E ESTUDO DE CASO

Eduardo Augusto de Santana

**ST – 18: DITADURA, POLÍTICAS DE MEMÓRIA E TEMPO PRESENTE**

Coordenação: Tasso Brito (PPGH/UFC); Karlla Félix (PGH/UFRPE)

ESPAÇOS POLÍTICOS DE RESISTÊNCIA FEMININA EM RECIFE DURANTE A  
DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1980): O GRUPO MULHER MARAVILHA DE  
NOVA DESCOBERTA

Caroliny Marinho

LUÍZA TÁVORA: A CONSTRUÇÃO E MONUMENTALIZAÇÃO DE UMA MEMÓRIA  
NO CEARÁ

Norma Sueli Semião Freitas

TECENDO OS FIOS DA MEMÓRIA: A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE  
CAPOEIRAS E A CONSTITUIÇÃO DO PODER LOCAL (1963-1965)

Lucas Bezerra Vilela

AS INTERFERÊNCIAS DA DITADURA MILITAR NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E  
SEUS DESDOBRAMENTOS

Maria Letícia Costa Vieira

RUPTURAS E CONTINUIDADES: A LEI DE ANISTIA E A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO  
NO BRASIL

Danielle Bento Pires Lopa; Carlos Artur Gallo

“O SHOW DO ENCONTRO”: CENSURA MUSICAL E RESISTÊNCIA POLÍTICA NO  
PALCO DO TEATRO CASTRO ALVES (TCA) EM SALVADOR-BA NO ANO DE 1972

George Genesis Alves Gama

**ST – 19. LEIS, INSTITUIÇÕES E RELAÇÕES POLÍTICO-SOCIAIS NO IMPÉRIO  
DO BRASIL**

Coordenação: Prof. Dr. Williams Andrade de Souza (Universidade do Vale do Rio dos Sinos); Prof. Dr. André  
Carlos dos Santos (UFPE)

O ADEUS DE GENEROSA: ESCRAVIDÃO E LIBERDADE CONDICIONAL PARA  
MULHERES NEGRAS NA PIRAÍ DO SÉCULO XIX.

Maria Eloah Bernardo

O CLERO E A IMPRENSA NO BRASIL NAS REGÊNCIAS TRINAS (1831- 1834)

Victor Augusto Mendonça Guasti

LEVANTE USURÁRIO: JOSÉ MARTINIANO DE ALENCAR E O BANCO PROVINCIAL  
DO CEARÁ ANTE O CENTRALISMO IMPERIAL (FORTALEZA – CEARÁ, 1835-1839)

Paulo Regis da Silva Albuquerque

# APRESENTAÇÃO

Nas últimas três décadas, vivenciamos transformações históricas importantes, dentre as quais se destacam o fim dos regimes autoproclamados socialistas e, conseqüentemente, o triunfo, aparentemente global, do capitalismo. Estes dois fenômenos exerceram forte influência sobre o pensamento ocidental, a ponto de alguns declararem – ou celebrarem – o “fim da história”. Assim, tanto no campo conservador, quanto no progressista, a História, enquanto disciplina e conhecimento, teve sua validade seriamente questionada, como uma herdeira dos valores ultrapassados do Iluminismo. Na experiência mais recente do Brasil, no

entanto, a importância da História mostrou-se singularmente relevante. Ao invés de sua negação total, assistimos a uma feroz disputa em torno de interpretações do nosso passado, seja do período formativo (colonial), seja de momentos mais recentes, como a ditadura civil-militar. Essa disputa em curso, em que pese o fato de que muitos dos argumentos revisionistas sejam fragilmente baseados em pesquisa ou elementos históricos, teve o condão de apontar para o papel do conhecimento histórico como um elemento imprescindível de construção de uma sociedade. É a partir desta constatação, que, obviamente, não é nova, mas renovada, que afirmamos nossa posição em defesa da História. Para tanto, o nosso encontro de pós-graduação em História convida a todos/as pesquisadores/as no nível de pós-graduação a se juntarem a nós nesse evento, que celebrará os 15 anos de atuação do PGH/UFRPE.

**Comissão Organizadora.**





## **ST- 01. HISTÓRIA E MEMÓRIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

### **COORDENAÇÃO:**

**Alana de Moraes (PGH/UFRPE)**

**Victor Traldi (PPGH/UFF)**



**TRAMAS DA JUSTIÇA LOCAL E DO DIREITO:  
A LUTA DO ESCRAVIZADO, LEANDRO APRÍGIO DA PURIFICAÇÃO,  
NUMA AÇÃO DE HOMICÍDIO E APELAÇÃO DE HABEAS CORPUS NO  
TRIBUNAL DA RELAÇÃO NO RECIFE (1851-1867)**

José Anselmo da Silva<sup>1</sup>

**RESUMO**

Esta pesquisa analisa raízes, processos históricos e parte da trajetória de vida de Leandro Aprígio da Purificação, que constitui estratégia de sobrevivência, do pardo que nasceu de ventre escravo, filho de Antonia da Cunha Granco, traficada da África, por meio de uma Ação de Homicídio e apelação de Habeas Corpus, no Tribunal da Relação no Recife (1851-1867), decorrente do assassinato do preto Jacinto de Nação, do qual foi condenado mesmo diante de diversas incontroversas, como fraude processual e inexistência de efetiva possibilidade de defesa. No procedimento metodológico foi utilizado à micro história, seguindo o exemplo de Carlos Ginzburg, ao reconstruir o fio condutor, que possibilita uma maior compreensão na história social e resistência à instituição da escravidão, por meio da narrativa de fatos singulares, bem como do uso de procedimentos técnicos documentais com a abordagem qualitativa do problema. Logo, nossas fontes são um aglomerado de leis, perícia, testemunhos, relatórios do Tribunal e do Ministério Público, petições, libelos acusatórios, sentenças proferidas pelos juízes, acórdão, apelação, jornais, ofícios, pesquisas bibliográficas dos elementos científicos, sociais, políticos, temporais e espaciais deste fenômeno social. **Palavras-chave:** Escravidão; Processo; Historiografia.

O escravizado Leandro Aprígio da Purificação (Memorial da Justiça de Pernambuco - MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, 1851 a 1867, caixa 2346-A, págs. 13; 88-89; 95; 114-116), nascido de ventre escravo, de mãe traficada da África. Pardo, solteiro, antes de ser preso, foi acusado de ter assassinado o preto Jacinto, em 14 de outubro de 1851, quando tinha 31 anos de idade, morava na Freguesia de Afogados com permissão do senhor. Filho de Antônia da Cunha Granco, escrava de Bernardo Damião Franco. Nasceu em 1820, natural da Magdalena, criado na Senzala na casa do senhor. Uma criança, órfã de pai se tornou adulto, em Recife, na província de Pernambuco.

Ele foi escravizado de Bernardo Damião Franco, como herança deixada por sua mãe escrava. Neste período, as relações dos escravizados eram pautadas nas resistências

---

<sup>1</sup> Mestrando em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). E-mail: jads.anselmo@yahoo.com.br

diárias ao conturbado cenário existente da escravidão. Marcus Carvalho, diz que “os escravizados estavam atentos ao que acontecia ao seu redor, sendo capazes de criar alternativas, para si próprios, a partir das brechas abertas pelos reajustes por que passou o sistema escravista, no período pós-independência e 1850” (CARVALHO, 2002, pág. 12). E, foi assim, no período de tensão que, nasceu Leandro Aprígio da Purificação.

No dia catorze de outubro de 1851, às três horas da tarde, era um dia ensolarado de outono, temos dois ex-escravizados, em seus momentos de liberdade, que se desentenderam e resolveram brigar fisicamente numa “Taberna do português Bento Joaquim Gomes, localizada na Travessa da Magdalena, lugar em que Leandro por algum tempo chegou a trabalhar, no açougue cortando carne” (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, 1851-1867, págs.31-33), onde o pardo “Leandro atentou contra a vida do preto Jacinto, escravizado de João Pedro de Jesus da Motta e se evadiu, segundo testemunho de Bernardo de Barros Barreto e Firmino de Jesus Ferreira” (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, 1851-1867, págs. 28-29; 40-41).

E, o senhor Bernardo Damião Franco para atender os seus interesses “levou o processo e ocultou por dois anos (1852 a 1854), mas no final deu a Leandro uma certidão de liberdade sem data”, que possivelmente foi uma estratégia para se eximir da responsabilidade nos autos do seu escravizado (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, 1851-1867, págs. 58-61 e 98).

No ano de 1851, ocorreu um crime de morte, que foi imputado ao Leandro, que estava com 31 anos de idade, tem início o drama do nosso personagem, ele não esperava ter passado por essa fatalidade, parece ter sido gerada pela fragilidade em que ele estava vivenciando como uma pessoa de cor, em constante ameaça de escravização, uma situação difícil, que não tinha como negar, pois carregava essa marca a qualquer lugar onde fosse. Leandro tinha desejos, sonhos e inconformidades, porém tentava conseguir alguma soma em dinheiro como podia, ainda que não fosse muito, isso observado da perspectiva de quem estuda sua história mais de 147 (Cento e quarenta e sete) anos depois, a maior dificuldade dele era lidar com a marca da escravidão “cor da sua pele”.

O seu senhor era exigente, Bernardo Damião Franco, foi ele quem ensinou ao Leandro engraxar seus sapatos, assim, o seu primeiro passo foi aprender sem reclamar o seu Ofício de sapateiro. Naqueles momentos de liberdade, por conseguir morar na

Freguesia dos Afogados com permissão do senhor Bernardo Damião Franco, exerceu “sua profissão de sapateiro, como meio de vida” (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, 1851 a 1867, págs. 95; 114), além do que fazia bicos, “na Taberna, cortando carne no açougue do Português Bento Joaquim Gomes” (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, 1851 a 1867, págs. 31- 33). A profissão de sapateiro lhe ocupava uma boa parte do tempo do dia. Muitos cativos lutaram, dentro e fora da Justiça, pela liberdade e por outros direitos, como um cativo justo, seguindo as etapas de uma ação. Keila Grinberg apresentou a sequência de um processo numa ação cível de liberdade: “em primeira instância, a nomeação do curador; na segunda etapa do processo judicial, o mandado de apreensão e o depósito do escravo” (GRINBERG, 2002, pág. 319). Marcus J. M. de Carvalho aborda que:

Hoje em dia, a noção de liberdade, está ligada aos direitos fundamentais do mundo dito burguês, para usar um jargão. Ser livre nos dias atuais, basicamente significa ter o direito de ir e vir, de falar o que se deseja, de comprar e vender bens e, de trabalhar para quem quiser. O pressuposto para o pleno exercício desses direitos, vale dizer, é ter um mínimo de propriedade (CARVALHO, 2002, pág. 214).

Por outro lado, Marcus J. M. de Carvalho diz que, a liberdade se trata de um “terreno de conflito, na feliz expressão de Eric Foner” (CARVALHO, 2002, p. 213). Analisando os autos judiciais, do escravizado Leandro Aprígio da Purificação, procurese entender esse terreno de conflito, quando Leandro no final do processo apresenta “uma certidão de liberdade sem data” (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, 1851 a 1867, págs. 95-97; 114), que serviu apenas para sua condenação e álibi para o seu senhor, então fica para o leitor decidir “Ser ou não ser livre”, pois era uma questão histórica vivida no tempo entre 1851 e 1867.

A palavra liberdade estava presente na vida de Leandro Aprígio da Purificação, no seu dia a dia, porque era “um processo de conquistas, que podem ou não ser alcançadas durante o correr de uma vida. Não existe, portanto liberdade absoluta” (CARVALHO, 2002, pág. 214), tendo em vista que ela estava presente no tratamento recebido pelo senhor Bernardo Damião Franco, quando era ensinado a engraxar os seus sapatos e demais serviços, no modo como era visto por sua mãe Antonia da Cunha Granco e pelo seu senhor.

Como era de se esperar, esse assassinato foi parar na Justiça e, “o Promotor

Público por meio de duas testemunhas Bernardo de Barros Barreto e Firmino de Jesus Ferreira, deu início à denúncia, junto ao Subdelegado da Freguesia dos Afogados, Francisco Luis Maciel Vianna” (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, 1851 a 1867, pág. 13), que atendeu a referida queixa e procedeu ao “Visto de vistoria no cadáver do preto Jacinto com dois peritos Félix Neves Cavalcante e Augusto Carlos da Fonseca Capibaribe” (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, 1851 a 1867, págs. 17-19).

No dia 14 de outubro de 1851, no mesmo dia em que ocorreu o assassinato às três horas da tarde, foi feita a referida vistoria, tendo um mês depois aberto “o sumário (inquérito) para notificação das partes e testemunhas, que foram sete num total de oito, pois uma esteve ausente, onde a maioria testemunhou por ouvir dizer sem presenciar o fato em si” (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, 1851 a 1867, págs. 24-53). Ao chegar à mão do Juiz Municipal Suplente da Primeira Vara, Doutor Manoel Felipe da Fonseca, Leandro Aprígio da Purificação “foi sentenciado em 16 de outubro de 1854 e teve o seu nome colocado no rol dos culpados, em 17 de outubro de 1854” (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, 1851 a 1867, págs. 69; 71-73; 75), quando já tinha sido “emitido o mandado de prisão do Leandro, em 11 de agosto de 1854 por Despacho de Pronúncia, emitido pelo Suplente Subdelegado Francisco de Alcântara Barros” (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, 1851 a 1867, págs. 66-67).

O fragmento estudado na trajetória de vida do escravizado Leandro, esboça que o mesmo tinha por senhor Bernardo Damiano Franco, também nos conduzirá a perceber como se dava o cotidiano na cidade de Recife, diante da escravidão, da imputação de crime, da prisão e da justiça na província. Leandro passou a ser mal visto pela sociedade, por ser taxado como criminoso, por ordem da Justiça, foi procurado para ser intimado, através de vários sujeitos social e por diversas vezes, contudo não foi encontrado por estar em lugar incerto e não sabido, até ser encontrado quase dez anos após o fato ocorrido. Nem todo escravizado era criminoso, como se isso fosse inerente ao negro, mas quanto a seus posicionamentos frente à escravidão, Eduardo Silva e João José Reis já informavam que:

Os escravizados não foram vítimas nem heróis o tempo todo, se situando na sua maioria e a maior parte do tempo numa zona de indefinição entre um e outro polo. O escravo aparentemente acomodado e até submisso de um dia podia tornar-se o rebelde do dia seguinte, a depender da oportunidade e das

circunstâncias [...] Quando a negociação falhava, ou nem chegava a se realizar por intransigência senhorial ou impaciência escrava, abriam-se os caminhos da ruptura (SILVA e REIS, 1989, págs. 7 e 9).

Nesse sentido, os autos revela que, o senhor favoreceu o seu escravizado, ao “permitir ele ir para o mato, a fim de melhorar da doença de gota” (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, 1851 a 1867, pág. 114-116), porém em nenhum momento os autos mostrou o cativo como fugitivo. Entretanto, “em 08 junho de 1860, a polícia já havia encontrado o pardo Leandro” (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, 1851 a 1867, pág. 73), no Engenho Sítio do Meio, do senhor Bernardo José da Câmara, onde ficou preso na Casa de Detenção, atual Casa da Cultura de Recife, tendo o senhor de Leandro reconhecido nos autos alforria de Leandro (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, 1851 a 1867, pág. 98).

Assim, em 03 de agosto de 1860, por meio do Despacho proferido pelo Juiz Municipal da Segunda Vara Criminal e preparador dos processos do Júri, Doutor Francisco de Araújo Barros, em consonância com a petição do promotor Francisco Leopoldino de Gusmão Lôbo e pelo Subdelegado João Carneiro Rodrigues Campello (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, 1851 a 1867, págs. 73; 75), Leandro “foi intimado pela primeira vez, em 13 de agosto de 1860, ao receber na prisão, cópia do libelo e rol das testemunhas, notificando-lhe do disposto no artigo 342º do Regulamento nº 120 de 31 de janeiro de 1842” (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, 1851 a 1867, págs. 87-89), sendo Leandro “qualificado pelo referido juiz, em 19 de agosto de 1860, na própria Casa de Detenção” (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, 1851 a 1867, pág. 95).

Em 1860, Leandro “estava com 40 anos de idade quando foi preso e condenado a 12 anos de prisão, enquadrado no artigo 193º do Código Penal, no grau médio e ao pagamento das custas processuais” (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, 1851 a 1867, pág. 127). Em 1862, no Oratório dentro da Casa de Detenção, dois anos após a sua prisão, casou-se com sua amasia, que lhe deu filhos, cujos nomes não foram possíveis de conhecer e nem do pai que foi ignorado nos autos. Houve momentos que sua amasia levava seu almoço e era uma boa companhia, e conforto na solidão e tristeza, ela ficou do seu lado, mas teve uma ocasião que foi impedida de visitá-lo, porém conseguiu a visita dela, na cadeia, com ajuda do seu

benfeitor, o administrador da Casa de Detenção, José Rufino de Almeida (APEJE, CDR, Ofício, José Rufino Augusto de Almeida, 1863, pág. 366).

A incerteza, em torno de sua condição de escravizado, aliada a vulnerabilidade vivida por ser uma pessoa de cor, afetava sua autoestima, pois vivia em constantes ameaças de escravização, pois “até a década de 1860, parecia vigorar com força o pressuposto de que alguém detido por suspeição de ser escravo, e de andar fugido, permanecia escravo até prova em contrário” (CHALHOUB, 2012, pág. 232).

O escravizado Leandro Aprígio da Purificação, não se entregou voluntariamente a polícia, não deu notícia do seu paradeiro, desde o ano de 1851 até ser preso no ano de 1860, no período que prestava serviços, há mais ou menos três anos, a outro senhor, Bernardo José da Câmara, proprietário do Engenho Sítio do Meio. Assim, parece que temos aqui uma estratégia de sobrevivência e resistência silenciosa, empregada pelo cativo, que buscou um novo senhor, para melhorar de vida, trilhando assim os passos no caminho da liberdade, através da sua conquista de espaço, primeiro como açougueiro na Magdalena, segundo para exercer sua profissão de sapateiro em Afogados, e por fim nos últimos três anos antes de ser preso, como Agricultor no Engenho Sítio do Meio. Portanto, por causa dessa historicidade do Leandro, podemos dizer que os seus momentos de liberdade era dinâmico, mutável com o tempo e espaço.

Em 1860, o mesmo Juiz Municipal Suplente da Primeira Vara Criminal, Doutor Manoel Felipe da Fonseca, que mandou prender Leandro, dessa vez mandou que reinstaurasse o competente processo de responsabilidade por falsificação contra o serventuário, escrivão João Maurício de Serra, responsável pelo andamento processual da ação:

Porquanto se observa a folha dez e a folha doze a diferença de data que existe entre o termo de assentada que, para inquirição da terceira testemunha e a certidão que segue logo adiante, sendo atos que se deviam fazer no mesmo dia a folha catorze, além da diferença de data, que igualmente existe entre o termo de recebimento dos autos de mão do Júri Processante e a certidão, que vem logo abaixo, pois que aquela é de vinte e cinco de setembro e está vinte e oito de abril do corrente ano, comprovando a má fé (MJPE. Processo-crime:

Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, 1851 a 1867, pág. 69-70 e 86).

Na movimentação processual, pode-se constatar que Leandro Aprígio da Purificação antes de ser preso, não foi intimado em momento algum, diferentemente do



seu senhor, que além de ser intimado, foi nomeado pela justiça como o seu curador e defensor nos autos judiciais, por esse motivo no ano de 1852 compareceu na Primeira Vara Criminal do Município da Freguesia dos Afogados e “levou o processo para o seu advogado fazer a defesa do seu escravizado, porém ocultou os autos e só devolveu por terceiros, dois anos depois, em 1854 sem a defesa do mesmo, justificando a morte do seu advogado e a existência de demanda” (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, 1851-1867, págs. 58-61).

Desta forma, fizeram a sua causa chegar ao Tribunal do Júri, como também no Jornal de grande circulação de Recife, “Diário de Pernambuco, com a publicação de um Edital de convocação dos 48 jurados”, para participação em audiência e sorteio dos 12 jurados de sentença, porque 6/18 jurados sorteados faltaram no dia e foram multados, colocando seus nomes em livro próprio (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, 1851 a 1867, págs. 93; 106).

No dia 16 de novembro de 1860, Leandro Aprígio da Purificação, foi submetido a um interrogatório, onde respondeu a várias perguntas (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, 1851 a 1867, págs. 114-116) e já tinham sido ouvidos os testemunhos antes, então nesse dia “foram ouvidos os advogados de acusação e defesa com réplica e tréplica, houve a votação dos quatro quesitos pelos jurados” (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, 1851 a 1867, pág. 126).<sup>2</sup> E, o resultado do julgamento foi dado pelos jurados por meio do seu Presidente, que foi acatado pelo Juiz de direito da Primeira Vara Criminal, “Doutor Juiz Machado da Costa Dória, que deu a sentença contra o Leandro, condenando no art. 193º do Código Penal a doze anos de prisão, em grau médio e ao pagamento das custas processuais” (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, 1851 a 1867, pág. 127).

Deste julgamento coube recurso, na segunda Instância, em 12 de março de 1861, que foi feito através dos dois advogados do Leandro, sendo pago à custa processual, no valor de \$ 160,00 réis, porém o Desembargador Relator Doutor Francisco Baltharas da

---

<sup>2</sup> Resultado do Julgamento dos Jurados de Sentença, com 60% dos votos dos jurados em cada quesito, a favor da condenação de Leandro Aprígio da Purificação: Ao 1º quesito 8 votos. O réu Leandro Aprígio da Purificação, no dia 14 de outubro de 1851, matou com sua punhalada no estômago ao preto Jacinto, escravo de João Pedro de Jesus da Motta; Ao 2º Quesito não mais que 7 votos. O réu cometeu em delito impelido por motivo frívolo; Ao 3º Quesito = Mais que 8 votos. O réu não cometeu esse delito, estando superior em armas de maneira que, o ofendido não podia defender-se com probabilidade de repelir o ofensor; Ao 4º Quesito = Mais que 8 votos. Não existem circunstâncias atenuantes em favor do réu.

Silveira, “julgo improcedente a sua apelação, por ter apresentado certidão de liberdade e declaração do seu senhor nos autos, alegando o reconhecimento da referida certidão de o fazer liberto há anos”, não obtendo assim o ganho de causa, ficando Leandro preso na Casa de Detenção, porém seu processo só foi devolvido para instância de primeiro grau em 1867, comunicando que a apelação tinha sido julgada improcedente (MJPE. Processocrime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, 1851 a 1867, págs. 95; 98; 138-140; 147-148).

Igualmente por meio de uma cartilha, foi possível acompanhar as raízes, processos históricos e parte da trajetória da vida de Leandro Aprígio da Purificação, que constitui suas estratégias de sobrevivência e resistência mais silenciosas em seu cotidiano, ao narrar suas aventuras e frustrações no espaço urbano, na parte Oeste da cidade de Recife, por meio da imputação do crime de homicídio e sua apelação no Tribunal da Relação, tudo isso repercutiu de alguma maneira na sociedade, no interior da qual lutou e trabalhou, para dar o seu melhor a todos àqueles que tinham o poder e domínio sobre sua vida, contribuindo na economia no setor terciário de serviços, com sua profissão de sapateiro, na Freguesia dos Afogados e no açougue na Magdalena, como também chegou a dar sua contribuição no setor primário, nos últimos três anos antes de sua prisão, na parte de agricultura, no Engenho Sítio do Meio e após a sua prisão exerceu sua função social, na Casa de Detenção, como Mestre-sapateiro.

Um dos problemas de Leandro é que, nos autos, não houve relato de sua defesa, desde a denúncia até a formação da culpa, pois cabia ao senhor defendê-lo, porém o mesmo não o fez e ainda lhe deu uma certidão de liberdade sem data na prisão, que pensava que lhe ajudaria a sair da prisão, mas serviu apenas como um álibi para defesa do senhor. Mas o processo continuou em seu rito normal.

Nesse contexto, a partir dos autos judiciais, nos possibilita demonstrar como e onde nasceu o modelo de verdade, através dos seus comportamentos por meio do tráfico da influência, que ainda permeia a nossa sociedade, que exercem pressão a Justiça e apoio, tanto no domínio político, quanto no domínio de comportamento cotidiano, inclusive na ordem da ciência, como mostrou José Murilo de Carvalho, “o domínio político brasileiro do século XIX passava pelas mãos dos magistrados que geralmente, quando assumiam cargos políticos, votavam com o governo” (CARVALHO, 1996, págs. 293-294).

Deste modo, Leandro parece ter aprendido uma lição das duras palavras que ouviu do Juiz Bernardo Machado da Costa Doria, que atendeu a resposta do Júri e o condenou a 12 anos de prisão em grau médio, no Art. 193º do Código Penal e o pagamento das Custas Judiciais. Assim, ele entendeu também que sozinho não alcançaria seus objetivos dentro da Casa de Detenção, ele carecia de pessoas livres que juntos lutassem por suas vidas, por isso deu preferência a conhecer o Administrador da Casa de Detenção, José Rufino, que prestava serviços às Repartições Públicas, o qual reconheceu seus talentos de Mestre-sapateiro, e lhe deu oportunidades para montar sua Oficina, dando emprego a outros dez (10) presos, que passaram a manter suas famílias com dinheiro que Leandro recebia na Oficina (APEJE, CDR, Ofício, Rufino Augusto de Almeida, 1863, pág. 128).

No ano de 1874, catorze anos depois da prisão, Leandro continuava preso na Casa de Detenção, segundo petições do mesmo dirigido ao Administrador da prisão, onde pediu licença para ir acompanhado para compra de materiais para a oficina, visto não ter pessoa habilitada para isto. Assim, podemos observar o exercício da sua função social, na Casa de Detenção (APEJE, CDR, Ofício, Rufino Augusto de Almeida, 1874, pág. 120).

Nesse sentido, o que temos nos autos judiciais são fragmentos do que Ginzburg costuma denominar “excepcional normal, que pode ser muito mais revelador que mil documentos estereotipados” ou ainda “se as fontes silenciam”, aqui foi encontrada no documento processual, assim como em ofícios na Casa de Detenção, a realidade social do cativo (GINZBURG, 1989, pág. 177), numa sociedade escravocrata, em que as Leis eram feitas a favor dos senhores e contra qualquer contestação à ordem escravista do País. Podemos assim analisar a resistência, sob a perspectiva do escravizado Leandro, através do processo judicial, que envolveu conflitos de interesses, ao lutar pelos seus direitos, quando após responder por um processo crime sem ampla defesa por abandono do senhor, recorreu de sua sentença, com sua apelação no Tribunal da Relação de segunda Instância, passando a ser parte autora e a Justiça Pública como parte ré.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> A revolta aberta poderia ser ou não a melhor forma de manifestação, até porque poderiam ser feitas alianças com outros cativos e outros segmentos da sociedade, que demonstram ideais de liberdade e igualdade. Os cativos não possuíam apenas como forma de resistência a fuga, o suicídio, luta armada dentre outros, existiam outras maneiras de resistências. O historiador Sidney Chalhoub, conta a história da escrava Rubina e de sua filha Fortunata, que igualmente a Leandro perderam a causa na segunda instância no Tribunal da

Relação: “No dia 08 de novembro de 1855, faleceu sem deixar testamento, o senhor das escravas, Rubina e sua filha Fortunata, o senhor Custódio Manoel Gomes Guimarães. Segundo alegações de Rubina por seu

Parte desse conflito veio a público, em 1860, quando a causa já estava nos últimos trâmites do julgamento de Leandro, na primeira instância, não houve tempo para defesa e até mesmo por que só conseguiu advogados, após sair o resultado com a sentença do Juiz, que acatou ao resultado da votação dos quesitos do Júri, condenando o réu a doze anos de prisão, conforme art. 193º do Código Penal, em grau médio e ao pagamento das custas processuais (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, 1851 a 1867, págs. 127-128), não ficando satisfeito, Leandro, fez sua apelação verbal e em março de 1861 por seus advogados entrou com sua apelação no Tribunal da Relação (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, 1851 a 1867, págs. 138-139).

Em vários momentos, houve diferentes posicionamentos desses juízes, como exemplo o Juiz Municipal Suplente da Primeira Vara Criminal, Doutor Theodoro Machado Freire Pereira da Silva devolveu os autos sem dar nenhum despacho (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, 1851 a 1867, pág. 68).

Ao analisar parte da trajetória de desventuras vividas pelo escravizado Leandro, algumas questões puderam ser levantadas: Por que Leandro aparece e desaparece, será que morreu? E se Leandro fosse realmente livre antes do crime? Por que Leandro não conseguiu outro curador em sua defesa? Leandro não sabe que é livre? Será que não foi o senhor de Leandro que mandou Leandro dar uma punhalada no Jacinto? Ou Será que foi uma emboscada preparada pelo senhor Bernardo Damião Franco contra os dois escravizados? Existia um confronto entre os senhores dos escravizados?

Neste contexto, convido o leitor para construir comigo algumas respostas a essas questões, e com ajuda de Machado de Assis podemos conseguir três (03) possibilidades, que ele chama de verdade “[...] Mas, dirás tu, como é que podes assim discernir a verdade daquele tempo, e exprimi-la depois de tantos anos? [...]” (ASSIS, 1881, p. 98): a primeira o senhor Bernardo Damião Franco, ressentido pelo fato de o Estado estar interferindo nas suas relações com o seu escravizado, Leandro Aprígio da Purificação e, achando que ia

---

curador, em libelo iniciado, em junho de 1864, Custódio em seu leito de morte, pedira à mulher dona senhorinha Rosa Guimarães, que concedesse alforria à preta africana em razão dos bons serviços que ela lhe havia prestado. Mas dona Rosa não parece ter feito caso da última vontade do marido, e Rubina entrou normalmente na partilha do inventário dos bens do falecido.” CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte São Paulo**, Companhia das Letras. 2011, págs. 125 e 133.

perdê-lo, um bem de alto valor econômico, refletindo na sua vida social e na impossibilidade de mudar as coisas, sua ação estava alinhada na tentativa de salvar sua aparência perante a sociedade, por isso resolve se antecipar à lei, o enviando para o mato, colocando o pardo Leandro no limiar entre o cativo e a liberdade e, para atender os seus interesses esconde o processo por dois anos.

---

Na segunda hipótese, a alforria como parte de uma política de domínio, como estratégia de produção de dependentes, como forma de manter o escravizado liberto dependente do seu proprietário, foi um dos pilares dessa política de controle social na escravidão era o fato de que o ato de alforriar se constituía numa prerrogativa exclusiva dos senhores.

Nesse sentido, o senhor de Leandro concede ao cativo uma certidão de liberdade sem data, que diz ser: “ele livre há anos”, declarando isso formalmente nos autos que, reconhecia a certidão de tê-lo libertado há anos, isso já nas vésperas do final do julgamento de primeira instância, através desta declaração de liberdade, o senhor de Leandro ficou livre de qualquer reponsabilidade nos autos de defender o seu escravizado, que se encontrava privado de sua liberdade por está preso e que, essa alforria não implicava qualquer alteração na vida de Leandro, tendo em vista a continuidade de sua prisão, pois o que tinha ocorrido foi apenas à passagem de Leandro de um tipo de relacionamento social e econômico injusto e opressivo do senhor para ficar à disposição da justiça.

Na verdade a alforria de Leandro trata das discontinuidades do processo de mudanças e rupturas efetivas, que os acontecimentos evidenciavam, quando Leandro some e aparece depois de anos. Os autos tem seu seguimento normal nos anos de 1851 até 1852, quando foi interrompido por ter sido levado os autos pelo senhor de Leandro, até sua devolução por terceiro no ano de 1854, ano em que foi dado a sua sentença e colocado o seu nome no rol dos culpados, depois passa cinco anos sem movimentação processual, até que em 1860 com o cumprimento do mandado de prisão, Leandro fica preso na Casa de Detenção e o processo volta a prosseguir.

A terceira possibilidade refere-se à luta dos próprios escravizados na Taberna de Bento Joaquim Gomes, na Travessa da Magdalena. É obvio que, numa análise das relações de força física entre os dois escravizados, foi o Leandro que levou a melhor por que não morreu e o seu senhor por reconhecer os maiores poderes de Leandro do que o

do Jacinto falecido se rende as evidências e lhe concede a liberdade. O escravizado, Leandro Aprígio da Purificação, como os demais escravizados em geral nos últimos 40 anos, haviam assumido atitudes mais firmes no sentido de obter a liberdade nesse período, foi essa mudança significativa nas décadas de 1850 e 1860, que se inclui na linha de força do processo, as transformações nas atitudes das próprias pessoas de cor, ou pelo menos a percepção por parte dos senhores de que algo estava mudando entre os escravizados, então o senhor de Leandro se rende e concede a sua liberdade.

Na realidade estudada por Elciene Azevedo, ela observou que, desde a década de 1860, “os escravos não estavam, porém sozinhos em sua aproximação com o mundo do direito [...] sua busca por liberdade era amparada, nos tribunais ou fora deles, por advogados que assumiam sua defesa” (AZEVEDO, 2003, pág. 32). Já na realidade aqui pesquisada, a luta travada de Leandro por seus advogados aconteceu, na década de 1860. Azevedo destacou também os significados atribuídos pelos escravizados à Justiça, suas ações e a maneira pela qual as autoridades públicas, judiciárias ou policiais, interpretavam e contestavam a atuação dos cativos.

Através da análise das relações estruturadas cotidianamente pelos escravizados com outros atores sociais, esta pesquisa buscou demonstrar que, mesmo escravizado, sendo propriedade de outrem, o mesmo reagiu à situação social que lhe era imposta, através da criminalidade e de manifestações de descontentamento, conforme Sidney Chalhoub:

Os cativos agiram de acordo com lógicas ou racionalidades próprias, e seus movimentos estiveram sempre firmemente vinculados a experiências e tradições históricas particulares e originais. E isso ocorria mesmo quando escolhiam buscar a liberdade dentro do campo de possibilidades existente na própria instituição da escravidão – e lutavam então para alargar, quiçá transformar, esse campo de possibilidades (CHALHOUB, 2011, pág. 318). Na pesquisa realizada, acerca do processo de Leandro Aprígio da Purificação, numa ação de homicídio, que se desencadeou em Habeas Corpus no Tribunal da Relação e se desenvolveu com conflitos, entre os agentes conflitantes e litigantes, de um lado a Justiça Pública e de outro Leandro Aprígio da Purificação, através de recursos casuísticos, sob o domínio do direito daquele tempo e dos hábitos dos lugares por onde Leandro percorreu. Ao longo de parte de sua trajetória, podemos afirmar que nosso personagem se desloca do paradigma de sujeito histórico para o paradigma de agência e com segurança acreditamos que fora vitorioso em parte na sua causa, em virtude de recuperar a cidadania perdida, mesmo que apenas formalmente.



Nesse sentido, podemos evidenciar no Leandro, a sua função social na Casa de Detenção, que se coloca no campo da história social da escravidão, bem como, foram analisados as inquietudes, alianças por influência política, condutas dos indivíduos e tramas por trás de uma ação de homicídio. Os padrões culturais enraizados, ao pautar os discursos, as condutas e julgamentos das instâncias superiores, reafirmam a condição jurídica desafiadora da liberdade, bem como da execução do próprio controle social.

A trajetória de Leandro acompanha o fio de Ariana (O nome), através do arquivo do seu processo, numa escala de tempo reduzida por sua singularidade, que representa a de tantos outros escravizados, que como ele tiveram de viver sob as duras penas da escravização, buscando demonstrar ao leitor a necessidade do debate acerca do escravizado, a busca pelo seu lugar de memória, seu destaque de oportunizar a sua voz, momentos de liberdade e sua dignificação, que ficaria esquecido nas páginas do processo criminal no arquivo Memorial da Justiça, bem como a percepção do sujeito histórico em um processo de transformações sociais contínuas, que investiga consciência crítica destas, propondo uma didática pedagógica, que promova uma nova consciência transformadora.

## **ARCEVOS E FONTES**

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano - APEJE, CDR, Ofícios do administrador da Casa de Detenção do Recife, José Rufino Augusto de Almeida para o chefe de polícia, José Antonio Vaz, Ofício, 4.1/3. 24 de maio de 1862, 245; Série. Vol. 06, pág. 366. Relatório de 13 de Fevereiro de 1863. Correspondência do Administrador/Diretor. Março de 1862-Setembro de 1863, pág. 128. Correspondências entre o Administrador /Diretor. Vol. 11, pág. 120. 1874.

Hemeroteca Digital, Diário de Pernambuco. Edição: 208. 1852.

Memorial da Justiça de Pernambuco, Caixa 2346, MD 295, 1851 a 1867. Disponível em 20/12/2020: <https://www.tjpe.jus.br/web/memorial-da-justica/digital> e no Acervo do Museu caixa 2346A, págs. 1-161.

## **REFERÊNCIAS**

ASSIS, Machado de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**: Capítulo XXVII. Editora Moderna, 1981. Rio de Janeiro.

AZEVEDO, Elciene. **O direito dos escravos**: lutas jurídicas e abolicionistas na Província de São Paulo na segunda metade do século XIX. 2003. Tese (Doutorado em História) Unicamp, Campinas, 2003.

CABRAL, Flavio José Gomes. **Conversas reservadas**: “vozes públicas”, conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da independência do Brasil. Rio de Janeiro, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial. Editora UFRJ; Relume-Dumará, 2.ed. rev. Rio de Janeiro: 1996.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

CHALHOUB, Sidney. SILVA, Fernando Teixeira da. **Sujeitos imaginário acadêmico**: escravizados e Trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Disponível em**:

[http://segall.ifch.unicamp.br/publicações\\_ael/index.php/cadernos\\_ael/article/view/45/47](http://segall.ifch.unicamp.br/publicações_ael/index.php/cadernos_ael/article/view/45/47) Acesso: 13/06/2020.

CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo. (2011), Companhia das Letras.

CHALHOUB, Sidney: **A força da escravidão**. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo, Companhia das Letras, 1939.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José. **Liberdade por um fio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros**: cidadania e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MACHADO, Luiz Alberto. **Direito Criminal**: Parte Geral. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1987.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

## **O RECIFE DO SÉCULO XIX PELO OLHAR DO ESTRANGEIRO**

Eliza Brito Santos<sup>4</sup>

### **RESUMO**

A partir da chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, em 1808, os portos da então colônia lusa foram abertos ao mundo. A cidade do Recife era detentora de um dos mais movimentados portos do Brasil e, dessa forma, atraiu imigrantes e viajantes de diferentes nacionalidades, principalmente europeus. Os relatos desses viajantes são uma importante fonte de pesquisa para compreender as transformações estruturais, sociais e culturais pelas quais passava essa parte da então colônia portuguesa, que crescia e se modernizava, seguindo os padrões europeus. O objetivo deste artigo é analisar o papel desses relatos na compreensão do Recife do século XIX. **Palavras-chave**: Viajantes; Recife; Século XIX.

---

<sup>4</sup> Eliza Brito Santos é doutoranda em História pela Universidade do Porto, em Portugal; mestre em História pela Unicap (2019); com especialização em Jornalismo e Crítica Cultural pela UFPE (2011) e graduação em Comunicação Social – Jornalismo também pela UFPE (2008).

A transferência da Família Real Portuguesa para o Brasil, em 1808, foi um ponto de virada na história do país. O evento foi determinado pelas disputas entre França e Inglaterra pela hegemonia europeia e o domínio dos mercados coloniais europeus. Napoleão Bonaparte, imperador francês desde 1804, implementou uma política expansionista que tinha na Inglaterra seu principal entrave. Depois de sucessivas derrotas em enfrentamentos navais contra a potência inglesa, em especial a Batalha de Trafalgar, em 1805, Bonaparte apostou no Bloqueio Continental, assinado em Berlim a 21 de novembro de 1806. O documento decretava o fechamento dos portos de todos os países europeus ao comércio inglês e foi acatado por todos os governantes europeus, com as exceções do Papa Pio VII e do Príncipe Regente de Portugal D. João. Mas, para que o Bloqueio Continental tivesse real eficácia, era preciso que todos os países da Europa continental se submetessem.

O Acordo de Tilsit, firmado com o czar Alexandre I da Rússia, em julho de 1807, garantiu a Napoleão o fechamento do extremo leste da Europa. Mas, a oeste, os portos das cidades de Lisboa e do Porto ainda eram um problema para a estratégia francesa. Por isso, em agosto de 1807, o imperador francês enviou um ultimato ao príncipe regente D. João, exigindo o rompimento com a Inglaterra e a prisão dos súditos ingleses que habitassem o Reino, confiscando-lhes os bens. Caso não cumprisse as ordens, Portugal seria invadido pelas tropas francesas comandadas pelo general Junot. É claro que o pequeno país europeu não tinha possibilidade de enfrentar as forças francesas e a alternativa que sua aliada, a Inglaterra, lhe apontava como a melhor era a transferência da corte portuguesa para o Brasil, que passaria a ser a sede do Reino.

Em Setembro [1807] os ministros de França e Espanha abandonam Lisboa; Navios portugueses em portos sob domínio francês são apresados. A neutralidade tentada pela diplomacia portuguesa torna-se uma miragem e uma impossibilidade. O Exército português, fruto de anos de desleixo estava mal preparado e equipado e tinha desguarnecido as praças de fronteira e sido colocado no litoral; por um lado para dar uma aparência de cumprimento do Bloqueio Continental mas por outro lado para permitir o seu fácil embarque... Não é neutral quem quer mas quem pode e Portugal não podia. (SILVA, 2015, p.3)

No dia 28 de janeiro de 1808, já na Bahia, Dom João promulgou a Carta Régia, que terminava com o exclusivismo comercial entre metrópole e colônia. A partir de então, os portos do Brasil foram abertos às nações amigas, nomeadamente à Inglaterra. Em março de 1808, a corte instalou-se no Rio de Janeiro, que era a cidade detentora do mais importante porto da colônia. Estas mudanças foram cruciais para a entrada de

mercadorias, de cidadãos e, claro, de influências estrangeiras, o que ocasionou transformações que ajudaram no processo de modernização das cidades brasileiras, em especial as portuárias, e influenciou no processo de independência do país, ocorrido em 1822.

O período das guerras napoleônicas, entre os anos de 1808 e 1815, foi marcado por uma política de controle sobre a entrada de estrangeiros de origem francesa e espanhola. Também eram proibidas publicações de origem francesa. Mas, a partir de 1815, Portugal e França reataram as relações comerciais e, em 1816, o Rio de Janeiro recebeu a Missão Artística Francesa, cuja ideia principal era dar início ao ensino regular das artes no Brasil. Um grupo de artistas e artesãos franceses se instalou no país e com suas pinturas, esculturas, desenhos e construções à moda europeia, revolucionaram o panorama das Belas Artes brasileiro. A partir dessa experiência, a influência da cultura francesa na então ainda colônia de Portugal tornou-se incontestável e o estilo neoclássico, em voga na Europa do período, passou a imperar nas artes visuais e na arquitetura brasileira, em detrimento do estilo colonial e do barroco português. A influência francesa foi importante, mas não mais do que a britânica, popularmente chamada de inglesa.

A Grã-Bretanha, já no início do século XIX, apresentava uma atividade industrial crescente, decorrente da Revolução Industrial. Era importante exportar os produtos excedentes e investir capitais em regiões da América, entre elas o Brasil, já que as trocas com os mercados europeus estavam prejudicadas pelo Bloqueio Continental.

Tratados como os de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação, assinados em 1810 entre Portugal e Grã-Bretanha, garantiram grandes vantagens para a Inglaterra. Por meio dos acordos, a potência conquistou, entre outras medidas: o direito da extraterritorialidade, que permitia aos súditos ingleses radicados em domínios portugueses serem julgados por juízes ingleses, segundo a lei inglesa; o direito de construir cemitérios e templos protestantes; a colocação dos produtos ingleses nos portos portugueses mediante uma taxa abaixo da taxa dos produtos de outras nações estrangeiras.

Com base nos tratados de 1810, as taxas alfandegárias para produtos importados foram mantidas em 24% para as demais nações e em 16% para os navios luso-brasileiros, enquanto a Inglaterra passaria a pagar apenas 15%, o que produzia uma larga vantagem para os produtos ingleses, ao se somar às tarifas mais baixas o próprio processo de produção inglês, mais adiantado qualitativa e quantitativamente, se comparado a qualquer outro. Com essa medida, a alfândega sofreu um aumento de circulação, pois foi facilitada a presença de mercadorias, sobretudo inglesas, por conta dos benefícios tributários oferecidos. De fato, o Tratado de Comércio e Navegação, ratificado

por D. João, em fevereiro de 1810, impunha o fim da “liberdade” de comércio instaurada em 1808, na medida em que estabelecia o privilégio à Inglaterra de pagar uma tarifa menor nos portos coloniais – 15%. (SILVA, 2012, p.25)

A abertura dos portos brasileiros à Inglaterra, em 1808, permitiu que produtos como açúcar e algodão de Pernambuco; cacau, café e borracha do Pará, fossem carregados pelos ingleses para a Europa. Para alcançar uma exportação mais rentável, foram construídas estradas de ferro em cidades como Rio de Janeiro, Recife e Belém do Pará, com o capital inglês. As atividades ligadas às operações de ferrovias faziam parte do processo de industrialização e da consolidação da dominação internacional por parte da Inglaterra. Dessa forma, as construções das linhas férreas locais tinham objetivos financeiros que beneficiavam especialmente à comunidade britânica, mas que também trouxeram ganhos para o comércio interno. Em uma realidade na qual os meios de transportes coloniais eram as barcaças, os carros de boi e as tropas de mula, a facilidade de acesso aos grandes portos brasileiros foi aumentada exponencialmente com a instalação das ferrovias.

Entre 1850 e 1890, a construção de ferrovias no país ocorreu de forma frenética, especialmente a partir da década de 1870. Em 1854, havia apenas 14,5 quilômetros de estradas de ferro construídos no país. Em 1894, eram 12.300 quilômetros. Entre 1850 e 1870, foram construídos 744 quilômetros de estradas em todo o país. Entre 1871 e 1890, foram construídos 9.228 quilômetros (Katinsky 1994, p. 58–59). Em São Paulo, o número de quilômetros de trilhos de ferrovias construídos aumentou de 139 quilômetros em 1870 para 1.212 quilômetros em 1880, chegando, em 1890, a 2.425 quilômetros. À medida que a ferrovia penetrava o interior, o alargamento da fronteira tornava-se cada vez mais patente. (LAMOUNIER, 2008, p.216)

Essas contribuições mercadológicas e tecnológicas não se restringiam ao fator econômico. Com a já citada abertura dos nossos portos, inúmeros técnicos, missionários, cônsules, aventureiros, viajantes e comerciantes europeus desembarcaram em cidades portuárias brasileiras e o contato com a cultura, as ideias, a filosofia política e os hábitos desses estrangeiros teve grande impacto na vida dessas cidades, no século XIX. Esse olhar também foi fundamental para a compreensão do Brasil do período, já que muitos viajantes que transitaram pelo país deixaram relatos escritos e imagéticos sobre os locais pelos quais passaram. No caso do Recife, cronistas como os ingleses Henry Koster e Maria Graham são preciosas fontes de informação sobre a cidade, as mudanças estruturais e culturais pelas quais passava a atual capital pernambucana. Outro estrangeiro importante nessa análise é o francês Louis-François de Tollenare, negociante que chegou ao Brasil a negócios, mas deixou importantes relatos sobre os lugares pelos quais passou.

## **RECIFE PELO OLHAR ESTRANGEIRO**

O Recife era detentor do mais importante porto da região Norte do país - que no século XIX era praticamente dividido apenas em regiões Norte e Sul - e como aconteceu com as outras cidades portuárias brasileiras, ganhou bastante dinamismo com a abertura dos portos, em 1808. O comércio varejista da capital pernambucana cresceu, além do fato de que, após a independência (1822), mais empregos surgiram nas cidades, em consequência da nova configuração política, jurídica e administrativa. Estes fatores, além do magnetismo natural da urbe, ajudaram a intensificar a migração de pessoas da zona rural para a urbana. (CARVALHO, 2010, p. 76). O período também foi marcado pela entrada de estrangeiros e viajantes.

Na primeira metade do Oitocentos, a capital pernambucana era formada pelos bairros: do Recife, região do porto; de Santo Antônio, também conhecido como Ilha de Antônio Vaz; e da Boa Vista. “Esses três bairros são três ilhas, ou quase isso. O Recife propriamente dito (onde fica o porto) estava unido a Olinda por um istmo de areia de praia, que nos anos de ressaca braba era atravessado pelo mar”. (CARVALHO, 2010, p.22). A cidade era formada por estes três bairros e todo o resto eram as povoações. Mas, durante o século XIX, a cidade cresceu e se modificou. Principalmente a partir da segunda metade daquele século, a ideia de uma capital moderna, adequada aos novos tempos, começou a se desenhar, baseada numa lógica europeia de civilidade, na qual o moderno era sinônimo de ordem, progresso, cientificidade. A paisagem urbana foi se modificando, com obras modernizantes que, na prática, afastavam os pobres e os negros dos centros urbanos, colocando-os cada vez mais nas áreas periféricas, que iam crescendo junto com a cidade.

O relato dos viajantes e cronistas que passaram pela região no século XIX são fontes importantes para a compreensão desse período da nossa história e de como foi a interpretação desse olhar estrangeiro, a partir da ideia eurocêntrica de civilização, tão vigente no período. Desde o começo do século XX, a ciência histórica vem passando por transformações que possibilitaram a renovação dos métodos historiográficos. A interdisciplinaridade com outras ciências, como a sociologia, a antropologia, a filosofia, a geografia e a literatura passou a ser possível, assim como o olhar para os acontecimentos cotidianos, antes desprezados pela lógica da historiografia tradicional que priorizava os grandes eventos e as narrativas heroicas. Essas mudanças permitiram a pluralização de fontes válidas para a construção da narrativa histórica.

Dessa forma, os fatos minúsculos, os esquemas mentais e a imaginação (a exemplo dos contos de fada) tomaram parte no entendimento social. Em consequência, surgiu outra definição de totalidade, não mais vinculada aos relatos grandiosos, mas às pequenas narrativas, cuja expressão máxima foi sintetizada no aforismo “Deus está no particular”. Isso significava dizer que o historiador poderia montar uma teia complexa das relações humanas a partir de informações aparentemente insignificantes, presente numa carta, numa certidão de óbito, num texto ficcional, num emblema ou, até mesmo, na vida material das pessoas, como numa fotografia ou vestimenta. Esses novos parâmetros geraram uma gama de documentos importantes para o conhecimento social e temporal do homem. Esses novos parâmetros geraram uma gama de documentos importantes para o conhecimento social e temporal do homem. (SANTOS, 2013, p.1-2)

A utilização dessas fontes menos tradicionais, como as literárias, ocasiona desafios para o historiador, já que elas trabalham com a subjetividade, mas podem trazer uma grande riqueza para a pesquisa histórica, a partir do tratamento adequado que o rigor científico exige por parte do historiador.

As crônicas são um testemunho temporal e também de expressão verbal do seu tempo, o que podemos observar ao analisar os relatos dos viajantes que passaram pelo Recife, no século XIX. Muitos foram os estrangeiros que trouxeram suas observações sobre a cidade, nossa escolha pelos ingleses Henry Koster e Maria Graham e pelo francês Louis-François de Tollenare se baseou na riqueza dos relatos e dos documentos imagéticos que eles disponibilizaram para a compreensão do Recife oitocentista.

Henry Koster, nascido em Lisboa e filho de pais ingleses, é um dos cronistas essenciais para essa compreensão. Ele viajou para o Brasil, em 1809, por questões de saúde, já que o clima do nosso país seria favorável para sua melhora física. O seu livro *Travels in Brazil*, publicado em Londres, em 1816, traz 21 capítulos, nos quais ele detalha suas impressões sobre Pernambuco, com destaque para Recife e Olinda, os locais que hoje fazem parte da região Nordeste que ele visitou, além de trazer informações importantes de caráter econômico e político, discutindo a monocultura da cana-de-açúcar, as plantações de algodão e o papel da escravidão na estrutura social do nosso país.

Na sua chegada, Koster destacou a visão de Olinda e das plantações de coco, vistos ainda do oceano e depois seguiu para uma descrição mais minuciosa do Recife, em que explicou que a cidade era dividida em três ilhas, conectadas por duas pontes. E já no início, comentou sobre o crescimento urbano pelo qual passava a capital pernambucana. “The three compartments of the town, together, contain about 25,000 inhabitants, or more, and it is increasing rapidly; new houses are building wherever space can be found. The

population consists of white persons, of mulatto and black free people, and of slaves also of several shades.” (KOSTER, 1816, p.8-9)<sup>5</sup>

Pelo olhar de Koster, nos deparamos com um Recife onde negras escravizadas vendiam frutas e doces pelas ruas, canoieiros transportavam os moradores pelo rio Capibaribe e os mais abastados viviam em casas bonitas e ajardinadas no bairro da Boa Vista. Uma cidade cujos hábitos da população demonstravam um domínio absoluto da Igreja Católica e muitas das festividades eram vinculadas aos ritos religiosos. Ele destacou, por exemplo, a celebração da novena e a mobilização causada pela semana santa, e se surpreendeu com o número de igrejas, capelas e nichos nas ruas dedicados aos santos padroeiros.

The number of churches, chapels, and niches in the streets for saints, is quite preposterous ; to these are attached a multitude of religious lay brotherhoods, of which the members are merchants, and other persons in trade, and even some are composed of mulatto and black free people. Some of these continually beg for a supply of wax, and other articles to be consumed in honour of their patron.<sup>6</sup> (KOSTER, 1816, p.35)

O inglês descreveu as poucas instituições públicas presentes em Pernambuco, no período, evidenciando as condições miseráveis com que doentes da população pobre em geral eram tratados, enquanto as igrejas eram construídas com pompa e opulência. Também citou a Roda dos Enjeitados, onde crianças “de nascimento duvidoso”, como ele classificou, eram deixadas em conventos para serem criadas e educadas, preservando o status das famílias “respeitáveis” da elite pernambucana. Depois de suas viagens pelo Nordeste e do período em que esteve de volta à Inglaterra, Koster voltou a Pernambuco, em 1811, e se surpreendeu com as mudanças estruturais pelas quais o Recife passou, com a utilização do vidro e do ferro nas construções, símbolos do processo de modernização das cidades, marca do século XIX. O estrangeiro também destacou as mudanças nas vestimentas e nos hábitos sociais das famílias abastadas locais, influenciadas pelos

---

<sup>5</sup> Os três compartimentos da cidade, juntos, contêm cerca de 25.000 habitantes, ou mais, e está aumentando rapidamente; novas casas estão sendo construídas onde quer que haja espaço. A população é composta por brancos, por mulatos e negros livres, e por escravos também de vários matizes.

<sup>6</sup> O número de grejas, capelas e nichos nas ruas para santos é um tanto absurdo; a estes estão ligados uma multidão de irmandades religiosas leigas, das quais os membros são comerciantes, e outras pessoas do comércio, e mesmo alguns são compostos por mulatos e negros livres. Alguns deles imploram continuamente por um suprimento de cera e outros artigos para serem utilizados em honra ao seu padroeiro.



costumes de famílias europeias que vão integrando a sociedade pernambucana e modificando suas dinâmicas culturais.

Some few families had arrived here from Lisbon, and three from England ; the ladies of the former had shown the example of walking to mass in broad daylight ; and those of the latter were in the habit of going out to walk towards the close of the day, for amusement. These improvements being once introduced and practised by a few persons, were soon adopted by some, who had been afraid to be the first, and by others who found that they were pleasant. Formal silks and satins too were becoming a less usual dress on high days and holidays, and were now much superseded by white and coloured muslins, and other cotton manufactures. The men, likewise, who had in former times daily appeared in full dress suits of black, gold buckles, and cocked hats, had now, in many instances, exchanged these for nankeen pantaloons, half boots, and round hats. (KOSTER, 1816, p.188)<sup>7</sup>

São muitos os aspectos tratados por Koster em seu *Travels in Brazil* que valem reflexões para a compreensão da história do Recife oitocentista. Mas ele não foi o único cronista estrangeiro que trouxe informações preciosas sobre a cidade do período. A escritora e artista inglesa, Maria Graham, também foi responsável por muitas impressões sobre a capital pernambucana com seu livro *Journal of a Voyage to Brazil, and residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823*, publicado em Londres, em 1824. O livro conta com a introdução; o capítulo de diários, em que fala dos locais por onde passou, como Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro; o capítulo sobre a segunda viagem ao Brasil, já depois da independência, e um capítulo de apêndices. Chama a atenção, ao ler os relatos dos dois cronistas ingleses, como tanto Koster como Graham se surpreenderam com a jangada, meio de transporte comum no Recife do século XIX. Koster comentou que nada tinha criado tanto espanto a bordo da embarcação que o trouxe ao Brasil como as jangadas, o que também parece ter acontecido na chegada de Maria Graham à cidade, já que a autora escreve que a jangada não se parece com nada que ela tinha visto antes. Assim como Koster, ela conviveu com famílias abastadas da cidade, algumas de origem portuguesa e inglesa. A descrição que a cronista faz da família do então General Francisco do Rego Barros – que ficou conhecido como Conde da Boa Vista e chegou a ser presidente de Pernambuco em duas ocasiões, nas décadas de 1830 e 1840

---

<sup>7</sup> Algumas famílias chegaram aqui de Lisboa e três da Inglaterra; as damas da primeira deram o exemplo de ir à missa em plena luz do dia; e as destas últimas costumavam sair para caminhar ao fim do dia, para se divertir. Essas melhorias sendo uma vez introduzidas e praticadas por algumas pessoas, foram logo adotadas por alguns, que tinham medo de ser os primeiros, e por outros que descobriram que era prazeroso. Sedas e cetins formais também estavam se tornando menos comuns sendo vestidos em dias de festa e feriados, e agora sendo substituídos por musselinas brancas e coloridas e outras manufaturas de algodão. Os homens, da mesma forma, que antigamente apareciam diariamente de gala com ternos pretos, fivelas de ouro e chapéus armados, tinham agora, em muitos exemplos, trocado por pantalonas, botas e chapéus redondos.

– mostra que ela teve convívio com a elite tradicional pernambucana, durante a sua estada no Recife.

I found Madame do Rego an agreeable, rather pretty woman, and speaking English like a native: for this she accounted, by informing me that her mother, the Viscondeça do Rio Seco, was an Irish woman. Nothing could be kinder and more flattering than her manner, and that of General do Rego's two daughters, whose air and manner are those of really well-bred women, and one of them is very handsome. After sitting some little time, refreshments were brought in, and shortly after, the governor himself appeared ; a fine militarylooking man. (GRAHAM, 1824, p.103)<sup>8</sup>

Nos relatos de Maria Graham, muitos aspectos políticos foram citados. Ela comentou o antilusitanismo presente em Pernambuco e até terminou seu relato sobre a estada em Pernambuco deixando claro o perfil revolucionário da capitania.

We leave Pernambuco, with a firm persuasion that this part of Brazil at least will never again tamely submit to Portugal. Where the firmness and conduct of 'Do Rego have failed to hold the captaincy in obedience, it will be in vain for other governors to attempt it, particularly so long as the state of the mother country is such as that she can neither fight with nor for her colonies; and while she considers them only as taxable parts of her states, that are bound to support her in her weakness. (GRAHAM, 1824, p.131)<sup>9</sup>

A inglesa não deixou de pontuar sobre os horrores da escravidão e narrou horrorizada uma cena que assistiu de uma mulher branca batendo e torcendo os braços de uma escravizada e da situação deplorável dos escravizados, nos mercados de escravos, destacando a indiferença das pessoas com toda a situação.

Near the house there are two or three depôts of slaves, all young ; in one, I saw an infant of about two years old, for sale. Provisions are now so scarce that no bit of animal food ever seasons the paste or mandioc flour, which is the sustenance of slaves : and even of this, these poor children, by their projecting bones and hollow cheeks, show that they seldom get a sufficiency. (GRAHAM, 1824, p.107)<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> Achei Madame do Rego uma mulher simpática, bastante bonita, e falando inglês como uma nativa: o que ela justificou, informando-me que sua mãe, a Viscondeça do Rio Seco, era uma irlandesa. Nada poderia ser mais gentil e lisonjeiro do que seus modos, e os das duas filhas do general do Rego, cujo ar e modos são de mulheres realmente educadas, e uma delas é muito bonita. Depois de se sentar por algum tempo, foram servidos refrescos e, pouco depois, o próprio governador apareceu; um belo homem de aparência militar.

<sup>9</sup> Saímos de Pernambuco, com a firme convicção de que esta parte de Brasil, pelo menos, nunca mais se submeterá docilmente a Portugal. Onde a firmeza e conduta de 'Do Rego falharam em manter a capitania em obediência, será em vão que outros governadores tentem fazê-lo, especialmente enquanto o estado da metrópole for tal que ela não possa lutar nem com nem por suas colônias; embora ela os considere apenas como partes tributáveis de seus estados, que são obrigados a apoiá-la em sua fraqueza.

<sup>10</sup> Perto da casa há dois ou três depósitos de escravos, todos jovens; em uma, vi um bebê de cerca de dois anos à venda. As provisões agora são tão escassas que nenhum pedacinho de ração tempera a pasta ou a farinha de mandioca, que é o sustento dos escravos: e mesmo dessa comida, essas pobres crianças, por seus ossos salientes e bochechas encovadas, mostram que raramente obtêm o suficiente.

É interessante observar o relato de Graham e perceber a presença de crianças escravizadas, postas à venda, como a que ela viu e disse que teria por volta de dois anos de idade. Ainda hoje são escassas as publicações sobre o caso das crianças no tráfico e no comércio de escravizados. Em Pernambuco, o historiador Marcus de Carvalho é um dos pesquisadores que problematiza a questão. Segundo ele, após a proibição do tráfico transatlântico, em 1831, que não impediu o tráfico, apenas exigiu uma série de adaptações para que o negócio continuasse existindo e prosperando, mais crianças passaram a ser traficadas. Mas, mesmo no auge da atividade, no século XVIII, o número de crianças e os adolescentes traficados era significativo.

Apesar do menor valor de revenda, as crianças eram, todavia, uma boa mercadoria. No auge do tráfico, no século XVIII, quando todas essas negociações eram legais, pagavam taxas menores nas Américas, sendo que os meninos de braço costumavam ficar isentos. A fragilidade da carga humana, entretanto, refletia-se na mortalidade, sempre alta. No último quarto do XVIII, todavia, o comércio de gente já havia se rotinizado, tornando as viagens mais rápidas e a mortalidade mais reduzida do que antes. Ficou mais fácil trazer crianças que se tornaram onipresentes no comércio atlântico de cativos africanos no final do XVIII. (CARVALHO, 2007, p.6)

O viajante francês Louis-François de Tollenare também relatou sobre a situação dos escravizados em Pernambuco e sobre os carregamentos dos navios negreiros incluírem um número expressivo de crianças. Em uma nota no livro sobre sua viagem ao Brasil, o *Notas Dominicais*, no dia 16 de fevereiro de 1817, ele relata: “Os carregamentos, em geral, se compõem aproximadamente de 1/10 de homens feitos; 2/10 de mulheres de 18 a 25 anos, e o resto de crianças de ambos os sexos” (TOLLENARE, 1905, p.138). Mas sua visão sobre a situação dos escravizados demonstrava menos sensibilidade e mais preconceito, quando comparamos com a descrição de Maria Graham.

Grupos de negros de todas as idades e de todos os sexos, vestidos de uma simples tanga, acham-se expostos á venda diante dos armazéns. Estes desgraçados estão acorados no chão e mastigam com indiferença pedaços de canna que lhes dão os compatriotas cativos que encontram aqui. Grande número dentre elles padece de moléstias de pelle e está coberto de pústulas repugnantes. Entre elles vê-se homens cuja physionomia é ainda altiva ou feroz; dir-se-ia que, mordendo o freio a tremer, cogitam dos meios de se libertarem; mas, isto não passa, talvez, de uma illusão, porquanto não se percebe precaução alguma tomada contra as tentativas que possam fazer; todos não tem este aspecto inquietador. Vi negros muito calmos e muito submissos; é um espectáculo devéras singular vêr estes grandes latagões musculosos occupados a fiar algodão no fuso: é Hercules em casa de Omphale. As mulheres adultas são desagradáveis á vista; as suas formas fanadas são expostas sem vens; não parecem soffrer nem gemer; entretanto algumas amamentam crianças nuas; para a mãe e para o filho nunca ha mais do que uma tanga. As raparigas conservam os contornos graciosos da adolescência; a cor preta em pouco prejudica o encanto das suas gargantas de Hébe e dos seus seios tumidos; aos seus olhos não fallece uma certa expressão

vuluptuosa e traduzem com ingênua timidez o desejo de serem compradas por quem as observa com mais interesse; os negrinhos brincam entre si como macaquinhos, aos quais muito se assemelham nos movimentos. Nas suas brincadeiras com as negrinhas a tanga cahe freqüentemente sem que isto chame a atenção dos transeuntes. O aspecto geral não apresenta nem prantos, nem gritos, nem desespero; entretanto o estrangeiro que acaba de desembarcar não pode se furtar a um sentimento penoso, que lhe causa em primeiro lugar a vista da escravidão, e em segundo o cheiro desagradável que se desprende desta população de captivos. (TOLLENARE, 1905, p.25-26)

Tollenare foi um negociante francês que viajou para Portugal em 1816 e seguiu para Pernambuco, onde ficou até 1817. Sua viagem tinha caráter comercial, o objetivo era negociar algodão, mas o viajante fez várias anotações sobre sua estada e seus escritos foram reunidos posteriormente por Alfredo de Carvalho, no livro *Notas Dominicais*, publicado em 1905. Da mesma forma que o inglês Koster, Tollenare começou seu relato sobre sua passagem por Pernambuco citando a bela visão de Olinda desde o oceano. Comentou com espanto e admiração sobre as jangadas, destacou a estrutura da cidade do Recife e citou alguns hábitos da população local, como os negociantes se vestirem formalmente, as mulheres brancas não andarem nas ruas, para evitarem de serem vistas, e as negras escravizadas venderem frutas e alimentos pela cidade.

É interessante notar que Tollenare fez um resumo da história de Pernambuco, a partir da chegada dos Portugueses, ressaltando a passagem dos holandeses até a abertura dos portos (1808) e se lastimou por não ter tantas informações geográficas sobre a capitania. “Desejaria muito poder traçar aqui um resumo geographico da capitania em geral; mas, não pude ainda nada obter de satisfatório a este respeito.” (TOLLENARE, 1905, p.40) Mesmo assim, trouxe suas impressões sobre o mangue, os tipos de carangueijos e muitas das árvores e seus frutos, que encontrou em terras pernambucanas.

As arvores que se vêm misturar ás cercas e vicejam pelo campo afora, são: o mamoeiro, arvore de suco leitoso cujo tronco é encimado de folhas semelhantes ás da figueira; o seu fructo, parecido ao dos tomateiros, é muito succulento, mas, creio que pouco procurado. O mamoeiro não dá sombra. O cajueiro é muito commum e assaz frondoso; cresce naturalmente sem ser cultivado; mas, costumam roçar o matto em derredor e conservam-no por causa do seu fructo. Este fructo é a noz reniforme a que chamamos na Europa « noz de caju », cujas duas valvas conteem um oleo volátil e cáustico e recobrem uma amêndoa bastante saborosa; mas, o que chamam o fructo do cajueiro é o penduculo carnudo no qual está implantada a noz; é amarello, chega ao tamanho de uma pêra, sendo muito succulento. Os estrangeiros achamno um tanto acre e por isso pouco o procuram; os negros e o povo do Recife devoram-no com avidéz; creio que é muito próprio a extinguir a sêde. Cumpre distinguir o cajú de que fallo daquelle cuja madeira é tão apreciada na Europa para moveis: este é o mogno, arvore de espécie inteiramente differente; a madeira do cajueiro fructifero é esponjosa e serve apenas para lenha. (TOLLENARE, 1905, p.45)

O francês visitou engenhos e descreveu o cultivo da cana e as relações de trabalho. Também falou dos vegetais, dos animais silvestres, dos pássaros que conheceu nessas estadas, sempre com interesses comerciais. Em suas notas, entramos em contato com os hábitos consequentes do patriarcalismo da elite rural pernambucana do período. Tollenare destacou a reclusão das mulheres brancas, que literalmente se escondiam com a chegada de visitantes.

Quando um senhor de engenho visita outro, as senhoras não aparecem. Passei dous dias em casa de um elles, homem muito prazenteiro e que me cumulava de amabilidades, e não vi a sua familia nem no salão nem á meza. Doutra vez cheguei, apoz o jantar, inopinadamente á casa de um outro, cujo luxo aunciava mais gosto; percebi por terra um bordado que parecia ter sido ali atirado com precipitação. Pedi um copo d'agua para ter ensejo de passar ao aposento visinho; fizeram me esperar muito tempo. A senhora preparou uma merenda escolhida; mas, não a vi; aliás, o mesmo me succedeu em uma casa de campo perto do Recife, pertencente a um lisboêta. (TOLLENARE, 1905, p.86)

Menos pudor podia ser visto nos banhos de rio. Segundo o francês, as diversões sociais ainda eram escassas no Recife de 1817, mas os banhos de rio eram muito comuns, e reuniam famílias inteiras. “As senhoras da classe mais elevada banham-se nuas, assim como as mulheres de côr e os homens. A' aproximação de alguma canoa mergulham até o queixo, por decência; mas, o veu é demasiado transparente!” (TOLLENARE, 1905, p.130).

Nos relatos de Tollenare, predominam os aspectos econômicos, já que a sua viagem foi motivada por questões comerciais. Ele tratou dos impostos que eram pagos na capitania, do mercado de algodão, de açúcar, do tráfico de escravizados. Mas chama a atenção o destaque à revolução de 1817, já que o francês vivenciou este momento marcante da história pernambucana. No livro, ele relata os fatos de acordo com a sua visão eurocêntrica. No dia 13 de julho de 1817, o francês partiu para a Bahia e escreveu um trecho que define sua visão sobre a revolução e sobre a capitania de Pernambuco:

Esqueçamos as idéas de democracia desde que a sua applicação é impossível, e sigamos o caminho da vida nos accomodando á administração menos mápossível. Não é dado aos homens operar com o anjos. Deixando Pernambuco devo render graças ao seu clima salubre. Já disse que a brisa diária do mar tornava o calor muito supportavel. (TOLLENARE, 1905, p.245)

## **CONCLUSÃO**

Uma cidade não é feita apenas de construções, estradas e edifícios, é também sua população, seus aspectos sociais e culturais, além das questões econômicas e políticas que a cercam. Para compreender o Recife do século XIX e o seu processo de modernização,

muitas fontes são necessárias e os relatos dos viajantes Henry Koster, Maria Graham e Louis-François de Tollenare fazem parte desses documentos necessários para a construção da narrativa histórica.

Estes cronistas representam um olhar descomprometido com o rigor científico, mas trazem as cores e os sabores do momento histórico que só quem vivenciou o período é capaz de fazer. Há incompreensões, preconceitos e uma visão eurocêntrica em todos os relatos, mas faz parte do papel do historiador ler o dito e o não dito dessas mensagens, para o bem da riqueza da pesquisa histórica.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. *Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Editora UFPE, 2010.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. O desembarque do menino conguelês Camilo em Pernambuco, ou, o comércio transatlântico de crianças escravizadas depois de 1831. *In: Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional*, 3, 2007, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Santa Catarina: Florianópolis, Maio 2007. p.1-19. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/8encontro/Textos8/marcusjoaquimmacieldecarvalho.pdf>. Acesso em: 30.jul.21.

GRAHAM, Maria. *Journal of a voyage to Brazil, and residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823*. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, and Green, Paternoster-Row; and J. Murray, Albemarle-Street. 1824.

KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, Paternoster-Row. 1816.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Economia, Selecta**, Brasília, v.9, n.4, p.215–245, dezembro 2008. Disponível em: [http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n4p215\\_245.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n4p215_245.pdf). Acesso em: 30.jul.21.

SANTOS, Eliza Brito. A Presença inglesa no Recife do Oitocentos. *In: Colóquio de História da Unicap*, 14, 2020, Recife. **Anais eletrônicos...** Pernambuco: Recife, Novembro 2020. p.134-149. Disponível em:

<http://www.unicap.br/ocs/index.php/coloquiodehistoria/coloquiodehistoriaxx/paper/view/1689/572>. Acesso em: 30.jul.2021.

SANTOS, Eliza Brito. Restaurantes e Cafés: os lugares de sociabilidades e gastronomia no Recife da segunda metade do século XIX. Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2019.

SANTOS, Poliana dos. O historiador e o cronista: um diálogo sobre o tempo e o cotidiano. *In: Simpósio Nacional de História Anpuh, 27, 2013, Natal. Anais eletrônicos...* Rio Grande do Norte: Natal, 2013. p.1-11. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364319950\\_ARQUIVO\\_Ohistoriadoreocronista\\_umdialogosobreotempoecotidiano.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364319950_ARQUIVO_Ohistoriadoreocronista_umdialogosobreotempoecotidiano.pdf). Acesso em: 30.jul.2021.

SILVA, Camila Borges da. Uma perspectiva atlântica: a circulação de mercadorias no Rio de Janeiro após a transferência da Corte portuguesa para o Brasil (1808-1821). *Navigator*, Rio de Janeiro, v.16, n.32, p.21-34, 2020. Disponível em: [http://revistanavigator.com.br/navig16/dossie/N16\\_dossie2.pdf](http://revistanavigator.com.br/navig16/dossie/N16_dossie2.pdf). Acesso em: 30.jul.21.

SILVA, João Paulo Ferreira. *Primeira Invasão Francesa 1807-1808: A invasão de Junot e a revolta popular*. Academia de Ciências de Lisboa, 2015. Disponível em: <[http://www.acad-ciencias.pt/documentuploads/1679225\\_primeira\\_invasao\\_francesa\\_1807-1808.pdf](http://www.acad-ciencias.pt/documentuploads/1679225_primeira_invasao_francesa_1807-1808.pdf)>. Acesso em: 14.nov.2020.

TOLLENARE, L. F. *Notas Dominicães Tomadas durante uma residência em Portugal e no Brasil nos annos de 1816, 1817 e 1818*. Parte relativa a Pernambuco. Recife: Empresa do Jornal do Recife, 1905.

# MEMÓRIA DITA HEGEMÔNICA NA CONSTRUÇÃO DE UMA NARRATIVA HISTÓRICA NO MUSEU DIGITAL DE CAMPINA GRANDE

Thuca Kércia Morais de Lima<sup>11</sup>

## RESUMO

A proposta dessa comunicação é abordar a história e a memória campinense expostas no Museu Digital de Campina Grande, entendendo-as como construtoras de memórias ditas hegemônicas, ao entender essa construção, questionaremos e problematizaremos uma identidade forjada, na exposição, como hegemônica. Os museus têm protagonizado debates onde as relações do presente com o passado e da memória com a história são postos em evidência. A noção de memória aqui empregada vai de encontro ao que sugere Joel Candau (2014), quando a coloca como “uma reconstrução continuamente atualizada do passado”, acreditamos que ela sirva a diversos propósitos, dentre eles, como “força de identidade” de um lugar, para tanto, nossa visão é de que a “identidade é celebração móvel” como pensou Stuart Hall (2015), podendo ser adquirida ou perdida, na medida em que esta é politizada. Amparados em Candau quando afirma que “a memória é a identidade em ação”, buscamos entender como determinadas categorias como história, memória, identidade, são articulados por meio das produções, bem como da forma como estão dispostas e que essa articulação é pensada para a formação de sensibilidades entre o público.

**Palavras-Chaves:** Memória; Identidade; Museu; Campina Grande

## O MUSEU

Importante polo industrial, universitário e tecnológico, Campina Grande destaca-se entre os municípios paraibanos no que tange a prestação de serviços, bem como no chamado turismo de eventos, sobretudo por realizar anualmente a festa do Maior São João do Mundo, festividade presente no calendário campinense desde a década de 1980. A cidade está situada no agreste paraibano, há 130 quilômetros da capital João Pessoa.

Às margens do Açude Velho, espaço considerado patrimônio campinense, está localizado o Sesi Museu Digital, suas instalações foram inauguradas em 2017 pelo Departamento Regional do Serviço Social da Indústria (SESI/PB) ligado a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP). O prédio que abriga a exposição foi construído como Monumento ao Sesquicentenário de Campina Grande, construído na gestão do prefeito Romero Rodrigues.

---

<sup>11</sup> Doutoranda em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, vinculada a linha de pesquisa Cultura, patrimônio e Memória, desenvolve a pesquisa sobre as representações da cidade de Campina Grande como cidade da grandeza, a partir da exposição do Museu Digital, tem como orientadora a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Mariana Zerbone.



A proposta do museu foi elaborada por uma equipe multidisciplinar das áreas de história, informática, ciências da computação, telecomunicação, arte e mídia, dentre outras. O projeto foi realizado com recursos do Serviço Social da Indústria (SESI/PB), da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP) e contou com o apoio do Conselho Nacional do Sesi, e da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), o espaço compõe uma das unidades pertencentes ao Sistema Indústria, ressaltando o fato de que é o único no Brasil sediado em uma cidade interiorana, em decorrência da pujança industrial de Campina Grande.

O museu atende a um público amplo e variado: pesquisadores, curiosos pela história, amantes da tecnologia, turistas dos mais diversos lugares, os estudantes das redes públicas e privadas do município, de toda Paraíba e estados circunvizinhos. O espaço conta com serviço de mediação cultural (monitores), que auxiliam na utilização das ferramentas digitais para a apreensão da história local.

No museu são encontradas dez instalações que correspondem a diversos temas da história campinense, a seguir os descrevemos:

***Tropel:*** Produção cinematográfica do cineasta campinense Helton Paulino transmitida a partir da tecnologia de *videowall* (equipamento que consiste em uma série de monitores conectados fisicamente em arranjo, de modo a formar uma grande tela. Normalmente são compostos por painéis de LCD ou LED), o vídeo reproduz uma viagem de tropeiros com suas tropas de burros saindo do sertão do estado com sentido ao litoral até chegar à cidade de Campina Grande.

***Ciclos Socioeconômicos:*** Uma das formas de entendermos a história de um lugar é elegendo categorias de análises que propiciem o entendimento da sociedade. Uma dessas categorias, a dos ciclos socioeconômico, capaz de nos fazer entender como a dinâmica social é moldada conforme as atividades econômicas daquela localidade, essa temática é abordada por meio de jogos digitais, elaborados como uma ferramenta lúdica para o aprendizado.

***Campina 360°:*** Nesse equipamento, há os óculos de realidade virtual, onde é transmitido um vídeo em perspectiva de 360° de uma quadrilha junina dançando na pirâmide do Parque do Povo, local símbolo por excelência do Maior São João do Mundo, tradicional festividade campinense que ocorre desde os anos 1980, e atrai turistas não só do Brasil, mas do mundo todo nos 30 dias do mês de junho.

**Signos do Moderno:** Nesse momento prioriza-se a história campinense a partir da primeira metade do século XX, promovendo uma percepção da modernidade na cidade. Aqui elegeu-se signos de modernidade capaz de exprimir os elementos responsáveis pela transformação das sensibilidades urbana e da população. Os signos são: Transportes, Comunicação, Abastecimentos (hídrico e elétrico), Arquitetura, Cinema. A abordagem é feita a partir de *tablets*, que exibem o conteúdo elaborado dentro de um software por meio de pequenos textos, fotografias e vídeos.

**Cidade da Cultura:** Dispondo da mesma tecnologia do item descrito anteriormente, Cidade da Cultura é um momento dedicado às manifestações culturais de Campina Grande, uma primeira tela é destinada ao cinema e teatro, ressaltando as produções bem como os artistas e autores nelas envolvidos. Um segundo tablet trata dos eventos existentes na cidade, ressaltando, claro o Maior São João do Mundo.

**Mapa Digital:** O mapa digital foi elaborado a partir de várias tecnologias, e funciona com um projetor, um monitor e um sensor de presença humana. Um grande mapa é projetado no piso ressaltando alguns lugares de memória existentes em Campina Grande: o Açude Velho, o Açude Novo, o Parque do Povo, o Parque da Criança, o Museu do Algodão, as ruas Maciel Pinheiro e João Pessoa, a Praça Clementino Procópio, e a sede da FURNE. Ao pisar sobre um dos desenhos do mapa, na tela é projetado a história do lugar representado pelo desenho, os textos utilizados nos vídeos são didáticos, e foram elaborados de forma que todos os públicos entendam.

**Cidade Industrial:** Esse ponto ressalta essa característica latente em todo desenvolvimento de Campina Grande, a abordagem é feita através de seis cubos dedicados aos diversos setores da indústria tal como: alimentos, algodão, construção civil, calçados, têxtil, e distrito industrial. Cada um trazendo fotografias antigas e recentes sobre o tema e ainda um pequeno texto explicativo. A cima deles há duas telas onde é possível ter acesso a dois livros digitais, o primeiro sobre o Conselho Nacional do SESI, edição comemorativa aos seus 70 anos, o segundo título é o “Memorial FIEP – seis décadas de ações transformadoras”, lançado em 2009.

**Campina Grande Acolhedora:** Nessa sessão, o Museu Digital homenageia seus “fieis forasteiros”, acreditando na sua importância colaborativa em diversos setores da vida campinense, tal como comércio, artes, educação, saúde. Foram selecionadas treze pessoas, conhecidas por sua atuação pública em Campina Grande, e elas prestaram seus

depoimentos mencionando de onde vieram, qual motivo de terem aportado em Campina, e qual suas relações atuais com a cidade.

**Karaoke:** Apesar de ser um equipamento com fins recreativo, o karaokê também pode ser problematizado nessa pesquisa, na medida em que se constitui de um objeto de produção de identidade e pertencimento fortíssimo. Nele, encontramos dez músicas que foram cantados ao longo da história campinense, por artistas consagrados a exemplo de Marinês, Elba Ramalho, Jackson do Pandeiro, ou Biliu de Campina.

**Cidade da Grandeza:** Esse é o título dado ao curta-metragem produzido pelo cineasta Otto Cabral, que é exibido numa sala ambientada com projetores, sistema de som, luzes e mobília para que se aproxime ao máximo de um cinema. O filme, feito em 2017 mostra a cidade, buscando reforçar sua ideia de grandeza, filmados sempre do alto, os principais lugares de memória são exibidos em seu pleno funcionamento do amanhecer ao anoitecer, nos dando uma visão de cidade em movimento.

Cada equipamento descrito, será analisado nessa pesquisa no que se refere ao seu conteúdo, na medida em que o mesmo tem como base de sua construção o conhecimento histórico que se produziu sobre Campina Grande, nessa análise compreende-se que a memória que se preservou naquele espaço tem a pretensão de ser hegemônica, ou seja, mostra-se como memória oficial da cidade em detrimento de outras possíveis memórias.

## **MEMÓRIA E IDENTIDADE NO MUSEU DIGITAL**

Dentro dessa pesquisa, acreditamos, assim como Joel Candau que a memória é “uma força de identidade” (2014, p. 17), ou seja, acreditamos na capacidade que esta tem de produzir identidades, pois, por trás da exposição museológica há um objetivo, uma meta a ser alcançada, sua base pode ser histórica, mas também ideológica, política, econômica.

Os museus enquanto instituições produtoras/reconstrutoras de uma história, devem ser analisados sobre o viés da memória, na medida em que está ligada às questões da vida humana, e, segundo Jacques LeGoff, a memória, além de conservar algumas informações e se constituir como uma das funções psíquicas, atua também no sentido de “atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LEGOFF, 2003, p. 419).

Essa memória parece estar cada vez mais a serviço da sociedade, das instituições, de determinados grupos, que querem ser lembrados e fazer lembrar de algo, é cada vez mais comum enxergarmos a memória coletiva como essencial na construção desses espaços de rememoração, preocupação que se deu a partir do final do século XIX, com a consolidação do discurso nacionalista. Diferentemente daquela época, hoje, não se acredita mais na musealização do passado como forma de reproduzi-lo tal qual ocorreu, mas como diz Ecléa Bosi “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado (BOSI, 1994, p. 55).

Para Candau (2014) museus como lugares e locais de memórias, funcionam como extensões da memória, ao afirmar isso, precisamos entender que há, além da memória, a Protomemória, e a “transmissão protomemorial se faz sem pensar, age sobre os indivíduos de maneira involuntária, advém da imersão na sociedade, desde a primeira infância, mas do que de uma transmissão explícita” (CANDAU, 2014, p. 119).

E é, muitas vezes, esse tipo de transmissão a que recorrem os espaços de memória, eles nos fazem ver aquilo que se consolidou como oficial/total/ hegemônico de uma dada sociedade ou grupo. Aquilo que é dito tradicional, ainda segundo o mesmo autor o que denominamos como tradição própria a um grupo é a combinação entre transmissão protomemorial e memorial que interagem uma sobre a outra (CANDAU, 2014, p. 121),

Falar de memória tendo como ponto de partida os museus, veremos que a memória temporaliza o território, marcando-lhe fronteiras, que agem como significantes (CATROGA, 2015, p. 24), por isso é tão imprescindível que a atrelemos as identidades. Há, por parte de nós historiadores, a necessidade de se questionar que memória está sendo perpassada num determinado museu, ele diz respeito a quem? Ela é uma representação de que grupo/sociedade? Lembremos que que “é na exposição que se decidirão os discursos que serão lembrados e os que serão jogados na escuridão do esquecimento” (BRAHM; RIBEIRO; TAVARES, 2016, p. 692).

A seleção da memória, do discurso que entrará para a História, muitas vezes não diz respeito ao historiador, mas a instituição, ao poder simbólico daquele que pensou o museu, que o criou e o mantém, seja o Estado, a iniciativa privada, ou o terceiro setor. Diante disso, só nos resta “reconhecer a memória como objeto de disputas, conflitos e lutas, em que os participantes estão relacionados com os dispositivos do poder” (BRAHM; RIBEIRO; TAVARES, 2016, p. 691).

Dito assim, acreditamos que “nas práticas culturais, na construção de um monumento [...] há o jogo político, e que pode ser institucional ou não” (SEVERINO, 2010, p. 53), muitos discursos se cruzam numa dada exposição museal, mas nem sempre é o lado do historiador que prevalece, mas, como afirmei anteriormente, daqueles que detém o poder sobre a instituição, assim, o acervo confirma/afirma o discurso (BRAHM; RIBEIRO; TAVARES, 2016, p. 692).

Mas não estamos negligenciando nem subestimando a importância da historiografia nesse processo, como se relegássemos a uma posição secundária, ao contrário, é em nome dela que o poder atua, ou pelo menos, justifica-se. De acordo com Fernando Catroga, “a historiografia também funciona como fonte produtora (e legitimadora) de memórias e tradições, chegando mesmo a fornecer credibilidade científica a novos mitos de (re)fundação de grupos e da própria nação” (CATROGA, 2015, p. 73).

Inevitavelmente o museu é espaço de disputas de memórias, representantes de poderes subjacentes, sobretudo por vincular neles uma história e uma memória dita hegemônica quando na verdade, é, não raro, elitista, José Roberto Severino nos chama atenção quando analisa os monumentos presentes nas cidades, o que nos dá um escopo para pensarmos a construção dos museus, ele diz que “as tensões presentes na composição das representações não escapam à dinâmica das forças sociais de cada município/localidade” (SEVERINO, 2010, p. 51), é notório o fato de que

A cidade só ressalta a memória de sujeitos bem-sucedidos [...] os indivíduos que passam adiante do seu grupo social são valorizados como os verdadeiros responsáveis pelo processo de transformação das cidades [...] A definição e o uso dos monumentos poderiam sofrer a ingerência de camadas da população que não tem vez/voz para fazê-lo” (SEVERINO, 2010, p. 52)

Mas a opção por retratar essas memórias – que são mais interessantes do que aquelas advindas de pessoas ditas comuns, não é apenas uma forma de homenagear, mas de privilegiar, de dar preferência a uma memória que afirme a superioridade, que confira aquela história um caráter mais brilhante, mais inusitado, mais relevante. E nesse percurso acaba-se de tomando a memória de uns como memória de todos, mesmo que ela não corresponda assim, de tal forma.

Indubitavelmente, “a concepção, produção, preservação de monumentos não ocorre de forma neutra, desvinculada dos embates que compõe a memória coletiva” (SEVERINO, 2010, p. 52), o estabelecimento de um monumento, de um museu, por exemplo, é parte de um projeto de se impor uma memória coletiva. Pois, como já vimos,

“a memória é um importante mecanismo cultural para fortalecer o sentimento de pertencimento” (BRAHM; RIBEIRO; TAVARES, 2016, p. 692). Cabe a cada um, interpretar e estabelecer o valor que essa memória, tem sobre si, sobre sua existência, tarefa que não é fácil, mas é possível, como diz Joel Candau:

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. (CANDAU, 2014, p. 16)

Cabe ainda discutir aqui que a memória, assim como o passado é fruto do presente, é uma representação de hoje sobre o ontem, como diz Aleida Assmann: “o passado é uma construção livre baseada em seu respectivo presente” (ASSMANN, 2011, p. 21). Ou como nos complementa Catroga:

E como houve passado, presente e futuro no passado, há passado, presente e futuro no presente, haverá passado, presente e futuro no futuro [...] viver no presente real é viver a riqueza da memória de ação (2015, p. 35).

Nós buscamos recompor o passado a partir de memórias e o que conseguimos extrair são representações, presentificamos um passado a partir das lentes que o nosso real, o nosso agora nos oferece, nesse percurso uma luz nos é acesa por Catroga ao analisar a empreitada de Paul Ricoeur:

Ricoeur procurou decifrar o enigma da representação do passado na memória. E recorreu à reposta dada por Platão no Tecteto através do êikon, isto é, da imagem-recordação, a fim de sublinhar o seu paradoxo: ele é a presença, no espírito do homem, de uma coisa ausente, ou melhor, é presença da ausência (CATROGA, 2015, p. 17)

Em outras palavras, a memória que temos sobre o passado também é uma representação, afirmamos isso amparados na Nova História Cultural, que nos faz entender que lidamos, cada vez mais, com o ter-sido, com as possibilidades múltiplas de uma dada realidade, de um dado tempo.

Quando pensamos nos possíveis desdobramentos das memórias dispostas num museu, um dos possíveis caminhos é entender que as mesmas são um forte elemento na construção/representação de identidades. Nos apegamos a concepção de Sandra Pesavento, que afirma que identidade enquanto representação social, é uma construção simbólica de sentido a partir da ideia de pertencimento, que produz coesão social (PESAVENTO, 2005, p. 89-90).

Como anunciado na epígrafe dessa seção, a estreita ligação entre memória e identidade é crucial para entendermos o propósito dos museus na contemporaneidade, o

próprio Candau ainda afirma que “transmitir uma memória e fazer viver, assim, uma identidade não consiste, portanto, em apenas legar algo, e sim, uma maneira de estar no mundo” (CANDAU, 2014, p. 118). Corroborando com Candau, o historiador Dominique Poulot, já sinalizara ao fato de que “os museus de história se inscrevem comumente em uma perspectiva identitária para defender uma convicção, uma nação ou comunidade”. (POULOT, 2013, p. 35).

Acreditando que a identidade é representada como aquilo que permanece semelhante a si mesmo no tempo. (CANDAU, 2014, p. 201), enxergamos o museu como um espaço de possíveis encontros com aquilo que nos é semelhante, mas também de desencontro, na medida em que:

A identidade deve apresentar um capital simbólico de valorização positiva, deve atrair adesão, ir ao encontro das necessidades mais intrínsecas do ser humano de adaptar-se e ser reconhecido socialmente (PESAVENTO, 2005, p. 91).

Não podemos afirmar que haja uma garantia dessa compatibilidade por parte de todos que visitam uma exposição museológica, na medida em que nem todos compartilham de um mesmo capital simbólico, para Bourdieu os símbolos são instrumento da integração social (UZEDA, 2016, p. 75), sobre isso, Helena Uzeda ao se referir aos museus de cidade afirma que:

Ainda que nem todas as memórias e representações do patrimônio culturais, atados a essa rede espaço-temporal sejam reconhecidos como balizadores de identidades, uma relação conjunta de pertencimento acaba sendo construída pela reafirmação de características e elementos simbólicos que, de alguma forma, vinculam-se a história e a memória do grupo (2016, p. 76)

A simbologia trazida pelos artefatos de um museu pode ou não fazer sentido para determinados sujeitos. Embora os museus sejam “instituições evocadoras de memória, de sensações, onde o público tenta descobrir, aprender e ampliar mais seus conhecimentos e sua consciência de identidade” (BRAHM; RIBEIRO; TAVARES, 2016, p. 690), precisamos estar atentos ao contrário, posto que, como nos alerta Pesavento: “os excluídos podem experimentar processos reativos a esse fenômeno, articulando identidades próprias, face ao mundo dos incluídos que os rechaça (2005, p. 92).

Ainda sobre esse capital simbólico mencionado anteriormente, e que outros teóricos denominam de outras formas, precisamos deixar claro que ele é construído seja pelos meios de comunicação, por meio da educação escolar, mas sobretudo transmitidos através de costumes, da memória coletiva, da tradição. Estar ou não incluso numa

identidade é irrelevante para que este capital continue existindo. Vejamos, o que nos diz Candau:

Pode existir um núcleo memorial, um fundo ou um substrato cultural, ou ainda o que Ernest Gellner chama de “capital cognitivo fixo” compartilhado por uma maioria dos membros de um grupo e que confere a este uma identidade dotada de uma certa essência. (CANDAU, 2014, p. 26)

Nota-se aí, que o autor fala de uma maioria, mas que não se pode generalizar, os membros de uma sociedade são múltiplos, estão marcados por muitas diferenças sociais, culturais, políticas, econômicas, espaciais, que impedem de partilhar, inclusive, de um capital simbólico.

O sentido de pertencimento do patrimônio cultural representativo das cidades deve ser sentido como parte constitutiva e indissociável de um espaço simbólico, uma construção imagética facilmente reconhecida por seus habitantes e não habitantes (UZEDA, 2016, p. 77)

A identidade é uma consciência de si mesmo, vivenciada simultaneamente de forma individual e coletiva, é oportuno aqui reproduzir a pergunta de Helena Uzeda: Como em meio a grande diversidade das identidades que compõem o cenário urbano seria possível eleger e reconhecer um patrimônio comum? (UZEDA, 2016, p. 74). Como um museu representaria a todos, se não há uma unicidade identitária entre os sujeitos existentes numa comunidade?

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Acreditando que "a lembrança é a sobrevivência do passado" (BOSI, 1994, p.53), a memória passa a ser o substrato para reconstrução de possíveis passados, possíveis pelo fato de acreditarmos, assim como nos induz a História Cultural, que o que ela produz são representações de um passado, o que poderia ter sido, e não a reconstrução fiel em si.

Assim, o acionamento de memórias na construção de uma exposição museal, nos reforça a ideia de que só é visível aquilo que se quis mostrar, aquilo que foi artificialmente montado, estruturado de maneira que parecesse real, coerente e convincente.

Na construção de uma exposição museal percebemos a articulação de diversas memórias que são dispostas de modo a corresponder a uma identidade forjada como hegemônica, que tem o intuito de produzir ressonâncias nas pessoas que aquela exposição visitarem. Dessa forma, somos levados a crer, como nos orienta Candau, que a história, portanto, pode ser parcial e responder aos objetivos identitários.



Aqui tentamos esboçar uma das possíveis formas de discutir os museus a luz da chamada Nova História Cultural, utilizando-se de seus métodos, e sobretudo de seus conceitos primordiais, sendo possível assim, retirar o museu do pedestal do monumento criado para admiração, para lembrança, para preservação do passado.

## REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural*. – Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAHM, J. P. S.; RIBEIRO, D. L.; TAVARES, D. K. *Memória e Identidade: a musealidade no Museu Gruppelli, Pelotas, RS*. RELACult – Revista Latino Americana de Estudos em Cultura e Sociedade. V. 2. Edição especial, dez/ 2016 (p. 684-705)

CANDAU, Jöel. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2014.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. – Rio de Janeiro: FGV, 2015.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003

PESAVENTO, Sandra Jathay. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

POULOT, Dominique. *Museus e Museologia*. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (Coleção Ensaio Geral)

SEVERINO, José Roberto. **Patrimônio, Cultura e Identidade na Cidade**. Políticas Culturais em Revista, vol 1, nº 3, 2010 (p. 47-65).

UZEDA, Helena Cunha de. *Os Museus de cidades e o processo de interpretação da memória dos centros urbanos*. Museologia e Patrimônio – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Unirio/ MAST. V. 9, nº 2, 2016.



## **ST- 02. HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA: PARA ALÉM DA EUROPA**

### **COORDENAÇÃO:**

**Albino Mário Santos Dantas (PGH/UFRPE)  
Raíssa Orestes Carneiro (PPGH/UFPE)**

# A ESCRITA DA HISTÓRIA: DISPUTAS E PERSPECTIVAS SOBRE A PINTURA NA AMÉRICA PORTUGUESA

Paulo José Falcão Patriota<sup>1</sup>

## RESUMO

A seguinte comunicação propõe a identificação da produção historiográfica sobre a pintura na América Portuguesa, entre os séculos XIX e XXI. Não temos a pretensão de listar toda a historiografia já elaborada sobre esta temática, mas indicar trabalhos que puderam contribuir ativamente para a expansão, divulgação e reflexão sobre a arte da pintura realizada entre finais do século XVI e meados do século XVIII nos domínios luso-americanos. Partindo de uma análise sobre a compreensão do conceito de pintura na época moderna, tentaremos perceber a maneira que a produção pictural se estruturou na América Portuguesa e como os historiadores analisaram essa questão entre os séculos XIX e XXI.

**Palavras-chave:** América Portuguesa; Historiografia; História da Pintura.

## DISPUTAS E PERSPECTIVAS SOBRE A PINTURA NA AMÉRICA PORTUGUESA

O conceito de pintura pode ser entendido de formas diversas, de acordo com Raquel Quinet Pifano, entre os séculos XVI e XVIII uma querela foi travada entre partidários do desenho e os partidários da cor, chamados respectivamente de “poussinistas” e “rubenistas”. Essa disputa intensa foi marcada pela elevação da arte pictural a uma categoria pertencente às ditas Artes Liberais<sup>2</sup>, sendo essa questão responsável por uma significativa produção artística e da crítica da arte na defesa de formas, contornos e sombras do desenho em relação à cor. Na América Portuguesa, os artistas e artífices estavam imersos nesta disputa, marcando esse momento o tratado *Arte da pintura, Symmetria e Perspectiva* (1615) do português Felipe Nunes, único documento em língua portuguesa entre os séculos XVII e XVIII que lançava uma reflexão mais abstrata, teórica, acerca da natureza da arte pictural.

Nunes entendia a pintura como uma representação da forma de alguma coisa, lançadas certas linhas e traças, essa definição marcava a influência da tradição pictórica de Leon Battista Alberti (1404-1472) nos tratados sobre pintura a partir do século XV (GOMES DE MORAIS,

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH/UFPE).

<sup>2</sup> O processo pelo qual as artes do desenho ganharam o estatuto de Artes Liberais é bem conhecido no que diz respeito à Itália, e foi parcialmente decidido na Florença de meados do século XVI pelo duplo esforço de Vasari, que deu à sua cidade e à arte italiana duas contribuições inestimáveis: a publicação de *Le vite de più eccellenti pittori, scultori et architettori* (1550/1567) e a fundação da Accademia del Disegno, em 1563; instituição pioneira de uma série, que continuou com a Accademia di San Luca, de Roma, em 1593; seguida da Accademia degli Incamminati de Bolonha, em 1598; e teve seu momento de culminância com a Académie de Peinture et Sculpture, criada na França, em 1648, por Mazarino. Essas instituições estiveram na base do amplo sistema das artes do Ocidente europeu que, apesar de variações regionais, definiu um conjunto mais ou menos homogêneo de idéias e rotinas praticadas nos ateliês, uma hierarquia de gêneros, um estatuto social para o pintor e um papel específico para a pintura no interior da sociedade. GOMES JR (2007)

2014). Esse último indica que a pintura resulta da circunscrição, composição e recepção de luz, sendo o elemento cor diluído em recepção de luz, ou luz e sombra, claro-escuro e assim por diante. Raquel Quinet Pifano escreveu:

Certamente, ao emergir na colônia portuguesa, o modelo de representação pictórica “albertiano” passa pelo filtro contra reformista, sofrendo adequações, mas ainda assim se mostrando um modelo legítimo. Filipe Nunes e Alberti tinham em comum a compreensão da pintura como desenho. Mas, se por um lado, ao aproximá-los, o forte matiz tridentino do tratadista português os separam, por outro será justamente pela via tridentina que Nunes assimilará as lições de Alberti. (PIFANO, R. Q. 2009)

É evidente que a discussão acerca da conceituação sobre a pintura influenciou os artistas coloniais, entretanto, mesmo sendo o desenho o aspecto mais valorizado na pintura, a cor não poderia deixar de se fazer presente e não foi totalmente descartada. De acordo com a filósofa e historiadora da arte Jacqueline Lichtenstein, a cor na pintura é um componente irreduzível da representação que escapa à hegemonia da linguagem, essa expressividade pura de um visível silencioso que constitui a imagem enquanto tal.

Outra definição merece destaque para o entendimento da pintura na América Portuguesa; a pintura como poesia, como ferramenta de contar histórias, especialmente bíblicas, e persuadir por meio da cor e do desenho. Esta última definição ganha destaque a partir das disposições aprovadas no Concílio de Trento e tiveram grandes consequências na produção da arte sacra, indo além dos cânones artísticos, na forma, nos suportes e no modo de transmissão de ideias, doutrinas e práticas religiosas. Dessa forma, a Reforma Católica impactou a maneira da representação do sagrado, tanto pela reafirmação da legitimidade das imagens sacras, como no caso dos santos, mártires, da Virgem e de Cristo, como no ensino/instrução das histórias bíblicas para o povo a partir das imagens (PAIVA, 2014).

Havia uma percepção daquilo que se poderia designar por uma função pedagógica e catequética das imagens. Estas constituíam, assim, uma espécie de Bíblia dos rústicos, um veículo de difusão de mensagens mais facilmente entendível por quem não dominava a escrita e, conseqüentemente, tinha mais dificuldade em aceder à doutrina através do livro e da palavra. Além de que a imagem transmitia, igualmente, e de forma mais evidente, uma carga de emotividade que se adaptava melhor aos códigos de compreensão de populações com graus mais reduzidos de alfabetização. (PAIVA, J. P. 2014, p. 24-25)

Apesar de José Pedro Paiva analisar os impactos tridentinos em Portugal, as consequências dessa questão certamente atingiram a América Portuguesa, em menor ou maior grau a depender da perspectiva historiográfica. Bruno Feitler, ressalta que Lana Lage e Ronaldo Vainfas divergem no quando e como as normas conciliares chegaram ao Brasil. Feitler indica, que, enquanto Vainfas aponta para uma influência tridentina iniciada com os missionários

jesuítas no início da colonização, Lage baseia sua perspectiva na ação institucional dos bispos, o que implica na aplicação tardia das normas conciliares no início do século XVIII, com a promulgação das Constituições em 1707. Apesar da divergência historiográfica, Feitler compreende as duas teses como passíveis de entrelaçamento.

A exemplo de como a arte pictural do período pós-tridentino objetivava a instrução e persuasão, podemos utilizar a obra de um dos maiores e mais importantes nomes da pintura colonial, José Joaquim da Rocha (1737-1807) e sua pintura em perspectiva no teto da nave da Igreja da Conceição da Praia da Bahia. Carlos Ott na obra *A Escola Baiana de Pintura* (1982), ressalta que Joaquim da Rocha na pintura da Conceição da Praia foi auxiliado por dois ou três teólogos, sendo esses responsáveis pelo tema central, Santo Elias, e por alguns assuntos tradicionais, como A Anunciação e a Visita de Nossa Senhora a Sta. Isabel R. Smith nos quadros laterais.

É evidente que a Igreja, representada por sua malha eclesiástica, estava preocupada em estabelecer padrões aceitáveis de representação Imagética, não apenas esteticamente, mas na capacidade de transmissão de idéias para os fiéis. Ott compreende Joaquim da Rocha como um fiel seguidor das tendências pensadas/produzidas pelo pintor flamengo Otto Van Veen e seu aluno, Peter Paul Rubens. Isto posto, podemos conjecturar que a pintura produzida na América Portuguesa estava diretamente ligada às tendências barrocas europeias, tanto de Portugal como das regiões Flamengas. Entretanto, foram aplicadas no Brasil por artífices e artistas provenientes das ordens religiosas, confrarias e irmandades leigas.

## **O DESENVOLVIMENTO DA HISTORIOGRAFIA SOBRE A PINTURA NA AMÉRICA PORTUGUESA**

Como método para o entendimento da escrita da história sobre a pintura colonial, foi utilizada a demarcação formulada pelo historiador Guilherme Simões Gomes Júnior, fruto de sua obra *Palavra peregrina: o Barroco e o pensamento sobre artes e letras no Brasil* (1998). Gomes Júnior percebe quatro momentos diferentes no desenvolvimento histórico do barroco – consequentemente, da pintura colonial – diante dos historiadores brasileiros; o primeiro momento se refere ao entendimento sobre as artes formulado pelas instituições do Império, notadamente a Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

O segundo momento faz referência ao modernismo iniciado nos anos 1920, principalmente na figura de Mário de Andrade e sua apropriação conceitual sobre o barroco

como herança artística colonial. O terceiro momento pode ser compreendido como a especialização do estudo sobre as artes no período colonial, a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN) em 1934, pesquisadores como Luiz Jardim, Hannah Levy e Lourival Gomes Machado puderam aprimorar o entendimento conceitual sobre a arte barroca e abrir um leque de novas linhas/metodologias de pesquisa.

Por último, mas não menos importante, o quarto momento indicado por Gomes Júnior se relaciona com a proposta de uma história literária do barroco. Em meados do século XX, a conceituação se torna um assunto da teoria literária e passa a ser explorada por pesquisadores como Otto Maria Carpeaux e Sérgio Buarque de Holanda. Por fazer parte da teoria literária, distante conceitualmente das teorias sobre a arte da pintura no período colonial, não iremos nos aprofundar em estudos relacionados a esse momento. Como último momento, propomos a identificação das principais pesquisas realizadas durante esse período por pesquisadores que podem ser considerados proeminentes em suas linhas de pesquisa nos últimos 20 anos.

## **PRIMEIRO MOMENTO**

Como Hanna Levy indica no artigo *A Pintura Colonial no Rio de Janeiro* (1944), Manuel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879) é considerado o patrono da história da arte brasileira, sendo o primeiro autor a mencionar o assunto da pintura barroca no Brasil. Foi formado pela pedagogia neoclássica dos artistas que participaram da chamada “Missão Artística Francesa” de 1816 e que em 1826, fundaram, no Rio de Janeiro, a Academia Imperial de Belas-Artes (AIBA), sendo Jean Baptiste Debret (1768-1848) seu professor mais influente. Também foi um dos primeiros sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição que ao lado da AIBA, buscava legitimar e fortalecer o poder monárquico por meio da atribuição de sentidos e funções no entendimento sobre a história nacional e as belas artes.

De acordo com Guilherme Gomes Júnior, Porto-Alegre foi, provavelmente, o primeiro a utilizar o termo Barroco em um sentido estilístico no Brasil e já esboça em suas reflexões uma teoria pendular da história da arte, baseada na ideia de um ir e vir entre formas clássicas e formas amaneiradas ou barrominicas. Além de ser um dos primeiros a produzir trabalhos historiográficos sobre as artes na América Portuguesa, Porto-Alegre se apropria da noção de *Escola de Pintura*, formulada inicialmente para o estudo dos estilos e formas de produção artística pelo historiador e arqueólogo alemão Johann Joachim Winckelmann (1717-1768) e posteriormente aprimorada pelo padre italiano Luigi Lanzi, em sua obra *Storia Pittorica dell'Italia* (1792).

Leticia Squeff indica que Manuel de Araújo Porto-Alegre se apropria dessa noção para escrever a história das artes no Rio de Janeiro – Escola Fluminense de Pintura – e parte para uma interpretação menos pejorativa dos artistas barrocos do período colonial, por encarar a arte produzida no Brasil como um processo evolutivo que culminaria na produção artística da Academia Imperial de Belas Artes. Ao pensar em escola, o autor, pintor e crítico de arte do século XIX, busca exaltar uma peculiaridade, uma particularidade local em detrimento das artes pictóricas produzidas nos grandes centros europeus. Essa peculiaridade das escolas pensada por Lanzi, está relacionada em função de critérios que incluíam sua localização na geografia, a relação entre mestres e discípulos e a forma particular de produzir obras de arte. Sobre a utilização do termo “escola de pintura” por Porto-Alegre:

A ideia de escola foi utilizada como referência não apenas geográfica genérica – “a escola fluminense de pintura” –, mas também como maneira típica de cada artista. Porto-Alegre insere os artistas da colônia sob um epíteto duplamente simbólico. Em primeiro lugar, organiza o grupo a partir de sua localização na geografia da antiga colônia portuguesa: o adjetivo “fluminense” circunscreve os artistas num determinado contexto climático-geográfico. E aqui existe uma apropriação explícita do sistema usado por Lanzi, que também dividira as escolas italianas em função de sua localização geográfica. Por outro lado, ele menciona a “escola” de Manoel Dias, do mesmo modo como se referira à “escola” de Montigny ou de Debret. (SQUEFF, L. 2015. P. 71)

De maneira geral, podemos compreender os trabalhos empreendidos por Manuel de Araújo Porto-Alegre como os primeiros a tocar, talvez riscar, os problemas da pintura produzida no período colonial, tendo feito, inclusive, análises consideradas rasas e sem pormenores essenciais para os parâmetros atuais da história da arte. Contudo, é importante frisar que a contribuição desse intelectual é grandiosa diante do material disponível para suas pesquisas e das limitações geográficas entre os centros pictóricos no Brasil e até mesmo no interior do Rio de Janeiro. A exemplo da falta de detalhes em suas análises – que pouco fala sobre a pintura em si – podemos citar a descrição de Porto-Alegre acerca do painel atribuído ao Frei Ricardo do Pilar (1635-1700) no altar da sacristia do convento dos Beneditinos, o autor escreveu em sua *Memória sobre a Antiga Escola Fluminense de Pintura* (1841):

Muito além de Giotto e Cimabue, aquela imagem produz em nossa alma a mais elevada inspiração religiosa; há nela uma mágica incompreensível de expressão e harmonia; a sublimidade da poesia mística, a crença só pode produzir semelhantes maravilhas, e sem estes sentimentos angélicos a terra não possuiria o retrato do Salvador por André del Sarto, o Ecce Homo de Cigoli, e o Nascimento de Jesus Cristo de Siqueira. (LEVY, H. 1944; Apud PORTO-ALEGRE, M. A. 1841. P. 71-72)

A partir de seus trabalhos, foram produzidas as obras de Luiz Gonzaga Duque Estrada, Manuel Duarte Moreira de Azevedo, Macedo e Araújo Viana. Entre as pesquisas realizadas, foi quase exclusivamente Gonzaga Duque (1863-1911) quem procurou aprimorar a visão dada por Porto-Alegre; analisou o estilo particular de artistas como João de Sousa e Leandro Joaquim, dos quais Porto-Alegre só havia falado de maneira superficial. No entanto, temos a impressão de que o aspecto particular da obra de Porto-alegre como fonte não foi tomado na devida consideração por seus sucessores. Como ressalta Levy, é fato indiscutível que, em sua grande maioria, esses autores limitaram-se a copiar Porto-Alegre. Quando seus herdeiros intelectuais começaram a produzir análises sobre a pintura no período colonial, contentaram-se com as informações analisadas e descritas por Porto-Alegre, privilegiando as fontes intencionais em detrimento das fontes primárias.

Como dito anteriormente, entre seus sucessores oitocentistas, somente Gonzaga Duque realizou trabalhos realmente originais e de fato importantes para o panorama historiográfico sobre as artes no período colonial, sendo sua obra mais importante *A Arte Brasileira* (1888). Segundo Franciene Canêz Cardoso, se sabe que em 1879, alguns anos antes da primeira edição de *A Arte Brasileira*, a Academia Imperial de Belas Artes se posicionou sobre a existência de uma arte considerada nacional. Esta discussão desenvolvida pela AIBA na mostra *Coleção de Quadros Nacionais Formando a Escola Brasileira* ficou restrita à produção da própria Academia, sendo a “Arte Brasileira” àquela produzida por alunos, ex-alunos e antigos mestres. Gonzaga Duque se viu desafiado a tratar sobre as origens das artes no Brasil, notadamente a pintura, e assim o fez em sua obra de 1888.

O autor divide o livro em seis capítulos, sendo o primeiro um apanhado geral das artes produzidas entre 1695 e 1816, quando chegam os artistas da missão artística francesa. Segundo Cardoso, Gonzaga Duque define uma cronologia a partir da qual busca analisar a produção pictórica do período colonial de acordo com a perspectiva evolutiva pensada pioneiramente por Manuel de Araújo Porto-Alegre. Dessa maneira, Duque realiza um trabalho de importância significativa para o desenvolvimento da historiografia da pintura no Brasil, apesar de sua visão ser galgada no entendimento de uma degenerescência das artes dos séculos XVI e XVII em relação ao ideal artístico renascentista. A exemplo de como essas influências estavam vivas no pensamento de Duque, até mesmo o “povo colonial” é degenerado em sua visão.

O povo: o operário, o artífice, o jornaleiro- é um paria pequenino, mestiçado, doente. No campo é um miserável, um pobre perdido entre a população escrava das fazendas, amarelo, estanguido, tísico, ventre protuberante, olhar cansado, membros enfraquecidos por vícios e por febre palustres. Ao norte, como ao sul,



ele roga e implora da bondade de uma grande proprietário umas braças de terra onde possa levantar os esteios de uma habitação de taipa de sebe, e aí, passa a dormir metade do dia, depois da caça ou da pesca que pratica para se alimentar. Sem expediente para empregar lucrativamente o tempo da sua existência, sem energia para buscar fortuna no trabalho, sujeita-se unicamente a ser tropeiro, jangadeiro, ou camarada, porque essas ocupações têm o encanto do doce far niente. (CARDOSO, 2019; Apud GONZAGA DUQUE, 1888. P. 6)

Por conseguinte, Guilherme Gomes Júnior indica que Gonzaga Duque reduz a vida espiritual brasileira, inclusive a de seu tempo, a um simples reflexo de expressões estrangeiras. De fato, como estudado por Hannah Levy (1944), boa parte das obras produzidas no período colonial são provenientes de obras impressas de artistas europeus consagrados. Contudo, isso não reduz a genialidade dos artistas e artífices coloniais e seria equivocado entender a arte desse período como um simples reflexo da arte metropolitana. Apesar de problemática, a visão iniciada por Porto-Alegre e perpetuada por Gonzaga Duque foi essencial para o redescobrimiento da arte colonial e do entendimento sobre o conceito de Barroco, que seria melhor trabalhado no início do século XX pelos modernistas, notadamente por Mário de Andrade.

## **SEGUNDO MOMENTO**

De acordo com Jens Baumgarten e André Tavares, no Brasil, a arte colonial, em especial o barroco, ganhou a partir da segunda década do século XX, com o modernismo, uma importância predominante no desenvolvimento de uma identidade cultural e estética própria, o que se chamou de “brasilidade”. Entretanto, é importante compreender que essa perspectiva começa antes mesmo de Mário de Andrade iniciar seus estudos, sendo influenciado pelo arquiteto português radicado no Brasil, Ricardo Severo. Gomes Júnior indica que, no ano de 1914, Severo pronunciou a conferência *A Arte Tradicional Brasileira* na Sociedade de Cultura Artística de São Paulo, marcando o início do uso das manifestações artísticas coloniais em projetos artísticos culturais nacionais (BAUMGARTEN; TAVARES, 2014). O arquiteto promoveu uma pregação com o objetivo de resgatar a arquitetura colonial e reinventar a arquitetura brasileira. Severo escreveu:

A própria história da arte nos ensina que em cada país as diversas modalidades de estilos arquitetônicos, assim como outras manifestações da arte, se originaram em conjunto de condições mesológicas que rodeiam o homem dentro de seu “habitat”, presas por um lado ao meio físico e por outro ao meio social, e em cuja gênese se traduz esse misterioso espírito procriador, que é o gênio, a psyché humana, integral, transcendente, que abrange uma série infinita através de um infinito passado. (GOMES JÚNIOR, 1998, p. 51. Apud, SEVERO, 1922, p. 17)

A partir de Ricardo Severo, Mário de Andrade se lança na discussão sobre o barroco sem o peso da noção degenerativa que vigorou até finais do século XIX na historiografia, mas compreendendo a arte colonial como uma herança artística nacional – ainda que seja uma visão estereotipada. Gomes Júnior entende a entrada de Andrade na discussão sobre o barroco como a representação de uma mudança conceitual, pois desenvolveu, junto do seu aluno Luiz Saia, o conceito de arte brasileira construída com base no barroco mineiro. Em seus primeiros artigos sobre o tema, publicados na Revista do Brasil em 1920 com o título *Arte Religiosa no Brasil*, indica sua visão inicial sobre a arquitetura colonial e tem como objeto central a figura mitificada de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Andrade escreveu:

Toda a Minas religiosa está tão impregnada de sua genialidade, que se tem a impressão de que tudo nela foi criado por ele só. Esse mísero, feiíssimo, corcunda, baixote, sem mãos, amarrando nos cotos dos braços os instrumentos com que fazia explodir da pedra sabão as visagens dos seus romanos e borboletear o sorriso alado de seus arcanjos. (ANDRADE, 1920, p. 106)

Apesar do mito sobre a persona Aleijadinho, o pensamento de Mário de Andrade em seus primeiros artigos de 1920 são conduzidos por uma ambiguidade identificada por Guilherme Gomes Júnior. Essa questão é perceptível quando Andrade, ao se referir ao Barroco enquanto categoria estilística, indica que o referido estilo sofre do mesmo mal do estilo românico – a riqueza ornamental teria como fim ocultar a feiúra do plano arquitetônico. Essa ambiguidade demonstra que Andrade, apesar de não sofrer diretamente com a influência do Barroco como degenerescência, ainda enfrenta alguma resistência interna para admitir o referido conceito estilístico como uma arte autônoma, com qualidades para além do misticismo envolto na figura de Aleijadinho. Apesar da resistência inicial, Mário de Andrade se apropria da figura do escultor mineiro para imaginar as raízes artísticas nacionais, fonte da identidade cultural brasileira, tão valorizada e perseguida pelo movimento modernista.

### **TERCEIRO MOMENTO**

Uma nova perspectiva sobre a pintura colonial começou a ser desenvolvida no início da década de 1940, a partir dos trabalhos da já citada Hannah Levy, que introduziu novos conceitos sobre o barroco e ajudou sua divulgação pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), local em que trabalhou e que publicou a maior parte dos seus artigos. De acordo com Baumgarten e Tavares o clima da segunda metade do século XX pode ser reconstruído ao citarmos Lourival Gomes Machado e seus ensaios reunidos e publicados

sob o título *Barroco Mineiro* (1969) e Hannah Levy, com os artigos *A Propósito de Três Teorias Sobre o Barroco* (1941), *A Pintura Colonial no Rio de Janeiro* (1944) e *Retratos Coloniais* (1945). Ambos foram determinantes na construção e entendimento das principais linhas de argumentação das teorias sobre a arte na América Portuguesa.

Também são importantes as pesquisas de Luiz Jardim sobre *A Pintura Decorativa em Algumas Igrejas Antigas de Minas Gerais* (1939), que transpassa o título e se reverbera em uma discussão sobre o fenômeno barroco no Brasil; do historiador da Companhia de Jesus, Serafim Leite sobre *As Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil* (1953), trabalho de importância fundamental para o entendimento da atuação dos inicianos no Brasil entre 1551 e 1759; de Carlos Ott sobre *A Escola Bahiana de Pintura* (1982), em que trata, de maneira geral, sobre as pinturas de José Joaquim da Rocha e José Teófilo de Jesus, a origem de suas obras, como se formam e seus estilos particulares. Também é de fundamental importância para a compreensão da arte sacra nos domínios luso-americanos as pesquisas realizadas e publicadas pela Revista *Barroco*, fundada em 1969 pelo poeta e ensaísta mineiro Affonso Ávila.

#### **QUARTO MOMENTO**

Entre o início dos anos 2000 e meados de 2020, uma infinidade de trabalhos sobre a pintura na América Portuguesa foram publicados, sendo praticamente impossível listar todos os artigos, livros e ensaios produzidos. Entretanto, listamos alguns autores que podem ser considerados como proeminentes em suas linhas de pesquisa nos últimos 20 anos. A começar com Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, autora de *O Aleijadinho e sua oficina. Catálogo das esculturas devocionais* (2002); *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus* (2003); *O Aleijadinho e o Santuário de Congonhas* (2006); *Barroco e Rococó nas Igrejas do Rio de Janeiro* (2008) e *Barroco e Rococó no Brasil* (2014). Também são importantes os trabalhos de Carla Mary S. Oliveira, autora de *O Barroco na Paraíba: arte, religião e conquista* (2003); *A América alegorizada: imagens e visões do Novo Mundo na iconografia européia dos séculos XVI a XVIII* (2014) e organizou o recente *O Barroco na América Portuguesa: novos olhares* (2019).

Também temos que olhar atentamente para Márcia Bonnet e sua obra *Entre o artifício e a arte: pintores e entalhadores no Rio de Janeiro setecentista* (2009); Raquel Quinet de Andrade Pifano e sua tese *A Arte da Pintura: prescrições humanistas e tridentinas na pintura colonial mineira* (2008); Eduardo Luis Araújo de Oliveira Batista e o artigo *Iconografia tropical: motivos locais na arte colonial brasileira* (2017); Karl Heinz Arenz com o artigo *Impressionar e Intimidar: arte e evangelização jesuíticas na Amazônia seiscentista* (2011);

Luís Filipe Silvério Lima e Bianca Carolina Pereira Da Silva com o artigo *A presença do Novo Mundo na iconografia da morte e dos sonhos de São Francisco Xavier: a missão jesuítica e as partes e gentes do Império Português* (2020); Danielle Manoel dos Santos Pereira e sua dissertação *A Pintura Ilusionista no meio-norte de Minas Gerais – Diamantina e Serro – e em São Paulo* (2012) e tese *Autoria das pinturas ilusionistas do estado de São Paulo: São Paulo, Itu e Mogi das Cruzes* (2017).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber que grande parte da historiografia até então explorada parte do pressuposto de uma certa centralidade do Barroco em Minas Gerais, como uma especificidade local que poderia exemplificar todo o fenômeno Barroco na América Portuguesa. Entretanto, é notório que as artes produzidas em outros centros coloniais, como Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia, tiveram particularidades locais, sem conexão com o barroco produzido durante o século XVIII em Minas. Por fim, podemos perceber um aumento da produção historiográfica nos últimos 10 anos sobre a arte da pintura em regiões fora do eixo Minas-Rio-Bahia, principalmente nos trabalhos de Carla Mary S. Oliveira. Contudo, ainda são necessárias análises aprofundadas sobre a atuação das ordens religiosas, notadamente a Companhia de Jesus, Ordem de São Francisco e Ordem do Carmo, e suas produções iconográficas durante o domínio lusitano, principalmente no nordeste, nas missões Amazônicas e no Maranhão, além do enorme número de pinturas sem catalogação nas igrejas de ordens terceiras, como o caso da Capela Dourada da Ordem Terceira de São Francisco em Recife.

## BIBLIOGRAFIA

PIFANO, Raquel Quinet de Andrade. **Pintura Colonial Brasileira**: o atravessamento do texto. Salvador: Anpap, 2009.

PIFANO, Raquel Quinet de Andrade. **A arte da pintura: prescrições humanistas e tridentinas na pintura colonial mineira**. Tese (Doutorado) - UFRJ, Escola de Belas Artes. Rio de Janeiro, 2008.

GOMES DE MORAIS, Renata Nogueira. *A Compreensão de Filipe Nunes acerca da pintura e dos seus elementos "técnico-científicos" no tratado Arte da pintura, symmetria e*

*perspectiva*, Lisboa, 1615. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte. p. 49, 2014.

GOMES JR., Guilherme Simões. **Vidas de artistas: Portugal e Brasil**. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 22, n. 64, pág. 34, 2007. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092007000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000200003&lng=en&nrm=iso). acesso em 15 de janeiro de 2021.

GOMES JR., Guilherme Simões. *Palavra peregrina: o Barroco e o pensamento sobre artes e letras no Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 1998.

LICHTENSTEIN, Jacqueline (org.). **A Pintura: textos essenciais** – Vol. 7: O paralelo das artes. São Paulo: Ed. 34, 2005.

PAIVA, José Pedro. **A recepção e aplicação do Concílio de Trento em Portugal: novos problemas, novas perspectivas**. In: GOUVEIA, António Camões; PAIVA, José Pedro; BARBOSA, David Sampaio (org.). *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas; olhares novos*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2014.

FEITLER, Bruno. **O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos**. Universidade Católica Portuguesa, p. 157-173. 2014.

LAGE, Lana. **As Constituições da Bahia e a reforma tridentina do clero no Brasil**. In *A Igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do arcebispado da Bahia*. Org. de Bruno Feitler e Evergton Sales Souza. São Paulo: Editora Unifesp, 2011.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

OTT, Carlos. **A Escola Bahiana de Pintura**. São Paulo: MWM, 1982

LEVY, Hannah. **A Pintura Colonial no Rio de Janeiro**. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 8. Rio de Janeiro, 1944.

GINZBURG, C. **História da Arte Italiana**. in: A Micro-história e outros ensaios. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989.

SQUEFF, Letícia. **Manuel de Araújo Porto-Alegre e o elogio do barroco**. Revista de História da Arte e da Cultura, [S. l.], n. 24, p. 67–75, 2020. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rhac/article/view/13373>. Acesso em: 15 fev. 2021.

CARDOSO, F. C. **Uma Historiografia para a arte brasileira: narrativas e contextos**. Pelotas: Revista Seminário de História da Arte, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/view/17905>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BAUMGARTEN, Jens. TAVARES, André. **O Barroco colonizador: a produção historiográfico-artística no Brasil e suas principais orientações teóricas**. Paris: Perspective, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/perspective/5538>. Acesso em: 1 de fevereiro de 2021.

ANDRADE, Mário Moraes de. **Arte Religiosa no Brasil**. Revista do Brasil, n. 54, 1929.

OLIVEIRA, Carla Mary Silva. **Dobras e Redobras: uma discussão sobre o barroco e suas interpretações**. Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho, UFPB, p. 151-165, 1999.

JARDIM, Luiz. **A Pintura Decorativa em Algumas Igrejas Antigas de Minas**. In: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 3. Rio de Janeiro, 1939.

LEITE, Serafim. **Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil: 1549 - 1760**. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1953.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro; SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos; SANTOS, Antônio Fernando Batista dos. **O Aleijadinho e sua oficina : catálogo das esculturas devocionais**. São Paulo: Capivara, 2002.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro. **O Rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

*Id.* **O Aleijadinho e o Santuário de Congonhas**. Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2006.

*Id.* **Barroco e Rococó nas igrejas do Rio de Janeiro**. Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2008.

*Id.* **Barroco e Rococó no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Com Arte, 2014.

OLIVEIRA, Carla Mary Silva. **O Barroco na Paraíba: arte, religião e conquista**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2003. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/260698575\\_O\\_Barroco\\_na\\_Paraiba\\_arte\\_religiao\\_e\\_conquista](https://www.researchgate.net/publication/260698575_O_Barroco_na_Paraiba_arte_religiao_e_conquista). Acesso em 8 de janeiro de 2021.

*Id.* **A América alegorizada: imagens e visões do Novo Mundo na iconografia européia dos séculos XVI a XVIII**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014

OLIVEIRA, Carla Mary Silva (org.) HONOR, André Cabral (org.). **O Barroco na América Portuguesa: novos olhares**. João Pessoa: Editora do CCTA-UFPB; Sevilla: Universidad Pablo de Olavide/ EnRedARS, 2019.

BONNET, Márcia C. Leão. **Entre o artifício e a arte: pintores e entalhadores no Rio de Janeiro setecentista**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2009.

BATISTA, Eduardo Luis Araújo de Oliveira. **Iconografia tropical: motivos locais na arte colonial brasileira**. Anais Museu Paulista, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 359-401, 2017

ARENZ, Karl Heinz. **Impressionar e intimidar: arte e evangelização jesuíticas na Amazônia seiscentista**. In: Simpósio Nacional de História, 26., 2011, São Paulo. Anais eletrônicos, São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1 - 17.

LIMA, Luís Filipe Silvério; SILVA, Bianca Carolina Pereira Da. **A presença do Novo Mundo na iconografia da morte e dos sonhos de São Francisco Xavier: a missão jesuítica e as partes e gentes do Império Português.** Varia hist. Belo Horizonte, v. 30, n. 53, p. 407-441, 2014.

PEREIRA, Danielle Manoel dos Santos. **A pintura ilusionista no meio norte de Minas Gerais - Diamantina e Serro - e em São Paulo - Mogi das Cruzes.** 2012. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, 2012.

*d.* **Autoria das pinturas ilusionistas do estado de São Paulo: São Paulo, Itu e Mogi das Cruzes.** 2017. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, 2017.



**PERSONAGENS DA GENTE SUL-RIOGRANDENSE:  
APONTAMENTOS SOBRE A REPRESENTAÇÃO DOS INDÍGENAS NA OBRA  
DE EMÍLIO SOUZA DOCCA**

Raphael Netto Jaccottet<sup>1</sup>

**RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo analisar as representações dos povos indígenas realizadas por Emílio Fernandes de Souza Docca. Intelectual e historiador de grande relevância na intelectualidade do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX. A pesquisa analisa como são descritos e caracterizados os indígenas ao longo da obra do autor, em que circunstâncias, com qual intencionalidade e portando quais características estes indivíduos aparecem ao longo da narrativa histórica. São analisados textos que trabalham com a formação histórica do Rio Grande do Sul e com a questão do estudo das línguas indígenas. Assim este trabalho pretende contribuir para o entendimento acerca da participação dos indígenas na produção historiográfica do período, tendo este autor como objeto de análise.

**Palavras chave:** Historiografia; Indígenas; Souza Docca.

**PERSONAGENS DA GENTE SUL-RIOGRANDENSE: APONTAMENTOS  
SOBRE A REPRESENTAÇÃO DOS INDÍGENAS NA OBRA DE EMÍLIO  
SOUZA DOCCA**

Uma vez que este trabalho visa analisar as representações dos povos indígenas, na obra de Emílio Fernandes de Souza Docca, e por se tratar de um autor de grande importância no cenário intelectual em que esteve inserido, porém não muito conhecido será realizada uma breve apresentação do autor.

Souza Docca foi um intelectual, historiador e militar. Foi membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e figura importante na escrita da história no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX. Sobre o autor cabem algumas considerações. A primeira e mais importante é o fato de que Souza Docca não foi um historiador “indianista”, o principal enfoque da produção textual deste autor se refere à história militar e à construção de identidades sul-rio-grandense e brasileira. A segunda é que, embora boa parte de suas obras verse a respeito de temas ligados ao Rio Grande do Sul, o autor também escreveu textos sobre outras regiões e outras temáticas. O problema de pesquisa consiste em analisar e interpretar as representações dos povos indígenas produzidas por Souza Docca em sua obra. Como o autor, em um determinado período, e

---

<sup>1</sup> Mestrando em História PUCRS, bolsista CAPES.

em diálogo com outros autores de sua geração intelectual pensou no que seria esta parcela da população. Assim, este trabalho pretende, em diversas obras de Souza Docca que abordam os povos indígenas, realizar o estudo sobre a representação feita pelo mesmo e sua intencionalidade, isto é, o que pretendia construir ou comunicar quando se referia a estes personagens históricos, levando sempre em conta o contexto sócio político em que o autor esteve inserido e os textos foram escritos.

## **OS INDÍGENAS NA NARRATIVA HISTÓRICA DE EMÍLIO SOUZA DOCCA**

Para uma melhor compreensão da abordagem e das representações dos indígenas realizadas pelo autor é importante observar que estas análises não constituem um bloco monolítico, pelo contrário, são de certa forma fluidas, sofrendo certas alterações, seja no enfoque: características linguísticas, étnicas, como personagens da narrativa histórica. Seja pelas mudanças do cenário intelectual do IHGRGS e do próprio autor ao longo dos anos. Devido às limitações de espaço neste trabalho, este não é um tema que possa ser mais aprofundado, porém é pertinente o registro.

A despeito destas diferenças de enfoque do autor ao longo das obras selecionadas, existem também permanências no discurso de Souza Docca acerca dos indígenas. A principal delas consiste no tempo em que ocorre a participação destas populações na escrita do autor: sempre no passado. Esta característica da narrativa de Souza Docca vai ao encontro do que escreve Maria Regina Celestino de Almeida ao se referir à historiografia do século XIX a respeito dos indígenas: “O lugar dos índios nessa história só poderia estar no passado” (ALMEIDA, 2017. p. 138). Este deslocamento dos indígenas para o passado, realizado por Souza Docca, se faz presente tanto ao “comemorar” que a língua Tupi esteja reduzida à escrita e, portanto, salva do desaparecimento – tal qual ocorrera, ou estivesse em vias de ocorrer, sob a ótica do autor com seus falantes originais – quanto durante a narrativa de uma história da formação do Rio Grande do Sul. Percebe-se, portanto, certas permanências do discurso corrente no século XIX neste autor das primeiras décadas do século XX. Um reflexo deste deslocamento do índio para o passado, é que o autor acaba por, ao não inserir estes indivíduos no presente, ou próximo ao presente, construir e idealizar os indígenas a seu gosto ou a seus interesses, eliminando características ou ações que considere indesejadas para sua narrativa histórica e destacando o que for conveniente. Esta prática pode ser comparada ao que Michel de Certeau nomeou de *A beleza do morto* ao se referir à literatura popular francesa. Nesta prática, a intelectualidade ao definir o que é esta “cultura popular” suprime dela

características indesejadas e constrói um discurso baseado em uma cultura, neste caso, um indígena, que não existe mais e apoia este discurso em uma idealização que também não mais existe, e que se existisse não seria ideal (CERTEAU, 1995). Ocorre assim um movimento realizado pelo autor que se pode relacionar com a noção de representação, proposta por Roger Chartier:

“A representação é o instrumento de um conhecimento mediato que revela um objeto ausente, substituindo por uma "imagem" capaz de trazê-lo à memória e "pintá-lo" tal como é. A relação de representação, assim entendida como correlação de uma imagem presente e de um objeto ausente, uma valendo pelo outro...(CHARTIER,2002.p.74)

Neste caso o “objeto ausente” sendo os indígenas representados, ausentes, extintos, porém substituídos por uma imagem presente, mediada pelo autor ao longo da narrativa conforme sua intencionalidade.

Souza Docca esteve longe de ser um admirador ou defensor dos indígenas ao longo de sua obra, porém quando o autor demonstra admiração pelos indígenas, via de regra o faz em um passado distante temporalmente e moldando as ações destes indivíduos de modo a ratificarem o restante da narrativa. Mesmo que isso não necessariamente seja condizente com o que se imagina uma verdade histórica plausível. Um exemplo interessante para elucidar este argumento está no seguinte trecho, em que Souza Docca narra a retirada de jesuítas e índios aldeados, da região do atual Rio Grande do Sul para a Mesopotâmia Argentina após ataques de bandeirantes paulistas no século XVII:<sup>2</sup>

“O aborígene riograndense teve então oportunidade de revelar um estranho apego ao solo natal. Tão forte era esse sentimento que, a despeito da desobediência servil em que fôra educado, desatendeu aos padres, recusando-se a segui-los, preferindo o cativo sob o domínio dos paulistas ou o retorno às selvas, ao abandono da terra em que nascera e vivia...Forte, muito forte porém, era o apego à terra natal. Êsse sentimento, passado o primeiro estado de inconsciência em que a obediência passiva predominara, se manifestou intenso e começou a repulsa ao abandono da terra” (DOCCA, 1954. p. 52-53)

Assim, é possível observar que na narrativa de Souza Docca, os indígenas, mesmo que descritos como portadores de um sentimento “inocente”, possuem um apego tão grande à terra em que vivem, que se recusam a abandoná-la. Neste ponto se faz importante destacar que: mesmo em uma situação de desespero, com os ataques dos bandeirantes, os

---

<sup>2</sup> Sempre que houver citação de termos utilizados por Souza Docca não será feita nenhuma correção ou alteração ortográfica, visando evitar qualquer distorção ou alteração no sentido do texto.

indígenas se recusando a se evadir, Souza Docca valoriza simultaneamente estes indígenas apegados em sua terra natal, quanto à própria terra, que viria a ser o atual Rio Grande do Sul. Temos, portanto certa admiração às ações dos índios, seja por desobedecerem às ordens dos padres, seja por amor à terra. E temos uma admiração à própria terra rio-grandense, cujos habitantes não aceitam abandonar de maneira alguma. Outro ponto que se pode observar no trecho citado é que o autor coloca “voltar à selva” como algo tão ruim ou indesejado quanto ser aprisionado pelos bandeirantes. O autor sempre se posiciona a favor da catequização dos indígenas e ressalta com frequência uma dualidade entre a selvageria e o que vê como civilização, a sociedade colonial. O último e principal elemento a se destacar neste trecho é o período em que os indígenas realizaram atos dignos de admiração: a uma “distância segura” de três séculos do momento em que Souza Docca escreve. Um indígena que, digno de elogios por parte do autor, mas que não existe enquanto personagem histórico contemporâneo do mesmo.

Nas palavras de Lilia Schwarcz: “Os Romanos chamavam de bárbaros todos aqueles que não fossem eles próprios, ou seja, todo o resto da humanidade” (SCHWARCZ, 1996. p. 148). Esta afirmação pode, a efeito de comparação, auxiliar a compreender a narrativa realizada por Souza Docca no que se refere aos indígenas. O autor não afirma considerar “todo o resto da humanidade” bárbaro como os romanos, mas sim toda a humanidade colocada além da sociedade em que está inserido e que considera ideal, a branca e lusobrasileira. Considerando que os indígenas não estavam incluídos nesta órbita do que seria uma sociedade civilizada na visão de Souza Docca, ele adjetiva os indígenas como “selvagens” ou “bárbaros”. Esta qualificação se dá em dois cenários ao longo dos textos. O primeiro deles se dá quando são feitas referências a populações indígenas que não tiveram contato pacífico com os colonizadores:

Localizaram-se os caingang na vasta região do Alto Uruguai, tendo como centro ao atual povoado de Nonoai. Aí viveram arredios e agressivos por mais de um século. Somente em 1827 é que foi dado início ao povoamento por gente branca do município de Passo Fundo, onde viviam aqueles selvagens. A catequese e o aldeamento destes, entretanto só foram iniciadas em 1848... visto que eram ferozes e intratáveis quanto em pleno regime selvagem” (DOCCA, 1954. p. 74-75).

Fica nítida neste trecho uma relação que o autor também faz em outros momentos de sua obra, a selvageria e a ferocidade dos indígenas com a ausência da colonização ou resistência a ela. O segundo cenário em que os indígenas que estão fora da órbita da

sociedade idealizada como correta por Souza Docca são vistos como uma imagem da barbárie é o das Guerras Guaraníticas. Neste caso, existem diferentes facetas da narrativa do autor. Primeiro quanto ao papel dos indígenas nos conflitos, ora quase inocentes e manipulados pelos jesuítas, ora mais responsáveis por suas ações. Outra característica a se destacar sobre a representação dos indígenas nas guerras guaraníticas é que, se por um lado estas populações estão catequizadas e aldeadas, portanto não mais no que Souza Docca considera a selvageria e a barbárie, por outro elas estão lutando contra as tropas demarcadoras ibéricas e, portanto, estão fora do tipo de sociedade defendido pelo autor:

“A mentalidade dos aborígenes aldeados pelos missionários da Companhia de Jesus, lá nos Sete Povos das Missões, era profundamente jesuítica, isto é, segundo os interesses da Ordem e, desse modo, contra a existência do Rio Grande do Sul luso-brasileiro” (DOCCA, 1936. p. 39).

Após esta análise é possível observar algumas características de como Souza Docca insere os indígenas em sua narrativa. Primeiramente o deslocamento para um tempo passado, os atos de bravura e os momentos em que estes personagens recebem elogios do autor, como ao demonstrarem amor à sua terra natal, estão em um momento distante, que não mais existem. Souza Docca, porém, passa longe de construir uma imagem de “bom selvagem” de Rousseau, e adjetiva como selvagem, feroz e intratável o índio que fosse catequizado e não mantivesse as relações desejadas com os colonizadores. Porém, o autor não defende como algo positivo em momento algum de seu texto a mestiçagem entre indígenas e brancos, ao contrário, é defendida a ideia de um Rio Grande do Sul majoritariamente branco. Esta suposta branquitude do Rio Grande do Sul é apresentada inclusive como fator de diferenciação entre seus habitantes e as populações dos países vizinhos:

“A cruzada do aborígine com o colonizador no Rio Grande foi insignificante, enquanto na Argentina e no Uruguai foi em alta dose...o estado originário dos povos platinos foi profundamente mestiço, predominando a raça indígena e 20% de negros, em face de uma minúscula população branca” (DOCCA, 1936. p. 30).

O autor ainda atribui à mestiçagem o desenvolvimento do caudilhismo nas repúblicas platinas. Esta organização política é descrita como indisciplinada, semibárbara, porém vivaz e robusta, características advindas da presença da mestiçagem nestas populações e que não deveriam ser copiadas pelos rio-grandenses.

## **A DIFERENCIAÇÃO DE ABORDAGEM DOS INDÍGENAS POR GRUPOS ÉTNICO-LINGUÍSTICOS**

Após observarmos a forma com que o autor inseriu os indígenas ao longo de sua narrativa, é pertinente ressaltar que os indígenas não eram descritos de maneira uniforme, havendo uma diferenciação entre os grupos indígenas. Desde o século XIX, no IHGB a questão da formação do Brasil e do papel dos indígenas nesta questão, foi bastante trabalhada, no IHGB foi muito presente a diferenciação qualitativa entre grupos indígenas, Tupis e Tapuias, com uns sendo portadores das melhores e mais desejáveis características em relação a outros. Acerca desta dicotomia Tupi-Tapuia no IHGB é elucidativa a explicação do John Monteiro:

“Para os pensadores do Império, os índios Tupis, relegados ao passado remoto das origens da nacionalidade, teriam desaparecido enquanto povo, porém tendo contribuído sobremaneira para a gênese da nação, através da mestiçagem e da herança de sua língua. Já os Tapuias, a despeito de enormes evidências históricas em contrário, situavam-se num polo oposto. Frequentemente caracterizados como inimigos ao invés de aliados, representavam, em síntese, o traíçoeiro selvagem dos sertões que atrapalhava o avanço da civilização, ao invés do nobre guerreiro que fez pacto de paz e de sangue com o colonizador. Se esta última opção custou aos Tupis a sua sobrevivência enquanto povo, a recusa dos outros garantiu-lhes a sobrevivência até o século XIX” (MONTEIRO, 2001. p. 172)

No autor com o qual estamos trabalhando, dentro do contexto do IHGRGS no século XX, é possível observar grande aproximação com os intelectuais oitocentistas e também algumas importantes particularidades. Quanto ao grupo idealizado pelos intelectuais do período como portador das melhores características e formador da gênese da população brasileira, os Tupis, Souza Docca também os coloca como um grupo de povos indígenas importantes no Rio Grande do Sul, no caso os diversos grupos guaranis,<sup>3</sup> do tronco linguístico Tupi-guarani presentes no sul do país recebem o comentário de Souza Docca de que “Eram de temperamento dócil, desconheciam a antropofagia e não eram dotados de ardor belicoso” (DOCCA, 1954. p.72). Outro grupo, na verdade grupos, de indígenas, no entanto, rivaliza com os Guaranis como grupo pelo qual Souza Docca tece mais elogios, talvez superando os guaranis na estima do autor, inclusive. Trata-se do grupo dos Guaicurus, divididos por Souza Docca entre Jarros, Guenoas, Charruas e Minuanos (DOCCA, 1954.). Neste ponto que o argumento do trabalho e das relações de

---

<sup>3</sup> Os guaranis são divididos pelo autor em Tapes, Carijós, Caaguas, Guaianas e Arachanes. (Docca, 1954. p.71- 74.

produção econômicas como critérios para inclusão do indígena na trajetória social do Rio Grande do Sul passa a se justificar.

Os Guaiacurus, especialmente os Charruas e os Minuanos recebem grande atenção de Souza Docca no que se refere à descrição feita pelo autor dos diferentes grupos indígenas no Rio Grande do Sul, com textos de descrições mais longos e detalhados do que os demais grupos étnicos-linguísticos abordados pelo autor.<sup>4</sup> Chama atenção que nas descrições de Souza Docca sobre estes indígenas são apontadas características pejorativas ou consideradas negativas pelo autor, como quando se refere aos Charruas, descrevendo hábitos indesejados praticados pelos indígenas: “Com a introdução do baralho, pelos civilizados, se fizeram jogadores costumazes e tão presos ficaram a êsse vício que agrediam os transuentes com o objetivo único de tomar-lhes baralhos” (DOCCA, 1954, p.77). A prática da poligamia também é destacada pelo autor.

A despeito destas práticas consideradas indesejadas, a representação dos Charruas e Minuanos por Souza Docca é bastante positiva, talvez mais que a dos Guaranis. Podemos atribuir esta objetivação a alguns fatores, entre eles, a ideia de estarem extintos, não mais podendo atrapalhar de alguma forma o projeto de história e sociedade que Souza Docca pretendeu representar. Neste ponto, vemos uma aproximação com os “Tupis históricos”, extintos no centro do país, o fato de, ao contrário dos Guaranis, terem resistido à catequese jesuítica e se integrado à população não indígena do Rio Grande do Sul apenas no contexto das estâncias, um cenário visto como bem mais positivo que as Missões jesuíticas pelo autor. Não terem combatido ao lado dos Guaranis nas Guerras Jesuíticas provavelmente também é um fator que conta para representação positiva dos Charruas e dos Minuanos por Souza Docca. Neste trecho, o autor define parte da integração dos Charruas na sociedade sul rio-grandense.

“Habitavam a região sul do território riograndense; eram indomáveis, ativos e orgulhosos; não se submeteram à catequese jesuítica e guerrearam sempre aos colonizadores, com pertinácia e bravura. Preferiam a morte à submissão. Quando, entretanto, foram se generalizando as estâncias nas regiões em que eles habitavam, aos poucos, espontaneamente, se agregando a êsses centros de atividades, atraídos, talvez, pelos minuanos que mantinham relações amigáveis com os colonizadores, ou pelas lides campeiras, que os seduziam. Assim se integraram na vida civilizada e foram perdendo seus característicos puros, mas

---

<sup>4</sup> Em Docca (1954), são cinco páginas dedicadas exclusivamente a caracterizar os Guaiacurus, com destaque principalmente aos Charruas e Minuanos, 4 páginas descrevendo os guaranis e apenas uma página dedicada a descrever os Gês.

de que há vestígios, ainda hoje, em nossa população rural, especialmente na da zona fronteiriça” (DOCCA, 1954, p. 76).

A caracterização construída pelo autor mostra os Charruas portando características interessantes para se integrarem na história do Rio Grande do Sul. São indomáveis e guerreiros, estando assim de acordo com uma trajetória do Rio Grande como uma região de fronteira, marcada por guerras e pela valentia de uma longa história militar. Porém, este bravo e indomável guerreiro indígena, que resiste à catequese e tem inclusive sua língua originária perdida em prol da língua guarani em razão das invasões dos colonizadores e seus aliados guaranis (DOCCA, 1954) não demora a espontaneamente se integrar às estâncias na fronteira. Estâncias estas onde passa a prestar serviços devido a seu grande apreço pelo trabalho no campo.

Se faz importante ressaltar que, com sua inclusão nas relações econômicas, podemos interpretar que os indígenas para Souza Docca passam a fazer parte da sociedade e da história do Rio Grande do Sul, mas não necessariamente passam a ser parte importante da base da “gente sul rio-grandense”<sup>5</sup>, isto é, da base étnica da população. No sentido de uma miscigenação entre indígenas e conquistadores para originar uma população, visto que o autor afirma que “O tipo ariano predominou na formação do povo riograndense” (DOCCA, 1936, p.12). E, ao fazer referência às descrições da população do sul do Brasil por Saint Hilaire, Souza Docca justifica seu argumento do “Facto de terem se conservado até o momento sem mistura de sangue índio” (DOCCA, 1936, p. 10).

Seria incorreto afirmar que, para o autor, apenas a inclusão nas relações econômicas como trabalhadores seria o fator para que grupos indígenas fossem caracterizados de forma positiva. Outros fatores como convívio pacífico com portugueses, não cultivarem hábitos como furar os lábios e praticar a antropofagia também são relevantes. No entanto os Minuanos e Charruas que não necessariamente possuíam todas estas características positivas<sup>6</sup>, rivalizavam e até mesmo superavam os Guaranis como os grupos representados de forma mais positiva pelo autor. O trabalho nas estâncias, assim como sua extinção e sua não participação nas guerras graníticas, demonstra ser um fator muito importante para serem descritos por essa ótica favorável.

---

<sup>5</sup> Aqui é utilizado o termo “Gente Sul Rio Grandense” por ser o nome de uma obra de Souza Docca que se propõe a explicar exatamente os elementos formadores da população do Rio Grande do Sul.

<sup>6</sup> São vistas como negativas práticas de nomadismo, da poligamia e das tatuagens no rosto das mulheres Charruas.



Se no que se refere às representações positivas os Tupis são os indígenas preferidos no centro do país e os Guaiacurus principalmente, mas também os Guaranis nos textos de Souza Docca, os indígenas representados sob características negativas são por sua vez unanimidade. Em ambos os cenários, seja com Monteiro “O espelho Kaingang não proporcionava o retrato desejado pelos paulistas” (MONTEIRO, 2001. p. 183). Seja com Souza Docca: “O Caingang não contribuiu para a base da formação do povo sul-rio-grandense” (DOCCA, 1954. p.75). Os integrantes do grupo linguístico Jê sofrem tentativas semelhantes de exclusão do cenário histórico construído.

## **OS CENÁRIOS DE TRABALHO DOS INDÍGENAS NO RIO GRANDE DO SUL**

Souza Docca insere os indígenas como trabalhadores em dois cenários distintos ao longo dos textos: as missões jesuíticas e as estâncias. Estes são também os únicos cenários em que os indígenas aparecem em contato com os outros setores da população do Rio Grande do Sul e, o que não surpreende, são os únicos cenários em que recebem caracterizações positivas do autor. Souza Docca não faz referência, por exemplo, a indígenas envolvidos em relações econômicas nas cidades ou em outros locais.

No que se refere às missões, o autor faz uma análise que se modifica com certa frequência ao longo do texto. São feitas críticas ao modelo imposto pelos padres, onde afirma que: “Entre os grandes erros dos jesuítas figuram a obsessão do enriquecimento da Ordem e o desejo desmedido do predomínio desta. Neste sentido cometeram abusos e desobediências, que muito os comprometeram” (DOCCA 1954. p.44). Quando descreve a vida e o trabalho dos indígenas nas Missões, Souza Docca critica a falta de liberdade dos indígenas, existência apenas de propriedades coletivas e mesmo a ausência de leis civis e de casamentos por amor entre os indígenas aldeados. Para o autor:

“Estabeleceram os jesuítas o regime comunista puro, não segundo a doutrina, mas conforme a prática. Não era pois nos moldes da Sociedade fundada por Pitágoras em Cretona, nem segundo a República de Platão e sim o regime comunista que de fato tem existido e há de existir: o predomínio da aristocracia disfarçada sobre a plebe sofredora” (DOCCA, 1954. p.44- 45).

Apesar das críticas, que se estendem ao longo da maioria das referências feitas às missões jesuíticas, Souza Docca também realiza comentários positivos acerca das missões, especialmente destacando uma ação civilizatória dos jesuítas com os indígenas:

“A ação dos jesuítas no Brasil e conseqüentemente no Rio Grande do Sul, para ser apreciada com imparcialidade, exige que o historiador se transporte ao tempo

e ao meio em que aqui iniciaram sua campanha civilizadora. Um balanço consciencioso, sereno e justo creditará para os loiolanos um grande saldo de benefícios prestados” (DOCCA, 1954. p. 44)

Neste ponto acredito que possa ser interessante pensar até que ponto o contato de Souza Docca com jesuítas no IHGRGS<sup>7</sup> possa ter influenciado na sua abordagem acerca desta temática em suas obras? Certamente não se trata de uma questão possível de ser respondida ou melhor trabalhada neste trabalho, mas o questionamento parece pertinente.

Dando sequência à caracterização dos locais nos quais os indígenas estão inseridos nas relações de trabalho, e através das quais estes indivíduos são inseridos na história do Rio Grande do Sul por Souza Docca, o autor é elucidativo:

“Como trabalhadores não eram, pelo menos no Rio Grande do Sul provaram não o serem, inferiores ao negro, como acreditam alguns de nossos sociólogos. O esplendor das Missões Orientais, onde foi pela primeira vez fundido o ferro no Brasil e onde os únicos operários eram os indígenas, prova a capacidade destes para o trabalho em geral. A vida intensa de nossas estâncias, em progresso crescente, cujos peões eram quase em sua totalidade indígenas ou seus descendentes, atestam o labor profícuo desses obreiros constantes de nosso progresso” (DOCCA, 1954. p.79).

Este trecho contém algumas informações importantes para sintetizar os argumentos de Souza Docca sobre os indígenas enquanto trabalhadores e os cenários em que estavam inseridos: primeiramente o fato de, embora o autor produza normalmente caracterizações pejorativas sobre os indígenas, ele sempre os coloca acima dos negros na hierarquia racial, como era de se esperar, os brancos estão no topo da pirâmide. Segundo, um reconhecimento dado às missões e aos indígenas enquanto trabalhadores inseridos neste cenário. Algo bem diferente da análise geral, normalmente pejorativa das missões, especialmente no que tange às guerras guaraníticas. Sobre as estâncias, esta citação trás as informações recorrentes ao longo dos textos: locais descritos de forma muito positiva, com vida intensa e símbolos do progresso e da produção do Rio Grande do Sul, cenário de gênese da sociedade sul rio-grandense, para onde os Charruas e Minuanos teriam sido atraídos por seu gosto pelas lidas campeiras.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

<sup>7</sup> Foram membros do IHGRGS no mesmo período que Souza Docca os jesuítas João Batista Hafkemeyer e Luiz Gonzaga Jaeger.

A presença dos indígenas nas publicações do IHGRGS e, especialmente na obra de Souza Docca é vasta, de forma até surpreendente, e motiva questionamentos acerca de diversos fatores, como a intencionalidade do autor ao escrever sobre os indígenas, a forma como está escrita ocorre e o momento em que estes personagens surgem na narrativa. Este trabalho buscou responder alguns destes questionamentos, ou desdobra-los em novas perguntas. Este trabalho se propôs a trazer estes personagens da narrativa à tona, identificando onde e como eles aparecem nas obras deste autor. Logicamente, pelas limitações de tamanho, tempo e dos próprios objetivos deste trabalho, que se constitui como resultados parciais de uma pesquisa ainda em andamento, não foram abordados todos os assuntos relacionados a temática indígena presentes nas obras, e eventualmente alguns dos temas abordados não o foram com a merecida atenção e profundidade. Entre os temas ausentes cabe destaque para a relação ente o autor e seus pares da intelectualidade do período, especialmente no âmbito do IHGRGS, aspecto este de suma importância para que se analise os textos em diálogo com o meio em que foram produzidos e que estará presente na continuidade desta pesquisa.

#### **REFERENCIAS:**

ALMEIDA, M. C de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ARMANI, C. H. 2002. *Identidades e fragmentação no pensamento de Emílio de Souza Docca*. Porto Alegre/RS. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

CERTEAU, M de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, M de. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 1995.

CHARTIER, R. *À beira da falésia*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

DOCCA, E. F. de S. *O porquê da brasilidade farroupilha*. São Paulo: Tipografia Irmãos Clemente, 1936.

DOCCA, E. F. de S. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Org. Simões, 1954.

GUTFREIND, I. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade, 1998.

MARTINS, J.T. 2015. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: Trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflito) entre intelectuais (1920-1956)*. Porto Alegre/RS. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

MONTEIRO, J.M. 2001. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Campinas/SP. Tese (Concurso de Livre Docência em História), Universidade Estadual de Campinas.

RODRIGUES, M. C. de M. 2002. *A institucionalização da formação superior em história: o curso de Geografia e História da UPA/URGS - 1943 a 1950*. Porto Alegre/RS. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RODRIGUES, M. C. 2017. "*Uma velha aspiração do Rio Grande*": *O instituto histórico e geográfico do Rio Grande do Sul nos anos 1920*. In: FERREIRA, A. C.; MAHL, M. L. (Orgs.). *Os Institutos Históricos e Geográficos: nação e região na historiografia brasileira*. Campinas: Pontes Editores, p. 239-263.

SCHWARCZ, L. M. 1996. *As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro*. In: SCHWARCZ, L. M.; QUEIROZ, R. da S. (Org.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Estação Ciência: Edusp, p. 147-185.

TORRES, L. H. 1990. *O discurso historiográfico referente à participação do indígena na formação histórica sul-rio-grandense*. Porto Alegre/RS, Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

TORRES, L. H. 1997 *Historiografia sul-rio-grandense: o lugar das missões jesuíticas guaranis na formação histórica do Rio Grande do Sul (1819-1975)*. Porto Alegre/RS, Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

TURIN, R. 2009. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro/RJ, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro.

## NAMOROS PROIBIDOS E A ARTE DE INFRINGIR

Viviane Souza de Oliveira<sup>1</sup>  
Alcileide Cabral do Nascimento<sup>2</sup>

### RESUMO

O namoro dito “moderno”, como um colóquio mais intimista e pautado no amor romântico e na escolha pessoal, em vez do familiar, pôde emergir e se tornar expressivo graças a mudanças socioculturais ocorridas nos séculos XIX e XX. Embora a primeira metade do século XX tenha dado indícios de novos tempos para as mulheres – que começavam a ocupar espaços de trabalho e de lazer que antes não ocupavam –, o termo liberdade, para estas, ainda vagava longe no horizonte, principalmente tratando-se do campo afetivo-sexual. A escolha do namorado, por exemplo, apesar de figurar como mais voltado ao desejo individual e amoroso, encontrava, por vezes, entraves impostos pela família, dando margem ao raptos. Dito isto, este trabalho tem como proposta analisar, através do caso de Rita e José (relatado no processo-crime, 1950), a utilização do raptos como estratégia de vivenciar a relação proibida. Esta pesquisa se insere no espaço das novas abordagens historiográficas, uma vez que faz uso da categoria de Gênero para análise, a partir de Joan Scott. Por meio da prática de raptos, pretende-se analisar as relações de gênero e como a raptada recriava, ainda que inconscientemente, as identidades femininas.

**Palavras-chave:** Namoro; Relações de Gênero; Raptos.

### INTRODUÇÃO

O namoro é uma prática significativa e intrigante no nosso cotidiano social; se fala dele e para ele por todos os lados: nos jornais, nas literaturas, nos processos criminais, nas cartas trocadas pelos enamorados. O que é permitido aos namorados, o que é o namoro decente e indecente, qual a sua finalidade, qual o par ideal e, outros tantos elementos, abraçam essa prática e a sanciona. De fato, o namoro está inscrito em normas e critérios familistas e de classe, e como tal, fornece dados sobre as relações de gênero, a organização sociocultural e sobre o controle dos corpos e o alvo do controle. Ademais, voltar os olhos ao namoro é também observar o transmutar social. Os padrões de namoro mais flexíveis, por exemplo, puderam emergir em decorrência de mudanças que se acentuaram com a crise da Segunda Guerra Mundial, com a urbanização, modernização, maior concentração urbana e industrialização (AZEVEDO, 1986, p. 84-96).

Contudo, mesmo as relações afetivas estando mais livres no século XX – isto é, individualizadas e atendendo ao ideal do amor-paixão, não se submetendo unicamente ao

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: [vivianne.souza@hotmail.com](mailto:vivianne.souza@hotmail.com).

<sup>2</sup> Profa. Dra em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: [alcileide.cabral@gmail.com](mailto:alcileide.cabral@gmail.com). [vivianne.souza@hotmail.com](mailto:vivianne.souza@hotmail.com).

interesse familiar –, diversos casais ainda enfrentavam a oposição da família ao namoro ou casamento com o parceiro desejado. Essas proibições, muitas vezes, levavam os casais a adotarem medidas subversivas para vivenciar o romance, o rapto era uma delas. Esse tipo de rapto que se dava com o consentimento da moça, tornando-os partícipes do crime, é chamado de rapto consensual, sendo na prática a fuga; no Código Penal de 1940, código vigente no recorte temporal desta pesquisa, esse crime estava previsto no art. 220.

São muitos os jornais do século XIX, como coloca Gilberto Freyre, que noticiavam com temor a frequência dos casamentos que seguiam o rapto (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1950, p. 4). Na historiografia, as pesquisas de Miridan Falci (2017) sobre as relações afetivo-sexuais no sertão do Ceará, no século XIX, e as de Rosemere Santana (2013) sobre os raptos consentidos na Paraíba entre 1920 e 1940, também evidenciam que muitas vezes o rapto foi a forma encontrada pelo casal de vivenciar o namoro ou casamento não aprovado pela família da moça.

O caso de Rita Ramos e José Severino, um casal negro pertencente às classes empobrecidas, acessado por meio do processo criminal (1950) e analisado aqui, é mais um dos muitos casos em que o namoro proibido pela família da moça encorajou o rapto desta pelo pretendente. O processo criminal, utilizado aqui como fonte principal, é um documento rico, polifônico, repleto de contradições que, além de possibilitar ao subalterno falar, nos permite apreender os jogos de astúcia, os limites da moralidade, as subjetividades. A partir dos discursos contidos nesse documento veremos que infringir a norma familiar e jurídica por meio do rapto apresentava-se como uma arte de vivenciar os desejos amorosos, mas também podia significar estratégias de liberdade para além da experiência romântica.

Voltar os olhos ao crime de rapto, suas motivações e os seus desdobramentos na justiça, também nos permitiu apreender as relações de gênero e sua manutenção por meio do discurso moral da honra. Nesta pesquisa, o uso do gênero como categoria analítica, como evidencia Joan Scott, é o nosso compromisso crítico com os significados e representações de masculino/feminino evocados, mas também é uma forma de revelar suas instabilidades e contradições (2012, p. 332).

## OS PERIGOS CONJURADOS PELO NAMORO

No dia 15 de agosto de 1950, Antonio Ramos Silva (60 anos, residente em Camucituba, Bezerros) apresenta-se na delegacia de Vigilância Geral e Costumes para prestar queixa do rapto que sofreu sua filha, Rita Ramos da Silva, no dia 13 daquele mesmo mês<sup>3</sup>. Rita Ramos (17 anos, parda, doméstica, alfabetizada) não morava com o seu pai, estava morando com o seu padrinho Antonio Botelho, junto com suas irmãs, em Campo Grande, Recife, para fins de estudo. O acusado foi José Severino Nascimento, namorado de Rita, cujo namoro o pai da moça diz não haver tido ciência.

A versão de José Severino (23 anos, moreno, alfabetizado) – que também residia em Camucituba, Bezerros –, aponta uma certa contradição, pois, segundo ele, os pais de Rita tomaram conhecimento do namoro entre eles, razão pela qual passaram a ameaça-la de internação em um colégio. A medida de internar as filhas “perdidas e desviadas” em conventos religiosos, para a regeneração destas, era utilizada não raro pelas famílias abastadas que se viam agravadas em sua honra (LEVY, 2009, p. 122). Embora a internação colocada por José não possa ser assegurada, pode servir como evidencia de que as classes empobrecidas também faziam uso desse mecanismo (na prática ou como ameaça) para controlar o comportamento das jovens. José revela que por temer a realização de tal ameaça, pensa no rapto como solução, sem todavia informar à Rita. O rapto, no entanto, não se deu de imediato; o depoimento de José apontou simplesmente que antes da efetivação do rapto este já estava sendo gestado, e por não ter ocorrido de forma impulsiva, sugere que no mínimo efetuou-se com certo planejamento do rapaz.

O rapto foi uma prática comum no cotidiano dos recifenses, algumas vezes o conflito que tornava o rapto uma alternativa era resolvido no âmbito privado, outras vezes a família ou responsável pela ofendida buscavam no tribunal o meio de fazer justiça. O caso de Rita e José é um desses casos que extrapola o âmbito familiar e regala aos historiadores a oportunidade de desvelar além do que o crime em si, mas também as tramas amorosas, os jogos de interesse, as coerções e transgressões.

A relação amorosa de Rita e José, por exemplo, é atravessada pela interdição da família da moça. Após três meses namorando secretamente, a família de Rita descobre o namoro e o proibi de imediato. Essa oposição familiar ainda seguiu a ferrenha inospitalidade e agravo por parte do padrinho (Antonio Botelho, casado, 63 anos, comerciário) e irmãs de Rita, pessoas com quem morava no Recife. Diz Rita que seu

---

<sup>3</sup> PERNAMBUCO. Comarca do Recife. Acervo do Memorial da Justiça de Pernambuco. *Processo-crime de José Severino Nascimento*, s/n, Caixa 2147, Ano 1950.

padrinho passou a ameaçar cotidianamente entrega-la ao pai, pois “não tinha filha e não ia preocupar-se com filha alheia”. Essa fala de Botelho evoca uma reflexão acerca das percepções em relação ao namoro. Certamente, para ele, o namoro conjurava perigos e temores ao quais não queria responsabilizar-se ou preocupar-se, o mais importante: o risco da perda da virgindade da moça.

Desse modo, o namoro demandava vigilância para controle do comportamento dos namorados; como acentua Azevedo: “o controle exercido sobre a díade heterossexual durante o namoro tem como referência imediata a preservação da honra, da reputação, da pureza da moça representada, em última análise, pela virgindade” (1986, p. 43). Não estar disposto a manter Rita sob os seus cuidados, mostra que Botelho tanto percebia o namoro como uma fase de perigos, quanto que não queria responsabilizar-se pela vigilância e cuidado da moça durante tal fase. Além disso, visto a sua posição de tutor, sugere-se que sua preocupação era dobrada, pois corria risco não só a honra da família de seu compadre mas também a sua.

### **O ENTRAVE FAMILIAR: NAMORO PROIBIDO, MAS POR QUAL RAZÃO?**

“Oh, inferno! Escolher um amor por meio do gosto alheio”<sup>4</sup>, exclamou Hérnia impedida pelo pai de casar-se com o homem que amava, Lisandro, e obrigada a casar-se com Demétrio. O não cumprimento da ordem do pai resultaria na aplicação da lei de Atenas, delegando a Hérnia um dentre dois destinos: a vida de celibatária ou a morte (SHAKESPEARE, 2013, p. 21). A história de Rita de alguma forma se entrelaça a de Hérnia, não pela trágica rigidez e punição dessa comédia shakespeariana, mas porque assim como Hérnia, Rita experimentou a oposição familiar à relação amorosa, e essa oposição e seus desdobramentos a impulsionou a tomar medidas de desvio e conflito.

Contudo, a pergunta que surge é, qual a razão da proibição do namoro? Venhamos e convenhamos que o processo criminal é uma fonte rica que possibilita remendar o cotidiano, mas que também é fragmentada e marcada pela linguagem técnico-jurídica que fomenta algumas limitações. No entanto, o depoimento do pai de Rita, Antônio Ramos, deixa alguns indícios passíveis de problematização quando caracteriza José como “indivíduo atacado de uma moléstia incurável, sendo ainda um vagabundo, a ponto de ser

---

<sup>4</sup> Trecho de *Sonho de uma noite de verão*, de William Shakespeare (1564-1616), uma das primeiras peças escritas pelo dramaturgo inglês. Trata-se de uma peça de comédia leve atravessada por diversos elementos do drama; segundo estudiosos, foi produzida em 1594.



mantido por pessoas de sua família”. Tal declaração sinaliza que a proibição talvez estivesse relacionada com a condição financeira e de saúde do rapaz.

Como demonstra Maria Sanches em sua investigação sobre o namoro e escolhas conjugais em Salvador, entre 1889 e 1950, a condição financeira do rapaz das camadas empobrecidas era fundamental para defini-lo como bom partido aos olhos da família da jovem; ou seja, como um noivo desejado. Os homens mais aptos ao casamento pelo critério familiar, deveriam preencher os requisitos de “poder sustentar a família, ter um emprego decente, não ter sua imagem associada à conduta moral e socialmente condenada como jogador, brigão, gatuno e/ou feiticeiro” (2010, p. 266-268). Pela descrição dada a José, e pela ferrenha oposição do padrinho e irmãs de Rita ao namoro, é evidente que o acusado não era considerado um bom partido para futuro casamento. Nessa sistema de gênero em que o homem deveria ser o provedor, não trabalhar ou depender de outras pessoas, relegava a ele o título pejorativo de vagabundo.

Dessa forma, identificamos que o discurso de Antonio Ramos evidencia os papéis de gênero e a própria representação do que é ser homem, ou melhor, um homem ideal. Ele demonstra que a condição de sustentar a família é a tarefa principal do homem, sendo o trabalhador a representação do bom partido.

## **DO CONFLITO AO RAPTO**

No correr do processo, Rita declara que o tratamento de desprezo e as ofensas dirigidas a ela, fruto da descoberta do namoro, a fazem considerar a casa do padrinho um ambiente desfavorável para viver; para solucionar a situação, ela resolve ir para casa de uma amiga, residente no Espinheiro, que lhe ajudaria a encontrar um emprego. Na versão de Rita, no momento em que preparava-se para ir à casa da amiga:

Eis que surge José Severino, oferecendo-se para leva-la até o Espinheiro em um carro de aluguel; que não encontrando a sua amiga, a declarante retornou à sua casa; que durante o regresso José Severino indagou da declarante si a mesma desejava, sinceramente, sair de casa; que a declarante respondeu dizendo que sim; que então a declarante foi mudar de roupa em sua casa tendo em seguida ido para casa do doutor Guerreiro, na Avenida Beberibe; que na mesma hora, José Severino seguiu para Camucituba.

Na declaração de José, por sua vez, não é citada a ida a casa da amiga de Rita

Que no domingo treze de agosto deste ano, o declarante foi à missa na igreja situada na Estrada de Belem, tendo ali encontrado Rita; que Rita expos ao declarante a sua situação perante a sua família; que o acusado, então, não titubeou em convidar Rita para fugirem; que tendo recebido uma resposta satisfatória realizou o seu intento levando a menor para a casa do Dr. Guerreiro.

As declarações não dizem exatamente o mesmo passo a passo, e isso pode estar relacionado tanto com o encurtamento do depoimento de um deles, quanto com a objetividade proporcionada pela mediação do escrivão. No entanto, uma não anula a outra, pelo contrário, se complementam. Apesar da historiografia apontar alguns casos em que a promessa de casamento pelo raptor era fator decisivo para o consentimento do rapto pela moça, no rapto analisado, no entanto, nem Rita nem José mencionam a promessa de casamento anterior à fuga, fator que anula a hipótese de que Rita viera a ser seduzida pelo rapaz. Em contrapartida, Rita diz aceitar a proposta de José sem mencionar nenhuma força, ameaça ou sedução por parte dele, tendo aceitado, desse modo, por livre e espontânea vontade. Não nos esqueçamos, todavia, que a primeira opção de Rita era mudar-se para a casa da amiga, sobre isto nos deteremos mais à frente.

Quanto a execução do rapto, como já colocado, José levou Rita à casa do Dr. Guerreiro, residente na Avenida Beberibe, e logo depois retornou à Bezerros. Segundo José, dois dias depois ele havia retornado ao Recife para tratar do casamento com Rita. Apesar da menção ao casamento não raro ter sido usada como estratégia para absolvição do acusado ou diminuição da pena, o *modus operandi* administrado no rapto, isto é, o feito do rapaz não ficar no mesmo local que a moça, preservando assim a sua honra, parece ser sugestivo de que José almejava casar-se.

Visando ou não o casamento, três trechos contidos nos autos nos fazem crer que José Severino nutria sentimentos sinceros por Rita e, que para ele, a proibição do namoro deu margem ao rapto como forma de infringir a norma jurídica e familiar. Primeiro trecho, a ideia do rapto: “que o declarante vendo o intuito dos pais de Rita idealizou um rapto da mesma sem, entretanto, cientificá-la”; segundo trecho, a ameaça de suicídio contada por Rita: “tendo este pedido à mesma que não desse por encerrado o namoro pois se ela assim precedesse ele suicidaria-se”; terceiro trecho, a proposta do rapto e a condução de Rita à casa do Dr. Guerreiro, fato que mostrou um certo planejamento da fuga: “que o acusado, então, não titubeou em convidar Rita para fugirem; que tendo recebido uma resposta satisfatória realizou o seu intento levando a menor para a casa do Dr. Guerreiro”. Esses três trechos demonstram que José não estava disposto a romper com a relação amorosa, e para tal, se utilizou da prática do rapto visando dar continuidade ao romance com Rita, ainda que para isso tivesse que transgredir a lei e a autoridade familiar.

Rita, por outro lado, parece contrariar os vários casos de rapto consentido que tinha por finalidade experimentar o amor proibido – tão apontados pela historiografia. Apesar de aceitar a fuga, não parece que essa escolha havia ocorrido por questões

românticas e sim para deixar a situação de ofensas e desconforto que passou a viver na casa do padrinho. Sua fuga ocorreu, dessa forma, não pela proibição do namoro, mas pelas consequências da descoberta dele. Além do mais, diferente de seu namorado, Rita não menciona em momento algum a vontade de continuar o namoro ou sequer expõe seus sentimentos por José. Seu depoimento está repleto de pesar sobre a difícil relação que passou a receber da família, o que justifica o seu sentimento de urgência em sair de lá e a aceitação da fuga. Outrossim, a mudança para casa da amiga no Espinheiro, que lhe ajudaria a arrumar um emprego, lança luzes sobre dois pontos: primeiro, a fuga com José não fazia parte do plano inicial da jovem; e segundo, ter apontado o emprego como meta, pode significar que Rita via no seu auto sustento a segurança de não voltar à casa do padrinho ou de não ter que regressar à moradia dos pais, em Bezerros.

As declarações de Rita elucidam uma mulher sabedora do que queria, uma mulher que estava disposta a buscar os seus interesses. Talvez estar acostumada ao trabalho, já que se dizia empregada doméstica, estar longe da vigilância dos pais, vivendo em uma cidade que a pouco tempo não vivia, ainda mais com vigilância limitada, foram fatores que contribuíram para uma postura de maior independência adotada por Rita.

Na comédia shakespeariana abordada nas páginas anteriores, Lisandro propõe a Hérnia que fujam para se casarem na cidade que vive sua tia, a sete léguas de Atenas: “[...] Se me ama, então, fuja da casa de seu pai amanhã à noite; e no bosque, a uma légua da cidade, onde a encontrei uma vez com Helena, a observar o amanhecer de maio, lá vou lhe esperar” (2013, p. 21). Na história de Rita e José, a realidade deixa entrever sua complexidade, em vez da fuga por amor e para fim de casamento, a jovem, mais bem, fuge dos parentes e do desconforto que esses lhe impunham, e nisso há certa licença poética.

## **RAPTADA, MAS NÃO DEFLORADA**

Importa ainda no correr do processo do crime de rapto, saber se o acusado deflorou ou não a raptada; visto que, segundo o Código Penal de 1940, na verificação de rapto seguido de outro crime – por exemplo, estupro ou defloração –, ocorreria o concurso material, isto é, as penas seriam acumuladas<sup>5</sup> (HUNGRIA, 1981, p. 217). Nesse sentido Rita e José foram questionados se o rapto seguiu o ato libidinoso, ao que os dois

---

<sup>5</sup> Diferente do Código Penal de 1940 que optou pelo concurso material, o Código Penal de 1890 utilizava o concurso formal, ou seja, se ao rapto se seguisse o defloração ou estupro da vítima, aplicava-se ao agente a pena do crime-fim, mas com o aumento da sexta parte (HUNGRIA, 1981, p. 216).

responderam negativamente, frisando Rita que ainda era virgem. Conforme padrão, a jovem foi submetida ao exame de corpo de delito, o qual atestou não ter havido conjugação carnal entre o casal.

A famigerada virgindade era um tema importante para a moral sexual do período, pois a pureza sexual da mulher antes do casamento e, após, a sua fidelidade, estava diretamente ligada a sua honra (SOUZA, 2016, p. 78). Nas palavras do Jurista Nelson Hungria, em comentário ao código penal de 1940, é explícita a relação de dependência honra-*virgindade* estabelecida para a mulher. Segundo ele, a lei protege nas mulheres adolescentes “especialmente, a virgindade física, que é uma das condições do seu valor social, por isso mesmo que é uma presunção de castidade ou honestidade (HUNGRIA, 1981, p. 148). Ora, se à mulher a virgindade é uma das condições do seu valor social, o que resta a uma moça solteira e desvirginada? Não raro eram tidas como “desvirtuadas” e “desgraçadas” (CAULFIELD, 2000, p. 226).

No entanto, apesar da importância dada à virgindade nos discursos jurídicos e médicos, é importante destacar que esses valores nem sempre eram fundamentais em todas as uniões. Ao estudar sobre crimes de defloração no Rio de Janeiro da Belle Époque, Martha de Abreu Esteves mostra que em muitas relações afetivas das camadas populares os conceitos higiênicos sexo e casamento não estavam diretamente associados, ou seja, em muitos casos a virgindade não era fundamental para a realização do casamento, e o casamento, enquanto norma, não regulava a sexualidade desses sujeitos. Por outro lado, Esteves também aponta que os depoimentos masculinos, em geral, eram próximos dos valores da ordem sexual; estes depoentes “consideravam desonestas as mulheres que passeavam sozinhas e que iam a determinados lugares em horas avançadas”, ou confessavam ter percebido que a ofendida já não era mais virgem como estratégia para conseguir absolvição. Esses depoimentos descortinam dois pontos: primeiro, que esses acusados sabiam veicular as imagens higiênicas propagadas sobre ser mulher e ser homem; e segundo, dão alarme da difusão do machismo em todos os seguimentos sociais (1989, p. 165-171).

Além disso, mesmo que a virgindade fosse percebida de várias formas e as relações dos sujeitos das camadas pobres fossem, em certa medida, mais flexíveis, os depoimentos dos acusados elencados por Esteves evidenciam que a visualização da moça desvirginada como prejudicada era parte do discurso social vigente. Além disso, se neste sistema de gênero a mulher tinha a sexualidade sob vigília, os homens, em contrapartida, estavam livres para vivenciar e se aventurar nos prazeres sexuais. É justamente essa

divisão binária fixa do que é próprio da mulher e do homem – muitas vezes percebidas como naturais, mas que todavia, foram/são construídas socialmente a partir de práticas discursivas –, que contribuíram/contribuem, alerta Joan Scott, para a desigualdade nas relações de gênero (1995, p. 86-88).

Num espaço em que o comportamento e a virgindade das jovens testificavam a honra destas e a da sua família, não surpreende que o rapto fosse tão temido e condenado nos discursos dos jornais, da justiça, da literatura; pois, segundo aquela percepção social e jurídico-penal, o rapto era uma prática que ofendia a autoridade e a honra familiar: de um lado, porque desbaratava as normas e disciplina ético-sexual da família, e de outro, porque a jovem deixava o círculo de vigilância familiar correndo o risco de perder a virgindade e ferir a honra da família.

Nos depoimentos das testemunhas arroladas, é possível notar a ênfase dada ao comportamento da vítima para certificar que tratava-se de uma mulher honesta. José dos Santos (30 anos, operário, alfabetizado), um amigo da família, diz conhecer Rita como “uma menina de ótima educação, sendo portanto digna da consideração por parte de todas as pessoas que a conhecem”. Assim como João Mota (39 anos, funcionário público estadual, alfabetizado), que descreve Rita como “uma moça portadora de esmera educação e fino tratadio”. Este ponto nos leva a aspectos interessantes da prática judiciária e das permanências históricas.

Na prática judiciária do século XX ainda é possível observar a persistência de estratégias de defesa ou argumentos da acusação se valendo do ideal de moralidade vigente no período para influenciar a sentença do juiz. Sueann Caulfield indica como os acusados, advogados ou testemunhas buscavam demonstrar a honestidade ou desonestidade da vítima através do apontamento dos seus comportamentos e evidência ou não da virgindade (2000, p. 208-235). No caso de Rita e José, os depoimentos das testemunhas, junto ao do pai de Rita, que a colocava como “completamente iludida pelo indivíduo”, parecem visar atestar a honestidade e inocência da jovem, corroborando para a criação de uma imagem negativa do acusado e infantilizada da ofendida.

Essas vozes ecoantes no processo criminal nos permitem, através da construção das imagens da ofendida e do acusado, vislumbrar as atribuições sociais e hierarquizantes fundantes do masculino e feminino. É importante, no entanto, deslocar as representações perpetuadas sobre o partido ideal e a mulher honesta do campo do natural para o campo do gênero, e isto nos remonta ao que Teresa de Lauretis nos propõe sobre o gênero como “produto de diferentes tecnologias sociais [...] e de discursos, epistemologias e práticas

críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana” (1994, p. 208); o que significa que o gênero é construído por essas diversas tecnologias; as tecnologias, por sua vez, nada mais é que o conjunto de saberes e poderes que elaboram noções e reflexões que vão sendo sedimentadas pelos sujeitos no campo social.

O pai de Rita, um sujeito afetado por essas tecnologias de gênero que contribuíram para a sua percepção sobre o feminino e masculino, entende a sua filha, uma mulher jovem, como incapaz de fazer uma escolha autônoma. A mulher é representada por ele como inocente, facilmente influenciável; enquanto que o homem é perspicaz, é aquele racional e manipulador.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Infelizmente, muitas vezes as fontes históricas que utilizamos não nos permite adentrar com profundidade nos acontecimentos. O caso de Rita e José faz parte de uma dessas fontes fragmentadas. Sabemos, todavia, que no ano de 1980 o Juiz Célio de Castro Montenegro extinguiu a punibilidade de José Severino, pois já havia se passado mais de quatro anos sem término do processo. Se o casal seguiu ou não com o romance não conseguiremos saber, mas é importante salientar um ponto. Geralmente o rapto consensual esteve atrelado ao amor romântico e a paixão louca. No caso aqui analisado está mais claro que José encarou o rapto como uma forma de vivenciar o amor proibido, Rita, pelo contrário, não deixa indícios de que infringia a norma familiar por questões românticas. O fato de ela ter buscado primeiro a amiga e, só depois de não encontrá-la, fugir com José, sugere que sua aceitação ao rapto estava mais ligada à sua urgência em sair de casa que necessariamente por questões amorosas.

Nesse ponto se faz justificável ressaltar a importância da análise de gênero, rompendo com a permanência de uma representação binária de gênero nos nossos estudos e, além disso, deixando clara a diferença entre discurso e realidade. Se na produção e prática discursiva daquele período a mulher é representada como frágil, submissa ou dependente, Rita expõe as várias camadas da mulher real, a qual não se deve encaixotar. Desafiando e rompendo com as ideias do comportamento esperado baseado na honra, a jovem torna nítido as instabilidades e contradições do gênero, pois se esse sistema simbólico representou a mulher como influenciável, iludida, ingênua, aquela que sempre age com o coração, Rita desmantela essas representações quando deixa claro que faz uso do rapto para satisfazer os seus interesses. Rita transparece, sobretudo, que utilizou o rapto para advogar as rédeas da própria vida em suspiros de liberdade.

## REFERÊNCIAS

A PROPÓSITO do rapto no Brasil patriarca. *Diário de Pernambuco*. Recife, Ano 125, n. 248, p. 04, 29 out.

AZEVEDO, Thales de. *As regras do namoro à antiga*. São Paulo: editora Ática, 1986.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Editora. 1989.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do Sertão nordestino. *In: História das mulheres no Brasil*. DEL PRIORE, Mary (org.). 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

HUNGRIA, Nelson; LACERDA, Romão C. de; FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Comentários ao Código Penal*. Vol. VIII, 4. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1981.

LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. *Tendências e Impasses*. Hollanda, Heloisa Buarque de (Org.). 1994.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. *As razões do coração: Namoro, escolhas conjugais, relações raciais e sexo-afetivas em Salvador 1889/1950*. Niterói, 2010. 400f (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal Fluminense.

SANTANA, Rosemere Olimpio de. *Tradição e Modernidade: raptos consentidos na Paraíba (1920-1940)*. Niterói, 2013. 219f (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal Fluminense.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., p. 71-99, 1995.

SCOTT, Joan W. Usos e abusos do gênero. *Projeto História*, São Paulo, n. 45, pp. 327-351, Dez. 2012.

SHAKESPEARE, William. *Sonho de uma noite de verão*. Tradução de Marilise Resende Bertin. São Paulo: Martin Claret, 2013.

SOUZA, Sandra Izabele de. *Namoros indecentes: relações de gênero e as histórias de sedução na cidade do Recife (1890-1914)*. Recife, 2016. 150f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Universidade Federal Rural de Pernambuco.



**ST- 03. ENSINO DE HISTÓRIA,  
GÊNEROS E SEXUALIDADES:  
TERRITÓRIOS EM DISPUTA**

**COORDENAÇÃO:**

Allan Alves da Mata Ribeiro (PGH/UFRPE)  
Raquel Costa Antas (PGH/UFRPE)



# GREASE É A PALAVRA, GÊNERO É O CONCEITO: DINÂMICAS E PERFORMANCES DE FEMINILIDADES E MASCULINIDADES NO FILME MUSICAL E SEU USO PEDAGÓGICO

Savio Queiroz Lima<sup>1</sup>

## RESUMO

O trabalho propõe uma análise das relações entre identidades de gêneros e suas dinâmicas representadas intertemporais no filme *Grease*. Filme de 1978, transita a narrativa de musical da Broadway homônimo, de 1971, para as telas de cinema estadunidense. Narra, de forma romântica e humorística as desventuras amorosas de jovens garotas e garotos da subcultura *Greasers*, em 1958. A conexão entre História e Ficção é fortuita em sensível investigação historiográfica interessada nos imaginários e representações, mas, também, como mecanismo de introdução temática sobre gênero ao debate pedagógico com obra cinematográfica. A narrativa ficcional, localizada no cenário pós-contracultura, desloca a realidade representada dos Estados Unidos dos anos 1950, e fornece os imaginários libertários das relações entre gêneros no cerne das revoluções comportamentais dos anos de 1970. Quer seja no passado representado, no contexto histórico da produção e exibição da obra fílmica ou a contemporaneidade do debate sobre gênero, vários temas são abordados: Gravidez indesejada, homoafetividade intermitente, performance de gênero, masculinidades hegemônicas intercambiáveis, dentre outros. O Artigo oferta parâmetros críticos para discussões possíveis sobre os temas supracitados.

**Palavras-Chave:** História e Ficção; Gênero e Sexualidade; *Grease*.

## INTRODUÇÃO

O filme *Grease* repousa confortavelmente como clássico na cinematografia estadunidense na Indústria Cultural de Entretenimento. Este lugar de conformo, de uma produção fílmica dos anos de 1970, garante não apenas seu consumo, mas, também, a reafirmação de seu sentido narrativo e seu lugar social-cultural. O tempo, entretanto, demonstra algumas fragilidades que podem ser percebidas na sua experimentação atual, tendenciosamente nas questões que envolvem as dinâmicas de masculinidades e feminilidades.

A ficção é um ótimo meio de promoção de debates, tornando o apreço lúdico uma possibilidade de construção crítica sobre história e política. Nos casos dos estudos de gênero e sexualidade, tais narrativas são, também, produtos discursivos de manutenção ou ruptura com as normas compulsórias. Espécies de atualizações ou desvios que atuam contextualmente, nas dinâmicas entre seus produtores e consumidores. *Grease*

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em História pela Universidade Salgado de Oliveira (Universo), membro do Laboratório de Estudos sobre a Transmissão e História Textual na Antiguidade e no Medieval (LETHAM-UFBA), produz pesquisas envolvendo História e Ficção, com destaques aos estudos sobre histórias em quadrinhos, séries e cinema. savio\_roz@yahoo.com.br.

potencializa tão duplo processo através da utilização de um passado, o entorno entre as décadas de 1950 e 1960, e o presente de sua exibição, final da década de 1970. Masculinidades e feminilidades não são apenas observadas em suas características, mas sintonizadas em acordos de permanências ou mudanças.

A obra cinematográfica é interessante instrumento pedagógico para compreender as transformações sociais, suas possibilidades de avanços e seus perigos de retrocessos. Seu uso, entretanto, exige uma leitura criteriosa, que dialogue com os Estudos de Gênero e permitam, passo a passo, os debates sobre os diversos temas transversais possíveis, sugeridos aqui, neste exercício intelectual, através das camadas inqueridas. Ainda que se faça a escolha teórico-metodológica estruturante entre conceitos e abordagens, a primazia é o exercício crítico-analítico proposto, ampliando as possibilidades de expansão temática ou mesmo de enriquecimento discursivo.

O alcance discursivo sobre a produção cinematográfica vai para além das camadas representativas. Permeia, no caso *Grease – Nos tempos da Brilhantina*<sup>2</sup>, sua relação-condição de produto da contracultura, nas disputas hegemônicas sobre os gêneros, as masculinidades e feminilidades em harmonias e conflitos para exercer-se padrões heteronormativos. Depois de mais de 40 anos de existência, *Grease*, esse musical romântico, ainda nos fala sobre condições que envolvem as construções identitárias de moças e rapazes, estadunidenses e ocidentais, às pessoas nostálgicas, às contempladas e às críticas-ressignificantes.

## GRAXAS E SHAMPOOS

Parafraseando a canção tema, de Barry Gibb, “*Grease*” é a palavra, então nada melhor do que compreender sua raiz etimológica e sociológica. O termo, que é usado no título da produção fílmica, remete à uma expressão pejorativa que desde o século XIX produz uma segregação social interligando raça e classe. A mão de obra trabalhadora das ferrovias do sul dos Estados Unidos, feita de ameríndios, negros e mexicanos, era chamada de “*greaser*” e foi alvo inclusive de um regimento legal neoescravagista chamado *Grease Act*<sup>3</sup>, de 1855, de caráter anti-imigratório (GRUNER; KRÄMER, 2019,

---

<sup>2</sup> Título completo na versão exibida e comercializada no Brasil.

<sup>3</sup> Originalmente a lei se chamava *Antivagrancy Act*, promulgada no estado da Califórnia, ganhou a alcunha *grease* (ou *greaser*) com possibilidades tanto de designar as pessoas alvos pelas suas relações com trabalho com envolviam graxa de maquinária quanto pelas tonalidades escuras de suas peles, quer sejam indivíduos mexicanos, indígenas e/ou negros. Pode ser acessada em digitalização fac-símile em: <https://clerk.assembly.ca.gov/sites/clerk.assembly.ca.gov/files/archive/Statutes/1855/1855.PDF#page=229>.

p. 238), que punia os trabalhadores com tributos e trabalhos forçados. O termo migrou, no século XX, para os latinos e brancos da classe trabalhadora, comumente jovens, que atuavam com mecânica de auto (MORE, 2017, p. 138).

Com o tempo, essa massa de subalternos construiu uma subcultura urbana própria, com elementos característicos facilmente reconhecíveis. Desde suas posturas rebeldes, com bastante presença na delinquência juvenil e no crime organizado, existindo gangues diversas, em ostentosas motocicletas, com suas jaquetas de couro pretas e seus cortes de cabelos característicos entre 1950 e 1960 (MOORE, 2017, p. 142). Não tardou para a Indústria Cultural de Entretenimento fazer uso deste crescente nicho performático e simbólico, sendo higienizado para compor as atrações do programa American Bandstand<sup>4</sup> e em produções fílmicas como *The Wild One*, de 1953<sup>5</sup>.

Poderia-se entender o filme *Grease* como uma paródia ou homenagem às produções ficcionais dessa época (GRUNER; KRÄMER, 2019, p. 238), isoladamente, mas não foi o caso. A produção fílmica de 1978, escrita por Bronte Woodard e sob direção de Randal Kleiser, é uma adaptação de uma peça teatral musical iniciada em 1971, escrita e dirigida por Jim Jacobs e Warren Casey (BRICKMAN; LINCOLN; TZIOUMAKIS, 2017 e GRUNER; KRÄMER, 2019). O rápido sucesso do musical, que alcançou a Broadway, foi absorvido pela produção cinematográfica do *blockbuster*, o que lhe rendeu 96 milhões de dólares e o status de clássico (BRICKMAN, 2017, p. 1). O filme é o objeto de análise desta abordagem historiográfica e pedagógica sobre gênero, equalizando quais traços de masculinidades e feminilidades são representados na ficção e como as transformações sociais atuam sobre suas valorizações.

A opção de análise, para atender a pretensão didática proposta e para tecer reflexões analíticas, é de ser sequencial à narrativa fílmica. Poder explorar, enquanto exercício, as possibilidades discursivas do filme, na dinâmica entre História e Ficção, através das representações de gênero que se dispõem, fazendo os devidos recortes que podem servir para a construção de um saber público tanto no meio pedagógico convencional quanto nas inúmeras ágoras de debate social. Partindo, aqui, da instrumentalização do conceito de gênero enquanto “sistema socialmente consensual de distinções e não uma descrição objetivas de traços inerentes” (SCOTT, 1995, p. 72), mas

---

<sup>4</sup> Programa televisivo que desde os anos de 1950 apresentava performances musicais para o público juvenil estadunidense. Em sua versão exibida pela rede televisiva ABC através do canal WFIL-TV (atual WPVI-TV). Dentre as subculturas exploradas, está a *Greaser*, mas adequada moralmente para um público médio mais amplo e conservador.

<sup>5</sup> Com atuação protagonista de Marlon Brando, no Brasil ficou conhecido como *O Selvagem*.

acrescentando os condicionantes sociais deste construto (TILLY, 1994, p. 46) e suas sobrevivências nas dinâmicas de ruptura que dificultam sua desconstrução (VARIKAS, 1994, p. 66).

Seguindo o roteiro prévio, como uma audiência convencional, mas com a criticidade por munção, temos a musicada abertura. A animação contextualiza em signos o cenário temporal e geográfico da narrativa ficcional. Através desta curta introdução somos apresentados ao contexto histórico e aos elementos mais significantes da trama, bem como alguns de seus personagens e suas respectivas características comportamentais. Ao som da música *Grease*, escrita por Barry Gibb, integrante do Bee Gees, mas interpretada por Frankie Valli (GRUNER; KRÄMER, 2019, p. 104), assistimos aparições: onomatopeia da música *Tutti Frutti* de Little Richards, um *button* da campanha presidencial de Dwight D. Eisenhower<sup>6</sup>, a atriz Marilyn Monroe, o ator James Dean, um cartaz do filme *The Ten Commandments*<sup>7</sup>, dentre outros elementos, localizam a narrativa nos anos de 1950.

Se destaca, entretanto, a curta passagem rósea de feminilidade a que somos apresentados à personagem Sandy Olsson<sup>8</sup>. Na animação, ela atua como Cinderela, carregada de inocência ao acordar e vestir-se cercada de pássaros, como na animação de 1950<sup>9</sup>. Sandy atende às expectativas de feminilidade direcionadas às jovens, como em um conto de fadas, com pureza, aguardando seu príncipe encantado (TAVARES, 2020, p. 26). Seu padrão é exógeno à subcultura suburbana Greaser, praticamente uma *outsider* (GRUNER; KRÄMER, 2019, p. 161), sendo o conflito identitário central da trama do filme.

O entrecruzamento de gênero e tribo, entre Sandy e seu par romântico, Danny Zuko<sup>10</sup>, perpassa performances e discursos. Na canção *Summer Nights* (GRUNER; KRÄMER, 2019, p. 156), ambos descrevem o mesmo encontro, mas assumindo expectativas de gênero diferentes: as garotas querem saber de sentimentos amorosos e os garotos de conquistas sexuais. São recordações revisadas pelas audiências masculinas e femininas, respectivamente, adulteradas aos confortos dos papéis de gênero socializados. Danny precisa demonstrar desapego e masculinidade; Sandy precisa enriquecer a

---

<sup>6</sup> Com o slogan “*I Like Ike*”, em 1951.

<sup>7</sup> No Brasil, *Os Dez Mandamentos*, com Charlton Heston no papel principal, de Moisés.

<sup>8</sup> Interpretada pela atriz britânica Olivia Newton-John.

<sup>9</sup> Na canção *A Dream Is A Wish Your Heart Makes*, durante os afazeres domésticos cotidianos, com auxílio dos pássaros e dos ratos.

<sup>10</sup> Interpretado pelo ator estadunidense John Travolta.

narrativa de afetuosidade e sentimentalismo. O discurso “Se um cara prefere uma garota aos amigos, tem alguma coisa errada aí!”, de um dos rapazes, sintomatiza os assédios condicionantes de gênero que pressionam Danny entre as amizades masculinas e o afeto sexual com Sandy.

Duas canções são interessantes para compreender a construção discursiva das performances sentimentais entre masculino pretense hegemônico e feminino prenunciado modelar. Quando Sandy, decepcionada pela mudança comportamental de Danny para atender às expectativas de masculinidades de seus amigos, canta *Hopelessly Devoted* (GRUNER; KRÄMER, 2019, p. 159), enaltece o sofrimento feminino de “coração partido”, em uma devoção resignada. Em contrapartida, quando rejeitado sexualmente por Sandy, Danny canta *Sandy* (*Ibdem*, p. 201), feito de tolo pelo abandono em ambientes sociais, e o peso da opinião alheia diante da derrota, acompanhado de uma animação em tela de fundo onde um vaginal pão, aberto, adestra a peniana salsicha antes de aceitá-la no dueto “hot dog”.

Mesmo dentro da ruptura com o status quo social performático, algumas regras opositivas são mantidas, fazendo-se reconhecer as diferenças entre masculinidades e feminilidades. É o caso dos dois grupos generificados: Thunderbirds e Pink Ladies. A agremiação masculina dos T-birds, com Danny Zuko, Kenickie<sup>11</sup>, Putzie<sup>12</sup>, Doody<sup>13</sup> e Sonny<sup>14</sup>, sustenta o padrão de masculinidade greaser, com suas jaquetas negras de couro, os signos de identificação e os cabelos penteados com brilhantina<sup>15</sup>. A associação consensual de garotas, com Frenchy<sup>16</sup>, Marty<sup>17</sup>, Betty Rizzo<sup>18</sup> e Jan<sup>19</sup>, destaca-se pelo forte uso da cor rosa nas vestes, comportamento mais autônomo, com cabelos, maquiagens e adereços condizentes com a moda rebelde feminina dos anos 1950. Dentro do contexto histórico do ficcional colégio Rydell, os dois grupos atuavam como irreverentes à norma, epicentros representativos de grupos, representantes da tribo urbana *greaser*.

Os grupos generificados funcionam como uma espécie de pedagogia de gênero articulada entre a ruptura e a anuência. Ainda são construtos heteronormativos de

---

<sup>11</sup> Interpretado pelo ator estadunidense Jeff Conaway.

<sup>12</sup> Interpretado pelo ator estadunidense Kelly Ward.

<sup>13</sup> Interpretado pelo ator estadunidense Barry Pearl

<sup>14</sup> Interpretado pelo ator estadunidense Michael Tucci.

<sup>15</sup> Composto chamado de *grease* ou *greasy* nos Estados Unidos.

<sup>16</sup> Interpretada pela atriz estadunidense Didi Conn.

<sup>17</sup> Interpretada pela atriz estadunidense Dinah Manoff.

<sup>18</sup> Interpretada pela atriz estadunidense Stockard Channing.

<sup>19</sup> Interpretada pela atriz estadunidense Jamie Donnelly.

masculinidades e feminilidades, ainda que contraventores comportamentais, com afastamentos, mas sem rompimentos com os alicerces sociais de gênero. Também, em *Grease*, ser masculino e ser feminino atuam tanto através das oposições quanto em suas estruturas próprias isoladamente, em seus enunciados próprios (BUTLER, 2019, p. 51). Por isso é possível encontrar outros grupos, outros corpos generificados quem orbitam os núcleos T-Birds e Pink Ladies. Quando os T-Birds disputam poder local com os Scorpions e seu líder, Balmudo<sup>20</sup>, carros e mulheres são meios desses conflitos. Aparecem, também, tipos masculinos subalternos, como o nerd Eugenne<sup>21</sup>, alvo de intenso *bullying*<sup>22</sup>, e feminilidade dissidente: a mexicana sensual e objetificada Charlene "Cha Cha" DiGregorio<sup>23</sup> (GRUNER; KRÄMER, 2019, p. 237). As diversidades em masculinidades e feminilidades fragilizam a compreensão meramente binária das construções identitárias (BUTLER, 2019, p. 26).

O processo de socialização de gênero é tensionado com exaustão no enredo da ficção através das interações entre os personagens. Para receber a presença física pessoal de Sandy ao grupo, as garotas do Pink Ladies fazem uma “noite das garotas”, onde praticam na privacidade o consumo de cigarros e vinhos, e trocam confissões. Como num ritual de passagem de feminilidades infantis e a feminilidades maduras, Sandy tem a orelha furada para o uso de brincos, adornos femininos. A canção deste trecho do filme, *Look at me, I'm Sandra Dee* (GRUNER; KRÄMER, 2019, p. 73), reforça o assédio em forma de deboche da líder das Pink Ladies, Rizzo, à recatada Sandy. Neste jogo de potências, a sexualidade é a arena de insubordinação com os regramentos sociais sobre os corpos, entre a resistência de Sandy e a proatividade de Rizzo.

A socialização masculina, também evidente no filme, tem a oficina como lugar e os carros como conectivos. Com a canção *Greased Lightnin'* (GRUNER; KRÄMER, 2019, p.103), carregada de símbolos de virilidade e erotismo ao som do rock n'roll que modifica o blues de doze compassos, os rapazes reforçam a masculinidade *greaser*. Masculinidade é a praticidade de uma posição social de gênero (CONNELL, 1995, p. 188), e a evidência máxima de que se trata de uma construção socialmente performática é a continuidade de sua afirmação e a reafirmação de sua existência. Podemos ver isso

---

<sup>20</sup> Interpretado pelo ator e dançarino estadunidense Dennis Cleveland Stewart.

<sup>21</sup> Interpretado pelo ator e dublador estadunidense Eddie Deezen.

<sup>22</sup> O *bullying*, na narrativa, é um construto de diferenciação de grupos, com os tipos que buscam a dominação no espaço escolar, como os T-Birds e os Scorpions, interpelam aos *nerds*, garotas e jovens esportistas.

<sup>23</sup> Interpretada pela atriz estadunidense Annette Charles.

quando Danny e Kenickie, diante do evento de disputa de tribo urbana, para a corrida de carros – ato perigoso que ritualiza a coragem, por conseguinte, a masculinidade (BOURDIEU, 2012, p. 41), assumem o compromisso de parceria, e atuam, através das emoções e afetos, com abraços que logo em seguida são interrompidos: pentear os cabelos retoma os traços de heterossexualidade sem exageros afetivos (BUTLER, 2019, p. 126), demarcadora da masculinidade hegemônica pretendida (CONNELL, 2005, p. 196).

As performances de gênero das masculinidades padronizadas, representadas na ficção através do exagero, são comumente condicionadas à heteronormatividade. Toda e qualquer homoafetividade é tida por intermitente, dentro dos jogos de verdades sexuais atribuídas aos corpos sexualizados (BUTLER, 2019, p. 44). Os atores sociais dessa relação precisam corrigir seus desvios com rapidez, para que na disputa de poder a sua identidade de gênero não seja menosprezada, questionada, desafiada e subordinada à subalternidade na hierarquia de poder. Quer seja Danny, Kenickie ou Balmudo, tais masculinidades hegemônicas intercambiáveis sofrem condicionantes limítrofes de atuação na ideologia de gênero, ou seja, no machismo.

Das instituições reguladoras das sexualidades, dos gêneros e das performances, a que mais se destaca no filme é a escola, já que as famílias dos personagens praticamente não aparecem. Além dos professores conservadores, temos o ritual cultural estadunidense do baile de final de ano como elemento de regramento dos gêneros e das sexualidades (GRUNER; KRÄMER, 2019, p. 361), o que fica visível nas regras do concurso de dança: 1º só garotos e garotas podem participar e competir enquanto casais heteronormativos; 2º um avaliador faz a seleção de quem é mantido ou não na competição (julgamento e arbítrio de um adulto); 3º vulgaridade está proibida (correspondente às expectativas morais dos anos de 1950, já ordinárias e regulares em 1978). As regras são rigores não apenas para o controle dos corpos, mas também de toda e qualquer performance, já que seu objeto também é aparece no programa *National Bandstand*, uma referência parodiada do já mencionado programa *American Bandstand*.

Outro elemento demarcador bastante forte em *Grease* é a ausência quase absoluta de atores e personagens negros. Apenas no baile, enquanto membro da banda *Johnny Casino and the Gamblers*, um músico negro aparece. A ficção narrando um período como a década de 1950 é desconcertante a ausência de corpos negros na trama, em um contexto de ebulição das lutas pelos direitos civis dos negros estadunidenses. O teor se intensifica quando concluímos que a “brancura ofuscante” (GRUNER; KRÄMER, 2019, p. 274) no filme *Grease* é fruto de escolhas e posturas de uma produção blockbuster dos anos finais

de 1970. Inescapável tratar dos corpos generificados sem conectá-los aos outros marcadores sociais, como classe social e raça, por exemplo.

Voltando a atenção aos condicionantes de gêneros e suas dinâmicas representativas, as disparidades entre masculinos e femininos entram em cena. A generificação das profissões está latente na narrativa de Frenchy e na canção *Beauty School Dropout* (GRUNER; KRÄMER, 2019, p. 269), interpretada por Frankie Avalon. Seu anjo da guarda está lhe dizendo para desistir da carreira de esteticista e seguir o ramo da stenografia, por incompetência, apesar do gênero. Os jargões de Frenchy são bastantes significativos, durante o enredo: “Homens são uns ratos”, “beleza é sofrimento” e “o único homem que uma garota pode confiar é seu pai”.

Vemos, no clímax de encerramento do filme, o drama de Sandy chegar a uma solução. Sua tomada de consciência sobre a insatisfação de sua representação arquetípica se dá na apropriação que faz da crítica que lhe foi direcionada, ao cantar *Look at Me, I'm Sandra Dee*. Assiste, distante, aos jovens tão desiguais e toma a decisão de mudança: assume uma identidade *greaser*, com roupas de couro pretas, penteado mais ousado e postura sexualizada, inclusive na dança, quase espelhada na latina rejeitada, Cha Cha (GRUNER; KRÄMER, 2019, p. 237). Cantando e dançando junto com Danny a canção *You're the One That I Want*, rende-se e muda para conquistar sua relação afetiva.

A redenção de Sandy se dá pela submissão de sua identidade ao grupo, principalmente os desejos de Danny. Enquanto Sandy conquista o lugar de gênero reestruturado, Rizzo passa da gravidez indesejada, drama feminino e bastante conectado à juventude extraviada, e todo processo social de ostracismo e sofrimento, fortalecido nos discursos da canção *There Are Worse Things I Could Do* (GRUNER; KRÄMER, 2019, p. 226), sua redenção regenerativa vem através da monogamia heteronormativa. Consolida, desta maneira, as regiões limítrofes que a feminilidade pode se afastar sem que se perca diante dos olhares atentos da sociedade sexista.

As masculinidades são exercidas pelas resistências de programas comportamentais atualizados, enquanto as feminilidades sofrem adequações quando desregradas. Ainda que o filme trate dos opostos campos sexo-gênero (BUTLER, 2019, p. 25), fica evidente a hierarquia de poder nas possibilidades de atuação nos campos performáticos das sexualidades e das vivências. Num cenário político de revolução sexual, de movimentos sociais contestadores das convenções de gênero e sexualidade dos anos de 1970, *Grease* embeleza e embala um conservadorismo através de romantismo e



glamour sobre a representação dos anos de 1950. Seu uso didático nos serve, na contemporaneidade, para reacender a possibilidade apagada de debate.

## CONCLUSÃO

Feminilidades e masculinidades são exibidas entre memórias de passado recente dos anos de 1950 e negociações sociais contemporâneas à 1970. A contextualização histórica da instrumentalização de *Grease* como mecanismo discursivo sobre gênero nos fornece imaginários, discursos e representações condizentes com sua natureza conectada entre História e Ficção. Assisti ao filme, mais que mero entretenimento, é mergulhar em disputas de valores sobre os lugares sociais dos corpos, de que as rupturas e as convenções são socialmente acordadas, historicamente vividas e politicamente confrontadas.

O conceito de subcultura acaba por funcionar como um marcado identitário de grupo, inserindo masculinidades e feminilidades em um estilo de vida. Compreendendo, segundo o sociólogo estadunidense John IRWIN (1997, p. 67), “O estilo de vida é reconhecido como uma categoria explícita e compartilhada”<sup>24</sup>, atuando como uma embalagem que contém, dentre tantos elementos, os que definam performances, comportamentos e aparências no que diz respeito aos gêneros. A Cultura (subcultura) *Grease* (MOORE, 2017, p. 141) é absorvida através de filtragens morais de uma realidade histórica para uma representação artística entre seus suportes de consumo.

A narrativa em *Grease*, a construção representativa do lugar social e temporal, é de nostalgia. São as interpretações e definições que a década de 1970 faz das duas décadas anteriores, através de um envolvimento afetivo (GRUNER; KRÄMER, 2019, p. 32), onde as insubordinações já se encontram contempladas enquanto conquistas, onde a subcultura Greaser já não apresenta mais seu teor substancial de rebeldia, tornando-se uma revisão higienizada da cultura transgressora (*Ibidem*, p. 66). As masculinidades e feminilidades contraventoras no cenário estadunidense dos anos de 1950-1960 são atualizadas e renovadas ao mundo liberal e formalista dos anos de 1970. O choque perceptível é o de acesso do público atual à narrativa de *Grease*.

E situação recente, o filme foi reexibido em rede televisiva e teve repercussão em redes sociais. A rede televisiva britânica BBC inseriu em sua programação do *BBC-One* o filme *Grease*<sup>25</sup>, o que causou reações diversas do público. Entre saudosismos cults e

---

<sup>24</sup> Tradução própria do trecho original: “The style of life is recognized as an explicit and shared category”.

<sup>25</sup> Como pode ser visto no site da emissora: <https://www.bbc.co.uk/programmes/m000qqst>.

descontentamentos críticos, as opiniões explodiram nos canais públicos, como as redes sociais, acusando a narrativa de sexismo, homofobia e racismo, com alguns argumentos mais radicais, pedindo seu banimento<sup>26</sup>. Várias cenas, aqui devidamente analisadas e criticadas, foram centrais para as críticas. Convém, entretanto, compreender a potência que produções históricas podem exercer e serem instrumentalizadas numa abordagem a contrapelo para seu uso ao debate público.

A má recepção contemporânea, na verdade, é um bom sinal de mudanças nas expectativas do público. Tal repulsa torna evidente que os alicerces estruturantes aceitáveis décadas atrás já estão perdendo integridade, pois “identidade e diferença são determinadas por sistemas discursivos e simbólicos” (TAVARES, 2020, p. 44), que precisam de uma malha social para encaixarem confortavelmente que pode se alterar historicamente. Mais do que o repúdio cabal à peça ficcional, sua censura, é fortuito direcionar a atenção às estruturas de gênero, raça, sexualidade, dentre outras, valorizadas e/ou invisibilizadas, e como esse vestígio de passado tem sua obsolescência através dos desusos a nós contemporâneos, ou mesmo seus espaços reacionários de retorno do ultrapassado *status quo*.

Feminilidades surgem em aparente desconstrução, mas denunciam que as estruturas conseguem articular hierarquias e controles. Podemos perceber que a transitoriedade de uma saudável feminilidade branca, “não ameaçadora” (GRUNER; KRÄMER, 2019, p. 137), em Sandy não tem sua oposição diretamente à feminilidade insubordinada. A protagonista assimila características comportamentais de certo progressismo para os anos de 1970 sem com isso assumir o lugar moral social de Cha Cha, por exemplo. Se rompe com os valores conservadores de 1950, porém, atende aos novos valores conservadores de 1970, permanecendo ainda sendo uma Sandy monogâmica, inocente, saudável e “não ameaçadora”. A punição recai sobre Betty, sobre Charlene.

No construto oposto da masculinidade, seus efeitos são de manutenções dos privilégios de gênero, ainda que seduzido por transformações. O filme *Grease* acaba sendo um divisor no que diz respeito às masculinidades, já que aproxima seus tipos masculinos nostálgicos com a masculinidade da contracultura do final dos anos de 1970,

---

<sup>26</sup> Canais midiáticos como as páginas do jornal The Daily Express (pode ser conferido aqui: <https://www.dailystar.co.uk/showbiz/grease-slammed-racist-homophobic-bullying-23256459>) e do periódico The Daily Star (<https://www.dailystar.co.uk/showbiz/grease-slammed-racist-homophobic-bullying-23256459>) noticiaram a querela virtual.

mas distantes das tipologias vividas nas décadas de 1950 e 1960, tradicionalistas ou vanguardistas, sob a nomenclatura de *greasers*. Com isso fica bastante sensível compreender como a reação a essa masculinidade flexível ocorre com efeito em produções seguintes, como nas histórias em quadrinhos (LIMA, 2020) e nos cinemas (LIMA, 2021) e seus masculinos hegemônicos agressivos e militares.

A proposta aqui, por fim, é de a inserção de *Grease*, como fruto da relação entre História e Ficção, ao debate sobre gênero e sexualidade. Reaver tais imaginários e representações possibilita dosar as transformações ocorridas, bem como as permanências atualizadas das hierarquias e dos valores. Se “*grease*” soa apenas como uma releitura palavra, de um vocabulário perdido ou de titulação fílmica, “gênero” é evidentemente muito mais que uma palavra, pesa enquanto conceito que reconhecidamente dá início aos debates possível para as desconstruções de injustiças, desigualdades e crises que não podem ser sanadas com simplicidade.

## **REFERÊNCIAS:**

- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRICKMAN, Barbara Jane; LINCOLN, Siân; TZIOUMAKIS, Yannis. **Grease: Gender, Nostalgia and Youth Consumption in the Blockbuster Era**. 1ª Edição. Imprensa Routledge, Londres, 2017.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Coleção Sujeito & História. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2019.
- CONNELL, R. W. **Masculinities**. 2ª Edição. University of Califórnia Press, Berkeley/Los Angeles, 2005.
- CONNELL, R. W. **Políticas da Masculinidade**. In: *Educação & Realidade*. vol.2º, n.2, pp.185-206. 1995.
- GRUNER, Oliver; KRÄMER, Peter. **‘Grease Is the Word’ Exploring a Cultural Phenomenon**. Editora Anthem Press, Londres, 2019.
- IRWIN, John. **Notes on the Status of the Concept Subculture (1970)**. In: GELDER, Ken; THORNTON, Sarah. *The Subcultures Reader*. Editora Psychology Press & Routledge, Londres e Nova York, 1997.
- LIMA, Savio Queiroz. **Macho Predador: Representatividades de Gênero Performatizadas na Trilogia Predador (1987-1990-2010)**. In: Anais do 31º Simpósio Nacional de História – UERJ/UVA. 19 a 23 de julho de 2021, Rio de Janeiro – RJ, UERJ, 2021. Acessado em 18 de agosto de 2021. (Prelo).

LIMA, Savio Queiroz. **Um Homem Como Wolverine: As Masculinidades Transitáveis em um Personagem da Ficção de Entretenimento.** In: Anais [recurso eletrônico] / II Seminário de história e gênero: gênero, ditadura e autoritarismo, 21 a 23 de outubro em Fortaleza, CE. – Fortaleza, UFC, 2020. Acessado em 18 de agosto de 2021. Disponível em: [https://3ad43db3-ed90-4daa-8072ca99c9b0209c.filesusr.com/ugd/0daa97\\_64c20c98c04243e1a9e77cac1df67f2a.pdf](https://3ad43db3-ed90-4daa-8072ca99c9b0209c.filesusr.com/ugd/0daa97_64c20c98c04243e1a9e77cac1df67f2a.pdf).

MOORE, Jennifer Grayer. **Street Style In America: A Exploration.** Edição Ilustrada. Editora ABC-CLIO, Greenwood, 2017.

SCOTT, Joan Wallach. **Prefácio a Gender and Politics of History.** In: *Cadernos Pagu* (3), São Paulo, 1994.

TAVARES, Olívia Pereira. **O Corpo Híbrido de Malévola como Constituinte de Identidades em Trânsito.** Paco Editorial, Jundiaí, 2020.

TILLY, Louise A. **Gênero, História das Mulheres e História Social.** In: *Cadernos Pagu* (3) São Paulo, 1994.

VARIKAS, Eleni. **Gênero, Experiência e Subjetividade: A propósito do Desacordo Tilly-Scott.** In: *Cadernos Pagu* (3) São Paulo, 1994.

## CONTRA NEERA: O FEMININO NO ENSINO DE HISTÓRIA

Ana Maria Lucia do Nascimento<sup>12</sup>

### RESUMO

A partir dos últimos estudos de gênero que discutem as mulheres como agentes de sua história, pudemos observar como novas personagens femininas começaram a ser abordadas dentro e fora da academia, além de serem inseridos no ambiente escolar. Diante disso, esse estudo deseja contribuir para os debates sobre o feminino grego em sala de aula, à medida que estuda a vida de Neera, uma cortesã muito conhecida através do discurso de Apolodoro, acusada de usurpar o título de cidadã para seus filhos estrangeiros. A partir disso, nos concentramos em analisar o grupo social em que Neera estava inserida, quais suas representações no cotidiano ateniense e como ela é descrita pelo discurso masculino na obra. Buscamos encontrar nessa análise dados que nos mostrem a importância das tomadas de decisões femininas e propor abordagens didáticas para as aulas de história do 6º ano do Ensino Fundamental.

**Palavras-chave:** Ensino de História; Mulheres gregas; Contra Neera.

### O GRUPO SOCIAL DAS CORTESÃS

A Grécia antiga, berço da filosofia e da política, é também espaço de multiculturalismo. Assim, possui expressões das mais diversas camadas sociais, mas que, por muito tempo, não foi trabalhada nas construções narrativas. Isso ocorre, por exemplo, no tratamento das mulheres. Muito se houve falar sobre as *mélissas*, as aristocratas e ricas da camada social mais elevada, por outro lado, pouco se discute acerca das outras mulheres que faziam da pólis um lugar coeso. Logo, dentre todo o conjunto social ateniense, pairava sobre eles o grupo das *hetairas*. Também conhecidas como companheiras para o divertimento ou cortesãs.

Diferente das *mélissas* que desde muito cedo eram instruídas a se preservarem no gineceu, as cortesãs eram uma das categorias femininas livre em Atenas (LEGRAS, 1998, p.78). Por serem, muitas vezes, viúvas ou sem recursos, elas viviam da generosidade dos homens de quem eram acompanhantes. Nesse sentido, as acompanhantes não eram necessariamente alugadas para o sexo, muitas, como a própria Aspásia, eram conhecidas pelo intelecto durante os banquetes festivos:

---

<sup>12</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Formada em História pela universidade de Pernambuco (UPE). Pesquisadora da FACEPE. Pesquisadora do grupo de pesquisa Leitorado Antigo da Universidade de Pernambuco. Trabalho financiado pela FACEPE. Contato: [anamarialuciodonascimento@gmail.com](mailto:anamarialuciodonascimento@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8045117367096627>

“Pelo que consta, Sócrates (469-399 a.C.) e Péricles (495-429 a.C.) tiveram dois mestres em comum: Anaxágoras, originário de Clazômena, e Aspásia, de Mileto (470-400 a.C.). Aspásia chegou em Atenas por volta de 450, e se está correto que ela nasceu em Mileto em 470, deveria de ter de uns vinte anos. Sócrates, nascido em 469, teria por volta de dezenove anos, ou seja, a mesma idade. Péricles, tendo nascido em 495, teria uns quarenta e cinco, e, portanto, seria uns vinte e cinco anos mais velho que Aspásia. Não se sabe qual o motivo da vinda de Aspásia a Atenas. O fato é que, estando em Atenas, ela não demorou em abrir uma escola de retórica. Abrir uma escola não significava outra coisa senão obter do governo licença de ensino. E o governo, evidentemente, era o de Péricles, e daí também a suspeita de que a vinda de Aspásia para Atenas pode ter resultado de alguma interferência, oculta ou não, do próprio Péricles, que, afinal, trouxera antes Anaxágoras, da mesma região de Aspásia.” (SPINELLI, 2017, p. 259)

Diante do caso de Aspásia, por exemplo, nota-se a disparidade entre a classe feminina aristocrática e as cortesãs. O destaque intelectual dessa figura feminina lhe permitiu a liberdade de ter uma instituição social pública, onde poderia ensinar retórica. Logo, para desenvolver esse aspecto intelectual era imprescindível o estudo por parte de algumas dessas cortesãs. Para chamar a atenção desses homens da elite a *hetaira* desenvolvia traços de erudição, além da leitura e da escrita, usavam a beleza e a graciosidade para atrair o sucesso. Outro ponto a ser ressaltado sobre elas diz respeito ao contraste que faziam com o mundo feminino, entre as que viviam no interior do *oîkos* e as que não viviam. As cortesãs se ausentavam com facilidade de casa, ao contrário do que acontecia com as *mélissas*. Sendo essas mulheres alvo de uma certa subjugação do sistema masculino, afinal, eram usadas para atestar a virilidade do homem diante da sociedade (MOSSÉ, 1999, p.104).

Um outro exemplo é o de Neera, também uma cortesã da classe alta, conhecida por ter gostos caros, sustentada por homens conhecidos e ricos. Estava habituada a viver em ambientes luxuosos e a usufruir de presentes, viagens, festas, afetos e atenções dos seus amantes abastado (CURADO, p.22). Porém, por outro lado, também era exposta a vários tipos de abusos. Desde ser vendida para os homens muito jovem, até ser abusada por todos os homens da festa, incluindo os servos.

No que concerne aos direitos dessas mulheres, as leis lhe reservam muito pouco. Para as concubinas existia o reconhecimento dos filhos de um cidadão, para as esposas legítimas também, além de que em alguns casos ao filho(a) poderia levar seu matronímio. Entretanto não existia essa legitimação para as cortesãs. Nesse quesito, sua condição social era igual as *porné*, prostitutas mais acessíveis. Pois, por mais que frequentassem

lugares diferentes, em companhia de homens poderosos, com roupas bonitas e muitos adornos, pela lei, nada lhe era designado. Seus filhos não eram protegidos, não poderiam frequentar algumas festividades da pólis, nem oferecer alguns sacrifícios, direcionado apenas às aristocratas. Para compreender alguns dos aspectos que envolvem desde a criação até o amadurecimento dessas mulheres cabe a análise do caso específico de Neera narrado por Apolodoro em meio à acusação jurídica.

## **O QUE É O DISCURSO CONTRA NEERA?**

O discurso contra Neera comumente atribuído à Apolodoro integra o corpo dos textos de Demóstenes, apresentando de forma vívida a vida cotidiana do século IV a.C. da cidade de Atenas. A obra em si nos permite observar a vida privada de uma cortesã e os esforços para viver numa sociedade regida por regras e limites difíceis de transpor, principalmente para as mulheres. Afinal temos noção de que esse grupo em específico sofria constantes limitações, algumas por conta de sua natureza, outras por conta de sua falta de “capacidade”, mas em geral, a cidade de Atenas dos séculos V e IV a.C. permitia sim comportamentos extrovertidos, porém, por outro lado, mantinha um corpo legal vigilante no zelo pelo bem-estar do homem e da mulher e mais ainda pela harmonia que deveria ter na pólis. Assim, a história de Neera, sua família e Estéfano atraem diversas críticas quanto ao seu modo de vida, os seus comportamentos, suas companhias e a falta de pudor nas suas atitudes corriqueiras. Na fonte em específico, um discurso de índole judicial, quando avaliamos as informações notamos que o principal objetivo é de denegrir a vida de uma mulher, mas afinal sobre o que fala o texto?

Atenienses, para eu intentar esta ação pública contra Neera e comparecer diante de vós, inúmeras foram as provocações. na verdade, nós fomos muito prejudicados por Estéfano e, por causa dele, fomos expostos a extremos perigos, não só meu cunhado, eu próprio, minha irmã e minha esposa, de modo que estou sustentando O Presente processo, não me defendendo, mas vingando me. De fato, ele começou em primeiro lugar essa desavença, não tendo jamais sofrido nenhum prejuízo de nossa parte, nem por palavras, decorações. quero expor vos primeiramente todas as coisas que sofremos por causa dele, a fim de que me perdoeis, porque estou me defendendo, e, ainda, quero expor vos como nós fomos expostos a extremos perigos em relação à nossa pátria e ainda quanto à perda da cidadania. (DEMÓSTENES, v. 1, p. 76)

A primeira motivação desse discurso é de ordem familiar. O que Teomnesto nos apresenta é uma causa movida por vingança, afinal, Estéfano atual dono de Neera, havia

anteriormente o acusado falsamente, e por conta disso ele perdeu alguns direitos civis e correu risco de ser expulso de Atenas, trazendo assim vergonha sobre a sua família, principalmente, sobre as mulheres que ainda viriam a ser introduzidas na sociedade. Logo, os acusadores (Teomnesto e Apolodoro) foram outrora vítimas do atual acusado (Estéfano). No fim das contas onde Neera entra? Bom, para atingir Stefano a acusação será dirigida a mulher que vivia com ele. E assim do começo ao fim do discurso, o foco não é mais a vida de Estéfano, mas a rotina de Neera, desde que foi comprada ainda bem nova por uma senhora.

Por mais que o discurso retórico de acusação seja, até certo ponto, arbitrário, não só por ter sido proclamado por um homem que faz uso do poder masculino concedido pelos deuses, mas também pelo explícito uso de retórica para convencimento do público jurado no tribunal, e por fim, a ausência de algumas provas necessárias em meio as diversas acusações levantadas. Todavia, cabe-nos perceber quais os aspectos ele aponta acerca da condição das cortesãs para que possamos sugerir seu modo de vida.

Observamos que Neera foi comprada muito jovem:

“Nicareta, esposa de Hípias, adquiriu essas sete mocinhas, desde pequeninhas: e ela era engenhosa e capaz de perceber a natureza especial das garotinhas, sabendo também cria-las e educa-las habilmente” (DEMOSTENES, v.1, p. 84).

As meninas, que não sabemos as idades ao certo, eram estrangeiras, provavelmente de origem pobre. São compradas como investimentos, afinal, Nicareta era uma proxeneta, que foi “capaz de perceber a natureza especial das garotinhas”. Assim, mulheres pobres, muitas vezes estrangeiras, eram levadas a esse trabalho. Soma-se a isso o fato de que era necessário “educá-las habilmente” e esse é um dos atributos usados para atrair clientes. Por outro lado, além de educá-las, foi necessário esconder a origem dessas meninas, dessa forma elas são vendidas como filhas de Nicareta e não como estrangeiras. Depois de prostituir os corpos das garotas por um tempo, chega o período de vende-las como propriedade. Nesse momento, muitos são os acompanhantes. (MAZEL, 1998, p.4).

Apolodoro refere-se na fonte a Neera como acompanhante de pessoas importantes a bailes e festas cívicas: “Uma outra vez então, atenienses, depois disso, Simo, chegou aqui com esta Neera para as grandes *panateias*” (DEMOSTENES, v.1, p.86). Sobre os amantes importantes ele diz: “Depois disso, então, quando ela trabalhava ostensivamente em Corinto e era célebre, Xenoclides, o poeta, e Hiparco, o ator, tornaram-se seus outros



amantes” (DEMOSTENES, v.1, p. 87). Essas transações eram constantes na vida de Neera. Normalmente vendida pelo valor de 30 minas, vivia migrando de dono. Vários deles sentiam vergonha de possuir uma cortesã, e escondiam-na dos olhos da mãe e esposa, para alguns o fato de se relacionar com uma *hetaira* era embaraçoso. Nessas transações ela saía mais que lesada, por muitas vezes foi assediada. Sabe-se que ao ser comprada por Frínion era exibida em todos os lugares e após um banquete, onde também estava embriagada, foi abusada pelos homens presentes, inclusive pelos servos do anfitrião. Após esse fatídico acontecimento a cortesã encontrou Estéfano, com quem veio a Atenas.

O desenrolar da relação de Neera e Estéfano gera a causa pública levantada contra eles. Pois, assim que se alojaram em Atenas, iniciaram diversos atos de engano contra os cidadãos atenienses, na tentativa de inserir os filhos da estrangeira entre os cidadãos legítimos, o que por lei era gravíssimo. De modo geral, os trechos que demarcam a passagem do tempo na vida dessa cortesã, reflete também o que talvez, muitas delas passaram. Desde jovens, eram abusadas e vendidas. Sendo obrigadas também a atrair os melhores homens e mesmo quando geravam filhos estes não eram reconhecidos. No caso de Neera, após passar por muitos donos, deduzimos pela fala de Apolodoro que entre ela e seu novo proprietário, Estéfano, exista uma relação de cumplicidade. Afinal, ele compra sua liberdade após o abuso que ela sofreu, a defende perante Frínion que vai na justiça lutar pelo direito sobre sua propriedade, e a leva, juntamente com três filhos, para morar em sua casa. Por outro lado, de acordo com Apolodoro, ele a toma como sua por duas razões: “para ter gratuitamente uma bela hetera e para que ela não só arranjasse as coisas necessárias, como também mantivesse a casa” (DEMOSTENES, v.1, p. 93).

No decorrer do processo jurídico, muitas falas demonstram juízos de valores e algumas acusações não são provadas perante o tribunal. Sabemos que o discurso masculino intenta constantemente apontar para mulheres suas fraquezas. Entretanto, notamos que a maior indignação dos acusadores possui sim provas. Para eles o ultraje maior da relação entre uma *hetaira* que se passa por esposa de um cidadão, é a tentativa de inserir um estrangeiro na fratria:

“Se alguém der em casamento há um cidadão ateniense uma mulher estrangeira, como se ela fosse sua própria aparenta, que seja privado dos direitos cívicos e que a sua fortuna seja do estado e a terça parte do acusador. proponho uma ação pública, diante dos tismótetas, aqueles a

quem isso é permitido, assim como uma ação por usurpação do direito de cidadania.” (DEMOSTENES, v.1, p. 99).

Bom, um dos filhos de Neera era uma garota chamada Estribele. Após mudar-se para Atenas, trocou também o nome para Fano (será que para criar uma relação parental com EstéFANO?). Quando esteve em idade de iniciação Estéfano começa a vender essa jovem, porém, o ato mais grave a envolvendo foi enganar um homem chamado Frastor, do demo de Egília. Frastor casa com Fano, paga um dote caríssimo, coabita com ela e juntos geram um filho, que Estéfano, Neera e Fano, tentam convencê-lo a inserir na fratria. Como era um homem de idade avançada, não possuindo mais nenhum herdeiro e não querendo que sua fortuna ficasse para parentes distantes, ele cogita e tenta conduzir seu herdeiro legítimo com a estrangeira Fano à sua fratria.

Porém, como a comunidade já sabia que a criança era filho de uma estrangeira, eles não têm êxito na empreitada e Fano, quando descoberta pelo marido e sem sucesso nos seus objetivos, é expulsa de casa. A vida desses duas cortesãs são permeadas por muitas histórias mirabolantes, mas todas narradas por um acusador, por um homem que quer publicamente expulsá-las da Grécia. Até que ponto podemos crer na veracidade dessa construção discursiva? Não saberia dizer. De todo modo, essa é ainda uma fonte para entender algumas características do grupo social das *hetairas*. Essa seria a outra face do feminino grego que não é abordada em sala de aula.

## **UMA PROPOSTA DIDÁTICA**

O conhecimento histórico durante muito tempo foi considerado apenas como uma construção acadêmica, da qual participava o pesquisador universitário, responsável por produzir a bibliografia que seria transmitida em sala de aula pelo professor. De acordo com Knauss (2019, p.17), isso criou uma hierarquia de conhecimento, afastando os historiadores que atuam em sala de aula da produção desse saber.

Já por volta de 1960 testemunhamos aqui no Brasil uma mudança enorme no conceito de didática, influenciada pela escola francesa e alemã, e nomes como o de Rusen. Essas transformações proporcionaram ver a didática da história, não como uma ponte que leva o conhecimento acadêmico para a sala de aula, mas como meios de compreender as formas, funções e usos da história na vida pública. Ou seja, o conhecimento é também construído dentro da escola. (SILVA, 2019).

Diante da construção historiográfica que nos propomos abordar nesse trabalho, desde a discussão do grupo social das hetairas, até a análise da fonte histórica, a partir de então indicarei uma proposta didática que está baseada na habilidade EF06HI19 da Base nacional comum curricular. Por meio dela tracei os objetivos, a metodologia, as fontes e recursos que serão necessários para a aplicação dessas duas aulas. E ao final, propus duas

# PROPOSTA DIDÁTICA DE PLANO DE AULA

**SÉRIE:** 6º ANO

**DISCIPLINA:** HISTÓRIA

**AULA N°:** 1 e 2

**TEMA:** AS MULHERES GREGAS: A VIDA DE UMA CORTESÃ.

**HABILIDADE:** (EF06HI19) DESCREVER E ANALISAR OS DIFERENTES PAPÉIS SOCIAIS DAS MULHERES NO MUNDO ANTIGO E NAS SOCIEDADES MEDIEVIAIS.

**OBJETIVOS:**

1. DISCUTIR COMO HAVIA VÁRIOS GRUPOS FEMININOS NA GRÉCIA ANTIGA
2. CONCEITAR QUEM ERAM AS *HETAIRAS*.
3. QUESTIONAR OS ASPECTOS DE CONSTRUÇÃO DA FONTE (DISCURSO CONTRA NEERA)

atividades que ajudarão na construção desse conhecimento junto com o aluno.

## **METODOLOGIA:**

### **PRIMEIRA AULA:**

1. No primeiro momento será necessário sondar o que os alunos conhecem acerca das mulheres gregas, como eles imaginam o cotidiano delas. É importante perceber de qual fonte eles retiraram essa percepção, se de algum filme, mangá, Hq, ou livro que abordou o assunto.
2. Posteriormente, o docente pode inserir a temática, através de slides por exemplo, como viviam as mulheres gregas, se fixando no grupo das cortesãs. Como elas viviam, o que vestiam, como se comportavam, o que era esperado delas.
3. Assim, após a exposição, na conclusão da primeira aula, questione-os se eles acreditam que as mulheres seguiam todas as regras.
4. Aplicação de atividade de pesquisa para casa.

### **SEGUNDA AULA:**

1. Questione a respeito das pesquisas da aula passada.
2. Escolher as personagens mais citadas e explicar se elas pertenciam ou não ao grupo das cortesãs. Provavelmente alguns terão selecionado a Aspásia. Cabe ao docente discorrer sobre as representações desse grupo na sociedade grega.
3. Encerre a aula com uma atividade de reflexão.

**RECURSOS:** SLIDE, IMAGENS, QUADRO.

### **AVALIAÇÕES:**

1. PRIMEIRA AVALIAÇÃO: pesquisar as mulheres gregas mais famosas e o que elas faziam para ser famosas. (1,0 ponto)
2. SEGUNDA AVALIAÇÃO: produção de uma redação com o tema: "As mulheres gregas eram diversas". (1,5 ponto)

## **CONCLUSÃO**

Assim, diante da exposição e debate dos aspectos que compõe as faces femininas das mulheres gregas, podemos voltar ao passado em busca de novas percepções sobre

elas. Não apenas utilizando como ferramenta a literatura, mas fazendo uso também de outras fontes, como vasos e textos literários, jurídicos. Sem dúvidas isso aproximará muito nossos alunos do assunto proposto.

Vale ressaltar também que pode ser uma experiência riquíssima construir com os alunos essas percepções sobre o feminino, inserindo-os dentro da pesquisa e indagação historiográfica. Percebendo através das questões atuais, das produções fílmicas, por exemplo, como a antiguidade e lida e representada.

## **REFERÊNCIAS**

CURADO, A.L. (2004), *A Mulher segundo os Oradores Áticos*. Coimbra

DEMÓSTENES, *Contra Neera*. Trad. Glória Onelley, Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2013.

KNAUSS, Paulo. Conhecimento histórico acadêmico [verbete]. In: FERREIRA, M. M., OLIVEIRA, M. D. de. **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV, 2019, p. 47 – 49.

LEGRAS, B. *Éducation et Culture dans le Monde Grec: VIII-I siècle av. J.C.* Paris: SEDES, 1998.

MAZEL, Jacques. *As metamorfoses de Eros: o amor na Grécia antiga*. Martins Fontes, 1988.

MOSSÉ, C. “Épouses, Concubines et Courtisanes.” In: *Les Collections de l’Histoire*. Nº 5, 1999.

SILVA, Cristiani Bereta da. Conhecimento histórico escolar [verbete]. In: FERREIRA, M. M., OLIVEIRA, M. D. de. **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV, 2019, p. 50 – 54.

SPINELLI, Miguel. *Duas mulheres de Atenas: Aspásia, companheira de Péricles, e Xantipa, de Sócrates*. HYPNOS, São Paulo, v. 39, 2º sem., 2017, p. 258-287

## **A MEDICALIZAÇÃO DO CORPO DAS MULHERES: A REGULAÇÃO DOS INCÔMODOS FEMININOS NA REVISTA DA SEMANA NOS ANOS 1950**

Adriana Augusta Beltrão de Andrade<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Licenciada em História pela UEPB. Mestranda no Programa de Pós-graduação em História da UFPB. Integrante do grupo de pesquisa PROJETAH – UFPB. E-mail: thedookiedumb@gmail.com

## RESUMO

Historicamente, a saúde feminina do século XX se voltou bastante para uma saúde ovário—uterina, onde o foco era garantir uma boa gestação. O corpo das mulheres não recebia o mesmo olhar que o corpo dos homens, que deveria estar apenas saudável para o trabalho. A saúde feminina estava pautada na Revista da Semana atrelada a beleza e a discrição. Neste sentido, a revista destinava um espaço para a publicação de alguns remédios que regulavam os chamados “incômodos femininos”, com a finalidade de neutralizar características típicas do corpo das mulheres. Neste artigo buscamos analisar os discursos acerca destes medicamentos, como eles eram divulgados na revista e sua relação com o corpo das mulheres. Para isso, pretendemos utilizar a história das mulheres, a história da saúde e a categoria de gênero para repensar sobre os discursos da medicalização e de controle do corpo das mulheres dos anúncios dos medicamentos, bem como a atribuição de sentido sobre as mulheres. **Palavras-chave:** Mulheres, imprensa, medicamentos.

## INTRODUÇÃO

A medicalização do corpo das mulheres está vinculada ao conceito de medicalização. Isto ocorre quando a medicina se apropria, devidamente ou indevidamente, dos corpos humanos de modo a transformar esta existência em um estudo médico, objetivando garantir uma normatividade. (FOUCAULT, 2010). Sendo assim, a medicina utiliza de estratégias para construir conceitos, normas e conduzir o comportamento social, gerenciando e controlando por meio de biopolíticas a vida de homens e mulheres (FOUCAULT, 1987; 2010).

Este papel normativo da medicina para com a vida humana é noticiado desde o movimento higienista europeu do sec. XVIII, através dos discursos sobre raça, sexualidade, estigmatizando as pessoas que não se encaixavam na monogamia branca e heterossexual, sendo conceituadas como pessoas anormais, como aborda Foucault em *História da sexualidade: a vontade de saber* (1997), o que acabava incluindo as mulheres.

Desta forma, o corpo das mulheres pode ser compreendido como um território de disputas, onde a sociedade e a mídia tecem discursos, normas e ideais. De grandes deusas admiradas e símbolo de força divina e da criação até o que Freud considera como mulheres históricas, as mulheres passaram a ter os seus corpos e mentes controlados e medicalizados. Ao falar sobre a medicalização do corpo feminino e da contracepção, não podemos ignorar a relação com a sexualidade. Magali Engel no seu capítulo de livro *História e Sexualidade* aponta dois caminhos pelos quais se abordam o corpo e a sexualidade:

Abrem-se, assim, duas possibilidades mais importantes para as abordagens da sexualidade como objeto da história, cada uma das quais profundamente diversificada, comportando uma série de matizes. O primeiro caminho orienta-se no sentido de uma história dos discursos sobre o sexo, no qual Foucault representa um marco fundamental, questionando, entre outras coisas, o caráter puramente repressivo de tais discursos. O outro caminho aponta para uma história das vivências e do cotidiano da sexualidade, priorizando o estudo dos comportamentos reveladores dos variados usos do corpo. (ENGEL, 1997, p. 331) A partir disso, podemos compreender que a sexualidade dos corpos é algo incômodo para algumas esferas de poder e, ao se tratar do corpo das mulheres, a sexualidade feminina e o próprio uso do corpo para a expressão da sua sexualidade foi historicamente reprimida, principalmente quando atrelado a marcadores sociais como raça, orientação sexual, entre outros. Outra questão sobre o corpo está no livro *História do Corpo* de Alain Corbin, Jean Jaques Courtine e Jorge Vigarello, que apresenta uma abordagem sobre o olhar da medicina para o corpo;

“se a observação médica em geral concede um lugar de destaque ao ambiente em torno do corpo, nos hospitais ela tende a polarizar-se sobre o corpo do doente, esteja vivo ou morto [...] cada vez mais explorado pelos aparelhos, o corpo vai sendo apreendido de maneiras sempre muito refinadas e especializadas.” (CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, 2009, p. 21-25)

Pode-se compreender que há uma objetificação do corpo, sendo utilizado para fins científicos e descartando a sensibilidade de lidar com um corpo humano. Esta objetificação também acontece em sentidos mais amplos, sofrendo o que pode se chamar de uma gestão social, ignorando o indivíduo como mulher. Sob o olhar foucaultiano, esta gestão pode ser compreendida como uma permanência da sociedade disciplinar, através de uma biopolítica (FOUCAULT, 1987). Além disso, o projeto de contracepção também pode ser compreendido como um dispositivo de normatividade para o que Gilles Deleuze (1999) denomina de sociedade do controle.

Considerando a importância da categoria de gênero para o presente trabalho, entendemos o gênero a partir da discussão abordada por Joan Scott no seu artigo *Gênero como uma categoria útil de análise histórica* (1988), onde ela concorda com autoras<sup>14</sup> que propõem a definição de gênero como;

uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 1988, p. 75)

Sendo assim, entendemos como uma categoria de análise que é socialmente imposta e traz uma percepção sobre as diferenças sexuais, ou seja, diferenciando o que constitui o

---

<sup>14</sup> Ver Moira Gates, "A Critique of the Sex/Gender Distinction", in J. Allen e P. Patton, eds., *Beyond Marxism?* (Leichardt, N.S.W.: Intervention Publications, 1985) pp. 143-60.

ser homem e o ser mulher, como por exemplo, seus atributos, papéis, crenças e atitudes, ou seja, toda uma construção social que coloca o ser homem ou ser mulher num padrão e impõe-se aos corpos.

Dessa forma, o desequilíbrio entre os gêneros junto a outros fatores causa uma hierarquização, e isso acaba por implicar em outros desequilíbrios, inclusive o da saúde feminina. A saúde feminina ocidental era muito voltada para tratar as doenças do útero e para a maternidade. Thomas Laqueur em seu livro *Inventando o sexo*, publicado em 2001, aborda sobre como os corpos e as diferenças entre os sexos regulam a sociedade e também as suas ciências, fazendo com que o gênero esteja inserido no debate sobre território de poder.

Um exemplo disso na ciência é que a partir da descoberta e estudo dos ovários pela medicina, a ciência deixou de ver os corpos como apenas diferentes e, passou a ver o corpo das mulheres como inferiores, restringindo a saúde feminina ao estudo da sua função reprodutiva e utilizando os hormônios femininos para legitimar o discurso de que as mulheres são históricas e devem ser medicalizadas. Deste modo, mesmo quando o corpo das mulheres passou a ser estudado, era ignorando as sensibilidades, vontades e as subjetividades das mulheres, acabando por inferiorizar o corpo das mulheres em relação ao corpo dos homens:

A contingência recém “descoberta” do prazer abriu a possibilidade da passividade e “falta de paixão” da mulher. A alegada independência da concepção com relação ao prazer criou o espaço no qual a natureza sexual da mulher podia ser redefinida, debatida, negada ou qualificada. E assim seguiram-se as coisas. Infindavelmente. (LAQUEUR, 2001, p. 15)

Pensando no uso de medicamentos voltados para a saúde reprodutiva feminina, comparando os reguladores da *Revista da Semana* e a pílula anticoncepcional por exemplo, podemos considerar a existência de uma biopolítica a partir da concepção de Michel Foucault (1988), no seu livro *História da Sexualidade: A vontade de saber*, onde o primeiro volume aborda sobre como o dispositivo do sexo regula a sociedade e os corpos:

Há vários decênios, os geneticistas não concebem mais a vida como organização dotada, também, da estranha capacidade de se reproduzir; eles vêem, no mecanismo de reprodução, o que introduz propriamente



à dimensão do biológico: matriz não somente dos seres vivos, mas também da vida. Ora, há séculos, de modo sem dúvida bem pouco "científico", os inúmeros teóricos e práticos da carne já tinham transformado o homem no filho de um sexo imperioso e inteligível. O sexo, razão de tudo. (FOUCAULT, 1997, p. 75)

Na década de 1960, a população foi influenciada pela política estrangeira de controle de natalidade e pela modernização, que incluía também a pílula anticoncepcional para a diminuição das famílias pobres. Para Joana Maria Pedro (2003), a pílula era divulgada na imprensa, onde havia um grande debate e não havia consenso, e para a autora, as mulheres de classe média viam a pílula como forma de diminuir a quantidade de filhos.

A mídia impressa também exibia anúncios de medicamentos que se faziam desejar pelas pessoas leitoras, medicamentos que serviam para embelezar o corpo, para moldá-lo, dar novas formas e para regular suas funções ovarianas. Nesta perspectiva, podemos compreender que a sociedade entendia que os corpos das mulheres deveriam ser vigiados e estar atendendo aos padrões constantemente. Este discurso encontrado nas mídias impressas atuou de forma violenta na vida das mulheres, muitas vezes utilizando sua visão de mundo como parâmetro de saúde.

Neste sentido, o corpo das mulheres passou a ser utilizado como instrumento e território de poder pelos médicos, pela indústria farmacêutica, pela imprensa e pela sociedade. A saúde feminina apesar de incorporada no Brasil junto as primeiras políticas de saúde do século XX, abarcavam o corpo das mulheres restringindo-se apenas ao seu útero e em garantir o sucesso no processo de gestação e no parto, sem nenhum enfoque na questão de gênero ou humanitária, apenas biológica. Em 1994, o corpo feminino passou a ser compreendido pela medicina de forma mais ampla do que apenas uma questão biológica, como abordado na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento de 1994;

“um estado de completo bem-estar físico, mental e social em todas as matérias concernentes ao sistema reprodutivo, suas funções e processos, e não apenas mera ausência de doença ou enfermidade. A saúde reprodutiva implica, por conseguinte, que a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória, tendo a capacidade de reproduzir e a liberdade de decidir sobre quando e quantas vezes deve fazê-lo” (CIPD, 1994).

Vale ressaltar que no Brasil, o acesso a saúde era e ainda é influenciado pela condição social e econômica das pessoas, ou seja, as mulheres com condições sociais mais baixas não tinham acesso aos serviços de saúde. Sendo assim, as questões de gênero e as

lutas dos movimentos sociais se fazem muito importantes na análise da conquista de direitos para a saúde das mulheres, na análise da construção das suas enfermidades e mortes, bem como na construção de políticas públicas de saúde que visam a sua condição de vida. Para Ferrazza e Peres, este processo de medicalização pode ser considerado um projeto de controle biopolítico:

exploração da noção de medicalização do social e de patologização da existência em suas interfaces com classes, raças/cores, sexos, gêneros e gerações, processos que nos remetem a fenômenos complexos, polêmicos, multifacetados e que estão entrelaçados às estratégias políticas de gerenciamento da vida humana e suas intenções de normatização regulatória dos corpos e de seus prazeres. (Ferrazza; Peres, 2016, p. 17) Por isso, a menstruação feminina era tratada como um incômodo que deveria ser medicalizado. Neste sentido, as revistas noticiavam sobre alguns reguladores que eram comercializados na década de 1950 com a intenção de regularizar a menstruação feminina, podendo ser compreendido como um método que poderia inclusive ajudar na contracepção, regularizando a menstruação e identificando a gravidez pela falta da mesma, entretanto a substância contida nos reguladores era acetaminofeno, um analgésico similar ao medicamento paracetamol, o que faz do regulador Gesteira<sup>15</sup> um medicamento placebo.

Todavia, algumas revistas femininas que disponibilizavam de anúncios de medicamentos voltados para o corpo das mulheres, comercializavam entre produtos de beleza e dicas para dona de casa, remédios que ajudavam a regular a menstruação. A tabela a seguir demonstra a assiduidade com a qual foram comercializados alguns medicamentos na Revista da Semana no período de 1955 até 1959, sendo o nome do medicamento e a quantidade de vezes que foi anunciado na *Revista da Semana*.

Tabela 1. Assiduidade de reguladores na Revista da Semana

MEDICAMENTO	1955	1956	1957	1958	1959
REGULADOR GESTEIRA	11	14	7	2	0
REGULADOR SIAN	10	0	0	0	0

Fonte: Autoria própria.

<sup>15</sup> Não encontramos o nome da substância contida no regulador Sian.



## Adolescentes

Deixar a infância para trás, atingir a adolescência o mais rapidamente possível é o clássico anseio das meninas, quando vão chegando a essa idade de transição, entre menina e moça.

Quadra agitada e complexa, em que um enxame de sonhos, projectos e inquietações povoa a mente das jovens, exaltando a sua tenra sensibilidade, o início da adolescência constitui, por isto mesmo, uma fase perigosa e decisiva na vida da mulher. Dêsse período de formação, durante o qual se operam importantes mudanças no organismo feminino, poderá depender a futura saúde e felicidade da moça—espôsa e mãe de amanhã. Com efeito, a época da puberdade, que liga a infância à juventude, é comparável a uma ponte de passagem difícil: para transpô-la em boas condições a moçinha deve ser preparada física e psicologicamente. Cabe em especial às mães velar, com clarividência e carinho, por essa dupla preparação, indispensável a um desenvolvimento completo e harmonioso.

Tonificar o estado geral da adolescente, regularizar as funções útero-ovarianas que começam — e cujos desarranjos podem ter tão desfavorável repercussão no sistema nervoso — são as primeiras providências a tomar. Para isto *Regulador Gesteira* é o remédio indicado.

Excitações nervosas, desânimo, cansaço, falta de apetite, enjôos, dores durante o período menstrual, regras escassas ou exageradas, todos esses distúrbios, que frequentemente se verificam na época da puberdade, poderão ser tratados e até evitados com o uso do *Regulador Gesteira*.

A acção que o *Regulador Gesteira* exerce sobre o organismo feminino é calmante, tónica e normalizadora da menstruação.

São, portanto, essas propriedades que fazem do *Regulador Gesteira* o excelente remédio, cujo renome atravessou as fronteiras de tantos países, onde a sua aplicação, hoje largamente difundida, tem produzido sempre ótimos resultados no tratamento das perturbações nervosas e outros males causados pelo mau funcionamento dos órgãos útero-ovarianos.

Figura 1. Regulador Gesteira. *Revista da Semana*, 15/01/1955, ed. 3.




**NÃO SOFRA  
POR GÔSTO...**

A Senhora pode aliviar os males próprios de seu sexo, usando

**REGULADOR SIAN**

Indicado nas *dismenorréas*

Figura 2. Regulador Sian. (*Revista da Semana*, ano 1955, ed. N° 48).

A partir desta tabela e das imagens podemos perceber que os reguladores, principalmente o Regulador Gesteira, apareceram bastante na *Revista da Semana* durante a segunda metade da década de 1950, e a quantidade vai diminuindo à medida em que a

década termina<sup>16</sup>. Para uma análise qualitativa, podemos avaliar através dos discursos nos anúncios dos reguladores como pensava a população que era público leitor da revista, obtendo assim o contexto social em que o Brasil estava antes da chegada da pílula anticoncepcional, já que a revista utilizada tinha circulação nacional.

A *Revista da Semana*, que hoje encontra-se disponível na Hemeroteca Digital, foi uma revista feminina que circulou no Rio de Janeiro em 1900, mas há algumas contradições sobre seu ano inicial de circulação. Alguns autores como Nelson Sodré (1999) afirmam que a Revista começou a circular em 1901 sob fundação de Alvaro de Tefé, mas também se afirmou que ela iniciou em 1900, e outros autores, como Dulcília Butoni (1990), afirmam que a *Revista da Semana* se iniciou em 1901. Analisando as informações, foram encontramos exemplares disponíveis na Hemeroteca Digital de 1900 a 1959, o que nos leva a apontar o ano de 1900 como ano inicial de circulação.

A *Revista da Semana* foi parte do *Jornal do Brasil* até 1915, que era um jornal tradicional do Rio de Janeiro, fundado por Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas. Após este período, a revista atravessou um processo de modernização na sua impressão, que passou a ter mais cores e foi comprada pela *Companhia Editora Americana*, uma editora americana publicando a revista com maquinário vindo dos EUA, se tornando assim uma revista com impressões e ilustrações e atraindo cada vez mais público, como afirmam Taboada; Nery; Marinho (2004):

A “*Revista da Semana*” pertenceu ao “*Jornal do Brasil*” até o ano de 1915 e era encartada no jornal. Em 1915 foi comprada pela “*Companhia Editora Americana*”, mesmo ano em que recebeu, para sua nova fase, maquinários modernos vindos dos Estados Unidos para sua impressão com adoção de novas cores. A tecnologia foi algo que a revista soube acompanhar, da mesma forma que acompanhou os avanços da fotografia na virada do século XX, tendo explorado intensamente essa forma de comunicação, trazendo reportagens repletas de fotos, algumas até trazendo muito mais fotos do que notícia escrita. (TABOADA; NERY; MARINHO, 2004, p. 3)

Era uma revista feminina que tratava do cotidiano<sup>17</sup>, da moda, continha dicas de cozinha, de como cuidar da casa e também tinha alguns anúncios de remédios, onde se

---

<sup>16</sup> Não foi possível analisar o aparecimento dos reguladores na década de 1960 devido a Revista da Semana encerrar a produção de periódicos no ano de 1959.

<sup>17</sup> Cada número da revista possuía em média 64 páginas nas edições lançadas de 1955 a 1959, nosso período de análise. Na maioria de suas capas, estavam mulheres bem arrumadas, maquiadas e bem vestidas, que exalavam uma confiança e eram o espelho da elite carioca da década de 1950. Seu logotipo não aparecia ocupando muito espaço da capa e suas chamadas ocupavam o mesmo espaço tímido do logotipo, às vezes apenas variando o tipo de fonte da letra.

debruça a nossa análise. A *Revista da Semana* era consumida pela elite carioca do Rio de Janeiro, uma classe social que conseguia inclusive consumir os medicamentos que eram anunciados. O poder econômico dos leitores da *Revista da Semana* pode ser observado na elevação de preço dos produtos e no aumento de anúncios principalmente de produtos de beleza, uma classe social que tinha acesso as novidades trazidas pela revista.

Os medicamentos encontrados na *Revista da Semana*, se vendiam como a solução para os incômodos femininos, provenientes do período menstrual ou das suas “regras”, como a revista se refere. Os anúncios sobre os intitulados Reguladores<sup>18</sup> que apareceram na *Revista da Semana*, dividiam-se em dois tipos: *O Regulador Gesteira* e o *Regulador Sian*. O *Regulador Sian* apareceu poucas vezes em relação ao *Regulador Gesteira* e o seu anúncio era basicamente o mesmo, endereçado a um público de mulheres mais adultas e indicado nas dismenorreias<sup>19</sup>.

Algumas reflexões podem ser feitas a partir dos anúncios destes medicamentos, como o fato deles serem amplamente divulgados e comercializados na *Revista da Semana*, sem sofrerem repressões, como a pílula anticoncepcional que surgiria alguns anos mais tarde veio a sofrer. Além disso, a produção destes medicamentos poderia possivelmente advir de uma preocupação em controlar o corpo feminino e suas “histerias”.

Também é possível perceber que, apesar de os reguladores aparecerem na *Revista da Semana*, há um certo tom de discrição, o que pode ser um medicamento destinado à classe média, que podia pagar pelo medicamento, pois não ocupam grandes espaços na revista e no período de análise, não apareceram na capa ou com alguma resposta de usuárias que tenham entrado em contato com a revista, concluindo-se que não era um medicamento distribuído para as camadas mais populares.

Também vale ressaltar que nos anúncios analisados, as mulheres que apareciam nos anúncios eram sempre mulheres brancas e bem vestidas, o que pode indicar que as camadas populares e mulheres negras não consumiam este medicamento, ou pelo menos não era feito para estas mulheres.

---

<sup>18</sup> Eram chamados de reguladores nos seus próprios anúncios, e prometiam regular e amenizar os incômodos útero-ovarianos.

<sup>19</sup> Dismenorreias podem ser compreendidas como cólicas menstruais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que as revistas tiveram e ainda tem uma grande influência na medicalização dos corpos das mulheres brasileiras. As imagens produzidas e reproduzidas pelas revistas da década de 1950 dizem muito sobre a década e também sobre o que se esperava das mulheres, desde a capa até a última página de cada periódico, percebemos uma constante e incessante imposição de como as mulheres deveriam ser, no sentido de se manterem medicalizadas para que as histerias advindas das suas “regras” não afetassem os seus relacionamentos.

Com isso, percebe-se um controle dos corpos das mulheres, que agora não se dá apenas por fora, controlando o que vestir ou como cortar o cabelo. O controle também se dava por dentro, mostrando o que as mulheres deveriam utilizar para serem consideradas modernas e saudáveis. A higiene ia além do banho, e a imagem refletida no espelho deveria agradar a sociedade que caminhava cada vez mais para a modernidade, e que olhava com desprezo para os corpos que não a acompanhassem.

Portanto, os reguladores podem ser compreendidos como uma forma de controle dos corpos das mulheres, que deveriam tomar um medicamento analgésico diariamente. Enquanto o uso do medicamento afetasse de forma negativa apenas o corpo das mulheres a sociedade não se pronunciaria sobre o uso de um medicamento placebo que não interferia nas regras femininas, já que era um analgésico. Enquanto que a pílula anticoncepcional, com eficácia comprovada em relação a concepção e outros medicamentos que oferecessem autonomia as mulheres foram reprimidos e até proibidos no Brasil, revelando que os corpos das mulheres não é prioridade de saúde.

## REFERÊNCIAS

BUITONI, D. S. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1990 (série Princípios).

COURBIN; A, COURTINE, J; VIGARELLO, G. (orgs.) **História do Corpo**. Petrópolis: Vozes, vol. 3. Tradução e revisão: Ephraim Ferreira Alves, 2009.

DELEUZE, G. **Post-scriptum sobre as sociedades de controle**. In: \_\_\_\_\_. **Conversações: 1972-1990**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999.

ENGEL, Magali. História e Sexualidade. In. FLAMARION, Ciro. VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro. Ed. Campus, 1997, pp. 297-311.

FERRAZZA, D. A. PERES, W. S. **Medicalização do corpo da mulher e criminalização do aborto no Brasil**. Fractal, rev. psicol. Ed. 28, vol. 1, 2016.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder**. In H. Dreyfus & P. Rabinow, Michel Foucault: Uma trajetória filosófica (pp. 273-295). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. F86v **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo**. Tradução Vera Whately. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2001.

PEDRO, J. M. **A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração**. Revista Brasileira de História. Vol. 23, 239-260 p, 2003.

SCOTT, Joan. **Uma categoria útil de análise histórica**. Nova York: Columbia University Press, 1988 (p.28-50).

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TABOADA, G; NERY J. E.; MARINHO, M. G. **A Revista da Semana em perspectiva**.

# A MULHER E SEU PAPEL NA SOCIEDADE GREGA A PARTIR DA PEÇA “AS TROIANAS”, DE EURÍPIDES (SÉC. V A.C.)

Ana Laura de Souto Lira<sup>20</sup>

Eduarda Oliveira Silva<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as reflexões iniciais da temática de estudos desenvolvida junto à disciplina Seminário de Teoria e Metodologia II, ministrada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Airan Borges dos Santos de Oliveira. Considerando que a categoria “mulher” tem se tornado cada vez mais alvo de discussões a partir da emergência de pesquisas no campo da História das Mulheres e dos estudos de Gênero, o objetivo primeiro deste trabalho é analisar em que medida o discurso de Andrômaca na peça *As Troianas* (415 a.C.), do poeta trágico grego Eurípides, nos indica a situação das mulheres na sociedade grega. Também objetivamos dialogar com uma historiografia que repensa os espaços de fala feminina na sociedade grega e a participação das mulheres na vida política. Para tanto, os autores utilizados como base para orientar o desenvolvimento do trabalho acerca da representação das mulheres na Antiguidade foram Fábio de Souza Lessa (1999); Marta Mega de Andrade (2001) e J. Ribeiro Ferreira (1972). É possível entender que, embora a sociedade grega seja marcada pela superioridade masculina, ainda há espaços e formas de atuação que permitem às mulheres conquistarem voz e validarem sua existência social própria, tanto nos espaços públicos como privados.

**Palavras-chave:** mulheres gregas; história antiga; história das mulheres.

## INTRODUÇÃO

Considerando que a categoria “mulher” tem se tornado cada vez mais alvo de discussões a partir da emergência de pesquisas no campo da História das Mulheres e dos estudos de Gênero, o objetivo primeiro deste trabalho é analisar em que medida o discurso de Andrômaca na peça *As Troianas* (415 a.C.), do poeta trágico grego Eurípides, nos indica a situação das mulheres na sociedade grega.

Para isso, iremos analisar a peça a partir da perspectiva dos estudos de gênero, tendo como base o conceito desenvolvido em “Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise

---

<sup>20</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), Campus de Caicó. E-mail: analaura\_lira@hotmail.com. <sup>2</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), Campus de Caicó. E-mail: eduarda.silva.102@ufrn.edu.br.



Histórica (1989) ” por Joan Scott. Pode-se considerar que o conceito de gênero é, principalmente, uma arena de disputa política, um conjunto de significados imprecisos que não se tornam mais claros ao longo do tempo e por isso se mantém como um conceito útil para análise crítica, pois, apresenta-se como um lugar de interrogação às grandes estruturas e processos formadores das relações sociais.

Além disso, a bibliografia utilizada como base para orientar o desenvolvimento do trabalho acerca da representação das mulheres na Antiguidade serão os textos “Rompendo o Silêncio: Vozes Femininas em Atenas” (1999) de Fábio de Souza Lessa; “O Feminismo e a Questão do Espaço Político das Mulheres na Atenas Clássica” (2001) de Marta Mega de Andrade; e “A figura de Andrômaca em Eurípides” (1972) de J. Ribeiro Ferreira.

A peça analisada se passa no período das três últimas décadas do século V, no contexto da Guerra do Peloponeso (Esparta e Atenas) e o fim da Guerra de Tróia. Desse modo, Eurípides retrata um momento histórico de conturbação na vida social e política da Grécia, principalmente de Atenas.

A história se passa especificamente no acampamento grego diante de Tróia, após a derrota destes perante os Gregos. As mulheres troianas sobreviventes são submetidas a servidão e ao aprisionamento e aguardam o momento de embarcar nas naus gregas.

Aqui destaca-se a presença da personagem Andrômaca, a então viúva de Heitor, o maior dos guerreiros troianos, nora de Hécuba e mãe de Astiânax, todos sendo também personagens atuantes da peça. Sua fala embasará a discussão proposta nesse trabalho, tendo em vista que Eurípides lhe atribui características que demonstram grande simpatia, atribuindo-lhe o papel de boa esposa, leal a imagem do marido que lhe foi tirado pela guerra, mesmo depois de ter sido condicionada a uma vida repleta de pressão e sofrimento.

Essa peça mostra o papel da mulher na sociedade grega, nesse caso sendo tratadas como objeto, frutos da derrota de Tróia, prêmios destinados tanto a escravidão como ao concubinato, perceptíveis ao ser analisados as diversas atitudes de imposição e maus tratos deferidas sobre as personagens femininas da peça.

Toda a tragédia se passa em meio aos julgamentos, abandono, subordinação, humilhação, escravização do feminino, reforçando como única função da mulher a servidão aos desejos e caprichos masculinos.

Importante ressaltar que estamos apresentando uma interpretação sobre a forma como Eurípides, enquanto homem e escritor do seu tempo, retrata as mulheres neste determinado contexto, observando sobretudo as características que ele atribui a personagem Andrômaca.

Ao mesmo tempo, buscamos expandir essa representação das mulheres apresentadas por Eurípides, através de uma bibliografia especializada repensa os espaços de fala feminina na sociedade grega e a participação das mulheres na vida política. Sendo assim, nosso real objetivo é mostrar alternativas para superar o discurso erudito que coloca as mulheres da Antiguidade como sujeitas passivas e inferiores.

### **APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO**

A documentação utilizada será a peça *As Troianas*, escrita por Eurípides, tendo sua primeira representação em 415 a.C. A edição utilizada está presente no livro “Eurípides Tragédia Grega: Medéia, Hipólito, As Troianas” de Mário Da Gama Kury (2007).

Eurípides nasceu em Salamina (ilha situada nas proximidades de Atenas) provavelmente em 485 a.C. Educou-se em Atenas, onde viveu a maior parte de sua vida. Entre a época de sua estreia nos concursos trágicos de sua cidade natal (455 a.C.) e a data provável de sua morte (406 a.C.), Eurípides escreveu no mínimo 74 peças, sendo 67 tragédias e 7 dramas satíricos. Certas fontes, entretanto, lhe atribuem 92 peças.

Influenciado pelo contexto da Guerra do Peloponeso, o poeta Eurípides demonstra sua aversão à guerra e trata, em sua peça, com interesse para a figura dos vencidos (neste caso, as mulheres troianas) em contraste com a brutalidade dos vencedores. Desse modo, a obra apresenta-se também como um reflexo das questões políticas de seu tempo, como também da posição pacifista do autor.

As passagens escolhidas foram aquelas que repassam as palavras de Andrômaca, presentes especificamente entre os versos 782 – 990, localizadas entre as páginas 201 a 212.

Em relação a figura de Andrômaca em Eurípides, Ferreira (1972) aponta que o poeta “sempre lhe dedica extrema simpatia e nas duas peças apresenta-a como modelo de esposa que, mesmo através dos condicionalismos de uma vida difícil, de pressões e de

sofrimentos, continua fiel à memória do marido que a guerra lhe roubara” (FERREIRA, 1972, p. 454).

Em relação ao contexto e ao cenário em que a peça se desenvolve:

Ilion acaba de ser tomada, e as mulheres troianas, feitas cativas, foram conduzidas ao acampamento dos Gregos e colocadas em tendas, a aguardar a sua distribuição pelos chefes aqueus. Aí, frente a essas tendas, se passa a cena, avistando-se ao fundo a cidade de Tróia silenciosa e sem vida, que brevemente veremos desmoronar-se, consumida pelas chamas alterosas do incêndio que os gregos atearão, para eliminar tudo o que pudesse fazer reviver a poderosa Ílion (FERREIRA, 1972, p.460).

Ao analisar as palavras de Andrômaca na peça, podem ser percebidas algumas características que deveriam ser atribuídas às mulheres, para que estas tivessem uma conduta adequada, ou se enquadrassem nos padrões que essas mulheres deveriam se ater para serem vistas de forma digna, práticas que levariam as mulheres a possuírem todas as virtudes que lhe eram devidas.

Feita cativa, Andrômaca foi entregue nas mãos do filho de Aquiles, que lhe pegou para esposa após chegar ao seu conhecimento todo o seu esforço para possuir todas as virtudes que caíam sobre a imagem da mulher: “Todos os bens imagináveis para adorno/ De uma mulher eu me esmerava em praticar/ No lar de Heitor”<sup>2</sup> (KURY, 2007, p.207).

É possível refletir sobre algumas atitudes que eram esperadas das mulheres nesse período, tanto entre gregos quanto entre troianos. Uma das primeiras atitudes que podem gerar reflexão sugerem que havia alguns lugares específicos em que a presença de uma mulher implicaria no julgamento de que esta era displicente, aquela que deixa o lar em segundo plano.

Cabia aos cuidados da mulher saber quais lugares não poderia frequentar e evitar a difamação: “De início, alguns lugares há/ Em que uma esposa, embora procedendo bem/ Apenas pôr os frequentar merece e atrai/ A acusação de não se dedicar à casa”<sup>3</sup> (KURY, 2007, p.207).

A atitude certa a ser tomada pela mulher seria manter distância desses lugares, não especificados no texto da peça, para assim preservarem sua imagem. As atitudes das mulheres eram voltadas para o pensamento de que todas as suas ações passavam pelo julgamento social, e lhe era atribuída a função de impedir que qualquer tipo de comentário que fosse de encontro à sua integridade lhe atingisse.

---

<sup>2</sup> 822-824.

<sup>3</sup> 824-827.

Cabia a mulher também manter o equilíbrio e o reconhecimento de seu lar, funcionando como protetora do lar. Outra passagem da documentação nos sugere que as mulheres eram educadas a partir de um pensamento de total e única ligação com o lar, colocando os cuidados com a casa e a família como a sua única função cabível, e é para esta função que resultaria seu casamento: “Longe de procurar lugares desse tipo,/ ficava eu no lar e tinha mil cuidados/ para impedir que transpusesse suas portas/A vil maledicência própria das mulheres” <sup>4</sup> (KURY, 2007, p.207).

Suas atitudes estavam todas voltadas para o que era visto como bom senso para a sociedade desta época, onde a transparência de uma vida que seguia os preceitos morais da época contribuía em todos os sentidos, principalmente relacionado com a integridade e honestidade da família, tão atribuída e associada as ações do feminino.

Seria considerado como sinal de inteligência um comportamento regido pela razão, mais associado a um bom comportamento: “Tirava o meu bom senso de um feitio reto/As normas adequadas à conduta honesta” <sup>5</sup> (KURY, 2007, p.207).

Ao que parece, as mulheres precisavam manter controle sobre sua fala, principalmente diante da presença do marido. Ela teria que deduzir o momento certo, ou o que não lhe era devido falar no momento, de forma que não acabasse despertando um pensamento de contrariedade junto ao seu marido.

Contudo, o relato deixa transparecer que a participação da mulher nos diálogos não era em todo proibida, porém, a mulher teria que saber quando permanecer calada e mostrar serenidade de acordo com o que a situação exigia, distinguindo o momento certo que poderia se opor ao que estava sendo falado, ou simplesmente ceder a um pensamento divergente do seu.

Além do silêncio, aparentemente a mulher precisaria se mostrar tranquila e em paz aos olhos de seu esposo, sem perpassar nenhum tipo de conflito ou contrariedade: “Eram discretos os meus lábios e o semblante/ sereno na presença do querido esposo/ Eu tinha a intuição de quando me era lícito/Vencê-lo ou, ao contrário, ceder-lhe a vitória” <sup>6</sup> (KURY, 2007, p.207).

Fica claro que estas premissas da moral atribuída as mulheres troianas, também eram muito bem vistas pelos gregos, visto que rapidamente foi despertado interesse sobre a recém viúva Andrômaca.

---

<sup>4</sup> Versos 828-831.

<sup>5</sup> 832-833.

<sup>6</sup> 834-837.

Uma situação de completa humilhação e tristeza permeia essa fase da peça, tendo em vista o sofrimento dessa troiana ao ser submetida diante da vontade dos gregos, responsáveis por todas as mortes ocorridas em sua terra. Submissão perante aqueles que destruíram a sua comunidade, a sua família, os seus homens.

Esse trecho mostra também que era papel dos homens defenderem e irem à guerra por seu povo, sobrando as mulheres, caso sejam derrotados, serem submetidas a escravidão, obrigadas a se tornarem companheiras de seus inimigos:

Chegou assim o meu renome até os aqueus/ em seu acampamento e isso me perdeu/ Quando me capturaram o filho de Aquiles/ Mandou buscar-me para sua companheira;/ Serei escrava até morrer na própria casa/ Dos assassinos de meus entes mais queridos<sup>7</sup> (KURY, 2007, p.207).

Todavia, além das virtudes atribuídas a essa mulher troiana, o desejo de possuir Ihe também estava associado ao que ela representava. Andrômaca era como um troféu que adquiriu o significado dessa guerra vencida, e uma memória da derrota de seu marido, Heitor, forte guerreiro troiano e de alto cargo político e militar, tendo em vista seu parentesco com o rei Príamo de Tróia (filho): “Somos, meu filho e eu, troféus de guerra; Levam-nos/ De nobre passo a ser escrava”<sup>8</sup> (KURY, 2007, p.205).

A questão que envolve a honestidade e respeito atribuídos a imagem da mulher são tão fortes que acaba ocorrendo um dilema. Ao mesmo tempo que Ihe é mostrada a chance de perpetuar seu povo, de servir bem ao seu novo marido designado pela vontade dos vencedores gregos, já pensando em futuramente vingar à Tróia e a sua família, também vem à cabeça de Andrômaca o quanto Ihe parece errado continuar uma vida após a morte de seu tão amado e querido marido.

O trecho demonstra o quanto Ihe parecia infiel o fato de recém viúva se deixar cair nas graças do filho de quem deu fim à vida de seu até então marido Heitor: “Se apenas

posso por momentos afastar/ Do pensamento a imagem lúcida de Heitor/ Em vão esforço para abrir o coração/ao meu esposo de hoje sinto-me covarde/ e traidora vil do esposo recém morto!”<sup>9</sup> (KURY, 2007, p.207).

Recorrendo a leitura detalhada da peça, cada novo acontecimento tende a mostrar uma versão de direta submissão da mulher, onde não lhe aparece nenhuma outra opção

---

<sup>7</sup> Versos 838-843.

<sup>8</sup> 782-783.

<sup>9</sup> 844-848.

que não seja submeter-se as vontades masculinas, mesmo que essas ultrapassem e inflijam seus preceitos morais e culturais.

Nesse caso, se tratando da memória do falecido Heitor, o que não deixa de transparecer uma ação de subordinação da mulher, mas nesse caso associado a ideias plantadas no pensamento feminino desde a infância, onde está deve total entrega a seu primeiro e provavelmente último esposo:

Se, inversamente, guardo intacto o amor primeiro/ provocarei a ira do homem que me tem. / Segundo dizem, a aversão de uma mulher/ por outro homem numa noite se desfaz. / Abominada para sempre deve ser/ aquela que, infiel/a seu primeiro esposo/ aceita outro homem e lhe tem amor!<sup>21</sup> (KURY, 2007, p.207).

Nesse momento, a mulher chega a se comparar até com animais irracionais, animais vistos como inferiores, que não se expressam por palavras nem chegam a possuir sentimentos, mas mesmo assim as fêmeas se restringem a seus machos e somente a eles: “Até os irracionais, até a égua estúpida/ Recusa-se a arrastar o jugo habitual/Se é separada do diuturno companheiro. ”<sup>22</sup> (KURY, 2007, p.208).

A peça também deixa clara a função da mulher em manter sua castidade, que deveria ser entregue a apenas um homem, e que ela estaria submetida à vontade deste em procurá-la.

Assim, a vida das mulheres está sujeita aos homens, quando esta passa das mãos do pai para as do marido, aquele que se torna responsável por ela e por suas ações:

Eu era pura quando um dia me levaste/ da casa de meu pai e dentre os homens todos/ foste o primeiro a vir ao meu leito de virgem. /Agora não existes mais e sou levada /A bordo de uma nau odiosa para a Hélade/ cativa, condenada à condição de escrava<sup>23</sup> (KURY, 2007, p.208).

A morte parece ser um mal menor, comparado a uma futura vida cheia de tristeza, desamparo e lamentações que nunca deixaram de lhe perturbar a memória: “Talvez os males que a violenta morte trouxe/ a Polixena já pareçam bem menores/ depois de ouvires o futuro que me aguarda/ E não te façam derramar as mesmas lágrimas”<sup>24</sup> (KURY, 2007, p.208).

---

<sup>21</sup> Versos 849-855.

<sup>22</sup> Versos 856-858.

<sup>23</sup> Versos 864-869.

<sup>24</sup> Versos 870-873.



A mulher, transformada em objeto e prêmio, perde as suas características humanas, tendo que passar por cima de suas dores e angústias:

Perdi até o último dos bens humanos/ — a esperança — e não pretendo escarnecer/ de mim, eu mesma, imaginando ser possível/gozar na vida ainda a mínima alegria./ E, todavia, é doce guardar ilusões...<sup>25</sup> (KURY, 2007, p.208). Agora, sabendo que ao seu único filho foi destinado a morte, Andrômaca tece um diálogo de lamentações, mostrando de que nada vale o poder e as virtudes atribuídas a um homem, se após sua morte isso de nada serve nem para as mulheres, nem para as crianças: “Hoje a bravura de teu pai te faz morrer/ depois de ter valido a inúmeros troianos./A singular coragem de teu pai, meu filho,/Não te proporcionou felicidade alguma”<sup>26</sup> (KURY, 2007, p.211).

Com esse pensamento, Andrômaca chega a culpar umas às outras pelos efeitos da guerra, nesse caso Helena, que assume o papel do mal que entrou para o povo troiano, tirando do masculino qualquer responsabilidade:

E tu não és filha do grande Zeus, Helena! / És filha de diversos pais, não tenho dúvidas:/ do Ódio, da Perversidade, Crime e Morte/ e todas as calamidades deste mundo! / Nunca, jamais terei a audácia de dizer/ que tu tiveste Zeus por pai! Jamais, demônio/ funesto a tantos bárbaros e gregos! Morre! / Sim! Morre, tu, que foste com teus belos olhos/ a causa do aviltante fim de nossa Tróia!<sup>16</sup> (KURY, 2007, p.212).

Diante da mulher, o homem seria impossibilitado de não ceder aos seus encantos, mais uma forma de justificar o tratamento submisso imposto sobre elas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE A BIBLIOGRAFIA NOS DIZ?**

Fábio de Souza Lessa em “Rompendo o Silêncio: Vozes Femininas em Atenas (1999)” preocupa-se em mostrar quais os espaços de fala feminina na sociedade grega, como também os limites da sua atuação. Lessa analisa os espaços de fala feminina a partir de alguns autores antigos.

A partir desses autores, dois tipos de marcadores de identidade são apresentados por eles na construção da relação de superioridade masculina e do silêncio feminino. Em

---

<sup>25</sup> Versos 874-878.

<sup>26</sup> Versos 948-951. <sup>16</sup>

Versos 982-990.

primeiro lugar, a mulher é considerada carente do *logos*, sendo assim, impossibilitada de participar da vida pública, pois, não possuem o domínio das palavras.

A segunda justificativa se dava através da fisiologia, do calor dos corpos. Sendo o calor do corpo responsável pela capacidade de ver, ouvir, agir e falar, o corpo da mulher, considerado frio, não é capaz de responder rapidamente a estes estímulos, justificando assim o silêncio feminino.

Assim, os autores antigos, assim como Eurípidés, enfatizam o silêncio feminino, concebendo-o como a maior virtude de uma mulher, o comportamento ideal para uma esposa.

Entretanto, Lessa realça que a mulher atua como um elemento de integração dos variados grupos. Atuando em espaços propícios a comunicação entre mulheres aparece como uma maneira de validar suas práticas e sua existência social. Sobre estes espaços, o autor evidencia:

Os seus contatos com suas *philai*, quando da realização de suas atividades domésticas, que pressupomos requeria, muitas vezes um trabalho conjunto, ou mesmo em ocasiões de visitas às vizinhas; nas suas idas à fonte; na colheita de frutos, as esposas encontravam possibilidades de dialogarem entre si, transmitindo informações e, ao mesmo tempo, se mantendo informadas acerca dos acontecimentos e mesmo dos saberes que circulavam na sociedade *políade* [...] Certamente, uma outra via essencial de acesso feminino à informação era estabelecida no próprio interior do *oikos*, no momento em que os esposos dialogavam na vida cotidiana [...] Desta forma, é enfatizada a participação da esposa, de forma indireta, na vida política (LESSA, 1999, p.160).

Além das atividades domésticas e do próprio interior de suas residências, outros espaços citados são grupos de trabalhos em obras públicas, e atividades religiosas, como os funerais. Portanto:

Estes espaços serão concebidos por nós como propícios a construção de lugares de fala feminina, sendo a comunicação estabelecida pelas mulheres entendida como um elemento de coesão social que vai proporcioná-las a criação de uma esfera de validação de suas práticas e de uma existência social própria (LESSA, 1999, p. 159).

Sobre a participação das mulheres na vida política, Marta Mega de Andrade em “O Feminismo e a Questão do Espaço Político das Mulheres na Atenas Clássica (2001)

” acentua que essa participação se dava, sobretudo, na dimensão religiosa. Nos ritos da comunidade realizados pelas mulheres de famílias cidadãs. Aqui é significativo frisar que a esfera religiosa era uma das dimensões valorosas na vida das pessoas nas sociedades antigas, talvez a mais importante. Sendo assim:

A atividade religiosa pública das mulheres não era uma exceção; fazia parte da lógica da polis como instituição. Se do ponto de vista dos tribunais o assunto —mulheres pertencia a gerência dos homens na vida das famílias, isto nem sempre significava que as ações, decisões tomadas por mulheres não afetavam a polis como instituição (ANDRADE, 2001, p. 10).

Considerando a importância da esfera religiosa para a sociedade antiga, concordamos com a autora ao dizer que “é no domínio da polis que elas operam de forma independente como oficiantes nos rituais, sendo aí, na dimensão religiosa da polis, que as mulheres encontram seu reconhecimento e sua força como parte da cidade” (ANDRADE, 2001, p. 08).

Eurípides, ao tratar da guerra de Tróia, dá as mulheres a voz dos derrotados, tendo em vista que essas foram as únicas deixadas vivas, para que fossem submetidas aos sacrifícios, a servidão e ao concubinato. As mulheres que antes não tinham voz, são agora ouvidas a partir do clamor, tristeza e desespero ocasionado pela tragédia da guerra e do fim de seu povo.

Em meio aos diálogos e lamúrias, esse escritor deixa transparecer as contradições no que tange os valores morais, religiosos e as diferenças sociais de seu tempo, provocando uma reflexão sobre as atitudes do homem, tanto sob seus inimigos, como sob as classes julgadas como inferiores na sua hierarquia patriarcal. Também deixando parecer que as qualidades que se espera das mulheres são buscadas por todos os homens, sejam eles gregos ou troianos.

A peça passa a ideia de que às mulheres, só lhe é dada voz quando não há dentre seu povo nenhum homem que possa falar por ti, apenas como clemente e vítima das maldades do homem em busca da grandeza e do poder. Todavia:

Diferente do que previa o modelo ideal de esposa (mélissa), a mulher agia como elemento de integração políade justamente ao romper com o silêncio, ao disseminar as informações que revitalizava o processo de identidade junto ao grupo de parentes, amigas, vizinhas e associações religiosas. Portanto, as

mulheres criam lugares de fala e estabelecem canais de circulação de informações do oikos à pólis (LESSA, 1999, p. 161).

Queremos aqui, com o uso de uma bibliografia especializada, mostrar alternativas para superar o discurso erudito que coloca as mulheres da Antiguidade como sujeitas passivas e inferiores.

Propomos então uma reflexão inicial, um trabalho para motivar outros autores a abrirem caminhos nesse campo temático. Concordamos então com a proposta de Barbosa (2007):

Uma forma de fazer uma história mais crítica, sem partir do senso comum, pressupõe levar em consideração tanto o masculino como o feminino na análise histórica, buscar a relação entre ambos os sexos em cada sociedade, fazer da história da mulher e de suas atividades não só uma história a parte, mas sim procurar dar-lhe um *status*, ou seja, um lugar na história global (BARBOSA, 2007, p. 362).

Assim, a bibliografia aponta que embora esta sociedade fosse marcada pela superioridade masculina nas questões públicas e políticas, ainda havia espaços e formas de atuação que permitiam as mulheres conquistarem voz e validarem sua existência social própria, tanto nos espaços públicos como privados.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

KURY, Mario da Gama (org.). Eurípides: Medéia, Hipólito, as Troianas. 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. 3 v.

ANDRADE, Marta Mega de. O Feminismo e a Questão do Espaço Político das Mulheres na Atenas Clássica. São Paulo: XXVI Simpósio Nacional de História – Anpuh, São Paulo, 08 p, 2001.

J. RIBEIRO FERREIRA, 1972, Coimbra. A Figura De Andrômaca Em Eurípides. Coimbra: Associação Portuguesa de Estudos Clássicos, 1972. 20 p.

LESSA, Fábio de Souza. “Rompendo o Silêncio: Vozes Femininas em Atenas”. In: Phoênix. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1999, p. 155-162.

BARBOSA, Renata Cerqueira. Gênero e Antiguidade: Representações e discursos. História Revista, Goiania, v. 12, n. 2, p. 353-364, jul. 2007.

SCOTT, J. W. Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press, 1989. Tradução feita por Christine Rufino Dabat Maria Betânia Ávila, 1999.



**ST- 05. HISTÓRIA DO GÊNERO, DO  
CORPO E DAS SEXUALIDADES EM  
CONTEXTOS INTERIORANOS, RURAIS  
E SERTANEJOS**

**COORDENAÇÃO:**

Arthur Vitor de Araújo Santana (PGH/UFRPE)  
Alessandro Cerqueira Bastos (PGH/UFBA)

# “ENTREMOS NA NOSSA VIDA NOVA”: UMA HERANÇA RITUAL ATRAVÉS DO FEMININO NO INTERIOR DO TERRITÓRIO DE SÃO JOSÉ DO PIAUÍ, SÉCULO XVIII

Rosamaria de Sousa Fé Barbosa<sup>27</sup>

## RESUMO

O presente trabalho parte da análise de duas confissões inquisitoriais realizadas pelas escravizadas Custódia Abreu, Joana Abreu na Capitania de São José do Piauí, em meados da década de cinquenta do século XVIII. Nessa ocasião, as supraditas confessam terem realizado um ritual para fins sexuais, por meio da invocação de um sujeito incógnito cuja alcunha varia entre Homem e Tundá, apesar de ser compreendido subjetivamente, do ponto de vista dos envolvidos, como demônio. Apesar de contarmos com apenas duas confissões, por meio delas podemos rastrear pouco mais de uma dezena de envolvidas, cuja suas vidas foram atravessadas pelo referido rito em meio a uma rede de sociabilidades principalmente no que dizem respeito a mulheres escravizadas e/ou de pertencente a grupos de qualidade baixa. Nesse interim, buscamos compreender por como tais contatos se estabeleceram e viabilizaram a incorporação destas ritualísticas, escoando a visão enrijecida da escravidão, bem como estes nos possibilitam pensar para além da objetificação dessas sujeitas escravizadas. Em outras palavras, ensejamos percebê-las como potentes fontes de desejo, afeição, afecção, vivências, estratégias de pertencimento/assujeitamento, em suma, seres carregados de culturas e signos próprios de um tempo e espaço.

**Palavras-chave:** Mulheres. Agenciamentos. Piauí Colonial.

## INTRODUÇÃO

Plural e complexo foi o espaço colonial do Estado do Grão-Pará e Maranhão, na época eminente a sua povoação. Essa complexidade dizia respeito ao emaranhado de sujeitos para cá vindos – forçosamente, ou não – e que aqui repousaram suas crenças e perspectivas. Assim, são muitos os historiadores que se preocuparam em adentrar esse universo e explorar suas vastas possibilidades. Gilberto Freyre um dos mais conhecidos e criticados por tal elemento, observou em seu livro *Casa Grande e Senzala* (2019) sobre o cotidiano, as famílias, as comidas e os contatos no ambiente que deu origem ao Brasil, debruçando-se principalmente acerca das questões de sexualidade. Assim, os atravessamentos por meio do sexo, foi para o autor um elemento primordial na formação sociocultural desse ambiente. Essa assertiva também reverberou nos trabalhos de Ronaldo

---

<sup>27</sup> Mestranda em História pelo PPGHB da Universidade Federal do Piauí – CMPP com bolsa CAPES, sob a orientação da professora doutora Elizangela Barbosa Cardoso. Especialista em História Afro pela Faculdade Dom Alberto e Licenciada em História pela Universidade Federal do Piauí – CSHNB. Email: [rosamaria.barbosa97@gmail.com](mailto:rosamaria.barbosa97@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0134675387379450>

Vainfas (1997), que analisando documentos inquisitoriais observou os contrastes do desejo por uma implementação dos dogmas tridentinos e o comportamento da população a ela sujeita.

Nessa esteira, enquanto temos uma sociedade culturalmente diversa visto as ascendências dos sujeitos aqui assentados estarem distribuídos por variados conjuntos relacionais, a saber grupos diversos de africanos, grupos diversos de nativos, portugueses, franceses, holandeses, observamos também uma conjuntura misógina e patriarcal que irmanam os homens dentro deste território, legando-lhes um universo particular, nos quais as mulheres não tinham acesso. É sob essa afirmação que Ronaldo Vainfas articula a ideia de uma solidariedade feminina calcada em diferentes prismas, como: curandeirismo, feitiçarias e homoerotismos. Neste sentido, é sobre estes dois últimos aspectos que pretendemos nos debruçar no presente texto.

Nosso palco é o território referente ao Piauí Colonial e nossos personagens são quatro mulheres “desclassificadas”, cujo habitavam as paragens da freguesia da Mocha e de Parnaguá. Cecília, Josefa, Joana e Custódia, foram duas denunciadas e duas confessas, respectivamente, que disseram estarem envoltas em um ritual de motivação sexual, cuja proximidade com um ritual sabático incitaram os historiadores Luiz Mott (2006) e Carolina Rocha (2013) a denominarem tal rito como um congresso de bruxas e feiticeiras, projetando-as dentro desse imaginário católico promovido através das dualidades entre Deus e o Diabo. No entanto, nosso intuito aqui não passa por descortinar as origens desse rito, ou mesmo problematizar os regimentos da Igreja, mas, compreender como se davam os possíveis processos de solidariedade e agenciamentos entre mulheres no território piauiense. Assim como suscitar as maneiras pelos quais os rituais sexuais promoveram os ajuntamentos das supraditas e outras mulheres pertencentes a capitania.

Posto isso, nosso trabalho está dividido em dois momentos, no qual, no primeiro versaremos acerca da instituição do ritual e seu assentamento na Capitania do Piauí. Bem como o cenário vicejou o encontro das mulheres praticantes do mesmo, realçando o aspecto escravocrata e de uso dos corpos para o labor, correntes ao período. Seguidamente trataremos mais precisamente acerca das maneiras no qual o ritual foi disseminado, conceituando-o como uma possível “herança” arreigada ao gênero.

**“ESTA CERIMÔNIA LOCAL DA IGREJA COM A QUAL SE AJUNTAVA A FORMALIDADE DE INFINITAS BLASFÊMIAS HERÉTICAS”:**

## INCORPORANDO O RITO

A Capitania do Piauí, bem como o restante do Estado do Grão-Pará e Maranhão, a era um local de economia eminentemente agrária, especializada principalmente na criação de gado Vacum e Cavalari. Posto isso, diante dessas atividades homens e mulheres dedicavam seu dia a dia. Escravizados, fazendeiros e autônomos se cruzavam nesse ambiente com suas obrigações, demandas e ambições. É nesse espaço rural que o Capitão José Bacelar de Abreu residia com sua sobrinha Anna Maria, a filha dela Maria Leonor e demais escravizados e escravizadas que cuidavam do labor de sua casa e terras. Embora sua fazenda fizesse parte da vila de Parnaguá, foi a Mocha que ele se dirigiu para negociar com Antônio da Silva dos Santos, vulgo Pitomba, com o intuito de adquirir novos serviçais. Um ato recorrente, visto observarmos que em dois anos, José de Abreu mercadejou pelo menos duas escravizadas através das mãos desse mesmo Antônio Santos, a saber Joana Pereira e Josefa Linda, de quem falaremos mais tarde. Neste ínterim era em torno do trabalho e das demandas da vida agrária que girava a dinâmica social do referido ambiente, conectando pessoas, e a partir delas, experiências e culturas.

Assim, apesar das numerosas léguas que distanciavam as freguesias, ou mesmo, as fazendas umas das outras, isso não era impedimento para um intenso trânsito de sujeitos dos mais diversos lugares naquele espaço entendido como sertão.<sup>28</sup> Fator vicejado pelo sistema de povoamento no qual vivia a colônia. Em vista disso, sujeitos da Bahia, Pernambuco, Ceará Grande, ou mesmo do reino de Portugal e africanos advindos do trânsito atlântico resultante da escravização, entre tantos outros povoavam esse ambiente com suas atividades, sociabilidades, tradições, crenças e costumes. As conexões pessoais que permeavam esse sertão davam sentido ao ambiente. Essas trocas não derivavam de uma lógica própria, apesar dos esforços de certas instituições de incorporar na colônia o modo operandi europeu.<sup>3</sup> A lei, a fé e a devoção ao rei eram pouco a pouco imputados nessa região. E não faltaram esforços da igreja para isso ser possível. Assim, em meio a conflitos, agências, religiosidades e costumes, a capitania do Piauí pulsava sob diferentes formas de ser e estar no mundo.

---

<sup>28</sup> “O termo ‘sertanejo’ possuía no início século XVII a função estrita de designar populações coloniais que habitavam territórios relativamente afastados da orla atlântica. O termo não assinalava então um tipo cultural ou regional específico. Assim, a significação do termo remetia, precisamente, a uma determinação geográfica. O radical, do qual a expressão derivava – sertão – remetia então a um lócus inexplorado ou pouco conhecido, habitado pelo gentio, por quilombolas ou renegados” (MACÊDO, 2014. p.1-10). <sup>3</sup> Civilizar passava por tornar os habitantes das coloniais súditos e fiéis do rei, portanto, incorporá-los dentro de um sistema de mundo do colonizador.



Nesse ínterim, vila da Mocha, ponto fulcral a sobredita capitania era um centro comercial no qual as demais vilas e povoados se adensavam. Tal vila como as demais surgiu do ponto de vista ocidental de civilização<sup>29</sup> a partir da construção de uma igreja nomeada Nossa Senhora da Vitória. Tal edifício foi durante variadas vezes alvo da fúria dos nativos Tapuias que habitavam a região. Esse conflito, como fato longe de ser isolado, serve de exemplo de como essa convivência entre esses vários mundos cruzados não era uma situação simples e pacífica, ou mesmo natural, mas um complexo emaranhado de diversidades. Foi nesse campo que as vidas das irmãs escravizadas Josefa Linda e Joana Pereira se cruzaram com a da forra Cecília Rodrigues. Às três mestiças moravam em vila da Mocha, quando em momentos distintos Cecília as abordou com o intuito de convidá-las a conhecer um ritual que costumava praticar. O convite tinha como proposta conhecer uma entidade na qual Cecília denominava ora Homem, ora Tundá e que proporcionaria as escravizadas, experiências sexuais de valoroso prazer, fim único dessa relação.

As irmãs, cujo tiveram parte da sua vida contada na confissão de Joana Pereira ao padre Manoel da Silva, pareceram não hesitar diante do pomposo convite. Aquele contato, era, pois, parte de uma grandiosa rede de mulheres na qual a rigidez da escravização não impediu de realizarem suas vontades. E, com isso, subverterem a ordem, através dos supramencionados agenciamentos e exerceram relativa liberdade mental e corporal. Essa afirmativa da qual lançamos mão parte dos seguintes ditames contidos na confissão de Joana: “Esta cerimônia local da igreja com a qual se ajuntava a formalidade de infinitas blasfêmias heréticas, chama deserção inteira de toda a fé, não como quer, mas com infinitas arrenegações das coisas da fé, e adorações juntamente ao que ela Cecília chamava Homem e nunca demônio, por respeito a tal homem e desprezo ao verdadeiro Deus.” Nesse trecho atribuído a Joana, ela ressalta o teor supostamente “herético” de seus atos e com isso a consciência de uma religião que se pretendia dominante através da presença da igreja e da figura dos sacerdotes e vigários da região.

Nesse mesmo espaço vemos a dualidade entre o conhecimento da doutrina cristã e o descumprimento desta através de ritos que a negam e a confrontam. Afirmação compreendida através do que Joana chama de “deserção inteira de toda a fé” com o

---

<sup>29</sup> Essa afirmativa parte do princípio de que já existiam tribos indígenas assentadas na região, assim como fazendas próximas. Tanto que após erguida, houve desavenças com ambos os grupos que lá residiam. Ver em: (MELO, 2019).

“desprezo do verdadeiro deus” e “adoração ao Homem”. Sobre essa dualidade, o historiador Ronaldo Vainfas (1997) ao estudar sobre bigamia no mundo cristão compreende que tais atitudes fazem parte de um complexo de reafirmação da doutrina cristã. Assim, ele argumenta que apesar do ato de casar-se segunda vez estando viva a primeira esposa ser visto do ponto de vista eclesiástico como uma ação contra dogmática, o facto de querer casar-se e realizar os atos sacramentais exigidos pela igreja estaria atrelado a um profundo envolvimento com essa doutrina. Neste sentido, ao emparelharmos essa assertiva com o ritual aqui tratado, percebemos que mesmo que tais comportamentos funcionem para afirmar-se perante a sociedade através de um status social normativo,<sup>30</sup> tal situação acaba por legitimar o estado dominante do catolicismo.

Posto isso, embora Cecília e suas aprendizas Joana e Josefa escolhessem realizar um ritual cuja seus elementos tanto se opunha, como escarneava o credo católico, fazia parte do processo utilizar de ícones da religião e proferir palavras de cunho pejorativo aquela doutrina. Bem como descreve Custódia Abreu, uma escravizada de nação Guegue que também comungava do supramencionado ritual, na seguinte descrição:

Foi logo depois de jogar com as imagens em terra, buscar um relho, isto é, um açoite de correias: chegou e logo começou (dizendo, que fosse eu tendo sentido para aprender; pois estas eram as cerimônias para entrar e ter com aquele tão destro homem, e que sabia fazer tantas coisas, e desonestidades) açoitar, e foi açoitando a imagem de cristo; e da virgem senhora dizendo e pondo-lhe infinitos nomes, e blasfêmias heréticas e do inferno: chamando a nosso senhor, moleque, atrevido, corno, dando ao diabo e a puta que o pariu, arrenegando dele e de toda a sua raça, arrenegando do seu céu, da sua igreja e de todos os que estavam dentro dela, e de quem o gerou, dos seus santos da sua corte do céu, arrenegando da sua confissão, dos padres que confessam, da sua missa, e dos seus padres que diziam e arribavam (isto é, que levantavam ao levantar da santa hóstia, não nomeava hóstia, mas isto entendia pela palavra arribar) arrenegando do batismo, e dos padres que batizavam: estas eram em suma as blasfêmias contra cristo, e batendo sempre com o açoite ou relho (ANTT, IL, Caderno do Promotor n.121. Livro 313, n. 125-126-127).

Durante o trecho citado, Custódia conta ao padre Manoel da Silva em sua confissão sobre seus primeiros contatos com o dito ritual. Custódia, aprendera com Josefa Linda sobre ele e durante seu relato menciona o açoite as imagens de Cristo e Maria, sagradas a doutrina católica, como pontos fulcrais a invocação do ser desejado. Junto a isso, ela menciona os ditames depreciativos no qual dirige as imagens, bem como palavras de negação aos credos, dogmas e sacramentos católicos, tais como: o batismo, a confissão,

---

<sup>30</sup> O casamento no século XVIII além da função religiosa de união de duas almas em prol da reprodução, era também uma aliança de negócios que uniam famílias pela manutenção de um poder econômico e social. Assim, casar-se era qualificado como um *bem* - status social - alcançável. Ver em: (NAZZARI, 2001).

a comunhão, a transubstanciação e a virgindade de Maria. O último tema, inclusive contrasta com o objetivo motor do ritual, a saber, o uso do corpo através do sexo. Tudo isso era feito enquanto as escravizadas batiam com relhos nas imagens dos santos, como se estivessem batendo neles próprios. Nesse momento elas assumem para si a persona senhorial das quais quase sempre eram vitimadas, visto a condição de escravidão nas quais viviam.

Diante disso, vislumbramos como esse ritual que se pretende uma oposição ao catolicismo acaba por se apropriar dos entes e simbologias católicas para ser possível. Esse emaranhado torna-se ainda mais profundo quando ao confessarem seus atos, Custódia Abreu e Joana Pereira, tomam para si a figura do ser invocado e o traduzem através dos signos que lhe são conhecidos, assimilados, na figura do demônio, como observamos na seguinte passagem do testemunho de Joana: “havia no mesmo ponto de chamar por esse nome e vocábulo = Tundá = : o qual vocábulo nem eu lhe sei bem decifrar a significação inteira e cabal; mas julgo ser nome do demônio” (ANTT, IL, Caderno do Promotor n.121. Livro 313, n. 125-126-127). Posto isso, ao julgar ser o demônio a figura na qual mantinham relações, as escravizadas Cecília e Custódia acabam por encerrar o ritual no interior do imaginário católico. Nessa esteira, a associação com a figura do demônio muito provavelmente foi o que fez o padre missionário Manoel da Silva enviar estas confissões ao Santo Ofício, qualificando-as previamente como idolatria.

O fato é, seguindo os rastros daquilo que traçamos até aqui, é possível percebermos como um determinado quadro possibilitou, e até incitou, a realização destes rituais. Quadro esse que se refere a pontos em comum que atravessam as participantes deste ritual que foram por nós conhecidas através das confissões de Joana Pereira e Custódia Abreu. Notamos, pois, que todos os envolvidos, tanto os responsáveis por invocar o Ser, como divulgá-lo disseminando o ritual, são mulheres. Também nos foi notório que a maioria destas (embora não todas) eram pessoas entendidas como “desclassificadas”, geralmente atravessadas pela escravização. A primeira reafirmada durante o seguinte trecho do relato de Joana Pereira:

O congresso é numeroso de mulheres trazidas como suponho da mesma sorte de várias partes de terras distantes, mas eu não as conheço, nem lhes sei os nomes. No congresso há mulheres de todas as cores e castas. Também aparece homens: nas estes julgo não serem homens; mas demônios em figura humana. Fora de nós quatro; as mulheres que ali se ajuntam e eu conheço são Mariana, filha da mestra Cecília: Aniquinha mulher branca, solteira, e que já mostra ser de idade: a uma mulata chamada Maria Joséph que dizem na Moucha ser ela casada, mas não sei de donde ela tinha vindo para a Moucha: estas as que ali conheço moradoras na Moucha: todo a mais congresso de tantas mulheres não

conheço, nem sei o nome, nem donde vem ter a esse lugar do Enforcado (ANTT, IL, Caderno do Promotor n.121. Livro 313, n. 125-126-127).

Esse recorte transcrito pelo padre Manoel da Silva acerca da confissão de Joana Pereira, se refere a participação desta em um encontro que Joana nomeia de “congresso”, no qual várias mulheres se reúnem para praticarem sexo, cada qual com um ser invocado. Assim a esse trecho denota uma série de questões que vão desde a supremacia feminina na participação do ato, como a diversidade dessas mulheres envolvidas. Apesar de não conhecer a todas aquelas que ali assistiram e que ela enfatiza serem muitas, Joana consegue visualizar haver uma diversidade na qualidade dessas mulheres. Posto isso, brancas, mulatas e provavelmente pretas e índias dividiam um ambiente não hierarquizado em prol de objetivos comuns. Bem como comenta o historiador Ronaldo Vainfas, no seguinte trecho de seu livro *Trópico dos Pecados*: “O universo mágico em que viviam as mulheres solidarizava-as, irmanava-as para além das hierarquias sociais, conferindo-lhes ainda um poder valorizado e respeitado socialmente. Mas as mulheres do passado longe estiveram de qualquer “consciência grupal”, mesmo que a linguagem dos filtros e das orações nos indiquem o contrário, isto é, um desejo geral de serem amadas e valorizadas pelos homens” (VAINFAS, 1997, p.168).

Assim, Vainfas alerta sobre as complexidades dessas relações, as quais as aspirações pessoais e os desejos comuns se conectam. Neste sentido, não é só o anseio por determinada liberdade que une tais mulheres, mas o patriarcalismo e a misoginia que as sujeitavam. Dessa maneira, através do uso do ritual essas mulheres usaram seu corpo e desfrutaram do seu sexo quando desejavam até serem condicionadas pela estrutura normalizadora a confessar seus desejos como erros doutos.

A parte disso, apesar de não haver aparentemente uma hierarquia social tal qual as divisões de classe e raça na qual se funda a sociedade ocidental, havia no referido congresso uma organização através da figura de liderança de Cecília. Aspecto incitado a partir do seguinte trecho: “estamos dilatado espaço no tal lugar do enforcado, donde está já como superiora de todo o congresso a mestra Cecília sentada em um como banco, ou tripeça. Chegamos, a ela vamos todas quatro tomar a bênção.” Neste sentido, Cecília é responsável por recepcionar o ritual e é referenciada pelas demais evocando bênçãos as recém-chegadas. Ela também é responsável pela abertura e encerramento dos simultâneos rituais acometidos no congresso, como vemos na fala atribuída a Joana Pereira: “depois de a mestra Cecília dizer em voz alta para todo o congresso estas palavras: = entremos na

nossa vida nova =. Feitos os cerimoniais, se fazem as torpezas cada um com o seu, e de todas as sortes universais: o que passo por mim julgo passar pelos demais [...]. Ao despedir de tal lugar do Enforcado para irmos cada uma para sua instância donde tinham vindo; dizia a mestra Cecília estas palavras = acabou-se a nossa vida nova, bem nós podemos ir embora”. Conjecturamos em meio a essas assertivas, que a importância de Cecília nesse topo organizacional do Congresso se dá através da característica hereditária do rito, cujo nos propomos comentar no seguinte tópico. Por isso, inferimos a Cecília uma espécie de ponto genealógico de onde partira as disseminações do referido ritual.

Disseminação essa que trataremos a seguir sob a lócus da “herança”, por se tratar da transmissão um legado, embora não consanguineamente, mas por sujeitos de mesmo gênero.

### **“NO CONGRESSO HÁ MULHERES DE TODAS AS CORES E CASTAS”: UMA HERANÇA RITUAL**

A característica hereditária do ritual que tencionamos a arguir, tem como elemento principal a figura de Cecília, mestra de várias mulheres que assumiram a patente de incorporação desse rito e superiora do supramencionado congresso. Cecília é citada dezenove vezes durante as confissões de Joana Pereira e Custódia Abreu. Por exercer esse papel de liderança, tanto como iniciadora de Joana e Josefa, como aparente líder de toda uma comunidade de mulheres que comungavam dos mesmos desejos. Assim, conjecturamos que na capitania de São José do Piauí havia signos de pertença que escoavam além dos limites territoriais das fazendas e vilas, ou mesmo das pertenças a determinada raça e classe, bem como supramencionado na seguinte passagem “O congresso é numeroso de mulheres trazidas como suponho da mesma sorte de várias partes de terras distantes, mas eu não as conheço, nem lhes sei os nomes. No congresso há mulheres de todas as cores e castas”. Assim, o ritual possibilitava uma união transversal entre diversas mulheres em prol da satisfação de seus desejos sexuais.

Procuradas por Cecília quando tinham cerca de doze anos, provavelmente a idade com que as jovens da época começavam a se relacionar, Joana e Josefa aceitaram ser aprendizas de Cecília. As jovens incorporaram os rituais para a sua vida e, além disso, passaram a professar tal ensino, convidando outras mulheres a fazerem parte dessa comunidade, cuja individualidade e a comunhão andavam ladeados. Embora não seja citado como parte do conluio, essa tentativa de disseminação é repetida por parte significativa das participantes, de maneira que passamos a entender como um item

essencial ao ritual, tanto per si, como para sua manutenção e perpetuação. Assim a hereditariedade do rito, funcionava tanto como um ato de manutenção do ritual, como de firmamento de amizades, afetos e alianças. Posto isso, Joana assume esse ato de partilha na seguinte passagem:

Depois de eu vir da vila da Moucha para as Cajazeiras, com má intenção e para induzir contei por via de conto diante de três pessoas desta casa de meu senhor Capitão Mor, a saber diante de duas escravas da casa, uma chamada Izabel Maria, outra Margarida Barbosa e outra moça branca de casa, e ainda parenta do dito Capitão Mor, filha de uma sua sobrinha Anna Maria, e de seu defunto marido Joseph de Almeida, chamada Maria Leonor que eu tinha ouvido, que lá na Moucha, havia mulheres, que tomavam Tundá com o Demônio: e que para tomarem haviam de ir bater com as partes preposterias na porta da igreja: e que logo haviam de ir para as covas de algum defunto e que ali vinha o demônio em figura de bode com is ceri cum illis preposteris. Mas não dizia mais, nem mais eu contava e o contava como de ouvido por me encobrir, nas a intenção e fim era pra ver se alguma inclinava para isso (ANTT, IL, Caderno do Promotor n.121. Livro 313, n. 125-126-127).

Segundo essa fala atribuída a Joana Pereira, ela buscava em seu círculo social pessoas que se interessassem em aderir a tais costumes. Tudo isso sem deixar de lado o cuidado necessário para não ser denunciada. Na situação acima descrita, Joana Pereira relata que ao mudar-se para Vila da Mocha procurou entre as mulheres que coabitavam sua nova residência alguém com quem pudesse partilhar seus segredos e costumes, assim, partilhar o ritual não era apenas um ato enxuto acerca da reprodução de um comportamento, mas uma possibilidade de promover alianças em local estranho e quase sempre opressivo (dado que não podemos esquecer do sistema escravista e patriarcal no qual essas mulheres estavam imersas).

No momento citado, Joana Pereira não encontra a aliança ao qual procurava, no entanto, essa sorte não atingiu Josefa Linda cujo habitava a casa de José Pereira desde antes da chegada de Joana e logo nos primeiros dias pôde confiar a Custódia Abreu suas aspirações, tal como conta a própria Custódia em sua confissão:

Apenas esta chegou, que foi um dia ao pôr do sol, desde o ponto, que chegou, se fez logo a dita Josepha Linda muito minha amiga e camarada, vendo-me Índia, e como de gênio mais singelo por Índia vermelha. Logo depois do primeiro recebimento a primeira coisa, que me pediu foi, que eu nunca havia de dizer nada a ninguém: e começou logo por modo de um conto, ou história: que ela na Moucha em sua casa vivia muito a sua vontade; e que lá tinha um homem muito destro e que não parecia com os mais homens, que este tinha e exercitava com as mulheres muitas e várias sortes e atos torpes; e que sabia fazer coisas incríveis; e que se eu ouvisse havia de ficar com a boca aberta; que ela podia andar com quem quer sem outra gente o saber, ainda que estivesse ao pé: e logo me foi convidando se eu queria também andar a ver me com esse homem. Respondi-lhe eu que sim; pois ela me dizia que sabia o modo, com que

eu podia andar com ele: e que eu queria me ensina-se (por logo sentir em mim desejo) (ANTT, IL, Caderno do Promotor n.121. Livro 313, n. 125-126- 127).

Nessa esteira, com todo cuidado para que seu segredo não fosse descoberto por terceiros, assim como fez Joana Pereira, Josefa apresentou seu Homem a Custódia. Ao contar para Custódia sobre ele, Josefa não poupou adjetivos com a finalidade de seduzir a moça aos anseios, o que conseguiu de fato. Assim, durante anos partilhou com ela suas vontades, inclusive a mesma entidade invocada, bem como expõe Custódia: “Em figura brutal se deitava entre nós ambas muitas vezes na cama, e nós nuas. A meia-noite, cantava o galo, era no canto dito em figura humana. Mandava-me a minha mestra; e quando eu ia ficava ela na cama; acabava eu; ia ela” (ANTT, IL, Caderno do Promotor n.121. Livro 313, n. 125-126-127). Posto isso, vemos como esse ritual ligava essas mulheres através de seus desejos, criando a partir disso não só alianças, mas verdadeiros laços de afeição e companheirismo. Assim, por anos a fio Josefa e Custódia dividiam o labor dos trabalhos suscitados pelo ambiente escravagista, mas também os segredos de suas transgressões a religião e o regozijo da consumação de suas vontades carnavais.

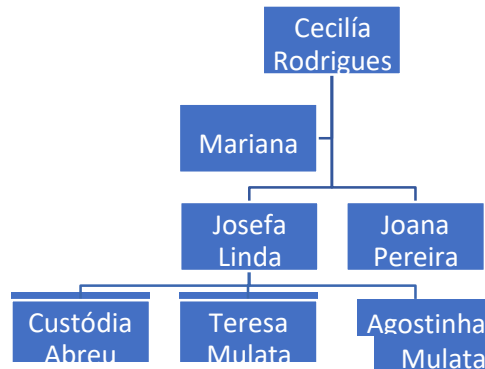
Malgrado a isso, Custódia não foi a única aprendiz de Josefa Abreu, muito embora a indígena não mencione em sua confissão conhecer outras que comungam dos atos de sua mestra. No entanto, é de nosso conhecimento que Thereza e Agostinha, ambas mulatas também eram pupilas de Josefa Linda, bem como Joana denúncia na seguinte passagem:

Depois que vim comprada da Moucha para esta fazenda das Cajazeiras, distante da Vila da Moucha mais de sessenta ou setenta léguas; e para donde minha irmã Josepha Linda tinha vindo também comprada dois anos antes: a vim achar mais com duas discipulas, uma chamada Thereza Mulata também escrava do Capitão Mor dito meu senhor e esta tal Thereza filha do Pai João, e de sua mulher Leonor, todos escravos; e a outra segunda discipula, chamada Agostinha Mulata, filha esta de Luzia, mulher solteira: escravas mãe e filha de mesmo Capitão Mor. Estas duas discipulas da minha irmã Josepha Linda já mestras pelo que parece do conteúdo (ANTT, IL, Caderno do Promotor n.121. Livro 313, n. 125-126-127).

Como visto na citação superposta Josefa Linda em cerca de dois anos – tempo intermediário entre o momento em que ela foi comprada por José Bacelar das mãos do senhor Pitomba e o novo cambio entre tais senhores no qual Joana foi negociada – a mestiça conseguiu pelo menos três adeptas ao ritual entre as escravizadas de seu senhor. Posto isso, percebemos como tal ritual vai se alargando paulatinamente, ganhando adeptas, portanto, se fortalecendo. Como em um efeito cascata cada uma de dessas discipulas em maior ou menor grau tendem a se tornarem novas mestras. Assim, durante o supradito trecho Joana apresenta Thereza e Agostinha como “já mestras”, entretanto,

não podemos afirmar se com essa assertiva ela quis legar as moças como especialistas nesse conhecimento, ou se ambas já possuíam também pupilas.

Entretanto, em face de tudo que foi exposto notamos a tomada de espaço do rito e os efeitos dele na vida pessoal dessas mulheres. Como podemos constatar no seguinte mapa:



No esquema traçado acima no qual constam sete das nove mulheres cultuadoras do ritual e que foram nomeadas durante as confissões de Joana Pereira e Custódia Abreu. Como vimos, cinco dessas mulheres são escravizadas da casa de José Bacelar, por tanto, pertencentes a fazenda de Cajazeiras, na freguesia de Parnaguá. Mariana, ao contrário das demais não é escravizada, mas filha de Cecília Rodrigues. Mariana familiarizada com o ritual através da sua mãe a acompanhava durante o congresso, e como ela provavelmente também tinha seu próprio Homem com quem desfrutava os prazeres carnais. A ligação entre Mariana e Cecília era consanguínea, mas o estado de *mãe* da segunda era muito mais fluído e abarcava àquelas com quem decidira partilhar seu secreto costume. Assim Joana Pereira não se exime de chamá-la por mãe Cecília, como vemos no seguinte estrato: “Um mês antes me contou a dita mãe Cecília, que o demônio tinha torpezas com as mulheres: E que se eu queria falar e ter com ele, ela me ensinaria. Aceitei eu, como rapariga de nenhum miolos; e por outra parte de costumes de pouca, ou nenhuma boa educação” (ANTT, IL, Caderno do Promotor n.121. Livro 313, n. 125-126-127).

Nessa esfera, aquilo que trazemos enquanto proveniência dos ritos diz respeito a essa teia que, além do alcance do objetivo principal – a prática sexual -, diz respeito a capacidade de construção desta comunidade de mulheres que usam “livremente” o seu corpo para satisfazer suas próprias vontades, assim como a criação e fortalecimento de uma aliança com outras mulheres cujos desejos o patriarcalismo não conseguiu suprimir.



Assim, as solidariedades eram aguçadas através do flerte com uma frecha de liberdade que as atingia.

Sobre essas solidariedades surgidas no mundo Colonial, Ronaldo Vainfas através de Ilana Novinsky sustenta que “o mundo masculino da Colônia, praticamente impermeável às mulheres em seu aspecto formal”, deu-lhes a oportunidade, “em certa medida, de criar um mundo feminino, expressado em laços de solidariedade e amizade entre vizinhas, amigas e parentes, nos expedientes alternativos de esperança e num poder informal e difuso [...]” (1997, p.33). O mesmo acontecia sobre os casos de homo afetividade masculinas no século XVI, estudados por Luiz Mott, nos quais “a clandestinidade, segredo e discrição a que deviam se submeter, forçava-os a uma certa coalescência e cumplicidade que neutralizava as barreias de raça e mesmo de hierarquia social”. (MOTT, 1988, p.35)

Contudo, o mesmo autor reitera que tais solidariedades nem sempre se sustentavam as pressões misóginas da sociedade. O argumento trazido por Vainfas é corroborado através de nossa pesquisa, a medida que entendemos que apesar do ritual disseminado entre as moças da Capitania do Piauí, tê-las unido através de interesses e desejos comuns não foi suficiente para evitar a denúncia das mestras por parte das pupilas ao padre confessor.

## **CONCLUSÃO**

Ao debruçarmo-nos sobre o período de povoamento da capitania de São José do Piauí comumente encontramos escritos sobre a formação territorial, bem como sobre os fazendeiros, padres, indígenas e escravizados que o povoam. Não raro também são os referenciais dos grandes nomes daqueles que aqui fizeram sua vida. Durante essa imersão percebemos como ao homogeneizar homens e mulheres, somente as trajetórias masculinas são evidenciadas. Nas lavouras, nas casas, nos comércios e nas igrejas elas participavam ativamente da vida cotidiana da capitania. Escravizadas, forras e donas ocupavam os espaços das casas, igrejas e ambientes de trabalho de maneira ativa. Seja cumprindo suas obrigações, seja realizando (secretamente, ou não) suas vontades.

Marcus Reis e Camila Cargnelutti (2020) em artigo recente comentam acerca da necessidade de uma história dos gêneros no que diz respeito das fontes inquisitoriais da América portuguesa. Durante o citado texto eles elencam a historiografia pertinente a temática e os vãos deixados por elas. Assim, ele conclui que as masculinidades e/ou

feminilidades ainda são elementos tímidos ao contexto. Como os historiadores supramencionados, vimos durante nosso texto com riqueza de detalhes como o comportamento feminino em toda sua diversidade esteve atuante nas terras correspondentes ao estado do Grão-Pará e Maranhão, e mais especificamente do Piauí Colonial.

É neste sentido que Cecília, Josefa, Joana e Custódia, personagens caras a nossa pesquisa, apesar de se filiarem a um comportamento incomum, no que dizia respeito ao exercício de rituais de cunho sexual, possibilitaram nos inquietar acerca dos desejos e fazeres femininos de sua época. Posto isso, as moças por nós estudadas, independente da condição de escravizadas – da maioria – não suprimiram totalmente seus desejos. Ao contrário de outros exemplos essas mulheres não desejavam atrair os maridos, ou casar-se. Apesar de seus desejos não extrapolarem totalmente o plano da heteronormatividade, elas tinham como principal objetivo o próprio gozo. E, a partir desse gozo é possível pensarmos num flerte com uma relativa liberdade, autonomia, e/ou na própria transgressão a dogmática católica.

Posto isso, vemos que tais mulheres buscaram tanto a concretização dos seus desejos afetivos e carnisais, como o tendo alcançado, procuraram disseminar suas práticas entre seus pares, ou semelhantes de gênero. Assim, a procura por determinada autonomia não existia somente no ímpeto pessoal, mas em uma jornada transitória entre o individual e o coletivo. Dessa maneira tornando-se eventualmente estimulada. Assim, aquilo que chamamos de “herança” ritual ligava tais mulheres na perspectiva de uma manutenção cultural e perpetuação do rito.

## **REFERÊNCIAS**

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2019.

MACÊDO, Tairone Zuliani de. **As origens e evoluções etimológicas dos termos sertão e sertanejo**. In: Seminário de Pesquisa de Pós-Graduação em História PUC-Go/UFG, VI. 2013, Goiânia. Anais. Goiânia: UFG/PUC-Go, 2014. p.1-10.

MELO, Claudio. **Obra Reunida**. Teresina: Academia Piauiense de letras, 2019.

MOTT, Luiz. **Escravidão, homossexualidade e demonologia**. São Paulo: Ícone, 1988.

MOTT, Luiz. **Transgressão na calada da noite: um sabá de feitiçeras e demônios no Piauí colonial**. Texto de História, v. 4, n. 1/2, 2006.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote**: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600 - 1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ROCHA, Carolina. **O sabá do sertão**. Paco Editorial, 2016.

REIS, Marcus and CARGNELUTTI, Camila. **Silenciamentos sobre gênero na historiografia brasileira: Inquisição e feitiçaria na América portuguesa**. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 21, n. 44, p. 331-349, maio/ago. 2020.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1997.

# UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE O PROCESSO HISTÓRICO DAS SAUNAS E A CIDADE DO RECIFE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A BUSCA DO PRAZER

Lucas Paes do Amaral<sup>31</sup>

## RESUMO

O presente trabalho descreve uma pesquisa etnográfica, ou seja, é análise sobre os comportamentos, costumes e entre outras características observadas em uma sauna gay na cidade do Recife. Partindo-se da hipótese de compreensão e observação desse ambiente que é muito frequentado por homossexuais de várias localidades do Recife e do mundo. O objetivo central do trabalho é abordar e analisar sobre as dinâmicas interacionais entre os sujeitos que transitam por esse lugar, percebendo a pluralidade social e temporal que são fatores importantes para o diálogo e compreensão da dimensão histórica, social e cultural dos frequentadores desse ambiente. Propõe-se, assim, apresentar reflexões e analisar algumas observações sobre essa localidade, ou seja, a sauna que possui diversas atividades humanas, principalmente de homens que gostam de se relacionar com outros homens, e que buscam satisfazer outros desejos sexuais. Sob essa ótica, este artigo também dialoga com a realidade observada, buscando fortalecer as observações através de conteúdos científicos como artigos, teses e dissertações que visam compreender as ações dos sujeitos, principalmente homens, que frequentam essa localidade, percebendo que “As sociedades, não obstante, continuam a produzir heterotopias – “outros espaços” que abrigam e produzem comportamentos, corpos e almas inconformes.” (PEREIRA; SANTOS, 2016, p .137).

**Palavras-chave:** Sauna, sujeitos e atividades humanas.

## INTRODUÇÃO

Pegação é uma palavra que tem vários significados, mas que muitas vezes está atrelada a fatores de cunho sexual. De acordo com o dicionário online de português (2021), um dos seus significados é a “Ação de buscar alguém somente para se satisfizer sexualmente: não queria compromisso, só pegação!”(DICIO, 2021). Principalmente entre os homossexuais, a palavra pegação dá sentido na maioria das vezes, ao prazer rápido e sem muito compromisso. Sendo assim, a pegação é um importante mecanismo de atividades que envolvem o sexo, onde são na maioria homens. Aos quais esses homens podem ser héteros, homossexual, transexual, bissexuais e entre diversas formas de identificação.

Muito comum entre os homens, a pegação é uma maneira, na maioria das vezes, de trazer toda uma forma de prazer oprimido pela sociedade. Onde esse desejo a todo o momento são escanteados e visto com preconceito, repulsão, prejulgamento e entre

---

<sup>31</sup> Graduando no curso de licenciatura em história pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Email: lucaspaes132@gmail.com.

diversas opressões que muitas vezes está ligado ao não reconhecimento de si próprio e seus impulsos. Sendo assim, ocorre a opressão social, principalmente, por parte do ser humano que deseja novas formas de prazer, mas é oprimido, ou seja, os desejos sexuais entre os homens. Desta forma, a pegação é um termo utilizado, na maioria das vezes, direcionado para uma satisfação rápida onde são homens que se juntam para buscar o prazer sexual de uma forma em que a sociedade não necessita julgá-los ou dar satisfação sobre o seu ato. Consequentemente, a sexualidade ainda é um tabu na sociedade atual, onde a heteronormatividade é bastante presente no processo de representação social, mas que nas entrelinhas, os homens e também as mulheres têm os seus desejos vistos como algo obscuro, mas que é necessário falar sobre a sexualidade e entre os corpos humanos e suas necessidades de satisfação sexual como retrata Cavalcante (2016, p. 27)

A sexualidade deixa de ser então algo programado ou projetado para a existência corporal administrada, dividida na concepção biológica binária entre masculino e feminino. Alça horizontes que permeiam nuances na construção e desconstrução das identidades no campo sexual dos indivíduos. (CAVALCANTE, 2016, p. 27)

Diversos fatores influenciam nessa forma de se relacionar com o prazer rápido e fácil, pois são formas que muitas vezes vão além de uma simples satisfação sexual. A pegação em si, ela é um ato bastante antigo, mas que está presente nos dias atuais, e foi ganhando novas vertentes, principalmente nos locais em que são praticados os atos. Atualmente, as pegações são feitas em diversos locais e que tenham pouca movimentação como os banheiros, universidades, praças com pouca movimentação, praias, rios, mangues e etc, sendo na maioria das vezes, no horário noturno, pois não há muitas pessoas nesses locais. É válido salientar que esses locais são abertos ao públicos, e que muitos utilizam esses espaços para fazerem programas.

Atualmente, com os avanços tecnológicos e o rápido acesso a internet a existência dos aplicativos de pegação que atualmente acabam favorecendo a esse desenvolvimento e proliferação de prazer rápido e sem muitos sentimentos, em que muitas vezes, as pessoas acabam dando sentido a novas abordagens como, por exemplo, relacionamentos mais duradouros, onde essa comunidade se reconhecer e traz através da internet que é um meio de interação ampla e de fácil acesso, com o mundo tecnológico, onde as novas localidades, sentimentos e diversos fatores são atribuídos a essa nova forma que se dá a pegação. Ao qual a tecnologia dá uma nova roupagem às possibilidades de conhecer novas pessoas com os mesmos pensamentos e perspectivas de vida.

Objetiva-se assinalar então que a sexualidade normativa, assim como outras variáveis determinantes, foi inventada, alicerçada e reforçada por uma cultura ocidental, a qual dita cânones sociais e históricos do que se aceita e rejeita na esfera da coletividade, através da hegemonia que se constrói no bojo da sociedade capitalista, mas olvida, sobretudo, o ser dentro de uma perspectiva humana em suas múltiplas faces da sexualidade.( CAVALCANTE, 2016, p. 29)

A pegação na maior parte favorece novos horizontes para o prazer e trás desejos que muitas vezes estão intrínseco dentro de cada ser humano, onde a maioria dos homens podem explorar situações em que geralmente não pode ter em casa, pois pode ser fatores como o medo de ser penetrado e ser motivo de chacota da esposa, desejo pelo mesmo sexo ou até o simples prazer de realizar atos sexuais com diversas opções. Muitos fatores podem ser atrelados a esse desejo. Mas vale lembrar, que os seres humanos e os prazeres carnis são formas de aliviar os sentimentos e desejos que são escondidos e usurpado de uma sociedade, onde muitas regras e princípios estão presentes, sendo a pegação uma forma de se reconhecer e para alguns homens, é uma maneira de libertação.

É interessante perceber como o ser humano muitas vezes utiliza máscaras para viver em sociedade, demonstrando ser uma pessoa coerente, certa e pura, mas que na verdade nem todos assim, todos têm suas formas de julgamento e reconhecimento de mundo, um exemplo são os homens que se apresentam com a “hétero”, mas que na verdade se refugiam através de roupas, comportamentos e expressões faciais em que a sociedade deseja que eles se comportem daquela maneira, e que para viver em sociedade se disfarça para parecer com o outro, sendo que na aparência é algo igual, mas que por dentro como sentimentos e as atitudes, é bem diferente, onde as realizações dos desejos são proibidos. Por isso, a pegação surge como um fator de liberdade e de se esconder da sociedade, que a todo o momento traz uma perspectiva heteronormativa e homogênea, mas que na verdade não é deste jeito que as coisas acontecem.

Revela-se, sem demandar o esgotamento das ponderações, alguns traços históricos e culturais das práticas homoeróticas como desvelamento das sexualidades e a transição para a categoria “homossexualidade”, a qual, mesmo na contemporaneidade, ainda se espria em desafios no que tange ao seu reconhecimento como condição humana, visto que conquistas legais não significam tolerância social ou transformação cultural.(CAVALCANTE, 2016, p. 27 e 28)

A cultura masculina de que o homem é para a mulher ou vice-versa, nem sempre o mundo teve esse ponto de vista, onde a heterogeneidade é predominantemente, até nos dias atuais. Um grande exemplo eram os gregos que se deitavam com outros homens para

sentir prazer ou até gostavam da companhia, pois durante o processo do ato sexual era visto com normalidade, já as mulheres eram respeitadas e não havia distinção sexual, cognitivo e entre outros. Fato é que essas mudanças sobre a perspectiva do homem e suas transformações no mundo da heterogeneidade foram fatores trazidos durante a idade média pela a igreja que acabou atrelando a castigos tantos físicos, cognitivo e espiritual. Fato é que em pleno século XXI o sexo ainda é visto como um tabu, onde muitos sabem, mas pouco é revelado e trazido para a humanidade, pois os julgamentos são diversos e que ainda há bastantes paradigmas sexuais. Mais, prazer sexual é algo milenar que está desde o começo da civilização e em diversos outros seres vivos como as plantas, os animais e entre outras espécies, mas que ainda é questionado e pouco compreendido.

Por conseguinte, as saunas também são bastante frequentadas por homossexuais, mas existem os héteros, bissexuais e entre outros gêneros que frequentam essas localizações que são lugares de pegação. Um grande exemplo, de lugar de pegação é o centro do Recife, onde existem diversos pontos que acontecem esse tipo de ação, onde as saunas, parques e entre outras localidades, as pessoas se conhecem e cria ou não afinidade, e identifica quem está querendo entrar no “clima”. É perceptível como essa interação acaba fazendo com que outros participem, mas vale salientar que existem também relações íntimas com o dinheiro envolvido no meio, mas que cada um acha a sua forma de se adequar ao prazer.

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho tem o objetivo de problematizar e refletir sobre uma breve construção do conhecimento a partir da importância da sauna voltada para o público gay. E que por ênfase é uma das saunas da cidade do Recife, frequentada por pessoas de diversas localidades regionais e mundiais. Ao qual foram feitas algumas observações e relacionadas ao comportamento histórico, social e cultural da humanidade. Demonstrando que são perspectivas, não só atuais e regionais, mas são construções que aos longo dos anos foram sendo construídas pela humanidade e suas necessidades, principalmente por grupos sociais que relacionam ambientes como a sauna que são ambientes voltado para a prática do relaxamento corporal, mas que com o tempo vai ganhando novas atribuições como a sexualidade e o capital (dinheiro), ou seja, a prostituição em que muitos utilizam o próprio corpo e a sua maneira de fazer sexo para ganhando dinheiro.

Este trabalho, relaciona processos históricos e estudos comportamentais com a etnografia, busca trazer um pouco de experiência em relação ao ambiente que é uma sauna e demonstrar que esse ambiente é um processo histórico que faz parte dos seres humanos, mais que ainda é problematizado, e visto com preconceitos e opiniões pejorativas que acabam prejudicando essa forma de sentir prazer e realizar desejos que muitas vezes são intrínsecos, principalmente ao público masculino, mas que precisam ser reconhecidos e descritos para que as pessoas reconheçam esses ambientes como demonstram Santos e Pereira (2016, p. 137): “As sociedades, não obstante, continuam a produzir heterotopias – “outros espaços” que abrigam e produzem comportamentos, corpos e almas inconformes. As saunas poderiam, por conseguinte e em certo sentido, ser pensadas como “outro espaço”. Demonstrando, assim, que é importante perceber a pluralidade de localidades existentes, onde tem seus frequentadores, atrações, interação, linguagem, identificação e entre outras interações humanas.

Desta forma, a constituição deste trabalho foi dividida em três partes. A primeira parte foi a observação do ambiente em que foi realizado, sendo uma sauna gay, bastante conhecida no Centro Recife, e que por meios de preservação do ambiente e autoral foi melhor não incluir o nome do estabelecimento, só a cidade. Já na segunda parte, após fazer as observações, foi feito um levantamento literário sobre diversos contextos históricos envolvendo as saunas, relações homoafetivo, estudos sociais voltados ao público gay e entre diversos temas em que autores como Cibele Barbosa, Lidiany de Lima Cavalcante, Rafael Gonzaga e entre outros, que foram essenciais para a composição, ampliação e direcionamento do material, sendo bastante importante para a efetivação do artigo. E a terceira e última parte foi a escrita do artigo que foi a junção de todo processo estudado e analisado.

Sendo assim, este artigo é uma reflexão sobre as diversas maneiras que podem auxiliar, por exemplo, a educação construindo um ensino libertador, rompendo barreiras do ensino enrijecido e preconceituoso que está estabelecido na sociedade brasileira. Este artigo é uma forma de dialogar com outras vertentes, e perceber o quanto o ser humano, são plurais em sua forma de viver, pensar, relacionar e entre outras ações em que a sociedade está envolvida.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **A CIDADE DO RECIFE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A BUSCA DO**



## **PRAZER**

As saunas são ambientes bastante antigos em que homens buscavam com naturalidade o prazer e a sensação do bem estar, e principalmente formas de se relacionar com outras pessoas. Sendo assim, as saunas nos dias atuais, ganharam um novo sentido, onde a sexualidade e o prazer se encontram. Desta forma, as saunas em suas diversas vertentes nos dias atuais tiveram como perspectiva, na maioria das vezes, a criação de um ambiente onde só os homens pudessem entrar, onde na maioria das vezes homens acabam buscando esse ambiente para ter relações. Diante de muitos preconceitos, mesmo em pleno século vinte e um, as saunas são locais onde há um processo cultural, onde os corpos possuem falas e que estão envolvidos em uma série de circunstâncias e envolvimento de preparação para desfrutarem de desejos intrínsecos.

Na cidade do Recife em sua estrutura é uma das cidades que mais existem locais para o público LGBTQIAP+ e que tem ações voltadas para essas pessoas como ações políticas e entre outras estruturas que visam o bem estar e alcançar melhorias para o público LGBTQIAP+. Sendo assim, estabelecimentos como as saunas que são voltadas para o público gay, na maioria das vezes, estão em fase de crescimento, e que não só são estabelecimentos para prazeres sexuais ou pegações, mas também para conversas, descontração e entre outras visões que muitas vezes é vista com olhares preconceituosos.

No ano de 2019, as saunas voltadas para o público masculino na cidade do Recife em Pernambuco chegaram ao registro de 12 estabelecimentos em uma rápida pesquisa feita na internet, mesmo o Estado passando por problemas de situações financeiras . Ao perceber essa dimensão de estabelecimentos fica visível como o prazer está presente nessa situação que a todo o momento, são locais que buscam trazer um regozijo para esse tipo de população. Mas se surpreende quando é percebido esse local como maneira de estudo e possibilidade de reconhecimento de práticas sexuais, cognitivas e de socialização. Fato é que novas abordagens são constantemente apresentadas a esses locais que exploram o sentido e as sensações humanas, principalmente do público masculino. Uma observação é que não há existência de saunas na cidade do Recife que tenha como objetivo só a entrada de mulheres ou lésbicas.

“Dotada de ampla infraestrutura de serviços, de fácil acesso, a sauna prometia tirar das ruas homossexuais que buscavam sexo em lugares públicos, como parques e banheiros, onde ficavam expostos às ações repressoras da polícia.”(PEREIRA; SANTOS, 2016, p. 137).As saunas também são locais que ajuda atirar muitas vezes casais, rapaz e

homens da exposição das ruas, sendo locais que não só auxiliam, mas dá novas direções sobre a orientação da realização prática do sexo.

Quando pensamos em questões envolvendo sexo ou quando nos deparamos com situações sexuais que nos levam a tomar alguma posição, (seja para concordar, para conter ou reprimir) não ocorre à maioria das pessoas que aquele pensamento, atitude ou comportamento talvez tenha sido normal ou natural em alguns períodos. Ou ainda, contido e negado em outras épocas. A maneira como as civilizações entendiam e lidavam com comportamentos, valores e normas ligados ao sexo nunca foram iguais e, tampouco, constantes. Cada cultura e momento histórico viam e viviam sua sexualidade diferentemente. Inclusive, o pensamento .sexual ocidental é fruto, em grande parte, das concepções e valores do século XIX. Um período muito próximo de nós e que nada tinha em comum com as práticas e atitudes sexuais da Antiguidade, da Idade Média e da Idade Moderna. (RIBEIRO, 2005, p.1)

Já havia estudos que retrata a existência de “[...]registros de homens buscando sexo com outros homens em saunas desde o século XV. No século XI a.C., a prática já rolava em banhos públicos na Grécia.” (GONZAGA, 2017). Nos dias atuais fica mais visível como essas práticas de outrora, deram continuidade na formação da atualidade, onde o prazer se tornou algo bastante lucrativo, demonstrando assim apego pela melhoria e continuidade desse processo que é o sexo que envolve a masculinidade e que estereótipos como ter relação com outros homens não é bem visto pela sociedade, mas que nestes locais esses homens acabam explorando esses prazeres intrínsecos que é criminalizado pela sociedade.

Em três dias consecutivos fiz a observação de uma sauna frequentada por homossexuais, onde foram feitas descrições sobre o ambiente e a sua realidade de vida, sendo algo bastante comum entre os frequentadores. Durante o processo de observação, tive uma oportunidade de ser um cliente, mas que não desejava participar só observar essas movimentações que fez e faz parte desse processo de socialização e cultura do sexo. É importante ressaltar que muitas coisas tiveram que ser omitidas, pois “[...]o que na sauna acontece, na sauna deve ficar” (PEREIRA; SANTOS, 2016, p .136).

Já sobre o local que realizei os estudos e as pesquisas é um ambiente bastante aconchegante, com palcos para shows, cabines individuais para a realização do sexo, a presença dos profissionais do sexo também é constante, quartos para caso algo mais amplo, saunas a vapor quente e úmida, chuveiros e até espaço para socialização que existe

TVS exploradas por toda localidades. Demonstrando assim importância com os frequentadores e a diversas dessas pessoas que a todo momento busca um local para se divertir e buscar novos horizontes de prazer. Diante da pesquisa busquei observar a rotina dessas pessoas e entender um pouco a convivência com as entradas e saídas constantemente dessas pessoas.

Essa sauna é bastante popular e muito conhecida pelos os homossexuais, onde muitos buscam realizar desejos ou se satisfazerem. É importante refletir sobre essa simbologia que as saunas possuem com as sensações de prazer e busca alternativa de diversão e prazer. Ao perceber esse cenário fica visível como o sexo possui uma grande influência na vida das pessoas, sendo algo explícito ou implícito como retrata Irvam D. Yalom (2006, p. 274 ) “[...] em vez de criticar esse comportamento perverso, há duzentos anos Schopenhauer entende a realidade que estava por trás: a simples e enorme força do sexo. O sexo é nosso maior impulso (o de viver e se reproduzir), não pode ser reprimido.”. As saunas expressam esse comportamento que são desejos que não podem ser reprimidos, mas que nessas localidades são áreas de liberdades e de expor os desejos internos que falam por si. Durante as observações é visível como a realização do desejo é algo que as saunas traz a realização dos desejos sexuais, onde os chuveiros, os corpos nus, o ar quente, o clima do ambiente e entre outras personificações faz toda diferença nesse processo de liberdade sexual, onde o desejo se liberta.

Outro ponto forte e que faz parte desse processo da sauna são os profissionais do sexo ( michê), esses homens que muitas vezes fazem parte dessa relação, onde outros homens buscam novas formas de se satisfazer. Sendo assim, esses michê se exibem para os clientes. Vale salientar que percebi diversos tipos de michê, sendo eles gordos, magros, altos, pequenos e entre outros estereótipos que foram quebrados e saindo de um padrão de beleza que era o rapaz de corpo sarado,mas que se tinha uma diversidade de corpos, sendo esses corpos que falam e mexem com o imaginário dessas pessoas que frequentam essa localidade, como afirma Élcio Nogueira Santos e Pedro Paulo Gomes Pereira (2016, p. 136)

[...] a tarefa de tentar compreender os territórios existentes em seu interior, o que requer conhecer os significados de cada espaço. Cliente ou michê, cada espaço e cada percurso escolhido implicam mostrar-se com certa disposição para o sexo e em determinadas posturas corporais (exibição do corpo, formas de abordagem, etc.). Os espaços não são neutros e o transitar por eles ensina que cada lugar conchama a certas atitudes e posições.(PEREIRA; SANTOS, 2016, p .136).

As saunas no Brasil são espaços racializados, quando na denegação do corpo negro, quando o corpo negro surge como fetiche e estereotipado, ou quando a construção do “moreno” mistifica a tensão e o preconceito racial existente. Considerar as saunas exclusivamente como um espaço onde tudo, ou quase tudo, é possível, onde se perdem identidades e referenciais para se viver exclusivamente sobre a égide do desejo, de cunho “transgressor”, de pessoas que se afastam das relações heterossexuais [...] (PEREIRA; SANTOS, 2016, p. 150).

Ao continuar as observações, notei que existiam muitos homens maduros na sauna e que os mais jovens eram miches. Outro ponto é a pigmentação da pele dos frequentadores, pois a maioria eram pessoas de pele com pigmentação branca. Fato é que as pessoas de pele com pigmentação quase não frequentavam aquele ambiente ou eram funcionários. Isso demonstra o quanto ainda há um processo de resistência e que nem todos podem frequentar aquela localidade que é de especificidade masculina, pois as mulheres não podem entrar. Mas os poucos que se tinha sobre aquela região eram bem requisitados, onde muitos homens sentiram o desejo constante de ter alguma relação com aquela pessoa de pele negra.

O órgão masculino ou o pênis, é um dos destaques da sauna, onde ficava evidente que os homens que possuíam o maior órgão genital tinha ao seu redor vários homens que a todo momento desejava e queria se satisfazer com aquele membro, criando assim grupos que participava e outros que observavam, essas pessoas que só fazia olhar são conhecidos como Voyeurismo que sente prazer em observar os outros terem relação sexual, enquanto ele observa os atos que está ocorrendo na sauna, onde os sentidos como o tato e olfato são principais sentidos nessa composição de desejos e curiosidades.

As vestes são outro ponto, onde na entrada o cliente recebe uma toalha, sandália e a chave do armário. Os armários são colocados em todos os pertences e principalmente celulares e entre outros eletrônicos que filmam, pois muitos não gostam de exibir seus corpos para as câmeras, só para o prazer. Os frequentadores só usam a toalha para irem aos locais da sauna, pois não é permitida a entrada de roupas, sendo a sauna local quente e é essencial pouca roupa para a utilização desses espaços. Mas a toalha possui um significado mais profundo, como retrata Élcio Nogueira Santos e Pedro Paulo Gomes Pereira (2016, p. 135):

Visando estabelecer uma imersão no universo das saunas, um dos primeiros dilemas que encontrei foi o da toalha. Os espaços das saunas conduzem a uma relação direta com a exposição do corpo, pois há locais em que não se pode subir de roupa, como as próprias saunas e as salas

de exibição de filmes pornô [...]Se está nu ou envolto em uma toalha, o corpo do cliente adquire múltiplos significados para os michês na sauna. Um desses significados é o de que se está à busca de interação, de relacionamentos, de contato com algum rapaz e de prática de sexo. Tanto a toalha quanto o corpo nu demonstram disposição e prontidão para novas relações e interações. No caso da nudez, esta acaba por facilitar o contato e o encontro do cliente e o michê. (PEREIRA; SANTOS, 2016, p .135).

Observei que a sauna mesmo sendo um local que frequentam bastantes pessoas homossexuais, muitos mecanismos de prazer como a heteronormatividade se encontra presente como os filmes pornôs hétero que eram exibidos nas cabinas e que muitos se encontravam presentes nesses locais de etapas, pois para muitos começavam pelos filmes e depois iriam circulando sobre os outros locais ou até vice-versa.

A preservação da contaminação de doenças ou uso dos preservativos também está presente nesse reconhecimento de campo. Onde se tinha em diversos locais os preservativos e incentivos para a utilização desses modos de preservação, desta forma havia uma preocupação da sauna com a vida de seus frequentadores e de como eles poderiam ajudar na vida dessas pessoas que muitas vezes abusam do ato sexual eo prazer, mas que podem ser uma última sensação de prazer. As doenças sexualmente transmissíveis estão nesses locais, mas as pessoas que precisam ser cuidadas e que as saunas não são os únicos ambientes propensos às doenças sexualmente transmissíveis.

A escuridão também é outro forte ponto de prazer e sedução, onde no local que foi feita a pesquisa, existiam diversas localidades que não se tinha tanta luminosidade e que era bastante presente o sexo nesses locais como é o exemplo das saunas e as cabinas individuais que eram bastante frequentadas e que se tinha o toque entre as peles muito presente nesse processo de escuridão e prazer. Vale lembrar que em locais que se tinha luminosidade ou como as cabines de filmes pornôs, corredores e banheiros a conexão dos olhares era algo que se tinha um envolvimento maior, e criando um código que buscava a presença do parceiro e que se deseja ou não criar uma relação com aquele que o observava.

A implantação da sociedade burguesa na era moderna vem acompanhada de um maior controle dos corpos. “A história dos balneários públicos se aproxima a uma história da lenta instauração da distância física” (Vigarello,op.cit.,p.38). Associados à promiscuidade e à promoção da desordem social, esses espaços coletivos são vistos como loci de subversão e balbúrdia, sofrendo uma série de regulações ao longo do século XV. A internalização dessas normas vai, aos poucos,

transformando as representações e percepções dos corpos, as quais passam a nutrir exigências de pudor. (BARBOSA, 2020)

Por conseguinte, essas observações e descrições podem trazer reflexões para a sociedade proporcionando pensamentos como o comportamento e a floração sexual sobre as pessoas, onde buscam em diversos locais maneiras de satisfazer os seus desejos. É importante perceber que os homens são os principais fatores para esse processo de atividades, pois são realizadas geralmente de maneira rápida e em locais onde haja pouca circulação como, por exemplo, os banheiros públicos que geralmente existem homens e poucas circulações. Fatores como a aventura, fetiche, desejos peculiares e entre outros acontecimentos faz com que essa busca torne-se algo "excitante", satisfazendo diversos desejos.

## **CONCLUSÃO**

Toalhas, temperaturas, corpos e sensações são ilustrações que vem ao pensamento quando se percebe sobre o ambiente das saunas, sendo locais que o relaxamento, a sensualidade e o prazer são fatores primordiais para esses espaços que na maioria das vezes os homens estão inclusos nesse processo de encontros momentâneos, mas que se faz muito presente na realidade de vida de muitos homossexuais. Fato é que muitas características das saunas frequentadas por homens, busca algo que muitas vezes está preso em um subconsciente de sentimentos, sensações e desejos que precisam ser realizados, buscando diversas maneiras de chegar ao auge do prazer e da sensação que os seres humanos na maioria das vezes precisam para saciar seus instintos do processo de exploração sexual.

Sobre esse poder alicerçado na sexualidade, questiona-se a possibilidades de análise da realidade, não somente a partir de perspectivas manipuladoras ou repressivas, mas indaga que para se tecer considerações mais profundas sobre povos ou grupos, faz-se relevante a compreensão sob uma percepção libertária. Não se trata mais de fazer ponderações sobre o anormal, transgressor, o sujeito à margem, mas, sim sobre o “ser”, o que demandaria a necessidade de repensar, não apenas o conhecimento sobre o problema, mas todo o seu redirecionamento na perspectiva da condição humana. (CAVALCANTE, 2016, p. 29)

Durante o processo de observação da sauna, pude perceber como o sexo sempre esteve nosso processo de construção de tempo e sociedade em diversos fatores histórico, onde desde os homens das cavernas e até os dias atuais o ato do acasalamento é presente e constante na formação da sociedade, e que é essencial para o diálogo, conhecimento

próprio do corpo, sensações e relaxamento. Outro fator é a homossexualidade que ainda é bastante discriminada, mas que luta para ter seus direitos e lugares, onde possam se sentir à vontade, através de conversas que a perspectiva da orientação sexual não prejudique ou afete o diálogo.

A implantação da sociedade burguesa na era moderna vem acompanhada de um maior controle dos corpos. “A história dos balneários públicos se aproxima a uma história da lenta instauração da distância física” (Vigarello, op.cit., p.38). Associados à promiscuidade e à promoção da desordem social, esses espaços coletivos são vistos como loci de subversão e balbúrdia, sofrendo uma série de regulações ao longo do século XV. A internalização dessas normas vai, aos poucos, transformando as representações e percepções dos corpos, as quais passam a nutrir exigências de pudor. ( BARBOSA, 2020)

É interessante perceber como as saunas são fatores históricos e que a relação sexual nem sempre esteve presente nessas localidades, mas que com o tempo foi ganhando novas personalidades e característica sobre a sua forma estrutural que antes era vista só como relaxamento e que nos dias atuais vai ganhando novas proporções e principalmente personalidades, aonde o rumo da vida vai construindo e desconstruindo todos os pensamentos e personalidades que entram que e saem desse local. Desta forma, as saunas são lugares onde a pegação é bastante presente, pois não existe na maioria das vezes efetividade, só prazer. Onde o sexo é o protagonista, mas ele é instantâneo e momentâneo. Fato é que muitos buscam esses locais por diversos sentidos, como o fetiche, o desejo íntimo e entre diversos outros significados pessoais.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Cibele. **Da água mortífera à água que salva: Georges Vigarello e a história social das práticas de higiene corporal e sua relação com as epidemias.** Disponível em: <https://blogdosociofilo.com/2020/05/02/da-agua-mortifera-a-agua-que-salva-georges-vigarello-e-a-historia-social-das-praticas-de-higiene-corporal-e-sua-relacao-com-as-epidemias-por-cibele-barbosa/?fbclid=IwAR3uThBd3QKesijslbbFEMTsKTmnxvB8asVrMT7iuCLBAEIGNgGnqqSq4mw>. Acessado em: 03 de maio de 2020.

BARRETO, Victor Hugo de Souza. **Vamos fazer uma sacanagem gostosa?: uma etnografia do desejo e das práticas da prostituição masculina carioca.** Dissertação (Mestrado), Programa de Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

CAVALCANTE, Lidiany de Lima. Homossexualidade no cenário histórico: Estigma, invisibilidade e preconceito. In: MORGA, Antônio Emílio. **História, sentimentos, cidades, encontros e desencontros**. Local: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2016. p. 27 - 44.

GONZAGA, Rafael. **Esqueça tudo (ou quase) que você acha que sabe sobre sauna gay**. Disponível em: <https://gay.blog.br/gay/esqueca-tudo-ou-quase-que-voce-acha-que-sabe-sobre-sauna-gay/>. Acessado em: 06 de Abril de 2020.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos**.

Disponível em:

<http://ead.bauru.sp.gov.br/efront/www/content/lessons/51/Texto%20sexualidade1.pdf>.  
Acessado em: 25 de novembro de 2021.

MATTOS, C. L. G. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. Disponível em: <file:///E:/Downloads%20do%20chrome/mattos-9788578791902-03.pdf>. Acessado em: 06 de Abril de 2020.

SANTOS, É. N.; PEREIRA, P. P. **Amores e vapores: sauna, raça e prostituição viril em São Paulo**. Disponível em: [file:///E:/Downloads%20do%20chrome/1805-9584-ref-24-01-00133%20\(2\).pdf](file:///E:/Downloads%20do%20chrome/1805-9584-ref-24-01-00133%20(2).pdf). Acessado em: 06 de Abril de 2020.

YALOM, I.D. **A cura de Schopenhauer**. Disponível em: <file:///E:/Downloads%20do%20chrome/document.pdf>. Acessado em: 06 de Abril de 2020.

## **“O SERTANEJO É ANTES DE TUDO UM FORTE”: GÊNERO E IDENTIDADE ENTRE A LITERATURA EUCLIDIANA E OS FOLHETOS POPULARES DO INÍCIO DO SÉCULO XX**

Kathleen Loureiro Santana dos Reis<sup>32</sup>

### **RESUMO**

A presente comunicação tem o objetivo de analisar cordéis escritos por Leandro Gomes de Barros e Francisco das Chagas Batista, entre 1900 e 1920. Tentamos evidenciar de que maneira as mulheres e os não-homens são representados nos folhetos em contraste com a literatura naturalista e intelectualidade da época, que associavam os homens e mulheres nordestinos com a terra em que viviam. A partir da pesquisa, pudemos notar um contra caminho no estereotipo da seca, da pobreza e da violência do sertão. Apoiamo-nos nos estudos de ALBUQUERQUE (2011); GRILLO (2015) e LUCENA (2015). **Palavras-chave:** Cordel; Identidades; Masculinidades; Sertões.

---

<sup>32</sup> Graduanda em História, estagiária no Centro de Documentação em História (CDHIS-UFU) e bolsista de extensão do projeto Cine UFU (Dicult-UFU), participa de projetos de pesquisa sobre gênero, identidade e memória. Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: [kathleenloureiro@outlook.com](mailto:kathleenloureiro@outlook.com).



Financiamento: CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

A literatura brasileira do final do século XIX se empenhou, assim como o romantismo indianista, em traçar possíveis aspectos e características comuns a todos os cidadãos no país e dessa forma buscou justificar comportamentos e identidades nacionais. A pauta sobre a identidade nacional juntamente com as investidas científicas e progressistas no âmbito político são perceptíveis nas diversas obras literárias chamadas de naturalistas, e posteriormente de regionalistas. Alguns exemplos dessa literatura são *O Cortiço* e *O Mulato* de Aluísio de Azevedo, *Bom-Crioulo* de Adolfo Caminha e o *Os Sertões* de Euclides da Cunha, obra que será trabalhada ao longo dessa comunicação.

Cunha, não distante de seus contemporâneos, ao escrever *Os Sertões*, publicado a primeira vez em 1902, pretendeu ser fiel ao meio em que estava inserido, relatando em seu diário as características físicas e emocionais dos sertanejos, julgados por ele como fanáticos e fortes. Apoiando-se nas teses raciais da época e provido de uma forte convicção determinista, Cunha formula três primeiras partes para explicar o ambiente e as batalhas dos homens e mulheres nordestinos que, junto de Antônio Conselheiro, puderam estremecer as bases militares brasileiras, mesmo não tendo força bélica e nem contingente superior (OLIVEIRA, 2002, p. 512).

Primeiramente, o autor inicia sua obra revelando propriedades da região nordestina onde se travou o conflito, levantando pontos específicos sobre o clima, a vegetação e a terra; a terceira parte trata sobre as intenções e motivações das lutas de Canudo; a segunda parte, a mais requerida para a tecelagem da pesquisa, se refere as características do homem nordestino. Leva o nome de *O Homem*, e analisamos também o uso do artigo e do sujeito não como um modo de universalizar o tratamento de seres humanos, contudo, como forma direta de se referir apenas aos homens, aqueles que mais tinham direitos de aparecerem em livros, mesmo que de maneira bestializada. Para Cunha, a República travou uma grave luta contra o atraso, as doenças e a barbárie.

O Homem nordestino descrito em Cunha, condiz com uma personalidade primitiva e rude, capaz de se entreter com fanatismos religiosos e seguir fervorosamente um missionário, um beato, e esse fervor que corre nas veias desse Homem é uma das forças que sua aparência semiárida não deixa superar. O vaqueiro seco e espinhoso descrito por Euclides da Cunha é, segundo Durval Muniz de Albuquerque Junior (2011), um grande

marco na literatura regionalista, que perpetua o par de opostos entre o litoral e o sertão, o paulista versus o nordestino que se insere nas teses e literaturas principalmente a partir do início do século XX.

Cabe ao litoral se encaixar no estereotipo de espaço colonizado e civilizado, de maneira que atua como um colonizador e civilizador para as outras áreas. Enquanto que o sertão ainda guarda as raízes primitivas do brasileiro, livre das influências estrangeiras, e de modo algum isso irá se refletir como favorável, apesar da busca pela brasilidade pura que vinha sendo escrito desde os escritores do romantismo brasileiro. Esse lugar não litorâneo é um lugar do diferente, do exótico e do selvagem. Assim como a caatinga, os cactos e o animais peçonhentos, o homem nordestino, descrito por Cunha e absorvido por outros intelectuais posteriores a ele, teriam que se estabelecer sob um véu civilizador para conseguir algum status que o não determinado pelo seu espaço de secura, pobreza e fome.

Os naturalistas e cientificistas seriam responsáveis por tentar explicar as diferenças existentes entre o Sul e o Norte do país, as marcas presentes nessas distinções também eram fundamentais para que se criasse um movimento de brasilidade, pautada, fundamentalmente na raça. Era necessário assegurar para a parte Sul do país, além de poder econômico e político, a hegemonia cultural e histórica do Brasil, vestida de um discurso civilizatório e de definição de características específicas para aqueles que seriam os atrasados e aqueles que estariam carregando consigo os sentidos da República, intelectualidade, modernidade (VASCONCELOS, 2014, p. 220)

Cunha escreve: “O sertanejo é antes de tudo um forte. (...) A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas” (CUNHA, 1997, p. 129), impondo ao homem nordestino as características de um homem forte, contudo, de corpo pequeno, frágil, marcado pela seca e pela fome. E essas imagens de um povo de Canudos selvagem foram diluídas no imaginário coletivo, estendendo generalizadamente para todo o povo nordestino, favorecendo a criação de um discurso-imagético que associa a fome, o fanatismo, a violência e a pobreza ao Nordeste (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p. 67).

A partir da literatura naturalista/regionalista, passa-se a criar um sentido de cabra macho, também muito difundido pelos discursos da elite nordestina da época, que escreviam para o Sul/Sudeste protestando contra as negligências do Estado brasileiro.

Culpavam a falta de envio de verbas pelo atraso da região nordestina, mas também acreditavam que para a construção de um homem forte, sua força viria das diversidades que precisa enfrentar para sobreviver em meio ao seu ambiente. Por estar longe da civilidade, do litoral considerado moderno, o homem da caatinga se tornou produto de sua região, endurecendo-se como a terra seca por falta de chuva, tornando-se um homem forte. Enfrentando as mais terríveis dificuldades, o homem e a mulher nordestinos precisam se tornar Homem de fibra, cabra-macho, cabra-da-pesto (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2000, p. 9). “O sertão, é o sertão da seca, do sofrimento; o sertão de muito trabalho, do trabalho duro, cansativo, árduo, trabalho sobretudo da figura masculina” (VIEIRA, 1992, p. 142).

A partir disso, como tratado por Albuquerque Junior (2013), entendemos que a noção de cabra-macho, de um tipo nordestino, é uma construção elaborada principalmente por aqueles que estavam fora do eixo Nordeste/Norte. Construção essa, como já mencionado, muito bem diluída nas artes, nas relações sociais e nas simbologias de todo o Brasil quando se cita alguma relação com o sertão. A escolha de analisar a construção do tipo nordestino pela literatura de cordel sobre as diferenças cruciais entre a literatura de cordel portuguesa e os folhetos populares nordestinos, aqui tomados como folhetos populares, por uma questão de metodologia e entendimento sobre a cultura popular nordestina e a sua literatura popular, bem proposto por Marcia Abreu (1999), leva em consideração que esse conceito foi proposto posteriormente as publicações dos folhetos que foram analisados nessa pesquisa e que os próprios poetas não se identificavam como cordelistas, nem denominavam suas poesias em folhetos como cordéis (LUCENA, 2015, p. 25).

### **“SUSPIROS DE UM SERTANEJO”: OS AUTORES DE FOLHETOS POPULARES E SUAS POESIAS.**

Posto que o estereotipo da relação homem-seca-violência é principalmente alimentada pelos intelectuais e literatura não nordestina, tentamos analisar de que forma a literatura popular, escrita por nordestinos pode ter se desvinculado dessas noções e favorecer outros tipos de existência. A feitura dos folhetos populares é uma prática cultural importante para a região nordestina, que recentemente recebeu o título de Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, conferido pelo *Instituto do Patrimônio Histórico*

*e Artístico Nacional*. Para além da aclamação nordestina e nacional que alcança, revelamos uma grande trajetória intelectual popular e pautada pela questão da oralidade. As poesias versadas nos folhetos são uma transposição das cantorias e pejejas cantadas ao longo dos anos na região Nordeste/Norte. Levando em consideração as transformações por se tornar um novo meio de poesia e de entretenimento, de aprendizagem e cultura, compreendemos que o folheto se apropria, comete desvios, negociações e resiste na sua materialidade, confluindo entre a oralidade e o material.

O fio condutor do folheto é a oralidade, principalmente em relação às vendas e propaganda das poesias escritas, abrindo para o historiador a possibilidade de entrar em contato com um texto que proporciona “um espaço aberto a múltiplas leituras e interpretações” (LUCENA, 2015, p. 28). Dessa forma, o folheto popular pode indicar possibilidades de sociabilidades e comportamentos, de formas de pensar, valores, de interpretação da realidade e de existência na sociedade nordestina do início do século XX.

A maioria esmagadora dos cordelistas do início do século XX não tinham instrução formal, não participavam de grupos intelectuais e literários, nem possuíam propriedades e/ou tinham situação financeira estável (GRILLO, 2015, p. 46). Não frequentavam os grandes salões e os prédios de periódicos, contudo, não se abstinham a discussão intelectual, discutiam sobre política, sobre a sociedade, etc. Podemos dizer que os folhetos populares alcançaram grandes proporções, tanto em relação aos seus leitores, quanto os temas que aparecem ao longo dos versos.

Leandro de Gomes Barros é considerado um dos maiores e o primeiro poeta de folheto popular do Brasil. O autor nasceu na Paraíba em 1865, criado por tios, teve uma infância cheia de privações e pobreza, transferiu-se para Pernambuco onde deu início suas publicações e edições de folhetos. Após mudanças de endereços e de sua situação econômica, Gomes adquiriu sua própria tipografia, e dessa forma pôde fabricar e vender pessoalmente seus folhetos em feiras e praças públicas, onde declamava seus versos para atrair leitores. A maioria de seus cordéis tratam de causos e grandes histórias épicas envolvendo princesas, reis e castelos, adaptadas para uma versão nordestina, que introduzia as discussões sobre os rumos políticos e econômicos para quais o país estava caminhando. As narrativas de grandes amores e duelos se tornavam mais palpáveis para o leitor, conforme o autor, ao descrever a narrativa, retratava características físicas da região de das pessoas e discussões cotidianas sobre aquilo que presenciava e/ou lia.

Assim também agia Francisco das Chagas Batista, que nasceu em 1880 no estado da Paraíba. Em 1913 ao se estabelecer em João Pessoa, conseguiu investir em sua própria editora, a *Livraria Popular Editora*. A família de Chagas tinha tradição de rimas e poesias, para o autor estava no sangue versejar e havia uma facilidade em tornar clássicos europeus em romances de folhetos populares. Entretanto, para além das histórias épicas, Batista também se dedicou em contar as narrativas de Antônio Silvino e seu bando de cangaceiros. Nos folhetos de Batista é possível encontrar pelejas, biografias e causos dos cangaceiros que transitavam pela região nordestina ainda na primeira década do século XX.

Outro poeta de extrema importância é João Martins de Athayde, que nasceu em 1880, também no estado da Paraíba, e para além de escritor, sua principal atuação era como editor. Ficou muito conhecido por conseguir comprar, principalmente de viúvas, os direitos autorais para a reedição e republicação de poesias. Portanto, devemos ter em mente que os cordéis analisados não eram só vendidos pelos próprios autores, mas estavam numa grande rede de leituras e consumo. Sendo assim, é possível ter uma certa dimensão sobre as ideias que estavam sendo propagadas no período e de que maneira elas poderiam chegar para as diversas áreas, tanto rurais quanto urbanas, por exemplo.

Os cantadores, poetas e tocadores de viola andavam por entre essas regiões para fazer as pessoas dançarem e declamarem poesia, a falta de alfabetização da grande parte dos possíveis leitores fazia com que os poetas de folhetos tivessem que, assim como antes da impressão, cantar seus versos e chamar atenção daqueles que liam pouco ou (GRILLO, 2015, p. 88). Esse processo de edição e de venda também significava ainda uma leitura coletiva, diferente daquilo que a literatura difundida pelos grandes intelectuais elitistas da época aplicava.

Esses três homens, de maneira geral, representam os principais autores e vendedores de folhetos populares da época, não só pelo versejar com técnicas, mas também por terem tido suas próprias editoras e tipografias, terem conseguido alcançar altas vendas de folhetos e propagar a leitura dos cordéis por quase todo o país ainda nas primeiras décadas do século XX. Para eles, a escrita de folhetos não era apenas um modo de passar o tempo, a escrita era profissão.

A partir de suas profissões, tinham muitos leitores que esperavam seus folhetos para saber das histórias épicas, inspiradas nas histórias dos folhetos e romances ibéricos, das

histórias de religiosos, políticos e dos cangaceiros que transitavam pelos estados. Batista foi um escritor que versou sobre o cangaceiro Antônio Silvino, inclusive, dizia que tinha contato direto com o homem e seu bando.

A partir da discussão que insere esses homens na literatura popular, se esquivando dos estereótipos de “cabra-macho”, a presente comunicação tem o objetivo de analisar como as mulheres aparecem representadas na literatura. Quais os lugares dentro dessa lógica sertão-homem-seca-violência as mulheres ocupam nos folhetos.

### **CABRA-MACHO, MULHER HOMEM? O OUTRO SEXO E OS NÃO HOMENS**

A partir da leitura dos folhetos de Batista e Barros, algumas questões aparecem que podem ser confrontadas com os estereótipos escritos pelos intelectuais naturalistas-regionais, e de certa forma contesta-los ou se apropriar dos discursos científicos. Primeiramente, tratamos aqui a forma como as ideias de primitivo e sobre a falta de intelectualidade ou sobra de ignorância não correspondem com as experiências dos autores dos folhetos. O contato por parte dos autores populares com a cultura dita civilizada, erudita, é visível quando muitos folhetos eram versados e adaptados a partir de obras europeias na maioria das vezes, consideradas como clássicas e deveras importante para o mundo intelectual formal. O folheto popular intitulado *História da Juvenal e o dragão* de Leandro Gomes de Barros e *Escrava Isaura* escrito por Francisco da Chagas Batista, por exemplo, são cordéis inspirados em obras e histórias ibéricas.

Ocupando os lugares mais domésticos, as mulheres detinham o contato entre si, com as crianças e com os mais velhos, sendo capazes de propagar as tradições, as músicas, as narrativas sobre os antepassados e as narrativas sobre temas em geral, como religiosidade e honra, e apesar de estarem em movimento de troca com as oralidades e sua comunidade, as mulheres não tinham o reconhecimento e nem o prestígio de estar em meio as feiras, contando em voz alta seus poemas.

O lugar público das vendas de folhetos populares desencorajava as mulheres, mas nas poesias elas apareciam entre os versos. Em *Os martírios de Genoveva* de Leandro Gomes de Barros indica como uma mulher deve se portar e ser:

“Genoveva era dotada  
De inteligência e engenho  
Nas feições dela se lia

O mais perfeito desenho  
A natureza em orná-la  
Se esmerou e fez empenho  
Além dessas qualidades  
Em tudo era preciosa  
Modesta e trabalhadora  
Cortês e religiosa  
Graças a educação  
De sua mãe extremosa  
Quando estava em orações  
Ajoelhada entre os pais  
Parecia ser um anjo  
Das regiões divinais  
Que tinha baixado a terra  
Para exemplo dos mortais”

*Os sofrimentos de Alzira* também de Barros, exige uma mulher que se sacrifica pelo comum:

“Alzira desde criança Que  
era compadecida  
Dava pequeno valor  
Aos objetos da vida  
Visitava os hospitais  
Inda que fosse escondida  
Das iguarias da mesa  
Ella mandava um quinhão  
Para dar aqueles pobres  
Que tinham mais precisão,  
Principalmente os doentes  
Que não tinham remissão.  
(...)  
Afinal Alzira era  
Amparo dos desgraçados  
Mãe dos órfãos desvalidos,  
Braço e perna de aleijados  
Os cegos pobres dali  
Eram por ela amparados”

Ele narra mulheres bastantes dóceis, companheiras e que passam por diversos sofrimentos. Como se elas tivessem de cumprir penitência apenas por serem mulheres, terem que se doar inteiras para família e para a sociedade, um “amparo dos desgraçados”. Precisam dar valor as coisas simples e viveram na humildade.

Em *Júlio Abel e Esmeraldina*, de Batista, em um dos momentos em que o protagonista está em companhia com outros homens, todos conversam, contrariamente esperando que as mulheres não sejam tão companheiras e disciplinadas. Criam um aspecto para as mulheres de falsas, mentirosas e interesseiras.

“Falou primeiro o pintor dizendo: - eu sou casado moro no cairo onde a esposa deixei e tenho cuido nela, porque mulher firma inda não tenho encontrado. Dissera o negociante há doze anos casei falsidade em minha esposa ainda não encontrei mas em jura de mulher jamais acreditei”

Entretanto, é um para além das mulheres quando descritas por Euclides da Cunha, que também resumidas a um espectro de filhos da terra, onde não há uma distinção clara dos “clamores, gritos e algazaras” que as mulheres causavam com os bichos e as plantas do “Sertões”. A dimensão do cordel dá-nos a realidade de uma unidade doméstica rural, uma dualidade entre as mulheres que são “puras/santas” e mulheres que são “pecadoras/interesseiras”, a honra e o pudor aparecem na literatura, são mulheres que não assumem o poder, são narradas (GRILLO, 2015, p. 224). Entretanto, os folhetos populares traziam as escolhas, os costumes e as características para as mulheres que eram narradas, mesmo que carregadas de algum julgamento moral.

Dessa forma, de maneira onde os homens (narrados e cantadores) têm para si um alto grau de independência e as mulheres (narradas e “do lar”) têm um grau baixo (GRILLO, 2015, p. 242), os folhetos assumem um lugar didático e modelador da realidade para os leitores. Uma mulher que fosse interesseira ou perdesse a “honra” antes do matrimônio sofreria consequências terríveis. Porém, ao realizar a leitura contrapelo daquilo que é versado, podemos enxergar mulheres que realizam escolhas contrárias às histórias didáticas que eram lidas em voz alta e em grupo. Isso explica a preocupação em ser dito o tempo todo como mulheres devem ser, há quem faça o contrário. E essa profunda dimensão do existir mulher nos sertões em que viveram Barros, Athayde e Batista não é compatível com as mulheres estereotipadas encontradas nas páginas de Cunha.

Em *Suspiros de um sertanejo*, de Leandro Gomes de Barros, uma saudade aparece no eu-lírico do cordel. Versando sobre a falta que o sertão lhe faz, o narrador entrega todos os motivos que fazem aquele lugar ser especial e como anseia o seu retorno, como é exemplificado nos primeiros estrofes do folheto:



“MINHA alma triste suspira  
em deslumbrante desejo eu  
choro por minha terra há  
anos que não a vejo são  
suspiros arrancados do peito  
de um sertanejo

Morro não esqueço  
de tudo que encerra  
esta santa terra meu  
sagrado berço meu  
sertão apreço sólo  
abençoado hoje  
desterrado me vejo  
proscrito arrancado  
um grito de um  
peito cansado

hei de contar as beleza  
daquela terra encantada  
só digo o que ela tiver  
não quero exagerar nada  
a natureza lhe deu nome  
de Jardim de Fada”

Ao longo dos versos, o narrador trata a região em que vive como o lugar da possibilidade: o trovejar; a chuva; a festa poética dos passarinhos em torno da folha. O sertão não é a terra seca, pobre, onde pari irmãos os homens e os animais.

“Chove por exemplo hoje  
eis o festim no agreste  
canta o sapo na lagôa o  
passarinho no cipreste  
cupim cria asas e vôa  
com pouco o mato se veste”

Para Barros, o sertanejo não nasceu dos sofrimentos de sua terra, em realidade, em sua terra há a possibilidade de ser sinônimo de fartura (feijão, milho), e os sertanejos sambam, animam e agradecem em suas casinhas.

“No fim de abril até maio  
já é enorme a fartura já  
estão batendo feijão tem  
muita fava madura dão  
princípio a virar mulho está  
a lavoura segura

S. João animado a  
terra está rica é  
tantan canjinca é  
tanto milho assado o  
samba trincado em  
qualquer casinha da  
sala a cozinha só se  
vê é gritar viola  
tocar (...)"

Esse sertão não é o que foi dito no específico espaço de “Canudos” por Euclides da Cunha, e apesar de ter sido um experiência específico, *Os sertões* firmou a maneira como o não-nordeste/norte simbolizava a região. Mas ao ler os folhetos populares de poetas na época, é possível compreender num sertões, plural, alegre e em constantes negociações de espaço entre homens e mulheres.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma vantagem que a escrita da poesia tem que a escrita da História não: a capacidade de imaginar para além daquilo que é visto. Construimos ao longo da pesquisa um percurso possível dos escritores e leitores/ouvintes de folhetos populares, porém, sem se desagarrar da potencialidade de experiências e representações que as fontes traziam.

Dessa forma, recorro à um exercício imagético, de imaginar os lampiões acessos e as mãos dos poetas escrevendo sobre as folhas. Versando sobre o que ouviam, vivam e sentiam, mas também sobre aquilo que queriam vender/que venderia. Se hoje a cultura popular nordestina é reconhecida com a popularidade – até internacional – do cordel, no início do século XX, as lamparinas não poderiam prever que também o cabra-macho Lampião iria se acender por aquelas bandas. Desconsiderando a vida – possivelmente – real que Virgulino Ferreira teve, o exercício é para pensar na força imagética e discursiva que à esse Homem (com h maiúsculo) foi construído e, como hoje em dia, ao se tratar de homens nordestinos, uma das primeiras referências é o óculos e o chapéu do cangaceiro.

Ironicamente, os que pretendiam construir a imagem e a região Nordeste ainda nos anos de 1920, contemporâneo à Lampião, o perseguiram, calaram, prenderam e mataram. É um exercício para se pensar a grandiosidade que algumas questões sertanejas emergem. Mataram Lampião em 1938, mas ainda hoje ele é a referência imagética. Por outro lado, quem contou as violências e aventuras causadas pelo cangaço, ainda antes de Lampião e

seu bando, pode tomar certo espaço na construção de uma identidade nordestina, uma identidade masculina.

Em primeiro momento, pesquisamos como os discursos não nordestinos e os não populares mas nordestinos influenciavam sobre a construção da identidade nordestina e sobre a construção de um possível ideal masculino para a região. A pesquisa em segundo momento tentou buscar esses referenciais de masculinidade e regionalismo que poderiam ser criados por homens poetas do referido sertão. E que por um lado romperam as fronteiras físicas e intelectuais, como por outro, correspondiam a teorias propostas ainda por intelectuais regionalistas, cientistas, naturalistas. Em terceiro momento, compreender de que forma as mulheres e os não homens eram representados.

De maneira geral, os escritores em suas possibilidades infinitas de criação, construíram versos e referenciais a partir daquilo que viviam, criaram códigos de comportamento e moralidade. Não são cristalizados ou a frentes de seu tempo, ao longo do processo dessa pesquisa foram profanados, como indica Sidney Chalhoub e Leandro Pereira na introdução de *A História Contada: capítulos da história social da literatura no Brasil*, o que historiadores sociais devem fazer com a literatura. A pesquisa ainda sinaliza a necessidade de se ater aos versos populares, aos discursos dos mais desfavorecidos, de suas obras de arte, de suas experiências sociais para ajudar a compor uma História do Brasil, uma História de identidade e gênero no Brasil, que se aproxime mais daqueles que criam seus códigos de pudor, de controle das expressões longe dos considerados grandes nomes da História nacional.

## **FONTES**

BATISTA, Francisco das Chagas. **Júlio Abel e Esmeraldina**, s/d.

BARROS, Leandro de Gomes. **Os martírios de Genoveva**, s/d.

BARROS, Leandro de Gomes. **Os sofrimentos de Alzira**, s/d.

BARROS, Leandro de Gomes. **Suspiros de um sertanejo**, s/d.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**: Campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 38ª edição, 1997

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABREU, Márcia. **História de Cordéis e Folhetos**. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil, 1999. (Coleção História de Leitura)

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Homens de fibra: uma história das subjetividades masculinas no Nordeste no começo do século. **V Congresso Internacional da BRASA**, Recife: UFPE. Julho de 2000.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino**: uma invenção do falo: uma história de gênero masculino (Nordeste - 1920/1940). São Paulo: Intermeios, 2013, 2ªe.  
GRILLO, Maria Ângela de Faria. **A Arte do Povo** - Histórias na Literatura de Cordel (1900-1940). Jundiaí: Paco Editorial: 2015.

LUCENA, Kalhil Gibran Melo de. **Fragmentos de História em versos**: Literatura de folhetos na Primeira República (1888-1929). Recife: UFRP, 2015, dissertação em História Social da Cultura.

OLIVEIRA, Ricardo de. Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 2002, v. 22, nº 44, pp. 511-537.

VASCONCELOS, Cláudia Pereira. Entre representações e estereótipos: o sertão na construção da brasilidade. In Alberto Freire (org), **Culturas dos Sertões**. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 209-229



## **ST- 06. HISTÓRIA DA ÁSIA: PESQUISA E ENSINO POR BRASILEIROS**

### **COORDENAÇÃO:**

**Daniel Tiago de Vasconcelos (PGH/UFRPE)  
Angélica Louise de Souza Alencar  
(Sophia University Tóquio)**

# A TEMÁTICA DA POBREZA NA REVOLUÇÃO CHINESA: DA TIGELA DE FERRO DE ARROZ A ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Isis Paris Maia

## RESUMO

Em 2020, a China atingiu a meta de seu 13º Plano Quinquenal (2016-2020), contabilizando a retirada de cerca de 850 milhões de pessoas da pobreza. Tal montante representou mais de 70% da redução da pobreza mundial. O objetivo do presente trabalho é apresentar uma periodização sobre as políticas públicas de erradicação da pobreza a partir de um recorte histórico amplo (1949-2020), desde as primeiras iniciativas, passando pelos sobressaltos ao longo dos diversos períodos sob liderança de Mao, pelas transformações impulsionadas pelas reformas de Deng, até chegar às políticas assertivas de Xi Jinping. O argumento central é que essa questão norteou os desígnios da revolução, mas, ao mesmo tempo, sofreu os ajustes em compasso com as capacidades estatais e o desenvolvimento nacional. Conclui-se que é possível trabalharmos a periodização em três momentos: o primeiro, a partir de 1949, quando o combate à fome esteve associado à *reconstrução* nacional; o segundo, depois da política de reforma e abertura, em que mobilidade social foi impulsionada pela acelerada *modernização* do país; e, terceiro, em 1993, com a erradicação total da pobreza por meio da *institucionalização* das políticas públicas e da socialização de bens e serviços típicos de um Estado de Bem Estar Socialista em formação. **Palavras-Chave:** China, Pobreza, Revolução

## INTRODUÇÃO

Para conhecermos a realidade chinesa devemos, como sugere Gomes (2020, p. 30), considerar dois pontos: a China i) desafia o pensamento ocidental eurocêntrico, pois está em completa assincronia com o processo ocidental de transformações históricas cuja consequência foi a constituição do capitalismo; e ii) transita para país desenvolvido após a revolução de 1949 e suas heranças. Em outras palavras,

Essa perspectiva significa considerar que a China ousou desafiar a violenta tentativa de sua anexação neocolonial, ao romper com as diretrizes imperialistas de desenvolver o capitalismo dependente em seu território, e assim, orientou-se para a realização de um projeto de construção do socialismo. Por isso mesmo, experimentou as glórias, os augúrios e os desafios de consolidação de seu projeto de Estado-Nação" (GOMES, 2020, p.30).

Um dos processos centrais dessa reconstrução nacional, tem sido a erradicação da pobreza na China, de caráter seminal. Segundo o Banco Mundial<sup>33</sup>, 850 milhões de pessoas foram retiradas da pobreza no país asiático nos últimos 40 anos, sob a política de reforma e

---

<sup>33</sup> Ver reportagem da agência chinesa CGTN, disponível em: <https://news.cgtn.com/news/2020-09-29/China-s-role-in-poverty-alleviation-Ua3rlpYYZW/index.html>.

abertura liderada por Deng Xiaoping<sup>34</sup>. Certamente a campanha para acabar com a privação alimentar foi a maior na história humana. Segundo o relatório *Chinese Poverty Alleviation Studies: A Political Economy Perspective* (2021)<sup>35</sup>: as estatísticas mostram que na década de 1990 para cada ponto percentual de aumento no PIB chinês, a população pobre caiu 0,8%. O mesmo relatório esclarece que a definição da linha da pobreza no país é multidimensional e seu padrão foi definido por autoridades internacionais, levando em consideração as condições nacionais peculiares na China. As metas alcançadas no país garantem aos pobres rurais o acesso a roupas, educação, cuidados médicos básicos e habitação segura.

A eliminação da pobreza é tema latente em nosso país, retornando recentemente ao mapa da fome, tendo o pior desempenho da América Latina<sup>36</sup>, sob o governo de Jair Bolsonaro. Estudar como a China conseguiu este feito pode trazer luz a nossa literatura sobre o assunto. Sendo assim, o objetivo do presente trabalho é reconstruir a genealogia da problemática da pobreza na China pós-1949, partido da promessa da ‘tigela de ferro de arroz’ e chegando à eliminação com o fim do 13º Plano Quinquenal (2016-20). Assim, os objetivos específicos são: i) analisar como o combate à pobreza surgiu na agenda da revolução, ii) entender as mudanças de ênfase e prioridades ao longo dos diversos momentos históricos e por fim iii) nos aproximar empiricamente das políticas públicas direcionadas sob a liderança de Xi Jinping.

O argumento central é que essa questão norteou os desígnios da revolução, mas, ao mesmo tempo, sofreu os ajustes em compasso com as capacidades estatais e o desenvolvimento nacional. Metodologicamente, trata-se de uma revisão bibliográfica voltada a um esforço de síntese em torno de um tema (GIL, 2008). Em termos empíricos, utilizamos dados oficiais de organismos como PNUD e Banco Mundial, bem como relatórios do governo e produção científica de origem chinesa - sem deixar de discutir com seus críticos radicados no exterior.

Com efeito, pretendemos apresentar uma periodização sobre o combate da pobreza no país oriental, a partir de um recorte histórico amplo (1949-2020). Abordando desde as primeiras iniciativas, passando pelos sobressaltos ao longo dos diversos períodos sob

---

<sup>34</sup> Deng Xiaoping foi líder da República Popular da China de 1978 e 1992.

<sup>35</sup> Ver relatório oficial, disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/special/2021jpxbg.pdf>

<sup>36</sup> Ver reportagem da DW, disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/banco-mundial-aponta-crescimento-da-pobreza-e-desigualdade-no-brasil/a-55064667>.



liderança de Mao, pelas transformações impulsionadas pelas reformas modernizantes de Deng e pela reforma socialista de Jiang Zemin até, por fim, contemplar as políticas direcionadas de Xi Jinping. Trata-se de entender uma potência ascendente que se reivindica socialista, dando conta de suas singularidades e escapando ao etnocentrismo.

Para tanto, o artigo está organizado da seguinte forma: na primeira seção, abordarei como a Revolução Chinesa se forjou com o imperativo de acabar com a fome, sob a palavra de ordem de uma "tigela de ferro de arroz", num contexto de superação do Século de Humilhações. Na segunda, as reformas de Deng Xiaoping em 1978 e seu papel em erradicar a pobreza dando ênfase no desenvolvimento das forças produtivas. Por fim, a reforma socialista de Jiang Zemin e as políticas direcionadas de combate à pobreza sob o governo de Xi Jinping, responsável por concluir a tarefa da erradicação da fome.

## **1. A REVOLUÇÃO CHINESA E A ‘TIGELA DE FERRO DE ARROZ’**

A campanha revolucionária de Mao Tsé Tung tinha como uma de suas bandeiras norteadoras a expressão “uma tigela de ferro de arroz” (URIU, 2019), se convertendo em uma das plataformas da Nova China. Após o longo Século de Humilhações, período em que a China sofreu a repartição de seu território pelas potências coloniais, além de enfrentar as invasões imperialistas japonesas (POMAR, 2003), o país se tornou um dos mais pobres do mundo. O produto interno bruto foi de US\$ 60 per capita em 1949, cerca de metade da média de seus vizinhos asiáticos, enquanto a expectativa de vida era de apenas 35 anos. A capacidade industrial e agrícola foi desorganizada, causando grande migração do campo para as cidades (DU, S. F., WANG, H. J., ZHANG, B., ZHAI, F. Y., & POPKIN, B. M, 2013).

Com a Nova China, Mao anuncia políticas estatizantes e a reforma agrária, retomando a organização produtiva do país (DU, S. F., WANG, H. J., ZHANG, B., ZHAI, F. Y., & POPKIN, B. M, 2013). Nesse contexto, PCCh conseguiu a quase erradicação das doenças infecciosas e parasitárias graves, resultado de um sistema médico para trabalhadores e camponeses, sobretudo para a população pobre. As taxas de mortalidade caíram significativamente tanto para jovens quanto para adultos e a alfabetização melhorou de 25,5% para mais de 65% (URIU, 2019).

Porém tal crescimento não ocorreu sem revezes. O Grande Salto em Frente (1958-1962) causou um declínio no abastecimento e consumo de alimentos, provocando



insegurança alimentar. A ingestão de cereais diminuiu 18,9%, a de alimentos de origem animal, 42,1% e a de óleo comestível, 55,2%. Por causa da escassez de alimentos, muitas pessoas precisaram comer cascas, raízes de plantas e caulim para enfrentar a fome, diminuindo ou retardando o crescimento e o desenvolvimento das crianças. Em Jinan, em alunos de 14 anos em média eram 5,8 cm mais baixos e 4,8 kg mais leves em 1962 comparado a 1956, e aos 15 anos os alunos eram 7,6 cm mais baixos e 4,7 kg mais leves em 1962 do que em 1956 (DU, S. F., WANG, H. J., ZHANG, B., ZHAI, F. Y., & POPKIN, B. M, 2013). Autores críticos, estimam em um total de trinta milhões de vidas chinesas perdidas durante o período (ANG, 2016).

## **2. AS REFORMAS MODERNIZANTES COMO NORTEADORA DA REDUÇÃO DA POBREZA**

A condução do país para o status de potência mundial ocorreu em 1979 quando a China, liderada por Deng Xiaoping, iniciou uma série de reformas econômicas (LEÃO, 2012). Com o acelerado crescimento, a pobreza rural começou a retroceder. Os números mostram que a população rural pobre diminuiu de 250 milhões em 1979 para 30,46 milhões em 2017, caindo de 30,7% para 2,3% durante o mesmo período (YANG, 2019). A tarefa de erradicação da pobreza mobilizou o aparato estatal e partidário no interior do país (K. YAN 2016).

Deng visava a criação de uma China próspera através do desenvolvimento econômico. Segundo Martí (2007), sobre a gestão de Deng, foi a motivação econômica que norteou a política daquele período. O líder das reformas entendia o crescimento econômico e socialização da riqueza como um novo caminho para os povos do Terceiro Mundo, responsáveis por três quartos da população mundial, demonstrando à humanidade o papel do socialismo como único caminho superior ao capitalismo (XIAOPING, 1987).

Na primeira década da reforma econômica (1980), os mecanismos de mercado se expandiram para vários âmbitos da economia. Dentre eles, seis se destacam: domicílios rurais, empresas coletivas, empresas estatais, o sistema de preços, pequenas empresas privadas e especiais zonas econômicas (ANG, 2016).

Dando continuidade às primeiras políticas de combate à pobreza em 1984 e demonstrando a coerência na preocupação do PCCh com a questão da fome, o Comitê Central do partido e o Conselho Estadual emitiram um documento intitulado "Aviso sobre

como ajudar as áreas pobres a mudar rapidamente sua aparência". Cada departamento e ministério começou um trabalho específico de superação da pobreza, mas ainda embrionários e desarticuladas. Em 1986, a então Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia apresentou ao governo central um documento intitulado "Sugestões para o Desenvolvimento de Áreas Pobres", recomendando que o governo central organizasse um grupo de quadros profissionais destacados de vários ministérios, departamentos e universidades (K.YAN 2016).

Ainda em 1986, o Conselho Estadual para o Desenvolvimento Econômico das Áreas Pobres (posteriormente renomeado várias vezes sendo atualmente denominado como Gabinete do Grupo Líder do Conselho Estadual para o Alívio da Pobreza e Desenvolvimento) (YANG 2019), lança pela primeira vez o Programa de Redução da Pobreza Direcionado Geograficamente. Na ocasião, 331 condados foram identificados como os principais alvos nos programas nacionais (ANG, 2016). Tal política foi elaborada visando desenvolver indústrias locais características para produzir, processar e comercializar o cultivo de culturas de maior valor agregado da agricultura e pecuária, sendo estes seu principal instrumento. Nessa fase, a população empobrecida da China caiu de 125 para 80 milhões em 1992 (de 14,8% para 8,8%) (YANG, 2019).

É inegável que a política de acelerada modernização de Deng foi decisiva para a erradicação da pobreza. As altas taxas sustentadas de crescimento econômico e rápida urbanização produziram expressiva mobilidade social. Esse crescimento tem permitido ao país acumular ampla riqueza, possibilitando o estabelecimento de programas de combate à pobreza. Além disso, devido à urbanização, os indivíduos puderam aumentar suas oportunidades ao se transferirem para áreas urbanas (YANG, 2019).

### **3. O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ERRADICAÇÃO DA POBREZA**

O processo de institucionalização do conjunto de políticas públicas voltadas a erradicar a pobreza se dá desde 1993. Além do desenvolvimento acelerado, a mobilidade social passa a ser condicionada por ações governamentais direcionadas a setores mais vulneráveis. Em outras palavras, os programas sociais ganham consistência e estabilidade, ao passo que se abrangem no território nacional.

Nesse sentido, as reformas socialistas de 1993 representam um marco desse processo, a partir de seus cinco pilares: criação de empresas modernas, expansão de mecanismos de

mercado, aplicação de controles macroeconômicos, redistribuição de renda e construção de redes de segurança social (ANG, 2019). Parêntese: desde 1946, quando ingressou no PCCh, Zemin, na clandestinidade no movimento revolucionário estudantil, bradava "contra a fome, contra a guerra civil e contra a perseguição"<sup>37</sup> (ZEMIN, 2002)

Zemin demonstrou sua preocupação com o estabelecimento de um sistema de seguridade social, seguro médico combinado de recursos sociais, contas individuais e o aperfeiçoamento do seguro desemprego, o que ele chamou de seguridade social básica. Determinou também o estabelecimento de fundos públicos para a construção de habitações urbanas e aceleração da reforma do sistema de habitação (ZEMIN, 2002, p.224). Após um longo ciclo de desenvolvimento, o imperativo da construção de um Estado de Bem Estar Socialista começava a ter relevância nas formulações do PCCh.

Sob Zemin (2002), novas políticas públicas para o espaço rural foram elaboradas. Segundo o líder chinês, o sucesso no campo está diretamente relacionado com a estabilidade e prosperidade de todo o país. Nas palavras do dirigente, “a agricultura constitui um setor que deve ser protegido pelo macro controle do Estado. Todos os países economicamente desenvolvidos têm legislação e políticas destinadas a proteger e subsidiar a própria agricultura” (ZEMIN, 2002, pg 78).

Dentre os programas de políticas públicas que subsidiaram a luta contra a pobreza durante seu governo. O Seguro Médico Básico para Funcionários Urbanos (*Urban Employee Basic Medical Insurance*) foi introduzido em 1998 com o intuito de fornecer acesso à saúde para trabalhadores urbanos e aposentados nos setores público e privado. Já o Assistência para o Padrão de Vida Mínimo (*Minimum Living Standard Assistance*) foi um programa para lidar com pobres urbanos, iniciado em várias cidades no início dos anos 1990 e adotado em todo o país em 1999 (WANG, ZHANG 2020).

A maior política pública do período foi o ambicioso Programa de Sete Anos para Tirar 80 Milhões de Pessoas da Pobreza (*The Seven Year Program For Lifting 80 Million People Out Of Poverty, 1994-2000*) cujo objetivo era retirar 80 milhões de pessoas da pobreza. Era o primeiro programa de ação para a redução da pobreza orientada para o desenvolvimento, com objetivos, metas, medidas e um limite de tempo claros e definidos, propondo-se a resolver a questão do fornecimento de alimentos e roupa para pessoas vulneráveis nas áreas rurais (WANG, ZHANG 2020). Para tal plano, foi disponibilizado

---

<sup>37</sup> Escrito pelo Gabinete de Estudos das Documentações do Comitê Central do Partido Comunista da China. Presente no livro Reforma e Construção da China, Jiang Zemin, 2002.

pelo fundo especial do governo central para o alívio da pobreza um valor de RMB 124,2 bilhões (YANG, 2019).

Durante sua vigência, 592 condados-chave para o alívio da pobreza foram identificados, sofrendo pequenos ajustes ao longo do período. Embora a consistência na escolha de cidadãos atingidos pela pobreza tenha sido uma questão de preocupação generalizada, ao ser listado como um condado-chave para o alívio da pobreza, era disponibilizado ao local uma quantidade substancial de fundos estaduais (YANG, 2019).

Com a 5ª Geração de Líderes, sob Hu Jintao (2003-2013), se aprofunda a institucionalização das políticas públicas ocorridas no governo anterior. Dentre os programas implementados é possível dar destaque ao âmbito da saúde. Surgem o Novo Sistema Médico Cooperativo (*New Cooperative Medical System - NCMS*), um seguro saúde voluntário altamente subsidiado, estabelecido em 2003 para reduzir o risco de gastos catastróficos com saúde para residentes rurais na China; o Seguro Médico Básico para Residentes Urbanos (*Urban Resident Basic Medical Insurance (URBMI)*) testado em 79 cidades durante o verão de 2007; e o Novo Esquema Médico Cooperativo Rural (*New Rural Cooperative Medical Scheme - NRCMS*), responsável pelo alcance de 99% da população rural em 2013. A rápida expansão se deu impulsionada pelo apoio estatal, responsável por cerca de 80% do seu financiamento total. Este último, um programa de responsabilidade do Ministério da Saúde e com financiamento realizado a partir de contribuições individuais, do governo local e do governo central, variando a proporção de acordo com as condições socioeconômicas (WANG, ZHANG 2020)

Sobre as áreas rurais destacou-se o Esboço para a Redução da Pobreza Orientada para o Desenvolvimento nas Áreas Rurais da China (*Outline For Development-Oriented Poverty Reduction For China's Rural Areas, 2001-2010*), formulado para acelerar ainda mais o desenvolvimento das áreas pobres e promover a prosperidade comum, sendo os principais objetivos: alimentação, vestuário adequados, educação obrigatória, assistência médica básica e moradia para toda a população pobre (WANG, ZHANG 2020). Segundo YANG (2019), de 1998 a 2010 foram utilizados para as institucionalizações das políticas de combate à pobreza montantes no valor de RMB 406,7 bilhões.

Quando Xi Jinping se tornou líder em 2013, havia apenas 43 milhões de chineses na pobreza. Em geral, o declínio da pobreza desde a reforma e abertura da China se baseou nas altas taxas sustentadas de crescimento econômico e rápida urbanização. Esse crescimento

tem permitido ao país acumular ampla riqueza, possibilitando o estabelecimento de programas de combate à pobreza. Com isso, foi possível lidar com os segmentos sociais que ficaram à margem do crescimento, sobretudo em áreas rurais empobrecidas (YANG, 2019). Ou seja, políticas orientadas à redução da pobreza entende-se que o domicílio ou pessoa é a unidade de segmentação (XIANGHUI, 2020). Em outras palavras: são políticas personalizadas para famílias das quais por algum motivo não se encaixaram nas políticas públicas anteriores.

Xi Jinping mobilizou um conjunto de políticas públicas para enfrentar o problema a partir de 2013. Na esfera dos programas sociais, foram concebidas 8 categorias de medidas, incluindo o desenvolvimento de indústrias, como o turismo ou o comércio eletrônico, para ajudar os aldeões a encontrar um emprego ou a vender os seus produtos a mercados maiores após a formação profissional. Habitantes de áreas geomorfologicamente perigosas, sujeitas a terremotos ou deslizamentos de terra, ou que vivem em áreas remotas, foram realocadas. Os idosos e os enfermos seriam incluídos em programas de seguridade social (XIANGHUI, 2020).

Para Xi Jinping, erradicar a pobreza, melhorar a vida do povo e materializar a prosperidade comum são as exigências básicas do socialismo é uma importante missão do PCCh (JINPING, 2018 p. 96-114). Na ocasião do discurso na data de 27 de novembro de 2015, o líder ainda destacou que a erradicação da pobreza é uma vitória do partido, pois mantém viva a promessa de 1949, além de garantir à China a condição de ser o primeiro país a realizar os Objetivos do Milênio da ONU.

Nesse sentido, é importante destacar o PPA, pois, como destacou Xianghui (2020), serviu de parâmetro para as políticas públicas, explicando a existência de uma hierarquia cobrindo províncias, cidades, condados, vilas e aldeias. Jinping (2018) Destacou ainda o envio de profissionais do partido às aldeias pobres e o sucesso das tarefas sendo critérios para a seleção e nomeação de cargos dentro da máquina estatal chinesa.

Dentre as políticas públicas de destaque estão o Esboço do Desenvolvimento Alimentar e Nutricional na China (*Outline Of Food And Nutrition Development in China (2014-2020)*), consistindo em ações implementadas para garantir a alimentação e nutrição de crianças, mulheres grávidas, idosos e outros grupos necessitados. O país atingiu antes do previsto as metas de erradicação da desnutrição e baixa estatura entre crianças menores de cinco anos e um acentuado crescimento do nível geral de saúde das mulheres. Também cabe citar o Programa Nacional de Nutrição (*National Nutrition Plan 2017-2020*) voltado a alunos

do ensino obrigatório rural que já beneficiou 37 milhões de alunos até 2018; e o Plano de Ação para a Saúde Infantil (*The Plan Of Action for Children's Health (2018-2020)*) para fortalecer a saúde neonatal e promover o desenvolvimento durante a primeira infância. No setor financeiro foi implementado o Plano para Promover o Desenvolvimento Financeiro (*The Plain For Promoting Inclusive Finance Development 2016-2020*), cujo foco foram medidas de redução da pobreza, visando os grupos pobres e vulneráveis, com atenção especial às crianças, mulheres, deficientes e outros grupos especiais em áreas empobrecidas (WANG, ZHANG 2020).

Em suma, em 2020 a China atingiu a meta de seu 13º Plano Quinquenal (2016-2020), erradicando a pobreza e expandindo a população com renda média. Segundo Xi Jinping (2018), a materialização de uma sociedade moderadamente próspera constitui uma exigência necessária para a transformação do modelo de crescimento, reestruturação econômica e manutenção da harmonia social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sob a direção e planejamento do PCCh, o combate à pobreza na China enfrentou sobressaltos e períodos diferenciados. Embora as origens remontem à promessa da revolução de 1949 de garantir ‘uma tigela de ferro de arroz’ para cada chinês, o processo de produção das políticas públicas de combate à pobreza neste país foi complexo somente concluiu sua tarefa de erradicação em 2020, ao totalizar A retirada de cerca de 850 milhões de pessoas da pobreza, tornando a China a responsável pela eliminação de 70% da pobreza mundial (LIU; FENG; WANG; QIU, 2019).

Na tentativa de periodização da temática da fome no país oriental, dentro do recorte proposto (1949-2020), é possível trabalharmos com três momentos: o primeiro, a partir de 1949, quando o combate à fome esteve associado à *reconstrução* nacional; o segundo, depois da política de reforma e abertura, em que mobilidade social foi impulsionada pela acelerada *modernização* do país; e, terceiro, em 1993, com a erradicação total da pobreza por meio da *institucionalização* das políticas públicas e da socialização de bens e serviços típicos de um Estado de Bem Estar Socialista em formação.

Em suma, mesmo sendo a maior campanha da inclusão social na história humana, e num contexto de predomínio global da agenda neoliberal, é inegável que a grandiosidade da transformação em curso não correspondeu à repercussão do acontecimento - sobretudo na

mídia do Ocidente. Ora, a explicação para tal feito, mais uma vez invisibilizado no Ocidente, decorre da combinação entre desenvolvimento acelerado e uma notável capacidade de planejamento sob direção do PCCh. Ou seja, o país responsável por isto se reivindica socialista e representa o principal desafio à primazia mundial dos EUA.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANG, Yuen. Y. **How China Escaped The Poverty Trap**. Cornell University Press, New York 2016

DU, S. F., Wang, H. J., Zhang, B., Zhai, F. Y., & Popkin, B. M. (2013). China in the period of transition from scarcity and extensive undernutrition to emerging nutrition-related noncommunicable diseases, 1949-1992. **Obesity Reviews**, 15, 8–15.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Helder in **Reflexões sobre a Revolução Chinesa, A Transição Socialista em Debate**. Moreira, Renata; Faleiros, Rogério. Expressão Popular, 2020.

JINPING, Xi. **A governança da China**. Beijing, Editora de Língua Estrangeira, 2018.

LEÃO, Rodrigo A economia política da transição chinesa no último quartel do século XX. **Revista Tempo do Mundo**, 2012, 4:3 pp 1-34

LIU, Mingyue; FENG, Xiaolong; WANG, Sangui; QIU, Huanguang. China's poverty alleviation over the last 40 years: successes and challenges. **The Australian Journal of Agricultural and Resource Economics**. V. 64, Issue 1, 2019, pp. 209-228.

MARTÍ, Michael E. **A China de Deng Xiaoping**/Michael E. Marti ; tradução de Antonio Sepulveda - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

POMAR, Wladimir. **A revolução Chinesa**. São Paulo, Editora UNESP, 2003.

URIO, Paolo. **China 1949–2019: From Poverty to World Power**. Singapore. Springer Singapore, 2019.

WANG, Xiaolin; ZHANG, Xiaoying. Towards 2030 – **China’s Poverty Alleviation and Global Poverty Governance**. Singapore. Springer Singapore, 2020.

XIAOPING, Deng. To uphold socialism we must eliminate poverty. 1987. <<https://www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1987/133.htm>>. Acesso em: 18 de Agosto de 2021 as 15:42h

YAN, K. The Development Direction of the Theory and Practice of the “China Model” of Poverty Alleviation in the New Era. *Poverty Alleviation in China*, 159–200, 2016.

YANG, Zhenshan. Threshold Effect of Poverty Alleviation Funds on Human Capital Accumulation: A Case Study of Impoverished Counties in China. **Institute of Geographical Sciences and Natural Resources Research**, Chinese Academy of Sciences, Beijing, 2019.

WANG, Xiaolin; ZHANG, Xiaoying. Towards 2030 – **China’s Poverty Alleviation and Global Poverty Governance**. Singapore. Springer Singapore, 2020.

ZEMIN, Jiang. **Reforma e construção da China**. Rio de Janeiro, Record, 2002.



# DADOS SOBRE PRÁTICAS DE CONSUMO E LEITURA DE MANGÁS NO BRASIL (1988-2019)

Gabriel Silvestre Ferraz<sup>38</sup>

## RESUMO

O presente trabalho visa apresentar os resultados da pesquisa da iniciação científica intitulada de “Práticas de consumo e leitura de mangás no Brasil (1988-2019)”, realizada no ano de 2020 na Universidade Estadual de Maringá. A temporalidade se dá entre os anos de 1988 (lançamento do primeiro mangá oficial no Brasil) até 2019 (Ano anterior ao início da pesquisa). O trabalho conterà a exposição dos dados recolhidos no decorrer do estudo, referentes aos tipos de mangás publicados no Brasil. **Palavras Chave:** Mangá; Consumo; Cultura japonesa.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo está vinculado com a pesquisa de Iniciação Científica com o título de “Práticas de consumo e leitura de mangás no Brasil (1988-2019)”, realizada no ano de 2020 na Universidade Estadual de Maringá. O estudo teve como objetivo realizar um mapeamento sobre o consumo e leitura de mangás no Brasil, no período delimitado. O recorte espacial e temporal foi o Brasil de 1988, ano em que foi publicado o primeiro mangá por uma editora nacional, até 2019, ano anterior ao início da pesquisa. Foi objetivado mapear as práticas a fim de pesquisar um histórico do consumo de mangás licenciados no Brasil, entender a dinâmica da publicação dos mesmos no país e a relação das editoras com o seu público, além de investigar como se deu o consumo deste material em território nacional e os impactos desse consumo nos grupos sociais que utilizam o produto. Desse modo, esse trabalho tem o intuito de apresentar os resultados finais sobre a referida pesquisa.

Como base teórica e metodológica corroboraram para esse trabalho autores como Paul Ricoeur em *História, memória e esquecimento* (2003), Roger Chartier, com *Práticas de leitura* (2001), e Michel de Certeau com *A invenção do cotidiano* (2014). A utilização desses autores inseriu a pesquisa no campo de discussão historiográfica na área de História, Cultura e Narrativas. Diante do caráter interdisciplinar que assumiu a produção

---

<sup>38</sup> Gabriel Silvestre Ferraz é graduando de Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Membro do Laboratório de Estudos em Religiões e Religiosidades (LERR/UEM) sob orientação da professora doutora Vanda Fortuna Serafim. Também atua como Bolsista no Programa Residência Pedagógica (CAPES). Possui interesse na área de estudos asiáticos, com o enfoque na história do Japão, no campo das histórias em quadrinhos. E-mail para contato público: ra108359@uem.br

e abordagem do objeto, a História Cultural surgiu como caminho viável para tratar o tema das práticas de consumo dos mangás no Brasil.

Em linhas gerais, os objetivos da pesquisa foram mapear as práticas de leitura e consumos de mangá no Brasil, a fim de compreender como esse objeto se fixou e se desenvolveu em nosso território. Assim, no decorrer do estudo, as discussões apresentadas serão com relação a presença dos quadrinhos japoneses no Brasil. Além disso, o artigo também conterá a exposição dos dados obtidos a partir do estudo das publicações, referentes aos tipos de mangás publicados no Brasil, quais editoras que os publicam ou publicaram, os anos que os mesmos foram lançados, como estavam as edições até o ano de 2019 e os valores das mesmas.

## **2. JUSTIFICATIVAS DA PESQUISA**

Um dos elementos culturais mais conhecidos do Japão é o mangá, conforme Pedro Vicente Figueiredo Vasconcellos (2006), nos dias atuais é muito difícil de imaginar o Japão sem os mesmos, pois são um veículo de comunicação consumido diariamente e muito popular por lá e no mundo. Inclusive, Vasconcellos (2006) indicou que, nos finais do século XIX, ele era visto como forma de conhecimento do povo japonês em relação aos estrangeiros que para lá iam:

[...] Apenas no final do século XIX o mangá começou a tomar forma definitiva, não simplesmente devido à cultura milenar do arquipélago, mas sobretudo devido à convergência dessa cultura com os novos horizontes trazidos pelos navios europeus e seus tripulantes, sendo o mangá talvez o primeiro exemplo da expressão que durante muitos anos carregou a política econômica do país: “conhecimento estrangeiro, espírito japonês.” [...] (VASCONCELLOS, 2006. p.20)

No cenário brasileiro, Vasconcellos (2006) apontou que os primeiros contatos com o mangá para o público geral se deram com artistas descendentes de japoneses que utilizavam técnicas de desenho e traços típicos dos mangás em quadrinhos brasileiros. João Victor Wanderley Correa (2013) argumentou sobre como a presença desses artistas e de seus trabalhos resultou em um aumento da demanda da população com relação aos mangás, pois geraram certo interesse do público com relação as fontes de inspiração artísticas de tais artistas. (CORREA, 2013, p. 68.)

A partir dessa demanda e interesse do público geral, as editoras nacionais passaram a buscar formas de, nos anos de 1980, publicar os tais mangás traduzidos para

o português, com o objetivo da leitura ser possível para maioria do público. Nathália Marques de Nóbrega e Pedro Paulo Prócopio (2017) expuseram as primeiras tentativas de publicações de mangás no Brasil:

As primeiras editoras brasileiras a se aventurarem com a publicação de mangás em português surgiram no final dos anos 80, mais precisamente com a publicação de “Lobo Solitário” em 1988 pela editora Cedibra, a editora encerrou suas atividades no início dos anos 90, publicando apenas 9 volumes dos 49 previstos da série, a tradução foi feita a partir da versão em inglês da editora americana First, mantendo o formato americano, com páginas espelhadas, para permitir a leitura no sentido ocidental. Já a editora Globo lançou “Akira”, nos anos 1990, também em leitura ocidental, todo colorizado, em um total de 38 edições, sendo o único mangá lançado pela editora.” (NÓBREGA, PRÓCOPIO, 2017, p.7.)

Foi a partir de 1988, com a publicação de *Lobo Solitário* pela editora Cedibra que o mercado de mangás traduzidos para o português nasceu. Desde então, os mangás se fixaram em território nacional e se constituíram como um objeto de consumo. Sonia Maria Bibe Luyten (2003) argumentou que o mangá já era presente no Brasil antes dessas datas, mas sua circulação era restrita em regiões da comunidade japonesa, e eram trazidos diretamente do Japão, ou seja, eram em japonês:

“No Brasil, no entanto, muito antes de Frank Miller, ‘descobrir’ os mangás, estes já eram fartamente lidos pela comunidade dos descendentes de japoneses. Eles eram importados e distribuidoras especializadas – normalmente localizadas no bairro da Liberdade na cidade de São Paulo – enviavam para o interior quer do Estado de São ou Paraná para as colônias nipônicas.” (LUYTEN, 2003. p. 8).

Diante de tais questões, a pesquisa partiu da análise das práticas de leitura e consumo de mangás no Brasil, a partir do ano de 1988, pois é a data do primeiro mangá lançado aqui com uma tradução para o português, ou seja, disponível ao leitor brasileiro de forma mais ampla. Os mangás que circulavam anteriores a essa data, não traduzidos, não foram considerados para o desenvolvimento do trabalho.

Esse estudo se torna relevante pois, por um período de 30 anos, o mangá foi um produto publicado e vendido no país, e se, por todo esse tempo, as publicações continuaram, é possível concluir que a demanda do material por parte do público consumidor existiu e continua. Essa pesquisa buscou em seu primeiro momento compreender essa demanda, quais os motivos da mesma, além de entender quais as estratégias de publicação por parte das editoras.

No que concerne aos estudos sobre mangás no Brasil, é importante salientar que, em um primeiro momento, foi feito um breve levantamento sobre as pesquisas e trabalhos realizados com relação às temáticas e estruturas próprias para caracterização e definição do mangá; buscou-se mapear, também, trabalhos e pesquisas sobre o mercado de mangás no Brasil, com o objetivo compreender como as editoras se instalaram e dialogaram com os seus leitores a fim de estabelecer o consumo desse material, de modo geral.

Compreender as práticas de consumo de mangás no Brasil torna-se viável pois, a produção de trabalhos é de certa forma mais ampla. Por se tratar de uma forma de comunicação, existem mais trabalhos expondo elementos educacionais, comunicativos, culturais, artísticos, dos mangás, também existem pesquisas consideráveis que expõem sobre a presença dos mangás no Brasil ao longo dos anos. Apesar da quantidade de trabalhos em distintas áreas acadêmicas, se faz necessário indicar que no campo da História especificamente, não foram encontrados muitos trabalhos que utilizaram do material como fonte de estudo.

### **3. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS**

Conforme mencionado na introdução, essa pesquisa se enquadrou dentro da área da História Cultural, tendo como principais bases autores como Paul Ricoeur, Roger Chartier e Michel de Certeau. Ricoeur (2003) reforçou que, o mundo cultural e pessoal do autor de alguma obra impacta em sua produção, portanto, os elementos presentes nas obras são seletivos. Pelo fato do mangá ser escrito por autores japoneses, o universo cultural distinto dos autores com relação ao nosso precisa ser considerado, mas, a análise principal desta pesquisa se dá na leitura e o consumo dos leitores brasileiros da obra, a leitura e o consumo que visamos analisar na pesquisa é a de leitores brasileiros, questão importante de ser apresentada.

Já com a argumentação de Chartier (2001) de que toda obra possui, além de um produtor, os leitores, que usufruem da obra, nos torna possível buscar entender não apenas o contexto de produção de algum mangá, mas sim, como, no Brasil, num período de 30 anos, leitores consumiram e se apropriaram de recursos presentes nos mangás.

A constituição de uma escala de diferenciações socioculturais exige, portanto, que paralelamente as sinalizações das frequências de tais ou tais objetos, em tais ou tais meios, sejam encontradas, em seus desvios, as práticas de sua utilização e consumo. [...] Os mesmos textos e livros são objeto de múltiplas

decifrações, socialmente contrastantes – o que deve levar, necessariamente, a completar o estudo estatístico de suas distribuições desiguais com aquele de seus usos e empregos. (CHARTIER, 2001. p.78-79.)

Por se tratar de um estudo do consumo, não apenas o consumo em si deve ser analisado, mas os consumidores também. Com isso, a argumentação de Michel de Certeau (2014) com relação aos “usos” e “consumo” nos possibilita analisar e buscar compreender qual é a utilização desse produto por parte dos consumidores, e como essa utilização se amplia e se transforma em outras práticas. Atenta-se que, Certeau (2014) apontou que tal estudo histórico não deve se focar apenas em recolher informações estatísticas, mas que as mesmas são necessárias para a compreensão do material enquanto objeto de consumo inserido em um contexto histórico próprio.

Depois dos trabalhos, muitos deles notáveis, que analisaram os ‘bens culturais’, o sistema de sua produção, o mapa de sua distribuição e a distribuição dos consumidores nesse mapa, parece possível considerar esses bens não apenas como dados a partir dos quais se pode estabelecer os quadros estatísticos de sua circulação ou constatar os funcionamentos econômicos de sua difusão, mas também como o repertório com o qual os usuários procedem a operações próprias. Sendo assim, esses fatos não são mais os dados de nossos cálculos, mas o léxico de suas práticas. Assim, uma vez analisadas as imagens distribuídas pela TV e os tempos que se passa assistindo aos programas televisivos, resta ainda perguntar o que é que o consumidor fabrica com essas imagens e durante essas horas.” [...] (CERTEAU, 2014. p. 93.)

Consideradas as abordagens teóricas e metodológicas, é necessário estabelecer o que é um mangá. Conforme Adriana da Rosa Amaral e Giovana Santana Carlos (2013) a palavra mangá, no Japão, corresponde a histórias em quadrinho no geral, porém, no mundo Ocidental, corresponde especificamente as produções em quadrinhos japonesas. (AMARAL, A. R.; CARLOS, G. 2013, p. 19.)

Para além disso, Neil Cohn (2010), indicou uma outra possibilidade de significação do termo mangá fora do Japão. Cohn (2010) alegou o termo para também um significado estético, uma espécie de estilo de desenho:

[...] A palavra mangá veio a ter dois significados fora do Japão. Alguns a usam para designar os “comics” japoneses, o objeto de leitura, e geralmente a indústria e comunidade envolta deles. Porém, outros usam “mangá” para nomear a linguagem visual em si – vagamente concebido como um “estilo estético [...]” (COHN, N. 2010, p. 187. Tradução nossa.)<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> Texto original: [...] Bearing this in mind, the word manga has come to have two meanings outside Japan. Some use it to designate Japanese “comics,” the sociocultural objects, and often the industry and community surrounding them. However, others use “manga” to name this visual language itself — loosely conceived of as an “aesthetic style “ [...] (COHN, N. 2010, p. 187.)

Portanto, no mundo ocidental, através da argumentação de Amaral e Carlos (2013) e Cohn (2010), é possível compreender a palavra mangá como dotada de 2 sentidos: O primeiro quer dizer com relação ao nome dado para as histórias em quadrinhos produzidas no Japão, já o outro, diz respeito a um estilo estético de desenho que os mesmos contêm, e que é ensinado e importado por artistas e ilustradores de origem não obrigatoriamente japonesa.

Para o desenvolver do estudo, a definição utilizada para mangá foi a de “ História em quadrinho produzida no Japão” mencionada por Amaral e Carlos (2013), pois é a forma mais comum do material ser reconhecido em território nacional. No próximo tópico, serão apresentados os resultados finais da pesquisa de Iniciação Científica, a partir de gráficos que contém informações referentes aos mangás publicados no Brasil

#### **4. DADOS SOBRE AS PUBLICAÇÕES DE MANGÁ NO BRASIL**

Agora que o objeto do estudo foi analisado, assim como suas raízes e caminhos até sua fixação no Brasil, nos torna possível apresentar algumas informações com relação as publicações de mangás no Brasil. Antes de listar os dados, indica-se que a elaboração dos mesmos foi possível através de diversos lugares que disponibilizaram a informação.

Primeiramente, o acervo pessoal do autor, assim como acervos de outras pessoas que colaboraram para com o recolhimento dos dados; os sites oficiais das editoras nacionais também foram consultados, em conjunto com portais digitais de troca e venda de mangás. Para além disso, os sites *Guia dos Quadrinhos*<sup>40</sup> e a *Biblioteca Nacional de Mangás*<sup>4</sup> foram de apoio fundamental para a coleta das informações, ambos são portais digitais de comunidades dedicadas a uma catalogação dos quadrinhos publicados no Brasil.

Através da coleta de dados, foram listadas 815 publicações de mangás no cenário nacional, com diversas editoras. As obras contabilizadas percorrem o mesmo espaço temporal da pesquisa, ou seja, as 815 obras foram publicadas entre 1988 até 2019, mesmo que o ano de desenvolvimento dessa pesquisa tenha sido 2020, publicações desse ano não foram listadas, pois com o mercado em movimento e novos anúncios constantes das editoras, não seria possível contabilizar a totalidade dos mangás lançados no ano.

---

<sup>40</sup> Disponível em: <<http://www.guiadosquadrinhos.com/>> Acesso em: 01 de novembro de 2020.

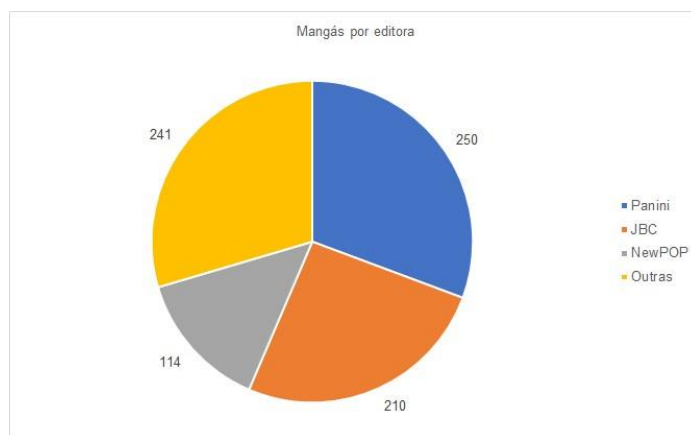
<sup>4</sup> Disponível em: <<https://blogbbm.com/>> Acesso em: 01 de novembro de 2020.

Também é importante considerar que, dessas 815 publicações, nem todas se enquadram no critério de ‘ História em quadrinho japonesa’ colocado anteriormente. A soma dos títulos que não entra no critério corresponde a 86, as informações dos mesmos também serão listadas posteriormente. Foram montados 5 gráficos, nos quais um deles foi dividido em 2 para uma visualização mais fácil.

O primeiro diz respeito a uma listagem de mangás publicados por editora. Para a divisão do gráfico, os mangás foram divididos por suas editoras que os publicaram no Brasil, dentre as principais (com maiores títulos e frequência de publicação), Panini, JBC e NewPOP. Os demais mangás foram agrupados em ‘ outras editoras’, pois as mesmas não publicaram muitos títulos, ou pararam de publicar mangás.

A editora que mais publicou mangás no Brasil, conforme a listagem, foi a Panini, com cerca de 250 publicações no período, seguida pela JBC, com 210 títulos, e a NewPOP, com 114 títulos. Dentre as editoras listadas como ‘ outras’, estão agrupadas 241 obras, as editoras são a Dark Side Books (2); Devir (6); Novatec (18); Pipoca & Nanquim (4); Veneta (2); Abril (24); Agir (1); Alto Astral (14); Animangá (1); Cedibra (1); Conrad (69); Dealer (1); Escala (2); Globo (2); HQM (1); L&PM (14); Minuano (3); Mythos (8); Ninja (1); Nova Sampa (25); NSP-HAKOSHA (1); On Line (17); Opera Gráfica (4); PNC (2); Savana (3); Satry (3); Edições vida nova (5); Zarabatana Books (4); Vox (1) e Tambor (2).

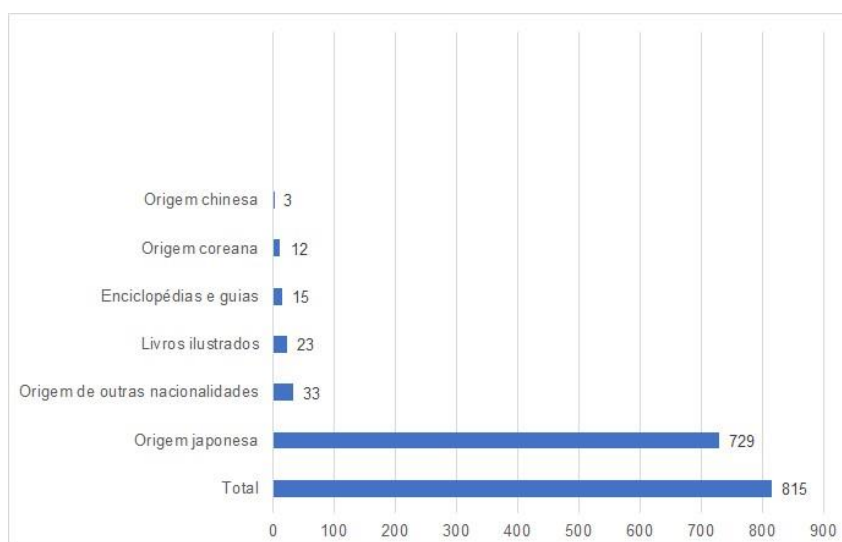
**Figura 6:** Mangás por editora.



**Fonte:** Elaborado por Gabriel Silvestre Ferraz, 2021.

Mas, quais dessas publicações são histórias em quadrinhos originárias do Japão? Conforme já mencionado, 86 das 815 publicações não são produções japonesas, porém por questões de proximidade acabam por ser publicadas no Brasil pelas mesmas editoras dos mangás. Entre essas 86, existem quadrinhos de origem chinesa (2), quadrinhos de origem coreana (12), quadrinhos de origem ocidental (33), enciclopédias de obras maiores (15) e também livros japoneses que contém ilustrações aos moldes dos mangás (23), que acabam por serem publicados no Brasil também. O seguinte gráfico contém a distinção dessas obras em uma numeração mais clara. Para fins acadêmicos e motivações de estudos posteriores, essas publicações não foram excluídas da pesquisa, apenas separadas em categorias diferentes.

**Figura 7:** Tipo de material

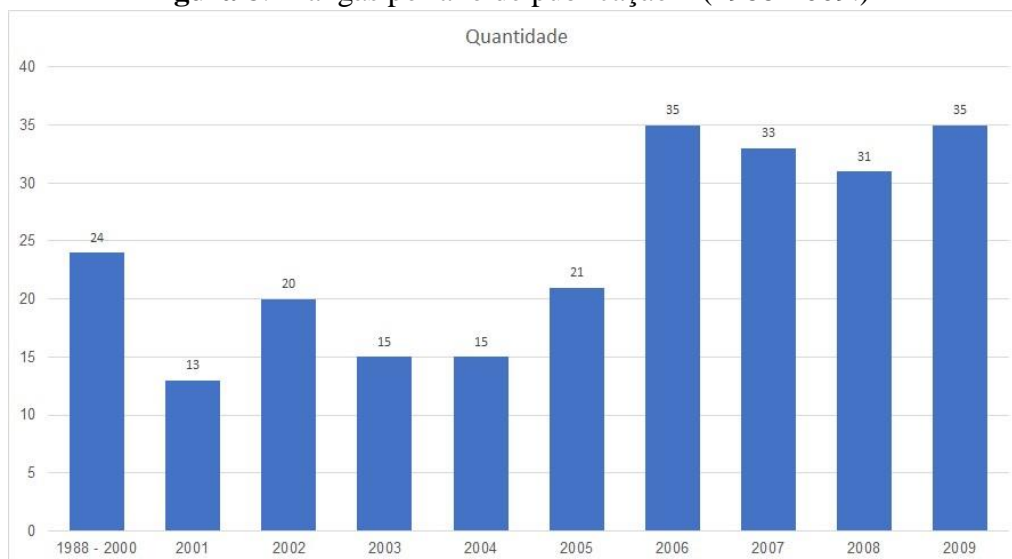


**Fonte:** Elaborado por Gabriel Silvestre Ferraz, 2021.

O próximo gráfico, dividido em dois para uma visualização mais fácil, diz relação ao ano de publicação de cada um dos mangás. Na primeira parte, estão agrupados os períodos de 1988 até 2009, já na segunda, de 2010 até 2019. Os anos de 2014-2016 marcam o período de maior publicação de mangás no Brasil, como ápice o ano de 2015, que teve 86 mangás publicados, já o período do final dos anos de 1980 e até 2000 (início do mercado), foram listadas poucas publicações, 24 no total.

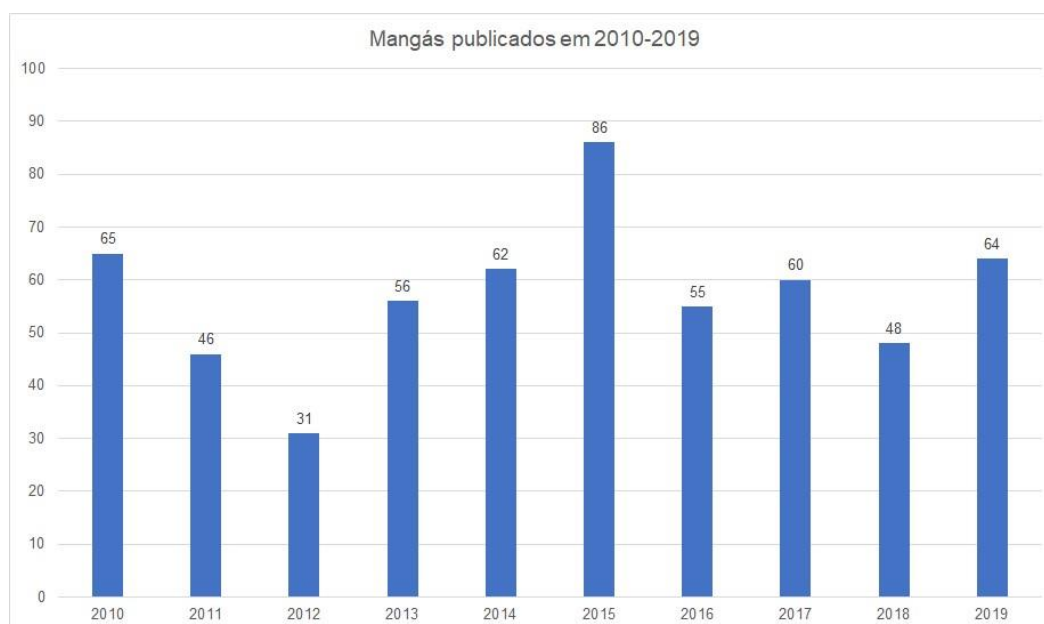


**Figura 8:** Mangás por ano de publicação 1 (1988-2009.)



**Fonte:** Elaborado por Gabriel Silvestre Ferraz, 2021.

**Figura 9:** Mangás por ano de publicação 2 (2010-2019.)

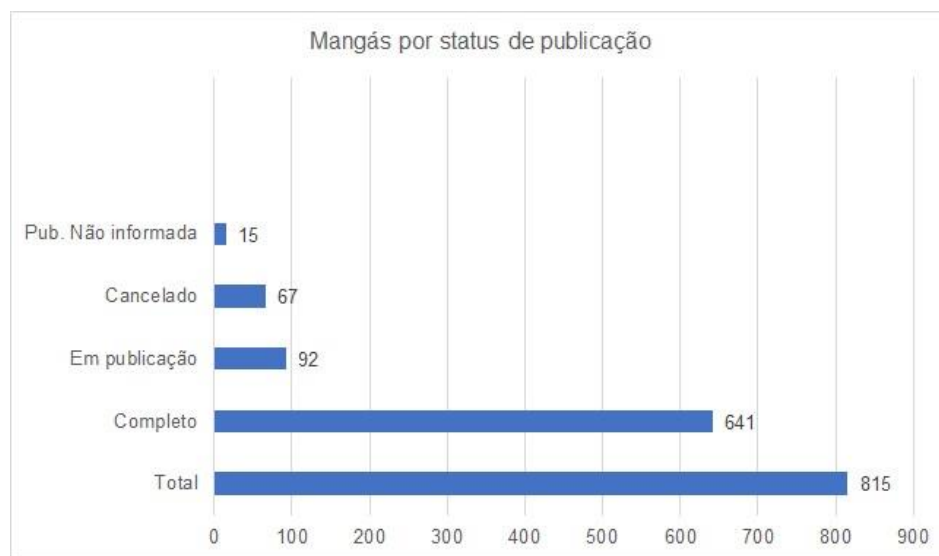


**Fonte:** Elaborado por Gabriel Silvestre Ferraz, 2021.

O próximo gráfico diz respeito aos estados de cada publicação, isto é, quantos mangás tiveram suas publicações finalizadas no Brasil, ou estão em andamento, ou foram cancelados. Em associação com o gráfico anterior, maioria dos mangás cancelados fazem parte do período que vai de 1988-2009, com números decrescentes com o passar dos anos, enquanto o número de mangás com publicações em andamento (que foram lançados em

algum ano, mas que até hoje não estão completos, seja pela publicação não ter sido finalizada ainda, seja pelo mangá não ter sido finalizado nem no Japão ainda) aumenta, já o número de obras completas, o maior, corresponde com publicações finalizadas no cenário nacional, e conseqüentemente no japonês também.

**Figura 10:** Mangás por status de publicação



**Fonte:** Elaborado por Gabriel Silvestre Ferraz, 2021.

Na categoria “ publicação não informada” estão listados poucos (15 títulos) mangás que não foram encontrados dados o suficiente para agrupa-los nas outras, isso é, nos lugares consultados, não é possível definir a situação daquela publicação, se foi cancelada, ou está pausada (publicações paralisadas e/ou pausadas foram agrupadas nas “ em publicação”).

Por fim, o último gráfico corresponde ao preço de cada edição. Foram divididos mangás em 4 diferentes categorias definidas a partir de um limite de preço, na primeira, mangás de preço (o preço levado em consideração foi o sugerido pelas editoras) de até R\$10,00; na segunda, mangás de até R\$20,00; na terceira, mangás de até R\$30,00, e por fim, na última, mangás de qualquer valor acima de R\$30,00.

É importante considerar alguns aspectos antes de se apresentar os dados: os mangás mais antigos tiveram seus preços sugeridos em Cruzeiro, mas, em conversão moderna, nenhum deles passou de custar R\$10,00, portanto, ficaram na primeira

categoria. Outra questão importante é que, com o passar dos anos, alguns mangás tiveram seus preços alterados conforme os reajustes econômicos do país. Nessas situações, assim como o primeiro ano de publicação foi considerado, o preço considerado foi o das primeiras edições, mas nenhum chegou a flutuar a ponto de alterar drasticamente de categoria ao longo dos anos. Maioria dos mangás no Brasil (399 títulos) custam entre R\$10,50 e R\$20,00, assim como maioria das publicações que custam valores superiores a R\$ 30,00, foram publicados a partir de 2010.

**Figura 11:** Mangás por preço.



**Fonte:** Elaborado por Gabriel Silvestre Ferraz, 2021.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse projeto de iniciação científica objetivou, principalmente, um estudo da presença e o consumo dos quadrinhos japoneses no Brasil. Para isso, foi fundamental desenvolver em conjunto estudos sobre o histórico dos mangás, suas particularidades, o que levou aos mesmos a serem publicados no Brasil e quais as dinâmicas que as editoras encontraram para fixar esse material em território nacional. Em conjunto, também foi realizado uma análise do tratamento que o mangá recebe na academia brasileira, das formas que o mesmo foi e é utilizado atualmente por pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento. Em conjunto com o consumo, entender o acadêmico que o mangá

recebe é uma questão importante para se compreender a presença e a atenção que o mesmo possui no território nacional nos dias de hoje.

Foi um estudo iniciatório para a compreensão da presença dos mangás no Brasil, em conjunto ao estudo da historicidade do material a partir de aplicações teóricas. Por se tratar de uma Iniciação Científica, o estudo por enquanto não virá a ter continuidade, mas possui utilidade para compreensão quantitativa dos quadrinhos de origem japonesa no Brasil. Os dados apresentados nesta pesquisa, de forma mais quantitativa, visam um aprofundamento do estudo da experiência que o quadrinho japonês possui no nosso país, além de um entendimento de quais são os materiais que são traduzidos para o leitor brasileiro. Por fim, destaca-se que esses dados são iniciais, e uma série de estudos posteriores mais aprofundados podem ser desenvolvidos com relação ao mangá.

## 6. REFERÊNCIAS

AMARAL, A; CARLOS, S. G. Caracterizando o “estilo mangá” no contexto brasileiro: hibridização cultural na Turma da Mônica Jovem. **Vozes e Diálogo**, [S. l.], v. 12, n. 01, ago. 2013. ISSN 2237-4531.

**BIBLIOTECA BRASILEIRA DE MANGÁS**. Biblioteca Brasileira de Mangás. 2020. Página Inicial. Disponível em: <<https://blogbbm.com/>> Acesso em: 01 de novembro de 2020.

CERTEAU, Michel De. **A invenção do cotidiano**. Vol. 1. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **Escutar os mortos com os olhos**. Estudos Avançados, São Paulo, vol. 24, nº. 69, p. 7-30, mai.-ago. 2010.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estud. av.**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191. 1991.

CHARTIER, Roger. **Práticas de Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

COHN, Neil. Japanese Visual Language: The structure of mangá. In: WOODS-JOHNSON, Toni. **Manga: An Anthology of Global and Cultural Perspectives**. New York: Continuum, 2010. P. 187-204.

CORRÊA, Victor Wanderley. **Inovações no Mangá Brasileiro Moderno**. 2013. Dissertação de Mestrado – Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2013.

DIOGO, Edson. **Guia dos quadrinhos**. 2020, Página Inicial. Disponível em: <<http://www.guiadosquadrinhos.com/>> Acesso em: 01 de fev de 2020.

LUYTEN, S. M. B. **Mangá, o poder dos quadrinhos japoneses**. São Paulo: Editora Hedra, 2000.

LUYTEN, S. M. B. **Mangá produzido no Brasil: Pioneirismo, experimentação e produção.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belo Horizonte, 2003.

**MYANIMELIST.** Myanimelist. 2020. Página Inicial. Disponível em: <  
<https://myanimelist.net/>> Acesso em: 01 de fev de 2020.

NAKAGAWA, Simonia Fukue. **Apropriações de elementos constitutivos do mangá: investigando Murakami e Nara.** 2016. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Cultura Japonesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

NÓBREGA, Nathalia Marques de; PRÓCOPIO, Pedro Paulo. **Mangá e Cultura Pop Japonesa no Brasil: Impactos dos Scanlators e Fansubs no Mercado Editorial do País.** 2017. Conferência Brasileira de Folkcomunicação - Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2017.

RICOUER, Paul. **História, memória e esquecimento.** Palestra proferida na Conferência Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism, 2003. Disponível em: [http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos\\_ricoeur/memoria\\_historia](http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia) Acesso em: 7 de novembro de 2018.

VASCONCELLOS, Pedro Vicente Figueiredo. **Mangá-do: os caminhos das histórias em quadrinhos japonesas.** Dissertação (Mestrado em Design) - Programa de Pós Graduação em Design do Departamento de Artes & Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

# PETRÓLEO, TECIDOS E A FORÇA DAS ARMAS: A INCORPORAÇÃO DO GOLFO PÉRSICO À ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA

Antônio Bylaardt Bacellar do Carmo<sup>41</sup>

## RESUMO

Este artigo busca investigar o processo de progressiva incorporação da região do Golfo Pérsico, especialmente o Irã, ao sistema-mundo capitalista durante a virada do século XIX para o XX. Ao relacionar as redes de produção e circulação de mercadorias diversas como petróleo, têxteis e mão de obra com a política imperial britânica, este trabalho tenta iluminar o processo colonialista sobre um país – o Irã – que nunca teve suas instituições políticas formalmente submetidas à Coroa britânica. **Palavras-chave:** Irã; petróleo; sistemas-mundo.

## ABSTRACT

This article seeks to investigate the process of gradual incorporation of the Persian Gulf region, especially Iran, into the capitalist world-system during the transition between the nineteenth and twentieth centuries. Through a correlation between the oil, textiles and labor-power production and circulation networks and British imperial policy, this paper attempts to shed light over the colonial process of a country – Iran – that never had its political institutions formally submitted to the British Crown. **Keywords:** Iran, oil, world-systems.

## 1. À GUISA DE INTRODUÇÃO

A Ásia Central e o Oceano Índico durante o século XIX foram os palcos de dois processos de expansão imperialista de repercussões globais: a ampliação das fronteiras russas para o leste e sul e a consolidação do governo britânico na Índia. No entanto, o domínio sobre a Índia será o foco de disputas diplomáticas, econômicas e militares até as primeiras décadas do século XX, especialmente entre Grã-Bretanha e Rússia. Debruçaremos-nos sobre a questão do processo de incorporação desta região, particularmente o Golfo Pérsico e o Irã, ao sistema-mundo capitalista nos termos de Wallerstein (WALLERSTEIN, 2011, 129-137), por meio dos fluxos interconectados de produtos têxteis, de petróleo e de mão de obra – assim como os reflexos destas trocas na arena política e institucional –, questionando a narrativa imposta pela historiografia imperial britânica de uma suposta inevitabilidade do processo colonial. Aceitar esta narrativa é estender a falsidade a-histórica do suposto surgimento natural de relações

---

<sup>41</sup> Antônio Bylaardt Bacellar do Carmo é Licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), de Niterói/RJ. Atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFF (PPGHUFF), sob orientação do Prof. Dr. Tâmis Peixoto Parron, e bolsista CAPES. Pesquisador associado ao Núcleo de História Comparada Mundial da UFF (COMMUN). Estuda a construção da indústria petrolífera do Irã na primeira metade do século XX e seus impactos socioeconômicos e políticos a nível local e global.

mercadológicas contemporâneas, exposta a brutalidade da grande onda de expansão imperialista europeia durante o longo século XIX (POLANYI, 2000, 76-82).

Afinal, qual era o valor do subcontinente indiano para estes impérios estrangeiros? De forma genérica, podemos compreender a importância da Índia no sistema-mundo capitalista em quatro pontos. Em primeiro lugar, a Índia era um território com condições ideais para a produção de diversas comódites requisitadas no comércio mundial, das Américas à China; inversamente, também constituía um enorme mercado consumidor para comódites de todo o globo; era um território com um grande excedente de mão de obra, prontamente disponível — por muitas vezes, através de meios compulsórios — para ser enviado para o trabalho em diversos outros países; e ocupava um ponto geopoliticamente estratégico que facilitava qualquer mobilização militar da Líbia ao Japão. Mesmo com a ascensão do algodão estadunidense no século XIX, a Índia manteve níveis altos de produção têxtil, mas as exportações de fibras e tecidos crus ultrapassaram as de tecidos processados e pintados. Em 1840, apenas uma pequena fábrica em Puducherry, por exemplo, produzia cerca de 545 kg de fibra grossa de algodão por dia, produção exportada principalmente para o Sudeste Asiático ou para a Pérsia (PARTHASARATHI, 2011, 228). A indústria algodoeira indiana também estava profundamente relacionada com a produção de índigo; uma mercadoria barata, este era utilizado por todos os estratos sociais, da China ao Sahel, como corante para roupas (ISSAWI, 1988, 184).

Além disto, a produção indiana de algodão relacionava-se com o comércio de escravos na costa oriental da África. Desde o século XVIII, os têxteis indianos, particularmente os gujaratis, eram uma mercadoria de grande apelo entre os habitantes dos chefados em Manica, Inhambane, Gaza e Moçambique, sendo comercializados em troca de marfim e escravos (MACHADO, 2004, 169-180). Este marfim era consumido em Diu, Damão, Kucch, Surat, Mumbai e outros portos indianos, além de reexportado para o Iêmen, Omã, e Macau (Ibid, 2004, 181-182). Usando têxteis indianos (financiados com prata hispano-americana) como moeda, franceses, portugueses e brasileiros fizeram fortunas transportando escravos da África Oriental para as Antilhas Francesas, Angola e Brasil (Ibid, 2004, 208-210). É importante notar que havia uma demanda por escravos no Golfo Pérsico, suprida por mercadores suaílis conectados ao comércio têxtil indiano. Esta demanda também era suprida por mercadores árabes de

Omã, que vendiam pagãos do leste africano e cristãos etíopes em troca de prata persa; mas retomaremos esta discussão mais adiante (MIRZAI, 2017, 66-68).

Outras indústrias e atividades extrativistas surgiram na Índia oitocentista: chá e papel para fazer concorrência à China; juta para a confecção de sacas, tapetes, cortinas, cordas, mochilas e uniformes militares; e indústrias pesadas, como carvão e aço, pequenas na virada para o século XX, mas com bons prospectos devidos à expansão das ferrovias no país (CHAUDHARY et al, 2016, 8). Durante o século XIX, houve um crescimento das importações indianas de mercadorias europeias. O desenvolvimento de indústrias locais e construção de uma complexa rede de ferrovias na Índia ainda dependia de carvão, aço e maquinário europeu (BOGART & CHAUDHARY, 2016, 157). Apesar de estar na vizinhança imediata da Birmânia, quaisquer combustíveis, como querosene e óleo diesel, eram vendidos a um preço relativamente alto pela Burmah Oil (YERGIN, 1993, 108109, 112-114). A Índia tornou-se também grande consumidora de tecidos processados na Europa. Essa desindustrialização do território indiano, cuidadosamente executada por uma série de atos legislativos (da modificação da Carta Régia da EIC em 1793 à revogação das *Corn Laws* em 1846), transformou os prolíficos artesãos e fabricantes locais em consumidores assalariados, e foi fundamental para a incorporação da Índia à divisão internacional do trabalho vigente e, conseqüentemente, para a periferização do subcontinente ao sistema-mundo capitalista (RAY, 2016, 56-58).

## **2. ALÉM DAS COMÓDITES**

A Índia foi fundamental na provisão de mão de obra para o Império. De 1830 a 1920, estima-se que mais de 1,300,000 indianos foram transportados para diversas localidades do globo, em contratos de cinco anos, no mínimo. Dentre estes, meio milhão foi enviado para trabalhar nas *plantations* das Ilhas Maurício ou Reunião; mais de 400 mil substituíram parte dos negros libertos nas Antilhas Inglesas; 150 mil foram enviados à Colônia de Natal, na África do Sul; e cerca 60 mil foram plantar açúcar em Fiji, no Oceano Pacífico (METCALF, 2007, 136). A mão de obra indiana também foi usada pelos britânicos no Baixo Iraque, especialmente na construção ferroviária quando os salários locais subiam devido às inundações ou epidemias; cerca de 15 mil indianos foram empregados na Ferrovia Berlim-Baghdad na virada do século XX (ISSAWI,



1988, 36). A força de trabalho indiana foi essencial na manutenção da ordem política do Império. O *Indian Army*, composto de *sepoys* indianos e oficiais britânicos, foi utilizado amplamente pela Grã-Bretanha para garantir a lealdade dos súditos, canalizar sentimentos nacionalistas e defender os interesses britânicos no Indo-Pacífico (e, a partir da abertura do Canal de Suez em 1869, em outras áreas também). A utilização de indianos nas linhas de frente das guerras coloniais alinhava-se perfeitamente com o imperialismo Vitoriano; os soldados baixos eram um alívio ao governo britânico (METCALF, 2007, 68-70). Soldados indianos a serviço do Império constituíram a maior parte das tropas britânicas na conquista do Baluquistão, no estabelecimento do protetorado afegão, na Segunda Guerra do Ópio, e na supressão das rebeliões de Tawfik Pasha, dos Boxers, e dos Mahdistas (Ibid, 2007, 69-72, 80-82, 87-88).

Precisamente pelo seu enorme valor econômico, político e militar, a Índia era considerada a principal colônia britânica no século XIX, e o medo de uma invasão estrangeira era constante. A derrota neerlandesa na Quarta Guerra Anglo-Holandesa no século passado não fazia dos Países Baixos uma ameaça palpável. A supremacia inglesa sobre os franceses no Oceano Índico também foi estabelecida nas Guerras Carnáticas no século XVIII; o estrondoso fracasso da invasão napoleônica da Rússia em 1812 afastou de vez quaisquer pretensões francesas sobre a Índia (EWANS, 2004, 3-6). A grande preocupação britânica era a Rússia; o império dos Romanov havia anexado grandes áreas na Sibéria, mantinha boas relações com os khanatos da Ásia Central e, através de duas guerras contra os Qajar na primeira metade do século XIX, havia tomado as possessões deste império no Cáucaso. Estes conflitos russo-persas não geraram nenhum tipo de represália diplomática britânica pois a justificativa russa para a invasão era a libertação de cristãos (armênios e georgianos) escravizados pelo Irã (MIRZAI, 2017, 35-38). De fato, a mão de obra escravizada era empregada no Irã Qajar, mesmo que de forma radicalmente diferente da escravidão atlântica. A maior parte do trabalho rural na Pérsia do século XIX era realizada em regime servil, em que camponeses com pouca liberdade de movimento pagavam altos impostos em espécie aos governantes locais. Os escravizados cristãos, fossem armênios ou georgianos, eram empregados no exército do Xá, como servos domésticos nas residências nobres e casas de comércio, ou como servos da administração pública, especialmente nos haréns reais (Ibid, 2017, 98-101, 108-114). Neste sentido, como a escravidão não constituía a principal fonte de força de trabalho no

Irã (tanto quantitativamente, quanto qualitativamente), a sociedade iraniana não pode ser entendida enquanto uma sociedade escravista, nos termos postos por Moses Finley (FINLEY, 1991, 91-92). Tanto a Rússia quanto a Grã-Bretanha usavam do abolicionismo como pretexto para sua presença militar no Cáucaso e Ásia Central e na Pérsia e Afeganistão, respectivamente, apesar das ambições imperiais de ambas as partes parecerem óbvias até para o jornalismo da época (MIRZAI, 2017, 40).

Assim, a Pérsia e o Afeganistão constituíam importantes obstáculos naturais às pretensões russas sobre a Índia; daí a necessidade britânica de manter a lealdade e o regime do Xá intactos, mesmo que isto envolvesse conviver com a escravidão. Com o fim da oferta de escravos cristãos do Cáucaso, os compradores persas voltaram-se para o sul; através dos portos do Golfo Pérsico e das cidades na fronteira com o Império Otomano, os persas começaram a comprar moçambicanos e mombaçanos pagãos (aos olhos dos muçulmanos) e cristãos etíopes das mãos de mercadores suaflis e, especialmente, de árabes omanis — estes próprios consumidores de mão de obra cativa africana (Ibid, 2017, 41-42).

A resposta britânica foi rápida: em 1848, Mohammad Shah foi pressionado pelos britânicos a assinar um *firman* que bania a importação de escravos nos portos persas. No entanto, este tratado parece mais um esforço de pintar uma boa imagem internacional dos governos britânico e iraniano do que uma iniciativa genuinamente abolicionista: o tratado foi pouco respeitado pelas autoridades locais persas (sobre as quais Teerão tinha muito pouco controle), mas em nenhum momento houve uma tentativa britânica de bloqueio naval — apesar dos protestos dos oficiais da Marinha Real encarregados de manter as leis. A escravidão continuou a existir, e o tráfico foi simplesmente redirecionado para a rota terrestre, através da fronteira ocidental com o Império Otomano. Este desvio provocou uma temporária escassez de mão de obra africana no Irã, o que de fato inflou os preços (Ibid, 2017, 68-71). Apenas na última década do século XIX o tráfico de escravos seria efetivamente banido no Irã; no entanto, os movimentos políticos locais parecem ter um papel maior nesta luta do que a pressão diplomática britânica. O fim de dois dos grandes impérios muçulmanos do passado (os Mogóis na Índia e os Safávidas no Irã) e o declínio aberto de um terceiro (o Império Otomano, que também — em teoria — comandava as lealdades dos muçulmanos sunitas através de seu califado) provocou uma onda massiva de efervescência política na *'Ummah*: no século XIX, surgiram diversos movimentos que buscavam modernizar o Islã, mas as tendências fundamentalistas, que pregavam um

retorno às normas sociais (reais ou imaginadas) da época de Muhammad, emergiram vitoriosas. No Irã e no Iraque, estes *'ulama* diziam que o Corão não permitia o cativo de nenhuma pessoa

que não um prisioneiro de guerra (e mesmo assim, apenas até o pagamento do resgate); outros clérigos indignavam-se publicamente com a escravidão de muçulmanos persas e turcomanos para suprir a demanda de cativos emergida das dificuldades de se obter africanos no final do século XIX (Ibid, 2017, 167-178; HOURANI, 2013, 252-257).

Ao mesmo tempo, o crescimento das cidades devido ao comércio (Teerão, Isfahan, Kermanshah, Khorramshahr, Bushehr, Bandar 'Abbas) propiciava o contato com as ideias dos secularistas e nacionalistas árabes, também indignados com o governo Otomano sobre o Levante. Um nacionalismo secular iraniano, defensor de um Estado liberal moderno e livre da escravidão, começou a formar-se nos centros urbanos persas no final do oitocentos, mas apenas no século seguinte ganharia força. As pretensões centralizadoras do trono Qajar necessitavam de financiamento. Para combater inúmeros levantes tribais e fiscalizar efetivamente seus coletores de impostos e governantes, as tropas do Xá ainda utilizavam mosquetes de carregamento frontal em pleno século XX. O pouco dinheiro da Coroa persa era gasto na compra de armamentos e munições britânicas, sempre em falta (ABRAHAMIAN, 2008, 12-13). Enquanto isso, os britânicos também sofriam com a escassez de uma outra mercadoria: petróleo. A Royal Dutch Shell cobrava preços abusivos, a Standard Oil mais ainda, e as reservas do Sudoeste Asiático sob a Burmah Oil davam sinais de exaustão. Óleos lubrificantes eram demandados em altas quantidades pelas indústrias europeias, assim como a gasolina e o óleo diesel; o querosene, a “nova luz” das cidades, era requisitado não apenas na Europa, mas também na Índia, na América do Sul e no Japão; e o Almirantado britânico alimentava o sonho de uma armada de navios mais rápidos, movidos a óleo combustível pesado (YERGIN, 1993, 133-134, 146-151).

O general georgiano Antoine Kitabgi, que havia ocupado diversas posições no governo de Mozzafar ad-Din Shah (1896-1907), suspeitava da existência de reservas de petróleo na província do Khuzistão, devido a vazamentos de gás natural na região que alimentava pequenas “chamas eternas” que ardiavam por décadas e eram sagradas para população local de luris e bakhtiaris; também havia na região poços de lama betuminosa que era usada para calafetar barcos e fazer argamassa. Com a bênção do Xá desesperado por dinheiro, Kitabgi viajou para Paris em 1900 para abrir uma exposição sobre seu país

— e encontrar algum empresário que quisesse comprar uma concessão de petróleo. O investidor era William Knox D’Arcy, um magnata inglês que havia feito sua fortuna com o ouro australiano. Apesar do enorme risco envolvido (afinal, não haviam reservas confirmadas de óleo no Irã), os termos do acordo assinado em maio de 1901 entre o Xá e D’Arcy eram bastante favoráveis para o inglês: em troca de vinte mil libras em dinheiro vivo, vinte mil libras em ações da futura empresa, e meros 16% dos lucros líquidos anuais, o Xá estabelecia o monopólio de D’Arcy para a exploração de petróleo em todo o território iraniano por sessenta anos, excluindo-se apenas as cinco províncias ao redor do Mar Cáspio — um aceno diplomático aos russos (Ibid, 1993, 126-129).

Durante os primeiros anos de exploração em Chiah Surkh, nenhum poço foi encontrado; o dinheiro de D’Arcy estava se esgotando, e logo o magnata queria vender sua concessão. Quando diplomatas e empresários russos e franceses começaram a corresponder-se com D’Arcy a partir de 1903, o Marquês de Lansdowne (então Secretário de Estado para Relações Exteriores), com o apoio do Almirantado e de Lorde Curzon (então Vice-rei da Índia), mobilizou debates na Câmara dos Lordes com o objetivo de pressionar o governo a comprar a Concessão D’Arcy (Ibid, 1993, 132-133). Apesar do governo recusar a compra direta, recomendou que a concessão permanecesse em mãos inglesas; Boverton Redwood, consultor para assuntos de petróleo do governo, também trabalhava para a Burmah Oil, e atuou como uma ponte entre o governo britânico, a Burmah e D’Arcy:

Enquanto isso o almirantado intensificou a pressão sobre a Burmah Oil para salvar D’Arcy; por sua vez a Burmah Oil obviamente precisava do almirantado para os contratos de óleo combustível, que estavam sendo negociados em detalhe naquele exato momento, e para ajudar a proteger o seu mercado na Índia. Em 1905, por fim, quase exatamente quatro anos depois do dia da assinatura da concessão pelo xá em Teerã, consumou-se a aliança entre D’Arcy e a Burmah Oil em Londres. O acordo estabelecia o chamado Sindicato da Concessão; o empreendimento de D’Arcy se converteu numa subsidiária e próprio D’Arcy tornou-se diretor da nova empresa. Com efeito, a Burmah se tornou um tipo especial de investidor, pois além de capital forneceu administração e conhecimentos técnicos para conduzir a empresa. [...] Como disse o historiador da Burmah Oil, as necessidades de D’Arcy “coincidiam exatamente com as do Ministério das Relações Exteriores, que temia pela rota para a Índia, e as do almirantado, à busca de ofertas confiáveis de óleo combustível”. A partir de então o lucro e a política estariam inextricavelmente ligados na Pérsia. (Ibid, 1993, 134)

Enquanto as perfurações continuavam — agora em Masjid-e-Soleiman, localidade acessível da cidade de Ahvaz a partir do rio Karun —, as grandes cidades iranianas foram tomadas pela efervescência política. O aquecimento do comércio e a ascensão das grandes

propriedades rurais haviam inchado as cidades, onde multidões agora trabalhavam como artesãos ou lojistas. As notícias das concessões econômicas cedidas aos estrangeiros pelo Xá (especialmente a Concessão D’Arcy) corriam pelas ruas e indignavam as classes médias: tanto a “classe média tradicional” proprietária (uma estranha aliança entre os *bazaariyan* e clérigos xiitas) quanto os “pensadores ilustrados” (amalgama de profissionais liberais e intelectuais formados nas escolas seculares).<sup>42</sup> Ambos grupos condenavam a corrupção da corte, o luxo do Xá, e a dilapidação do império; mas enquanto os primeiros recorriam ao discurso islamista (fim da ordem social tradicional, ocidentalização como ataque ao Islã), os últimos utilizavam a retórica nacionalista e secular (fim da soberania nacional, influência nociva do arcaísmo religioso na política), inspirados pelo liberalismo e até pelo socialismo. Neste período, novos conceitos adentraram o discurso político iraniano: *demokrasi*, *aristokrasi*, *fudalism*, *kapitalism*, *sosyalism*, *bourzhuazi*, entre outros (ABRAHAMIAN, 2008, 3536).

No biênio de 1904-05, a situação tornou-se insuportável: o Xá, incapaz de pagar os funcionários públicos, implorou por empréstimos a bancos russos e ingleses, apesar da dívida pública iraniana já ultrapassar quatro milhões de libras. A contrapartida era a concessão do sistema alfandegário a um empresário belga conhecido como Monsieur Naus, uma figura controversa: rumores corriam os bazares de que era judeu, só empregava armênios cristãos, e planejava ser ministro. Para piorar, uma fotografia dele fantasiado de clérigo num baile foi distribuída nas ruas de Teerão durante o Muharram de 1905. A este cenário, somava-se a crise no comércio russo, más colheitas de algodão e trigo, a construção de um banco russo sobre um cemitério em Teerão e uma inflação geral de preços (90% para o pão, 33% para o açúcar) (Ibid, 2008, 41-43). Famílias que não podiam pagar dívidas e impostos vendiam seus filhos como compensação; a escravização de muçulmanos em um país islâmico era inaceitável até para os clérigos que não

---

<sup>42</sup> Apesar da Concessão D’Arcy transformar-se em uma pauta política central para os nacionalistas iranianos, diversas outras concessões eram alvo da indignação popular na transição entre os séculos XIX e XX: “[...] British firms bought the right to dredge as well as navigate the Karun; build roads and telegraph lines in the south; finance carpet factories in Isfahan, Bushire, Sultanabad, and Tabriz; establish the Imperial Bank with full control over the printing of banknotes; [...] Russian firms bought the right to fish in the Caspian Sea; dredge [the] Enzeli; drill for oil in the north; and build roads and telegraph lines linking their borders to Tehran, Tabriz, and Mashed. What is more, Belgians – deemed to be neutral between Britain and Russia – built in Tehran not only the railway to the Abdul ‘Azim Mosque, but also a tram line, street lights, a sugar mill, and a glass factory. By the turn of the century, foreign investments in Iran totaled \$60 million.” (ABRAHAMIAN, 2008, 39)

questionavam a escravidão de forma geral (MIRZAI, 2017, 87-88). Quando, ao fim do ano, o governo culpou a classe de lojistas pela crise (incluindo a condenação de três *bazaariyan* respeitados à *falaka*<sup>43</sup>), as multidões tomaram as ruas de Teerão, Isfahan, Tabriz e Mashed. As casas de grandes comerciantes (especialmente de armênios, judeus e estrangeiros) e governadores locais eram alvos de vandalismo. No ano seguinte, os *sayyedan* Abdallah Behbehani e Muhammad Tabatabai lideraram uma procissão de cerca de mil estudantes de Teerão até Qom, onde juntaram-se a milhares de outros acadêmicos e ameaçaram o Xá com uma greve religiosa: se Naus não fosse demitido e um parlamento não fosse estabelecido, mudariam-se para Karbala e Najaf, no vizinho Iraque Otomano, privando o país de serviços religiosos (ABRAHAMIAN, 2008, 42- 43). As greves dos bazares foram brutalmente reprimidas pela Brigada Persa de Cossacos, a única unidade militar iraniana regular. Estabelecida por Naser al-Din Shah em 1879, era composta de circassianos e persas, com um oficialato quase inteiramente russo; muitos destes últimos também serviam ao exército russo, fato que levantava dúvidas sobre a sua lealdade. Quando os Cossacos abriram fogo, as multidões fugiram e buscaram segurança nas mesquitas e nas embaixadas; a embaixada britânica em Teerão foi o santuário de muitos manifestantes. Nos jardins desta, constitucionalistas pronunciavam discursos inflamados sobre liberdade, igualdade e fraternidade, a defesa da nação, e a democracia parlamentar (ABRAHAMIAN, 1982, 84-85).

### 3. MUDANÇAS RADICAIS E A CRIAÇÃO DA APOC

Em agosto de 1906, Mozzafar ad-Din Shah assinou um *firman* convocando uma Assembleia Nacional Constituinte. A Constituição de 1906, promulgada pelo Xá cinco dias antes de sua morte, garantia o voto dividido em “classes”: membros da família real imediata e do clã Qajar; *‘ulama* e seminaristas; nobres e notáveis; grandes mercadores; *arbaban* com, pelo menos, 1000 *tomans* em propriedades; e mercadores-lojistas afiliados à guildas reconhecidas. O resultado foi um parlamento dominado por nobres (*Mostabedan*, os “leais ao Xá”), religiosos e proprietários de terras (*Mo’tadelan*, os

---

<sup>43</sup> *Falaka* é um termo que aparece no árabe, no turco e no persa, denotando uma forma de tortura e punição corporal que consiste em dar bastonadas contra as solas dos pés do condenado. Por vezes, terminava com a fratura dos pés do condenado ou até com aleijamento permanente.

“moderados”), e mercadores e lojistas (*Azadikhawan*, os “liberais”); o segundo grupo político dominava a maior parte dos procedimentos parlamentares. O novo Xá, Muhammad ‘Ali, não ficou em nada satisfeito com a existência do *Majles*, especialmente a partir das primeiras propostas de emendas constitucionais, inspiradas na constituição belga. Diversas responsabilidades seriam transmitidas ao Legislativo, o poder Executivo passava para o Gabinete, e o poder real viria do Povo, e não mais de Deus. No entanto, havia a declaração do xiismo duodecimano como religião oficial do Irã, com a separação entre cortes de lei comum e religiosa. Apesar da oposição do Xá — que julgava a constituição alemã como um exemplo mais aceitável, pois conferia mais poderes ao Executivo —, em janeiro de 1908 as emendas foram promulgadas (Ibid, 1982, 87-92).

Cerca de quatro meses depois, em meio a ansiedade quanto à situação política iraniana, os empregados de D’Arcy furaram um poço de petróleo em Masjid-e- Soleiman; o óleo esguichou a mais de dez metros do topo da torre de perfuração e o cheiro de gás natural empestou o ar. No mesmo mês, outros dois poços foram perfurados, e muitos outros em Maidan-e-Naftan (YERGIN, 1993, 139-140). A alegria deu lugar à preocupação no mês de junho, quando o Xá ordenou a Brigada Cossaca a cercar o Parlamento e abrir fogo contra seus ocupantes; Teerão foi tomada (ABRAHAMIAN, 1982, 96). Prontamente o Vice-rei do Raj, Lorde Minto, enviou uma tropa de hindus para o Khuzistão, com o objetivo de proteger os poços, além de alertar quaisquer navios no Golfo Pérsico para a proteção dos portos. Em pouco tempo, os medos britânicos seriam deixados de lado, pois:

The royalists had seized Tehran; but Tehran was not the whole of Iran. In the past such a seizure could have been decisive; now it proved to be merely deceptive. Three of the five main *mujtaheds* in Karbala and Najaf promptly supported the constitution and bluntly denounced the *shah*: “Allah has cursed tyrants. You may be victorious for the moment, but you will not remain so for long.” Armed volunteers rose in defense of the revolution first in Tabriz, later in Isfahan and Rasht, and eventually in most other cities, including Tehran. In the past the capital had determined the course of events in the provinces. Now the provinces determined the course of events in the capital. [...] The drama of the civil war took place mostly in Tabriz. (Ibid, 1982, 87)

No ano seguinte, o Sindicato da Concessão dava lugar a uma nova empresa: a Anglo-Persian Oil Company (APOC), com capital de D’Arcy e da Burmah Oil, e em 1913 a APOC abriu sua refinaria em Abadan, uma ilha no Shatt al-Arab. Com a aprovação

oficial do Parlamento britânico — não sem controvérsias<sup>44</sup> — da substituição dos navios da Marinha Real movidos a carvão por navios movidos a óleo combustível, o Lorde do Almirantado Winston Churchill mobilizou seus colegas de governo a comprar

ações da Anglo-Persian — garantindo que a oferta de óleo combustível para a Marinha fosse controlada pelo governo, e não por outras empresas como a Royal Dutch Shell, que pensavam em investir na APOC. Em 1914, 51% das ações da APOC foram compradas pelo governo britânico, que agora podia nomear dois diretores no conselho da empresa — com direito de veto sobre quaisquer questões relacionadas à produção de óleo combustível e aos contratos com o Almirantado (YERGIN, 1993, 141-142, 154- 155). Do outro lado da fronteira, petróleo também era descoberto na Mesopotâmia; porém, ao contrário do Irã e do Egito, a Alemanha (além da França) tinha grandes investimentos no Império Otomano, e quaisquer concessões teriam de incluí-la ou enfrentar resistência do sultão. No espírito de retardar qualquer atividade petrolífera na região, foi forjado um acordo em 1914 — o Acordo da Linha Vermelha — que estipulava que, em todo o território Otomano (excluindo-se o Egito e o Kuwait), qualquer exploração seria feita pela Turkish Petroleum Company — um consórcio entre a APOC, a Shell, a *Compagnie Francaise des Petroles* (CFP), e o *Deutsche Bank*. No entanto, o estouro da Primeira Guerra Mundial impediu que o consórcio começasse a atuar (MITCHELL, 2011, 58-59).

Durante este conflito, os britânicos armaram e financiaram uma revolta de árabes ao longo do território Otomano. Em 1916, após ser prometido o trono de um reino árabe unificado, o *sharif* de Mecca Hussein ibn Ali al-Hashim convocou os árabes em torno do Islã contra Istanbul; líderes locais usaram outras bandeiras, como o pan- arabismo que iniciava sua disseminação. Ajudado por tropas egípcias e indo-britânicas, o *Arab Army* tomou Amã, Jerusalém, Damasco e Aleppo. No entanto, Grã-Bretanha e França preferiram não arriscar a estabilidade da região e o controle sobre o petróleo, e dividiram o Levante no Tratado de Sèvres. Hussein foi abandonado na Península Arábica, onde estabeleceu seu Reino do Hejaz, sem reconhecimento internacional; quando o Emirado

---

<sup>44</sup> A questão da substituição do carvão pelo óleo como combustível dos navios da Marinha Real foi polêmica por dois motivos. O primeiro foi a criação, em 1912, do seguro-desemprego, seguro-invalidez e iniciativas de saúde pública pelo governo britânico, cuja principal contrapartida era o controle dos gastos da Marinha — a força armada mais custosa. O segundo era o pronto acesso britânico às reservas de carvão do País de Gales e as recém-descobertas na Índia. No entanto, as greves dos mineiros galeses, combinadas com a ameaça de invasão alemã do recém-estabelecido protetorado francês no Marrocos, foram exploradas por Churchill como justificativa para a adoção imediata do óleo combustível e para a garantia de alguma fonte segura de oferta do mesmo. (MITCHELL, 2011, 60-63).



de Riyadh invadiu e anexou a região (fundando o Reino da Arábia Saudita), ninguém correu em seu apoio. Aos seus filhos foram cedidos os tronos de dois países mandatários: Abdullah tornou-se Emir da Transjordânia e Faisal tornou-se rei do Iraque. Tinham autonomia para tratar de assuntos internos, porém os britânicos detinham o poder sobre a diplomacia e as forças armadas (HOURANI, 1981, 67-74).

A paisagem do Levante e do Golfo Pérsico em 1914 transformou-se: as cidades incharam. A população de Basra dobrou entre 1905 e 1919. No Irã, a população total não cresceu tão dramaticamente quanto no Levante, mas a população urbana cresceu até chegar a um terço da população total em 1926. Teerão mais que triplicou seu número de habitantes; Qom, Mashhad e Isfahan dobraram de população neste período (ISSAWI, 1988, 17; CENTRO, 2018). A refinaria de Abadan empregava, pelo menos 2500 funcionários em sua abertura, a maioria indianos. Além disto, estima-se que empregava milhares de azeris, luris e bakhtiaris nos poços de perfuração, a maioria deles em situação informal (YERGIN, 1993, 141). A refinaria cresceu a ponto de, em 1926, ter transformado a ilha em uma crescente cidade; os portos do Golfo, como Qeshm e Chabahar, experimentaram um êxodo populacional para Abadan, onde havia emprego. À medida que a APOC empregava mais e mais iranianos, as más condições de trabalho e a divisão racializada do trabalho seriam questionadas através de greves; na década de 1930, com a centralização do governo e destruição do poder tribal, esta força de trabalho estaria completamente proletarizada (HEIN & SEDIGHI, 2016, 354-359).

A ocupação anglo-russa do Irã durante (e após) a Primeira Guerra Mundial também influiu o movimento nacionalista, que organizava-se nas cidades que cresciam e proletarizavam-se; em 1920, temia-se a instituição de um mandato sobre o Irã nos moldes do vizinho Iraque. Ahmad Shah, instalado pelos constitucionalistas, era um monarca simbólico, e seu governo continuava pouco presente fora de Teerão (ABRAHAMIAN, 2008, 62). Os britânicos temiam um levante popular, já que o Partido Socialista recém-fundado já contava com milhares de membros e organizou a criação do Conselho Central de Sindicatos Federados, que organizou sindicatos de padeiros, alfaiates, operários do ramo têxtil, pedreiros, jornalistas, carteiros, telefonistas, sapateiros, operários do ramo tabaqueiro e, especialmente, os operários do ramo petrolífero. Para piorar a situação, alguns constitucionalistas radicais conduziam uma guerrilha na província nortenha de Gilan e, recebendo apoio dos bolcheviques em Baku, fundaram o Partido Comunista (ABRAHAMIAN, 1982, 126-130). O Levante de Gilan foi confinado

a uma área remota de florestas por um oficial da Brigada Cossaca chamado Reza Khan Mirpanj. Por seus serviços, foi promovido a general; com seu novo poder, marchou até Teerão, nomeou-se Ministro de Guerra e nomeou Zia'eddin Tabatabai como primeiro-ministro. Com o apoio do Partido Reformista (herdeiro do antigo grupo dos Moderados), estabeleceu contatos diplomáticos com os Estados Unidos, a quem ofereceu uma concessão de petróleo na costa do Cáspio. Ganhou a simpatia do *Majles* e introduziu o alistamento militar obrigatório, com a formação de um exército moderno no Irã. Seus aliados conservadores protestaram; mas Reza Khan costurou uma aliança entre uma facção dos Reformistas e o segundo maior partido, o *Tajaddod*, com promessas de centralização, e o alistamento foi aprovado. Em dois anos, a aliança entre Reformistas e o *Tajaddod* elegeu Reza Khan primeiro-ministro; ele terminou as negociações sobre concessões com a Standard Oil, acatou os pedidos da APOC para controlar as greves, abaixou impostos sobre o chá e o açúcar e unificou o sistema tributário. Em outros dois anos, o Parlamento votou para emendar a constituição, abolir o governo Qajar e instalar Reza Khan como o novo Xá. Nascia a dinastia Pahlavi, que governaria até a Revolução Islâmica de 1979 (Ibid, 1982, 132- 135).

Reza Shah ganhou a total aprovação dos britânicos ao fazer da prioridade do seu governo a “modernização” do Irã, extinguindo monopólios britânicos em certos setores (como o financeiro), mas garantindo a dominância britânica em muitos outros através de novas concessões. A manutenção da APOC (agora AIOC) como força dominante no complexo petrolífero iraniano foi de particular importância.<sup>45</sup> Os gastos militares quintuplicaram e, aos poucos, o poder dos *khans* ruiu; as forças armadas persas duplicaram em dois anos, chegando a quase cem mil homens. O Gabinete foi reorganizado em dez pastas civis, e agora empregava cerca de noventa mil funcionários regularmente; o Ministério dos Correios e Telégrafos cobriu as províncias de fiações; o do Interior reorganizou os governos provinciais. A educação secular era agora ampla e estradas pavimentadas conectavam as principais cidades. As diversas famílias de nobres também perderam seus privilégios, agora todos concentrados na família real Pahlavi — que havia transformado-se numa corporação militar-proprietária. O Banco Nacional do Irã foi fundado, substituindo o Banco Imperial da Pérsia. Todo este projeto foi financiado com

---

<sup>45</sup> Este processo de burocratização dentro de um cenário de dependência econômica, que transforma Estados periféricos em defensores de interesses privados internacionais, é estudado a partir de outras cadeias de comódites, como algodão e grãos diversos em BECKERT, 2014, 8-15 e MORGAN, 1982, 19-24.

os *royalties* da AIOC, do saque dos cofres dos Qajar e do penhor de dívidas de nobres e mercadores; sobre estes primeiros, o montante total entre os anos de 1913 a 1947 chegou a 326 milhões de dólares, com a arrecadação no governo de Reza Shah sendo muitas vezes superior à de Ahmad Shah (ABRAHAMIAN, 2008, 66-72). Após o fim da Grande Guerra, as negociações da TPC (agora Iraq Petroleum Company) foram retomadas. A derrotada Alemanha foi excluída do pacto e substituída pelos EUA, que buscavam uma fatia do mercado médio-oriental: agora, os parceiros seriam o comerciante armênio Calouste Gulbenkian, a APOC, a Shell, a CFP e a Corporação para o Desenvolvimento do Oriente Próximo (NEDC). Esta última corporação era uma

parceria entre cinco petroleiras estadunidenses. Em 1927, petróleo foi descoberto em Kirkuk, no Iraque; porém as exportações foram paralisadas em 1929, para evitar a baixa no preço do barril. No entanto, a produção continuou, e a população do Iraque continuou a urbanizar-se rapidamente, concentrando-se em Baghdad, Basra e Kirkuk (YERGIN, 1993, 199-201; ISSAWI, 1982, 216).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, no final da década de 1920, podemos acessar a assimilação do Golfo Pérsico à periferia do capitalismo global através destas quatro grandes transformações: concentração da população (urbanização), de processos produtivos (industrialização), dos fluxos monetários (financeirização), e do poder decisório (burocratização) (TILLY, 1984, 1-10). Além disto, as tradicionais redes de dependência políticas e econômicas de *khans* e governantes locais foram suplantadas por relações trabalhistas assalariadas modernas.<sup>46</sup> Todos estes processos estão intrinsecamente ligados às concessões internacionais de petróleo e as subseqüentes exploração e produção; mesmo que a urbanização preceda as concessões, ligou-se à atividade petrolífera no primeiro quartel do século XX, como nos mostra o êxodo para Abadan. Estas vicissitudes também conectaram o Irã e o Iraque ao sistema global interdependente de Estados, com a construção de um Estado centralizado

---

<sup>46</sup> Este processo de transformação nas relações de trabalho – uma efetiva proletarização – também pode ser verificado na costa africana do Oceano Índico no mesmo período (com intensa participação de mão de obra indiana e capital britânico) e na África Ocidental, durante a primeira metade do século XX – mesmo que, neste último caso, a proletarização no litoral fosse um dos fatores para a emergência de uma “Segunda Escravidão” no interior (METCALF, 2007, 175-180; KLEIN, 1998, 231-236; LOVEJOY, 2016, 30-32).

forte o suficiente para controlar os fluxos de capital, trabalho e bens, e garantir as relações vigentes de produção e circulação de riqueza, mas fraco o suficiente para não resistir às pressões internacionais e servir como operador local de interesses econômicos de conglomerados privados. Este novo Estado persa cimentou as relações sociais que aprofundaram a transferência metabólica de recursos naturais, trabalho e energia do campo para a cidade, e do solo asiático para os motores de navios e automóveis ao redor do globo. A exploração de petróleo no Golfo Pérsico assentou o papel desta região na divisão internacional do trabalho, promovendo a exploração de mão de obra barata na Ásia como ferramenta para atacar os movimentos sociais na Europa. Contudo, a enxurrada de petróleo no mercado mundial que se seguiu

às explorações no Khuzistão e na província de Mosul também transformariam os hábitos de consumo, a cultura, a economia e a política em escala global.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABRAHAMIAN, Ervand. *Iran between two revolutions*. Princeton: Princeton University Press, 1982.

ABRAHAMIAN, Ervand. *A history of modern Iran*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.  
BECKERT, Sven. *Empire of cotton: a global history*. Nova Iorque: Vintage, 2014.

BOGART, Dan; CHAUDHARY, Latika. Railways in colonial India: an economic achievement?. In: CHAUDHARY, Latika; GUPTA, Bishnupriya; ROY, Tirthankar; SWAMY, Anand V. (eds.). *A new economic history of colonial India*. Londres: Routledge, 2016.

CENTRO Estatístico do Irã. *Takamol Jam'iyyat Shahrii*. Teerã, 2018. Disponível em <<http://www.sci.org.ir/portal/faces/public/census85/census85.natayej/census85.jadavelmomtakh>> ab>.

CHAUDHARY, Latika; GUPTA, Bishnupriya; ROY, Tirthankar; SWAMY, Anand V.. Introduction. In: CHAUDHARY, Latika; GUPTA, Bishnupriya; ROY, Tirthankar; SWAMY, Anand V. (eds.). *A new economic history of colonial India*. Londres: Routledge, 2016.

EWANS, Martin. *The Great Game: documents*. Londres: Routledge, 2004.

FINLEY, Moses I.. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

HEIN, Carola; SEDIGHI, Mohamad. Iran's global petroleumscape: the role of oil in shaping Khuzestan and Tehran. *Architectural Theory Review*, Londres, v. 21, n.º 3, 2016.

HOURANI, Albert. *The emergence of the modern Middle East*. Berkeley: University of California Press, 1981.

HOURANI, Albert. *Arabic thought in the Liberal Age, 1798-1939*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

ISSAWI, Charles P.. *An economic history of the Middle East and North Africa*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1982.

ISSAWI, Charles P.. *The Fertile Crescent, 1800-1914: a documentary economic history*. Oxford: Oxford University Press, 1988.

KLEIN, Martin A.. *Slavery and colonial rule in French West Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

LOVEJOY, Paul E.. Jihad and the era of Second Slavery. *Journal of Global Slavery*, Leiden, n.º 1, 2016.

MACHADO, Pedro. *Ocean of trade: South Asian merchants, Africa and the Indian Ocean, c. 1750-1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

METCALF, Thomas R.. *Imperial connections: India in the Indian Ocean arena, 1860-1920*. Berkeley: University of California Press, 2007.

MIRZAI, Behnaz A.. *A history of slavery and emancipation in Iran, 1800-1929*. Austin: University of Texas Press, 2007.

MITCHELL, Timothy. *Carbon democracy: political power in the Age of Oil*. Nova Iorque: Verso, 2011.

MORGAN, Dan. *Los traficantes de granos: la historia secreta del pulpo mundial de los cereales*. Buenos Aires: Abril, 1982.

PARTHASARATHI, Prasannan. *Why Europe grew rich and Asia did not: global economic divergence, 1600-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAY, Indrajit. The myth and reality of deindustrialization in Early Modern India. In: CHAUDHARY, Latika; GUPTA, Bishnupriya; ROY, Tirthankar; SWAMY, Anand V. (eds.). *A new economic history of colonial India*. Londres: Routledge, 2016.

TILLY, Charles. *Big structures, large processes, huge comparisons*. Nova Iorque: Russell Sage Foundation, 1984.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system III: the second era of great expansion of the capitalist world-economy, 1730s-1840s*. Berkeley: University of California Press, 2011.

YERGIN, Daniel. *O petróleo: uma história de ganância, dinheiro e poder*. São Paulo: Página Aberta, 1993.

# MITO E HISTÓRIA NAS ARTES MARCIAIS CHINESAS: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA EPISTEMOLOGIA CH'IXI

Gabriel Guarino de Almeida<sup>47</sup>

## RESUMO

No debate recente dos estudos em artes marciais, Paul Bowman, propõe uma função de ‘caçadores de mitos’ às ciências sociais, que demonstrariam as “invenções das tradições” feitas por mestras e mestres da diáspora chinesa, que elaboram sua memória e cultura no ensino de luta. Doutra lado, Douglas Farrer evidencia o caráter transformacional das narrativas de origem nas práticas corporais que respondem a demandas de entretenimento e eficácia; enquanto constituem elementos de construção de identidades, como nas pesquisas de Ben Judkins, Zhong Guodong e outras. Se lembrarmos, como faz Douglas Wile, que muitas artes marciais foram sistematizadas face ao encontro colonial na China do início do século XX, como isso impacta nossas análises? No contexto de minha pesquisa de doutoramento, uma etnografia da performance do aprendizado de taijiquan, penso a relação entre mito e história na arte marcial pela obra de Silvia Rivera Cusicanqui e sua epistemologia *ch'ixi*, que cria caminhos potentes entre as contradições constitutivas da identidade de povos assaltados pelo colonial. No caminho, recorro ao debate entre Filosofia, História e Antropologia, nos textos de Anne Cheng, Pedro Cesarino e Tim Ingold, na proposição de uma cartografia analítica. **Palavras-chave:** taijiquan; mito e história; epistemologia *ch'ixi*

—

A primeira vez que ouvi falar de Yue Fei foi, na verdade, lendo, ali pelo início dos anos dois mil. Na academia de kungfu que eu freqüentava, os aprendizes poderiam aprender sobre “conteúdos teóricos” a partir da leitura de textos que estavam em CD que circulava entre os alunos, dentre cópias e reproduções, cobradas ou não. O termo CD (Para lembrança e registro) é acrônimo de *compact disc*, vulgo *cedê*, permitia ao usuário salvar arquivos e “lacrá-los” de modo que outro usuário não poderia alterar ou deletá-los do disco. Isso permitia que o CD funcionasse com uma espécie de “pen-drive não editável” que permitia empréstimos entre as pessoas: o aluno levava pra casa, lia os conteúdos, e depois devolvia ao professor ou colega que o emprestou. Caso tivesse os recursos, poderia fazer cópias do CD – algo que, nos arredores do ano de dois mil e cinco, não era algo tão simples de se fazer, pois nem todos os computadores tinham o programa (e as peças no hardware) que permitiam copiar os dados de um CD e “gravar” o conteúdo num “disco virgem”. Toda esta dificuldade técnica fez uma certa demora para que eu pudesse, afinal,

---

<sup>47</sup> Artista Marcial, poeta e professor de kungfu. Doutorando em Educação na PUC-Rio (PPGE/PUC-Rio) e bolsista de doutorado CAPES/PROEX.

Contato: [gabrielalmeida@id.uff.br](mailto:gabrielalmeida@id.uff.br) / [www.instagram.com/guarinowushu](http://www.instagram.com/guarinowushu)

ler sobre a história do famoso General Yue Fei, figura que, até aquele momento, eu conhecia apenas do quadro na parede da academia -- e que, então, quatro vezes por semana, no começo e no fim de cada aula, eu reverenciava como sendo o criador do estilo de Kungfu que eu praticava, o Garra de Águia.

Aquilo era o auge dos meus onze anos de idade, quando entrei no universo das artes marciais chinesas ensinadas num bairro de classe média da zona metropolitana do Rio de Janeiro. Quando finalmente o CD com “*a história do kungfu*” chegou em minhas mãos, não pude senão ficar fascinado com o modelo de herói traçado pelo general Yue Fei: tendo comandando tropas imensas durante as guerras da Dinastia Song, Yue Fei é traído por um conselheiro imperial e tem sua morte decretada pelo governante a quem servia. Embora gozasse de ampla influência junto aos soldados e pudesse tanto fugir quanto iniciar uma reviravolta, Yue Fei se apresenta à corte e, quando lhe perguntam sobre as acusações do crime que não cometeu, Yue Fei se despe, revelando as tatuagens em suas costas que dizem: “servir o país com lealdade”. A tatuagem, feita por sua mãe Lady Yue, marcava o corpo do herói com seus valores máximos, expressando silenciosamente que o General aceitaria às ordens de seu soberano mesmo que isso o levasse a morte. Como me contavam os curtos parágrafos do CD, a morte encontrara Yue Fei ali mesmo, em decapitação, punição caluniosa que tirou sua vida e o alçou a glória como modelo de lealdade para toda a China.

Se reconto a história de meu encontro com General Yue Fei, é para especular sobre os efeitos que ela teve em minha vida de aprendiz de arte marcial chinesa. Demorou muitos anos para que eu me perguntasse um “*será que é verdade?*” que, neste caso, seria duplo: quanto a veracidade da narrativa heróica do general, se aconteceu “de verdade” ou não; e também quanto à atribuição de autoria referente ao estilo de kungfu que eu praticava, que teria sido criado pelo ilustre herói. À época, e isso bem me lembro, não me eram relevantes nem uma coisa nem outra. Ficaram menos ainda quando meu pai me presenteou, no meu aniversário seguinte, com uma pequena (e imprecisa) tradução dos *Analectos* de Confúcio: meu primeiro acesso ao pensamento daquele que, eu viria saber muito depois, era o modelo de sábio para o grande General Yue Fei.

Voltando aos efeitos, hoje me parece evidente que a narrativa do General Yue Fei, no contexto de aprendizado de arte marcial chinesa, cumpre uma função pedagógica. Esta função, ao menos no meu caso, parece ter chegado primeiro que as especulações se o

causo era apenas um “*mito de criação*” ou a “*história de verdade*” do estilo de kungfu. A escolha por uma dessas alternativas excludentes também escondia um perigo: de um lado, de dar a alcunha de “mentirosos” aos meus professores, caso Yue Fei fosse, sei lá, um papai Noel chinês; doutro, do kungfu se tornar algum tipo de seita religiosa que me faz acreditar em histórias fantásticas sem nenhum dado da realidade. Para um jovem estudante de ensino básico, que gostava muito das aulas de kungfu, essas alternativas eram ambas perigosíssimas. Justamente por isso, gostaria de fazer uma passagem num outro problema, relacionado a tal função pedagógica. Afinal, porque se contam histórias?

二

As memórias que narrei acima estavam guardadas nas gavetas da minha infância, até ocasião de minha corrente pesquisa de doutoramento, quando encontrei com outro general criador de estilos de luta: General Chen Wangting, que ao se aposentar ali pelo fim da Dinastia Ming, ocupou seu tempo livre com a criação de Quan’s (拳), isto é, “formas de luta”. Seu legado, mantido pela família no vilarejo de Chenjiagou, iria ser usado em batalhas campestres e serviços de guarda costas até que, já no século XX, iria ganhar o nome que hoje conhecemos: taijiquan.

Nas orientações acadêmicas que recebo, o encontro com General Chen Wangtong me chega como “dados etnográficos” – realizo hoje uma *performance ethnography* no taijiquan. Esta ‘etnografia da performance’, conforme leciona Douglas Farrer, consiste em tomar o aprendizado de uma arte marcial (e a inserção do pesquisador no grupo de prática e relações que a permeiam), como base para escrita, pesquisa, criação e transformação reflexiva de si e de outras pessoas. É uma proposta de pesquisa, Farrer continua, que emerge de uma observação participante engajada na construção de método tátil e corpóreo, que coloca em risco o corpo, a integridade física e até a vida do pesquisador na busca de conhecimento, habilidade e transformação. (FARRER, 2018, 140).

Como Farrer, antes de ser antropólogo eu já era artista marcial. Nos anos anteriores ao meu ingresso no doutorado, minha fonte principal de renda era como professor e atleta de Kungfu, tendo vivido três anos como atleta de wushu tradicional, competindo pela nacional e internacionalmente, angariando títulos e premiações a custo de um estilo de vida disciplinado e intenso, necessário a prática desportiva em caminhos de alto



rendimento. Por isso, a parte final da descrição de Farrer – o risco referente à busca de habilidade, que coloca a vida em estados elevados de fadiga e vulnerabilidade – não me é exatamente novo. Doutra forma, sua descrição me parece partir da própria base do que seja empreitada etnográfica: aprender um modo de vida outro, ao viver junto das pessoas com que se estabelece uma relação de conhecimento, cuja base é justamente a capacidade transformadora de si. Ao final, este processo de aprendizagem é justamente a composição do alternante movimento que chamamos de *etnografia*, um experimento teórico de escrita que permite ao leitor compreender o tópico de pesquisa não do ponto de um ponto de vista individual, mas de uma trama de relações, no contexto da situação, tecendo um caminho rico de exposições e agenciamentos coletivos<sup>48</sup>. Menos que o próprio etnógrafo, são as pessoas (e as coisas) que falam (MIZRAHI, 2020; ASAD, 2016, p. 225; PEIRANO, 2014, p. 386; ALMEIDA, 2003).

Embora concordando que a marca do conhecimento produzido em campo, na Antropologia, se dá primariamente no corpo do pesquisador – como argumenta Mauro Almeida (2003) – há certamente uma diferença na proposição de Farrer. Pois menos que um *habitus* adquirido no trabalho de campo (ALMEIDA, p. 22), o etnógrafo de Farrer adquire uma *habilidade* de fazer, ou em seus termos, um *craft*. Eu traduziria: um ofício. Afinal, Pierre Clastres passou um bom tempo junto aos Guayaki, aprendendo como viviam, caçavam, riam e cantavam, mas hora nenhuma se propôs a *tornar-se um caçador* junto aos homens com quem falava. Muito pelo contrário: em interessante passagem, ele nos narra sua *inabilidade* em acompanhar as pessoas com quem ele fazia sua pesquisa, numa ocasião uma incursão à mata fechada, quando num “desaparecimento” de alguns companheiros. Acompanhando-os, Clastres e etnógrafo revela como suas roupas/corpo se distinguiam do saber-fazer dos Aché:

Decidiu-se ir ver o que se passava e eu me juntei ao grupo apesar das precauções: "É muito longe! Muito jaguar! os companheiros já estão mortos!" De fato, temiam sobretudo que eu retardasse sua marcha. Aceitaram finalmente minha presença; e logo compreendi a propriedade de suas reticências. Não se tratava de caçar, isto é, de explorar passo a passo o terreno, lentamente, olho e ouvido, mas de ir direto ao alvo sem perder tempo: eles caminhavam muito rápido. Eu me encontrava na traseira, atrasado, imobilizado por vezes pelas lianas que me faziam tropeçar ou me atavam bruscamente a um tronco. Os espinhos se agarravam na roupa, era preciso desviar-se a golpes de ombros desordenados: mesmo que me arrastasse era em vão! Os Aché, ao contrário, silenciosos, flexíveis, eficazes. Percebo bem depressa que meu *handicap* provinha em parte de minhas roupas; sobre a pele nua dos índios, galhos e lianas deslizavam sem feri-los. Resolvi fazer o mesmo, tirei minhas roupas já

---

<sup>48</sup> Como no texto de Gabriel Bannagia (2015) acerca das forças do Jarê.

esfarrapadas, que depositei ao pé de uma árvore para reavê-las na volta. Não fiquei senão com as botas: não teria podido andar descalço e temia as serpentes - e um grosso cinturão de couro que sustentava meu 38 na bainha. Nu como um verme, a exceção disso. Foi

com esse bizarro equipamento que eu prossegui a marcha; nenhum risco, em todo caso, de um encontro embaraçante. (CLASTRES, 2020, p. 145)

Aqui as coisas (e muito) se diferenciam. Desde que comecei meu trabalho de campo, eu sou efetivamente um aprendiz de taijiquan, me esforçando para adquirir este conhecimento tanto quanto meus amigos e amigas de turma – talvez a diferença é que eu *também* estou escrevendo uma tese. O *também* aqui é importantíssimo: seria mentira dizer que a experiência de aprendizado é instrumental à pesquisa, na medida em que vejo meu estilo de vida se transformando pela prática, meu corpo adquirindo novas propriedades, minhas habilidades transformando-se radicalmente: o processo de conhecimento ao qual um antropólogo se submete nunca é instrumental aos seus propósitos de pesquisa ou escrita, pois os excede, transbordando pela vida presente e pela carreira vindoura. Podemos notá-lo, inclusive, no aprendizado de Clastres junto aos Aché, registrado no curso de sua crônica etnográfica, onde o jovem Francês aprendia aos poucos uma forma de viver diferente da que havia até então vivido.

三

Pedro Cesarino, em livro que escreveu junto aos cantadores Maburo, retoma um antigo debate entre mito e história, apontando que “mito” é, muitas vezes, uma categoria de contraste erigida para nomear este “outro” do pensamento filosófico, carente de racionalidade *logos* à moda europeia (CESARINO, 2017, p. 9). Se a “história” é verdadeira, o “mito” seria seu falso. Mas... Falso para quem? Como Cesarino nos diz: se as pessoas com quem conversamos nos dizem que uma dada história é “verdadeira”, cabe a nós estudar seus critérios:

É assim que a tarefa da tradução, entendida, de acordo com Henri Meschonnic, como um compromisso com a alteridade da expressão oral, se encontra com certa concepção da antropologia, ou seja, aquela que se empenha em garantir a “autodeterminação ontológica do outro”, como diz Eduardo Viveiros de Castro (2003). (CESARINO, 2017, p. 20)

Esta autodeterminação ontológica ressoa, ainda, os termos de Anne Cheng (2008) quanto a capacidade de conceituação filosófica constantemente negada aqueles de fora de Europa. Neste esquema colonial, chineses fariam mitos e pensamento (tal qual os nativos

daqui) enquanto europeus fariam história e filosofia. Se, no entanto, nos atentássemos ao potencial conceitual em termos simétricos?

Estando este pequeno texto situado num diálogo com historiadores, cabe definir desta forma esta tal empreitada antropológica: Significa levar à sério a produção de conhecimentos destas pessoas num mesmo status epistemológico que o que produz academicamente. Trata-se, talvez, de dizer que “os procedimentos que caracterizam a investigação são conceitualmente da mesma ordem que os procedimentos investigados” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 116 e 117).

Como se faz isso? Nos termos de Tim Ingold, seria como um estudo com as pessoas e no mundo, cujo objetivo é “buscar uma compreensão generosa, comparativa, mas nada obstante, crítica do ser e saber humanos no mundo que todos habitamos” (INGOLD, 2015, p. 327). Em sua proposta, sinto companhia na preocupação em fazer desta prática um ofício, onde a produção de conhecimento é somente possível em relação com as pessoas, a partir e no mundo que habitamos junto delas. Tomada neste sentido, *fazer antropologia* se relaciona a uma forma de construir conhecimento da vida social, entendida não como uma “coisa em si”, da qual descobriríamos uma verdade última, mas enquanto processos contínuos que observamos e vivemos.

É talvez deste lugar que tomo incomoda a preocupação recente, visualizada em certos foros de pesquisa em artes marciais, com realizar uma “busca *da verdade*” relativos aos causos que compartilhamos quando aprendemos a arte marcial. Um exemplo pode ser visto no debate de encerramento do 6th Martial Arts Studies Conference 2020, MARS – Martial Arts, Religion and Spirituality. Na conversa entre Six Wetzler e Paul Bowman, este parecia reiterar a proposição de que os estudos em artes marciais cumpririam a função de “caçadores de mitos”, ao demonstrarem as “invenções das tradições” feitas por mestras e praticantes (BOWMAN & WETZLER, 2020). Embora Wetzler tenha feito ponderadas observações, coerentes com sua produção relevante ao tema (WETZLER, 2014), predomina no tom de Bowman um certo *iluminismo* que, ao universalizar as formas europeias de compreensão da história (e do tempo), acabam por deslegitimar e invalidar narrativas de mestras e mestras da diáspora chinesa, que elaboram suas memórias e culturas no ensino de luta. Diferindo desta abordagem, pode-se encontrar nos trabalhos (FARRER, 2011, 2015) que evidenciam o caráter transformacional das narrativas de origem nas práticas corporais que, ao respondem a demandas de entretenimento e eficácia,

constituem elementos de construção de identidades (JUDKINS, 2014; GUODONG ET. AL, 2015). Se lembrarmos, como faz Douglas Wile (2020), que muitas artes marciais foram sistematizadas face ao encontro

colonial na China do início do século XX, como isso impacta nossas análises? Quais perspectivas metodológicas podemos construir para podermos habitar a contradição entre investigação acadêmica e cultivo da tradição?

É nesta pergunta que se dá o meu encontro com a sociologia de Silvia Rivera Cusicanqui. Sua atenção ao cotidiano e as formas de fazer em vida desde uma identidade cingida pela violência colonial, me trazem ecos do momento da construção da identidade dos artistas marciais chineses do início do século XX, frente ao imperialismo japonês e britânico. Os estilos de kungfu que se praticam hoje, aqui em Brasil, são oriundos de um movimento de diáspora chinesa e precisam ser compreendidos nos fluxos de sistemas de aprendizados, modos de comunicação e construção de vidas partilhadas. Trabalhos como o de José Bizerril (2007) e Fernando Ferreira (2013) colocam este fluxos em análise e observação, permitindo seja visível como o ensino de luta é uma composição de histórias de vida. Desta forma, assim como na Sociologia da Imagem de Cusicanqui, podemos visualizar que as formas artísticas construídas no ensino de luta são elaborações conceituais da realidade que, junto ao ensino, são modos de fazer no aqui-agora uma “civilização” chinesa a partir das práticas corporais (ver, por ex. FEUCHTWANG, 2014).

Mais que isso, há um aspecto ético relativo a identidade nossa, em pleno Brasil de dois mil e vinte um, quando buscamos estas práticas corporais como modo de fazer a nossa vida. A identidade ch’ixi da qual fala Cusicanqui é também nossa: o sofrimento da ferida colonial se faz presente em ser brasileiro, em elaborações tão inusitadas quanto aprender cultura chinesa numa academia de arte marcial. Entre colonizações e fluxos, estes engajamentos de aprendizado forma identidades múltiplas, que podem ser olhadas desde uma noção fragmentos que carecem de legitimidade – ou de uma potencia que nasce exatamente deste espaço de habitar a contradição que nos constitui.

#### 四

Ao fim da primeira seção deste texto, eu perguntei do porquê contamos histórias. Para muitos, histórias são informações: aspectos descritivos da realidade que nos permitem compreendê-las enquanto fatos, capazes de verificação e análise. Uma informação pode

ser verdadeira ou falsa e, transmitida na forma de um código (verbal, imagético, etc) é um movimento de transmissão entre captadores e receptores. Se você voltar a história que contei ao início, e lê-la como quem recebe uma informação, você poderá dela duvidar, averiguar e, talvez, ao fim se perguntar *o que faço com isso?*

Nesta pergunta reside outro jeito de tomar a contação de uma história: como um dispositivo atencional, que oferece ao ouvinte um *percurso de aprendizado* que recria uma experiência. O aprendiz-escutante é capaz de então, acionar coisas que ouviu quando ele mesmo se vê uma posição análoga a do contador de história. Clastres, no trecho anterior, nos contou como foi correr junto aos Aché, certo? Agora, nós, seus ouvintes, aprendemos algo sobre esta ação de correr na mata e, na próxima vez em que nos encontrarmos numa situação semelhante, poderemos acionar esse conhecimento na forma de uma *habilidade*.

É desta forma que Tim Ingold (2021) tem desenvolvida a sua noção de *storytelling* como inserida numa discussão de desenvolvimento de habilidades (*enskilment*). Neste caminho, contar uma história é com mostrar algo, isto é “tornar presente para esta pessoa, de modo que ela possa apreendê-la diretamente, seja olhando, ouvindo ou sentindo.” (INGOLD, 2010, p. 21). Pensando nos exemplos da arte marcial, quando o mestre executa uma sequencia de movimentos, o aprendiz deve engajar sua percepção nos elementos que irá, depois, reproduzir. Quando ele nos conta a história de um general leal ao seu reino, ele recria uma atmosfera onde os valores são entendidos enquanto condutas relacionais<sup>49</sup>. O processo de ensino, assim, não é uma informação que sai do mestre e o aprendiz recebe como input: mas o re-fazer acompanhado, onde o aprendiz faz junto aquilo que aprende.

A história que contei ao início pode ser relida então como uma educação da atenção, que toma os valores como algo construído relacionalmente. Ao reviver estas histórias, então, aprendemos sentidos de um modo de vida chinês, tradicional porque tecido ao longo das gerações de mestres e aprendizes. Junto com Ingold, podemos perceber que a história ou o mito de criação, no contexto de ensino, revela uma disposição atencional do aprendiz e do mestre, que partilham junto um modo de viver, fazer agir. Não que não haja, também, informações. Na história com o General Yue Fei (滿江紅) (1103-1142 d. C.), o estilo de

---

<sup>49</sup> Como Fei Xiaotong nos conta que é no confucionismo (FEI, 1992)

Kungfu Garra de Águia teria surgido na Dinastia Song; há, ainda, a história que nos diz que o estilo seria uma criação moderna, já na Dinastia Qing, por

Lau Si Chun (劉仕俊) (1827-1910 a. c.). Se tomássemos a história com uma escolha por verdade única, estas duas versões seriam incompatíveis.

No entanto, de uma perspectiva Ch'ixi, estas duas narrativas se unem numa linhagem, onde os critérios de verdade possuem definições de autoria ligada a manutenção de valores clássicos, de matriz, confuciana, junto à gênese moderna da arte marcial como elemento de identidade que resiste aos conflitos coloniais que marcaram a transição da Dinastia Qing para a primeira República Chinesa. Se optarmos, como na episteme ch'ixi, em habitar a contradição, veremos: na Dinastia Song, a consolidação dos chamados “Clássicos Marciais” chineses, da renovação confucionista e da consolidação de um imaginário imperial que, se vinculando às Dinastias mais antigas, iria perdurar até a era republicana chinesa; doutro lado, a narrativa moderna permite traçar os laços históricos com a Chin Woo Athletic Association e as linhagens contemporâneas do estilo, vinculadas a gênese novas compreensões da arte marcial enquanto intencionalmente criação de comunidade. Olhando a arte marcial chinesa por uma perspectiva Ch'ixi (CUSICANQUI, 2015, 2018), abrimos caminho à construção de uma práxis, habitando contradições que se complementam e alternam, numa temporalidade rica em modos fazer a vida, hoje, possível<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup> Nota de fim: o texto aqui apresentado apresenta reflexões expostas na ocasião do Simpósio Temático 06 História da Ásia: pesquisa e ensino por brasileiros, coordenado por Daniel Tiago de Vasconcelos (PGH/UFRPE) e Angélica Louise de Souza Alencar (Sophia University Tóquio), na ocasião do I Encontro de História da Pós-Graduação em História da UFRPE, realizado em ambiente virtual, entre 10 e 13 de Agosto de 2021. A partir das contribuições em debate, notei que o assunto principal de minha comunicação – relativo a análise dos textos de criação e fundamentação do Chen Taijiquan – merecia melhor aprofundamento e maturação de análise. Por isso, neste texto apresentei reflexões gerais quanto aos marcos éticos e epistêmicos de minha pesquisa e ensino, de modo a abrir espaço para a partilha e discussão. Ou apenas uma história que valha ser contada e, para tu que lê, ouvida.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mauro W. B. de. Relativismo Antropológico e Objetividade Etnográfica. In: *Campos* 3:9-29, 2003.
- ASAD, Talad. O conceito de tradução na antropologia social britânica. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George. *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Papéis selvagens edições, 2016.
- BANAGGIA, Gabriel. *As forças do Jarê: religiões de matriz africana na Chapada Diamantina*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015
- BOWMAN, Paul.; WETZLER, Six. *O Martial Arts, Religion and Spirituality, with Dr Sixt Wetzler. Closing Conferece at the 2020 Martial Arts Studies Conference*. 14 de julho de 2020. <https://youtu.be/7EfCGOpbx2k>
- CESARINO, Pedro de Niemeyer. *Quando a Terra deixou de falar: cantos da mitologia Maburo*. São Paulo: Editora 34, 2013.
- CLASTRES, Pierre. *Crônica dos índios Guayaki: o que sabem os Aché, caçadores nômades do Paraguai*. São Paulo: editora 34, 2020.
- BIZERRIL, José Neto. *Retornar à raiz: tradição e experiência de uma linhagem taoista no Brasil*. São Paulo: Attar, 2007.
- FARRER, Douglas S. *Performance Ethnography* In: BOWMAN, Paul. *Martial Arts Studies: A Reader*. 2018, pp. 137-153

\_\_\_\_\_. Efficacy and Entertainment in Martial Arts Studies: Anthropological Perspectives, *Martial Arts Studies* 1, 2015, 34-45. <https://doi.org/10.18573/j.2015.10017>

\_\_\_\_\_. Coffe-Shop Gods: Chinese Martial Arts and the Singapore Diaspora. In: In: FARRER, D.S.; WHALEN-BRIGDE, John. *Martial Arts as Embodied Knowledge: Asian Traditions in a Transnational World*. Albany. State University of New York Press, 2011. pp. 203-238  
FEI, Xiaotong. Xiangtu Zhongguo, Shanghai. Translation by Gary Hamilton and Wang Zheng, *From the Soil. Foundations of Chinese Society*, Berkeley: University of California Press, 1992.

FERREIRA, Fernando Dondoro Castilho. *A inserção do Kungfu no Brasil na perspectiva dos mestres pioneiros*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná). 2013.

FEUCHTWANG, Stephan. Coordinates of body and place: Chinese practices of centring. In: HOLBRAAD, Martin; ABRAMSON, Allen (Org.) *Framing cosmologies: The anthropology of worlds*. New York. Manchester University Press, 2014

GUODONG, Zhang; GREEN, Thomas A.; GUTIEÉRREZ-GARCÍA, Carlos. Rural Community, Group Identity and Martial Arts: Social Foundation of Meihuaquan. In: “*Ido movement for culture. Journal of Martial Arts Anthropology*”, Vol. 16, no. 1 (2016), pp. 18–29

INGOLD, Tim. “*From habitus to habit: reflections on technique, body and voice*”. 2º Transformações Técnicas em Perspectivas Locais. Conferência com Tim Ingold. Laboratório de Antropologia da Ciência e da Técnica, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília (LACT/DAN/UnB). 2021. Disponível em: [https://youtu.be/\\_ivBR3VjrjY](https://youtu.be/_ivBR3VjrjY)

\_\_\_\_\_. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Editora Vozes, 2015

\_\_\_\_\_. Da transmissão de representações à educação da atenção. In: *Educação*, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010



JUDKINS, Benjamin. Inventing Kungfu. In: *JOMEC Journal*. 2014

MIZRAHI, Mylene. O que a “humildade dos objetos” pode nos dizer sobre a beleza no rio de janeiro: notas sobre uma trajetória de pesquisa. In: *Sociol. antropol.* | rio de janeiro, v.10.03: 1045–1056, set.–dez., 2020 <https://doi.org/10.1590/2238-38752020v10312>

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014 <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000200015>

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. *O Nativo relativo*. In: *MANA* 8(1):113-148, 2002

WETZLER, Six. Myths of the Martial Arts. In: *JOMEC Journal*, (5). 2014 DOI: <http://doi.org/10.18573/j.2014.10276>

Wile, D. (2020) Marx, Myth and Metaphysics: China Debates the Essence of Taijiquan. In: *Martial Arts Studies* 10, 23-39. <https://doi.org/10.18573/mas.118>



**ST- 07. ENSINO DE HISTORIA E  
EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO: UMA  
REFLEXÃO E UMA PRÁTICA NECESÁRIA  
AO PLENO EXERCÍCIO DA CIDADANIA**

**COORDENAÇÃO:**

**Eduardo Augusto de Santana (PGH/UFRPE)**

# BATALHA DO PEDREGAL: SABERES E FAZERES JUVENIS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE

Gabriel Lopes Dantas<sup>51</sup>  
Patrícia Cristina de Aragão<sup>52</sup>

## RESUMO

Neste trabalho acadêmico buscamos destrinchar o conceito de patrimônio cultural imaterial no Brasil com especificidade na Batalha do Pedregal, um movimento cultural com ênfase nas Batalha de Rap, Poesia Marginal e Batalha do Passinho que ocorre no bairro do Pedregal na cidade de Campina Grande, Paraíba. O objetivo desse trabalho é discorrer sobre a importância desse movimento cultural para o processo de reeducação dos jovens dessa comunidade, especificamente como forma de dialogar com a juventude e elucidar a problemática do direito à cidade e consequentemente aos espaços de lazer e cultura. Posto isso, esse trabalho é embasado com referência no autor Nathalia Maia Martins (2006) que aborda sobre a temática do patrimônio cultural imaterial, a autora Vieira (2018) que buscou discorrer sobre os movimentos culturais na periferia. Acrescentamos também fontes produzidas pela mídia que estão disponíveis em sites da internet. Nesse âmbito, o resultado dessa pesquisa busca também contribuir com o registro desse movimento, levantando sua história e importância para a população local. Destacando a relação da História, prática cultural periférica e sua valorização no âmbito educacional, para firmar a Batalha do Pedregal como patrimônio cultural imaterial da cidade campinense.

**Palavras-chave:** Batalha do Pedregal; Patrimônio cultural imaterial; Cidade.

## INTRODUÇÃO

*“Minha cara autoridade, eu já não sei o que fazer.  
Com tanta violência eu sinto medo de viver,  
Pois, moro na favela e sou muito desrespeitado  
A tristeza e alegria aqui caminham lado a lado  
Eu faço uma oração para uma santa protetora  
Mas sou interrompido à tiros de metralhadora  
Enquanto os ricos moram numa casa grande e bela  
O pobre é humilhado, esculachado na favela  
Já não aguento mais essa onda de violência  
Só peço a autoridade um pouco mais de competência”.*

*Cidinho e Doca - Eu Só Quero É Ser Feliz*

A epigrafe em tela chama atenção a luta e resistência nas favelas. Luta versadas nos tons da poesia, em que a arte musical expressa e aponta para as desigualdades sociais e o contexto da experiência social de moradores desta espacialidade. Escrever a história destes lugares, através da arte musical aponta também como o movimento de luta nestes contextos de viver se verificam no cotidiano. Este trecho da música dos compositores

---

<sup>51</sup> Graduando em Licenciatura plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba. Pesquisador do Programa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq. Pesquisador do Grupo de Estudo e Pesquisa História, Cultura e Ensino – PGPHCE. E-mail – [gabriel\\_lopes91@hotmail.com](mailto:gabriel_lopes91@hotmail.com)

<sup>52</sup> Doutora em Educação. Professora da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail - [patriciacaa@yahoo.com](mailto:patriciacaa@yahoo.com)

Cidinho e Doca, representa um lugar de fala, os das periferias e como nelas a vida consubstancia e os sujeitos sociais e históricos, criam, recriam, novos modos e formas de viver a vida e empreender seu movimento de luta quer seja através de suas artes que seja através de seus ativismos culturais, sociais, políticos e educativos.

Este texto procura versar sobre o movimento cultural Batalha do Pedregal de Campina Grande -PB, oriundo das culturas e práticas da periferia, estabelecendo conexões entre as práticas das pessoas nele envolvidas, observando tais ações como culturais, históricas, políticas e educativas com foco no social, mas também enfatizando que o movimento cultural Batalha do Pedregal enquanto patrimônio imaterial da cidade de Campina Grande-PB. Do rap ao slam a batalha vai fazendo o movimento de travessia, da poesia, da música, da dança e possibilitando a partir da crítica social, falar a respeito da periferia como espaço de entrelaçamento de conhecimentos das juventudes desta territorialidade apresentam as diversas maneiras de ler o social.

Nesta perspectiva, advogamos a ideia que o movimento Batalha do Pedregal, é um importante patrimônio histórico, cultural e imaterial, que na contemporaneidade traduz os sentimentos de viver, de estabelecer relação com o espaço vivido em seu potencial de arte e cultura, unindo nas forças juvenis, na ação das juventudes periféricas outros modos de se conectar com o espaço urbano e suas vicissitudes.

O passinho, o slam e a batalha do conhecimento movimentam e recriam juventudes e infâncias educando para novas conformações sociais, neste sentido, as práticas culturais comunitárias se articulam neste movimento em que há uma ação dialógica, entre a força do rap e o slam que se conjugam nas diversas formatações críticas de questões sociais de envergadura que se representam na poesia vinda dos vários cânticos da alma para transformar em arte, as palavras vividas na periferia.

A gênese deste texto tem como ponto de partida uma aula de Metodologia do Ensino de História IV, no curso de Licenciatura Plena em História na Universidade Estadual da Paraíba, no ano de 2020 para alunos do 5º período, foi indagado através da professora, o que os alunos e alunas compreendiam sobre o que é patrimônio.

Naquele momento, foram vários os exemplos a respeito disso, foi citado a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, que é localizada na cidade de Campina Grande, Paraíba, fundada em 08 de dezembro de 1769, por decreto do Bispo de Olinda Dom Francisco Xavier Aranha (DIOCESE DE CAMPINA GRANDE, 2020), também foi citado o primeiro Hospital Dom Pedro I, também localizado na cidade de Campina Grande, PB, que foi construído através de membros da Loja Maçônica Regeneração Campinense, por meio de uma doação de terreno em meados da década de 1920, iniciando a sua construção em 7 de setembro de 1936. (JESUS, 2018, p. 34).

Acredito, que o exemplo dessa aula nos apontou para o que ocorre na sociedade, pois, quando se fala de patrimônio de imediato ressalta-se estas ambiências, porque no imaginário coletivo pensar patrimônio refere-se a edifícios, monumentos e igrejas antigas. Entretanto, geralmente, não se pensa que no bairro, instituições da comunidade como, a Sociedade de Amigos de Bairro, e a própria escola na qual esses indivíduos estão inseridos, também são patrimônios.

Esse fato, nos aponta para a ausência/silenciamento, ou mesmo poucas discussões dentro/fora do cotidiano escolar, sobre outros patrimônios, sejam eles materiais ou matérias, que fazem parte de uma comunidade e da trajetória das vidas quem nela vivem. Outros aspectos que nos mostra a necessidade da escolar se retratar sobre os múltiplos lugares da cidade e seus sujeitos, para que não se vivencie práticas reducionistas apontando como enfatiza Adichie (2007), para uma história única, cuja narrativa seja construída a partir de determinados sujeitos e práticas.

Enfatizamos a importância de referenciar os saberes coletivos elaborados nas comunidades periféricas, pautando o foco no patrimônio e a sua inclusão escolar para que sejam vivenciados por crianças, adolescentes e jovens na escola, permitindo assim outros tratamentos acerca das possibilidades de pensar o patrimônio.

O objetivo desse trabalho é discorrer sobre a importância desse movimento cultural para o processo de reeducação dos jovens dessa comunidade, especificamente como forma de dialogar com a juventude e elucidar a problemática do direito à cidade e consequentemente aos espaços de lazer e cultura.

A intenção é mostrar a Batalha do Pedregal para a cidade de Campina Grande-PB, e principalmente para a juventude periférica da cidade, e apresentar as suas atividades, ressaltando a necessidade de reconhecê-la como patrimônio cultural imaterial da cidade. Embasamos este trabalho, nos aportamos nos estudos da Nathalia Maia Martins (2019), Natália Guerra Brayner (2007) e Anna Paula Ferraz Dias Vieira (2018). Do ponto de vista metodológico, a nossa pesquisa é bibliográfica e documental.

## **1. O DEBATE SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL**

Neste tópico discutiremos sobre a noção de patrimônio imaterial. A noção de patrimônio surgiu a partir de uma perspectiva histórica relacionada diretamente a cidadania. Patrimônio vem do latim “pater” que significa pai, logo, patrimônio seria algo passado de pai para o filho, ou seja, uma herança. Essa noção de patrimônio<sup>53</sup> foi

---

<sup>53</sup> Vale ressaltar, que a noção de patrimônio não está ligada apenas a questão material, ou seja, a espaço e estruturas físicas como, por exemplo: igrejas, monumentos, quadros, etc., também é considerado patrimônio na perspectiva imaterial tudo aquilo que é valioso para determinado grupo, mesmo que não seja para outros como, por exemplo; coco de roda, maracatu e no caso da cidade de Campina Grande, a Feira Central da



elaborada inicialmente por meio da Revolução Francesa no século XVIII, onde os revolucionários pretendiam destruir alguns espaços físicos e monumentos ligados ao clero, para romper com essa estrutura que era presente nesse tempo-espaço, na perspectiva de erradicar com ela de vez. Porém, alguns membros “revolucionários” achavam essa medida desnecessária e ressaltavam a importância artística e econômica desses patrimônios materiais. (BRAYNER, 2007, p. 12.)

Quando é discorrido sobre o patrimônio cultural imaterial, é necessário compreender que ele é fruto de uma escolha da sociedade na qual reconhece tal produção e ação como patrimônio cultural, ou seja, para que objetos, lugares e práticas culturais recebam essa nomenclatura, é necessário que os valores e significados dessa sociedade seja voltado para esses exemplos citados. Afinal, o primeiro passo para que determinada manifestação cultural seja aderida como patrimônio cultural imaterial, o início é a própria população que se relaciona com a manifestação, identifique-se com ela, como é discorrido abaixo;

Independentemente dos mais diversos significados que possam ser atribuídos a uma manifestação ou bem cultural, considera-se patrimônio aquele que é reconhecido pelo grupo social como referência de sua cultura, de sua história, algo que está presente na memória das pessoas do lugar e que faz parte do seu cotidiano. (BRAYNER, 2007, p.14-15).

Nessa perspectiva, é necessário destacar a respeito do SPHAN<sup>54</sup>, que é responsável por defender e favorecer os bens culturais do Brasil de qualquer natureza, que foi fundado em 1937, ligado ao Ministério do Turismo.<sup>55</sup> Nesse mesmo ano, é prolongado o decreto- lei nº 25, que discorre o seguinte:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer

---

cidade. Porém, o debate de patrimônio cultural imaterial, é algo recente fortemente debatido no século XX no Brasil.

<sup>54</sup> O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante sua fundação, sofreu várias alterações e transformações sobre sua nomenclatura e consequentemente funcionalidade como, por exemplo: em 1946 durante o governo interino do José Linhares e início do governo de Eurico Gaspar Dutra, o SPHAN foi transformando em Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), no ano de 1970, o DPHAN é transformado novamente em Instituto novamente. Sofre alterações ainda ao decorrer da década de 1970 e 1980, até que o tornasse novamente instituo no ano de 1994, por meio da medida provisória nº 752/1994 restabelecendo o nome com Iphan, em alteração a nomenclatura recebida em 1990 que era Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Linha do Tempo - Iphan 80 Anos. Instituto do Patrimônio histórico e artístico, [s.d.]. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20190127154324/http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1211> . Acesso em: 10 de jul. de 2021.

<sup>55</sup> Há um ponto essencial para ser discorrido, que é sobre a importância do Movimento Modernista na fundação do IPHAN, movimento esse que naquele momento histórico cumpria um papel do que hoje é chamado "contracultura", afinal, eles reelaboraram o fazer cultural no Brasil, diferentemente do pensamento dominante que reproduzia uma falsa diversidade cultural embasada no mito das três raças. Um dos grandes nomes que foi precursor para romper com a cultura indenitária que a elite brasileira estava reproduzindo que em curto tempo gerou a democracia racial, foi o poeta Mario de Andrade (1893-1945). (BRAYNER, 2007, p.10).

Foi através deste decreto que o Brasil, começou a criar medidas de proteção, como é o caso do próprio tombamento. Neste momento histórico, era apenas o Estado o grande responsável pelo reconhecimento dos patrimônios materiais da nação, pois, o tombamento de alguns espaços na intenção de construir uma História oficial do Brasil, algo que a elite brasileira possuía bastante interesse.

E o patrimônio imaterial? Bom, por muito tempo o patrimônio imaterial não foi levado com seriedade por meio do Estado, afinal, a maioria dos patrimônios imateriais são pertencentes as classes populares, que por muito tempo no século XX, algumas dessas práticas culturais eram colocadas a margem da sociedade. Ademais, o foco do SPHAN no final da década de 1930 no Brasil era em bens móveis, arquitetônicos, conhecidos como monumentos de pedra e cal.

Outro fato, é que “povos ocidentais, por outro lado, evidenciaram por muito tempo com mais veemência a conservação de seus patrimônios tangíveis”. (MARTINS, 2019, p.60). Logo, se entendeu que por muito tempo as manifestações populares foram cada vez mais negligenciadas como, por exemplo, o próprio maracatu que já era existente desde o século XIX no Brasil, e também o Hip-Hop não foge dessa realidade.

Os avanços a respeito do patrimônio imaterial no Brasil, tornaram-se bastante significativos na década de 1970. Quando estava na presidência do Brasil Emílio Garrastazu Médici. Neste momento, o Brasil no curso de uma ditadura sofria uma crise econômica com a altas taxas de inflação e aumento da dívida externa, além do chamado arrocho salarial, o que conseqüentemente gerou uma queda nas políticas públicas por falta de investimento estatal.

A partir de então, começou a ser pensando a respeito da modernização do conceito de preservação, ou seja, a ideia de patrimônio passou a ser debatida de uma forma mais ampla, o motivo principal disso era para fomentar o turismo como uma das válvulas de escape para a crise na qual o Brasil estava inserido. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO, 2006).

A conseqüência disso foi uma descentralização sobre patrimônio e uma grande influência da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Ocorreu também em outubro de 1971 o II Encontro dos governadores para preservação do Patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil, que gerou o compromisso de Salvador, na Bahia, onde saíram várias propostas, entre elas o objetivo de inscrição como monumento de valor cultural, o acervo urbano de Lençóis -(Bahia),

criação do Parque Histórico da Independência da Bahia na cidade de Pirajá (Bahia), criação do Museu do Mate na cidade de Campo Largo (Paraná), entre outras medidas.

Outra medida desenvolvida pelo governo neste momento, foi o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste (1973), que tinha como objetivo investir para recuperar o patrimônio cultural urbano na perspectiva de aumentar o turismo para o desenvolvimento econômico local e regional. O que gerou bastante críticas ao longo do desenvolvimento desse programa, pois era dito que o financiamento era destinado apenas a grandes engenhos e não as demais manifestações populares que possuíam e possuem bastante importância na região nordestina do Brasil.

Outro grande fato muito importante na década de 1970, foi principalmente o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) fundado em 1975, que tinha como seu presidente o Aloísio Magalhães que era um grande designer gráfico, que já tinha desenvolvido através do CNRC uma análise das transformações socioculturais brasileira, novos modelos alternativos de cultura e um reconhecimento artístico sobre o artesanato. (BRAYNER, 2007, p.10). E no ano de 1979 o CNRC é fundido a SPHAN, o que gerou um grande avanço nesse órgão, pelo olhar inovador que o CNRC possuía.

Toda essa nova movimentação que ocorreu na década de 1970 no Brasil, foi essencial, pois trouxe novos debates a respeito do que era patrimônio. Outra grande conquista foi através da Constituição Federal de 1988, especificamente em seu Art. 215, que descreve o seguinte “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988) e Art. 216 elabora o seguinte:

**Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem (BRASIL, 1988)

Estes artigos da Constituição foram de uma grande importância, pois geraram uma inclusão das culturas e manifestações de povos que sempre foram colocados a margem da sociedade, e também apresentou resultados como, por exemplo: o Decreto 3.551, de 04 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial<sup>56</sup> e a criação do Programa Nacional

---

<sup>56</sup> O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial é responsável por registrar determinado bem como Patrimônio Cultural Brasileiro, através dos seguintes livros; Registro dos Saberes, para a inscrição de conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades. Registro das Celebrações, para rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social. Registro das Formas de Expressão, para o registro das manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas e o Livro de Registro dos Lugares, destinado à inscrição de espaços como mercados, feiras, praças e santuários, onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. (BRAYNER, 2007, p.21). Porém, essa ação vai além de possuir uma mera nomenclatura, isso obriga o poder público de documentar e dar ampla divulgação a esse bem para alcançar toda as camadas da população. Ressaltando tudo que é pertencente ao bem, contando e registrando a sua história, para que a



do Patrimônio Imaterial.<sup>57</sup> E deram a responsabilidade ao Estado de está auxiliando através de editais, registro e acompanhamento contínuo dos espaços de patrimônio cultural imaterial, para auxiliar nas dificuldades existentes e reforçar a importância desses espaços, culturas e forma de manifestar arte para a população.

## **2. VOZES DA PERIFERIA: BATALHA DO PEDREGAL E OS FAZERES JUVENIS**

A Batalha do Pedregal é um movimento sociocultural educativo, que ocorre na Praça Evandro Barros, e realiza atividades culturais das seguintes modalidades; Batalha de Conhecimento, Batalha de Slam e Passinho dos Maloka (passinho de Brega Funk). É uma Batalha organizada por jovens de outras periferias e também do próprio bairro supracitado.

“Hoje, o Pedregal é considerada a maior “favela”, nos termos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em população, do estado da Paraíba” (PEREIRA,

2016, p.17). Considerando a afirmação da cientista social, Mariana Cavalcanti Pereira, tenho acordo que “A cidade, fragmentada pela lógica econômica e social produtivista, está em disputa” (VIEIRA, 2018, p.24). Ou seja, a disputa é consequência de uma busca pelo crescimento econômico e social, logo, compreendesse que essa disputa é ocasionada também na “venda” da imagem de uma cidade sobre as outras. Logo, os bairros que conseguem disputar a cidade, são preenchidos para possuir as condições para disputar na produtividade, aos bairros que não possuem condições de disputarem, resta apenas a marginalização e o esquecimento.

Em diálogo com a organização da Batalha do Pedregal, chegou-se à conclusão que algumas das suas ações eram modificadas conforme o momento, por justamente o bairro precisar dessa alteração, afinal o território no qual a batalha está inserida “[...] pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural”. (HAESBAERT, 2007, p.27). E compreender essas relações é necessário para que o projeto que a batalha montou, seja efetivo de fato na sociedade.

Nesse contexto, a Batalha do Pedregal, seguiria uma linha em suas modalidades como ocorrem em outras batalhas ligadas ao Movimento hip hop no Brasil, onde atuam com a batalha de sangue e batalha de slam. Porém, a organização da batalha do pedregal,

---

cultura permaneça forte, afinal, essa medida estimula a sociedade a conhecer e participar de determinada manifestação cultural no qual esse bem faz parte.

<sup>57</sup> O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial é uma responsabilidade do governo federal para fomentar, através das parcerias e suporte financeiro por meio de editais, a identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural brasileiro. É através desse programa, que as camadas populares conseguem com mais força resistir através da sua arte, pois, é através do auxílio que o Estado proporciona, juntamente com o conhecimento popular, e a resistência de manter existente determinado bem, que é possível cada vez mais a propagação cultural.

a observar a realidade em seu entorno, percebeu e analisou que um dos seus públicos que no caso eram as crianças, possuía um sentimento muito forte pela dança, especificamente o passinho do brega funk. Logo, a modalidade do passinho foi inserida na batalha do pedregal, que atualmente integra em sua organização as modalidades de batalha do conhecimento, batalha de slam e passinho, se diferenciando<sup>58</sup> de todas as batalhas que ocorrem na cidade de Campina Grande-PB.

Foi analisado pela organização da Batalha do Pedregal, que o bairro no qual eles estão inseridos, sempre sentiram uma grande necessidade de terem acesso as atividades culturais. Afinal, é muito típico do Estado, privilegiar o centro da cidade e sua população, restando apenas aos outros territórios buscarem por si só, uma inovação ou saída para os seus problemas. Então, a Batalhado do Pedregal tornou-se um meio para solucionar alguns problemas que a favela do Pedregal sofre em seu cotidiano, logo, a organização da Batalha do Pedregal, assume não somente um caráter cultural, mas educacional e também de movimento para auxiliar, lutar e defender o território que eles estão inseridos, inclusive, da desconstrução da imagem negativa que o bairro possui pela construção alheia, perante o restante da sociedade campinense.

Dessa maneira, a Batalha do Pedregal se popularizou o acesso à cultura, através do RAP, Slam e Passinho, iniciando suas atividades em 26 de Junho de 2019. E quando é trabalhado sobre cultura, é importante salientar o que discorre a doutora em antropologia social, María de Lourdes Arizpe Schlosser;

Cultura se define como todo el complejo de rasgos espirituales, materiales, intelectuales y emocionales que distinguen a una sociedad o grupo social. No solo incluye las artes e las letras, sino también los modos de vida, los derechos fundamentales del ser humano, los sistemas de valores, las tradiciones y las creencias (SCHLOSSER, 2009, p. 40).

---

<sup>58</sup> Um diferencial que ressalta a interculturalidade do Hip-Hop com o Brega Funk, ambas culturas extremamente negligenciadas pelo Estado, e que muitas das vezes resultam em organizações sem apoios financeiros, serem os próprios financiadores e apoiadores de seus próprios projetos, reforçando um grande sentimento de solidariedade e de alteração da realidade por meio da cultura. A grande decepção, é que sobre caí sobre essas organizações e movimentos culturais, um grande estereótipo alimentando pela mídia e consequência do abandono estatal a essas referidas culturas, que esses espaços se culturas são resumidos a espaços de “criminalidade” e uso de drogas. Quando na realidade, esses espaços estão extremamente exaustos assumindo a responsabilidade e dever que não deveriam ser apenas deles, de combater isso que tanto a grande mídia acusa esses espaços de reproduzir. CONCEIÇÃO, Joseildo Henrique. **O “passinho dos maloka” de Recife: Um grito de identidade e visibilidade.** 2019. Disponível em: <https://medium.com/neworder/o-passinho-dos-maloka-de-recife-um-grito-de-identidade-e-visibilidade-acfa72d77198>. Acesso em: 10 jul. 2021.

Como exemplo da citação acima o diferencial da cultura produzida pelas Batalhas relacionadas ao movimento Hip-Hop, Brega Funk e Slam em relação as demais culturas, é sua criação e produção ter sido feita através dos negros e negras e periféricos e periféricas. Algo, que tem ligação com a favela do Pedregal, ou seja, a Batalha do Pedregal popularizou o acesso à cultura, isto porque ela nasceu e se originou nesta comunidade e traz marcas sociais e culturais da mesma.

O rap, a poesia através do Slam, a dança do passinho, para a população da favela do Pedregal, não é algo apenas visto e ouvido na TV, celular ou computador, faz parte da prática vivenciada na praça Evandro Barros no contexto da comunidade, dando a acessibilidade dessa população desenvolverem suas habilidades artísticas e serem sujeitos históricos, escrevendo, dançando e rimando sobre sua própria história.

Ressaltamos a importância do trabalho desenvolvido pela Batalha do Pedregal no sentido que ela, a batalha, popularizou o acesso ao hip-hop e slam. É importante enfatizar que as letras de Rap e as poesias através do slam possuem para a favela do Pedregal. É notório as críticas corriqueiras nessas letras e poesias sobre a ausência das políticas públicas, preconceitos, e abandono estatal nos espaços onde os rappers e slammers habitam. Tal como, o grande trabalho que os rappers e slammers negros (as) brasileiros (as) vêm desenvolvendo ao longo de suas carreiras, de desconstruírem aquela história lusobrasileira e História Única (ADICHIE, 2007), além das suas contribuições para o empoderamento e autoestima do povo preto.

O rap e o slam tornam-se essenciais para a construção da memória social, coletiva e individual, das pessoas da comunidade e dos protagonistas que fazem parte da batalha, artistas que preocupados com as questões sociais, elaboram uma arte cujo alcance social e cultural é notadamente sentido na comunidade.

É a memória dos acontecimentos e dos fatos, que pode ser analisada com os acontecimentos das batalhas e aquilo que as letras e poesias do slam denunciam, após as informações serem armazenadas nessa população, é criada a possibilidade da compreensão dos fatos sobre a vida, “desde um ponto de vista prático, a memória dos homens e dos animais é o armazenamento e evocação de informação adquirida através de experiências; a aquisição de memórias denomina-se aprendizado.” (IZQUIERDO, 1989, p. 89). Não se deve esquecer, a continuidade que as atividades culturais desenvolvidas pela Batalha do Pedregal possuem, o que leva a reflexão “como pelo efeito de uma filiação contínua, o sentimento de nossa identidade” (CANDAU, 2019 *apud* HALBWACHS, 1994, p. 16-17). Ou seja, gera contribuições também para a identidade, que é formada pela constante afirmação de significados pelas contribuições pertencentes as letras de Rap e Slam.

## 2.1. AS CONTRUBIÇÕES QUE PERPASAM A CULTURA

A Batalha do Pedregal, analisou que o público feminino presente nas suas rodas culturais, estava muito baixo. Logo, a organização buscou modificar esse cenário afinal, “A presença feminina é muito restrita quando comparado ao número de homens que tem um engajamento maior dentro do hip hop”. (LIMA, 2016, p.57).

Os organizadores da Batalha ao perceberem a recepção das mulheres nas atividades desenvolvidas, passaram a desenvolver ações que tivessem a participação feminina, a partir daí, desenvolveu uma nova forma de incluir as meninas para ocuparem os espaços da Batalha. Organizaram uma Oficina de autocuidado direcionado para o público feminino, inicialmente no dia 27 de julho de 2019, dando continuidade no dia 01 de setembro de 2019, entre outras atividades também, conforme percebe-se na figura 1 abaixo.

**Figura 1**



Oficina do Pedrega. **BATALHA DO PEDREGAL**. Campina Grande, 26 de jul. de 2019. Instagram: @batalhadopedregal. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/B0ZbNbkp\\_dW/](https://www.instagram.com/p/B0ZbNbkp_dW/). Acesso em: 10 de jul. de 2021.

A iniciativa para elaboração das oficinas de autocuidado, teve como proposta aproximar as mulheres que queriam fazer parte cada vez mais da cultura Hip Hop, objetivava mostrar resultados após as oficinas, na busca por solucionar um problema que é embasado no machismo da sociedade. Outro fato importante, é analisado na arte publicada pela Batalha do Pedregal em seu Instagram no dia 13 de dezembro de 2019;

**Figura 2**



**Imagem 1. BATALHA DO PEDREGAL.**

Campina Grande, 13 de dez. de 2019.

Instagram: @batalhadopedregal. Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/B6BL6bQJeV/>

. Acesso em: 10 de jul. de 2021.

Duas coisas chamam atenção nessa arte; a utilização do espaço da Batalha para o incentivo da comunidade a fazerem sua inscrição no curso do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), um movimento extremamente louvável afinal, a Batalha está popularizando o acesso as inscrições dos cursos profissionalizantes, que muitas das vezes não chegam até jovens da periferia como é o caso da favela do Pedregal, por justamente muito deles (as) não possuem acesso à internet ou até mesmo condições financeiras de locomoção para irem de encontro com espaços que estão disponibilizando a inscrição.

O outro fato, é a frase na qual a arte possui: “Cabelin na régua, diploma no porte. Seja um maloqueiro estudado”. O “cabelin na régua” faz parte da estética visual dos jovens da periferia, ou seja, a frase vai de encontro com os jovens da comunidade. O incentivo do “diploma no porte” é um referencial a educação, algo que a Batalha do Pedregal anuncia como de bastante importância, e por fim “seja um maloqueiro estudado” dando uma nova interpretação ao estereótipo da palavra maloqueiro, que segundo o Jornalista Joseildo Henriques (2009) é um termo “utilizado de forma pejorativa para referir-se aos jovens de periferia envolvidos em criminalidade”, mas que pode ser interpretado da seguinte forma; “seja o que você é, independente dos estereótipos que a sociedade impõe, mas seja estudado”. Vale destacar, que a frase vai totalmente de encontro com as próprias inscrições do SENAI, divulgada pela Batalha. Ademais atividade importante da batalha será relatada através de uma imagem abaixo:

**Figura 3**



**Imagem 2. BATALHA DO PEDREGAL.**

Campina Grande, 07 de fev. de 2020.

Instagram: @batalhadopedregal. Disponível em:

[https://www.instagram.com/p/B8SOAE2J7w-/  
/](https://www.instagram.com/p/B8SOAE2J7w-/). Acesso em: 10 de jul. de 2021.

É notório que a Batalha do Pedregal, no ano de 2020, através dessa arte publicada em suas redes sociais no dia 07 de fevereiro, do ano citado, começaram a incorporar em sua organização novas responsabilidades, como a de atender a comunidade através das demandas de saúde mental, assistência jurídica e social (a organização relata que há um grande número de jovens presos de forma injusta no Bairro do Pedregal), horta comunitária e preparatório para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCEJA). Cumprindo um papel social, muito além da responsabilidade que normalmente as batalhas ligadas ao movimento Hip Hop comprem a nível nacional. Mostra-se aqui, um total sentimento de responsabilidade e luta social para comunidade que a batalha está inserida.

Por fim, é necessário destacar a grande luta no combate ao racismo que a Batalha do Pedregal vem desenvolvendo no bairro. Além das próprias Batalha de Conhecimento e Slam que possuem letras repletas de combate a essa estrutura, há também algumas atividades relacionadas a própria saúde mental, como é o caso da roda de conversa intitulada “Movendo Estruturas – Ação 1, Saúde mental e mulheres negras”, atividade realizada pela Batalha do Pedregal, Projeto Enegrecida e GELEN-CG (Grupo de Estudos Literários em Escrituras Negras), que convidaram as psicólogas Inaiana Gama e Beatriz Trajano no dia 25 de julho de 2020.

Trabalhar a questão da saúde psicológica dentro da periferia é essencial. É notório a grande dificuldade da existência da saúde mental dentro desse espaço, afinal, como haver saúde mental em espaços que há tantas famílias desempregadas? Como sorrir ao

ver seus filhos (as) presos injustamente? Ou até mesmo sem condições para comprar alimento para dentro de casa? Principalmente, nessa relação do desemprego que majoritariamente atravessam corpos pretos e pretas.

“A falta de reconhecimento pode gerar o ressentimento, uma vez que elementos como autoestima e orgulho são também formadores de identidades”. (ARMOND, 2016 *apud* ADAMEC, 2014: p. 94). Logo, se a autoestima e o orgulho são também essências para a construção da identidade, a Batalha do Pedregal é certa em organizar rodas de conversas na perspectiva de diluir os danos causados pelo racismo na sociedade, afinal, é alimentar a busca pelo reconhecimento da identidade preta, que diariamente ela é roubada.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Batalha do Pedregal cumpre uma função social e cultural significativa na comunidade do Pedregal, pois, possui uma responsabilidade com o Bairro que por muitas vezes os próprios órgãos responsáveis não possuem. É importante ressaltar que as ações desenvolvidas pela Batalha do Pedregal têm um sentido educacional, compreende-se que há uma importância nesse movimento, pois eles cumprem um papel na conta corrente da chamada cultura do silêncio (FREIRE, 1996), mostrando que o povo tem seu poder. Por fim, não há como esquecer, a ação da Batalha do Pedregal, é o exemplo simples daquilo que Cidinho e Doca discorrem em sua música "Eu só quero é ser feliz", "O povo tem a força, precisa descobrir/ Se eles lá não fazem nada, faremos tudo daqui".

Na perspectiva do patrimônio cultural imaterial, a própria Constituição Federal de 1988, em seu art. 215, inciso § 1º, discorre “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”. (BRASIL, 1988). E em seu art. 216 constitui como patrimônio as formas de expressões. Logo, entendemos a necessidade do reconhecimento da Batalha do Pedregal como Patrimônio cultural e imaterial da cidade de Campina Grande, por cumprir com funções tão essenciais para a comunidade além de desenvolverem gigantescos trabalhos sem nenhum suporte estatal. Já há um grande reconhecimento desse movimento, não apenas para os moradores do bairro do Pedregal, mas também para outros cidadãos da cidade cabe as autoridades cumprirem com a sua responsabilidade.

## **REFERÊNCIAS**

ADICHIE, Chimamanda. — O Perigo da História Única. Vídeo da palestra da escritora nigeriana no evento **Technology, Entertainment and Design** (TED Global 2009).



ARIZPE, Lourdes. **Cultura, criatividade y gobernabilidad**. Cidade do México. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001.

ARMOND, Vítor Ribeiro Leivas Dias Ferreira. **Um Estado sem nação: o IHGB e a construção da identidade nacional brasileira no século XIX**. 2016. 54 f. Monografia (Bacharelado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

BRAYNER, Natália Guerra. **Patrimônio cultural imaterial**: Brasília, DF: IPHAN, 2007.

CONCEIÇÃO, Joseildo Henrique. **O “passinho dos maloka” de Recife: Um grito de identidade e visibilidade**. 2019. Disponível em: <https://medium.com/neworder/o-passinho-dos-maloka-de-recife-um-grito-de-identidade-e-visibilidade-acfa72d77198> . Acesso em: 10 jul. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

HAESBAERT, R. **Território e multiterritorialidade: um debate**. GEOgraphia, no 17, Ano IX, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**; tradução: Albin Michel. Paris, 1925-1994, p. 89.

IZQUIERDO, I. Memórias. Estud. av., São Paulo, v. 3, n. 6, p. 89-112, ago. 1989. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141989000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000200006&lng=pt&nrm=iso) . Acesso em: 10 jul. 2021.

LIMA, Mércia Ferreira de. **Desacordes de gênero em um movimento artístico-cultural: os lugares das mulheres no hip hop em Campina Grande-PB**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.

Linha do Tempo - Iphan 80 Anos. **Instituto do Patrimônio histórico e artístico**, [s.d.]. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20190127154324/http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1211> . Acesso em: 10 jul. 2021.

MARTINS, Nathalia Maia. **Batalhas de rap e Museologia social: Uma análise sobre o papel dos museus em Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Museologia, Florianópolis, 2019.

PEREIRA, Mariana Calvalcanti. **"O bom é a arriação!": circuitos de lazer e outras interações entre jovens de Campina Grande**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.

VIEIRA, Anna Paula Ferraz Dias. **O direito à cidade e a cultura marginal: a narrativa como luta por visibilidade**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Espírito Santo, UFES, Brasil, Vitória, 2018.



1970 a 2000: surge o conceito mais abrangente de bem cultural. **Instituto do Patrimônio histórico e artístico**, 05 de maio de 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/80anos/noticias/detalhes/3581/iphan-de-1970-a-2000-%E2%80%93-fase-%E2%80%9Cmodernista%E2%80%9D> . Acesso em: 10 jul. 2021.



## **ST- 09. HISTÓRIA DOS “NORDESTES” DE DENTRO PARA FORA**

### **COORDENAÇÃO:**

Emanuel da Silva Oliveira (PGH/UFRPE)

Jaime de Lima Guimarães Jr, (PGH/UFRPE)

**A DESCONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO NORDESTINO POR  
DURVAL MUNIZ DE ALBUQUERQUE JÚNIOR**

## RESUMO

Este artigo tem como intento analisar e interpretar a obra do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior: *A Invenção do Nordeste e Outras Artes* (1996), explorando fundamentos teóricos que compõem seu trabalho historiográfico. Utilizaremos ideários filosóficos, geográficos e historiográficos para discutirmos a emergência do Nordeste – espaço sociopolítico e objeto de estudo dessa abordagem. Ao discutirmos o estudo de Albuquerque Júnior acerca da identidade espacial, cultural e política do Nordeste, discutiremos seus questionamentos quanto as práticas discursivas regionalistas, que por intermédio de elementos caracterizadores desse espaço, fomentam o conceito de Nordeste – e por que dissolvê-lo.

## ABSTRACT

This article aims to analyze and interpret the work of the historian Durval Muniz de Albuquerque Júnior: *The invention of the northeast and other arts*, exploring theoretical foundations that make up his historiographic work. We will use philosophical, geographic and historiographic ideas to discuss the emergence of the Northeast - a socio-political space and object of study of this article. When discussing Albuquerque Júnior study of the spatial, cultural and political identity of the Northeast, we reproduce his questions regarding regionalist discursive practices, which through elements that characterize this space, foster the concept of the Northeast - and why it should be dissolved.

## INTRODUÇÃO

Qual o sentido de invenção? Essa ideia, antes de tudo, tem o papel de desnaturalizar. Afinal, se assumirmos que discursos e conceitos são inventados pelo homem –como o Nordeste foi inventado – evidenciamos que essas criações não são naturais. Qualquer recorte espacial é feito pelo homem, e a ideia de invenção nos força a

---

<sup>59</sup> Graduanda em História/Licenciatura pela Universidade Estadual Vale do Acaraú e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET).

<sup>60</sup> Orientador, docente do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Pós-Doutorado junto ao PACC - Programa Avançado de Cultura Contemporânea da UFRJ, em 2017.

pensar esses espaços para além de suas fronteiras físicas, para além de suas convenções; começamos a enxergá-los como construções sociais, políticas e culturais. O termo invenção, então, revela que tudo é o que os homens criam, tudo possui dimensões culturais, antropológicas, temporais; que não há nada de pré-determinado, de a-histórico. É nesse sentido que o conceito de invenção se insere aqui. Buscaremos desnaturalizar os discursos que construíram certo imaginário da região nordestina. E qual o sentido desse imaginário social? Para Bronislaw Baczko (1985), se trata de um montante de representações ligadas intimamente a relações de poder. Essas representações possuem diversas camadas que divergem entre si na sociedade e, longe de serem neutras, são sustentadas por discursos que, de acordo com Chartier (1990), criam relações e estratégias de poder para hierarquizar as camadas sociais e menosprezar parte delas.

Em primeiro lugar, consideraremos o Nordeste como uma construção imaginária e discursiva que pode ser desconstruída. O Nordeste é sentido, escrito e representado desde a segunda década do século XX, de forma reacionária e conservadora. Foi deixada às sombras das evoluções políticas e econômicas pelas quais o Brasil passava nas primeiras décadas do século XX – a modernização e a industrialização capitalista, o fim da escravidão, a República – e foi retratada como uma região nostálgica a tudo que era considerado retrógrado naquele momento. O Nordeste nasce como um espaço saudoso ao sistema monárquico, à produção artesanal, à escravidão. Essa definição (Nordeste) surge pela primeira vez no documento de criação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), em 1919.

A Inspetoria Federal é o resultado da Grande Seca de 1915, quando décadas antes dos campos de concentração nazistas, o antigo Instituto de Obras Contra as Secas (IOCS) criou os chamados “Currais Humanos” para os sertanejos que fugiam da grande seca. O primeiro deles foi o Campo de Alagadiço, em Fortaleza, que era refúgio de milhares de pessoas que viviam sem as mínimas condições básicas de higiene e alimentação. Segundo Kênia Rios (2001), esses campos eram como uma prisão. Quem lá entrava, não poderia mais sair ou, na melhor das hipóteses, só conseguiam essa permissão para trabalharem em obras públicas.

O então governador do Ceará, Benjamim Barroso, financiou a migração de milhares de sertanejos para outros estados, a fim de controlar o crescimento absurdo da população na capital. O IOCS foi então reformulado para o IFOCS, e no documento de criação deste, define-se a área de exercício da Inspetoria Federal, que se estendia de Alagoas ao Ceará, ainda não incorporando a Bahia, Piauí, Maranhão e Sergipe.

É a partir desse momento que as fronteiras do Nordeste começam a ser definidas, principalmente sustentadas pela ascensão do novo movimento regionalista na segunda década do século XX, que surgia de maneira reacionária às novas formas de representação de espaço que surgiam por todo o Brasil. O nascimento desse conceito é a gênese de uma construção imaginária nordestina.

Igualmente, é válido destacar a importância do interesse que as elites agrárias nordestinas tinham na emergência dessa região. Com a queda da economia açucareira, os eixos econômico e político brasileiros se deslocaram para o Sudeste (início da República Café com Leite) e as elites nordestinas, que concentravam sua produção agrícola no cultivo da cana-de-açúcar e do algodão, assim como na pecuária, perderam posições de prestígio no cenário político brasileiro.

Sendo assim, partimos do ponto de encontro das condições que foram necessárias para a emergência do Nordeste: fome, secas, mortes, atraso econômico, retrocesso político. Todos esses fatores colaboraram para o perfil regional que é sustentado até os dias de hoje, perpetuados nas artes. Seja como representação artística na literatura, na xilogravura, no cordel, na música, nas artes visuais, no cinema, o Nordeste foi pensado a partir das condições citadas acima – e esse conceito foi estruturado de uma forma muito específica por um grupo de intelectuais que transformaram essa região através de manifestações políticas, sociais e intrinsecamente regionalistas. Esse grupo de estudiosos estruturou um imagético-nordestino baseado nas diferenças dessa região em comparação com o resto do Brasil: baseando-se no argumento climático, que atribuía a caatinga e o semiárido ao Nordeste e, portanto, defendia que essa região já existia antes mesmo do recorte espacial documentado pelo IFOCS; e o argumento cultural, que atribuía uma cultura que é fruto da miscigenação, do encontro das três raças, ao Nordeste.

Enquanto o resto do país sofria com a adulteração de sua cultura raiz pela imigração, a região nordestina mantinha a sua cultura “genuína” – que era produto do encontro luso-africano- indígena desde o período colonial. É esse discurso regionalista que encabeça a produção intelectual acerca do imaginário nordestino, a partir da década de 1920, tendo como grande arquiteto do movimento regionalista, Gilberto Freyre, criador do Centro Regionalista do Nordeste, que organizou intelectuais, políticos e artistas em reuniões para discutirem os mais variados assuntos que alimentam a ideologia regionalista, e que são inclusive registradas em edições do jornal *O Diário de Pernambuco*, reforçando ainda mais a importância dos meios de comunicação para a propagação dessas novas ideias. A imprensa, de acordo com Roger Chartier, representa

uma “nova espécie de tribuna”, e colabora para a institucionalização de verdades; seria, então, “uma nova maneira de exercício do poder” (2003, p. 29).

É graças a esse movimento que a ideia de Nordeste é lançada e é percebida em dimensões que vão além do espaço geográfico. O regionalismo vai além das fronteiras entre os estados dessa região, e unifica-os em um espaço muito maior, muito mais socialmente e culturalmente similar. Dessa forma, a harmonização da identidade do Nordeste suprime as diferenças individuais em favor de uma imagem homogênea e popular que busca retratar a realidade daquele espaço. A necessidade de pertencer a uma nação, de identificar um território por fronteiras historicamente definidas e, por fim, de traduzir as centenas de contrastes de uma região em um retrato homogêneo, é o combustível para as obras regionalistas. Essas, por sua vez, sustentam um conceito de Nordeste como é concebido e representado.

### **ACIMA DE TUDO, UM FORTE: O ESTEREÓTIPO DO NORDESTINO**

Acima, discutimos as condições e as convenções que fazem parte da construção de certo imaginário do Nordeste. E sobre o seu povo? Como podemos pensar a criação de uma identidade regional que designe características específicas para aqueles que nascem em um determinado espaço?

O estereótipo do nordestino vai além dos gentílicos dos estados dessa região. Em muitas formas de representação artísticas, literárias e musicais, podemos encontrar uma identidade muito bem definida para os nordestinos. Para Maura Penna (1992), a identidade é uma representação histórica e culturalmente criada, entendida como um processo pelo qual os indivíduos se relacionam e interagem com o mundo. O que enfatiza, portanto, a complexa estrutura entre as relações sociais e a identificação dentro de uma sociedade.

Se assumirmos esse processo de identidade social e cultural como produto não só das relações sociais, mas também das representações, essas sendo manifestadas nas representações artísticas, podemos analisar como a imagem do nordestino foi criada, interpretada e em certos níveis, institucionalizada e estigmatizada.

O que é entendido por nordestino, agora com a influência regionalista e suas repercussões, assume dimensões muito maiores. Não apenas as noções de naturalidade daquele indivíduo, da sua experiência de vida naquela região, das suas práticas culturais do dia-a-dia, das tradições de sua cidade e estado, mas também como aquele gentílico é

mostrado ao resto do país, através de livros, imprensa, músicas ou filmes, ajudam a construir uma identidade nordestina.

A figura do nordestino surge pouco tempo depois da criação da região, por volta do fim da década de 1920 e é, em sua essência, a agregação de figuras anteriores que eram usadas para representar a sua população, a exemplo do boiadeiro, do sertanejo, do cangaceiro. Novamente trazemos à tona a capacidade de homogeneização das particularidades, em favor de uma imagem muito mais generalizada e simplificada do discurso regionalista.

Podemos analisar a “invenção do cabra-macho”, como é apresentada no livro *Nordestino: uma Invenção do Falo* (2003), também de Albuquerque Júnior, como um dos principais estereótipos desse gentílico. Também podemos compreendê-lo como um mito que, para além da generalização, foi impulsionado pela camada dominante da sociedade - as elites agrárias – e assumia um valor de compensação. Apesar do atraso econômico, da subordinação política, da fome e das secas, o nordestino era um “cabra-macho”. Nesse cenário, percebemos o teor compensatório da sustentação desse imaginário, afinal, o nordestino não teria poder político ou desenvolvimento econômico, mas era “cabra-macho”.

Euclides da Cunha (1902), por exemplo, escreve que o sertanejo falta em todas as posturas de um ser humano educado, é um “Hércules-Quasímodo”, mas ainda assim, é um forte. Um dos grandes escritores desse imagético-nordestino, Euclides da Cunha em *Os Sertões* (1902), que antes mesmo do conceito de Nordeste existir, foi responsável por não apenas disseminar descrições paisagísticas, culturais e físicas, mas por consequência, ajudar a institucionalizar “verdades” sobre o estar no Nordeste e o ser nordestino. A narrativa euclidiana repercute em imagens que serão usadas por diversos escritores posteriores.

O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas.” (CUNHA, 1902, p.47)

Assim, analisaremos como as relações de saber e poder sustentam esses discursos regionalistas: essas relações não dependem da correspondência entre o que é real e o que é descrito, pois criam imagens demasiadamente generalizadas sobre o espaço, descartando as particularidades que compõem cada parte desse espaço.

Apresentam uma caatinga eternamente castigada, um semiárido infértil e um litoral de praias exuberantes, mas ocultam as mudanças sazonais de cada clima, os

aspectos geográficos (como rios, serras, fontes, etc) e todos os contrastes físicos, sociais e culturais que diferenciam cada parte dessa região; a generalização é o sacrifício das diferenças únicas em troca de semelhanças superficiais.

Em *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos, podemos analisar como os discursos que giram em torno do Nordeste assumem caracteres extremamente conservadoras, e, ainda que inconscientemente, colaboram para a construção desse imagético reacionário. Não obstante em seu objetivo de denunciar as mazelas que o povo nordestino enfrentava, Graciliano Ramos criou um sujeito sertanejo animalizado, ignorante e intelectualmente inferior. O discurso de denúncia, pode repercutir com outros sentidos, e ser lido de uma forma que viabiliza o seu uso para reforçar a imagem de um indivíduo subalterno, alienado e incapaz.

Dessa forma, precisamos analisar como esses discursos repercutiram na construção da figura do nordestino, até onde eles se mantêm como narrativas ditas genuínas, e quando começam a repercutir em falas ofensivas e degradantes. É nessa ruptura, entre o que se pretende ser escrito e o que realmente repercute que devemos concentrar questionamentos e investigações.

Os estereótipos sobre o indivíduo nordestino são alimentados pelas interpretações dessas obras regionalistas e assumem diferentes representações ao serem lidos e sentidos ao longo do tempo, e é nessa propriedade de serem reinterpretados que está a propriedade de serem usados para discursos preconceituosos e ofensivos.

### **A PERPETUAÇÃO DO IMAGÉTICO**

Para Albuquerque Júnior (2001), o conceito de Nordeste existe enquanto uma instituição sustentada por mecanismos de saber e poder, que produzem um eixo imagético-discursivo. A representação dessa região, portanto, assume um perfil muito bem delineado por estereótipos e convenções que contribuem diretamente para a perpetuação de discursos pejorativos. A criação de “verdades” acerca do Nordeste e do seu povo não necessariamente retrata a realidade, mas institucionaliza certas “verdades”.

Fundamentando-se no método de análise arqueo-genealógico de Michel Foucault, filósofo francês, Albuquerque Júnior (2001) investiga as relações de saber e de poder enraizadas nesse processo histórico de construção imagético-discursiva. Entende-se, então, como os discursos são sustentados por camadas profundas de repetição e institucionalização de saberes e como esses discursos devem ser analisados e investigados através de seus processos temporais e históricos.



A natureza homogênea do discurso regionalista revela como as manifestações artísticas e as práticas discursivas são responsáveis por sustentar, interpretar e reproduzir conceitos assertivos, repetitivos e estereotipados sobre a região Nordeste e o povo nordestino. Com esse discurso, assumem características “naturalizadoras” de uma identidade imutável e incontestável pelo processo histórico, afinal, esse se conserva como um processo variável e fluído, contrário ao que a estabilização de uma “verdade”, uma representação absoluta e máxima, como a da construção da imagem regionalista nordestina, constrói.

Dessa forma, é possível perceber como as manifestações artísticas e populares agem para criar, fundamentalizar e perpetuar esse imaginário nordestino. É através desses discursos, dessas formas de linguagens, que as “mitologias sertanejas” se mantêm. O mito do “cabra-macho”, do sertão messiânico, da alienação intelectual e do indivíduo camponês animalizado, se manifesta ativamente no cinema nacional, nas músicas e cordéis, nos romances regionalistas e naturalistas. O Nordeste como o percebemos, é produto dos movimentos literários de Rachel de Queiroz, Gilberto Freyre, Graciliano Ramos, Euclides da Cunha, Jorge Amado. Resultado da canção popular de Luíz Gonzaga, da cinematografia de Glauber Rocha. É, enfim, um retrato do que é escrito, narrado e cantado sobre essa região, um retrato que, caso não haja contestação, permanecerá atemporal e intocado por questionamentos sociológicos e historiográficos, garantindo uma linguagem de estabilidade acrítica. Para Albuquerque Júnior:

definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza. (2001, p. 24)

No livro *A invenção do Nordeste e outras artes* (2001), objeto de estudo desse artigo, o autor usa como exemplo as impressões que Chiquinha Rodrigues, articulista de *O Estado de S. Paulo*, teve ao viajar pelo Nordeste. No exposto, percebemos como as descrições das paisagens são diferentes do que era esperado e que lhe foi apresentado na narrativa de Euclides da Cunha. São notáveis as contradições entre o enunciado, a obra *Os Sertões* e a realidade como é descrita por Chiquinha. O trecho “Às primeiras chuvas, tudo se transforma; são as mil flores, a variedade de pássaros e borboletas” (apud ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 58) evidencia como as mudanças sazonais afetam a paisagem dessa região, o que vai ao contrário do sertão eternamente castigado e seco que é descrito na narrativa euclidiana.

Albuquerque Júnior (2001) explica que o enunciável nem sempre corresponde à realidade. O falar e o ver não necessariamente seguem a mesma direção. O dizível e o

visível, portanto, não dependem da divergência ou correspondência entre si, esses são controlados e sustentados por estratégias de saber e poder.

É importante entendermos que não nos interessa decidir se os discursos regionalistas, que fazem parte dessa instituição do Nordeste, são verdadeiros ou falsos. O que realmente instiga essa análise é entender como funciona a sustentação desse imagético até os dias de hoje; e quais as relações de saber e poder que o sustenta. Não podemos procurar uma “verdade” nos meios de representação do Nordeste, devemos buscar entender esse conceito e, principalmente, suas consequências, suas repercussões.

Podemos citar, por exemplo, o ataque de Rachel de Queiroz à mídia brasileira: “a mídia tem olho torto quando se trata de mostrar o Nordeste, pois eles só querem miséria”. (apud ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 30)

O que nos leva, então, ao que há de comum em todas as formas de linguagens: a estereotipização, o discurso que é repetitivo e assertivo, e julga-se com o direito de caracterizar grosseiramente, de ocultar as individualidades em favor da homogenia de um determinado grupo. No entanto, a partir da fala de Rachel de Queiroz, que a mídia não descreve o Nordeste “real”, é possível repercutir em outros discursos onde há uma verdade absoluta que determinará a identidade do nordestino e das dimensões geográficas, culturais e sociais do Nordeste, reforçando, então, as imagens reacionárias e conservadoras que emergem dessas “verdades” naturalizadas.

Tentar superar este discurso, estes estereótipos imagéticos e discursivos acerca do Nordeste, passa pela procura das relações de poder e de saber que produziram estas imagens e estes enunciados clichês, que inventaram este Nordeste e estes nordestinos. Pois tanto o discriminado como o discriminador são produtos de efeitos de verdade, emersos de uma luta e mostram os rastros dela. (ALBUQUERQUE, 2001, p.21)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como escreve Albuquerque Júnior (2001), os regionalismos se tornaram produtos reacionários ao processo de globalização, processo pertinente em nossa sociedade desde a metade do século XX, e se mantêm como reações extremamente conservadoras e anacrônicas. As imagens sustentadas pelo regionalismo se transformaram em fósseis atemporais que limitam o surgimento de novas ideias, novos conceitos e impedem a (re)imaginação desse espaço. Apresentam-se como “verdades” tão bem enraizadas nessas narrativas imagéticas (as representações artísticas) que criaram delimitações contemporâneas ao entendimento da região Nordeste. São, portanto, dispositivos reproduzidos em ideias arcaicas e retrógradas que segregam e hierarquizam o Nordeste

perante as outras regiões. O Nordeste se torna, acima de tudo, um território de vítimas, alienados e ignorantes que vivem nas margens das sociedades política, econômica e intelectual do Brasil.

E se o Nordeste do modo como é mostrado hoje, nos meios midiáticos, na literatura, nas cinematografias, desde o século XX, foi erguido nos pilares de fome, miséria, morte, marginalização e alienação, por que ele ainda é retratado dessa forma?

As linguagens e os discursos que construíram essas concepções imagético-discursivas são as mesmas que elencaram uma posição de inferioridade, de retrocesso, de atraso em várias áreas da interação do nordestino com o mundo ao seu redor.

Não é viável defender ou salvar a *nordestinidade*, mas denunciar como esse conceito se manifesta em suas relações de saber e de poder, e como a dissolução do Nordeste deve vir por meio das artes, e dessas, devem emergir novas ideias, novas concepções que não sejam restringidas pelas raízes conservadoras do regionalismo.

Nessa análise, apresentamos o Nordeste enquanto texto, imagem, representação. Não é apresentada uma nova maneira de se descrever o Nordeste, mas um questionamento às representações acerca dessa região. Não inspiramos a busca por um Nordeste verdadeiro – esse jamais existiu. Da prosa à arte regionalista, não há um retrato que unifique todas as diferenças culturais e sociais dessa região. A generalização, por sua simplicidade, dá à luz a um discurso que silencia as individualidades e contrastes em troca de estereótipos ligados por simples paridades. Dar a voz a discursos repetitivos e absolutos é contribuir para a estabilização do fazer histórico, e isso vai na contramão à ciência histórica, afinal, a história é algo vivo, mutável, instável e está em constante transformação.

A dissolução do conceito de Nordeste deve dar espaço para a construção de novas ideias, novas representações que não silenciem as particularidades dessa região, e isso só será possível através das artes: a literatura, a pintura, a música, a cinematografia, que devem atuar para a desconstrução dessa imagem conservadora do Nordeste.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALBUQUERQUE, Durval Muniz Jr. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz Jr. **Nordestino: uma invenção do falo**. Maceió: Editora Catavento, 2003.

CHARTIER, Roger. **Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação**; tradução Maria de Lurdes Meirelles Matencio – São Paulo: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19.ed: São Paulo: Edições Loyola, 2009.

MELO, Leda Agnes Simões de. **O trabalho em tempos de calamidade: A Inspetoria de Obras nos campos de concentração do Ceará (1915 e 1932)**. Rio de Janeiro:

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, CPDA/UFRRJ, 2015.

PENNA, Maura. **O que faz ser nordestino: Identidade sociais, interesse e o “escândalo” Erundina**. São Paulo: Cortez, 1992.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de concentração do Ceará: isolamento e poder na seca de 1932**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

SILVEIRA, Roberto. **A (des)invenção do Nordeste**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. DOI: 10.17771/PUCRio.escrita.8416 CUNHA,

Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. 23.ed. São Paulo: Martins, 1969.

MAGALHAES, Wallace Lucas. **O imaginário social como um campo de disputas: um diálogo entre Baczko e Bourdieu**. Albuquerque – revista de história. vol. 8, n. 16. jul.-dez./2016, p. 92-110.

BACZKO. B. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

## **CIRCULAÇÃO IMAGÉTICA DA “ARTE POPULAR NORDESTINA” A PARTIR DAS XILOGRAVURAS DE J. BORGES EM 1972**

## RESUMO

O presente artigo irá expor e investigar o caminho traçado pelo, J. Borges, o célebre artista nordestino, considerado patrimônio vivo do estado de Pernambuco, que se destaca por ter levado suas obras a exposições nacionais e internacionais por diversos países. Serão abordados o conteúdo produzido pelo artista, as circunstâncias que o levaram a produzir e sua articulação para adentrar no espaço das grandes galerias de artes, bem como seu objetivo ao produzir o álbum intitulado “a vida do padre Cícero xilogravada por José Borges”, onde se construiu para fazer parte de uma demanda das artes por uma “arte popular nordestina”, no momento em que todos os mecanismos de construção de uma “identidade nordestina” tinham sido evocados para que fosse forjada. Assim no álbum o artista coloca muitos estereótipos do sertão interiorano, entretanto, a construção do álbum não se limita a isso. Assim analisaremos a construção do álbum em sua materialidade, o contexto histórico e social na temporalidade da confecção do álbum, os interesses atrelados a publicação, e ainda as articulações e a recepção que tiveram a publicação.

**Palavras-chave:** Xilogravura; Cultura popular; Visualidade.

## IMAGEM E HISTÓRIA: O HISTORICIZAR DA ILUSTRAÇÃO

Ao decorrer da pesquisa utilizou-se a xilogravura como objeto iconográfico autônomo despregado da capa do folheto de cordel, e investido de maiores possibilidades de exposição biográfica. Tal utilização documental das imagens somente nos é possível a partir da chamada “virada pictórica”, e as mudanças que ela acarretou no campo historiográfico. O termo criado em 1990 em resposta a famosa “virada linguística” tem por objetivo evidenciar o desconjuntamento na função das imagens, anteriormente vistas sobretudo limitadas a ilustrações. Os estudos acerca de visualidade, semiótica, cultura visual e artes tem um grande destaque nesta adequação, trazendo discussões importantes a respeito das imagens passarem de meros veículos de sentido, para algo mais sólido, que possui trajetória própria. No que diz respeito ao historicizar as imagens, e o debate que foi trazido para o Brasil a partir do contexto já evidenciado, permitindo aos pesquisadores de ciências humanas e historiadores a interdisciplinaridade e expansão desses estudos.

---

<sup>61</sup> Discente do 6º período do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Católica de Pernambuco, participa da Iniciação Científica na pesquisa intitulada Histórias desenhadas: memória e visualidade nas xilogravuras de J. Borges (2020- atual); voluntária do grupo de curadoria Das coisas políticas e política das coisas, do Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães - MAMAM (2020- atual); e integrante do Núcleo UNICAP de Estudos de Gênero - CACTOS (2021- atual). E-mail: emmanuellefoliveira@gmail.com.

Assim, não utilizaremos nessa comunicação as imagens como prova de algo que lhes antecede, nem como meras ilustrações, olharemos elas a partir do estudo da sociedade que as produziu e seus produtores. Questionaremos a nosso objeto de estudo, quem o produziu, como o produziu, por que produziu, em que momento, e quais motivações e incentivos lhes foram postos. Assim, sairemos da narrativa na qual a historiografia se apoiava e utilizava para contar a história exclusivamente a partir de documentos oficiais escritos, o que conseqüentemente tornava a iconografia, principalmente as fotografias como documentos não confiáveis, ou lidos frequentemente como facilmente manipuláveis. Traremos aqui as imagens enquanto documentos históricos, entendendo principalmente que toda imagem possui uma biografia, momento de nascimento, apresentação à sociedade e ciclo de vida, ou seja, não brotam no mundo de forma aleatória, são fabricadas, escolhidas e possuem um sentido. Todas elas são construídas a partir de uma demanda específica, de uma ideologia específica, essa história “dos bastidores” evidencia que não há neutralidade em nenhuma construção narrativa histórica seja ela escrita ou desenhada. Pretendemos romper com a neutralidade associada às imagens e problematizá-las a partir da evocação de experiências sobre o tempo de sua produção e circulação.

Pretende-se ainda investigar o potencial cognitivo das xilogravuras do artista José Francisco Borges (J. Borges), por meio da análise das condições históricas que permitiram a criação, bem como o estabelecimento da rede de relações firmadas pelo artista que permitiu a circulação do álbum: “A VIDA DO PADRE CÍCERO GRAVADA POR JOSÉ BORGES” publicado pelo artista em 1972. O interesse pelo tema está associado ao projeto de iniciação científica: Histórias Desenhadas: memória e visualidade nas xilogravuras de J. Borges do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica proposto pela professora Dra. Maria do Rosário da Silva, do qual sou integrante, na condição de pesquisadora, desde 2020.

## **A CONSTRUÇÃO DA TRAJETÓRIA ARTÍSTICA**

José Francisco Borges, nascido em Bezerros, incluído na realidade onde estudar acaba por ser o privilégio dos privilégios e realidade de poucos, diante da situação econômica da família, ingressa no mercado de trabalho a partir de seus 8 anos de idade, de forma autônoma, começa suas atividades econômicas desempenhando vários ofícios e aprendendo algumas profissões. Como: mascate, pintor de parede, oleiro, chegando inclusive a confeccionar suas próprias colheres de pau para vender nas feiras. Embora tenha tido contato com histórias de cordel desde a infância, tendo seu próprio pai narrando

algumas histórias, sua relação profissional com os folhetos somente se inicia a partir de seus 21 anos de idade, seu contato nesse primeiro momento é de vendedor de livros ou romances de feira no percurso da década de 1950. No início da década de 1960 mesmo tendo ingressado na escola por poucos meses começa a também produzir histórias, porém, até esse momento não as ilustrava com desenhos autorais. No desenvolver da profissão aprende a recitar as histórias para atrair clientes e vender mais rápido. Já envolvido com a profissão no ano de 1964, publica seu primeiro livro: “O encontro de dois vaqueiros no Sertão de Petrolina”, cuja capa foi ilustrada com xilogravura do amigo, autor e gravador, Dila. E no ano seguinte finalmente arrisca-se a ele próprio ilustrar pela técnica da xilogravura, publicando: “O verdadeiro aviso de Frei Damião sobre os castigos que vem” (1978). J. Borges, inaugura sua carreira como xilogravador desenhando a Igreja Matriz de São José dos Bezerras, sua cidade natal.

A técnica optada por Borges, não era comum nessa época a grande parte do público, que vinha habituando-se com os retratos decalcados dos cartazes de cinema, fruto de um fascínio pelas imagens da indústria cinematográfica. Ao lado da técnica utilizada por Borges existiam outras que estavam presentes na ilustração dos folhetos, a saber: a mais comum o uso de clichês descartados pelas gráficas, que era amplamente aceita por ser economicamente viável. E as outras, que eram: técnicas como ornamentos tipográficos, desenhos, cartões postais e fotografias que foram utilizadas de modo simultâneo ou em separado. As xilogravuras eram somente mais uma das técnicas utilizadas, e somente em 1970 passa a ser identificada como inseparável em relação ao folheto, a partir de uma movimentação de grupos interessados em comercializá-las que buscavam produzir a crença de que a rusticidade presente nas gravações expressava muito melhor que as demais técnicas o Nordeste. Borges não escolhe a técnica da xilogravura por exclusivamente preferência pessoal, mas pelo fato de que os compradores dos clichês, de grosso modo, residiam em Recife, e próximos as gráficas conseguem fazer toda articulação para compra de clichês, entretanto para Borges que residia em Bezerras não era viável adquiri-los das gráficas e jornais por conta da distância, então encontra na xilogravura opção econômica e mais viável para dá continuidade a seus trabalhos. Embora esses artistas que residiam em regiões distantes possam ter sido levados a não acompanhar as tecnologias mais recentes a época, retornando ao que poderia ter sido lido como um retorno a antigos modos de impressão, essa situação foi importante para a trajetória profissional de J. Borges.

Assim, no cenário da literatura de cordel pouco a pouco sua composição rimada deu espaço a criação de histórias desenhadas por seu próprio punho. Neste campo tomada por poetas, intelectuais, vendedores e narradores de folhetos, o artista experiencia então

a escrita dos folhetos, a ilustração das capas e finalmente criação de composições xilográficas independentes.

## **DO FOLHETO AO CIRCUITO DAS GALERIAS**

O artista começa a receber visitas de turistas, interessados em suas xilogravagens, diante da demanda começa a comercializá-las de forma indissociada do folheto, começando a produzir também em maiores dimensões. Nesse cenário de buscas dos compradores por obras que fossem capazes de representar facilmente o conceito criado em torno de nordeste, e no contato do artista com galerias de artes os espaços e suportes das xilogravuras borgeanas emitem sinais acerca de uma rede de relações sociais estabelecidas pelo artista e seus compradores, e recebe incentivo de pessoas ligadas ao campo das artes, entre eles, Ariano Suassuna<sup>62</sup>. Segundo Borges, a relação estabelecida com ele e outros intelectuais foi o que possibilitou a construção do seu nome artístico e sua fama. O mediador dessa negociação teria sido, segundo Borges o poeta, Olegário Fernandes<sup>63</sup> que entusiasmado, começa a fazer propaganda de seu amigo. Nesse contexto, Borges entra em um circuito de exposições nacionais e internacionais, esses espaços e seus representantes, foram responsáveis pela circulação e exponibilidade da produção artística de Borges em Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, países da Europa e Estados Unidos. Esses espaços estabeleceram-se como especializados na divulgação e comercialização da “arte popular nordestina” e foram responsáveis pela oferta de objetos que representassem a existência de tal conceito. Além das xilogravuras, cerâmicas e rendas de vários artistas, por exemplo, também foram colocadas nas exposições como artes tipicamente nordestinas. Sendo assim, estando posto em locais pelos quais a demanda por “arte nordestina” era de grande interesse, J. Borges desenvolveu em 1972, de forma a oferecer conteúdo de acordo com a necessidade de seus espaços, o álbum "A vida do Padre Cícero gravado por J. Borges", nesse álbum cenas do cotidiano sertanejo são postas, bem como a religiosidade e cangaço vão se fazer presentes. A passagem de Lampião no álbum reforça alguns traços que passa a ser identificado como características próprias nordestinas, tais como: Homem que não foge a responsabilidade, que é: “forte, bruto, trabalhador e “sem frescura”, homem valentão, “membrudo”, “cabra-macho” — eis algumas das facetas do homem nordestino, as quais aparecem em uma série de

---

<sup>62</sup> Ariano Suassuna (1927-1935) foi um escritor brasileiro. Sua obra-prima fora adaptada para o cinema e teatro, sua obra reúne além da capacidade imaginativa, seus conhecimentos sobre o folclore nordestino. Foi poeta, dramaturgo, romancista, ensaísta, dramaturgo, professor e advogado.

<sup>63</sup> Nascido em Vila Jacaré Grande- Caruaru/PE, utilizava-se do espaço da feira de Caruaru para vender suas produções, alguns de seus títulos são: O homem que casou com uma Jumenta; A mãe que matou a filha para comer e o cantor Leandro.



discursos, científicos, populares, artísticos, no entanto, esse “tipo regional não existia até as primeiras décadas do século XX, surgindo quase que ao mesmo tempo que o recorte regional Nordeste (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 149).

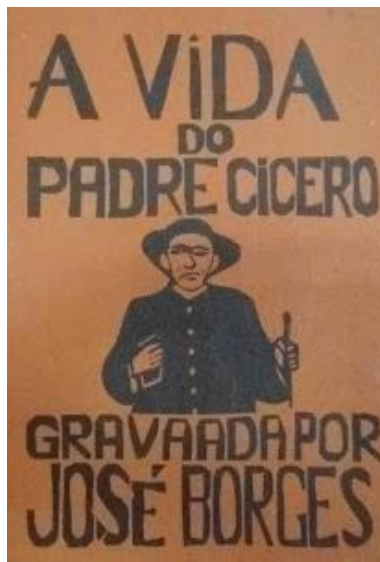
## O ÁLBUM

O processo de criação das xilogravuras do álbum ocorreu sob o mesmo processo de criação comum ao artista nas suas demais obras, iniciado por Borges a princípio com lápis sob a superfície de madeira, sendo depois talhadas e pintadas e posteriormente carimbadas sob o papel. Esse projeto gráfico contou com ajuda principalmente de Gilvan Samico<sup>64</sup>, seu colega de profissão. Quando já prontas as imagens do álbum foram impressas pela tipografia Marista em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Um dos primeiros pontos em que cabe destaque para a construção do álbum está na escolha do papel, os desenhos foram estampados em papel pardo, considerado no campo das artes esteticamente rústicos. As gravuras foram organizadas nas páginas do álbum com as medidas de 17x16 cm e as capas 10x16 cm. O álbum é composto por 18 xilogravuras, as quais oferecem ao leitor uma composição biográfica expressa visualmente. Os títulos são: 1. Padre Cícero, na escola; 2. Ordenação do Padre Cícero. 3. Chegada do Padre Cícero em Joazeiro. 4. Primeira missa do Padre Cícero. 5. Comunhão da Beata. 6. Padre Cícero aconselhando noivos. 7. Chegada de Lampião em Joazeiro 8. Confissão de Lampião com Padre Cícero. 9. Lampião falando com o Padre Cícero. 10. Lampião em palestra com Padre Cícero. 11. Lampião em defesa a Joazeiro. 12. O romeiro que roubou a faca e confessou ao Padre Cícero. 13. O Padre Cícero e as emas. 14. A prostituta arrependida aos pés de Padre Cícero. 15. Beatas em orações. 16. Bênção das seis. 17. Padre Cícero entrega a carta de poder a Frei Damião. 18. Imortais pelo bem e pelo mal, Lampião e Padre Cícero.

O autor apresenta cronologicamente como imaginava e segundo as obras por ele visualizadas de como seria a história da vida do padre Cícero. Nessa composição Borges mistura imagens e desenhos. Entre os eventos da vida do padre estão expostos não somente sua vida religiosa, como também momentos cotidianos, atravessando os prodígios e milagres.

---

<sup>64</sup> Gilvan José Meira Lins Samico foi um gravurista, contemporâneo a Borges. Considerado por muitos críticos o maior expoente da xilogravura brasileira, incluindo nesta a opinião do próprio Ariano Suassuna.



**Figura 1: A vida do Padre Cícero Gravaada por Jose Borges Fonte: Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand, 2014.**

A narrativa visual do álbum é acompanhada pela necessidade do autor na utilização de palavras. Essas palavras emitem ao longo das páginas possibilidades de como deveriam ser lidas, e dão novos sentidos as ilustrações, passando a fazer parte da composição. A imagem que ilustra a capa do álbum possui a inscrição na parte superior “A vida do Padre Cícero” talhado em letras maiúsculas, no meio apresenta-se o personagem amplamente conhecido sobretudo na fé católica, o Padre Cícero<sup>65</sup> de frente ao leitor, em suas mãos carrega o livro sagrado aos cristãos, a Bíblia, e um bastão. Na parte inferior encontramos a inscrição: “Gravaada por José Borges” com o erro gramatical, lido por nós como indicação do costume do artista de não fazer rascunhos.

O álbum apresenta uma recorrência biográfica criada por Borges, quando narra sobre si mesmo, deixando claro que sem a escola e sua “pouca leitura” não se tornaria autor de folhetos. Nesse sentido, Borges elege a escola como primeiro lugar dos aprendizados do Padre, onde é retratado como um menino de calças curtas focado em resolver uma equação. O menino porta-se de forma séria e obediente, como será retratado nas demais ilustrações. A composição da imagem inclui na parte superior em maiúsculo o título, abaixo um quadro escolar de giz compõe o centro da figura, e os personagens professora e aluno ambos com o desenho de algumas partes de seus corpos exageradas no tamanho, além das roupas do garoto, as roupas da professora também valem ser observadas, visto que passam a seriedade e firmeza de uma professora infantil, que é amenizada ao olhar seus longos cabelos soltos.

---

<sup>65</sup> Cícero Romão Batista foi um sacerdote católico brasileiro. Na devoção popular, é conhecido como Padre Cícero ou Padim Ciço. Que teve seu nascimento no ano de 1844, Crato, Ceará e falecimento em 1934, Juazeiro do Norte, Ceará. Arrastando até a atualidade multidões de devotos.



**Figura 2: O padre Cícero na Escola.**

**Fonte: Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand, 2014.**

Para melhor compreensão da narrativa, dividimos em grupos, segundo os temas abordados: O grupo de xilogravuras numeradas de 1 a 6 apresenta o Padre Cícero como personagem principal em circunstâncias que evocam o cotidiano. No grupo que corresponde as xilogravuras do número 7 ao 11, o Lampião é adicionado, esse conjunto narra a visita do personagem a Juazeiro, as ações e gestos sugerem que havia entre os indivíduos (Padre- Cangaceiro), simultaneamente, familiaridade e desconfiança, porém sempre uma relação respeitosa. A primeira ação do Lampião retratada está marcada segunda a crença católica de purificação, o cangaceiro vai a confissão para obtenção da redenção de seu ser por meio da confissão e arrependimento de seus pecados, a partir desse rito cristão as ilustrações posteriores o colocam como herói e justiceiro, podendo ser possível, por exemplo, vê-lo defendendo a capela.



**Figura 3: Chegada do Padre Cícero em Juazeiro.**

**Fonte: Biblioteca Do Instituto Ricardo Brennand, 2014**



**Figura 4: Confissão de Lampião com Padre Cícero.**

**Fonte: Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand, 2014**

A partir da xilogravura 12, Lampião dá lugar a acontecimentos extraordinários que atravessam a vida do Padre Cícero que foram amplamente difundidos nas histórias de folhetos. O arrependimento de personagens como ladrões e prostitutas são registrados como forma de reafirmar a autoridade eclesiástica do padre, e de alguma forma seu poder e popularidade, bem como o cumprimento de sua missão e prova de sua santidade, mesmo que em toda composição do álbum esteja colocado como íntimo de um cangaceiro, sua santidade é inviolável. Os desenhos também colocam o cuidado com os animais e celebrações.



**Figura 5: O padre Cicero e as Emas**

**Fonte: Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand, 2014**



**Figura 6: A prostituta arrependida aos pés do padre Cícero.**

**Fonte: Biblioteca Do Instituto Ricardo Brennand, 2014**



**Figura 7: O romeiro que roubou a faca e confessou ao padre Cícero.**

**Fonte: Biblioteca Do Instituto Ricardo Brennand, 2014**

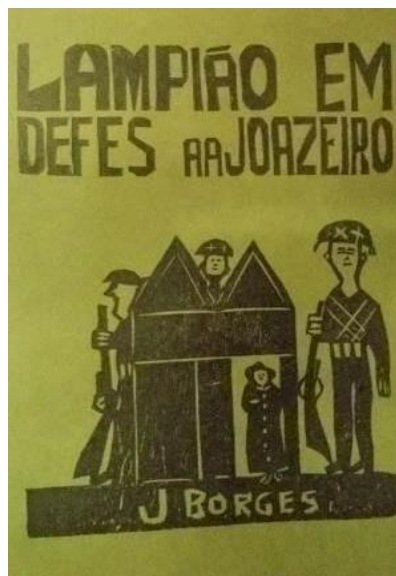
No fechamento do álbum Borges lembra o legado do projeto religioso do padre mediante a figura do frei Damião, que por meio de uma carta seria o continuador da missão do padre Cícero perante seus fiéis.



**Figura 8: Padre Cícero entrega a carta de poder a Frei Damião**

**Fonte: Biblioteca Do Instituto Ricardo Brennand, 2014**

A xilografia que fecha o álbum o Lampião e o Padre Cícero reaparecem apresentados como “Imortais pelo bem e pelo mal” segundo o título, os personagens são postos com suas indumentarias que lhes eram normalmente atribuídas, em posição de igualdade olham diretamente para o leitor. O personagem do Lampião é retratado tendo a mão sob o ombro do Padre Cícero demonstrando assim amizade e respeito. Cabe ainda, mencionar que cada um tem sob seu domínio objetos que os caracterizam, no caso do padre a bíblia sob a mão e lampião seu material de tiro, esse retratado curiosamente com o olho cego.



**Figura 9: Lampião em defesa a Joazeiro.**

**Fonte: Biblioteca Do Instituto Ricardo Brennand, 2014**



**Figura 10: Imortais pelo bem e pelo mal Lampião e Padre Cícero.**

**Fonte: Biblioteca do Instituto Ricardo Brennand, 2014**

Quanto ao formato, esse álbum se mantém próximo a estética dos folhetos. A narrativa traz um pouco da religião e do cangaço, contudo, há uma mudança de destinatário, este álbum possui um interesse, e um direcionamento para um público específico, assim é impresso de forma diferente dos folhetos destinados às feiras. A utilização das capelas católicas e o uso da fé em torno do padre Cícero também devem ser observados como escolha estratégica, visto que a fé atrelada aos milagres e devoção também passa a ser um dos grandes simbolismos impostos para o nordeste, como de povo sofrido, porém firme na fé e devoção. Outros pontos a serem analisados nas gravuras estão no fato delas serem assimétricas sendo retrato o mesmo personagem possuindo braços, mãos e demais membros do corpo muitas vezes desproporcionais. Outro ponto a ser considerado está no uso do nome “José Borges” na capa do álbum, que é descontinuado nos álbuns que o sucedem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, pode-se observar a rede de relações e o caminho traçado pelo artista que após anos desenvolvendo outras práticas profissionais, encontra na literatura de cordel e ilustração a emergência do autor. Sua inserção em meio aos intelectuais e as galerias de artes dão uma nova dimensão a carreira do artista, que passa a ilustrar de forma indissociada dos folhetos, produzindo conforme a demanda, que naquele recorte temporal solicitava ilustrações que pudessem a partir de estereótipos significar o conceito construído em torno do nordeste. As obras Borgeanas agregam uma dimensão temporal e narrativa, na qual foi possível a construção dessa pesquisa. Entendemos o álbum



exposto a partir de seu potencial cognitivo observando que as construções formam um compilado pensando diante de uma demanda específica para um público específico.

## **REFERÊNCIAS**

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2. Ed. São Paulo: Cortez; Recife: Massangana, 2001.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: uma invenção do falo — uma história do gênero masculino (Nordeste — 1920/1940)**. Maceió: Catavento, 2003.

BORGES, José Francisco. **A vida do Padre Cícero gravada por José Borges**.

Apresentação de Ariano Suassuna. Recife: Tipografia Marista, 1972.

BORGES, José Francisco. **O verdadeiro aviso de Frei Damião sobre os castigos que vem**.

[S. l.: s. n., 1976]. 8 p.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. In: **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun. 2006.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11- 45, 2003.

SILVA, Maria do Rosário da. **Histórias Escritas na Madeira: J. Borges entre folhetos e xilografuras na década de 1970**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Recife:

Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

## **MEMÓRIA E HISTÓRIA DOS INDÍGENAS “DESLOCADOS”: O DESAPARECIMENTO DOS INDÍGENAS E O IMAGINÁRIO SOCIAL NO INTERIOR DE PERNAMBUCO**

Alexandre Gomes Teixeira Vieira<sup>66</sup>

Emanuel da Silva Oliveira<sup>67</sup>

## **RESUMO**

---

<sup>66</sup> Doutorando no programa de pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco.

<sup>67</sup> Doutorando no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco.



Este trabalho pretende analisar a “imagem” construída acerca da população rural no interior de Pernambuco, tendo como estudo de caso as memórias compartilhadas em uma narrativa sobre a pessoa de “Isaura Grilo”, moradora do Sítio Serrote, Vale do São José, Caetés – PE, que viveu entre meados do século XX e início do XXI. As memórias a respeito de Isaura são evocadas pela população local, a quem ela legou narrativas e experiências de vida. Esse artigo procura relacionar a história dessa moradora ao que diz respeito às imagens existentes nessa região acerca dos “cabocos brabos” e “cabocas” – indígenas – que lá viveram/vivem e ainda estão presentes no imaginário da população local. Para realização desta pesquisa, foi realizado levantamento bibliográfico acerca da temática indígena, perpassando pela categoria lexical “Caboclo”, ou como é dito pela população local no Agreste pernambucano: “caboco”. Também foram acessadas entrevistas realizadas com a população dos municípios de Caetés/PE e Venturosa/PE no período de janeiro de 2018 à abril de 2019. Bem como consulta ao banco de dados particular do grupo de pesquisa Vale do São José, onde estão entrevistas coletadas entre setembro de 2012 e dezembro de 2017. **Palavras-chave:** indígenas, cabocização, imagem.

## INTRODUÇÃO

Este artigo pretende analisar a “imagem” (RANCIERE, 2018) construída acerca da população rural no interior de Pernambuco, tendo como estudo de caso as memórias compartilhadas em narrativas sobre a pessoa de “Isaura Grilo”, moradora do Sítio Serrote, Caetés - PE, que viveu entre meados do século XX e início do XXI. As memórias a respeito de Isaura são evocadas pela população local, a quem ela legou narrativas e experiências de vida. Esse artigo procura relacionar a história dessa moradora ao que diz respeito às imagens existentes nessa região acerca dos “cabocos brabos” e “cabocas” – indígenas – que lá viveram/vivem e ainda estão presentes no imaginário da população local.

As imagens construídas pela memória possuem uma conotação normativa e pragmática em lembrar personagens importantes e esquecer e sobrepor os que não são interessantes lembrar, constituindo estereótipos e novas leituras dos sujeitos a serem negligenciados pela memória oficial (CATROGA, 2015, p. 26-27). Isaura Grilo pode ser entendida dentro desse exemplo de imagem, não a pessoa em si, mas o tipo de memória de identidade a qual ela é direcionada: a condição de “caboca” – indígena.

Não se pode apagar totalmente uma imagem, uma identidade, mas é possível a partir de uma construção discursiva ressignificar as imagens, esse é lugar onde aqueles que não ocuparam o mesmo lugar de importância na sociedade podem ocupar na história (RANCIERE, 2018) as pessoas lembram de Isaura Grilo, e não de qualquer outra pessoa, o que tornaria Isaura tão singular a ponto de ser lembrada no âmbito da memória coletiva? Ora, não se recorda de algo ou alguém “atoa”, pois, “a lembrança está do lado da percepção quanto à tese de realidade” (RICOEUR, 2007, p. 69).

A história de Isaura se relaciona ao interesse da nossa pesquisa quando, a partir das memórias evocadas sobre ela e os eventos que vivenciou, nos leva a uma questão central: a construção da imagem do “caboco” nessa região. O termo “caboco” é comumente associado aos povos indígenas no Nordeste. Um dos primeiros autores a problematizar essa nomenclatura foi Edson Silva (2014). Em um trabalho pioneiro sobre o povo Xukuru do Ororubá, o autor destaca que o termo caboclo teria sido utilizado pelos não indígenas para sobrepor a identidade desses povos em Pernambuco.

Essas imagens dos “cabocos” e “cabocas” rerepresentadas na memória – oficial e “popular” – foram consagradas por obras como o poema “O caboclo” de Estevão Pinto, também trabalhado por Edson Silva (2014) em sua pesquisa de doutorado a qual iremos recorrer neste estudo do ponto de vista a comparar a imagem literária (oficial) e a oral (não oficial).

## **ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Para realização desta pesquisa, foi realizado levantamento bibliográfico acerca da temática indígena e camponesa, perpassando pela categoria lexical “Caboclo”, ou como é dito pela população local no Agreste pernambucano: “caboco”. Também foram acessadas entrevistas realizadas com a população dos municípios de Caetés/PE e Venturosa/PE no período de janeiro de 2018 à abril de 2019. Bem como foi consultado o banco de dados particular do grupo de pesquisa Vale do São José, onde estão entrevistas coletadas entre setembro de 2012 e dezembro de 2017.

Para realização da análise, além das entrevistas, foi utilizado o conto de Estevão Pinto, “O Caboclo” presente na coletânea “Pernambuco do Século XIX, com a finalidade de entender a imagem criada a partir dessa literatura e do contexto de produção dela acerca do desaparecimento dos povos indígenas em Pernambuco.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Izaura Grilo**

“Ela era uma mulher sabia, rezadeira, contadora de histórias”<sup>68</sup>, “não que ela dissesse que era caboca, mas pela qualidade eu penso que era”<sup>69</sup>. As frases acima fazem parte das narrativas de Iraide Gomes Teixeira e Iranete Gomes Teixeira, respectivamente, irmãs que viveram com Isaura e tinham nela uma pessoa, sabia, divertida, por vezes rabugenta, “ignorante” como nas palavras de Iranete, mas que fez parte de sua formação. Ao falar sobre “Isaura Grilo”, personalidade bastante conhecida que viveu no Sítio Serrote no Vale do São José, zona rural de Caetés/PE, as pessoas como Iraide e Iranete lembram com muita alegria e vários exemplos evidenciando sempre a convivência com a personagem.

Iranete viveu no Sítio Serrote toda sua infância e juventude e conviveu com Isaura, frequentavam a casa uma da outra, e dividiam o mesmo contexto sócio-histórico, ocupando lugares sociais distintos. Iranete era filha de Luiz Gomes de Almeida (Luiz de Zumba), fazendeiro e dono de terras, Isaura por outro lado era uma “caboca” que morava numa Casa de Taipa, no interior das possessões de terra dos Zumba. A mesma, como narraram as pessoas que com ela conviveram, vivia de casa em casa, contando histórias convivendo com as várias famílias da região, dando algum suporte na formação dos filhos dessas famílias. Mas era, sobretudo, rezadeira e contadora de histórias.

A figura de Isaura surgiu de forma não planejada durante as entrevistas para realização das pesquisas de metrado intituladas *Entre “locas”, “Taiados” e “Cabocos Brabos”: memórias sobre negros e índios no interior de Pernambuco*<sup>70</sup> e *“Histórias de Trancoso uma tradição do escuro”*<sup>13</sup>. Apesar de dialogar com o “perfil” das pessoas sobre as quais eventualmente as entrevistas se debruçavam, Isaura, mesmo sendo mencionada algumas vezes pelos entrevistados, passou despercebida durante algum tempo. Essa personagem da história “local” acabou se “impondo” em determinados momentos entre as entrevistas que realizamos. Era mais uma figura entre as quais atendia ao “perfil” dos “cabocos”, nesse caso específico, das “cabocas” que habitaram o Agreste pernambucano.

Diferente daquelas “cabocas” descritas no passado, “pegas a dente de cachorro” ou “no casco do cavalo”<sup>14</sup>, Isaura constituía uma figura contemporânea, de alguém lembrada além da condição de “vó” ou “mãe de vó” ou “avó de vó”. Isaura proporcionou

---

<sup>68</sup> Narrativa sobre Isaura proferida por Iraide Gomes Teixeira.

<sup>69</sup> Entrevista realizada com Iranete Gomes Teixeira em 11 de abril de 2019 na cidade de Caetés – PE. Quando a entrevistada se refere a “qualidade” de Isaura ela está falando de suas características físicas, corpo magro, pele “morena” – negra – cabelos lisos e quase sempre encobertos por um pano.

<sup>70</sup> Pesquisa desenvolvida por Alexandre Gomes Teixeira Vieira no programa de pós-graduação em Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas, da Universidade de Pernambuco – *Campus* Garanhuns. <sup>13</sup> Pesquisa em curso sendo desenvolvida por Emanuel da Silva Oliveira, no programa de pós-graduação em História Social da Cultura Regional, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, *Campus* - Recife <sup>14</sup> Existe uma tradição contada e recontada de que mulheres indígenas teriam no passado sido pegadas para serem esposas dos primeiros colonizadores nessa região contra a vontade delas, as expressões remetem ao ato de violência contra essas mulheres.

o que Catroga (2015, p. 20) pontua como uma alternativa além do caráter seletivo e retentor de afeto por determinados “heróis” da história familiar. A exemplo disso, temos a narrativa de Manoel Zacarias de Oliveira, popularmente chamado de Paizim Silora, que compartilha as memórias acerca de seu avô Antônio Zacarias, o Silorinha, que teria pego uma “caboca” nas proximidades dos atuais sítios Tapera e Ouro no município de Caetés/PE e com ela constituído casamento.

Como vemos, o homem é lembrando com nome, sobrenome e apelido, além da narrativa familiar que é reproduzida com certo ar de orgulho e rememoração, mas acerca da matriarca, basta lembrar e narrar que ela foi mais uma “caboca” pega “a dente de cachorro”. Isaura e as memórias sobre ela proporcionaram uma outra leitura. Paul Ricoeur (2007, p. 69) apresentou a ideia da memória como também uma possível “cilada do imaginário”, onde a narrativa de um homem branco, capturando uma mulher indígena durante muito tempo teria sido motivo de orgulho, remetendo a imagem de bravura, virilidade, coragem e de culminância do projeto colonial, mas que pode cair no esquecimento diante de uma imagem mais problematizada que possa perceber essa memória como um ato de violência às mulheres indígenas.

Mas quem foi Isaura Grilo? Ela vivia em uma modesta casa próxima à antiga estrada principal dessa região, que ligava “Garanhuns a Santo Antônio do Tará” como é descrita na memória local. Isaura era uma das mulheres da comunidade que detinha a “função social” de contar histórias, era uma narradora das famosas “Histórias de Trancoso”, era rezadeira, caçava animais silvestres para complementar sua alimentação proveniente de sua roça plantada ao redor da casa, também consumia os frutos estacionais da Caatinga e produzia medicamentos das plantas nativas, como destacou Iranete e suas irmãs Iraide e Iraneide.

Isaura, em determinado momento de sua vida, passou a viver sozinha, tendo seu marido assassinado e, anos depois, seu único filho, Zé de Isaura, teria a deixado. Isaura parece nunca ter se afirmado enquanto “caboca”, pois isso quem dizia eram os outros, baseados em sua “qualidade”, ou seja, suas características físicas que atendiam a mais uma imagem proveniente da memória e das narrativas locais, era uma “nega de cabelo bom”.

### **Imagem 1 – Isaura Grilo quando jovem**



**Fonte:** acervo do grupo de pesquisa Vale do São José

**Imagem 2** – Na extrema direita da imagem, quase desaparecendo encostada numa parede, Isaura participando de um casamento



**Fonte:** acervo do grupo de pesquisa Vale do São José

## **O CABOCLO**

Sobre a descrição local acerca de quem eram os “cabocos brabos”, Iranete Gomes Teixeira transmite as narrativas do seu pai que afirmava que “caboco brabo é o mesmo que índio” e ainda que “o caboco era o índio misturado com o branco”. O termo “caboco”

era, e ainda é, nessa região o equivalente a “índio”, como também descreveu o sr. Abraão André de Moraes ao ser indagado sobre qual seria a diferença entre caboco brabo e índio.

(...) eu num sei lhe dizer... quer dizer que era quase a mesma coisa, só que a gente vê os índio pela televisão né, quer dizer pra mim o caboco brabo é a mesma coisa, a diferença mais que tem assim, dos índio pros caboco brabo é... na qualidade, o caboco brabo pra o índio tem uma diferençazinha no cabelo, o índio tem o cabelo bem escorrido né!? e o caboco brabo quem que o cabelo dele é mais grosso né!? pra mim só é a diferença se é essa eu num sei (risos)<sup>71</sup>.

Sabemos que a população pesquisada entende o “caboco brabo” como um indígena. Mas qual a história por trás do termo “caboco brabo”? Apesar do termo “Caboclo” ter sua origem no contexto colonial, partiu, até onde se sabe da palavra *curiboca* sendo um termo da língua geral: o Tupi. Eduardo França Paiva (2015, p. 189191) ao realizar um amplo levantamento da documentação do período colonial constatou que Jack D. Forbes identifica os termos *curiboca* e “caboco” no século XVII antes de Houaiss que o faz no século XVIII e é a referência clássica para este termo. Forbes identifica o termo *curiboca* na obra *Historia Naturalis Brasiliae* de Georgi Marcgravi e Guilielmi Pisonis de 1648. Forbes ainda registra sua desconfiança quanto ao uso dessas palavras e concluí sua análise ao dizer que tanto *caboclo* quanto *curiboca* eram utilizados para se referir aos mestiços de sangue africano e indígena com os europeus, sendo *curiboca* o termo para os mestiços ou *African-American mixed-bloods*, já o termo “caboclo” (caboco) era equivalente a índio.

A lógica discursiva no Agreste de Pernambuco apesar de em alguns momentos propor uma diferença entre o caboco brabo e o indígena acaba caindo em contradições onde: ou não se estabelece uma diferença entre estes; ou se admite que são a mesma coisa; ou não se tem uma resposta, como ocorreu com a narrativa de Dona Helena ao dizer: “olhe existia o caboco brabo e o índio”. Mas Helena ao ser questionada sobre qual era a diferença entre eles disse: “bem dizer nem tinha, índio mesmo é os de Águas Belas os outros são caboco brabo”<sup>72</sup>. Ou seja, na lógica de dona Helena, os indígenas dos aldeamentos religiosos eram “índio” de fato, aqueles fora da lógica desse sistema que não tinha sido aldeado ou viviam em um outro sistema social eram “cabocos”.

---

<sup>71</sup> Abraão André de Moraes. Entrevista realizada no sítio Pontais – Venturosa – PE, nos dias 08/12/2018.

<sup>72</sup> Dona Helena ao mencionar Águas Belas está se referindo ao povo Funi-ô habitante nessa cidade até os dias de hoje.

Aqui não está sendo tratado somente do léxico caboco, mas sim: caboco brabo, de onde vem então esse termo? Na carta escrita a Dom Pedro de Almeida governador de Pernambuco em 1674, pós-conquista de Palmares e posteriormente na documentação do Conselho Ultramarino de 1675, os indígenas nesse contexto eram chamados “gentios bravios”, “gentios bárbaros” ou “gentios brabos”. Eduardo França Paiva (2015, p. 196) afirma que os indígenas “Tapuias” também foram designados como “bravios”, vale destacar aqui, que entre os “Tapuias” estão várias etnias do estado de Pernambuco, em síntese concluímos que a ideia do “brabo” venha da transformação lexical de “bárbaro/bravio/brabo” agregada ao termo “caboco” – índio – surgindo assim “caboco brabo”.

Edson Silva (2014, p. 48-54), em sua pesquisa intitulada *Xukuru: Memória e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988*, discutiu o poema *O caboclo* de Estevão Pinto, evidenciando as imagens criadas no final do século XIX acerca dos “caboclos” – indígenas – tais imagens pareciam ter o intuito de negar as identidades desses povos em Pernambuco. Essas imagens vinham agregar ao contexto discursivo de desaparecimento das populações indígenas que teriam se misturado aos não índios perdendo sua identidade nesse processo.

Tais imagens consistiam conforme destacou Edson Silva (2014, p. 48) em denegrir e ridicularizar os índios nesse contexto representados pelo discurso oficial como “mestiços em vias de extinção” ou mesmo “extintos e misturados à massa não indígena”. O autor ainda ao falar sobre a obra *Pernambuco no século XIX* informa que o “caboclo” de Estevão Pinto era uma figura que se confundia na ideia da “mestiçagem”, uma soma de elementos díspares que se via desterritorializado no contexto civilizador ao qual não conseguia se inserir, visto como “sem terra”, “pitoresco” e “burro” (SILVA, 2014, p. 49-50).

Nesse contexto, as populações indígenas também foram afetadas pela folclorização que descreveu o “índio” como elemento “exótico” assimilado pela civilização, foi então forjada uma imagem dessas populações que as colocou à margem do mundo civilizado. Essa folclorização pode ser entendida como uma das “fabricações” que objetivaram produzir uma nova memória, e, com isso, uma outra história. Sobre isso Durval Muniz nos diz:

Chamamos de fabricação as atividades que foram necessárias para atribuir uma nova memória e outra história a formas e matérias culturais que, no mesmo momento e através da mesma operação, eram esvaziadas de outras memórias e da historicidade singular que havia permitido emergir. O mito empobrece o sentido do qual parte, mas não o afasta completamente, conservando-o, à sua disposição. O mocambo continua sendo uma forma de morar do povo, servindo agora para simbolizar o próprio popular o que desaparece ou se distorce é o

Com o indígena cabocloizado, “deslocado” e desterritorializado conforme o ideário descrito anteriormente, o processo de “fabricação da nova memória” é o inverso daquele descrito por Durval Muniz para o “mocambo”. Onde o indígena é marginalizado, “desfigurado” e conduzido ao esquecimento, “diluído” numa massa de “caboclos misturados”, “restos”, mas não mais indígenas. Em síntese o discurso oficial forja a ideia de que estes não seriam mais índios, teriam se tornado outra coisa.

Numa leitura literal dessa fabricação do folclore e do discurso oficial a intenção era, caso não fosse possível firmar a ideia de que os índios tinham desaparecido, forjar a ideia de que estes eram “em geral (...) inclinados a embriaguez; ao furto e a devassidão e a preguiça os domina” (SILVA, 2014, p. 48). Curioso é como as narrativas se modificam, nos anos 1930, Sergio Buarque de Holanda trouxe um discurso muito semelhante quanto à pré-disposição a preguiça e a devassidão, mas nessa ocasião como sendo características próprias do Lusitano.

## **JOÃO MUNDU O CABOCLO DO SERTÃO PERNAMBUCANO NO SÉCULO XIX**

Conheci a imagem de “João Mundu” a partir da leitura da tese de doutorado do autor Edson Hely Silva (2008, p. 28-33), lá o autor fez uma breve análise do conto de Estevão Pinto em meio à ampla gama de outras argumentações que fez. João Mundu no conto “O caboclo”, de autoria de Estevão Pinto presente no livro “Pernambuco no século XIX”. Este livro, de 1922, é uma coletânea de crítica, de costumes e descrições dos estereótipos populares no contexto que Pinto chamou de Pernambuco do século XIX. No conto, o autor respondeu a sua pergunta: “Quem era João Mundu? – O caboclo pernambucano, o cruzado de elementos díspares e formadores, a soldagem que se diluía na fluidez dos termos – cariboca, mamaluco, ‘tapanhuma’, carijó...” (PINTO, 1922, p.105).

O autor reitera:

Seus avós, cariris ou *sucurus*, ocupavam-se em fazer os arcos e tacapes, fabricavam partazanas da branca ‘ubiritanga’ e cortavam, donde lhes parecia melhor, da sapucaia ou do genipapeiro, os eixos de moer e o remos de canoa...João Mundu, não! Custava-lhe muito menos enfiar as continhas de côco, enfeixar as vassouras de piaçaba e perfurar os canudos de cachimbo (PINTO, 1922, p.106).

Esse trecho evidencia a origem incerta do Caboclo João Mundu. O autor ainda reforça no conto as precárias condições de higiene e as vestimentas velhas e sujas, tais afirmações foram feitas com o intuito de diminuir a imagem desse caboclo, em uma análise um pouco mais otimista, aquilo que o autor chamou de “imundo e maltrapilho” poderia ser entendido como as vestes de um trabalhador braçal, com pouca ou nenhuma



condição material que lhe possibilitasse melhores vestes e higiene. A subversão e intencionalidade em estereotipar esse Caboclo, nesse contexto um “descendente” dos indígenas de outrora, agora entregue aos vícios e a vagabundagem na visão de Pinto.

O autor ainda descreve a moradia de João Mundo que, segundo ele, era um “casebre de barro”, coberto com palha, adaptado às suas necessidades e hábitos, que segundo o autor eram para dizer o mínimo exóticos: “Como cabide, um prego; como leito, uma rede. A mobília? Seria a esteira. A baixella? Uma caneca.” Enfatiza a beleza da paisagem e reforça que no entorno da casa haviam muitas frutas nativas, mas que mesmo assim João Mundu passava fome: “o caboclo morria de fome e terminava na miséria” (PINTO, 1922, p.106).

Por certo, esse era o destino do indígena em fins do século XIX, após a destruição oficial dos aldeamentos, a tomada de suas terras pelos colonos que cada vez mais chegavam aos interiores no que viria a ser chamado de Nordeste brasileiro, sem nenhuma assistência do Estado e tendo suas identidades cada vez mais negadas, esses caboclos que eram e permanecem sendo indígenas, só poderiam estar realmente “destinados” à miséria, fome e morte.

Mas quem de fato era João Mundu? Para Estevão Pinto, “era o sertanejo pernambucano da primeira metade do século XIX”, mas também era a imagem do caboclo, do habitante do interior, era, sobretudo, a imagem construída para legitimar a homogeneização e a ideia de desaparecimento dos povos indígenas em Pernambuco. Apesar disso, a descrição no conto de Pinto ao negar a presença indígena e fomentar a “caboclicização” enfatiza também as origens indígenas de João Mundu: “filho dos tapuios de frechas farpadas, dos ‘paparicós’ de Ararobá ou dos ‘carijós’ de Rodelas, trazia nas veias as superstições ferrenhas de seus antepassados”.

Segundo Silva (2008, p.31) as menções metafóricas aos “paparicos” se referiu aos Paratió, habitantes, juntamente com os Xukuru, na Serra do Ororubá em Pesqueira - PE, e aos “Carnijós” fazendo referência aos Fulni-ô de Águas Belas que durante muito tempo foram referenciados na documentação oficial e bibliografia como Carnjós. Apesar da menção a região de Rodelaz fazer referência a uma outra região também povoada por povos indígenas, o Sertão de Rodelas em particular povoado pelos Truká e outros povos do Sertão. Enfim uma indiscutível ancestralidade indígena que, se tratando de uma imagem, não estava legada apenas a João Mundo, mas a todos os “Caboclos” do século XIX e início do XX.

A ideia de miscigenação racial também emerge no texto: “João Mundu descendia dos bugres. Ponto de junção de dois elementos formadores, um autochthene e outro alienígena”. (PINTO, 1922, p.107). Afirma aí o conceito popular que está difundido no

“senso comum” ainda hoje, o de que o “Caboclo” seria, não um indígena, mas a mistura do indígena com o branco. Vale destacar que por “senso comum” compreendemos o complexo sistema de signos e significados criados por um grupo social “popular” como propôs Geertz (2008; 2013) o “senso comum” é um conceito, um complexo sistema cultural externo aos modos de pensar acadêmico e mesmo ao de outros “sensos comuns”.

**Imagem 3** - “João Mundu”, o caboclo do Sertão pernambucano do século XIX.



**Fonte:** (PINTO, 1922,  
p.106)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises das narrativas e a convivência com a população do Sítio Serrote, nos possibilitou observar que Isaura atendia a essa categoria de “caboca”, no tensionar das histórias de indígenas, negros, mestiços e outros grupos racializados no contexto de Pernambuco nos séculos XIX, XX e XXI. Isaura foi uma mulher forte, trabalhadora que participou do convívio de várias, talvez todas, as famílias da região em que viveu, sua história de vida foi transformada em narrativa imaginária e a história de seu marido e filho viraram “História de Trancoso”, mesmo entre populações mais distantes da região em que Isaura viveu.

Enfim, Isaura foi uma “não branca”, isso observamos quando os outros a classificaram como “caboca”. Foi figura basilar entre as sociedade do Vale do São José,

como figura presente nas casas para contar histórias, ou como rezadeira procurada pelas pessoas, foi legada à pobreza e mesmo não presente entre várias famílias importante não participou da herança de nenhuma delas. Enfim esses “cabocos” e “não brancos” possuem histórias parecidas no contexto sócio-histórico sobre o qual este trabalho trata, o de estarem a margem, relacionados a pobreza em geral, mas resistem, ao menos na memória dos que estiveram com eles, nesse caso com ela.

Os caboclos, como o que foi descrito por Estevão Pinto, foram uma imagem fabricada para atender a um projeto de apagamento de histórias e identidades, sobretudo a indígenas. Imagens essas que aos poucos foram absorvidas pelas populações que passaram a acreditar que aqueles indígenas de outrora agora não eram mais indígenas, o que está errado evidentemente. Além disso consolidou que todos que fossem forçados a reproduzir o estereótipo de João Mundú, seriam pessoas caricatas, pobres e marginais perante uma sociedade forçada a querer ser branca.

Por fim, Euclides da Cunha enfatizou outrora que o sertanejo era antes de tudo “um forte”, talvez coubesse aqui afirmar depois de tudo que foi dito, que o sertanejo é antes de tudo “um índio”, “um negro” enfim um “não branco”. As imagens que folclorizaram e negaram a presença dos povos indígenas a partir de mecanismos idealizadas tiveram uma receptividade por parte da população a quem esse discurso era endereçado e foi eficiente, afinal num contexto de violência social é possível que muitos indígenas – “caboclos” negassem sua identidade ou aderissem o termo caboclo para designar sua identidade, naturalizando o processo de negação e reforçando a ideia de desaparecimento dos povos indígenas, não enquanto negação de sua identidade, mas enquanto mecanismo de resistência.

## **REFERÊNCIAS**

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A feira dos mitos: a fabricação do folclore da cultura popular (Nordeste 1920-1950)**. São Paulo, Intermeios, 2013.
- CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro, editora FGV, 2015.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, LTC, 2008.
- GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios sobre antropologia interpretativa**. Petropolis, Vozes, 2013.
- PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII**. Belo Horizonte, Autentica, 2015. 233p.
- PINTO, Estevão. O Caboclo. In: PINTO, E. **Pernambuco no Século XIX**. Recife, Imprensa Industrial, 1922.

RANCIERE, Jacques. **Figuras da História**. São Paulo, Editora UNESP, 2018.

RICOEUR, Paul. **Memória, História e Esquecimento**. Campinas – SP, Editora UNICAMP, 2012.

SILVA, E. **Xucuru**: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira-PE), 1950-1988. Recife. Editora da UFPE, 2014.

## ENTREVISTAS

- Helena Maria da Silva. 71 anos. Entrevista realizada no Sítio Tapera, Caetés- PE em 15/05/2019.

- Iranete Gomes Teixeira. 49 anos. Entrevista realizada na cidade de Caetés - PE, nos dias 24/06/2017, 20/07/2017, 28/03/2018, 24/12/2018.

- Iraneide Gomes Barbosa. 59 anos. Entrevista realizada no Sítio Serrote, Caetés - PE, nos dias 20/12/2017, 13/03/2018, 04/10/2018.

- Manoel Zacarias de Oliveira (Paizim Silora). 83 anos. Entrevista realizada no Sítio Quati, Caetés – PE em 10/01/2018.

## ESTEREÓTIPOS NA TELINHA: NORDESTE NA TV E NAS NOVELAS

João Pureza de Paiva<sup>73</sup>

José Ítalo Bezerra Viana<sup>74</sup>

## RESUMO

Quando pensamos em televisão, por muitas vezes subestimamos o poder que essa tecnologia de comunicação exerce na vida dos telespectadores. Ela acaba por moldar gostos e costumes muito além do que podemos imaginar logo em primeira mão. Mas, isso hoje se estende até mesmo além do aparelho fixo em casa. Temos os aparelhos *smartphones* que cumprem a função da televisão e muito mais. Aliando-se televisão e cinema, temos aí vários recursos que influenciam os comportamentos de um povo, uma região ou até mesmo uma nação. Para nossa reflexão sobre o tema, usaremos

---

<sup>73</sup> Graduando do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Histórica, Gênero e América Latina. E-mail: jupaivasense@gmail.com.

<sup>74</sup> Professor orientador. Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará. Vice-líder e pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa Histórica, Gênero e América Latina. E-mail: italobezerra776@hotmail.com.

principalmente o estudo de Durval Muniz de Albuquerque Júnior sobre como se estrutura e se faz a imagem do Nordeste e como isso se traduz para a televisão nas novelas.

**Palavras-chave:** Televisão; Nordeste; Estereótipos;

## **ABSTRACT**

When we think about television, many times, we underestimate the power that this technology have over the lives of the audience. It tends to mold the likes and the customs beyond what we may think at first hand. However, today this happens even beyond the television in a home. There are smartphones that have all the functions of the television and much more. Aligning television and cinema, we have many resources of influence on the behavior of people, a region or even a nation. To our reflection about the subject, we'll mainly use Durval Muniz de Albuquerque Júnior's study about how Brazil's Northwest region is structured, and its image created and how this translates itself to television on soap operas.

**Key-words:** Television, Northwest; Stereotypes;

## **TELEVISÃO: UMA ARTE SURGE**

Se pedíssemos para que alguém fechasse os olhos e imaginasse uma pessoa do Nordeste do Brasil ou a região em si, o que ela veria? Talvez alguém que vive em meio à seca ou ao sertão, com chapéu de couro ou com sotaque carregado. Coisas que hoje passam por um extenso processo de ressignificação e talvez apagamento de significados. Entretanto aí surge outra questão: como e por que essa pessoa hipotética imaginaria nordestinos e o Nordeste dessa maneira?

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD contínua de 2019, que busca saber sobre o acesso à televisão, à internet e à posse de telefone celular para uso pessoal, 96,3% das residências do Brasil tinham televisão em casa; 89,8% tinham conversor de sinal digital, ainda que não recebesse esse sinal; 89,4% estavam recebendo sinal digital; 94,0% tinham telefone celular; 82,7% tinham acesso à internet e 99,5% a usavam através do telefone celular. E por que é importante sabermos sobre isso?

Porque podemos ver o quanto a televisão acaba fazendo parte do dia a dia do brasileiro, sua programação diária acaba por estar presente da hora em que acordamos, com os jornais da manhã, à hora do jantar com as telenovelas do horário das 21h. E mais, com o acesso ao celular, praticamente se tem em mãos o acesso a televisores portáteis, principalmente agora que vivemos na era dos serviços de *streaming* como a *Netflix*, a

*Amazon Prime Video* ou a *Globo Play*. Esses serviços oferecem um catálogo gigantesco de filmes, séries de televisão e até mesmo novelas. Apesar dessa expansão que ocorreu nos últimos anos do acesso a mídias audiovisuais, as telenovelas vêm a décadas sendo presença fixa na casa dos brasileiros. Porém, nem sempre foi assim.

A televisão chega ao Brasil no ano de 1950 pelas ações de Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, que importou dos Estados Unidos 200 televisores e os espalhou por algumas residências de São Paulo. Pelo modo que chega ao país, a televisão logo de início é como um artigo de luxo e algo que só pessoas mais abastadas teriam acesso na época. Portanto, não é de se admirar que com a estreia da primeira emissora de TV da América Latina, a TV Tupi tinha uma “programação destinada a um público seletivo, culto e refinado, nessa fase eram comuns na TV exposições de óperas, balés, recitais de música clássica, teleteatros, dentre outros formatos voltados à elite nacional brasileira.” (DOURADO; NUNES, 2012, p. 161).

Alguns programas também eram produzidos no improviso no começo, tendo em vista que os profissionais disponíveis não tinham experiência com aquele tipo de mídia, já que a maioria eram trabalhadores do rádio que tiveram de se adaptar à nova realidade. O número de aparelhos televisores foi aumentando nas residências graças, em grande parte, a criação da EMBRATEL e a abertura de créditos para a compra dos aparelhos na década de 1960. Assim, os tipos de produções foram se diversificando de acordo com a mudança e crescimento de um público das camadas mais populares. Nesse mesmo período já existiam outras emissoras de TV como a TV Record, a TV Excelsior e a TV Rio.

A TV Excelsior foi a responsável pela popularização da primeira programação vertical do Brasil, onde essa consiste numa programação feita mediante pesquisa para saber qual tipo de programas a audiência gostava mais e, assim, adequariam seus programas para que a audiência mudasse o menos possível de canal. A hoje mais famosa emissora de TV do Brasil, a Rede Globo, é inaugurada no dia 26 de abril de 1965 e é com ela que os padrões começam a assumir um pouco do formato que tem hoje. Ela estabelece um padrão a ser seguido, sendo líder de audiência. E é justamente por isso, junto às fontes consultadas para a produção deste trabalho, que a discussão sobre as telenovelas se concentra na emissora:

Com a adoção de uma grade de programação em que as novelas – com temáticas nacionais, atuais ou históricas -, intercaladas com o Jornal Nacional, tornaram-se o carro-chefe da emissora, a partir da década de 1970 a Globo começou a construir um padrão tecnoestético hegemônico que dura até os dias atuais. (DOURADO; NUNES, 2012, p. 163)

Agora que estabelecemos a chegada da televisão e a implantação das emissoras de TV, podemos partir para o surgimento das telenovelas. Telenovelas antes de terem esse formato e irem para a TV tiveram origem nos folhetins que apareciam nos jornais semanalmente com suas narrativas seriadas, e devem ser lembradas também as radionovelas, essas já estavam muito estabelecidas na década de 1930. Naquela época nos Estados Unidos ia ao ar a radionovela *Painted Dreams* (1930) de Irma Phillips, que, por conta do patrocínio das indústrias de sabão, as obras do gênero posteriores passaram a receber o nome de *soap operas*<sup>75</sup>.

Entretanto, não foi o modelo norte-americano dessas produções que se difundiu na América Latina, mas sim, o modelo latino-americano, que tinha como uma das principais características o conflito amoroso (RIBEIRO, 2015, p. 163). Partindo daí, nós temos a primeira produção de telenovela no Brasil. “Sua Vida me Pertence” do ano de 1951, escrita para a TV Tupi, era exibida ao vivo e duas vezes por semana. É bom lembrarmos que a televisão ainda era recém-chegada ao país. Temos, depois, a produção da novela “25499 ocupado” de 1963 da TV Excelsior e em 1965, a primeira da Rede Globo, “Ilusões Perdidas”. Todas essas novelas ainda não abordavam o Brasil e muito menos o Nordeste, seguindo o elitismo do próprio acesso aos aparelhos televisores.

A TV Tupi em 1969 lançou a novela “Beto Rockefeller” e foi a primeira a abordar temas nacionais. Até então, as novelas sempre tratavam de outros países e culturas e tinha a presença de personagens como príncipes, reis ou duques. Com “Beto Rockefeller” somos transferidos para São Paulo e a novela foi um sucesso. Com o exemplo, a Rede Globo então lança “Véu de Noiva” de Janete Clair em 1969 e, no mesmo ano, “Verão Vermelho” de Dias Gomes e esta última sim, aborda o Nordeste pela primeira vez numa telenovela brasileira. “Verão Vermelho” tinha trama ambientada na Bahia e trazia o conflito entre duas famílias: os Serrano e os Moraes. Dias Gomes era baiano e se tornou muito conhecido por ser o escritor de “O Pagador de Promessas” (1959), que em sua adaptação para o cinema em 1962 por Anselmo Duarte, ganhou a Palma de Ouro no Festival de Cannes no mesmo ano. Então, percebe-se que sendo baiano e tendo uma de suas produções já abordando o Nordeste, não é de surpreender que o trabalho de Dias Gomes na televisão também percorra o mesmo caminho.

A partir de “Verão Vermelho” as portas se abrem para uma representação do Nordeste e do nordestino através das telenovelas, que trouxeram personagens memoráveis como Tieta do Agreste para a mente do telespectador. Mas também trouxe, ou melhor, fixaram uma imagem estereotipada do que significa ser dessa região tão grande e diferente, como compartilha de coisas em comum.

---

<sup>75</sup> “Óperas de sabão” em tradução livre.

## AS CARAS, AS BOCAS, O SOL E O SERTÃO: ESTEREÓTIPOS E EXPORTAÇÃO

Logo depois do sucesso de “Verão Vermelho”, Dias Gomes também assinou a novela de 1973 “O Bem-Amado” e nela encontramos alguns estereótipos que abordaremos. Além da briga entre famílias (agora entre os Medrado e os Cajazeira), temos o estereótipo do político corrupto, do bandido e da beata. Quando se tem em perspectiva a obra de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, A invenção do Nordeste e outras artes, a própria invenção da região traria em mente os estereótipos, já que eles fariam parte de uma generalização de características na extrapolação da fronteira dos estados.

Quando se pensa no estereótipo dos políticos corruptos se faz necessário retornarmos a segunda metade de século XIX, mais precisamente durante e depois da seca de 1877 – 1879. Com as consequências da seca, os políticos que representavam a região (que ainda não era o Nordeste, mas sim chamado de Norte) foram buscar a ajuda dos estados do Sul do país, chegando ao ponto de o artigo 5º da Constituição de 1891 garantir, através da União, verbas especiais para o socorro de tragédias naturais na região. Aprendemos com Albuquerque Júnior que aconteceram desonestidades à medida que esse dinheiro acabou por ser desviado à manutenção do poder dos senhores de terra locais, algo que não foi visto com bons olhos pela então região Sul.

Esse discurso dos representantes do Norte em busca de ajuda fazia parte de um antigo regionalismo (em contrapartida ao da primeira metade do século XX), onde se buscava evidenciar mais e mais esses aspectos particulares da região e as consequências disso, como algo natural e definido por conta do meio e da raça, além de provinciano. Logo, movimentos messiânicos e de banditismo seriam consequência direta do meio (seca) e de seu povo (raça), afinal, quanto mais seca e menos dinheiro para ajuda, mais o povo se revoltaria e iria à procura de figuras messiânicas ou se voltaria ao banditismo. Nisso podemos tomar como exemplo a Revolta de Canudos e o Cangaço (aspecto que aparece na novela “O Bem-Amado” na figura de Zeca Diabo). O Cangaço, nessa perspectiva, “vem reforçar essa imagem do nordestino como homem violento e do Norte como uma terra sem lei, submetido ao terror dos ‘bandidos e facínoras’, além da violência de suas ‘oligarquias’” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.74). Ainda sobre o Cangaço, o mesmo acabou por criar já ao final do auge do movimento com o relançamento de “Lampião: Rei do Cangaço” reorganizado por Al Ghuu a partir das filmagens de Benjamin Abrahão, todo um gênero no cinema brasileiro<sup>76</sup> onde foi abordado de maneiras muito

---

<sup>76</sup> Cf. Vieira, 2007.



diferentes ao longo dos anos e que com certeza, teve seu papel em abordar e divulgar uma imagem de Nordeste para o Brasil e para o mundo.

Com o advento de um novo regionalismo na primeira metade do século XX, com seu carro chefe de intelectuais nordestinos liderando, acontece um movimento não provinciano e agora muito mais pautado nos acontecimentos históricos. A seca e a raça ainda fazem parte, mas o que acontece é uma busca da origem e desenvolvimento da região onde elementos como a influência holandesa do século XVII aparecem. Nas palavras de Albuquerque Júnior, a verdade da região é instituída pelo movimento. Então ai, se cria uma visão de “Nordeste Tradicional” esse sendo um “produto da modernidade que só é possível pensar neste momento” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, op. cit., p.91) e que acaba por ser difundido não só pelos líderes do movimento, mas por artistas, cantores, escritores e cineastas de forma direta ou indireta.

Voltando a pensar sobre os estereótipos em “O Bem-Amado”, quando falamos sobre as beatas isso logo nos remete a influência da Igreja Católica na região, algo que não pode ser negado já que muitas cidades se originaram a partir dessa influência. A própria cidade de onde este trabalho foi escrito aqui no Ceará, Sobral, surgiu a partir da doação de uma sesmaria e depois cresceu através da formação de um curato e dos caminhos de comércio do charque.<sup>77</sup> O que a televisão faz é tornar tudo mais exagerado, então a beata não será apenas uma mulher religiosa, mas ela viverá somente para isso onde será evidenciado o tempo inteiro a sua hipocrisia em ser fiel à suas crenças e mesmo assim ter desejos carnavais ou ser fofoqueira. Talvez esse tipo de abordagem na TV aconteça como critica a Igreja e seus fiéis, embora, não deixe de ser uma representação caricata.

A programação da Rede Globo foi se estruturando com o passar das décadas, onde aconteceu a divisão dos horários em que as novelas abordam temas específicos. No horário das 18h geralmente são novelas de época ou de temática mais espiritual, como “Alma Gêmea” (2005); no horário das 19h temos novelas com temáticas muito mais voltadas para o humor, como “TiTiTi” (2010); já o horário das 21h é destinado a tramas muito mais complexas e de teor mais maduro, como “Avenida Brasil” (2012). Dentro dessas temáticas, muitas abordaram o Nordeste ou tinham personagens nordestinos.

Tomamos “Caras e Bocas” (2009) que foi do horário das 19h e, portanto, mais voltada ao humor. Na trama existiam personagens nordestinos que estavam ali só para ser um verdadeiro deboche com quem era da região. Vale dizer que o problema não é o humor em si, pois, alguns dos humoristas mais famosos do Brasil são de alguns estados do Nordeste. O problema é a criação de tramas apenas voltadas para isso, a redução das características que compõem a trama estarem limitadas por isso. É como se as

---

<sup>77</sup> Cf. Soares; Girão, 1997.

personagens nordestinas estivessem fadadas aos núcleos de comédia e sem tramas mais complexas. E isso se transmite muito, principalmente em relação ao sotaque:

Em Caras e Bocas, a outra baiana do núcleo, Ivonete, é vivida por uma atriz carioca, responsável, talvez, pela tentativa mais esdrúxula de reproduzir um sotaque nordestino em toda a história da televisão brasileira. [...] Suzana Pires acabou criando um dialeto próprio onde “você” vira “vucê”, a palavra pessoa é pronunciada como “péssoa” e “também” se transforma em algo como “tumém”. (DAÚ, 2009, p. 38)

A questão do sotaque é algo que impregna na mente das pessoas e que se tem importância na hora de dar vida a uma personagem, onde por vezes acaba por refletir preconceitos.

Por exemplo, na novela “A Força do Querer” de 2017 a trama se passava de início em Parazinho, cidade fictícia, no estado do Pará. Logo, algumas das personagens da novela eram paraenses. Só não falavam como paraenses. O sotaque de Isis Valverde, protagonista da trama, foi bastante criticado já que parecia um sotaque nordestino genérico que nos acostumamos a ouvir nas telenovelas, misturado com algumas gírias paraenses<sup>78</sup>. Isso mostra que as telenovelas no Brasil não só ainda estão pautadas por uma visão estereotipada do Nordeste como também trazem essa antiga herança da visão de que “tudo acima” é Norte. Também apresenta o pouco esforço de autores, diretores e atores para conhecer as especificidades dos lugares e das pessoas que pretendem retratar em seus trabalhos, embora seja compreensível tal postura devido ao que estamos abordando até aqui no artigo, não é justificável. A importância de se ter uma representação de qualidade de personagens de regiões específicas poderiam ser resolvidas contratando atores e atrizes da própria região. Mas isso é algo que se abre para um debate que não nos cabe aqui.

Na novela “Senhora do Destino” de 2004, nos é apresentada a história de Maria do Carmo Ferreira da Silva (Carolina Dieckmann, na primeira fase, e Suzana Vieira, na segunda) e sua busca por sua filha roubada Lindalva (Carolina Dieckmann). Maria é uma mulher pernambucana que sai da cidade de Belém do São Francisco e parte para o Rio de Janeiro em busca do marido com seus cinco filhos, ao longo da trama vemos como ela é uma mulher batalhadora que conseguiu criar e administrar para si uma empresa de materiais de construção que ia muito bem. Alguns estereótipos que circundam a história são: a mulher retirante que parte do sertão por conta da seca e a ingenuidade de Maria, que apesar de ser uma pessoa sábia pela dureza da vida, é enganada muitas vezes por Nazaré (Adriana Esteves, na primeira fase, e Renata Sorrah, na segunda) e até por seu

---

<sup>78</sup> PARAENSES DETONAM SOTAQUE ERRADO DE NOVELA “A FORÇA DO QUERER”. Portal do Holanda, 2017. Disponível em: <https://www.portaldoholanda.com.br/amazonas/paraenses-detonam-sotaque-errado-de-novela-forca-do-querer>

próprio filho Reginaldo (Eduardo Moscovis). A seca é algo muito presente na narrativa televisiva sobre o Nordeste, Said e Viana (2012) fazem uma análise da primeira cena da trama, sobre sua ambientação e vestimenta das personagens:

Apesar de se passar no ano de 1968, quando o governo decreta o ato institucional nº5, as roupas do nordeste mais parecem do final do século XIX. É como se estivéssemos vendo cenas de novela de época, do núcleo dos mais pobres. Cores neutras, vestidos simples para as mulheres, e camisa de botão, calça de tecido, sandálias de couro e chapéu de palha para os homens. Os elementos da cena reforçam característica: barracas, animais como bodes, galinhas, e a cachorra baleia, além de um carcará que aparece no início da cena. (SAID; VIANA, 2012, p. 9)

Aqui podemos ver que não só as personagens recebem esse tipo de comportamento e fala em sua composição, como também a ambientação tem papel

fundamental nessa construção de imagem que virá a ser difundida e que tomamos como realidade:

Quando nos definimos, na maioria das vezes falamos que somos brasileiros, nordestinos, cearenses, etc. Essas afirmações são metáforas que revelam nossa identidade, algo que não é fixo, que não está escrito em nossos genes. Todavia, em muitas vezes nós acreditamos que essa característica é parte da nossa personalidade, da nossa natureza. (MARCOLINO; SOUSA, 2016, p.96)

Nós podemos até mesmo pensar no papel que as redes sociais exercem nesse tipo de transmissão de discurso. Por exemplo, existe a página “Meu País Ceará”, muito famosa no *Instagram*, que através de seus *memes* e enquetes acaba por também buscar compor uma identidade do que seria ser cearense através desse processo de generalização de costumes do estado, ainda que de forma indireta e com finalidades humorísticas. Então, um acontecimento simples como tomar café com bolachas da marca *Cream Cracker* é tomado como característica que define o cearense. Nisso, vemos como essas construções além de já muito assimiladas por nós, conseguem até mesmo transcender a tela da televisão.

Voltemos às novelas. Elas possuem um verdadeiro poder de influência. “Avenida Brasil” (2012) parou o país em seu último capítulo; em “Vale Tudo” (1988) foram feitas apostas para descobrir quem havia matado Odete Roitman<sup>79</sup>; em “O Clone” (2001) aumentou-se a procura por aulas de dança do ventre<sup>80,81</sup>, além dos bordões das

---

<sup>79</sup> XAVIER, Nilson. Viva exibe a morte de Odete Roitman; 10 curiosidades sobre o assassinato. Blog do Nilson Xavier, 28 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://tvefamosos.uol.com.br/blog/nilsonxavier/2019/01/28/viva-exibe-a-morte-de-odete-roitman-10-curiosidades-sobre-o-assassinato/>

<sup>80</sup> COTES, Paloma. Novela aumenta procura por cursos de dança do ventre. Folha de São Paulo, São Paulo,

<sup>81</sup> de outubro de 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2810200115.htm>

personagens como “Não é brinquedo não”, “Jogar ao vento” ou “Espalhar meu nome na Medina” que os telespectadores começaram a reproduzir. Essas novelas são um produto de exportação não só para o exterior, mas também para as outras regiões do Brasil. A imagem do

Nordeste é “vendida” para o resto do país a partir do olhar do Sudeste (já que esse é o grande centro produtor de telenovelas do país) e isso acaba por limitar e estereotipar o lugar e o povo.

No entanto, esse tipo de mídia também pode ser utilizado como propaganda. Com o período da Retomada do cinema brasileiro, algumas produções passaram a sair do eixo Rio-São Paulo e começaram a ser mais focadas no nordeste, onde, segundo Lusvarghi (2008), produções como “Baile Perfumado (1996)” trouxeram um “nordeste

globalizado” e plural. Na televisão, essa globalização também começou a se mostrar. Em 1994 ao foi ao ar a novela “*Tropicaliente*” que teve cenas gravadas no litoral cearense e recebeu investimento do Governo do Estado<sup>25</sup> na época para tal, assim, o Ceará passava a ter uma maior chamada de turistas para a região.

Isso significa ser algo ruim? Nem um pouco. O importante aqui é entendermos de onde essas características que julgamos tão como “nossas” ou do “outro” não são inerentes já quando alguém nasce numa região e, assim, consigamos problematizar esse tipo de discurso para que os estereótipos aos poucos comecem a se dissipar. Embora, seria ingênuo achar que isso sumiria na geração atual, ou até mesmo na próxima. Os processos de tantas décadas não podem mudar em tão pouco tempo, porém, é nos pequenos questionamentos que o debate pode avançar.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DÁU, Priscila Chammas. **O estereótipo do nordestino na televisão brasileira**. Trabalho de Conclusão de Curso-Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2009. Disponível em: <https://www.facom.ufba.br/portal2017/upload/tcc/O-estere%C3%B3tipo-do-Nordestino-na-televis%C3%A3o-brasileira-Prisci.pdf>. Acesso em: 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** (PNAD contínua) 2019. Rio de Janeiro,

2021. ISBN 978-65-87201-56-6. Disponível em:  
<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101794>. Acesso: 2021.

LUSVARGHI, Luiza. **A desconstrução do Nordeste: cinema regional e pós- modernidade no cinema brasileiro**. Revista Ícone: Pernambuco, vol. 10, n°1, p.20-38, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/icone/article/viewFile/230111/24247>. Acesso em: [2020](#).

---

<sup>25</sup>MOTA, Paulo. Ceará investe US\$ 500 mil em novela. Folha de São Paulo, São Paulo, 16 de maio de 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/5/16/ilustrada/28.html>  
NUNES, Andréa Cardoso; DOURADO, Jaqueline Lima. **O nordeste nas novelas da Rede Globo: 1965-1975**. Anuário Unesco/Methodista de comunicação regional, Ano 16 n.16, p.157-175, jan/dez. 2012. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/AUM/article/view/4720/4107>. Acesso em: 2020.

RIBEIRO, Rondinele Aparecido. **A fantástica fábrica ficcional: a telenovela enquanto gênero de representação nacional**. Revista Letras Escreve: Macapá, vol. 5, n° 1, 1° semestre, 2015. ISSN: 2238-8060. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/view/1301>. Acesso em: 2020.

SOARES, Maria Norma Maia; GIRÃO, Giovana S. Mont'Alverne. **Sobral: história e vida**. Edições UVA, Sobral, 1997.

SOUSA, João Eudes Portela de; MARCOLINO, Rafaela Ricardo Santos. **A representação da identidade regional do Nordeste na telenovela**. Revista Temática. Ano XII, n.06. Junho 2016. NAMID/UFPB. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica/article/view/29239>. Acesso em: 2020.

SAID, Gustavo Fortes; VIANA, Núbia de Andrade. **Identidade e estereótipos: as telenovelas como narrativas identitárias**. VI Simpósio Nacional de História Cultural. Escritas da História> Ver – Sentir – Narrar. UFPI. ISBN: 978-85-98711-10-2. Disponível: <http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Nubia%20de%20Andrade%20Viana%20&%20Gustavo%20Fortes%20Said.pdf>. Acesso em: 2020.

VIEIRA, Marcelo Dídimo Souza. **O cangaço no cinema brasileiro**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. 2007.

## ENTRE LETRAS E IMAGENS: VESTÍGIOS DA DÉCADA DE 70 NOS FOLHETOS DE J. BORGES

Celly Monike Da Silva Nascimento<sup>82</sup>

### RESUMO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa dentro do Programa de Iniciação Científica (PIBIC), pretende sistematizar, no âmbito teórico, os conceitos, história, memória e visualidade em relação à produção xilográfica (capas de folhetos) de J. Borges; Analisar os suportes, a materialidade e os usos das capas de folhetos; mapear as redes de relações artísticas estabelecidas por J. Borges que possibilitaram a circulação e a recepção de suas xilogravuras; Possibilitar novas formas de interpretação histórica das narrativas históricas sobre e as xilogravuras, como também a relação entre a capa e o texto do cordel. O material analisado - capas de folhetos produzidas pelo artista na década de 1970 - pertence ao acervo físico Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano e o virtual Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Durante a pesquisa fotografei 104 folhetos dos quais 13 capas foram produzidas por J. Borges. O recorte temporal escolhido coincide com o período, no qual, ele iniciou-se na arte de ilustrar capas de folhetos com xilogravura. Metodologicamente procuramos dar relevância à potencialidade cognitiva da imagem, compreendendo a sua materialidade, circulação e recepção, por meio da reeducação do olhar para a análise da imagem, tendo como suporte a transdisciplinaridade, pois, é necessário compreender o objeto estudado em todo o seu conjunto, as áreas do conhecimento que norteia essa pesquisa, são: antropologia, que contribui com o conceito de cultura, dimensão simbólica e a análise material, o conceito de visualidade que oferece mecanismos para o desenvolvimento da análise, e a linguista para compreender a estrutura do texto, seu discurso e sua relação com a imagem. Assim, tendo ciência que o cordel é um produto cultural, resultante de uma construção social, é composto por investimento de sentido do autor, nesse caso o poeta J. Borges e

---

<sup>82</sup> Graduanda em História na Universidade Católica de Pernambuco. e-mail: cellymonick.2017@gmail.com

leitores/leitoras O texto e a imagem entrelaçados se comunicam, e dialogam, tanto nas frases que compõem o texto quanto nas cores e formas da imagem, vestígios de um período histórico. Consideramos, portanto, que a pesquisa contribuiu, para o campo da história, ao proporcionar novas práticas e destacar a produção de J. borges. Por fim, à luz dos resultados encontrados, discutimos sobre os vestígios da década de 70 nos folhetos de cordel.

## **ABSTRACT**

This article is the result of a research within the Scientific Initiation Program ( PIBIC), intends to systematize, in the theoretical scope, the concepts, history, memory and visuality in relation to the woodcut production (leaf covers) by J. Borges; Analyze the supports, materiality and uses of leaflet covers; map the networks of artistic relationships established by J. Borges that enabled the circulation and reception of his woodcuts; Enable new forms of historical interpretation of historical narratives about and woodcuts, as well as the relationship between the cover and the text on the string. The material analyzed - leaflet covers produced by the artist in the 1970s - belongs to the Jordão Emerenciano State Public Archive and the virtual National Center for Folklore and Popular Culture. During the research I photographed 104 brochures of which 13 covers were produced by J. Borges. The chosen time frame coincides with the period in which he began the art of illustrating booklet covers with woodcuts. Methodologically, we seek to give relevance to the cognitive potential of the image, including its materiality, circulation and reception, through the re-education of the gaze for image analysis, supported by transdisciplinarity, as it is necessary to understand the object studied in its entirety. , the areas of knowledge that guide this research are: anthropology, which contributes to the concept of culture, symbolic dimension and material analysis, the concept of visuality that offers mechanisms for the development of analysis, and the linguist to understand the structure of the text, its speech and its relationship with the image. Thus, being aware that cordel is a cultural product, resulting from a social construction, it is composed of the author's investment of meaning, in this case the poet J. Borges and readers/readers The intertwined text and image communicate, and dialogue, both in the sentences that make up the text and in the colors and shapes of the image, vestiges of a historical period. Therefore, we consider that the research has contributed, to the field of history, by providing new practices and highlighting the production of J. borges. Finally, in light of the results found, we discussed about the traces of the 70's in the cordel leaflets.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo, é resultado de pesquisas elaboradas dentro do projeto de pesquisa nomeado “HISTÓRIAS DESENHADAS: memória e visualidade nas xilogravuras de J. Borges”, incluso no Programa de iniciação científica (PIBIC). Possui como norte de pesquisa analisar a relação entre imagem e texto, do conjunto de folhetos produzidos pelo cordelista José Francisco Borges, J. Borges, na década de 70. O material mencionado foi pesquisado no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular - CNFCP (acervo virtual) e no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano - APEJE (acervo físico). O recorte temporal escolhido foi a década de 70, que abarca o momento, no qual, o artista J. Borges transitou entre os processos de escrita, criação e ilustração por meio da técnica da xilogravura, bem como, foi feita pesquisas bibliográficas.

Buscamos observar a estrutura textual dos folhetos, correlacionada às suas respectivas capas, em sua maioria ilustradas a partir da técnica da xilogravura numa perspectiva histórica com base nos ensinamentos do historiador Ulpiano T. de Menezes, que considera o potencial cognitivo das imagens e assim construir novas interpretações das narrativas históricas acerca das xilogravuras e da dimensão visual da sociedade que a produz.

O folheto é uma fonte histórica relevante para a compreensão da história, posto que, elementos culturais atravessam o folheto, resultado do seu processo de elaboração, reflete a subjetividade, período histórico e o âmbito cultural que o autor pertence (BRASIL, 2006, 10). É necessário pontuar que este projeto delinea um viés de pesquisa ainda recente na historiografia brasileira, apenas nos meados do século XX, a historiografia ocidental foi marcada por deslocamentos conceituais e metodológicos, havendo mudanças significativas na disciplina História. Desde então, a inclinação dos historiadores e historiadoras voltou-se para o âmbito da cultura, possibilitando abordagens interdisciplinares (HUNT, 2002). Assim a historiografia mais recente, tem utilizado fontes iconográficas, como: Artes plásticas, fotografias, cinema e publicidade (LIMA, 2011). É no diálogo com o campo das visualidades, que é possível historicizar o folheto (CHARTIER, 2002b, p. 37). Foi considerado toda a construção de sentido investida pelo autor na narração do folheto, o diálogo entre o produtor e o receptor, a imagem em si, como produto de trabalho humano, assim, ela estabelece uma relação de sentidos com outras referências culturais, sendo verbal e não verbal, descrevendo uma narrativa de trajetórias que revelam uma experiência social (MAUAD, 2008, p.20).

O processo trilhado pelo poeta, até o produto final: o folheto, passa por uma compreensão, reflexão e sistematização da escrita, descreve, em sua tese, a historiadora Maria do Rosário que os processos da construção de sentido descrito pelo autor J. Borges



“ (...) envolviam o hábito de ouvir rádio, a elaboração de um texto manuscrito e a transformação do manuscrito em impresso” (2015, p.128). Já os folhetos encomendados, possuíam outras bases narrativas dependendo do conteúdo encomendado como: a bíblia, revistas, jornais, televisão e outros. As suas produções, revelam o período histórico que o artista vivia, proporcionando a problematização do passado, em vista disso, o folheto possui a sua biografia, que auxilia a entender o potencial cognitivo das xilogravuras (MENESES, 2003, P. 28).

Apontamos a pertinência dessa pesquisa em dois aspectos: i) coloca em evidência a importância do trabalho artístico de J. Borges, Patrimônio Vivo de Pernambuco, na qual, sua obra possibilita uma diversidade de abordagens e pesquisas para compreender como o xilogravador construiu sua trajetória artística em correlação ao desenrolar dos acontecimentos pessoais, mas, ao mesmo tempo, com o ritmo (fora do comum) dos acontecimentos políticos, econômicos e culturais da década de 1970; ii) amplia nossa concepção do conceito de visualidade, fundamental para compreendermos a noção de potencial cognitivo das imagens xilográficas, que nos ajudam na formulação de “problemas históricos” para serem resolvidos por meio de fontes visuais em associação a “quaisquer outras fontes pertinentes”.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Em relação ao material analisado para o desenvolvimento da pesquisa, utilizamos uma abordagem que deu suporte ao documento visual, a xilogravura, sendo imprescindível aplicar a transdisciplinaridade como base para refletir e analisar, utilizamos as seguintes áreas do conhecimento: a antropologia, que contribui com o conceito de cultura, dimensão simbólica e a análise material, a semiótica oferecem mecanismos para o desenvolvimento da análise, e a linguística para compreender a estrutura do texto, seu discurso e sua relação com a imagem. Na historiografia atual, é exigido do ofício do historiador, não perder a visão do conjunto que envolve seu objeto de pesquisa, apropriando-se das diferentes ciências que atravessam seu objeto estudado (MAUAD, 2008, p. 35).

Os folhetos analisados na pesquisa, encontram-se em acervo físico e virtual. Durante a pesquisa fotografei 104 folhetos dos quais 13 capas foram produzidas por J. Borges. Os princípios básicos para a análise da xilogravura e o folheto como fonte histórica, é compreendê-la conforme um produto cultural resultado de um trabalho social e uma construção de sentido, a partir do momento que o folheto é elaborado, torna-se produto de um investimento de sentido do sujeito que a produz.

Por meio da análise do enredo, é possível observar vestígios da década de 70 em diferentes aspectos sociais, devido a grande demanda de encomendas que submete o folheto de cordel, a sua escrita é permeada de vivências entre, poetas, editores, agentes, leitores, ouvintes, afirma a teórica em semiótica Alexia Brasil “ Mais que tudo, a história do cordel é parte da história da disseminação de narrativas, do processo de esquecimento e escolha coletiva e da permanência de idéias em forma de memória social” (2006, p. 13).

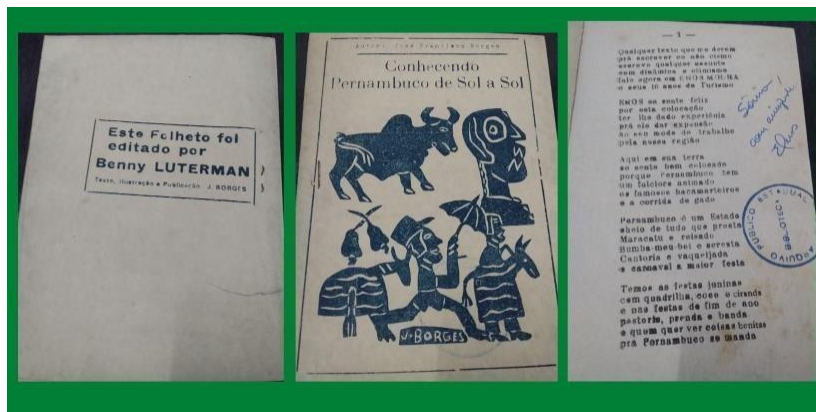
O verbal e não-verbal encontrado na estrutura do folheto, não possui uma relação de tradução ou ilustração, mas sim, de referencialidade. O exame do discurso do cordel é um suporte para descrever e entender o não-verbal a xilogravura (SOUZA, p.2). Porém, esta relação não desconsidera o fato que a imagem pode ser analisada, mas auxilia a representatividade garantida pela referencialidade. Essa interpretação presume a relação com o social, a cultura, o histórico e a formação social dos indivíduos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O folheto de cordel cumpre uma função social dentro da sociedade nordestina, um meio de comunicação utilizado em vários âmbitos por meio das encomendas. O folheto de cordel, atua como suporte material para xilogravura. Esta relação entre imagem e texto, neste artigo é compreendida como complemento não ilustração.

Assim sendo, analisamos essas duas fontes individualmente e relacionadas, dando relevância a sua potencialidades como fontes históricas. Na segunda fase é possível pontuar alguns resultados qualitativos. Metodologicamente, observo a relação do texto com xilogravura da capa, visto que, a gravura compõe a narrativa, não somente ilustra, o enredo do folheto é resultado de um processo diversificado que norteia essa vinculação, a antropóloga Sylvia Caiuby, pontua a cadeia de representações que a relação entre imagem e texto, proporciona: “Uma palavra é a imagem de uma idéia e uma idéia é a imagem de uma coisa, como numa cadeia de representações (...) Nesse sentido, também a poesia pode ser vista como uma forma de produção pictórica.” (2008, p. 459)

Figura 02 - Folheto “Conhecendo Pernambuco de Sol a Sol



Fonte: APEJE

Desse modo, analisamos o folheto denominado “Conhecendo Pernambuco de sol a sol” (Figura 02) escrito e ilustrado por Borges, localizado no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, com o título centralizado acima da xilogravura, elementos da cultura pernambucana na tonalidade azul escuro, um boi grande com chifres, a cabeça e pescoço de um grande boneco masculino de roupa social, dois cajus cruzados, uma burrinha de costas e um passista de frevo, com chapéu e sombrinha, ao lado uma burrinha de lado com um homem dentro, na parte inferior da xilogravura uma barra escura com o seu nome, afirmando a sua identidade plástica e literária, sendo comum no conjunto de obras que está sendo analisada, descreve em sua tese, a historiadora Maria do Rosário da Silva, sobre a identidade plástica do xilógrafo: “Na capa do folheto, a disposição de letras e imagens apresentava três informações centrais no âmbito da linguagem dos folhetos: autoria, título e imagem.” (SILVA, 2015, p. 129)

No início do texto o Borges afirma a sua eficiência como poeta, com a capacidade de escrever sobre qualquer assunto com dinâmica e otimismo (Figura 02), característica necessária para o bom empenho do seu ofício, que sempre recebia encomendas sobre diferentes temáticas. Na primeira estrofe o poeta descreve qual é o tipo de tema que será abordado: os 10 anos da empresa de turismo ENOS MOURA. Ao decorrer do enredo, descreve várias manifestações culturais presentes em Pernambuco. Na segunda página observamos a apropriação do J. Borges com o conteúdo, descrevendo as comidas típicas das diferentes regiões de Pernambuco. As praias são citadas, como também o artesanato, norteando uma linha imaginária geográfica entre a Metrópole, Zona da Mata, Agreste e Sertão. Narra a trajetória da empresa, incluindo substantivos como “amor” e “amizade” para descrever as relações empresariais. Na estrutura do texto, o poeta coloca os nomes de pessoas em caixa alta. No decorrer do enredo o Borges caminha entre a cultura

pernambucana, o histórico da empresa e a vida pessoal do criador da empresa, incluindo seu papel como pastor, e sua família. No momento final do cordel, e como portador do

Enus mouras, cada verso é dedicado a alguma pessoa “Também agradecemos aqueles que deram chances importantes, Agust. Lucena (...)”. O folheto seria um porta voz da pessoa que faz a encomenda, tornando aquelas palavras públicas. A partir dessa análise, concluímos a relevância de estudar o folheto como fonte histórica, utilizando como suporte a transdisciplinaridade, proporcionando uma expansão na ciência histórica e reflexão sobre a década de 70.

O segundo objeto analisado, foi o folheto nomeado: “Pernambuco ou as coisas da minha terra” (Figura 06) da autoria do poeta- cordelista Sinésio Pereira da cidade de Serra Talhada localizada no sertão Pernambucano. A confecção da capa do folheto ficou sob a responsabilidade das técnicas do J. Borges, sendo publicado em Pernambuco, financiado pela Empresa Pernambucana de Turismo (EMPETUR), que com o intuito de elaborar o que chamamos de guia turístico, pontuando as características de Pernambuco, para esses possíveis turistas que vêm de outros lugares do Brasil, por esses dois poetas um do agreste pernambucano e outro do sertão.

Figura 03- capa do folheto



A capa do folheto é constituída por alguns elementos que norteiam uma identidade do nordeste que foi constituída por intelectuais Sulistas e Nordestinos, segundo o historiador Durval Muniz, são eles: Uma mulher de cabelos longos com vestido estampado, típico de mulheres da zona rural, um homem de chapéu aparentemente de couro, e roupas simples também sendo uma veste comum dos homens do campo, um jumento utilizado como transporte para uma criança, a sua paisagem é caracterizada por cactos, típico da região do agreste e do sertão e um Solo expansivo. Compreendemos e problematizamos que essa

imagem não define todos os pernambucanos, mas em seu senso comum, no âmbito artístico em suas diferentes facetas, é essa imagem utilizada como ícone (um tipo de signo que apresenta similaridade com o seu referencial). Durval, pontua em seu livro “A invenção do Nordeste” a escolha desses símbolos, feita pelos intelectuais e artistas tradicionalistas e regionalistas, com o intuito de prolongar o passado, baseado no sentimento da saudade. Entre eles o Ariano Suassuna e Gilberto Freyre que visavam o Nordeste como um espaço tradicional. O Ariano em específico, considerado entre os pares, defensor da cultura Nordeste do Brasil, frisava somente, um nordeste sertanejo, descrito como mágico, ligado diretamente ao passado medieval. Ele reafirmava o uso das formas das narrativas de cordel como forma de dizer esta região do país. Forma adequada de representar onde não existiria uma fronteira entre o real e o imaginário, entre o sentimental e o antipoético, entre o divino e o pagão, entre o trágico e o cômico, entre a loucura e a razão. “(ALBUQUERQUE, 2009 p.100)

O termo Nordeste é usado inicialmente para designar a área de atuação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) criada em 1919. Esse olhar do outro que está em jogo, quando nos remetendo a este folheto característico de uma cartilha para os turistas, aqueles que vem de fora de Pernambuco. Na primeira página, o Borges ilustrou com um sol irradiante, duas flores e um calendário. O autor, inicia descrevendo as características geográficas do Recife, sobre o clima, relevo e população, inicia seu caminho pelo litoral e adentra pelo estado. Ainda no litoral o autor menciona “Se banha gente de quantia, com a máquina do desejo, fotografa a alegria” ( PEREIRA, p.01) notamos que a expressão a máquina do desejo, se refere uma máquina fotográfica, seguido do registro da alegria, de aproveitar as praias pernambucanas. A fotografia é uma ferramenta eficiente como utilização de marketing de turismo, auxiliando efetivamente no processo de oferta no mercado. “O uso de fotografias revela inúmeras funções, dentre elas a de ser uma ferramenta para o planejamento, desenvolvendo estratégias de marketing, fazendo das imagens signos capazes de atrair um número crescente de consumidores de pacotes turísticos.” (DROPA, pg.13 ). A página é constituída por uma imagem de uma mulher de biquine.

Folheto 07 - Interior do folheto



fonte: APEJE

## CONCLUSÃO

Portanto, mesmo sendo recente utilizar as imagens como fonte histórica, em especial as xilogravuras, é uma área que está crescendo e encontrando seus espaços. A potencialidade cognitiva da imagem e a sua biografia deve ser levada em consideração, dentro desse âmbito, as letras e imagens se relacionam e compõem uma narrativa, que por meio da análise dos folhetos de cordel de J. Borges compreendemos a década de 70, possibilitando novas narrativas históricas.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. *Histórias de Cordel*. Campinas- SP. Mercado de letras. 1999.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009. 340 p.
- BRASIL, Alexia. *Cordel: Memória e comunicação em rede*. São Paulo. Tese (doutorado em semiótica) Universidade Católica de São Paulo. 2006
- CASTILLO TRONCOSO, Alberto del. La memoria histórica y los usos de la imagen. *História Oral*, v. 13, n. 1, p. 87-101, jan.-jun. 2010.

- CERTEAU, Michel De. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- CERTEAU, Michel de. Operação histórica. In: NORA, P.; LE GOFF, J. *História: novos problemas*. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002a.
- CHARTIER, Roger. *Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna séculos XVI-XVIII*. Tradução de Bruno Feitler. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002b.
- CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII*. Tradução de Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Unesp, 2007.
- DROPA, A; TRZASKOS, L; BAUM, J. A imagem fotográfica como recurso de valorização cultural e seu uso pelo turismo: um estudo de caso da colônia sutil. VII ENPPX. Paraná.
- HUNT, Lynn et al. *A nova história cultural*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: M. Fontes, 2001.
- JUNIOR, F.C.F.S. A virada e a imagem: história teórica do pictorial/iconic/visual turn e suas implicações para as humanidades. *Anais do museu Paulista*. São Paulo, Nova Série, vol. 27, 2019, p. 1-51.
- LIMA, Joana d'Arc de Sousa. *Cartografias das artes plásticas no Recife dos anos 1980: deslocamentos poéticos entre as tradições e o novo*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- MAUAD, Ana Maria. *Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografia*. Niterói: Editora da UFF, 2008.
- MAUAD, Ana Maria. O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual. In: *ArtCultura*, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 33-50, jan.-jun. 2008.
- MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-45, 2003.
- MERRICK, Thomas William. *Resultados preliminares do censo de 1970 realizado no Bras*. Rio de Janeiro.

- NOVAES, Sylvia Caiuby. Imagem, magia e imaginação: Desafios ao texto antropológico. Mana. 2008
- NASCIMENTO, C. M. S.. NARRAR COM IMAGENS: História e visualidade nas capas de folhetos de J. Borges. (1970 - 1979). In: XIII Encontro Estadual de História da ANPUH-PE, 2020, Recife. Anais Eletrônico do XIII Encontro Estadual de História: "História e mídias narrativas em disputas". Recife: CBL - Câmara Brasileira do Livro, 2020.
- PEREIRA, M. C.C. L. Pensar (com) a imagem: reflexões teóricas para uma práxis historiográfica. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 672-679, jul./dez. 2016.
- PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011.
- SILVA, Maria do Rosário da Silva: *Histórias Escritas na Madeira: J. Borges entre folhetos e xilogravuras na década de 1970*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- SOUZA, Tânia C. Clemente. Discurso e imagem, perspectiva de linguagem não verbal. 1997.

## **A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO NORDESTINO POR GILBERTO FREYRE NO MANIFESTO REGIONALISTA DE 1926.**

Sávio Henrique Magalhães Gomes<sup>83</sup>

Francisco Dênis Melo<sup>84</sup>

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo apresentar a óptica freyriana regionalista na construção do imaginário nordestino. Arquétipos<sup>85</sup> estes que até hoje tem raízes, e, ainda constitui o conceito enquanto região, não só para o próprio nordestino, mas para todo o Brasil. Na

---

<sup>83</sup> Graduando em História na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

<sup>84</sup> Orientador; Pós-doutorado junto ao PACC da UFRJ em 2017. Professor do curso de História na Universidade Estadual Vale do Acaraú.

<sup>85</sup> **Arquétipos** são como modelos utilizados como padrões, sejam através de hábitos, ações, sentimentos ou algo que constitua de toda forma um padrão. <https://www.dicio.com.br/arquetipo/> último acesso em 22/03/2021.



contemporaneidade existem ideias retratadas em diversas fontes que ilustram melhor a visão estereotipada do nordestino, como sujeito sem leitura, homem duro do campo e que sempre passa por necessidades, profundamente apegado a um sincretismo religioso em decorrência de sua região essencialmente pobre. Gilberto Freyre objeto de estudo deste trabalho irá representar um dos pináculos importantíssimos entre interpretes do que é o Brasil, e sua obra, exemplo de, Casa Grande e Senzala, que será de reconhecimento global. Discutir regionalismo na óptica de Freyre é essencial para sabermos de onde e como surge o imaginário nordestino e posteriormente o Brasileiro. O regionalismo de Freyre dá a perspectiva de saber construir de forma menos estereotipada e mais cultural o sentimento de pertencimento de uma região, a do Nordeste. Por isso iremos utilizar O Manifesto do Tratado Regionalista de 1926 encabeçado por Gilberto Freyre como fonte preciosa para esse trabalho, juntamente com Casa Grande & Senzala de 1933.

**Palavras-chave:** Nordeste; Freyre; Regionalismo.

## INTRODUÇÃO

Gilberto Freyre foi um dos mais importantes sociólogos do século XX, suas obras, com ênfase em Casa-Grande & Senzala foram de sucesso internacional, e, contribuíram para um pensamento hegemônico sobre um povo miscigenado e unido no Brasil por muito tempo, que ainda impera no senso comum da nação, seja na união das raças ou na construção do Brasil através do *Mito das Três Raças*<sup>86</sup> como fundador da identidade nacional de um país continental, cheio de diferenças e peculiaridades.

Freyre entende e reconhece essas peculiaridades espalhadas por todas as regiões do Brasil e por isso se dedica em construir um regionalismo solidificador da união nacional, dando resultados práticos em 1926 com o primeiro congresso regionalista das américas, onde Freyre lê o manifesto regionalista e firma a concepção de um regionalismo profundamente apegado aos costumes, práticas e hábitos culinários de outrora.

Isso marcará bastante as duas obras que serão fontes primárias para esse trabalho, O manifesto do Tratado Regionalista (1926)<sup>87</sup> e Casa-Grande & Senzala (1933). Ambas com tons saudosistas de um passado agora ameaçado por um modernismo, também impulsionado de ideias regionalistas, encabeçado por Mario de Andrade, e, que diverge do pensamento teórico de Freyre quanto a sentido de regionalismo ou região social. O modernismo regionalista de Mario de Andrade propunha uma identidade

---

<sup>86</sup> Teoria da origem do povo brasileiro moderno derivado das três raças presentes na colonização, os índios, os negros e os portugueses. Esse discurso advém do século XIX com van Hagen e ganha força nas obras de Gilberto Freyre quando ressalta a mestiçagem brasileira.

<sup>87</sup> No decorrer do texto será chamado mais de Tratado Regionalista (1926) como é mais conhecido.

nacional também a partir de uma região, mas essa era a do Sudeste, região a qual a política e a industrialização brasileira estiveram em foco por muito tempo, também propunha a presença de elementos estrangeiros, mas ressignificados a cultura Brasileira, essas ideias iam de opostas as pregadas por Freyre que via nelas um monopólio cultural do Sudeste sobre as demais regiões e implementações de estrangeirices aos hábitos nacionais.

Mas, porque Freyre tende a lembrar com tanto apreço em suas obras de um passado colonial açucareiro? De forma que, locais como as Casas-Grandes, sempre atreladas a exploração colonial e reafirmação máxima da opressão do português ao negro são vistas agora como principais agentes solidificadores dos valores nacionais<sup>88</sup> que moldariam não apenas os hábitos de uma região açucareira, mas de toda uma nação, a ponto de serem esses valores muitas vezes os que segundo Freyre trariam o que é de mais autêntico a identidade Brasileira.

Freyre sem dúvidas dá certos privilégios a Casa-Grande e consegue fazer isso devido sua experiência de vida em engenhos. A casa que Gilberto Freyre cresce e mora por toda a vida em Apipucos, foi em tempos passados um engenho, que na época do autor não desempenhava mais o papel<sup>89</sup> para que foi projetado originalmente, mas segue o papel de casa urbana, que ainda sim podia prover alguns dos antigos luxos dos senhores de engenhos que Freyre muito retrata em Casa-Grande & Senzala, principalmente o culinário e da vida sossegada, muito bem representada no filme *O mestre de Apipucos* Produzido por Joaquim Pedro de Andrade, Duração de 9 minutos, ano de 1959. Freyre demonstra no filme possuir uma vida intelectual ativa, com mais de 20.000 livros em sua casa, uma escrita e leitura constantes, e também, uma vida regada de confortos e privilégios proporcionados não apenas pelo seu trabalho, mas também o de sua família, uma das mais antigas do Brasil.

O autor vive parte do conforto que outrora os grandes patriarcas das casas-grandes em certo momento viveram, facilitando não apenas uma narrativa voltada para as senhorias, mas também em reconhecer nela uma grande importância nos valores

---

<sup>88</sup> Gilberto Freyre evidencia no Tratado regionalista de 1926 que os valores nacionais eram a culinária, as práticas de trabalho dos escravos, as práticas do dia a dia, a religiosidade, as cores, música e tudo o que girava em torno da Casa Grande que será vista pelo autor como a figura máxima que regia a tudo isso e que consolidaria a cultura mista, difundida entre os portugueses, negros e indígenas, citando referências aos Casarões no nordeste, sudeste e sul, todos muito semelhantes em estrutura e práticas, e a peculiaridade de cada região tornaria a alimentar o regionalismo de cada espaço, concordando com as grandes estruturas comuns para a formação de um todo da cultura brasileira sendo formando assim os valores nacionais de regionalismos que iriam se preencher.

<sup>89</sup> Os engenhos eram um misto de composição das Casas-Grandes, onde os senhores e colonos se abrigavam e de lá exerciam seu poder; da Senzala, lugar destinado aos escravos e dos outros elementos ao redor, como a plantação, muitas vezes os povoados entorno e a capela.

nacionais tão exacerbados no manifesto regionalista, a posição social que Freyre estava favorecia para esse privilégio em sua escrita.

Mas isso não quer dizer que Freyre não denuncia a exploração do português aos negros e índios, e que em nenhum momento estes não tem espaço em sua obra, pelo contrário, inclusive a forma que Freyre narra o escravo e a suas relações com os animais no cotidiano, inova e torna o mesmo protagonista de uma história que vai se completando aos poucos, abordagens essas que ganharam força principalmente a partir da escola dos Annales em 1930, onde as histórias do homem comum e do cotidiano ganham evidencia e enriquecem as narrativas dos fatos .

Suas obras proporcionam diversos sentimentos em sua leitura, dos adocicados quitutes e saborosas receitas a denúncias da exploração patriarcal que permeava não apenas na senzala como é pensado de costume, mas na própria Casa-Grande, onde o senhor de engenho imperava, e que, por fim, em suas relações de poder, muitas vezes confusas e outras ocasiões contraditórias com todos aqueles oprimidos embaixo de seu julgo, firma aquilo que posteriormente Freyre no manifesto regionalista chamará de valores nacionais, criadores de uma identidade nacional.

## **O NORDESTE AÇUCAREIRO E AS INOVAÇÕES COLONIAIS**

No manifesto regionalista e em Casa-Grande & Senzala as ideias que sustentaram toda a narrativa de Freyre são as de um nordeste como surgimento do Brasil. E desse berço que nascerá as principais características que irão marcar a nação.

A região nordestina em seu tempo colonial açucareiro estava no auge de poder econômico e social das demais capitanias portuguesas na América, atraindo cada vez mais as atenções lusitanas para aquele local, a ponto que os colonizadores criam uma cultura em volta da cana, brotando raízes que irão aos poucos modelar a região social que virá a se chamar Nordeste.

Através de sua importância, o ciclo canavieiro trouxe ao nordeste o prestígio necessário, trazendo um pioneirismo desenvolvimentista<sup>90</sup> na América portuguesa, progressos estes adaptados dos diferentes contatos dos colonizadores com outras civilizações, como os Mouros<sup>91</sup> durante sua dominação na Península Ibérica.

---

<sup>90</sup> Freyre no Manifesto Regionalista (1926) fala desses “progressos” como uma troca cultural entre os portugueses e Mouros na região da Península Ibérica, mas não cita se essas relações foram de violência, comerciais ou totalmente amistosas, o que podemos indicar é que os portugueses junto com os mouros trocam traços culturais devido suas relações tensas sobre uma mesma região, a da Península Ibérica que se via palco de um conflito advindo desde o século VII, a Guerra de Reconquista.

<sup>91</sup> Os Mouros são povos mulçumanos situados no que compreenderia atualmente o Marrocos e partes do norte da África, adentraram na Europa a partir do século VII pela região do que hoje é a Espanha e Portugal e mantiveram forte presença até os séculos XIV e XV.

Assim aos poucos as cidades e o campo passam a se desenvolver de forma que suas necessidades são atendidas de acordo com as diferentes experiências lusitanas. Logo o engenho será não apenas o motor econômico, mas também colonizador. Casa essa que em propósitos militares e coloniais servirá de forte contra as investidas de escravos rebeldes e índios revoltosos, social onde unirá toda a comunidade local entorno de si e econômica com os engenhos produzindo o açúcar, especiaria que era produzida em altas quantidades e em excelente qualidade para a exportação.

Essa sociedade colonial açucareira tinha como principal símbolo o patriarcalismo que era encabeçado por homens brancos, senhores de engenho. E será isso que marcará muito a construção da relação entre os patriarcas, as casas-grandes e senzalas. Interações estas muitas vezes conflituosas, mas que cimentava cada vez mais não apenas as posições que cada um exercia no organismo<sup>92</sup> da Casa-Grande e da Senzala, mas também como ambas necessitavam uma à outra para corroborar a futura sociedade miscigenada Brasileira que Freyre tanto elogia.

A respeito dessas divergências que resultavam no fim em uma continuação das engrenagens coloniais que cada vez mais transformavam os opressores e oprimidos, Fernando Henrique Cardoso cita:

...Gilberto Freyre seria o mestre do equilíbrio dos contrários. Sua obra está perpassada por antagonismos. Mas dessas contradições não nasce uma dialética, não há a superação dos contrários, nem por consequência se vislumbra qualquer sentido da história os contrários se justapõem, frequentemente de forma ambígua, e convivem em harmonia. (Fernando Henrique Cardoso Apud. Freyre, Gilberto. 2003. Pag. 22.)

Desse modo, Fernando Henrique Cardoso explicita o que Gilberto Freyre procura expressar em *Casa-Grande & Senzala* (1933), a ideia de que houve explorações dos brancos para com os negros e índios, mas que no fim foram essas explorações, principalmente a de cunho sexual, que produziu a sociedade miscigenada brasileira.

Em todo esse contexto dos grandes patriarcas oprimindo a brancos e negros, a Casa-Grande também se mostra como um local aconchegante e espaço social de experiências culturais e religiosas fortíssimas. Seja através das capelas que reuniam as comunidades locais aos arredores da casa grande, ou, seja através dos festejos, onde a culinária ganhava grande destaque.

Essa culinária era desenvolvida para o paladar de muitos senhores de engenho que viam na alimentação seu maior aconchego, logo, as escravas tratavam de atender aos

---

<sup>92</sup> Aqui me refiro a Casa-Grande e Senzala a um organismo que dispõe de organizações e mecanismos para que funcionem, assim como também eram esses espaços ligados intrinsecamente um ao outro. Para Freyre, um precisa do outro para que continuem ativamente o processo colonial português na colônia.

desejos alimentares de seus senhores, sempre vigiadas pelas sinhás brancas, que no fim levavam sempre os créditos. Cada engenho tinha suas peculiaridades gastronômicas e eram reconhecidos por estas que aos poucos passa a enraizar-se nas culturas em seus entornos.

Logo, doces, quitutes e refeições são constantemente aperfeiçoados para a alimentação da Casa Grande que de formas criativas se utilizam dos alimentos fornecidos e proporcionados pela região para preparar ou customizar as iguarias. Muitos desses hábitos alimentares foram se difundindo a ponto de esses serem uma marca para a região, que sempre esteve também atrelada as ideias de um sincretismo religioso e festivais típicos que ganham ar de admiração por todo Brasil, como por exemplo os festivais de quadrilhas, até hoje bem reconhecidos.

### **OS VALORES NACIONAIS, A IDENTIDADE REGIONAL E NACIONAL**

Freyre identifica na culinária, arquitetura e cultura desenvolvida através do ciclo da cana no Nordeste, os valores nacionais do Brasil, o que traz de mais autêntico na identidade da nação, uma bússola para que os brasileiros pudessem se guiar em meio as profundas transformações do país que vinham ocorrendo no momento de escrita do autor<sup>93</sup>.

Dos valores nacionais ressaltados no manifesto regionalista (1926), o que Gilberto Freyre mais enfatiza é a culinária, onde percebe que os doces, quitutes e refeições típicas preencheram o imaginário do que é a alimentação nordestina, embora essa concepção esteja se desfazendo através da descaracterização da culinária nordestina por hábitos estrangeiros tidos por modernos ou sofisticados.

Gilberto Freyre relata no Manifesto Regionalista (1926) seu choque quando ao retornar de suas viagens pela Europa, dirige-se até grandes restaurantes de Recife e o que vê pasmo é uma culinária “afrancesada” que nada tinha a ver com a região onde estava inserida, investigando mais um pouco as camadas mais pobres da população, percebe que as comidas em lata e em conserva ganharam as mesas das famílias e agora era raro de se farejar pelas ruas as comidas típicas nordestinas tão caracterizantes, situação essa que é citada de forma sucinta e esclarecedora, “Toda essa tradição está em declínio ou, pelo menos, em crise, no Nordeste. E uma cozinha em crise significa uma civilização inteira em perigo: o perigo de descaracterizar-se.” (Freyre, Gilberto. 1996. Pag.55)

O autor se utiliza desses exemplos para alertar sobre o que o progresso modernista estava tornando, não apenas a região, mas o próprio país. Com a descaracterização dos

---

<sup>93</sup> Nas décadas de 20 e 30, corriam pelo mundo fortes crises de identidade em muitos países, o Brasil também sofria devido as ideias Eugenistas do momento condenarem suas raízes advindas do “Mito das 3 Raças” .

valores nacionais, o Brasil estaria mais suscetível ainda as estrangeirices, que Freyre trata como uma doença presente no país desde seu surgimento. Tecendo uma série de críticas a república, a qual julgava essa por uma cópia do modelo estadunidense, e também ao império, onde o chamava de corte afrancesada ou anglicizada, mostrando a fragilidade do país para se identificar e adaptar ideias estrangeiras as nossas necessidades.

Essas estrangeirices estariam por descartar uma serie de tradições, seja nas artes culinárias, arquitetônicas ou hábitos sociais, substituídas por cópias do modelo de vida referentes aos centros nervosos do capitalismo, com ênfase no estilo de vida americano, suas formas de comer e construir suas cidades.

O manifesto regionalista (1926), portanto, tenta alertar e transmitir uma ideia de saudade aos seus leitores para que através da sensibilização aos modos de vida passados possam ser resinificados as rápidas mudanças que arriscam destruir a identidade nacional através de uma continuam descaracterização da região nordestina e seu espaço social.

As respectivas obras já citadas no decorrer deste trabalho foram e ainda são essenciais para o melhor entendimento do conceito de região social tratado por Freyre, que irá proporcionar uma concepção acerca do que é o Nordeste e posteriormente ao que é o Brasil, não apenas para os próprios brasileiros, mas internacionalmente também.

Embora haja certo desconforto atualmente acerca das ideias de Freyre no mundo acadêmico, ainda sim, são obras de grande peso, principalmente Casa-Grande & Senzala, que será uma resposta direta aos problemas brasileiros de sua época, como por exemplo, os do Eugenismo e a falta de identidade nacional do Brasil, na primeira metade do século XX. Suas obras surgem como resultado da necessidade de Freyre em escrever uma obra fundadora que se solidifica em pensamentos regionalistas entorno da sociedade colonial açucareira nordestina.

Freyre desenvolve seus pensamentos acerca de raça e cultura com Franz Boas nos Estados Unidos, onde o mesmo serve para Gilberto Freyre como um mestre. Franz Boas logo irá encontrar diferença no conceito de raça e cultura, de modo que, o pensamento Eugenista dominante na época atrela esses mesmos conceitos como forma condicionante de pureza, mas Franz Boas irá separá-las afim de mostrar que as raças não condicionam a cultura que a elas estão ligadas.

Com isso Freyre busca trabalhar uma narrativa onde as três raças que irão originar posteriormente o brasileiro, são raças que participaram de uma de um mecanismo colonial totalmente adaptado para os trópicos, onde os brancos portugueses não detinham orgulho de cor, e que eram extremamente adaptáveis, tendo inclusive passado por muitas trocas culturais no decorrer de sua história, o negro traz sua pré-disposição ao trabalho, e algumas ferramentas mais eficientes para tal, e pôr fim a contribuição do indígena será

na verdade DA indígena, com Freyre afirmando que as mães do Brasil são índias e negras<sup>94</sup>.

O Brasil segundo o autor será então o local perfeito para esse encontro, terra fértil, assimilada pela gestão colonial sendo impulsionada pelo trabalho escravo. Descrição adocicada do sistema exploratório colonial, embora Freyre proponha as convergências entre as raças, ainda assim, sua descrição é bem mais suave que a de muitos que também lhe crítica, como por exemplo, Florestan Fernandez. As ideias de Freyre a respeito de uma não existência de racismo vai de contrário ao que seus críticos pensam, lhe dando a alcunha de democrata das raças.

O Eugenismo e a Obra de Freyre.

Embora Freyre desenrole uma história mais adocicada sobre as relações coloniais brasileiras, são estas mesmas que colaboram como um pensamento antiEugenista na década de 20 e 30. O movimento Eugenista ganhava cada vez mais destaque não apenas no Brasil, mas no mundo, e, um país de miscigenados, era mal visto justamente por esses grupos pseudo intelectuais. Casa-Grande & Senzala (1933) irá entregar ao Brasil uma origem que não é a pior, mas pelo contrário, melhor.

Segundo o pensamento Eugenista as raças estariam dispostas da seguinte forma em pirâmide, os Brancos são a raça mais evoluída estando no topo, logo abaixo os asiáticos, em seguida os povos ameríndios, em baixo os negros e por fim os miscigenados, que seriam tratados como o pior de todos os outros acima, visto que eram uma mistura de raças, e por sua impureza não apresentava os traços plenos das outras demais raças, ideia que justificava a pureza das raças e a não miscigenação, o que impulsiona resultados estatais em países que levam a cabo a pureza racial e se utilizam do Estado para segregar os negros e demais povos de forma oficial, através de leis, como as segregacionistas nos Estados Unidos ou África do sul.

Deste modo a narrativa trazida por Freyre congrega a uma união que ainda não é plena das raças, mas que colabora para a democratização das raças no Brasil. Por isso mesmo sendo obras profundamente criticadas, foram fundamentais para seu tempo e como diz Fernando Henrique Cardoso prefaciando Casa-Grande & senzala (1933), a obra é um clássico que os tempos poderão passar, mas sempre será de grande valia para os estudos da identidade brasileira.

---

<sup>94</sup> Essa narrativa esconde muito da violência e banaliza os sujeitos históricos em determinadas posições, Freyre um homem Branco e descendente direto do patriarcalismo açucareiro, propõe que o homem branco era o líder do projeto colonial açucareiro, a cabeça pensante; os negros que foram escravizados e repatriados tem sua visão atrelada ao trabalho, banalizando os horrores da escravidão, tornando tudo muito natural; e a violência sexual com as negras e indígenas é retratada como um meio banal para uma necessária miscigenação dos trópicos. Logo o autor propõe uma banalização das diversas formas de violência advindas dos portugueses e de seu projeto colonial.

Curiosamente é na década de 30 que sua obra adquire maior notoriedade, através do regime que fez Freyre bater em exílio a Portugal e posteriormente aos Estados Unidos, prefaciando posteriormente a ocasião, Freyre lembra da experiência ocorrida e logo relata em sua primeira frase de prefácio. Getúlio Vargas se utiliza da obra para uma maior unidade nacional e para despertar em seu governo o sentimento de identidade brasileira.

Embora Casa-Grande & Senzala (1933) se dedique as discursões aqui descritas, o forte regionalismo na escrita faz com que as dimensões regionalistas de Freyre tenham penetrado fundo no senso comum<sup>95</sup> que hora ou outra ainda se faz presente na concepção da relação dos brasileiros para com eles mesmos e estrangeiros, solidificando cada vez mais as preconcepções de um Brasil alegre e unido, sustentado pelos valores nacionais que o mantem junto e lhe dão autenticidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Freyre pode ser um autor controverso, mas sem dúvida importante. Suas discussões suscitadas acerca de um regionalismo nordestino, firma preconcepções lúdicas do que os nordestinos e as outras pessoas de demais regiões irão ver a cerca dessa região social, que irá concretizar estereótipos do homem nordestino, sua fauna, flora, alimentação, vestimentas e condições climáticas.

O que Gilberto Freyre pretende em suas obras é valorizar a região nordestina através de sua história passada, visto que desde o século XIX já não tem mais o foco nacional nas áreas econômicas e sociais. O prestígio perdido faz com que a elite canavieira nordestina se volte para o antigo nordeste colonial, onde se sustentava e brilhava através do açúcar e dos engenhos, é esse passado que deseja ser resgatado, não o de violência como em outrora havia, mas o pensamento novamente de uma região prospera, regada de uma cultura muito colorida, de comidas típicas e festejos alegres.

E para Freyre isso poderia voltar através do resgate de costumes tradicionais que o autor vê como valores não apenas do Nordeste, mas que complementam e fundem-se aos nacionais, se o Nordeste é o berço do Brasil, é de lá que surgirá o que mais tem de autêntico no país, por isso, mesmo que em 1920 a região nordestina esteja em decadência desde algum tempo, serão os valores culturais que sustentarão a região social que ali se estabelece.

A ideia regionalista então se fixa ao prestígio que não há mais, porém que todas as regiões brasileiras devem respeitar e o Nordeste resguarda-las das ideias progressivas nordestinas, seja estruturalmente nas cidades, com alterações físicas inapropriadas para

---

<sup>95</sup> O senso comum que parte da Obra de Freyre é a de um Brasil sustentado de união, felicidade e comunhão, algo que exclui as relações de discriminações de várias regiões.



os trópicos, ou na alimentação empobrecida e copiada de outras culturas, que estarão sempre em volta dos centros nervosos do capitalismo.

Mas porque valores nacionais seriam importantes ao Brasil? Freyre justifica a nacionalidade brasileira através deles. Ou seja, para a compreensão da identidade do povo brasileiro temos que volta ao passado colonial açucareiro, esse mesmo cheio de prestígios que os regionalistas tanto tendem a olhar com saudosismo. É nele onde a autenticidade do povo brasileiro toma forma através da adaptação dos portugueses aos trópicos, que através de várias experiências lusitanas no decorrer de sua história, aplica suas experiências e as reformula para melhor adaptação.

As adaptações portuguesas serviam para que a população entorno do ciclo da cana pudessem criar uma identidade que com o passar do tempo irá compor fortemente o imaginário da sociedade nordestina e que para Freyre constroem a identidade nacional.

Seja através das transformações culturais no Manifesto Regionalista (1926) ou na construção do Brasil através das raças em Casa-Grande & Senzala (1933), Freyre irá apontar para o Nordeste como criador das principais transformações autênticas da identidade nacional, que agora eram ameaçados e não apenas apresentava risco a essa região, mas a todo o Brasil em se descaracterizar ao que teria de mais autêntico.

As análises regionalistas de Freyre partem de um Nordeste em decadência que vislumbra no seu passado, algo mais glorioso e que deve ser respeitado e preservado através das tradições que podem passar a serem reformuladas, mas nunca excluídas e trocadas por modelos estrangeiros como o que Gilberto Freyre vê em suas experiências no Recife e no campo. Uma tentativa de resgatar os prestígios da região que colabora para a visão dos estereótipos atrelados ao Nordeste, como terra seca, pobre, mas também as concepções de povos festivos, resilientes e de uma grande herança culinária.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA**

### **Fonte:**

**FREYRE, Gilberto.** Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal; apresentação de Fernando Henrique Cardoso – 48ª ed. Rev-São Paulo: Global, 2003- (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil;1).

**FREYRE, Gilberto.** Manifesto regionalista. 7.ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996. p.47-75.

### **Teóricos:**

**JUNIOR**, Antônio Cecílio Barboni. O Regionalismo em Gilberto Freyre e José Lins do Rêgo: uma análise entre a sociologia e a literatura. Universidade de Brasília Instituto de Ciências Sociais Departamento de Sociologia. Brasília, 2017.

**MEDEIROS**, Manina Loureiro. A Região no Nordeste Brasileiro: Diálogos com Gilberto Freyre. XIII ENANPEGE. São Paulo, 2019.

**OLIVEIRA**, Lucia Lippi. Gilberto Freyre e a Valorização da Província. Revista Soiedade e Estado – Volume 26, nº 1. 2011,

**SANTOS, Robson dos**. Cultura e tradição em Gilberto Freyre: esboço de interpretação do Manifesto regionalista. Soc. e Cult., , v. 14, n. 2, p. 399-408. Goiânia, 2011. DOI: 10.5216/sec.v14i2.17613



**ST- 10. ESCRAVIDÃO, COMÉRCIO E  
REDES DE SOCIABILIDADE NA  
AMÉRICA PORTUGUESA (SÉC. XVII E  
XIX)**

**COORDENAÇÃO:**

Filipe Matheus Marinho de Melo (PGH/UFRPE)  
Luanna Maria Ventura dos Santos Oliveira  
(PPGH/UFPE)

# **LINHARES, AGUIAR E ANADIA: OS TRÊS RELÓGIOS DESCONCERTADOS E A FISCALIDADE NA FORMAÇÃO DA MODERNA ECONOMIA MORAL BRASILEIRA.**

Saulo Vilar de Campos Silva<sup>96</sup>

Com o fim da era pombalina, em 1777, o gabinete de D. Maria I e suas redes diplomáticas, toparam com uma decisão, recorrente àquela corte, gravíssima: aliar-se à França ou permanecer sob o jugo do Império britânico? Em função disso desenvolveram redes diplomáticas orientadas tanto para alianças com a França como com a Inglaterra. Essas óbvias redes eram chamadas na corte portuguesa de partidos *Francês* e *Inglês*.

Napoleão chantageou o reino de Portugal e obteve a sua “neutralidade” sob a pesada tributação de milhares de libras esterlinas, colocando a Espanha em alerta para uma possível invasão em caso de quebra do acordo.

Acompanhando à distância esse sistema de vigilância, na Europa o gabinete inglês não perdia de vista os desígnios da França em relação às colônias sul-americanas, para os diplomatas britânicos, enquanto a Espanha e Portugal continuassem a pagar a imensa importância em dinheiro exigida pela França, financiando a guerra continental, as pretensões de Napoleão estavam sendo mais atendidas do que se ele se tivesse apossado de todo o território desses países e suas colônias.

A política externa da Inglaterra foi linear, desde que Pitt idealizou o grande projeto da supremacia capitalista britânica sobre o mundo, baseado nas ideias iluministas dos seus súditos, notadamente os banqueiros e empreendedores escoceses. Sua morte em 1806 não interrompeu seus planos, levados a termo por seu discípulo e sucessor, George Canning. A este projeto, contrapunha-se (sempre a França) o napoleônico, com a sua finalidade de arruinar e superar a Inglaterra econômica e militarmente.

Enquanto França e Portugal lambiam suas feridas com a guerra dos sete anos, as independências das 13 colônias norte americanas e São Domingo, preparando-se para novas refregas, a década de 1790 foi um lapso temporal na história de Portugal, em que sob o reformismo ilustrado do Conde de Linhares, foram estimulados estudos, pesquisas e o desenvolvimento das ciências que contribuíssem para o progresso do reino português, onde a parte mais rica era o Brasil (LUSTOSA, 2019).

---

<sup>96</sup> Mestrando do PPGH/UNICAP

Nessas redes estabelecidas em uma conjuntura político-econômica de médio prazo, seja como intelectual orgânico ou no papel de um mediador cultural, o conde de Linhares d. Rodrigo de Souza Coutinho, torna-se mais uma peça fundamental nesse jogo diplomático, consolidando o projeto, já antigo, de trazer a família real portuguesa para o Brasil.

Até que esse dia chegou, e aos 29 dias do mês de novembro de 1807, uma esquadra inglesa, fortemente armada, zarpa de Lisboa escoltando a realeza de Portugal, levando metade do tesouro português e uma grande parcela da corte e do que agentes caracterizavam o patriarcalismo estamental português, pareciam aos olhos de Maria Graham, uma escolta ou um olhar sobre a galinha dos ovos de ouro da monarquia britânica.

*Já em 1796, o Sr. Pitt havia examinado as vantagens que a Grã-Bretanha tiraria da posse de um pôrto na América do Sul e, particularmente, no Rio da Prata. Com o seguir dos tempos, não perdeu de vista êste problema. Circunstâncias ocorridas em dezembro de 1804 chamaram sua atenção, crucialmente, para o assunto, visto como tinha sido informado de que a França estava prestes a tentar a tomada de uma das colônias espanholas, na primeira oportunidade favorável. Mas estávamos então em paz com a Espanha e ainda que quiséssemos evitar tal agressão por parte da França e ajudar o General Miranda em sua projetada expedição à América do Sul, não era possível auxiliá-lo, como êle insistia com empenho junto no gabinete, embora fossem claramente visíveis as vantagens para a Inglaterra em garantir tal mercado para suas manufaturas. (GRAHAM, 2003.)*

D. João VI, quando da formação do seu primeiro ministério, herdou da administração mariana, essa grande decisão político-econômica, sempre oscilando entre o que pensava a burocracia da corte já instalada no Rio de Janeiro e sob a vigilância implacável de Lord Strangford, verdadeiro “tutor” do reino para assuntos. Hipólito da Costa os denominava “Os três relógios desconcertados”: o adiantado Conde de Linhares (alinhado à Inglaterra e à cultura anglo-saxã), o cada vez mais atrasado, Conde de Aguiar (francófilo) e o quase parado Conde de Anadia.

*Pelo decreto de 11 de março de 1808, foram nomeados os ministros e secretários de Estado, ficando a pasta dos Negócios do Reino, aqui denominados do Brasil, com d. Fernando José de Portugal e Castro, ex-governador da Bahia e vice-rei, que acumulou as funções de ministro-assistente do Despacho do Real Gabinete e presidente do Erário Régio. Para a secretaria de Estado dos negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, foi escolhido d. João Rodrigues de Sá Melo Menezes, visconde de Anadia, e para a Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros e da Guerra, d. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, ex-ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos[...] (CABRAL, 2010, p. 54).*

Hipólito da Costa os denominava “Os três relógios desconcertados”: o adiantado Conde de Linhares (alinhado à Inglaterra e à cultura anglo-saxã), o cada vez mais atrasado, Conde de Aguiar (francófilo) e o quase parado Conde de Anadia.

O Tratado de Methuen (1703), era uma das principais causas dessas indecisões dos monarcas portugueses, as quais acentuaram-se ao longo do desenvolvimento histórico do capitalismo, através de diversos outros tratados que pouco a pouco tutelavam o reino de Portugal e suas colônias e agravando-se, definitivamente, em teoria, em 1810, com o Tratado de Comércio e Amizade. Este sistema de tratados formou uma base para futuros Sistemas Tributários brasileiros.

A partir dessas pré-análises das causas que levaram a formação do Brasil, este artigo, parte de uma dissertação, além de buscar literaturas adequadas para pesquisas futuras, mais específicas, tenta fazer algumas provocações e indagações sobre como ou quanto um sistema tributário ou regime de fiscalidade pode influenciar na formação da identidade dos Estados-Nações, no âmbito das diversas conjunturas estabelecidas pelo Capitalismo histórico, em uma perspectiva de longa duração? Caso tenham refletido, também, no império, até onde podem ter avançado essas possíveis permanências no sistema tributário altamente centralizado e regressivo, do falso federalismo republicano brasileiro e contribuído para o declínio político-econômico das capitanias, províncias e estados do norte-nordeste?

## **A IMPORTÂNCIA DOS TRATADOS NA FORMAÇÃO DO SISTEMA MONETÁRIO BRITÂNICO ANTES E DURANTE AS GUERRAS NAPOLEÔNICAS**

Ao longo do século XVIII, excluída a Holanda, a pugna pela hegemonia política e comercial desenrolou-se entre a Inglaterra e a França; os Tratados de Utrecht já configuravam uma posição vantajosa para os ingleses, e os confrontos do meado do século consolidaram sua hegemonia. Através dos tratados com Portugal (Methuen), da obtenção do *asiento* espanhol, e sobretudo através do imenso contrabando – o comércio *interlope* como era então chamado – a Inglaterra penetrou fundo nos mercados coloniais ibéricos.

Completava-se, assim, a tutela britânica. (NOVAIS, 2019)

*Do ponto de vista da Inglaterra, o tratado de Methuen ultrapassou, o benefício material imediato. Seus artigos afetaram as exportações do maior rival inglês na arena mundial, a França. [...] O metal brasileiro ainda foi decisivo na reorganização do sistema monetário inglês, convertido ao padrão-ouro, na estabilização da dívida pública inglesa e na e na consolidação de um mercado de capitais essencial à decolagem da Revolução Industrial (PARRON, 2020, p.435)*

Tâmis Parron, trata aqui, não só dos resultados comerciais conseguidos pela Inglaterra, mas, principalmente, do grande afluxo de metais que abasteceu a “city” londrina, levando o mercado financeiro, principalmente operadores judeus entre Amsterdam e Londres, a estabelecer o “padrão ouro” como garantia das notas bancárias. A prata, oriunda das colônias hispano-americanas e o ouro brasileiro.

Noya Pinto (1979, p.299) ao analisar cartas de três cônsules franceses em Lisboa, de diferentes épocas, Saint-Colombe (1717), Montagnac (1725) e Saint-Julien (1755), identifica a grande frequência com que embarcações britânicas, vasos de guerra, naus de correio, infiltravam-se, sem qualquer cerimônia por entre a frota portuguesa, pois, numa coincidência que não escapou à observação dos representantes franceses, toda vez que uma frota ancorava no Tejo, entre ela ia-se aninhar um navio inglês transportando, ilegalmente ou não, grandes partidas do metal dourado.

*Através desta regalia, desenvolviam um comércio ilegal desenfreado. Ligando Falmouth a Lisboa, carregavam quantidade de mercadorias, sobretudo aquelas proibidas pelas pragmáticas, mercadorias estas, não só inglesas, mas de outros países, via Inglaterra. Ao retornar, além do ouro "legal", transportavam considerável volume de ouro contrabandeado, principalmente em barra e em pó. Só é possível avaliar a quantidade de metal contrabandeado, pela frequência das vindas e retornos realizados, pois, quinzenalmente partia de Lisboa um paquebote. Em 1717, o cônsul Saint-Colombe afirmava que os "paquebotes" esgotavam o país, pela quantidade de ouro que conduziam para a Inglaterra". (NOYA PINTO, 1979, p.299)*

Os “*Packet boats*” ou paquetes, eram pequenos navios, geralmente de 80t e conduzidos por equipagem reduzida. Tinham imunidades diplomáticas, sendo considerados navios da Coroa Britânica, gozavam de isenção de vistoria e tinham como função servir de correio entre as duas Cortes.

Enquanto isso, em um dos pólos do capitalismo industrial do império britânico, já é outono, neste ano do senhor de 1810, nesta época do ano costuma fazer muito frio em *Birkenhead Priory*, do outro lado do rio *Mersey* no condado de *Chersey*, onde se chegava atravessando de *ferryboat* em *Woodside*.

Enquanto observava ao longe a cidade de Liverpool na esplêndida vista de sua propriedade, sentado ao pé de uma lareira milenar, na sua biblioteca reformada daquele antigo convento e, possivelmente, decorada com móveis artisticamente elaborados com essências madeireiras tropicais, Sir John Theodore Koster fazia a última leitura do seu “*A short statement of the trade of gold bullion: with an attempt to shell that bank notes are not depreciated*”, artigo que encaminharia ao parlamento britânico, contestando um

panfleto de um jovem integrante do partido *whig* chamado Mr. Ricardo que em abril daquele ano havia publicado uma obra chamada “*The high price of Bullion, a proof of depreciation of banks notes*”.

*Bullion* significava lingote ou barra de um metal precioso, ouro ou prata, que eram guardados pelo *Bank of England* (o banco central da Inglaterra) e oferecidos em garantia pela emissão de notas bancárias, porém para entendermos a qual contexto e conjuntura esse termo estava atrelado, precisamos recorrer a Pierre Vilar (1980, p. 388):

*Em 1809 o Morning Chronicle publicou três artigos de Ricardo sobre a relação entre o valor da moeda circulante (letras do Banco da Inglaterra) e o valor dos lingotes de ouro; a posição de Ricardo dominou os debates chamados de Bullion Report (informe à Comissão Parlamentária Sobre os Lingotes); em 1811, depois de ter sido contestado por um dos mais conhecidos economistas – homens de negócio -, Ricardo replicou com uma Resposta às Observações Práticas do Sr. Bosanquet Sobre o Informe do Bullion Committee. Nesta célebre controvérsia, Ricardo expõe os princípios de uma teoria monetária que será discutida durante todo o séc. XIX com o nome de Currency Principle.*

Antes de continuarmos com Mr. Koster, pai de Henry precisamos explicar também quem era esse tal Mr. Ricardo.

David Ricardo (1772-1823) era filho de um comerciante judeu de origem portuguesa que operava entre Londres e Amsterdam, aos 14 anos já trabalhava com o pai no ramo financeiro.

Muito jovem já tinha feito uma grande fortuna e convertido ao protestantismo quando, em 1814, resolveu adquirir grandes propriedades rurais, vivendo de rendas, e entrar para o parlamento inglês no partido opositor *Whig* (VILAR, p.388).

John Theodore Koster, negociante de grosso trato, e viajante por necessidade, desde 1776, triangulava entre Lisboa, onde era membro da Real Academia Portuguesa de Ciências, e o coração financeiro britânico em Londres conhecido como “The City”, trabalhando com o ouro contrabandeado do Brasil.

*There was one man in England who could have illuminated this phase of their inquiries to better advantage than most. He was John Theodore Koster, from 1776 to 1801 resident at Lisbon, clandestinely purchasing brasilian gold and forwarding it to England, and since 1803 a prospering Liverpool merchant.(CHECKLAND, 1952, p.174)*

Sua principal tarefa era fazer com que o nobre metal brasileiro chegasse ao centro financeiro londrino. Com a diminuição no fluxo de produção no Brasil, já dono de considerável crédito e grande fortuna, embarcou para Liverpool, com a família em 1803, agora para negociar com o outra “droga” ou commodity também produzida nas capitânicas do norte brasileiras, notadamente em Pernambuco e no Maranhão: o algodão ou “ouro branco”.



O seu filho Henry, sujeito e objeto de nossa pesquisa, entusiasmado com um amigo da família e também membro do partido Tory, Robert Southey, havia viajado para a Praça de Pernambuco, ainda uma das principais capitanias do norte da colônia portuguesa, e futura província de um futuro Brasil, no final de 1809, com uma série de expectativas e tarefas a cumprir.

O pai de Henry conheceu Southey quando ele estava em Portugal estudando temas ibéricos, inclusive coloniais. Em 1810 ele publica o primeiro volume da sua obra História do Brasil, considerada o batismo oficial de uma nação ainda por ser inventada, cujo principal padrinho seria o império britânico, monarquia constitucionalista, liderado pela Inglaterra, Estado-Nação prestes a assumir o topo do capitalismo histórico interestatal.

*In 1796 Southey (age 22) had spent three and a half months visiting his uncle the Rev. Herbert Hill, Anglican chaplain to the British factory (the community of British merchants), first in Oporto, then in Lisbon. He returned for 15 months in 1800-01. Hill was a great collector of Portuguese rare books and manuscripts. And it was in his uncle's library — and from 1803 back in England at his house in Keswick, in the Lake District, which he shared with Samuel Taylor Coleridge — that Southey began to write '[a] great historical work, the History of Portugal'. (BETHELL, 2003, p.26).*

Ao publicarem seus panfletos, Mr. Koster e Mr. Ricardo, juntamente com uma série de grandes negociantes britânicos, como Thorton e Tooke, todos herdeiros das idéias dos escoceses Adam Smith e David Hume, estavam discutindo sobre as bases teóricas do sistema monetário e financeiro, baseados no padrão-ouro, que viriam a nortear o mercado capitalista globalizado até o ano de 1928.

O império britânico parecia estar à vontade pois sua economia sempre crescia com as guerras (ARRUDA, 1996, p. 96-117), onde as transferências cada vez maiores dos capitais agrários e comerciais para o segmento industrial e os discursos de “nacionalização” das colônias ibéricas apresentado ao gabinete de Pitt, já havia sido bem assimilado, após resolver a questão monetária com o *act bullionist*.

Em resumo a Inglaterra formou, com os tratados de longa duração e o ouro brasileiro, os capitais necessários para fazer uso das novas tecnologias que surgiam, o capitalismo histórico investia agora em uma nova *commodity* que as capitanias, ainda desunidas, e futuras províncias brasileiras, tão bem já produziam desde 1780: outro ouro, agora branco, também chamado de algodão.

## **O REFORMISMO ILUMINISTA DO CONDE DE LINHARES E A FISCALIDADE NO BRASIL SOB O IDEÁRIO SMITHIANO**

No ano do senhor Jesus Christo de 1810, desembarca no porto do Rio de Janeiro, vindo diretamente de Londres em uma viagem rápida de paquete<sup>97</sup> e redigida em português o “Tratado de Amizade, Commercio e Navegação”, envolvendo, mais fortemente, britânicos, portugueses e “ o espírito dos mazombos” (MELLO,2012), na crise do antigo regime e do escravismo colonial.

Um dos principais responsáveis pela elaboração desse tratado foi o Conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, forte adepto das idéias iluministas de Hume e Smith, as quais pretendeu utilizar na suas reformas administrativo-fiscais e que foram, após sua morte, compartilhadas e difundidas pelo Visconde de Cairu.

Afilhado do Marquês de Pombal, D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), começou sua carreira diplomática em 1777, como ministro plenipotenciário em Turin, vindo a assumir como Ministro e Secretário d’a Repartição da Marinha e do Ultramar em 1796.

Sempre entre desavenças na busca pelo poder, com o seu arqui-rival, o marquês de Aguiar, assumiu o erário régio enquanto aquele era vice-rei no Brasil, cai em descrédito em 1803 para depois retornar com todos os poderes que os aliados britânicos poderiam conceder-lhe.

Apesar dos custos da guerra e da manutenção da corte, cuja metrópole para ele naturalmente deveria permanecer em solo americano, por diversas razões, os escritos de D. Rodrigo de Souza Coutinho, ao final do século XVIII, permitem realizar a conexão entre os projetos de reforma fiscal e de reforma do sistema colonial tanto na superação das dificuldades financeiras imediatas -conjunturas- como na rearticulação das relações entre metrópole e colônia - no domínio das estruturas. (AIDAR, 2011)

*Estopim de revoluções no Velho e no Novo Mundo, os tributos estavam entre as preocupações primeiras dos estadistas ilustrados no último decênio do século XVIII. Desde meados da década de 1760, as tentativas de arrocho fiscal das 13 colônias na América do Norte, por meio do aumento da influência do Parlamento inglês sobre as assembleias coloniais e pela tributação de produtos importados com o Sugar Act e o Stamp Act, foram uma motivação central para a emancipação.[...] No caso da França, a crise financeira da década de 1780, ironicamente agravada pelo endividamento com os gastos da ajuda americana, exigiu reformas fiscais que derogassem os privilégios da nobreza e do clero; porém, a convocação dos estados gerais foi seguida pelo aumento das demandas do terceiro estado e pela ruptura dos espaços de negociação que sustentavam a monarquia.(AIDAR, 2011).*

---

<sup>97</sup> Embarcações chamadas “Packet Boats” passaram a transportar o correio oficial entre Lisboa e o Rio de Janeiro, passando antes, certamente, por Londres.

Faz parte do seu discurso (MENDONÇA, 1958) o princípio da capacidade contributiva, que é explicitamente citado da seguinte forma:

*1º) a de que o Imposto seja tal que cada um contribua em razão das suas faculdades;*

*2º) a de que se cobre quando grava menos o que o há de pagar;*

*3º) que não seja arbitrário, mas certo; (MENDONÇA, 1958, p.)*

Para D. Rodrigo, “a natureza da taxaço depende das origens da riqueza da sociedade”, pois, naquela conjuntura do final do século XVIII, a “boa taxaço” significava “distribuir proporcionalmente por estas primeiras fontes da riqueza universal o gravame dos impostos, em maneira tal que sobre todos pese igualmente” (VALIM, 2017, p.).

*“Justamente porque d. Rodrigo de Sousa Coutinho atribuía o colapso da monarquia francesa à situação fiscal, sua oposição aos monopólios, à concessão da coleta de impostos a particulares e seu fervoroso apoio a uma administração eficiente surgiram da crença na necessidade de reformas para evitar uma crise da mesma natureza em Portugal. Afirmava que “a boa administração da Real Fazenda contribuiria muito para a conservação dos grandes domínios ultramarinos” (VALIM, 2017, p.).*

No discurso que faz aos contratadores, em 1799, revela que a administração tributária e a fiscalidade jamais deveriam ter sido terceirizadas, voltando imediatamente ao controle do reino. (MENDONÇA, 1958).

*“O sistema de contratos parece ter sido a forma de convivência e harmonização de interesses, até o final do século XVIII, entre mercadores (tratantes), nobres da cúpula governante e funcionários letrados que os assessoravam” (MADEIRA, 1993, p.186).*

Como exemplo, veremos ao longo da pesquisa, como D. Rodrigo lidou, com muito rigor, de dois casos ocorridos em 1798: Pernambuco e Bahia como veremos a seguir.

No caso de Pernambuco, trata-se da devassa sofrida pelo governador de Pernambuco D. Tomás José de Mello (1798) e dos membros da Sociedade do Sertão, cujo chefe era Francisco Xavier Cavalcanti de Albuquerque, proprietário do Engenho Suassuna e ex-contratador dos dízimos e das carnes.

Porém na Baía, à época da revolta, era governador *Le Marquis* de Aguiar, futuro Vice-rei do Brasil, o qual parecia não ter a mesma visão reformadora de D. Rodrigo<sup>98</sup>, pois protegeu os principais revoltosos, entre eles o contratador de tributos José Pires Albuquerque.

Encerramos com as observações de Cunha (2020), sobre o fato de que “embora os impostos criados durante o período joanino tivessem fornecido um embrião de sistema-fiscal para o conjunto do território, pouco foi feito no sentido de criar uma esfera autônoma de taxaçaõ para o centro político.”

Além de ser necessário manter a corte e mais as 15.000 almas portuguesas recém-chegadas e ávidas por benefícios fiscais, quer queiram quer não, os dois corpos do rei pertenciam ao imaginário das ex-capitanias (províncias) do sul.

Prossegue ainda Cunha (2000), lamentando o excesso de centralização e a ausência de um pacto entre as províncias:

*Quem lê hoje as fascinantes reflexões e propostas de um D. Rodrigo de Souza Coutinho, pode comparar a distância entre o projeto que ali se aninhava – modernização das finanças do Estado, as vendas das terras da Igreja e da Coroa, [...] – e a pouca eficácia na realização dessas medidas.[...] Além disso os efeitos perversos dos novos e generalizados tributos criados por D. João VI, provocariam profundo descontentamento nas populações oneradas com impostos [...] Esses descontentamentos se fizeram sentir de forma mais intensa no Nordeste, onde a presença do Rei não podia, como no Rio de Janeiro, compensar a pressão fiscal com maiores e mais rentáveis oportunidades de ganho. A revolução Pernambucana de 1817 foi uma de suas expressões mais notórias.*

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS HIBRIDIZAÇÕES CULTURAIS QUE FORMARAM O BRASIL NA EVOLUÇÃO DO CAPITALISMO HISTÓRICO**

O Estado-Nação batizado como Brasil, muito antes de surgir, já fazia parte de um sistema-mundo e “fez-se Império antes de se fazer Nação” (MELLO, 2002, p.24). Nessa gestação prematura, sobrou para a principal capitania do norte, Pernambuco (CHAVES,

---

<sup>98</sup> Sobre D. Rodrigo de Souza Coutinho, seguindo as sugestões de AIDAR, Bruno, ver: Silva (2002-2006), Silva (2006) e Santos (2006). Sobre os aspectos fiscais do reformismo ilustrado, ver: Costa (2003), Cardoso (2001 e 1989), Maxwell (1999), Novais (1995, p. 213-285) e Lyra (1994, p. 61-81). Sobre a formação das finanças régias em Portugal na época moderna, ver os seguintes trabalhos: Silva (2005), Hespanha (1993) e Godinho (1992). Para uma visão geral das finanças da América portuguesa, ver: Carrara (2009a e 2009b) e Araújo (2008). Por motivos de espaço no texto, não se desenvolveu aqui a crítica de D. Rodrigo aos contratadores de impostos.

2021), a qual nesse processo de invenção das independências modernas, além de perder a metade do seu território, deixou de ter acesso direto ao centro do capitalismo tendo de se reportar aos traficantes de pessoas escravizadas e à burocracia da corte no Rio de Janeiro.

Este mesmo aparato chamado Estado brasileiro mantém ao longo do seu desenvolvimento histórico um déficit fiscal que favorece o sistema financeiro e concentra a renda entre os mais ricos, através de uma matriz tributária injusta e regressiva. Assim como a população pernambucana (brasileira) em geral, parece não ser educada do ponto de vista fisco-tributário, não exercendo, ao longo do seu desenvolvimento histórico, a austeridade fiscal.

As hibridizações culturais que orientaram o desenvolvimento histórico do capitalismo, em suas diversas conjunturas, sob uma perspectiva de longa duração, conspiraram para que tal fato acontecesse. No Brasil, as transições de colônia para império e deste para república, não levaram a um pacto federativo, mas sim a um falso federalismo republicano.

Na visão de Wallerstein, (VIEIRA, 2012, p.22-23), cada sistema-mundo deve ser analisado a partir de suas estruturas e conjunturas próprias, como um movimento do saber englobando as hibridizações culturais e antropizações ocorridas entre centro e periferias como um sistema entrópico e que “a questão crucial aqui é o argumento de que todos os sistemas são históricos e sistêmicos”.

Considerando, também, os estudos de outros autores sobre a economia-mundo e os sistemas-mundo, partiremos de uma tabela publicada por Silver & Arrighi<sup>99</sup> conforme Figura 01 abaixo:

---

<sup>99</sup> V. SILVER, Beverly; ARRIGHI, Giovanni. O fim do longo século XX. in V. VIEIRA, Pedro Antonio et al. *O Brasil e o Capitalismo Histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

Comparando alguns padrões evolucionários, Silver & Arrighi chegam a conclusão de que o processo de ascensão do Império britânico à organização governamental líder do capitalismo histórico, em 1815 com o Congresso de Viena, originou-se de um processo sucessório dinâmico, no qual os sucedidos são as repúblicas unidas dos países-baixos (Holanda), em 1648 com o Tratado de Westfália, e os sucessores os Estados Unidos da América, com o fim da primeira guerra mundial em 1917.

Pernambuco, seja como capitania, província ou estado, participou, como coadjuvante da evolução histórica do capitalismo interestatal, fazendo frente aos seus principais representantes.

O caminho para a modernidade nos levou do Estado Moral do Antigo Regime, aos Estados do bem-estar social e do Direito. Esse processo civilizador, e disciplinador, acontece, conforme explica Norbert Elias, com o monopólio estatal da violência física e da tributação.

Também para Costa (2020), confirmando a tese de Elias (1993), desenvolvida a partir de Weber, o Estado detém os monopólios das instituições “Proteção” e “Tributação” e através destes instrumentos acontece a transição dos capitais necessários aos agentes interestatais dentro de cada sistema-mundo ou da economia-mundo como um todo.

Como resume Parron (2020, p.458), citando um editorialista de um periódico de 1843, chamado “O BRASIL”: “o país caíra presa de Londres, o “Leopardo do Norte”, logo no seu nascimento, passando recibo *“a quantas pretensões a Inglaterra pôde conceber para aniquilá-lo: tratados de comércio, cessão do tráfico de escravos, tudo, foi exigido pela insaciável gula da Inglaterra, e o Brasil tudo cedeu, tornando-se escravo do estrangeiro.”*

Verifica ainda, Tâmis Parron, que existem entre os brasileiros, de tempos em tempos, certa mentalidade onde muitos preferem transferir as responsabilidades para “outros” indeterminados culpados, verdadeiro exercício de fraqueza de caráter, não assumindo como deveriam.

Esgotamos aqui as pretensões deste artigo, o qual é meramente especulativo e busca coletar material para alçar um vôo mais longo. Futuramente, tentaremos alcançar o objeto de nossas pesquisas procurando entender por que o princípio da capacidade

contributiva, defendido por D. Rodrigo, implantado na constituição de 1824 por Cairu, e ainda presente na de 1988, não é aplicado no sistema tributário brasileiro verdadeiramente, desde então.

Como explicar essas permanências? Como ou quanto um sistema tributário ou regime de fiscalidade pode influenciar na formação da identidade dos Estados-Nações, no âmbito das diversas conjunturas estabelecidas pelo Capitalismo histórico, em uma perspectiva de longa duração? Caso tenham refletido, também, no império, até onde podem ter avançado essas possíveis permanências no sistema tributário altamente centralizado e regressivo, do falso federalismo republicano brasileiro e contribuído para o declínio político-econômico das capitanias, províncias e estados do norte-nordeste?

## **BIBLIOGRAFIA**

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **A grande revolução inglesa, 1640-1780**: revolução inglesa e revolução industrial na construção da sociedade moderna. São Paulo: Tese Livre-Docência. São Paulo: FFLCH-USP/Hucitec, 1996.

AIDAR, Bruno. **Uma substituição luminosa**: tributação e reforma do Antigo Regime português em D. Rodrigo de Souza Coutinho ao final do século XVIII. Belo Horizonte: Revista Nova Economia, v.21, n 1, pp. 137-156,2011.

AIDAR, Bruno; SLEMIAN, Andréa; LOPES, José Reinaldo de Lima. (orgs.) Dicionário histórico de conceitos jurídico-econômicos (Brasil, séculos XVIII-XIX): volume I. São Paulo: Alameda, 2020.

---

Dicionário histórico de conceitos jurídico-econômicos (Brasil, séculos XVIII-XIX): volume II. São Paulo: Alameda, 2020.

BETHENCOURT, Francisco; RAMADA, Diogo (orgs.). **A expansão marítima portuguesa, 1400-1800**. Lisboa: edições70, 2007.

BOXER, C.R. **O Império marítimo português: 1415-1825**. Lisboa: Edições 70, 2011

CABRAL, Dilma (org.); CAMARGO, Angélica Ricci. **Estado e Administração**: a corte joanina no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010.

CASTRO, Roberto Revoredo. **Hipólito José da Costa e a Independência da América Latina**. Porto Alegre: Exclamação, 2019. Edição digital.

CHAVES, José Inaldo. **As capitanias de Pernambuco** e a construção dos territórios e das jurisdições na América portuguesa (século XVIII). Niterói: UFF, 2017. Tese de Doutorado do PPGHUFF. Dowload em

CHECKLAND, Sydney G. **British public policy 1776-1939**: an economical, social and politic perspective. New York: Cambridge University Press, 1985.

COSTA, Wilma Peres. **Cidadãos e contribuintes**. São Paulo: Alameda, 2020. Ebook kindle.

DIAS, Érika Simone de Almeida Carlos. **“Dar a cada um o que é seu”**: práticas administrativas em julgamento no Conselho Ultramarino, a punição do último governador setecentista de Pernambuco. In: BICALHO, Maria Fernanda; ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de; MELLO, Isabele de Matos Pereira de. **Justiça no Brasil colonial**: agentes e práticas. São Paulo: Alameda, 2017.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

KOSTER, John Theodore. **A short statement of the trade of gold bullion**: with an attempt to shell that bank notes are not depreciated. London: 1810.

LUSTOSA, Isabel. **O jornalista que imaginou o Brasil**: tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa (1774-1823). Campinas: Editora Unicamp, 2019.

MADEIRA, Mauro de Albuquerque. **Letrados, fidalgos e contratadores de tributos no Brasil colonial**. Brasília: Coopermídia, 1993.

MALERBA, Jurandir. **As independências do Brasil**: ponderações teóricas em perspectiva historiográfica. São Paulo: Revista História, v24, n1. p99-126, 2005.

MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa**: a inconfidência mineira Brasil e Portugal 175-1808. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos**. São Paulo: Editora 34, 2012.

\_\_\_\_\_ **Um imenso Portugal**: história e historiografia. São Paulo: Editora 34, 2002.

\_\_\_\_\_ **A outra Independência**.

MONTEIRO, Nuno G. F.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. (orgs.) **Optima pars**: elites ibero-americanas do antigo regime. Lisboa: ICS, 2005.

PARRON, Tâmis. **Tratados de comércio: como abordá-los na longa duração?** In AIDAR, Bruno; SLEMIAN, Andréa; LOPES, José Reinaldo de Lima. (orgs.) Dicionário histórico de conceitos jurídico-econômicos (Brasil, séculos XVIII-XIX): volume II. São Paulo: Alameda, 2020.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777- 1808)**. São Paulo: editora 34, 2019.



RIBEIRO JÚNIOR, José. **Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780.** São Paulo: Hucitec, 2004.  
RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_ **The high price of Bullion, a proof of depreciation of banks notes.**  
Londres: 1810

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SPAIZMANN, Gabriela; SANSON, João Rogério. **Cairu e o liberalismo smithiano na abertura dos portos.** Porto Alegre: Revista Análise, v.17,n.2, p 258-273, jul-dez 2006.

SILVA, Alberto da Costa e (coord.). **Crise colonial e Independência 1808-1830.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

VALIM, Patrícia. **“Reformas estimulam ou evitam revoluções? os dízimos da capitania da bahia e a conjuração baiana de 1798”.** São Paulo: Revista de História/USP, n.176, a04417, 2017.

VILAR, Pierre. **Ouro e Moeda na história (1450-1920).** São Paulo: Paz e Terra, 1981.

## **SÍMBOLOS DE IDENTIFICAÇÃO E REPRESENTAÇÕES EXPRESSOS ATRAVÉS DO VESTUÁRIO DOS ESCRAVIZADOS E FORROS ENTRE OS SÉCULOS XVIII E XIX NO RECIFE**

Dionisio Tito de Barros Neto<sup>100</sup>

Gian Carlo de Melo Silva<sup>101</sup>

### **RESUMO**

Esse trabalho apresenta apontamentos iniciais de uma pesquisa de mestrado, compreendendo por meio de anúncios na seção “escravo fugido” do jornal *Diário de Pernambuco*, como o vestuário refletia através da ordem visual a estratificação social, identificando sujeitos livres de escravizados, assim como diferenciando os demais sujeitos da sociedade. Desse modo, pretende-se trazer para discussão do Encontro alguns

---

<sup>100</sup> Mestrando em História pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

<sup>101</sup> Professor da Graduação e Pós-graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

elementos preliminares dessa investigação, tais como: a dimensão histórica dessa materialidade para a compreensão de como a sociedade se estruturava através da prática de vestir, assim como as linguagens simbólicas imbricadas na mesma. Para isso, o trabalho utiliza o conceito de Representação proposto por Roger Chartier (2002) para pensar como a vestimenta expressava uma construção social. O trabalho considera que os escravizados e forros não assimilaram apenas os valores culturais e demais práticas cotidianas hegemônicas, mas, foram também, em certa medida, protagonistas das suas histórias, inclusive recriando práticas do vestir no contexto do tráfico atlântico.

**Palavras-chave:** Escravizados; Vestimentas, Representações Simbólicas

## **INTRODUÇÃO**

As reflexões apresentadas neste trabalho fazem parte da construção da pesquisa que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas. No presente artigo, a reflexão de caráter inicial busca apresentar o vestuário como um possível objeto dos estudos históricos, sobretudo no caso dos escravizados, a fim de compreender como esses homens e mulheres vestiam-se na América portuguesa, compreendendo assim os significados atribuídos em determinados contextos e explorando como o vestuário reflete uma ordem social dos sujeitos no tempo.

Assim, o vestuário atua como portador de significados, onde por meio dele sujeitos podem expressar relações de poder que ficam implícitas e/ou explícitas no dia a dia. Além do mais, através do uso de determinadas materialidades esses lugares sociais podem ser forjados, neste caso, forjar uma condição era uma construção social do que era compreendido na temporalidade como ser forro, por exemplo.

Em um contexto social hierarquizado esses lugares sociais ficam ainda mais definidos e latentes, desse modo, utilizar um sapato no século XIX na cidade do Recife perpassa a função de proteção dos pés e expõe uma possível condição do sujeito, se livre, cativo ou um homem branco. Mas, além do sapato, outros componentes que estavam sobre os corpos dos sujeitos perpassava a proteção corporal e refletiam uma condição.

No contexto da escravidão, normas foram impostas aos escravizados, costumes tiveram de ser recriados e silenciados por parte dos cativos na América portuguesa. Compreender isto é resgatar uma parcela da experiência vivenciada pelos escravizados, além da cultura material desses sujeitos no referido contexto. Mas também é compreender de modo mais amplo como essa sociedade se articulava, quais os valores e regras impostas, e sobretudo, como o vestuário expressava toda essa ordem.

Tratados como mercadorias, esses sujeitos povoaram os anúncios de Compra, Venda e Fugas de Escravo do *Diário de Pernambuco*. Através dessa fonte histórica na sessão de *Fuga de Escravo* podemos analisar a nação, nome, ofícios e os objetos portados durante a fuga. São através deles que iremos nos debruçar na tentativa de compreender como em um novo contexto esses sujeitos recriaram práticas do vestir, e quais simbolismos os mesmos representam no bojo social.

## O VESTUÁRIO DESCRITO

O jornal *Diário de Pernambuco* está em circulação desde 1825, sendo uma fonte de registro relevante e rica em informações sobre a sociedade e o contexto socioeconômico daquela época, a qual iremos analisar alguns trechos da referida sessão (FREYRE,1997).

O Recife do século XIX, mais precisamente da primeira metade, foi habitada por diversos sujeitos que compunham o amálgama social. Para o historiador Marcus de Carvalho (2010), vendedores ambulantes, escravos de ganho e aluguel povoavam as feiras, ruas e casas das mais diversas formas e desempenhando os mais diversos ofícios nos três bairros da cidade: Boa Vista, Santo Antônio e Recife.

Ainda segundo Carvalho (2010), não é possível afirmar com exatidão qual era a população da cidade na primeira metade do século XIX, mas sabemos que esses homens e mulheres resistiram ao sistema escravista por meio das mais diversas formas, inclusive através das fugas. Na primeira metade do século XIX quase 300 mil<sup>102</sup> pessoas deixaram forçadamente o continente africano com destino a Pernambuco, dentre as principais localidades de embarque estão: Baía de Biafra; Golfo do Benin; África Centro-Occidental e Santa Helena; Costa Dourada. Mencionadas as regiões, pode-se afirmar que os vários sujeitos que fizeram parte da sociedade recifense na mencionada época possuíam distintos modos de expressão cultural, religiosa, de vestimenta, de costumes e marcas corporais que remetiam às suas origens. Na América portuguesa, os cativos foram todos homogeneizados como “africanos”, desconsiderando as particularidades de todas as nações.

---

<sup>102</sup> Conforme Slave Voyages. Disponível em < <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>>. Acesso em 14 de jul. de 2021.

Para Carvalho (2010, p. 14) durante as fugas, os escravizados poderiam “fingir ser forro pelas ruas, mudar de dono quando achasse conveniente, arrumar alguém que lhe escondesse por algum tempo”, tudo isso eram vias encontradas por esses sujeitos.

Compreendemos “fingir ser forro” como simulação de uma condição social que era atravessada pela também prática do vestir. Por meio de atribuições sociais e culturais imbricadas na época, assim, existiam elementos constituídos dentro dessa realidade que portavam significados que poderiam assimilar o escravizado a uma condição de liberto.

De acordo com Marcel Dorigny (2017), o Brasil foi território por excelência que mais houve fugas de escravos, os quilombos chegavam às vezes reunir milhares de escravizados. Uma das formas de anunciar essas fugas era então por meio dos anúncios de jornais. Segundo Freyre (1979), o jornal *Diário de Pernambuco* fundado em 1825, tinha como objetivo principal acolher os anúncios comerciais, com o passar dos anos tornou-se crescentemente noticioso, o que não impediu de dar importância aos anúncios. Desde o seu surgimento, o jornal tinha uma sessão para os anúncios específico para a fuga dos escravizados.

O sociólogo Gilberto Freyre é pioneiro em abordar os escravizados como detentores de costumes. No livro *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, Freyre (1979) é o primeiro a dar notoriedade a estas fontes, utilizando-as como fragmentos que possibilitam compreender como estes sujeitos eram retratados através do veículo de informação. Ali é possível destacar a etnia, a vestimenta dos “escravos fugitivos”, entre outros aspectos da vida cotidiana. Vale destacar que a fuga era umas das formas de resistência, um dos meios pelo qual o escravizado utilizava para livrar-se do sistema escravista, meio de negociação com seu senhor, ou início da construção da sua liberdade. Atualmente os periódicos estão disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, por meio deles é possível analisar como o vestuário era descrito e quais as peças de roupas o escravizado portava quando empreendia a fuga.

## **O VESTUÁRIO COMO DEMARCADOR**

Para a historiadora Maria Rubia Sant’Anna “o corpo de cada sujeito é espaço de teatralização do texto que ele expõe aos seus pares” (SANT’ANNA, 2020, p. 3). Assim, o vestuário expressa linguagem e simbologia constituídas dentro de um contexto social, onde, por meio dele são expressos desejos, condições econômicas, imposições e várias outras questões. Também, por meio dele são forjadas condições.

Para Paulo Debum (2014) “nos trajés entrecruzam-se diversos elementos simbólicos que edificam uma época. As vestes permitem leituras enviesadas que caminham pelas mais diversas esferas do pensamento, da política e da economia” (DEBUM, 2014, p. 15). De acordo com Braudel (1995, p. 281) “a história das roupas é menos anedótica do que parece. Levanta todos os problemas, os das matérias-primas, dos processos de fabrico, dos custos de produção, da fixidez cultural, das modas, das hierarquias sociais.” Para Scarano (2006, p.51):

[...] o vestuário apresenta também uma vertente simbólica. A roupa sempre foi encarada como representativa de categorias econômicas e sociais, de cargos e funções. Possui significado religioso, militar e outros. Ultrapassa o mero desejo ou a possibilidade individual; tem significado e valor social e mesmo seus supérfluos e seus aspectos meramente decorativos nos levam a melhor compreender um local e um período histórico.

De acordo com Gilda de Melo e Souza em *O espírito das roupas: a moda no século XIX*, a moda serve a estrutura social, no sentido de acentuar a divisão de classes, além de exprimir ideias e sentimentos. No tocante a estrutura social, através da oposição das classes em um determinado contexto, o contraste fica explícito através de certos sinais exteriores onde “a vestimenta, as maneiras, a linguagem, chegando a refletir-se no modo pelo qual as pessoas se distribuem no espaço geográfico” (SOUZA, 1987, p. 111).

É necessário pensar como os escravizados, em um novo contexto geográfico, recriaram uma prática do vestir, não apenas assimilando e reproduzindo uma forma europeia, mas, sobretudo, utilizando elementos além dessa ordem prática e estética hegemônica, ou seja, incorporando elementos do continente de origem ou elementos que pudessem remeter a este. É fato que em um novo contexto o vestuário foi readaptado na condição dos cativos, até mesmo pela ordem simbólica que a América portuguesa impôs. O incomodo proveniente do uso de determinados objetos e tipos de tecidos é notório através de documentações. Percebemos que o uso de determinadas materialidades gerava incômodo e desconforto nas autoridades, e isto está diretamente associado a representação e o simbolismo que o vestuário possuía dentro do regime escravista.

O Rei de Portugal, D. João, em 1696 comunicou através de uma carta régia ao Governador e Capitão Geral do Brasil a proibição por parte das escravizadas no Brasil de utilizarem vestidos de seda, cambraia e renda, assim como adornos de ouro e pratas nas roupas<sup>103</sup>, tecidos considerados refinados até hoje e que naquele período eram muito mais valorizados. Esses tecidos eram mais utilizados pelas camadas abastadas, e que quando

---

<sup>103</sup> Carta régia do Rei D. João V ao Governador e Capitão General do Estado do Brasil comunicando a proibição do uso de determinadas materialidades por escravizadas. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1483524/mss1483524.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1483524/mss1483524.pdf) acesso em 08/11/2020

utilizados por escravizadas, por exemplo, subverteram a ordem estética que refletia a hierarquia social do período, causando incômodo às autoridades, que por sua vez adotavam medidas para restringir.

A historiadora Silvia Lara (2000) aborda a inquietação das autoridades e membros da igreja católica em relação a esses artefatos quando possuídos por mulheres negras. É notório na documentação apresentada em *Seda, panos e balangandãs: o traje de senhora e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e de Salvador (século XVIII)* a insatisfação da Igreja Católica na utilização de determinadas materialidades quando portadas por escravizadas, não podemos deixar de lembrar que tal instituição religiosa tinha influência no comportamento cotidiano da sociedade de modo geral, ditando regras e valores morais. O argumento utilizado na documentação analisada por Lara (2000) é de que o uso de determinadas materialidades “poderiam causar ofensa a Nosso Senhor”, sendo consideradas como luxúria e afronta a Deus tal uso por mulheres negras. Para Lipovetsky (2009, p. 45) “há séculos, múltiplos decretos, com prescrições minuciosas, proibiram as classes plebeias de copiar os tecidos, acessórios e até as formas do vestuário nobre.”

Podemos perceber essas medidas de distinção social através de algumas leis suntuárias, que para Lipovetsky (2009) refletem o funcionamento do Antigo Regime. A Lei Pragmática de 24 de maio de 1749, apresentada por Silvia Lara em *Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa* expressa uma proibição calcada na justificativa de ordem econômica e moral, preservando assim os “bons costumes”. O luxo não era admitido pela Coroa, que estabelecia uma ordem estética que refletia o contexto social, explicitado através do modo de vestir. Essas leis não apenas restringia o uso do vestuário e adornos, mas também de objetos dentro dos lares de modo geral.

Para Godart (2010, p. 28) a lei suntuária “quase sempre é de ordem moral (enquadrar práticas relativas ao vestuário para defender os “bons costumes” ou econômica [...] mas elas são também, especialmente, uma maneira de a aristocracia tentar reprimir a burguesia.” No caso da Lei Pragmática de 24 de maio de 1749 estabelecia uma ordem social na prática do vestir para todos os outros súditos, como destacado no Capítulo I da referida lei:

A nenhuma pessoa, de qualquer graduação e sexo que seja, passado o tempo abaixo declarado, será lícito trazer em parte alguma dos seus vestidos, ornatos e enfeites, telas, brocados, tissús, galacés, fitas, galões, passamanes, franjas, cordões, espiguilhas, debruns, borlas ou qualquer outra sorte de tecido ou obra em que entrar prata, nem ouro fino ou falso, nem riço cortado à semelhança de bordado (Lei Pragmática de 24 de maio de 1749. In. *Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa*, 2000, p. 308)

A prática do vestir era tão rígida, pelo menos na teoria, que de acordo com a lei quem fosse pego após implementação “perderá a peça em que se achar a transgressão”, havendo multa. Todavia, essas restrições possivelmente não foram cumpridas tão à risca, mas, o que vale ressaltar, é que na América portuguesa houve tentativas de proibir a semelhança com os mais abastados.

Se as proibições abarcavam os homens brancos e isentava a Igreja, para os escravizados as medidas objetivavam ser ainda mais rígidas, como mencionado na dita lei, no Capítulo IX:

Por ter informado dos grandes inconvenientes que resultam nas Conquistas da liberdade de trajarem os negros e os mulatos, filhos de negro ou mulato, ou de mãe negra, da mesma sorte que as pessoas brancas, proíbo aos sobreditos, ou sejam de um ou de outro sexo, ainda que se achem forros ou nascessem livres, o uso não só de toda a sorte de seda, mas também de tecidos de lã finos, de holandas, esguiões e semelhantes ou mais finos tecidos de linho ou de algodão, e muito menos lhes será lícito trazerem sobre si ornato de jóias, nem de ouro ou prata, por mínimo que seja (Lei Pragmática de 24 de maio de 1749. In. Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa, 2000, p. 308).

Como descrito acima, a seda mais uma vez é mencionada. Assim, o colonizador impõe entre outras coisas a maneira como os colonizados devem ou não se vestir, no caso dos escravizados essas imposições são mais severas. Segundo Patrícia March (2011) de Souza em *Visualidade da Escravidão: representações e práticas de vestuário no cotidiano dos escravos na cidade do Rio de Janeiro oitocentista*, essas leis promulgadas no século XVIII, e aqui citada, não estavam mais em vigor para o século XIX. Porém, gostaríamos de chamar atenção para estas medidas adotadas como forma de controle social, no intuito de percebermos como o vestuário é um elemento para além da função de cobertura e proteção do corpo, como o mesmo pode ou não ser associado a uma categoria social específica e demarcando relações de poder. Percebe-se assim suas várias nuances, relações de poder imbrincadas e simbologias em determinados contextos históricos, e os mecanismos adotados pelos detentores do poder para reprimir a assemelhação por meio do uso.

Para Scarano (2002) o vestuário dos escravizados pode ser analisado através de diferentes óticas, as roupas fornecidas pelos donos é uma delas. A autora pontua que ao cobrir o corpo, o dono do cativo reportava escravizado para um universo eurocêntrico cristão. “Cobrir as vergonhas” estava intimamente ligado aos valores cristãos que permeavam a sociedade oitocentista, nesta perspectiva, a roupa atuava como meio pelo qual os escravizados eram inseridos para “[..] participar do universo dos conquistadores, o único que, etnocentricamente, consideravam digno e valioso” (SCARANO, 2002, p. 52). De acordo com Souza (2011) “a roupa seria uma das formas possíveis de

manifestação material individual e coletiva de homens e mulheres submetidos à escravidão.”

A medida em que a sociedade escravista desejava desaculturar os sujeitos, por meio da coibição das práticas religiosas africanas e impondo o catolicismo aos escravizados, incorporando assim práticas europeias, por exemplo, matinha o distanciamento entre brancos e negros também através do uso do vestuário. Percebamos até que ponto os escravizados poderiam ou não participar desse universo europeu recriado na América. Vale pontuar que a prática do vestir entre os escravizados difere. Os lugares onde esses sujeitos ocupavam, os ofícios que desempenhavam determinavam e dava possibilidade no acesso a determinadas materialidades.

De acordo com Souza (2011) a condição social e econômica no contexto do Rio de Janeiro do século XIX com a quantidade, formas e materiais de itens que compunham a imagem do escravizado, todavia, a autora ressalta que os escravizados não se vestiam de modo uniforme, havia variações, para o contexto da cidade do Recife no mesmo período isso possivelmente não difere muito. Com a não vigência de leis pragmáticas para o século XIX, como já exposto, amas de leite e mucamas poderiam usar acessórios e vestimentas que as distinguiam de outros seguimentos dos escravizados. Para além disso, havia um outro seguimento, os escravos de ganho, que gozavam de certa possibilidade financeira, mesmo que restrita, que conseguiam acumular pecúlio e ter acesso a outras materialidades, como afirma a autora supracitada.

Dessa forma, a dinâmica da escravidão e seus vários tentáculos colocava o escravizado em vários contextos, exercendo vários ofícios. Na cidade do Recife não era diferente, a escravidão estava presente nas várias camadas sociais do Recife, onde também colocava os cativos em posições distintas. Segundo Carvalho (2010) em 1828 a presença dos escravizados e livres era maior no bairro de Santo Antônio, seguido em ordem decrescente do Recife e Boa Vista, isso estava associado como as atividades vivenciadas pelos bairros. Ainda segundo o autor, em sociedades escravistas os cativos que estavam mais perto do centro de poder, de modo geral, conseguiam usufruir de alguns “privilégios”, se assim podemos chamar uma melhor alimentação, vestuário e em alguns casos alforrias.

Em um contexto onde o negro era tratado como inferior e mercadoria, utilizar sapatos poderia além de configurar uma outra condição (liberto), proteger os pés poderia ser um privilégio. No caso do escravizado Manoel, podemos inferir, com base no anúncio descrito abaixo, que mesmo na condição de escravizado andava calçado, como pode ser observado:

Fas hum anno que dezapareceo hum escravo chamado Manoel, por anthomazia, bicudo, e tem os signaes seguinte; He da Costa d’Africa; porem



como viesse para aqui de idade muito tenra, hoje passa por crioulo: he d' estatura ordinária, panado do carpo. E tem a cor fula; andava calçado; em algum tempo trouxe capote; toca viola, e he muito convivente [...] (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Diário de Pernambuco, 1827, n. 69. In. Escravo Fugido, grifo nosso).

No caso de Manoel, nos parece que utilizar sapatos fazia parte do seu dia a dia, pelo menos é o que nos leva a inferir conforme descrito em anúncio. Todavia, o que podemos afirmar é que o uso não era comum entre os escravizados, basta nos debruçarmos sobre os demais outros anúncios, tal acessório não parece com frequência em outros anúncios, o que nos leva a inferir que os sujeitos descritos no jornal não utilizavam sapatos, deste modo, Manoel é exceção e não regra, mas com base nesse anúncio podemos especular acerca da utilização do artefato mesmo em sujeitos na condição de escravizados, percebendo assim os vários modos como eram tratados, e quais os significados que estavam embutidos na utilização de sapatos na condição dos escravizados. Podemos compreender que por mais proibições e tentativas que a sociedade escravista impunha aos escravizados essas imposições eram subvertidas, notamos que existiam minúcias nestas relações, mas, podemos inferir que a utilização do sapato na hora da fuga possivelmente possibilitou que fingissem ser liberto, com base nos motivos já explanados.

É importante observar como em um novo contexto, os escravizados recriaram práticas de vestir, adotaram e negociaram práticas hegemônicas como estratégias de inserção social e “disfarces” em fugas. Podemos também refletir sobre a utilização de artefatos do continente africano na América portuguesa ou até mesmo a reprodução destes, como é o caso dos panos da costa.

De acordo com Santos (2009, p.18) “o Pano da Costa, tradicionalmente, faz parte do vestuário das africanas, que é usado enrolado ao corpo, sendo um costume em diversas regiões africanas como: Costa do Marfim, Gana, Nigéria, Congo, Benin e Senegal.” Essa prática parece resistir mesmo com as imposições da escravidão; isto pode ser observado através dos anúncios que explicitam e descrevem essa prática no Recife oitocentista.

Notamos algumas menções sobre tal tecido, como destacado a baixo.

Maria do Carmo, nação rebole, estatura regular, rosto comprido, dentes limados, cabeça pequena, orelhas também pequenas, côr fula, cabelo cortado, tem uma marca de talho no rosto do lado esquerdo perto do olho, peitos pequenos e alguma couza cahidos, pés compridos e secos, e quando anda curva as pontas dos pes para dentro, bem explicada na falla, representa ter 20 a 25 annos; levou vestido de chita branca com ramagens encarnadas, e pretas, e um pano da costa já uzado; fugida no dia 22 do corrente : os aprehendedores levema a Joze Vieira de Figueredo atraz da Matriz da Boa-vista casa nova do Cardozo, que serão bem recompçados. (Hemeroteca digital. Diário de Pernambuco).

Quando Felicia de Nação Angola fugiu<sup>104</sup> portava uma tanga de pano da costa, assim como Catharina<sup>105</sup>, Thereza<sup>106</sup> e Juliana<sup>107</sup>, a título de exemplificação. Para Santos (p 2009. 20) “simbolicamente, o Pano da Costa expressa referenciais étnicos, religiosos e profanos. Além do seu papel estético e funcional, traduz a sobrevivência de valores africanos que foram adaptados a outro contexto social e cultural.”

## **ATRIBUIÇÕES DE SENTIDO E DISTINÇÃO**

Para Braudel (1995, p. 281) “o traje por toda a parte se obstina em denunciar as posições sociais”, retomando a discussão acima e articulando com o conceito de Representação proposto por Roger Chartier, o vestuário que cobre o corpo ou é algo escolhido pelo sujeito ou algo imposto. Segundo pontua Chartier (2002, p. 17-18) “a história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é constituída, pensada, dada a ler.”

Articulamos o conceito por Roger Chartier (2002) a fim de compreender como no contexto do século XIX na cidade do Recife o vestuário era uma das formas de representação sociocultural que foi construída por determinados sujeitos e imposta a outros. De acordo com o autor, “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam” (CHARTIER, 2002, p.17). Podemos refletir então como o vestuário reflete interesses desses grupos hegemônicos, nesse “jogo” de proibir e permitir determinadas práticas, podemos também refletir sobre os simbolismos expressos através do vestuário como representação de uma classe social.

Segundo a Chartier (2002, p. 17) os grupos sociais, através destas representações, tentam ou impõem suas concepções “do mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio.” Todavia, pensar além dessas “regras” impostas aos escravizados é essencial

---

<sup>104</sup> Hemeroteca digital. Diario de Pernambuco, 26.01.1835, n. 589. In Escravos Fugidos

<sup>105</sup> Hemeroteca digital. Diario de Pernambuco, 03.03.1835, n. 10. In Escravos Fugidos

<sup>106</sup> Hemeroteca digital. Diario de Pernambuco, 03.03.1835, n. 24. In Escravos Fugidos

<sup>107</sup> Hemeroteca digital. Diario de Pernambuco, 13.03.1835, n. 33. In Escravos Fugidos

para compreender a agência destes sujeitos, e compreender a experiência destes na América portuguesa.

A vestimenta é um instrumento de controle, onde indivíduos ou grupos “dá/constrói/produz/cria um significado para o mundo social”, e nesta produção de sentido, o vestuário atua como expressão de uma determinada intencionalidade, que é construída. Porém, como Chartier (2002) afirma, que a representação não é um fato fiel da realidade, sendo, portanto, uma construção de sentido que atende a determinada realidade e contexto, neste caso podemos refletir sobre “fingir ser forro” como um desses modos de emular uma realidade. No caso lei de 1749, mencionada acima, a medida de restringir o uso de determinados objetos e peças de vestuário reforça essa imposição de um grupo sobre o outro; os objetos que eram “de uso” de um determinado grupo, logo, portado por outros indivíduos que não pertencem aos grupos hegemônicos colocava o escravizado, por exemplo, em outro *status*, onde um novo sentido, ou uma outra realidade era então forjada e atribuída.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Desse modo, podemos compreender com tudo que foi exposto que o vestuário perpassa a proteção corporal, expressando o contexto social, econômico e político de determinado contexto, além de demarcar posições, são também uma forma que as camadas mais abastadas constituem uma realidade e impõe ou restringe aos demais sujeitos. Através das leis pragmáticas percebemos que não são “simples” mecanismo de controle econômico, são elementos de controle de uma ordem social, a imposição de um determinado grupo sobre o outro com finalidade bastante evidente: a distinção. Atuando como expressão, ou representação, de distinções entre escravizados e brancos.

Assim, é importante compreender como os escravizados reformularam uma nova prática de vestir na América portuguesa, e como essa ordem se articulava com as imposições impostas no contexto escravista, por vezes subvertem essa ordem, assimilando as imposições ou incorporando elementos do continente de origem.

Percebendo assim, como os escravizados e escravizadas mesmos inseridos dentro desse contexto de normas rígidas agenciaram suas trajetórias. Através da Análise de Conteúdo dos anúncios mencionados podemos observar como parte da prática do vestir foi administrada e incorporada através de materialidades que remetiam ao seu continente de origem. A discussão feita neste artigo tem como objetivo aprofundar a temática acerca do vestuário no campo historiográfico, contribuindo sobretudo no contexto do Recife oitocentista.

## REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. 2ª. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. 2ª ed. Lisboa: DIFEL, 2002.
- DEBOM, Paulo. O vestuário e a moda enquanto fontes para o estudo da história. **ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: Saberes e práticas científicas**, v. 16, 2014.
- DORIGNY, Marcel. **Atlas das escravidões**: da antiguidade até nossos dias. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2017.
- FREYRE, GILBERTO. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 2. Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- GODART, Frédéric. **Sociologia da moda**. São Paulo: Editora Senac, 2010.
- LARA, Silvia Hunold. Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa. **Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica, Madrid, Fundación Histórica Tavera/Digibis/Fundación Hernando de Larramendi**, 2000.
- LARA, Sílvia Hunold. Sedas, panos e balangandãs: o traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e de Salvador (século XVIII). **Brasil: colonização e escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- LYPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**: a moda e seu destino nas sociedades modernas. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SANTOS, Nívea Alves dos. **Pano da Costa ou Alaká**. Cadernos do IPAC, 1, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/EL88iU>>. Acesso em 11 de julho de 2021.
- SANT'ANA, Mara Rubia. **Império: uma civilização dos trópicos**. Estação das Letras e Cores Editora, 2020.
- SCARANO, J. Roupas de Escravos e de Forros. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 3, n. 1, p. 51–61, 2006. DOI: 10.20396/resgate.v3i4.8645492. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645492>. Acesso em: 8 jul. 2021.

SOUZA, Gilda de Mello e. **O espírito das roupas: a moda no século dezenove**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOUZA, Patricia March de. Visualidade da escravidão: representações e práticas de vestuário no cotidiano dos escravos na cidade do Rio de Janeiro oitocentista. **Doutorado em História Social. Rio de Janeiro: PUC-Rio**, 2011.

The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Disponível em: <<http://www.slavesvoyages.org>>. Acesso em 01 ago. 2021.

**Acervos:**

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (acervo digital: <http://memoria.bn.br>)



**ST- 11. ESPAÇOS, PRÁTICAS E MEMÓRIAS:  
OLHARES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA  
IDENTIDADE E CULTURA DOS POVOS  
TRADICIONAIS, RURAIS E URBANOS**

**COORDENAÇÃO:**

Lucas Emanuel Soares Gueiro (PGH/UFRPE)

Jardíael Nogueira da Silva (PGH/UFRPE)

**GONÇALO FERNANDES TRANCOSO, CONTOS EM PANDEMIA DE PESTE**

**BUBÔNICA<sup>52</sup>**

## RESUMO

Este trabalho tem como intuito interpretar quem foi o escritor português Gonçalo Fernandes Trancoso, morador de Lisboa, personagem do século XVI, intercruzando as escassas fontes biográficas com sua principal obra o livro “Contos e Histórias de Proveito e Exemplo”. Apesar da contemporaneidade oferecer um certo silenciamento em comparação a grande fama adquirida do século XVI-XVIII, reminiscências de seu caráter popular ainda estão presentes na cultura oral de colonialidade portuguesa, a exemplo do Brasil tendo o conceito Trancoso um sinônimo de contos orais ou “histórias mentirosas”. Para tanto, partiremos de uma análise contextual que propõem a produção literária como “resposta” direta ou indireta a pandemia de peste bubônica, e a crise de saúde e econômica, a qual os moradores de Lisboa mais religiosos conhecedores da bíblia acreditavam ser um castigo de Deus, devido os pecados morais ali cometidos.

**Palavras-chave:** Trancoso; História Cultural; História e Literatura.

## INTRODUÇÃO

Para pensarmos uma interpretação de um fenômeno histórico que envolva um escritor, sua obra e os impactos e representações que subsidiam essa relação, partimos aqui da premissa clássica de Bakhtin (2002, p.118), na qual “o autor se realiza e realiza o seu ponto de vista não só no narrador, no seu discurso e na sua linguagem (que, num grau

---

<sup>52</sup> Esse artigo se trata de uma versão revisada com algumas correções e reconfiguração fixadas em uma nova escrita de um antigo texto publicado na revista contraponto.

<sup>53</sup> Doutorando e Mestre em História, pelo PGH em História Social da Cultura Regional, UFRPE, *Campus* Recife. Bolsista CAPES. Graduado em História pela Universidade de Pernambuco - UPE - *Campus* Garanhuns. E-mail: emanuelhistoria2012@gmail.com

<sup>54</sup> Doutorando em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).. Mestre em Culturas Africanas da Diáspora e dos Povos Indígenas (Antropologia), pela Universidade de Pernambuco - UPE - *Campus* Garanhuns. Graduado em História pela Universidade de Pernambuco - UPE - *Campus* Garanhuns. Atualmente se especializa em Linguagens e Práticas Sociais pelo Instituto Federal de Pernambuco – *Campus* Garanhuns. E-mail: teixeira\_historia@live.com

mais ou menos elevado, são objetivos e evidenciados), mas também no objeto da narração, e também realiza o ponto de vista do narrador”. Tendo em vista particularidades da disciplina História, como a centralidade em contexto e processo histórico (THOMPSON, 2001). Não descartando a interpretação hermenêutica de Paul Ricoeur(2007) provocada na relação texto-contexto-texto, assim como efetivada nos

diversos trabalhos de Carlo Ginzburg (2006), Chartier (1985) e Robert Darnton (2011), em síntese Bakhtin (2002, p.118) elucida que “por trás do relato do narrador nós lemos um segundo, o relato do autor sobre o que narra o narrador, e, além disso, sobre o próprio narrador”.

O escritor português Gonçalo Fernandes Trancoso, é um sujeito sobre o qual a historiografia possui poucas fontes, se tornando ainda mais alarmante a necessidade de traçarmos uma biografia que centralize sua principal obra “Contos e histórias de proveito e exemplo” (1585), para assim pensarmos quem foi esse homem das letras do século XVI, mesmo correndo-se o perigo de apontarmos caminhos apenas para quem foi o sujeito como escritor em uma vida pública e deixando a desejar sobre sua vida privada.

Gonçalo F. Trancoso que se tornou conhecido em Lisboa, grande centro de Portugal, país pequeno em extensão territorial, mas que era responsável por colonizar e estabelecer dominação imperialista em boa parte do mundo, lugar a qual passou boa parte de sua vida. Provavelmente tenha sido professor de *humanidades* na universidade apesar de a ver desacordos de biógrafos nessa afirmação.

Foi para Colares (2008, p.8) um “mestre em latim e escravidão judicial além de ser considerado por muitos estudiosos o inaugurador do comtismo na literatura portuguesa”. Já a pesquisadora Cristina Nobre (2007, p.855) propôs que talvez “tivesse sido mestre de meninos e caligrafista sendo formulada a partir do conto XIX da 1.<sup>a</sup> parte, onde se apresenta a carta de resposta a uma senhora que lhe tinha pedido um abecedário — feito de minha mão — para aprender a ler”. E não necessariamente professor de humanidades, contradizendo o que supões Quint (2003).

Complementando Nobre (2007, p.856) *apud* Saraiva e Lopes (1978), interpreta que “a simplicidade da escrita de Trancoso e uma certa ingenuidade realista de alguns pormenores denotariam uma cultura popular, com poucos ou nenhuns estudos humanistas”. Argumento não tão seguro, que demonstra uma atmosfera de preconceito de classe, todavia, nos serve a pensarmos essa característica popular do autor. Como podemos perceber estamos longe de um concessão, pois falta materialidade de fontes, contudo tendo a questionar se sendo um sujeito não tão bem localizado na hierarquia de poder talvez intermediário entre uma cultura dos ricos e poderosos e uma pobre e popular, não estaria Trancoso transitando nessas diversas possibilidades de ganho de vida intelectual.

A falta de memória sobre o autor gera diversas incertezas, torna o nosso objetivo aqui ainda mais nevoado, porém nos acrescenta algo fundamental para o historiador no momento em que nos falta fontes, que é o exercício indiciário (GINZBURG, 2006), de



buscar as minúcias e nelas provocar interpretações possíveis e bem fundamentadas dentro das especulações do real.

Começando pelo mais primário de uma biografia pautada na história “contextual e processual” (THOMPSON, 2001) que é o ano do nascimento e falecimento, para Duarte (2008) foi 1520?-1585; Quint (2003) 1510?-1584; Botelho (2013) 1520?-1596; Colares (2008) entre 1515 e 1520 - 1596. Nos restando aproveitarmos do pouco que temos podemos pelo menos entanto, não haver dúvidas de ele ser um homem respectivo do século XVI.

Para afirmar a naturalidade alguns pensam haver uma relação entre a cidade Trancoso, na Beira alta, como nos traz Barbosa machado, em sua “*Bibliotheca Lusitana*” assim a prova disso, a cidade possui o mesmo nome sendo uma espécie de patrimônio do contista (QUINT, 2003). Apesar da possibilidade acredito ser pouco provável, digamos até que seria bastante inusitado uma cidade receber o sobrenome de um autor e não existir uma memória de preservação concisa sobre quem foi a celebre figura que fez valer esse feito.

Como fontes temos somente alguns resquícios autobiográficos e documentos oficiais relacionados a coroa entre eles um decreto real, assinado por Sousa Viterbo, concedendo alguns privilégios para o filho do autor em 1585, além de outros detalhes que são perceptíveis dentro de sua obra, como a menção dedicatória do prólogo da segunda parte do livro à ex-Rainha viúva Dona Catarina<sup>55</sup>, que chegou a custear parte das impressões, como era comum na época, porém não podemos categorizá-lo como um “autor de corte” ou pelo menos não como um autor de corte convencional, era explícita sua distinção de outros autores como Luís Vaz de Camões (1524-1580) entre outros renomados escritores e artistas da primeira modernidade (ELIAS, 1994).

Complementando, Roger Chartier (2002, p.147), interpreta que essa relação escritor-

---

<sup>55</sup>

principado da primeira modernidade fadou a ser, “paradoxalmente, uma produção de uma autonomia a partir de uma dependência em relação ao poder”.

A questão que se põe neste caso é porque terá escolhido Trancoso D. Catarina, em um momento em que esta já tinha renunciado à regência e entregue o governo a D.

Henrique. Nas palavras de Cristina Nobre (1999), e aqui concordamos com ela:

“a escolha deverá ter sido muito influenciada pelo cariz religioso e pela temática moralista da obra. Interessada pela vida intelectual do seu país, a ponto de fazer concentrar em Coimbra os estudantes portugueses dispersos

## **SOBRE A OBRA E LEITURAS**

O autor Gonçalo Fernandes Trancoso em toda sua carreira de escritor teve apenas duas produções em formato de livros, a primeira e com pouco impacto em sua vida pública focava em desenhos, a segunda se trata de sua obra clássica a qual seu nome se tornou sinônimo de contos orais, que é o livro “*Contos e histórias de proveito e exemplo*”, quatro conceitos diferentes para resumir um trabalho.

O texto é dividido em três partes com 17 impressões confirmadas, sendo Agostinho Campos, Sousa Viterbo e Teófilo Braga, os principais editores e também responsáveis por seu sucesso no campo da cultura escrita, uma vez que a edição é parte fundamental para consolidação do que conhecemos como livro (CHARTIER, 1985; DARNTON, 1992).

Agostinho como sendo responsável pela primeira publicação em 1575, que teve apenas dois capítulos, que se encontra atualmente no museu de Washington-EUA. E os outros dois editores seguiram alimentando a permanência do legado do livro no pós-morte do português. A edição completa com três capítulos viria apenas de 1595, feita por Sousa Viterbo, encontrada em Évora – Portugal. E talvez as mais reconhecidas em suas épocas e a posteriori publicada em 1681,<sup>108</sup>

Ainda que censuradas, foram lidas arduamente por dois séculos e regularmente antologiadadas no final do milênio (MIMOSO, 1998). Alguns dos nomes responsáveis por humanizar a imagem de Trancoso são eles: Armando Moreno, com a antologia dedicada em 1988 e João da Palma-Ferreira, trazendo o reconhecimento dele como um dos grandes da literatura portuguesa (QUINT, 2003).

A primeira publicação da obra data de 1575, durante muito tempo foi vista com desconfiança postulando a não existência da mesma. Até que no ano de 1923 a obra original é encontrada pelo diplomata brasileiro e historiador Manuel de Oliveira Lima, que em passagem por Lisboa, adquire a rara e mais antiga versão da obra.-Com sua morte em 1928 em Washington-EUA, a obra foi doada junto de sua biblioteca para a Universidade Católica da América, onde se encontra atualmente reproduzida em microfilme. E assim sabemos hoje que o texto não foi escrito antes de 1569, data da grande peste em Lisboa.

---

<sup>108</sup> Os grandes nomes responsáveis por humanizar a imagem de Trancoso são eles: Armando Moreno, com a antologia dedicada em 1988 e João da Palma-Ferreira, trazendo o reconhecimento dele como um dos grandes da literatura portuguesa (QUINT, 2003).

Com isso podemos interpretar argumentando que a peste seria um divisor de águas nas produções de Gonçalo Fernandes Trancoso, se antes trabalhava focado em desenhos, passa nesse momento de crise pandêmica a ter um engajamento moralizante radical, escrevendo contos que seriam redentores da moralidade e do exemplo para o povo cristão português. O cristão convicto estaria movido principalmente por grandes percas pessoais familiares em Lisboa no ano de 1569, que incluía sua filha de 26 anos, a qual escreve “que em amor e obras me era mãe, filho estudante, neto moço de coroa da Sé” (QUINT, 2003). E que talvez tivesse tido um filho, que aparecerá em outras documentações, Trancoso incumbe de vez em solidão com a morte também de sua esposa, que provavelmente morrera antes de sua filha (QUINT, 2003).

O texto mais completo, foi o de 1595, contendo 20 contos no primeiro capítulo com 54 folhas, 11 no segundo com 64 folhas e 10 no terceiro com 51 folhas. Percebendo-se que a escrita de Trancoso vai tomando proporções mais novelísticas (ou o termo história, como era comum) no decorrer dos capítulos, apesar do primeiro priorizar apenas ditos e contos (MIMOSO, 1998). A primeira publicação pode ter tido impressão isolada em 20 de abril de 1571 com 10 contos, supondo que tenha sido uma espécie de amostra para a ex-rainha Dona Catarina, que financia a publicação de 1575 (QUINT, 2003).

É bem provável que Gonçalo Fernandes tenha falecido antes da publicação completa, e seu filho tenha contribuído para publicação da edição de 1595, finalmente com os três capítulos. Esta, então, foi concluída, com 24 contos (16 ditos de exemplo); 1 carta; 16 histórias descontínuas, mas congruentes com a obra no todo. Possuía cinco temas básicos: religião; justiça; normas de vida; relações familiares e virtudes das mulheres (MIMOSO, 1998).

Sobre a censura do padre Bartolomeu Ferreira (além do próprio Trancoso ter refeito parte de suas obras), a edição de 1575, que pode ser também a razão de sua raridade, teve nova versão em 1585, ainda contendo apenas a primeira e a segunda parte. Nesta, é feita adaptações nos contos aos preceitos moralizantes cristãos<sup>109</sup> (até mesmo de cunho estilísticos), focando na ruptura da riqueza subjetiva de seus contos, controlando as “subjetividades dúbias”, sucumbindo três contos, cortes no enredo em alguns que demonstrassem uma cultura pagã com aspectos de bruxaria ou trágicos/violentos demais, como o da mãe homicida, que tem o final sangrento trocado por um final feliz.

Embora acredita-se que Trancoso não corresse tanto risco graças a sua proximidade com a Igreja e submissão ideológica a ela, a sentença para aqueles que desobedecessem e tornasse a confundir os desesclarecidos seriam eles excomungados, presos, escorraçados e postos porta afora da igreja, pois o controle da censura pregava

---

<sup>109</sup> Na edição de 1575 foi escrito apenas *Nosso Senhor* enquanto em 1585 *Nosso Senhor Jesus Cristo* (QUINT, 2003).

que “os intelectos devem ser vigiados, educados, dirigidos, inclusos, intervencionados com operações dolorosas como cartas, certos modos de pensar danosos e perigosos” (MIMOSO, 1998).

Acerca da leitura, temos três fases: a primeira, com censura e muito branda de 1575; a segunda, com a supressão de contos e emendas, por Bartolomeu Ferreira, em 1585; e a terceira, que se alia a censura ao sentido de *polícia*, ao catecismo e até a oração de São Clemente VIII, com a edição de 1646 e 1681. Os contos passaram a ser editados em conjunto com o catecismo no apêndice, em manuais de boas maneiras, polícia e urbanidade cristã, implicando sobre a maneira de se vestir, de falar, andar e estar à mesa (MIMOSO, 1998).

Os contos de Trancoso têm uma dupla função, a de entreter e a de ensinar —, tendo sofrido consequências desastrosas da peste negra, em uma preocupação de ajudar os sobreviventes a suportar a sua dor e a distraí-los dela? Fica perceptível que Trancoso queria ir além do público leitor, pois a obra se destinava a todos os estados, porque todos poderiam tirar dela lições — principalmente o público humilde, que eram os mais necessitados dos ensinamentos (MIMOSO, 1998).

Não sabemos ao certo qual o nível de analfabetismo dos moradores de Lisboa na época, mas supomos ser a esmagadora maioria. Roger Chartier (2002) dirá que no século XVI, na cidade de Toledo, na Espanha de 1515-1600, 49% das pessoas eram potenciais leitores. A leitura como passatempo era prioridade da categoria social dos cultos fidalgos e cavaleiros, letrados e professores, clero, aficionados e criados de famílias nobres. Como nos alerta Chartier (2002, p.152), até mesmo os personagens “que pertencem a uma mesma comunidade de leitura, de interpretação, à mesma comunidade sócio-cultural, à mesma classe social, não leem da mesma maneira ou não produzem o mesmo sentido frente a uma mesma obra lida no mesmo suporte”.

A obra de Trancoso tem um vasto e polissêmico público, que vai do campo popular ao campo erudito e eclesiástico, tornando as ressignificações múltiplas e complexas com receptores tendo grandes variáveis de capitais simbólicos. É bem provável que Trancoso tenha escrito essa obra no intuito de ser lida em voz alta, como era comum na época; daí a possibilidade de sua amplitude popular ser atingida, tendo, assim, a fixação em uma tradição oral<sup>110</sup>.

## **TRANCOSO EM CONTEXTO DE PANDEMIA**

---

<sup>110</sup> Como nos dá o exemplo Miguel de Cervantes em sua obra *Dom Quixote de La Mancha*. Na análise historiográfica feita por Roger Chartier disponível em sua entrevista ao programa *Roda Viva* com a temática da aventura histórica do livro.

No século XVI o continente europeu passava por um momento de transição sistêmico, e apesar de Portugal tardar um pouco mais nas mudanças renascentistas tendo sua maior contribuição o alargamento do conhecimento sobre o mundo com as navegações. Mudanças de micros poderes camponeses para macros com a formação do estado, eram detentores das leis de sociabilidade, a partir desse período as pessoas passam a povoar massivamente as cidades, estando assim mais próximas do macro poder do rei e do clero.

Esse contexto ao qual viveu Trancoso perpassou conflitos diretos e indiretos da transição de país encurralado geograficamente a se estabelecer como potência colonizadora com força de navegação; reforma protestante e sua resposta à contrarreforma, terceiro concílio católico, além do surgimento da inquisição, entre outras formas de repressão. Do outro lado, catástrofes ambientais e biológicas, em razão dos problemas de saúde coletiva ocasionados pela nova forma de vida das cidades, cada vez mais lotadas, tendo crescimentos desproporcionais à capacidade administrativa de organização. Com a fome e a peste se sobrepondo dentro desse fenômeno de êxodo rural.

Passando por um inciso maior controle e fiscalização repressiva da Igreja quanto da coroa, que visava atacar a subjetividade pagã ou qualquer desvio do catolicismo visto como conduta herética, comum também aos judeus ou graças a inquisição “cristãos novos”. Aqui nos interessa, todas essas questões simbólicas que se davam pelo controle majoritário da Igreja católica sobre os mecanismos de reprodução social e doravante em conflito, seriam percebidos e reproduzidos nos contos do português Trancoso, após a pandemia de peste bubônica em Lisboa, que talvez teria matado cerca de 60 000 habitantes.

Catástrofes biológicas como essas ou até outras tidas como naturais, foram atribuídas a vontade de deus, entidades superiores, seria então uma forma de castigo a todos aqueles que não estavam se comportando como defendia a moral do clero da Igreja católica, fenômenos que quando agem fortificam os apelos conservadores e reacionários da ideologia do dominante. E como Michel Vovelle (2010, p.15) nos ajuda a pensar, a Igreja carrega o discurso de preservar e controlar tais mecanismos, e é nesse cenário de catástrofes, temores, esperanças de salvação e sobrevivência que os contos moralizantes de Trancoso tomam proporções inimagináveis.

Pergunto-me se estaria Gonçalo Fernandes Trancoso encorajado em travar essa batalha pelo controle da subjetividade moral, engajado em libertar os moradores de Lisboa dos seus castigos divinos ou presar para que não ocorra algo semelhante no futuro, a partir dos aprendizados contidos em sua obra, coberta de ensinamentos para um povo em sua visão extremamente necessitado?

Se levarmos em conta a mentalidade imposta através dos ensinamentos bíblicos, há diversos exemplos de castigos divinos em razão da desobediência humana. Uma delas se encontra no livro de Deuteronômio, no capítulo 28<sup>111</sup>. Como bom conhecedor da literatura bíblica, era um crente do poder da palavra, talvez o fazendo crê que por pecúlio, sua obra impactaria os pecadores ensinando bons costumes e quem sabe seria até remodeladora dessa harmonia dos homens e mulheres com deus?

Por se tratar de um homem culto, Trancoso pode ter tido contato direto ou indireto com a bíblia de Gutenberg, impressa em 1456 pois, mesmo anteriormente a revolução da prensa em 1440, a alta classe portuguesa já tinha acesso a livros como as versões latinas e até mesmo “em vulgar de Estrabão, Plínio, Dioscórides, Pompônio Mela, Euclides, Boécio, Avicena, Galeno, Regiomontano, Sacrobosco e Abrãao Zacuto, a par dos textos hebraicos e árabes de Ibn Ezra, Azarquiel, Ibn Safar, Alfragano (Rudimenta Astronomica) e Messahala” (ALMEIDA, 2000, p.81).

Encontramos um apelo a moralidade ainda no início do prólogo, dedicado à rainha dona Catarina, na nova impressão de António Alvarez, de 1608, ressaltando o valor político do cuidado patriótico com a moral e bons costumes dos moradores de Lisboa. Nele, Trancoso escreve “*vindo-me a noticia este livro e, parecendo-me que conforme as matérias que se contém, seria de proveito ao bem comum da minha pátria torná-lo a imprimir tratei de o fazer*” (MIMOSO, 1998, p.296). Percebemos aqui um intuito de comoção patriótica comum as apelações conservadoras de moralizantes.

Trancoso utilizasse de argumentos de ser conhecedor de vasta sabedoria provavelmente popular e não erudita ao explicar a origem da obra no prólogo da primeira parte: “*pus a escrever contos de aventuras, histórias de proveito e exemplo, com alguns ditos de pessoas prudentes e graves... mas vendo que assi ficava o proveito obra para mi só... determinei imprimi-la*” (MIMOSO, 1998, p.312). Ou seja, Trancoso transformou conhecimento de seu particular *proveito* para o público geral devido provavelmente a necessidade contextual pandêmica, para que as pessoas tomassem os ensinamentos como *exemplo*.

Como retratado em diversos dos seus contos, a mulher é uma das grandes preocupações do autor sendo colocada como a principal responsável pelos castigos divinos, por acreditar que as mulheres não são condescendentes com a tão defendida

---

<sup>111</sup> Deuteronômio capítulo 28, Versículos 15,16,20 21, e 22. 15 Será porém que, se não deres ouvidos à voz do Senhor para não cuidares em fazer todos os seus estatutos, que hoje te ordeno, então sobre ti virão todas estas maldições, e te alcançarão; 16 maldito serás tu na cidade, e maldito serás no campo. (...) 20 O senhor mandará sobre ti a maldição, a turbação e a perdição em tudo em que puseres a mão para fazer, até que sejas destruído, e até que repentinamente pereças, por causa da maldade das tuas obras, com que me deixaste. 21 O senhor te fará pegar a pestilência, até que te consuma da terra a que passas a possuir. 22 O senhor te ferirá com a tísica e com a febre, e com a quentura, e com o ardor, e com a secura, e com destruição das sementeiras e com ferrugem; e te perseguirão até que pereças (BÍBLIA).

virtude. Outro argumento a favor, é a capa ilustrativa da segunda edição da obra de 1585. O qual a primeira parte da imagem aparenta uma metamorfose mítica de uma mulher se transformando em um quadrúpede, remetendo a um castigo que a mulher receberia por sua falta de virtude.

A cultura católica da espera do apocalipse era predominante concebendo-se a realidade pecadora da existência humana na terra condizente ao fim do mundo, problema que vem sendo professado pela Igreja católica desde antes de adquirir o monopólio da subjetividade do “além-vida” no mundo ocidental. No entanto, podemos postergar que Trancoso, apesar de seu engajamento pelo ensinamento da moral e ética, não era um homem do clero, mesmo com o teor religioso de suas obras. Uma prova disso é a censura sofrida por tentar publicar contos com temáticas pagãs relacionadas à bruxaria, como o uso da astrologia, algumas magias e uso de ervas. Mesmo com as bibliografias corroborando para uma negação de que durante algum momento de sua vida teria chegado a ser eclesiástico, ou qualquer outra função mais efetiva na Igreja Católica, é indiscutível que seu discurso parte também do campo da religião, levantando os problemas de âmbito morais e comportamentais, sendo os principais desse campo polissêmico da cidade.

Trancoso é um autor preocupado com o caos da cidade, tendo as pessoas desta como foco, mesmo apresentando contos e sabedorias não provindas no mundo urbano. De acordo com Quint (2008), ele quer agradar um público urbano, e reúne contos populares, histórias cheias de imaginação e fantasia, e novelas autênticas, mais realistas, em que os leitores podem reconhecer as próprias preocupações cotidianas. Nessa perspectiva o autor inova a escrita europeia, passando a escrever sua obra destinada a ensinamentos à classe popular, mesmo tendo a cidade uma população em grande maioria analfabeta.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O grande sucesso popular de sua obra logo passa a ser aclamado pela necessidade de novas edições, que se efetuaram entre o século XVI e o XVIII, e mais duas no século XX, o que hoje designaria um “best-seller”, com suas dimensões populares, características conservadoras ideológicas e ensinamentos ético-cristãos. Em razão disso, de acordo com Rodrigues:

é notória a intenção do autor de trabalhar os enredos no sentido de dar aos personagens, ética e religiosamente mais fortes, uma premiação ainda aqui na Terra, seja a conquista do poder, da honra, da riqueza ou da felicidade. (...) Trancoso foi um autor único na literatura portuguesa, como criador do gênero narrativo em forma de conto. (...) fazer de seu livro um painel de lições de proveito e exemplo, uma obra comprometida com os valores morais de seu tempo, à luz dos preceitos religiosos tridentinos. Mas também é notória a intenção do autor de trabalhar os enredos no sentido de dar aos personagens, ética e religiosamente mais fortes, uma premiação ainda aqui na Terra, seja a

Sendo assim, mesmo que a intenção de Trancoso fosse apenas a de entreter (como queira Anabela Mimoso) a si e os outros por tamanha tragédia, não podemos negar sua contribuição, mesmo que indiretamente, para estabilização de uma repressão em prol da moral na escrita trancosiana. Encontrava-se assim uma forma de combater todos os tipos de procrastinação que trariam o mal social da cidade, em como o mal espiritual.

Outro fato interessante de ser ressaltado sobre Gonçalo Fernandes Trancoso, foi a popularidade de seus contos, ter chegado as colônias portuguesas, incluindo principalmente o Brasil majoritariamente por meios da oralidade, mas também possivelmente por meios escritos de algumas versões para educação dos filhos da elite da casa grande (DEL PRIORI, 2016), pois além de poucos terem tido contato primário com a obra, era raríssimo a classe popular dos colonizadores saber ler. No entanto, o crescimento da popularidade das obras de Trancoso fez com que fossem repassadas intensamente através da oralidade, atribuindo-se muitas narrativas em forma de contos ao português Trancoso.

A obra de Trancoso, dentro da lógica de Walter Benjamin (1987), talvez seja uma das últimas tentativas, mesmo que inconsciente, de tentar em demasiado ímpeto se opor a destruição da narrativa, tardando o fim da tradição oral proporcionada pelos romancistas, que vieram ganhar forças nos séculos seguintes. Citando Walter Benjamin (1987, p.201), “o romance anuncia a profunda perplexidade de quem a vive”. O fim da narrativa representa ser o contrário do que encontramos em “*contos e histórias de proveito e exemplo*” que é ser refratário ao conselho e a sabedoria.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Antônio Augusto Marques de. Saberes e práticas de ciência no Portugal dos Descobrimentos. (in) TENGARRINHA, José. Et al. **História de Portugal**. (Coleção História)Bauru, SP : EDUSC ; São Paulo, SP : UNESP; Portugal, PO : Instituto Camões, 2000. p.77-86.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética a teoria do romance**. São Paulo Editora Hucitec Annablume, 2002.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas vol.1. Editora Brasiliense. 1987.

BOTELHO, Luiz Felipe. (2013) **O Segredo da Arca de Trancoso**. Dossiê Pedagógico. (Histórias de Trancoso... e de todos nós) Recife, 10 de janeiro de 2013. Teatro nacional D.MariaII.[http://www.teatrodmaria.pt/fotos/escolas/dpo\\_segredo\\_da\\_arca\\_de\\_trancoso](http://www.teatrodmaria.pt/fotos/escolas/dpo_segredo_da_arca_de_trancoso)



BUESCU, Maria Leonor Carvalhão, **Literatura Portuguesa Medieval**, Lisboa: Universidade Aberta, 1990.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929-1989. A revolução francesa da historiografia**. 2ª edição. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

CHARTIER, Roger. Pierre Bourdieu e a história. Debate com José Sérgio Leite Lopes.

**Topoi**, Rio de Janeiro, mar. 2002, pp. 139-182.

\_\_\_\_\_. **A história Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa, Difel, 1985.

COLARES, Majela. Apresentação. (in) TRANCOSO, G. F. **Histórias de Trancoso**. Ed. Calibán, Rio de Janeiro, 2008.

DARNTON, R. História da leitura. (IN) **A escrita da história: novas perspectivas**/ Peter Burke(org); São Paulo: Editora da UNESP 1992.

\_. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa** / Robert Darnton; tradução de Sonia Coutinho. — Rio de Janeiro: Graal, 2011. DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira: volume 1: colônia** / Mary del Priore.— São Paulo : LeYa, 2016.

DUARTE, Carla Cristina Sá. OS CONTOS DE TRANCOSO: ANÁLISE LINGUÍSTICA. **Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos Revista Philologus**, Ano 14, N° 41. Rio de Janeiro: CiFEFiL, maio/ago.2008 97 (Univ. do Minho) [carlasaduarte@iol.pt](mailto:carlasaduarte@iol.pt) Revista Philologus, Ano 14, N° 41. Rio de Janeiro: CiFEFiL, maio/ago.2008 97.

DUARTE, Noélia de Lurdes Vieira. **O Conto Literário: A Memória da Tradição**. Dissertação de Doutorado em Teoria da Literatura, apresentada ao Departamento de Línguas e Literaturas Modernas da Universidade dos Açores, sob a orientação da Professora Doutora Rosa Maria Baptista Goulart. Universidade dos Açores Ponta Delgada, 2012.

ELIAS. Norbert. 1897-1990 **processo civilizador I** Norbert Elias; 2.ed. Renato Janine Ribeiro. v.1 -2.ed. -Rio de Janeiro: Jorge ZaharEd., 1994

\_. **A sociedade de corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Jorge Zahar Ed. Rio de Janeiro. 2001.

FARIA, Rui Miguel Ventura do Couto Tavares de. **O conto popular português**. Faculdade de letras, Universidade do Porto. 2009.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso** (L'Ordre du discours, Leçon inaugurale ao Collège de France prononcée le 2 décembre 1970, Éditions Gallimard, Paris, 1971.)

LOYOLA, São Paulo, Brasil, 1996.

GINZBURG, Carlos. **O queijo e os vermes**. 1ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

MIMOSO, Anabela. Contos e histórias de Proveito e Exemplo de Gonçalo Fernandes Trancoso: um livro “exemplar”. In: **Revista da Faculdade de Letras Línguas e Literaturas. Vol. XV.** Porto, 1998, p. 259-329.

NOBRE, Cristina. Entry TRANCOSO ( Enzyklopadie des Marchens ) – Cristina Nobre / Portugal / Outubro 2007. vide entrada “TRANCOSO, Gonçalo Fernandes” in **Enzyklopadie des Marchens**, Friedlander Weg 2, 37085 Gottingen, Deutschland, 2nd fasc., vol. XIII, summer 09, ISBN 978-3-11-022154-1, pp. 855-857.

QUINT, Anne-Marie. **Gonçalo Fernandes Trancoso – o primeiro contista.** Paris, Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, 2003.

[http://www.oocities.org/hugo\\_xavier/g\\_f\\_trancoso.html](http://www.oocities.org/hugo_xavier/g_f_trancoso.html)

RODRIGUES, Fernando Ozório. **UMA NOVA EDIÇÃO DAS HISTÓRIAS DE TRANCOSO.** ABRAFIL e UFF. Abrafil-numero-IX-11-11-2011-Final [www.filologia.org.br/abf/rabf/9/064.pdf](http://www.filologia.org.br/abf/rabf/9/064.pdf)

THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social in: **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos.** Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 227-267

VOVELLE, Michel. **As Almas Do Purgatório, ou, O Trabalho De Luto.** Tradução Aline Meyer e Roberto Cattani. - São Paulo: Editora UNESP, 2010. 346p

## **ARTE, REPRESENTAÇÃO E CULTURA: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NIPO-BRASILEIRA POR MEIO DO CASAL ARTISTA OHASHI**

Paula Nathaiane de Jesus da Silva<sup>112</sup>

### **RESUMO**

Esta comunicação tem por objetivo realizar uma análise e reflexão acerca da importância da atuação do casal de artistas plásticos Helena e Riokai Ohashi na construção da identidade nipo-brasileira em meados do século XX. O casal Ohashi teve grande importância nas relações diplomáticas entre Brasil e Japão nos anos de 1940 e 1941, no contexto histórico da Segunda Guerra Mundial. A união matrimonial da artista brasileira Helena Ohashi com o artista japonês Riokai Ohashi, trouxera grandes contribuições

---

<sup>112</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e professora mediadora na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: paula\_nathaiane@yahoo.com.br

fundamentais para o sentimento de pertencimento à nação brasileira na comunidade nipo-brasileira residente no país neste período. Portanto, a comunicação visa refletir os impactos da união matrimonial do casal artista na construção da memória, identidade e cultura para o Brasil na metade do século XX, se tratando dos nipo-brasileiros residentes no país.

**Palavras-Chave:** Arte; Identidade; Brasil-Japão.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo contempla uma pequena parcela de nossa pesquisa de doutorado em desenvolvimento que abarca a trajetória e carreira da artista brasileira Helena Pereira da Silva Ohashi. Pretende-se a partir de sua atuação enquanto pintora e sua relação matrimonial com o também pintor, o japonês Riokai Ohashi, averiguar qual foi a importância e impacto da carreira e vida destes dois artistas a ponto de servirem de pilar para a criação de uma identidade nipo-brasileira nos Nikkei residentes no Brasil.

No período pós Segunda Guerra Mundial há uma força midiática forte no Brasil que inicia propagandas que agiam contra a imagem dos japoneses residentes no país, especialmente encarados como uma ameaça à nação brasileira e seus valores. Desta forma, nosso objetivo é averiguar qual é a importância do casal Ohashi na construção de uma identidade nacional para estes japoneses residentes no Brasil neste período.

Para o tal, nos valeremos principalmente da obra da escritora, judoca e arquiteta Eico Suzuki, intitulada *Desafio ao Imortal* (1970), qual dedica a segunda parte de seu livro para a artista brasileira Helena Pereira da Silva Ohashi. Procuraremos portanto estabelecer uma conexão entre o casal artista Ohashi e os nipo-brasileiros neste contexto do pós Segunda Guerra Mundial, averiguando a importância do casal para os Nikkei e como Eico concebe os artistas neste contexto.

## QUEM FORAM OS OHASHI?

O casal Ohashi foram dois pintores que atuaram no século XX, principalmente na França e Japão. Helena Pereira da Silva Ohashi<sup>113</sup> foi uma pintora brasileira, filha do artista brasileiro Oscar Pereira da Silva<sup>114</sup> – de grande importância no cenário artístico brasileiro

---

<sup>113</sup> Helena Pereira da Silva – nome da artista de solteira. Após contrair matrimônio com o pintor Riokai Ohashi, passa a adotar o nome do esposo, modificando-o para Helena Pereira da Silva Ohashi.

<sup>114</sup> Para saber mais sobre o artista, indicamos a leitura da obra: TARASANTCHI, Ruth Sprung. *Oscar Pereira da Silva*. São Paulo: Empresa das Artes, 2006, 186 p.

entre o final do século XIX início do XX. Helena nasceu no ano de 1895 e não frequentou nenhuma academia de arte brasileira, aprendeu pintura com o pai em casa.

No ano de 1911, como descreve em sua autobiografia, Helena Ohashi (1969) viajou para a França acompanhada dos pais e da irmã menor, para aprimorar seus estudos de pintura nas academias de arte francesa. Como a própria artista indica, ela frequentou a Academia Julian, Colarossi e Academia de Belas Artes. No ano de 1914, Helena regressou para o Brasil contra a sua vontade. Habitar na França neste período significava em assumir um risco para sua vida, pois estava ocorrendo no período a Primeira Guerra Mundial e como relata, seu pai ameaçou cortar a mesada que lhe concedia para manutenção de sua estadia, caso não retornasse de imediato ao Brasil.

Já habitando o Brasil, Helena Ohashi deixou a pintura de lado por um momento e dedicou-se a música. Matriculou-se no Conservatório de Música de São Paulo e passou a estudar piano. Não chegou a obter o diploma de pianista, pois deixou de cursar uma disciplina. O ano de 1911 foi importante para a carreira da artista. Ela organizou sua primeira exposição individual com suas telas na cidade paulistana.

Em 1920, Helena regressou para a França a fim de continuar seus estudos de pintura e frequentou a La Grande Chaumière. No ano de 1931, ainda habitando a França, Helena ficou noiva do pintor japonês Riokai Ohashi e no ano de 1933, os dois se casaram e viajaram para o Japão, onde fixaram residência.

No ano de 1949, Helena regressou para o Brasil sozinha, pois o esposo Riokai havia falecido no Japão no ano de 1943. A partir de então, Helena fixou residência permanente no Brasil, no estado de São Paulo, na cidade de Campinas e faleceu no ano de 1966.

Em relação ao pintor japonês Riokai Ohashi, são poucos os dados biográficos que conhecemos sobre ele. Entretanto, temos informação através da própria autobiografia de Helena Ohashi (1969), que a artista escreveu e publicou uma biografia dedicada a Riokai no ano de 1947. Infelizmente ainda não tivemos acesso a esta obra. Desta forma, os dados que apresentaremos sobre Riokai são aqueles que tivemos contato em notas publicadas nos periódicos brasileiros.

Através da nota publicada no *Beira-Mar Copacabana*<sup>115</sup>(1940), sabemos que o pintor japonês teve como professor de pintura Saburosake Okada. A nota que não apresenta o autor, indica que Okada foi um grande mestre de pintura respeitado no Japão

---

<sup>115</sup> C.f. *Beira-Mar Copacabana*, Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1940, p. 3. “Visita o Brasil o casal de pintores Ohashi.”

e que Riokai foi seu grande discípulo. O texto indica que no ano de 1927, Riokai e Okada realizaram uma viagem para a França e no período entre 1929 e 1933, Riokai concorreu aos salões de pintura franceses: “Salon d’Automne”, “Salon Independent” e “Salon des Tuilleries”. No período de 1932 a 1933, a nota informa que Riokai viajou com seu professor para a Itália e os países balcânicos.

Ainda no ano de 1933, como já indicado acima, Riokai casou-se com Helena Pereira da Silva e os dois viajaram para o Japão onde fixaram residência. O periódico ainda informa que os artistas foram apresentados pelo professor francês, Aman Jean.

Como pode-se perceber, Helena e Riokai tiveram trajetórias de vida distintas um do outro. Entretanto, este encontro na França que resultou em uma união matrimonial iria representar bem mais que uma relação pessoal, como demonstraremos a seguir.

### **QUAL FOI A IMPORTÂNCIA DO CASAL OHASHI PARA O BRASIL E O JAPÃO?**

Antes de partirmos para a análise da obra de Eico Suzuki, é necessário compreender qual foi a importância do casal Ohashi para a comunidade nipo-brasileira residente no Brasil e para os japoneses residentes no Japão.

De acordo com a autobiografia de Helena Ohashi (1969) e alguns periódicos que circularam no Rio de Janeiro e São Paulo durante os anos de 1940 e 1941, Helena e Riokai Ohashi fizeram uma viagem ao Brasil para fins de diplomacia entre os países Brasil e Japão.

Através da autobiografia de Helena Ohashi (1969), a pintora indica que a viagem ao Brasil com finalidade de diplomacia foi sugerida pelo cônsul brasileiro no Japão no período, Aloísio de Magalhães:

O cônsul Magalhães insinuou-nos que devíamos fazer uma viagem ao Brasil por intermédio do Gaimushô, “ministério das relações estrangeiras”. Riokai tinha um grande desejo de conhecer o Brasil e essa era uma ocasião única de se expandir; começou a desenvolver essa idéia, que foi se fortalecendo para terminar numa realidade... Foi a Tóquio várias vezes, não foi fácil, mas como o Japão precisava de propaganda, encontrou amigos no Gaimushô que eram favoráveis. (OHASHI, 1969, p. 30).

Através da nota publicada no periódico *Diário de Notícias* (1940)<sup>116</sup>, temos informe que a ação diplomática do casal Ohashi foi materializada em uma exposição de obras de arte no Rio de Janeiro, no Palace Hotel.

Esta exposição realizada pelo casal Ohashi é noticiada com certa positividade e contou com a participação de um grande público. Dentre eles, o *Gazeta de Notícias*<sup>117</sup> (1940) indica a visita da esposa de Getúlio Vargas – presidente do Brasil na época – Darcy Vargas. A nota também salientou o objetivo da vinda do casal artista para o Brasil: reforçar uma aproximação artística entre o Japão e o Brasil.

É necessário indicarmos que neste período em que a missão diplomática do casal Ohashi ocorreu, o mundo estava vivenciando a Segunda Guerra Mundial e o Japão compunha um dos países do eixo conjuntamente com Itália e Alemanha, que tinham como objetivo certificar os próprios interesses políticos e expansão econômica. Sendo assim, indagamos se o interesse em uma aproximação do Japão com o Brasil partiria de uma “captação” de um novo aliado para esse contexto de conflito e interesses.

Após o Brasil se aliar ao Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial por questões econômicas como indica Jonatan Souza Mello (2018) e após sofrer ataque aos seus navios pelos países do eixo em 1942, as relações diplomáticas entre Japão e Brasil foram desfeitas pela primeira vez, desde que foi assinado o Tratado de Amizade, Comercio e Navegação no ano de 1895<sup>118</sup>.

Mas esta não foi a única vez que os artistas Ohashi efetuaram uma missão diplomática para o Japão no Brasil. No ano de 1949, Helena Ohashi regressou ao Brasil para fixar residência logo após ter vivenciado os horrores da Segunda Guerra Mundial no Japão, em função de reestabelecer uma aproximação entre o Japão com o Brasil.

De acordo com a nota publicada no *Jornal de Notícias* (1940)<sup>119</sup>, Helena Ohashi regressou ao Brasil com duas bonecas japonesas – presentes do prefeito de Kobe, cidade do Japão na época para oferecer ao prefeito do Distrito Federal, o general Mendes de Moraes e o prefeito de São Paulo, Asdrúbal da Cunha. Estes presentes tinham a

---

<sup>116</sup> C.f. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1940, p. 9. “Exposições”.

<sup>117</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1940, p. 12. Coluna Variedades Sociais. “Belas Artes: D. Darcy Vargas visitou a exposição de pintura do casal Ohashi”.

<sup>118</sup> C.f. Ministério das Relações Exteriores. *Japão*. Disponível em <<http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5284-japao>> acesso em 20/08/2021.

<sup>119</sup> C.f. *Jornal de Notícias*, Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1949, p.7. “Interpreta o sentimento da arte japonesa exposição de pintura da Sra. Helena Ohashi.”

funcionalidade em conjunto com a imagem da artista, de estreitar os laços de amizade e principalmente econômicos entre ambos os países e demonstrar o interesse do Japão para que o Brasil se fizesse representar em sua Exposição Internacional. Nesta ocasião, Helena<sup>120</sup> efetuou assim como na primeira viagem diplomática no ano de 1940, uma exposição, entretanto, esta ocorreu na cidade de São Paulo, no Teatro Municipal.

Sendo assim, podemos depreender que o casal Ohashi desempenhou uma função muito importante na esfera política e economia para o Japão. A missão diplomática que os pintores efetuaram, ocorreu na atmosfera cultural através da arte. Como indica Simon Mark (2009), a diplomacia cultural pode auxiliar na construção de uma imagem nacional de um determinado país e podemos inferir que o Japão para cumprir seus interesses políticos, se apropriou da diplomacia cultural para conquistar seus objetivos com o Brasil.

E ao que consta, esta última missão diplomática de Helena Ohashi a favor do Japão cumpriu seus objetivos. Isto porque no ano de 1952, a relação entre Brasil e Japão são reestabelecidas novamente<sup>121</sup>.

## **A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NIPO-BRASILEIRA ATRAVÉS DA OBRA DE EICO SUZUKI- *DESAFIO AO IMORTAL***

Apesar de nossos esforços para buscar dados biográficos da escritora, judoca e arquiteta Eico Suzuki, não encontramos muitas informações a respeito de sua vida e carreira. De acordo com a jornalista Adriana Brum em seu blog Gesheclam UFPR<sup>122</sup> o livro *Desafio ao Imortal* (1970) foi a primeira publicação de Eico.

*Desafio ao Imortal* (1970) está dividido em duas partes: a primeira intitulada “Contos” e a segunda “A Rosa”. Na segunda parte, Eico dedica este texto a artista Helena Pereira da Silva Ohashi e narra alguns eventos da artista e momentos de cultivo de uma amizade entre ambas. Apesar de ser um livro de ficção, ao compararmos alguns dados que Eico apresentou sobre a pintora com sua autobiografia (1969), muitas das informações que a escritora denotou, são similares.

A segunda parte dedicada a Helena Ohashi está dividida em diversos subcapítulos e no intitulado “Ideias e influências” é que o objetivo de Eico Suzuki com sua obra é evidente: demonstrar a união do Japão e do Brasil através da imagem de Helena e Riokai

---

<sup>120</sup> Nesta viagem diplomática ao Brasil, Helena Ohashi viaja sozinha pois o esposo Riokai Ohashi havia falecido no ano de 1943, como a própria artista indica em sua autobiografia. C.f. OHASHI, Helena Pereira da Silva. *Minha vida: Brasil- Paris-Japão*. São Paulo: Indústria Gráfica Saraiva, 1969, 61 p.

<sup>121</sup> C.f. Ministério das Relações Exteriores. *Japão*. Disponível em < <http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5284-japao>> acesso em 20/08/2021.

<sup>122</sup> O blog pode ser acessado através do endereço eletrônico: <<https://gesheclamufpr.wordpress.com/2015/07/10/historias-que-se-perdem-eico-suzuki/>> acesso em 21/08/2021.

Ohashi. Neste subtítulo é possível perceber que Eico apresenta brevemente um panorama acerca dos nipo-brasileiros no Brasil no pós Segunda Guerra Mundial:

O 1949, de após a II Guerra, não era ainda nada favorável aos brasileiros descendentes de japoneses. O outrora amado arquipélago rescendia a invencibilidade vencida, um montão anárquico de escombros, vidas humanas reduzidas a partículas sub-atômicas. (SUZUKI, 1970, p.105).

Podemos perceber por esse trecho, que o cenário para os nipo-brasileiros no Brasil foi marcado por grande preconceito, especialmente pelo próprio contexto da Segunda Guerra Mundial, como já foi abarcado brevemente neste texto. Antonio Genivaldo Cordeiro de Oliveira (2019), indica que durante o Estado Novo no Brasil – fortificado sob um discurso religioso católico –, enxergava outras manifestações religiosas como uma ameaça a tradição da nação brasileira. Oliveira (2019) indica que o integralismo manteve um ideal que conectava o comunismo e judeus como uma fonte de perigo a nação brasileira. Essa relação com os japoneses no país também não foi distinta.

Luis Rodrigues dos Santos (2019) aponta que durante o período da Segunda Guerra Mundial houve grande esforço midiático em divulgar propagandas contra a presença de japoneses no Brasil, mas também estas propagandas tiveram fôlego nos Estados Unidos.

Santos (2019) profere que estes discursos em oposição aos japoneses e Nikkei obtiveram pujança devido a dois elementos. O primeiro se pauta no discurso do “racismo científico” que propunha a dominação dos brancos europeus sob as demais raças. O segundo, que dialoga com os conceitos de Oliveira (2019), se materializa no nacionalismo do Estado Novo que foi fortificado pelo discurso religioso que evidenciava a tradição católica em contrapartida as ameaças estrangeiras de outras religiões - concebidas como um perigo a nação brasileira.

Como exemplo, Santos (2019) apresenta os esforços da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres em divulgar conceitos e ideais contra os japoneses através da publicação *A ofensiva japonesa*. Esta publicação foi um livro publicado pelo Advogado Carlos Moraes – integrante da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres –, tendo sua primeira edição em 1937.

A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres de acordo com Santos (2019), tinha como principal objetivo a discussão dos problemas nacionais à luz do pensamento de Alberto Torres e teria se dissolvido provavelmente no ano de 1945. Houve uma adoção dos ideais de Carlos Moraes por parte dos integralistas – aproximação esta que se concretizou com Plínio Salgado se tornando membro da associação após a sua fundação.



Desta maneira, podemos perceber como o preconceito contra os japoneses no Brasil neste período teve suas bases fundamentadas e conectadas com sistema político brasileiro da época, gerando um contexto desfavorável para os nipo-brasileiros residentes no Brasil.

Conseqüentemente, Eico Suzuki em sua obra *Desafio ao Imortal* (1970), demonstrou que Helena Pereira da Silva Ohashi representou em sua carreira e ações, uma neutralização destas propagandas anti-nipônicas que ocorriam neste período, onde se justificam por três razões. A primeira, se pauta na artista ter apresentado através da exposição realizada no Teatro Municipal de São Paulo em 1949 (2ª Diplomacia), em suas obras e de Riokai, a cultura japonesa de forma a demonstrar o talento e a tradição milenar do Japão em "consonância com o espírito progressista do país"<sup>123</sup>.

A segunda, por Helena Ohashi ter abraçado a cultura e costumes japoneses ao tomar o Japão como sua pátria no período em que habitou o mesmo, quando contraiu matrimônio com Riokai. E por fim, a terceira que se fundamenta na união matrimonial de Helena com Riokai Ohashi, que significou a união não somente de duas pessoas, mas também do Brasil e Japão.

Ignácio Lopez-Calvo (2019) ao estudar as relações entre o Oriente e o Ocidente, analisa as relações de construção da identidade dos nipo-brasileiros no continente americano, especificamente no Brasil e designa o termo de alegoria nacional para a relação matrimonial de Helena e Riokai Ohashi. Isso se deve ao fato do casal Ohashi ter tido grande força representativa para os nipo-brasileiros, que enxergavam nesta relação a união entre o Brasil e Japão e uma esperança de vida melhor no Brasil.

Lopez-Calvo (2019) indica que conjúgio entre japoneses e brasileiros era inabitual, principalmente pelo contexto social que os nipo-brasileiros vivenciavam no Brasil neste período – grande preconceito racial. Conseqüentemente, a união matrimonial de Helena e Riokai Ohashi é percebida pelos nipo-brasileiros como a união e hibridismo das raças (brasileiros e japoneses) e uma perspectiva projetada de um Brasil novo, mais tolerante.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Podemos concluir que os pintores Helena e Riokai Ohashi tiveram uma atuação não só artística, mas também política fundamental para o Japão entre o período de 1941 e 1949, pelas relações diplomáticas que efetuaram a favor do país. E estas relações

---

<sup>123</sup> C.f. SUZUKI, Eico. *Desafio ao Imortal*. 1970, p. 105.

diplomáticas aconteceram no campo cultural, devido ao Japão tomar a imagem do casal Ohashi e sua arte em uma tentativa de cumprir seus objetivos sociais, políticos e culturais numa conexão com o Brasil.

Mas não somente a atuação diplomática do casal artista denota certa atenção, mas também a própria relação matrimonial entre o casal foi concebida como um veículo indenitário para os nipo-brasileiros residentes no Brasil no pós Segunda Guerra Mundial.

Como foi demonstrado, essa criação de identidade nipo-brasileira perpassou pelo campo cultural, onde apresentamos a obra *Desafio ao Imortal* (1970) escrito pela judoca, arquiteta e escritora nipo-brasileira, Eico Suzuki.

Sob a perspectiva de Eico, Helena Ohashi apesar de ser brasileira, ao adotar o Japão como sua pátria durante 16 anos e preservar a memória de seu falecido esposo com a escrita de sua biografia<sup>124</sup>, manteve além da memória de Riokai viva, a cultura, valores e costumes do Japão no Brasil.

Sob os conceitos de Eico, Helena Ohashi foi um instrumento que agiu contra as propagandas negativas que foram divulgadas no período no Brasil contra os japoneses. Cabe ressaltar que Eico Suzuki e Helena Pereira da Silva Ohashi foram amigas e mantinham uma relação próxima, como a própria artista deixou evidente em sua autobiografia (1969).

Conseqüentemente, depreendemos que Helena Pereira da Silva Ohashi estava próxima da comunidade nipo-brasileira e isso contribuiu de certa forma para a perspectiva que os japoneses e desentendidos residentes no Brasil a concebessem desta forma. Também cabe indicar que se faz interessante essa perspectiva que os nipo-brasileiros tem sob a relação matrimonial de Helena e Riokai Ohashi mesmo o casal não ter habitado o Brasil em nenhum período. Apenas visitaram o país não ano de 1940 por intermédio da relação diplomática entre Brasil e Japão.

Este fato deixa ainda mais claro a percepção e importância do casal artista Ohashi dentro da comunidade nipo-brasileira no contexto do pós Segunda Guerra Mundial e a construção indenitária, que perpassa pelo campo da arte e da cultura.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

<sup>124</sup> Como relata Helena Pereira da Silva Ohashi em sua autobiografia (1969), após o falecimento de seu esposo Riokai Ohashi, ela dedicou-se um período a manter a memória de Riokai presente a ponto de abdicar um período de sua própria carreira. Este esforço além de exposições realizadas com as telas de Riokai, resultou na publicação da biografia do artista que Helena redigiu e publicou. A obra biográfica nomea-se: *Riokai Ohashi, Paris et Japon, sa vie et son œuvre*, publicado pela editora Nippon Shashin Insatsu no ano de 1947.

BEIRA-MAR COPACABANA, Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1940, p. 3. “Visita o Brasil o casal de pintores Ohashi.”

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1940, p. 9. “Exposições”.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1940, p. 12. Coluna Variedades Sociais. “Belas Artes: D. Darcy Vargas visitou a exposição de pintura do casal Ohashi”.

JORNAL DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1949, p.7. “Interpreta o sentimento da arte japonesa exposição de pintura da Sra. Helena Ohashi.”

LOPEZ-CALVO, Ignácio. *Japanese brazilian saudades: diasporic identities e cultural production*. Colorado: University Press of Colorado, 2019, 295 p.

MARK, Simon. A Greater Role for Cultural Diplomacy. In: *Discussion papers in diplomacy*, Netherlands Institute of International Relations ‘Clingendael’, 2009, [51] p.

OLIVEIRA, Antonio Genivaldo Cordeiro de. Religião e arte como propaganda de guerra japonesa no Brasil. In: *Rev. Let.*, São Paulo, v.59, n.2, p.21-43, jul./dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/letras/article/view/14344>> acesso em 13/08/2021.

OHASHI, Helena Pereira da Silva. *Minha vida: Brasil- Paris-Japão*. São Paulo: Indústria Gráfica Saraiva, 1969, 61 p.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. “Livrai-nos do maléfico perigo amarelo”: a sociedade dos amigos de Alberto Torres e a campanha contra a imigração japonesa no Brasil (1932-1946). In: *FACES DA HISTÓRIA*, Assis-SP, v.6, nº1, p.364-384, jan.-jun., 2019.

Disponível em:<<https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/1279>>

acesso em 13/08/2021.

SOUZA MELLO, Jonatan Rafael de. Uma parceria para o caos: a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. In: *Revista Eletrônica de e Educação e Ciência-REEC*, vol. 8, nº1, 2018, p.25-43. Disponível em: < <http://fira.edu.br/revista/vol-8-no1-2018/>> acesso em 20/08/2021

SUZUKI, Eico. *Desafio ao imortal*. São Paulo: Editora do escritor, Coleção do escritor, volume I, [1970], 116 p.

# ENSAIOS SOBRE CULTURA NA FRONTEIRA: PERCEPÇÕES LOCAIS DA SOCIEDADE NA FRONTEIRA DO AMAPÁ COM A GUIANA FRANCESA

## *ESSAIS SUR LA CULTURE À LA FRONTIÈRE: PERCEPTIONS LOCALES DE LA SOCIÉTÉ À LA FRONTIÈRE AMAPÁ AVEC LA GUYANE FRANÇAISE*

Jonathan Viana da Silva<sup>125</sup>

Jordan Brasil dos Santos<sup>126</sup>

### RESUMO

O presente estudo é um ensaio sobre os conceitos de cultura (modo geral), e como ela é compreendida no município de Oiapoque/AP (fronteira do Amapá com Guiana Francesa). Tem como objetivo apresentar ao leitor algumas compreensões sobre cultura (com o auxílio de bibliografia especializada) e cultura de fronteira (a partir da visão particular de moradores brasileiros de uma região fronteira internacional), discutindo a literatura que trata sobre o tema, bem como, obter conceitos que a própria sociedade desta fronteira terrestre internacional compreende sobre o assunto. O objetivo seria oportunizar uma reflexão quanto às potencialidades que permeiam as temáticas culturais, em especial na fronteira franco-brasileira, que serviu de palco para essa amostragem. A metodologia empregada foi a aplicação de questionário *online* com seleção de público alvo avulso no município em questão (utilizando redes sociais como conectivo do questionário). Os resultados preliminares expõem alguns conceitos dos mais diversos tipos que perpetuam o imaginário daquela comunidade local. As conclusões iniciais nos levam a perceber que a cultura está presente em todos os meios e cada região possui seu modo peculiar de expressar suas diferenças, afinal são as diferenças que nos tornam iguais.

**Palavras-chave:** Cultura. Fronteira Franco-brasileira. Oiapoque/AP

### INTRODUÇÃO

As discussões em torno dos conceitos que nos levam a melhor compreender sobre o que é cultura, apresenta uma literatura vasta com interpretações que seguem a mesma linha de raciocínio, ou ainda, que divergem, no entanto, podemos afirmar que todas se apresentam de acordo com seu tempo espaço. Isso nos leva entender que a cultura é

---

<sup>125</sup> Doutorando no Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Pelotas-UFPel. Formado em História. Contato: [jon9001@hotmail.com](mailto:jon9001@hotmail.com)

<sup>126</sup> Doutorando no Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Pelotas-UFPel. Formado em Economia. Contato: [diordaosanto@hotmail.com](mailto:diordaosanto@hotmail.com)

mutável. Está em constante transformação e se apresenta das formas mais variadas possíveis.

É nesse viés de discussão que buscamos compreender o que alguns autores discutem sobre o assunto, como reconhecem e classificam-na (se é que possui classificação!). E para isso, buscamos confrontar alguns teóricos que abordam sobre o assunto, não no intuito de divergir, mas de somar os conceitos para que possamos chegar a uma ampla concepção do que seria cultura (mesmo que em nosso entendimento toda a conclusão obtida jamais conseguiríamos definir em palavras ou páginas e páginas, uma resposta pronta e acabada).

No entanto, os levantamentos teóricos preliminares, nos permitiram levar a campo alguns questionamentos (materializados em formato de questionário), que foram respondidos pela própria sociedade. Essa metodologia empregada ajudou-nos a perceber as diversas concepções e entendimentos que a palavra cultura pode se apresentar.

Ao final da pesquisa realizamos preliminarmente, alguns registros fotográficos que viabilizaram o segundo momento da pesquisa, de modo a registrar a partir de uma bagagem teórica, a captura de momentos que ressaltem (a partir de uma [re] interpretação), a manifestação da sociedade e sua cultura na fronteira em que vivem levando em consideração ainda, a relação teoria/ prática que cerca o termo “cultura”.

## **CULTURA E SUAS REPRESENTAÇÕES: ENSAIOS TEÓRICOS**

Com os adventos do mundo globalizado que vivemos nos dias atuais, as fronteiras impermeáveis que antes eram sinônimo de barreiras, hoje deram lugar à uma via de mão dupla, o que nos leva a perceber que os limites estabelecidos por questões políticas para estabelecer ordem, divisão de algo ou definições geopolíticas, na realidade tornou-se uma mesma moeda com lados diferentes, de modo a se perceber que pode-se até existir diferenças, mas elas estão mais próximas do que se imagina. Estão conectadas por “linhas” de aportes socioeconômicos, políticos, culturais e entre tantos outros.

Ao longo das transformações dos seres e seus lugares na história, podemos claramente classificar em seu tempo e espaço, as diversas representações que a palavra “cultura” nos assume, no entanto, em um viés mais contemporâneo, podemos definir como sendo manifestações diversas dos seres humanos, práticas sociais, tradições, nascimento, morte, enfim, ações que enquadrariam grupos sociais em se reconhecerem como parte física/intelectual/emocional daquela manifestação.

Denys Cucho (1996), na sua obra “A noção de cultura nas ciências sociais”, chama a atenção para diversos conceitos que podemos usurpar ao definirmos em palavras do que seria cultura. Para o autor, na Idade Moderna, por exemplo, a sociedade levantou

várias discussões voláteis sobre a temática, mesmo assim, independente do que tenha sido definido naquela época, ou mesmo em outras, as palavras que definirão (ou definiram), os conceitos de “Cultura”, sempre serão mínimas e sempre haverá a possibilidade de incluir algo mais, algo maior. Na introdução da obra, Cuche (1996, p. 09), afirma que, “o homem é essencialmente um ser de cultura”, e continua a fala ao propor que “nada é puramente natural do homem. Mesmo as funções humanas que correspondem a necessidades fisiológicas, como a fome, o sono, o desejo sexual, etc., são informados pela cultura” (ibid, p. 11). Desse modo, podemos compreender que tudo que se manifesta gira em torno da própria cultura.

Homi Bhabha (1998), nos delicia com algumas questões, entre estes, observar o deslocamento de sujeitos, muito visível em regiões de fronteira, e que para o autor seria um lugar de encontros. Esses encontros possibilitariam aos sujeitos que os cercam, em se (re)conhecer como parte daquele meio, de modo a criar uma auto identificação cultural presente apenas naquele local. Pertencente somente àquelas pessoas. Sem sentir-se parte integrante “do outro lado” ou “do lado daqui”, mas sim, de um “entre-lugar”, que se formam sujeitos híbridos das culturas presentes naquele território ou local de encontros.

Santos (2001), ao abordar em seu trabalho as especificidades da cultura de fronteira, pontua sobre o multiculturalismo presente nesses lugares, carregado de diferentes pensamentos, ideias, opiniões, o que a caracteriza veemente pela sua pluralidade. O que pode contribuir na dificuldade de convivência ou ao mesmo tempo enriquecer o lugar com suas múltiplas possibilidades de ver o mundo. De torna-lo melhor. Possibilitar pessoas melhores.

As múltiplas possibilidades no “entre-lugares” discutidos por Bhabha, bem como o “pluralismo cultural” tão presente na sociedade apontado por Santos, nos leva a reflexão do universo de possibilidades provocadas pelas comunicações (trans)fronteiriças entre os seres humanos, seja de ordem corporal/física, sentimental, de pensamento ou qualquer forma, nos remete às indagações colocadas por Stuart Hall (2006), na obra “A identidade cultural na pós-modernidade”, ao nos ajudar a responder se há ou não em nossa sociedade uma crise de identidade provocada por tantas transformações advindos do mundo moderno/contemporâneo; no que consiste e quais as suas consequências dentro da sociedade? E para ajudar o leitor a compreender certas transformações, o autor traz o conceito e sua relação entre sujeito e identidade. Aponta três tipos de sujeitos e afirma que o processo de globalização está diretamente ligado também à formação da identidade social, além de que estão em constantes mudanças. E fecha a discussão debatendo que mesmo que haja forças contrárias buscando manter sua pureza interior, suas tradições culturais, Hall desconstrói a mitificação de uma “cultura

nacional unificada”, pois todos os espaços ocupados pelos seres humanos já tiveram de alguma forma “fragmentação” de sua identidade e seus sujeitos, bem como sua própria concepção de cultura<sup>127</sup>

Laraia (2003, p. 68), também nos apresenta algumas teorias que seguem em consonância ao demais autores, e que desde o século XVII esse termo já era utilizado na Europa para “simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade [...]”, mas que compreende como “o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, resultado da operação de uma determinada cultura”

Através dessas mínimas discussões levantadas em torno das representações da cultura, podemos afirmar em palavras genéricas que esta é o início, é o final, são as mudanças, as permanências, manifestação, as práticas, abstrações, sentimentos, o oposto, no que diz respeito a isso ou aquilo, ou até no que diz respeito ao cultural podemos e devemos chamar de cultura.

E se direcionarmos nossa lente aos territórios de fronteira, veremos que as cidades fronteiriças possuem um viés diferenciador das demais regiões, pois elas historicamente, sempre influenciaram de alguma forma na produção de lugares, de pensamento, de pessoas, de vida, enfim, de tal modo a se possibilitar conhecer e reconhecer o outro, seja norteado por um viés político, econômico, social ou simplesmente cultural.

Boaventura Santos (1993), ressalta a participação do estado como influenciador na construção das narrativas que ajudam na construção da cultura de fronteira dado através de seu viés de organização político-administrativo, entretanto, chama a atenção para a necessidade de entender essa relação ao propor:

[...] ser necessário re-analisar as culturas das nações questionando as construções oficiais da cultura nacional. Neste sentido, três orientações metodológicas parecem essenciais. A primeira é que, não sendo nenhuma cultura auto-contida, os seus limites nunca coincidem com os limites do Estado; o princípio da soberania do Estado nunca teve um correspondente no domínio da cultura. A segunda é que, não sendo autocontida, nenhuma cultura é indiscriminadamente aberta. Tem aberturas específicas, prolongamentos, interpenetrações, inter-viagens próprias, que afinal são o que de mais próprio há nela. Finalmente, a terceira orientação metodológica é que a cultura de um dado grupo social não é nunca uma essência. É uma auto-criação, uma negociação de sentidos que ocorre no sistema mundial e que, como tal, não é

---

<sup>127</sup> Marshall Sahlins, na obra *Cultura e Razão Prática* (2003), explora muito bem a discussão em torno de cultura, de modo a demonstrar em diversos aportes, que esta é uma “espécie” de prática que se manifesta em todas as pessoas, independente do segmento, cor, credo, sexualidade ou nível social, para isso, o autor estabelece um diálogo antropológico citando correntes econômicas, políticas, sociológicas, entre outras, demonstrando a relação destas com a cultura e a sociedade que as cercam.

Assim Santos (1993) observa que a cultura de fronteira não obedece as demarcações e limites territoriais traçados dentro de uma geometria matemática, tão pouco segue determinações burocráticas impostas por uma nação. Ela segue livre como o vento que toca os cabelos de uma pessoa na mesma velocidade que atinge a mente e coração daqueles que estão envolvidos no processo natural de compartilhamento multicultural. Além disso, ressalta que “o papel do Estado é dúplice: por um lado, diferencia a cultura do território nacional face ao exterior; por outro lado, promove a homogeneidade cultural no interior do território nacional” (SANTOS, 1993, 47),

Compreender cultura de fronteira na fronteira e a partir dela, é a melhor forma que esta comunicação pode apresentar ao leitor os significados de *culture*, ou *Kultur*, ou *la culture*, influenciados por nossos vizinhos transfronteiriços a perceber o que está presente na vida dos seres humanos e impossível de encontrar uma fronteira que não possa ser superada.

### **SOCIEDADE E CULTURA NA FRONTEIRA: PERCEPÇÕES LOCAIS**

As discussões elencadas no tópico anterior, nos possibilitaram compreender (mesmo que de forma resumida), os conceitos que cercam essa temática tão densa. E ainda, nos delicia com reflexões provocadas por autores que tratam de forma plausível o que há de mais sólido quando o assunto é cultura.

Partindo de uma concepção teórica sobre o tema, dedicamos parte desta pesquisa a levantamentos in loco que foram realizados na cidade de Oiapoque (Brasil), no Estado do Amapá, que faz fronteira com a Guiana Francesa (definido administrativamente como sendo Coletivo Territorial da França<sup>128</sup>). Assim, com a aplicação de questionário junto à comunidade local, pudemos compreender melhor as definições sustentadas em seu imaginário sobre cultura.

Os questionários foram respondidos durante alguns dias do mês de janeiro de 2018, e contou com a participação de 23 pessoas<sup>129</sup>, que contribuiriam respondendo por escrito às perguntas, e outros que preferiram expor de forma verbal suas respostas, e mesmo não

---

<sup>128</sup> Desde abril de 2015, após diversas greves e manifestações da população local, a Guiana Francesa conquistou o direito de ser denominada Coletivo Territorial (ou Coletivo Territorial Francês), ainda pertencente à França

<sup>129</sup> Segundo o censo do IBGE e Indicadores Sociais, estima-se que a população residente no município de Oiapoque (com data de referência 1º de julho de 2017), seja de 25.514 pessoas. Assim, vale observar que apesar do número de entrevistados esteja no patamar de 0,1%, o objetivo deste trabalho é compreender de forma qualitativa, as definições pares que a população local possui sobre cultura.



terem registrado algo físico, as discussões em campo nos possibilitaram ampliar os horizontes sobre o que foi proposto neste trabalho.

Interessava-nos compreender principalmente qual a melhor definição dada pela comunidade sobre o termo “cultura”. E quando achávamos que teríamos respostas previsíveis, prontas e acabadas, eis que a cada indagação, as respostas foram se diversificando e tomando caminhos que talvez para nós fosse uma surpresa por ser uma região afastada da capital do Estado (em torno de 590 km), mas o que vimos foi um show de respostas. Um verdadeiro palco de interrogações que foram sobrepostas às nossas questões.

Tivemos a aplicação de um questionário contendo cinco (05) perguntas subjetivas, ainda com espaço aberto para identificação do entrevistado (opcional), idade e sua ocupação/profissão, de forma que deixamos claro que as respostas deveriam ser totalmente pessoais e sem a colaboração de terceiros. E o público abordado foi o mais diversificado possível, tais como de grupos étnicos diversos, passando por lideranças comunitárias, acadêmicos, mulheres, um profissional liberal, autônomos, entre outros, que nos ajudaram a desenhar esta pesquisa.

A primeira questão subjetiva abordada no questionário, interrogava de forma impactante e direta em **“o que é cultura?”**. Nesta indagação, objetivamos extrair de forma mais eficaz, as respostas que a comunidade local tinha sobre o assunto, assim, as respostas nos dariam melhor compreensão do público que estávamos inserido e interrogando.

Eis que nossos primeiros entrevistados nos trouxeram respostas que afirmam ser um “conjunto de conhecimentos específicos sobre determinada área da vida humana feito e ensinado de forma singular ou diferenciado de outros modos de vida ou de agir ou fazer de outra região geográfica, povos, nações, tribos, grupos etc.” (Entrevistado G.M, 52 anos).

Outro entrevistado (a), nos delicia afirmando que seria “tudo que envolve um cidadão, ou seja, uma diversificação de valores, crenças... em determinado meio da sociedade”. (Entrevistada M. F, 35 anos).

A diante, um jovem moto-taxista (que preferiu não se identificar), e em seu horário de trabalho concedeu-nos um pouco de seu tempo e deixou registrado sua fala afirmando a seguinte opinião: “a cultura pra mim é o conhecimento que ser inclui junta a arte os costumes a crença de um determinado povo e muito mais”. (Anônimo, 22 anos).

As três falas acima demonstram de forma diversa os reais significados do que contemporaneamente entendemos pelo tema. O que nos remete à fala de José Luiz dos Santos (1949), através da obra clássica “O que é cultura” (da coleção Primeiros Passos), ao afirmar que “cada cultura é o resultado de uma história particular, e isso inclui também suas relações com outras culturas, as quais podem ter características bem diferentes” (SANTOS, 1994, p. 12). Algo observado nas respostas dos entrevistados, que a cada palavra, a cada linha, certamente escrevia com uma bagagem de inspirações adquiridas nas vivências do dia a dia em uma região que compartilha seus espaços com outras culturas, outros povos e inclusive de outras línguas.

Em seguida partimos para outra questão: **“A cultura na fronteira de Oiapoque é diferente dos outros municípios do Amapá? Justifique sua resposta?”**

Nesta, um jovem indígena pontua que “não é muito diferente não dos outros municípios. O que diferencia um pouco são as culturas indígenas como suas festividades da dança do Turé, por: exemplo.” (Entrevistado não identificado).

Em outra abordagem, a entrevistada R. B Farias, de 35 anos reforça a fala anterior ao colocar que “cada estado, município tem suas diferenças... Aqui na fronteira temos cultura escondida, pois temos cultura, e principalmente herdadas pelos indígenas e pelo Sant Georges”.

Quando indagamos o que seria “cultura escondida”, a mesma disse que o governo estadual e a prefeitura não investem em projetos culturais locais que poderiam revelar novos artistas ou ainda possibilitar afastar das drogas, crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, que são muitos, afirma a entrevistada. E isso faz com que sejam perdidos talentos natos.

A terceira pergunta visava “provocar” os entrevistados a optar entre dois caminhos, primeiro em chamar a atenção para as ausências do poder público ou por segundo, observar se a proximidade física com outro país poderia enriquecer o contato cultural através da interação entre os vários agentes socioculturais presentes para além de seus limites. Assim, perguntamos sem interseções: **“Você acha que falta cultura na cidade de Oiapoque? Justifique”**.

“Sim! Quase não se ver presente as raízes, costumes antigos, não há preservação de patrimônios etc.” (entrevistado J. M, 28 anos).

“Sim... falta, pois a cultura aquela herdada desde anos atrás já se perdendo, o que temos é jovens em festas, se embriagando, fumando, e curtindo músicas que não é a nossa realidade, e isso faz com que a cultura vá se perdendo com o passar dos anos”. (Entrevistada não identificada).

Destacamos essas duas respostas que representam maciçamente a opinião da maioria que entende que a responsabilidade de proporcionar e manter atividades/espços culturais seria diretamente dos agentes públicos. No entanto, temos pensamentos contrários, que seguem uma linha mais enriquecida de se observar onde se manifesta a cultura de seu povo. A entrevistada M. Magalhães nos presenteou afirmando que, não falta cultura em Oiapoque, mas existe um mix de culturas. Observo que os oiapoquenses interagem culturalmente através de grupos, então pessoas que vem do Maranhão, do Ceará tem um tipo de cultura, pessoas que vem do sudeste, outra cultura, amapaenses outra cultura. E dessa forma criam grupos os quais se utilizam de sua cultura nativa para interagir, através da música da alimentação dança, etc. (Entrevistada M. Magalhães, 49 anos).

Nessa linha de ideias divergentes e diversificadas, podemos extrair e compreender que apesar das dificuldades e ausências, as manifestações culturais sempre estarão presentes, agregado com a contribuição de outros que a tornam muito mais enriquecedora.

A penúltima pergunta, de forma singular e não menos importante, interrogou nossos entrevistados, **“Em breves palavras, qual a maior característica de Oiapoque que torna diferente de outros lugares?”**.

A resposta que mais nos chamou a atenção e faz jus à localização geográfica que torna peculiar a cidade de Oiapoque. A entrevistada M. Magalhães (49 anos) relata que seria “Exatamente essa diversidade de pessoas, aliada as dificuldades locais fazem com que as pessoas se unam na busca por melhorias para a comunidade. Essa é a maior características de Oiapoque.”

Alguns deram destaque a maior presença de indígenas deslocados por todo o município; outros falam justamente da fronteira com um país pertencente ao grupo da União europeia, a França. Alguns preferiram dar ênfase ao que melhor representaria a cidade seria a tranquilidade e simplicidade da cidade aliada à hospitalidade do povo local.

Finalmente, a última pergunta de forma abreviada e simples, quer saber o sentimento que emana exatamente das pessoas que vivem e convivem na fronteira.

Pessoas que realizam trocas culturais diariamente e que sem perceber puderam enriquecer e diversificar sua bagagem cultural. **“Uma única palavra que defina como é viver na fronteira”**, trouxe consigo palavras das mais diversas possíveis, entre elas, termos *integração*, vivermos com *tranquilidade*, adquirir *experiência*, estar em um lugar *interessante*, viver com a *família*, ser um território *inesquecível*, vermos *descaso*, mas ao mesmo tempo ser *excelente* viver na fronteira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conseguimos identificar os mais diversos sinônimos e predicados que possam ser atribuídos à uma única palavra. Falar sobre cultura é instigar o que há de mais diversos nos seres humanos, mesmo que não se possa compreender.

Tivemos a oportunidade de explorar os significados que a literatura atual vem tratando, e percebemos que falar sobre as representações culturais é estar ciente de sua volátil transformação. De algo mutável que a todo instante está sendo desenhada pelos seres que a lhe possuem (ou será o contrário?).

Para além dos conceitos teóricos, pudemos perceber a diversidade conceitual presente na ponta da língua de cada cidadão que nos deliciou com o que entendia sobre cultura. Respostas estas que nos ajudaram a ampliar nossa bagagem cultural ao nos ajudar a reinterpretar opiniões formadas, estáticas que possivelmente poderíamos vir a ter.

Toda essa carga teórica possibilitou ainda materializarmos nossos conceitos em registros fotográficos, que de certa forma congela nossas interpretações ao realizarmos os chamados recortes fotográficos, assim possibilitar aos nossos leitores perceber que a cultura é minha, é sua, é de todos que acreditam que fazem cultura. Ou ainda de todos que acham que não fazem. Cultura é tudo e de todos!

## REFERÊNCIAS

- BHABHA, Homi. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HUMBERTO, L. **Fotografia, a poética do banal**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 19 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- PAIVA, Eduardo. Franca. **História e imagem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- SANTOS, B. S. Os Processos da globalização. **Globalização: fatalidade ou utopia?** In: (ORG) SOARES, A. M. IAVELBERG, R. Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Modernidade, identidade a cultura de fronteira**. Tempo social, v. 5, p. 31-52, 1993.

## **O TERCERO CATHECISMO COMO INSTRUMENTO DE OCIDENTALIZAÇÃO INDÍGENA NO VICE-REINO DO PERU**

Wilson Carlos da Silva<sup>130</sup>

### **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo analisar como o *Tercero Cathecismo y exposición de la doctrina christiana, por sermones* tornou-se um instrumento utilizado para a imposição do arcabouço cultural europeu sobre o imaginário indígena a partir de 1585, ano de sua promulgação, no vice-reino do Peru. Considerando que, ao longo do século XVI, o processo de colonização das novas terras implicava no triunfo militar e religioso sobre os povos conquistados, o *Tercero Cathecismo*, material fruto do Terceiro Concílio Provincial de Lima, celebrado entre os anos de 1582-83 no vice-reino do Peru, foi um material que tinha por finalidade a ocidentalização dos nativos a partir da cultura católica. Dessa forma, tratando a ocidentalização como sinônimo de cristianização, por meio da análise de alguns sermões que compõem a obra, mostraremos quais foram as práticas que os religiosos buscaram erradicar do meio indígena, bem como apresentaremos algumas recomendações do *Cathecismo* que tinham por finalidade mostrar como deveria ser a conduta dos naturais que aderiam à salvação oferecida pela Igreja Católica.

**Palavras-chave:** Catequese Indígena; Terceiro Concílio de Lima; Ocidentalização.

### **INTRODUZINDO A DISCUSSÃO: O TERCEIRO CONCÍLIO PROVINCIAL DE LIMA**

No que se refere à questão eclesiástica do vice-reino do Peru nas últimas décadas do século XVI, podemos dizer que a Igreja católica nessa localidade começava a se consolidar, muito em razão da ação dos missionários que colocaram em curso o processo de catequização e conversão das populações nativas que habitavam a região andina da América do Sul, desde meados de 1532. Algo que contribuiu de maneira fulcral para esse processo de estabilização da Igreja foi a realização do Terceiro Concílio Provincial de Lima, celebrado entre os anos de 1582-83.

Convocado pelo arcebispo da arquidiocese de Lima, Toríbio de Mogrovejo, o Terceiro Concílio Limense contou com a participação dos bispos das dioceses que

---

<sup>130</sup> Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UNIRIO), com bolsa CAPES. Atua como tutor a distância na disciplina de Estágio Supervisionado IV nos cursos de graduação em História, Turismo e Geografia oferecidos pelo Consórcio Cederj.

estavam atreladas à metropolitana de Lima. Tal encontro é considerado um dos mais importantes celebrados no continente americano. Constanza López Lamerain nos diz que este concílio

tem sido considerado uma das assembleias mais relevantes para a Igreja da América meridional, destacado pelo avanço que realizou na organização eclesial e pela elaboração de claras disposições que conformaram um importante *corpus* legislativo destinado a ordenar a vida espiritual da província (LÓPEZ LAMERAIN, 2011, p. 52).

Além disso, o Terceiro Concílio de Lima teve como uma de suas bases os ditames do Concílio de Trento, encontro que havia sido realizado no continente europeu entre os anos de 1545-63. A assembleia tridentina foi realizada tendo como um dos objetivos conter o avanço da Reforma Protestante<sup>131</sup> que paulatinamente ganhou o apoio de alguns reinos que até então eram fiéis à Igreja de Roma. Portanto, a realização do Concílio de Trento “foi, sem dúvida, um dos grandes marcos da Época Moderna, uma vez que apresentou as novas diretrizes que precisavam ser seguidas pela Igreja Católica ao redor do mundo e confirmou antigos dogmas que estavam sendo questionados no momento” (MARTINS, 2019, p. 146). No continente americano, de forma específica o vice-reino do Peru, as recomendações tridentinas chegaram por volta de 1565, sendo prontamente acolhidas pelos membros da Igreja andina. O que se viu ali, a partir de então, foi um processo de implantação dessas normas que foram adaptadas à realidade local, isso já no Segundo Concílio de Lima, realizado entre os anos de 1567-68.

No tocante à questão indígena, López Lamerain (2011, p. 52) ressalta que ligada à evangelização nativa estava o projeto de civilizar essa população, que além de receber a fé católica, que era considerada a verdadeira, para lograr a salvação, também incorporaria os hábitos europeus, que igualmente eram considerados os únicos corretos. Podemos considerar essa ação como um processo de ocidentalização que, neste trabalho, utilizaremos como sinônimo de cristianização.

Na esteira da terceira assembleia limense, um dos materiais que ajudariam no processo de ocidentalização dos nativos americanos foi a elaboração de um catecismo que abarcaria todas as questões que foram discutidas no encontro. Vale evidenciar que o

---

<sup>131</sup> A Reforma Protestante foi um movimento desencadeado no continente europeu por volta do ano de 1517. Teve como o seu agente pioneiro o frade Martinho Lutero que, a partir da divulgação das suas *95 Teses*, contestou inúmeros aspectos da Igreja Católica, tanto de caráter doutrinário como de caráter moral. Este movimento também teve outros expoentes, como João Calvino e Henrique VIII, por exemplo. Para tentar conter o avanço da onda reformista, a Igreja Católica respondeu com o movimento que ficou conhecido como Contrarreforma, ou Reforma Católica. O Concílio de Trento explanado acima, e que foi convocado pelo Papa Paulo III, encontra-se no bojo desse processo.

terceiro capítulo da segunda ação da assembleia recomendava a elaboração deste documento<sup>132</sup>:

Manda pues el Santo Synodo á todos los curas de yndios en virtud de santa obediencia y so pena de excomuni3n que tengan y usen de este cathecismo, que con su autoridad se publica, dexados todos los dem3s, y conforme á el trabajen de instruir las almas que est3n a su cargo, y porque para el bien y utilidad de los indios importa mucho que no solo en la substancia y sentencia haya conformidad sino tambi3n en el mismo lenguaje y palabras<sup>81</sup>. (VARGAS UGARTE, 1951, p. 323).

Dessa forma, foi produzido este material que seria utilizado para a evangeliza3n do local.

### **A OCIDENTALIZA3N PROPOSTA PELO *TERCERO CATHECISMO***

No continente americano, os religiosos se depararam com costumes diferentes daqueles que eles estavam habituados no Velho Continente. Imbuídos das concepç3es cristãs, esses agentes buscaram desqualificar todas as pr3ticas nativas, colocando em curso um processo de erradica3n de tais h3bitos, substituindo o arcabouço indígena pelo europeu de base cristã. Nesse sentido, Serge Gruzinski ressalta que

para os evangelizadores, a reduç3n dos cultos indígenas ao demoníaco implicava ao mesmo tempo, uma condena3n moral e uma rejei3n est3tica. Os deuses locais só podiam ser horrendos. O ícone indígena era imediatamente rebaixado à posiç3n de ídolo proscrito e repugnante. Mas a desqualifica3n e o rebaixamento decretados pelos evangelizadores baseavam-se em categorias, classificaç3es e divis3es desconhecidas pelos índios. Ainda mais na medida em que o clero espanhol, convicto da universalidade de seus valores, raramente se preocupava em explicá-las a suas ovelhas” (GRUZINSKI, 2003, p. 276).

Desde o início do processo de conquista espiritual, essa concepç3n acompanhou os agentes do clero que realizavam sua miss3n no vice-reino do Peru. Em associaç3n com a mentalidade imposta pela Contrarreforma, o paganismo tornou-se o inimigo da Igreja nas novas terras, enquanto que na Europa o foco de combate foi o protestantismo.

Tendo essa quest3n como pano de fundo, encerrado o encontro de 1582-83, como dissemos anteriormente, foi pensado na elaboraç3n de um material que contribuiria para a ocidentalizaç3n nativa, visando o definitivo triunfo do cristianismo sobre as manifestaç3es pagãs. Assim, começou a ser elaborado o *Tercero Cathecismo y exposici3n de la Doctrina Christiana por Sermones*. Este catecismo, diferente dos outros que já haviam sido organizados no território para a evangelizaç3n dos naturais, trazia uma novidade: a adoç3n das línguas indígenas na sua concepç3n. Fredson Martins (2019, p. 169) analisa que as provis3es conciliares de Lima foram capazes de compreender os

---

<sup>132</sup> Optamos aqui por conservar os trechos dos documentos utilizados para este trabalho na linguagem original, ou seja, o espanhol. Vale alertar o leitor que o espanhol que aqui será encontrado é o que se escrevia no século XVI, por isso a diferença gráfica de algumas palavras em relaç3n ao espanhol contemporâneo. Os únicos trechos que traduzimos de forma livre aqui foram os títulos dos sermões do *Tercero Cathecismo*.

<sup>81</sup> Acci3n II, Cap. III- Del cathecismo que se a de usar y de su traduci3n.

desafios existentes na evangelização do Novo Mundo. Assim sendo, “uma das ferramentas para lidar com a particularidade da diversidade populacional da América foi a elaboração de catecismos em línguas indígenas, capazes de adaptar a salvífica mensagem cristã de acordo com a clientela pastoral que lhes era apresentada” (MARTINS, 2019, p. 169).

O foco linguístico do *Tercero Catecismo* foram as línguas gerais, que no caso andino eram o quéchua e o aymará. A partir daí, foi vetado o uso das demais línguas nativas. Segundo Juan Carlos Estenssoro Fuchs, “o Terceiro Concílio privilegiou as duas línguas gerais de maior difusão deixando as demais relativamente de lado” (ESTENSSORO FUCHS, 2003, p. 265). Por essa via, Adone Agnolin evidencia que a partir das línguas gerais percebe-se o seguinte:

a obra apostólica dos missionários opera desse ponto de vista, uma dupla “operação de tradução”: ao redor de um “religioso” peculiarmente ocidental, por um lado, criando, dessa forma, a possibilidade para que a alteridade possa convergir na direção desse “religioso”; e, por outro lado, ao redor de uma operação de “gramatização”, que ao mesmo tempo em que permite transitar de uma língua para outra, permite a redução das diferenças linguísticas *sub specie grammaticae* (AGNOLIN, 2006, p. 201).

É importante lembrar que esse período ficou marcado por uma forte difusão de catecismos, das mais variadas formas. Para a redação do *Catecismo*, foram designadas algumas pessoas para fazê-la. Conforme as informações de Vargas Ugarte (1954, p. 89-90), a versão em espanhol ficou a cargo do jesuíta José de Acosta. A versão em quéchua ficou sob responsabilidade de dr. Juan de Balboa, o canônigo Martínez, padre Bartolomé Santiago e Blas Valera. Já a versão em aymará foi redigida pelo padre Alonso Barzana.

O *Tercero Catecismo* é formado por um total de 31 sermões, divididos em blocos, a saber, mistérios da fé; sacramentos; mandamentos; orações e novíssimos. Sobre a utilização dos sermões na construção do catecismo, Rolena Adorno (1987, p. 111) analisa que os sermões eram considerados um método favorável de ensino. A eles era atribuído uma eficácia maior em relação ao formato de perguntas e respostas, pois a autora diz que se considerava o sermão, com base na arte retórica, capaz de fazer com que a mensagem ficasse gravada na mente dos ouvintes (ADORNO, 1987, p. 112). Soma-se a isso a ideia de proximidade que esse método trazia, por meio de uma linguagem que lembrava uma conversa entre pessoas próximas. Assim, foco foi a linguagem da persuasão, efetivada por meio da conversão dos corações, cerne da missão evangelizadora moderna, que carregava muito os traços da proposta evangelizadora da Companhia de Jesus<sup>133</sup>, ordem da qual Acosta e Valera, citados acima, eram membros.

---

<sup>133</sup> Os jesuítas chegaram ao vice-reino do Peru por volta de 1569. A partir de sua chegada, paulatinamente as suas propostas começaram a ser incorporadas pela Igreja andina, de forma que o padre José de Acosta, responsável pela versão em espanhol do *Tercero Catecismo*, era membro da Companhia de Jesus. Com



Estenssoro Fuchs destaca que “a necessidade de normalizar a doutrina, levou que, a pedido do concílio, a imprensa fosse autorizada a fazer sua aparição na América do Sul” (ESTENSSORO FUCHS, 2003, p. 249). Assim, o *Tercero Cathecismo* foi publicado no ano de 1585 (VARGAS UGARTE, 1954, p. 97).

## ANÁLISE DOS SERMÕES

O primeiro sermão que analisaremos aqui é o segundo, intitulado *Sermón En que se declara quanto enoja a Dios el peccado, y el daño que nos haze, y se exhorta a huyr el mesmo peccado, y a buscar el remédio de tato mal*<sup>134</sup>, pertencente ao bloco dos *Mysterios de la fe*. Neste sermão, o foco da abordagem foi o combate aos hábitos pecaminosos existentes no meio indígena. O *Cathecismo* buscou apresentar aos leitores as definições de pecado, exortando os índios a rejeitá-lo. Almejando o remédio para a cura deste mal, o sermão esclareceu que pecado é não fazer o que Deus manda. Além disso, o material sublinhou que “*peccado es hurtar, y adulterar, y jurar falso, y adorar guacas, y hacer mal a otro*” (TERCERO CATHECISMO, 1585, p. 13).

Acerca da adoração aos *guacas*, evidenciada no trecho acima, é importante dizer que esse vocábulo marcou o processo de cristianização do vice-reinado do Peru. De acordo com Susane Rodrigues de Oliveira (2012, p. 64), os *guacas*<sup>135</sup> podem ser entendidos como seres, objetos e lugares sagrados que eram cultuados por diversas etnias da região andina. A historiadora ainda destaca que

o sagrado se expressava nas *huacas* que continham uma variedade de formas e significados, como a de antepassados/as de uma “linhagem”, heróis/heroínas culturais, elementos da natureza (árvores, plantas, pedras, conchas, penas), animais, sepulturas, centros rituais, templos ou “acidentes geográficos” (OLIVEIRA, 2012, p. 64).

A todos esses elementos os índios prestavam cultos, sendo que no julgar dos religiosos isso não era aceitável, pois tais atitudes configuravam verdadeiras adorações ao demônio. Nesse sentido, temática dos *guacas* remete a outro ponto que foi muito discutido no processo de ocidentalização das novas terras. Era preciso erradicar todas as manifestações pagãs do meio indígena, expressa por meio dos elementos supracitados e que compunham o conjunto de práticas condenadas pelos religiosos que recebeu o nome

---

base em Adriano Prosperi (2013, p. 550-552), podemos entender a missão moderna como aquela que partiu de uma ideia de que havia um vazio de conhecimentos que precisava ser preenchido ou alterado. Ou seja, tudo o que havia sido ensinado aos índios por dominicanos, franciscanos e outras ordens não surtiu o efeito esperado, ou foi mal ensinado. Esse novo modelo, que institucionalizou a missão, fez uso constante de materiais como catecismos, manuais, entre outras ferramentas. O foco, como dito, foi a conversão dos corações, que necessitava de um empenho constante dos missionários, diferente do modelo anterior de conversão que era pautada na administração do batismo às populações, o que não efetivava a conversão. Esse novo conceito de missão também foi posto em prática no continente europeu.

<sup>134</sup> Sermão em que se declara quanto o pecado aborrece a Deus e o dano que nos faz, e se exorta a fugir do pecado, e a buscar o remédio de tanto mal.

<sup>135</sup> Alguns autores utilizam o vocábulo *huacas*.

de **idolatrias**. Conforme Alexandre Varella, “tais idolatrias seriam fomentadas ou mesmo geradas pelo demônio, quando se passa a interpretar a adoração de elementos e artefatos como culto ao diabo” (VARELLA, 2013, p. 31). A temática da idolatria “pode mostrar o apego às coisas e nelas são projetadas coisas que estão dentro do ser humano. A idolatria pode ser um mecanismo psicológico e uma manifestação nas culturas” (VARELLA, 2013, p. 35). Varella sublinha que as superstições, componentes deste conjunto de práticas demoníacas, “seriam erros, desvios da razão e a falta da fé em Deus” (VARELLA, 2013, p. 31).

Em outro trecho, o sermão esclareceu que, os índios, “*dexando de adorar a Dios, y adora al Diablo ê las huacas, y no quiere aprender la ley de Dios, ni obedece a los padres, sino en sus enfermedades y necesidades consulta los hechizeros y viejos*” (TERCERO CATHECISMO, 1585, p. 15).

Vale enfatizar a questão da feitiçaria (*hechizería*) que era expressa pelos *hechizeros*, os quais foram mencionados no trecho acima. A feitiçaria também foi tema de ensinamento no *Cathecismo*, tendo sido abordada no 19º sermão, *Sermón en que se reprehendé los hechizeros, y sus supersticiones, y ritos vanos. Y se trata a diferencia que ay en adorarlos Christianos las ymages de los Sanctos, y adorar los infieles sus ydolos, o Guacas*<sup>136</sup>. Este sermão, componente do bloco dos *Mandamientos*, pregou a respeito dos enganos que eram feitos por aqueles que ensinavam contra a Lei de Deus, os feiticeiros. De acordo com o Terceiro Concílio, estes agentes foram intitulados *ministros del diablo* e deviam ser separados do “convívio dos que haviam sido cristianizados”<sup>137</sup>, sendo que muitas vezes os *hechiceros*<sup>87</sup> eram chamados de médicos embusteiros” (VARELLA, 2013, p. 31).

Diferente dos enviados por Jesus Cristo, os apóstolos, que ensinavam o bom caminho e a verdade, os representantes do diabo foram enviados para enganar os homens. O sermão comparou os feiticeiros a tigres e lobos que destruíam as almas dos fiéis, considerando tudo aquilo que eles adoravam como mentira (TERCERO CATHECISMO, 1585, p. 111), bem como as festas que eram realizadas pelos autóctones desviantes e que eram verdadeiras adorações ao diabo. Dessa forma, o *Cathecismo* exortava os índios que

---

<sup>136</sup> Sermão em que se repreende os feiticeiros, e suas superstições, e ritos vãos. E trata sobre a diferença existente em relação à adoração dos cristãos feitas às imagens dos santos, e a adoração dos infiéis a seus ídolos, ou guacas.

<sup>137</sup> Acción II, Cap.e XLII- Que los indios hechiceros sean apartados de los demás.

<sup>87</sup> Grafia do espanhol contemporâneo.

havia sido ocidentalizados a não participarem desses cultos (TERCERO CATHECISMO, 1585, p. 114). É perceptível o apelo e a persuasão neste trecho:

mirad como los Christianos no hazemos nada desto, y nos sucede todo mejor que a los hechizeros, ni a vuestros antepassados sabeys porque. Porque conocemos y adoramos al verdadero Dios el qual es poderoso para dar salud, hacienda y hijos, y comida, y ganado (TERCERO CATECISMO, 1585, p. 114).

O sermão também fez menção à adoração dos cristãos às imagens dos santos de Deus. Na forma de uma resposta de uma pergunta feita por um filho, o sermão esclareceu a diferença entre a adoração aos *guacas* e o culto aos santos:

Mas dezirmees, Padre como nos dezis que no adoremos ydolos ni guacas pues los christianos adoran las ymagenes que estan pintadas: y hechas de palo, o metal, y las besan, y se hincan de rodillas delante delas, y se dão em los pechos y hablan con ellas. Estas no son guacas tâbien, como las nuestras? Hijos mios muy diferente cosa es lo que hazen los Christianos, y lo que hazeys vosotros Los Christianos no adoran, no besan las ymagenes, por lo que son, ni adoran aquele palo o metal, o pintura, mas adoran a Jesu Christo en la ymagen de Crucifijo [...]. Y en Jesu Christo ponen su esperança y su voluntad (TERCERO CATHECISMO, 1585, p. 115-116).

No fim do sermão (p. 117) lê-se que os santos deviam ser reverenciados por serem criaturas de Deus e seus amigos, e além disso, os santos intercediam pelos índios junto a Deus. O sermão enfatizou que ao contrário dos santos, os *guacas* não estão no céu.

A embriaguez também foi um ponto que o *Tercero Cathecismo* se debruçou, devido a persistência deste hábito no local. Assim, o 23º Sermão, também do bloco dos *Mandamientos*, fez considerações sobre a prática. O título deste capítulo é *Sermón contra las borracheras. En que se enseña como la embriaguez se suyo es peccado mortal, y los daños que haze en el cuerpo, causan enfermedades, y muertes, y en el sentido entorpeciéndole, y en alma obrando grãdes peccados, de incestos y homicidios, y sodomías, y sobre todo que es el principal medio para destruyr la fe, y sustentar las supersticiones & ydolatrias*<sup>138</sup>.

Segundo Varella (2013, p. 262), a embriaguez era considerada a principal inimiga dos costumes cristãos. Além disso, o autor destaca que “a embriaguez e a idolatria serão [ou foram] vistas como duas esferas interligadas ou superpostas que alimenta[va]m uma onda crescente de desgraça para o corpo e a alma dos naturais” (VARELLA, 2013, p. 263). Nesse sentido, o sermão disse que “*la embriaguez es muerte del alma y del cuerpo*” (TERCERO CATHECISMO, 1585, p. 140).

---

<sup>138</sup> Sermão contra as bebedeiras. Em que se ensina como a própria embriaguez é pecado mortal, e os danos que faz ao corpo, causam enfermidades, e mortes, entorpecendo o sentido, e na alma causando grandes pecados, como incestos, homicídios, sodomias e sobretudo que é o principal meio para destruir a fé, e sustentar as superstições & idolatrias.

O homem, ao se embriagar, acabava por perder o seu juízo, se assemelhando a um animal. Para evitar isso, o material fez um apelo e alertou do perigo que era cair nas amarras da embriaguez:

Ninguno que se emborracha entra en el cielo. Abrid los oydos y oyd hombres miserables que dize Dios que los borrachos no entraran en el cielo [...] Vuestro lugar será el infierno compañero sereys del diablo allí passareys crueles tomentos y sed rabios como perros (TERCERO CATHECISMO, 1585, p. 141-142).

Ademais, o sermão ainda explicitou os quatro males que são causados por esse tipo de idolatria, a saber: mal a saúde, dano ao entendimento e ao sentido, a bebida retirava a fé em Cristo e fazia com que os índios voltassem à idolatria. Era preciso, portanto, permanecer livres deste mal, pois os índios que não se embriagavam sabiam mais das coisas de Deus e eram melhores de entendimento (TERCERO CATHECISMO, 1585, p. 144). As bebedeiras foram ordenadas pelo diabo, que ficava à espreita para roubar as almas que são de Cristo.

É importante dizer que, para se desvencilhar de tais idolatrias, era importante que os naturais se conservassem dentro do seio da Igreja, que, através dos sacramentos (a confissão e a comunhão, de forma especial), fariam com que os mesmos abdicassem de tais hábitos. Assim, os corações seriam convertidos e as consciências do rebanho controladas. Para mais, “o pecado era uma doença a ser curada; a confissão e a comunhão tornavam-se, nesse quadro, instrumentos de integração da sociedade” (PROSPERI, 2013, p. 645). Segundo Estenssoro Fuchs,

a conversão [sugerida pelos sermões do *Cathecismo*] supunha um exercício de memória importante, que compelia os índios a reinterpretar seu passado pessoal e, em um sentido mais trivial, e não obstante cotidiano e urgente, os obrigava a assimilar os conhecimentos e textos da doutrina (ESTENSSORO FUCHS, 2003, p. 217).

Em outras palavras, o *Tercero Cathecismo* marcou aquilo que foi um projeto e uma ação colonizadora que disciplinava os corpos e domesticava as mentes, transformando os índios em súditos fiéis à Coroa e submissos a Deus (OLIVEIRA, 2012, p. 77). Por conseguinte, o estabelecimento de uma nova ordem colonial passava pela introdução dos princípios morais cristãos e androcêntricos em vigor na Espanha do século XVI (OLIVEIRA, 2012, p. 77).

## CONCLUSÃO

Este trabalho teve como cerne apresentar algumas das práticas nativas que os religiosos buscaram arrancar do meio indígena através da catequização proposta pelo

*Tercero Cathecismo*. Pensando a ocidentalização das novas terras, este material ofereceu aos nativos americanos uma proposta de abandono das práticas que foram consideradas pagãs, para que os mesmos, assim, fossem incorporados totalmente na sociedade europeia, que não se guiava por tais hábitos, como bebedeiras, ou culto aos ídolos. Ser um membro dessa sociedade presumia ser um devoto da Igreja Católica e ser praticante de bons costumes.

O *Tercero Cathecismo*, forjado a partir das discussões do Terceiro Concílio de Lima, serviu de base para outros catecismos mais simples que também foram utilizados no processo de conversão dos nativos americanos. Vale frisar que este material que aqui foi analisado trouxe a novidade de ter sido elaborado também nas línguas gerais dos nativos americanos, o quéchua e o aymará. Pautado ainda em novos modelos de evangelização, como a linguagem do sermão, o *Tercero Cathecismo* foi um manual que primou por pôr em curso a vitória definitiva sobre o demônio nas terras andinas, buscando conservar os naturais no catolicismo, afastados de tudo aquilo que lhes impediam de acessar a graça divina, através de orientações de caráter cristão.

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **Fontes:**

*Tercero Cathecismo y exposicion de la doctrina christiana por sermones*. Lima: Antonio Ricardo, 1585.

VARGAS UGARTE, Rubén. *ConcÍlios Limenes (1551-1772)*. Tomo I. Lima, 1951; Tomo III. Lima, 1954.

### **Bibliografia:**

ADORNO, Rolena. “Iconos de Persuasion: La Predicacion y la política en el Peru Colonial”. In: *LEXIS*, Vol XI, nº2, Lima, p. 109-135, 1987.

AGNOLIN, Adone. Catequese e tradução: Gramática Cultural, Religiosa e Linguística do Encontro Catequético e Ritual nos séculos XVI e XVII. In: MONTERO, Paula (org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006, p. 143-207.

ESTENSSORO FUCHS, Juan Carlos. *Del paganismo a la santidad: la incorporación de los indios del Perú al catolicismo. 1532-1750*. Trad. Gabriela Ramos. Lima: Instituto Francés de Estudios Andinos, 2003.

GRUZINSKI, Serge. A cristianização do imaginário. In: \_\_\_\_\_. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol, séculos XVI-XVIII*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 271-294.

LÓPEZ LAMERAIN, Constanza. “El III Concilio de Lima y la conformación de una normativa evangelizadora para la Provincia Eclesiástica del Perú”. In: *Revista Intus Legere Historia*, vol. 5, nº2, Viña del Mar, p. 51-68, 2011.

MARTINS, Fredson Pedro. “Uma Igreja, dois mundos: análise das diretrizes conciliares apresentadas em Trento e em Lima. (séc. XVI)”. In: *Revista eletrônica da ANPHLAC*, v. 2, São Paulo, p.142-172, 2019.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. Gênero religião e alteridade no cenário da conquista hispânica no Tawantinsuyo. In:\_. *Por uma História do Possível: representações das mulheres incas nas crônicas e na historiografia*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012, p. 57- 88.

PROSPERI, Adriano. *Tribunais da Consciência: Inquisidores, Confessores, Missionários*. Trad. Homero Freitas de Andrade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

VARELLA, Alexandre C. *A embriaguez na conquista da América*. Medicina, idolatria e vício no México e Peru, séculos XVI e XVII. São Paulo: Alameda, 2013.



**ST- 12. NARRATIVAS, ESCUTAS E  
ESCRITAS: USOS DA HISTÓRIA ORAL  
NA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA**

**COORDENAÇÃO:**

Lucas Gomes de Medeiros (PGH/UFRPE)  
Jessica Kaline Santos (PGH/UFRPE)

**O LATIFÚNDIO E A REFORMA AGRÁRIA: O CASO DE PAPUAN II EM**

## RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a formação e consolidação do latifúndio no Brasil através de ausência ou presença do estado, utilizando as políticas públicas. E como isso afetou a distribuição de terras no país e acentuou as desigualdades sociais e econômicas. O êxodo rural, as dificuldades de produção e a mecanização do campo foram fatores cruciais para o surgimento da luta dos camponeses pela posse da terra, questionando assim, as grandes propriedades que geralmente tem uma participação pequena na produção de alimentos. Através das lutas pontuais que surge um movimento nacional, o MST, que unificará as pautas e as lutas, transformando assim a vida de muitas pessoas que lutavam pelo o seu pedaço de terra para produzir. Esse fator de mobilização atingiu todas as regiões do país. O objeto de análise será o assentamento Papuan II, na cidade do oeste de Santa Catarina, Abelardo Luz, mais especificamente a família Lavrati<sup>141</sup>, e como esse assentamento, através do MST, conseguiu criar focos de novos modelos de desenvolvimento econômico, sendo assim, uma possibilidade de re-pensar o modelo econômico que a agricultura está inserida. **Palavras Chaves:** Economia Solidária; Assentamento; Agroecologia.

## 1. A CONSOLIDAÇÃO DOS LATIFÚNDIOS NO BRASIL

A desigualdade na distribuição de terras no Brasil é histórica e extremamente desigual e injusta. Com a abolição da escravidão em 1888, o país precisava de mão de obra para substituir os escravos e, para isso, começou a expropriação do trabalhador, camponês, caboclo, das suas terras. Com o modelo de produção escravista, as colônias portuguesas adotaram o sistema de sesmarias, que é um modelo de grandes propriedades.

---

<sup>139</sup> Doutorando em História pelo PPGH da UFPel/Pelotas/RS.

<sup>140</sup> Doutorando em História pelo PPGH da UFPel/Pelotas/RS.

<sup>141</sup> A família Lavrati eram 7 irmãos com suas respectivas famílias que uniram suas terras para facilitar o trabalho e o financiamento. Com o passar do tempo ficaram somente dois irmãos e suas famílias que, atualmente, trabalham juntos, dividem o resultado do trabalho e criam uma nova forma de se relacionar econômica e socialmente. As informações foram obtidas através de uma entrevista realizada com as mulheres da família: Eliane, Solange e Bruna.



Segundo Maestri (2012) as sesmarias eram propriedades de cerca de uns 13 mil hectares de terra e a posse das sesmarias garantiu o domínio latifundiário da propriedade, local da exploração da mão de obra escravizada.

Segundo Linhares e Silva (1999) os liberais, como Ruy Barbosa, ministro das finanças, tinham uma concepção de mundo agrário influenciada pelas experiências de países novos e de fronteiras abertas. Houve no país, nos primeiros anos da República, um projeto modernizador e progressista, rompendo com o passado colonial, implantando um novo padrão de desenvolvimento agrário, a via *farmer*. Linhares e Silva (1999, p. 72) afirmam que os liberais propuseram essa via que consistia em “a terra seria totalmente mercantilizada pelo capital que lhe atribuiria um preço (e não um valor: valor seria própria das mercadorias produzidas pelo trabalho humano; ora, a terra não é produzida, logo não é mercadoria).” Mas, esse projeto foi derrotado pela elite plantacionista. Para essa elite a intangibilidade da propriedade fundiária era o que substituía a escravidão. Essa intangibilidade da propriedade representava “não ao imposto territorial e a qualquer cadastro que o viabilizasse e não a qualquer programa de distribuição de terras para os libertos, pobres e imigrantes” (LINHARES; SILVA, 1999, p. 74). A hegemonia da elite plantacionista era fechar por completo o acesso a terra pelas camadas mais pobres.

Não houve políticas fundiárias para os escravos libertos, mas, a União começou, após 1850 com a Lei de Terras (que consolida a concentração de terras), a passar para os estados e para particulares (grande posseiros com grandes quantidades de terras) a transferência de patrimônio fundiário, com isso aumentou consideravelmente “os ‘grilos’ e as posses irregulares e continuou o processo de passagem das terras devolutas para o domínio privado, sem controle dos poderes públicos e sem que estes manifestassem grande preocupação com o uso anti-social das terras apropriadas” (SILVA, 1997, p. 17). Isso se torna o principal momento da construção dos latifúndios no país. Para Silva (1997) a multiplicação dos latifúndios improdutivos se deu pela ausência de uma legislação que regulasse o acesso a terra durante a independência até 1850. Em 1913, com a revisão da lei de terras (cada estado brasileiro adotou tempos diferentes para lidar com a regularização fundiária), passou a se reconhecer a titulação da posse da terra não somente pela compra, mas agora, outros meios seriam válidos como a invasão das terras devolutas. O governo federal legitimou a ocupação pelos grandes latifundiários ao acesso da terra. A Era Vargas foi essencial para a mudança de alguns aspectos no campo e para o surgimento da questão agrária.

## **2. O MODELO AGRÁRIO BRASILEIRO**

Ao governo federal não cabia legislar sobre a questão agrária: esse era o desejo dos latifundiários brasileiros. E logo no começo da República eles, estrategicamente, passaram a ocupar os cargos para legitimar esse pensamento. A república velha fica então “como um período marcado pela hegemonia agrário-exportadora, de violenta exploração de camponeses e trabalhadores rurais” (LINHARES; SILVA, 1999, p.97).

O estado novo, com Vargas, traz importantes mudanças para a questão agrária. Para a política desenvolvimentista de Vargas era necessário fortalecer o mercado interno, pois ele era o “primeiro patamar para o desenvolvimento econômico, e ao mesmo tempo, como defesa contra os efeitos adversos das flutuações econômicas internacionais” (LINHARES; SILVA, 1999, p.108). O campo brasileiro deveria atender a esse novo momento econômico do país onde houve uma substituição das importações e a implementação do modelo fordista de produção. Então, houve a liberação do trabalhador rural do plantacionismo e uma organização do trabalho fabril. De acordo com Linhares; Silva (1999) não era o melhor projeto político, mas não poderia entrar em conflito com muitos interesses de uma vez só, e isso gerou uma base fabril e camponesa. Trazendo os trabalhadores urbanos para o centro do debate, o campo entraria pela transversal nessa mudança, não ocupando o centro das atenções.

Por isso, consolidou-se a grande crítica ao modelo agro exportador, e para resolvê-la, era necessária uma intervenção estatal nessa situação. As ações se davam principalmente na questão de povoar áreas de fronteiras interligando-as através de uma rede viária e expandir a fronteira econômica do país para abarcar regiões inexploradas. O Estado Novo, com Vargas, incentivou e favoreceu os projetos de colonização, e não realizou uma reforma agrária.

De acordo com Linhares; Silva (1999) a partilha de terras da União e a Colonização criaram uma resistência por parte da elite agrária que estavam contrariadas com essas políticas do governo Vargas, colocar o campo como uma questão importante para o desenvolvimento econômico do país fez nascer o debate da questão agrária. Com diversas leis, o Estado começa a exigir os títulos de posse, por parte dos latifundiários, que invadira as terras públicas. Com isso a expansão dos latifúndios estava limitada, e a produção dos pequenos produtores era incentivada nas regiões de fronteira, “mas abstinha-se de promover, no conjunto do país, a modernização da estrutura agrária ou mesmo uma reforma agrária, deixando, assim, o latifúndio tradicional intocável” (LINHARES; SILVA, 1999, p.129). A economia foi claramente modificada pelas políticas agrárias de Vargas. Mas, quase a totalidade dessas medidas foi revogada na constituinte de 1946. Deixando muitos camponeses em situação precária e os latifundiários puderam reconquistar o espaço perdido com a legislação de Vargas.

Houve, no pós-guerra, uma inversão populacional com um grande êxodo rural. Esse êxodo rural se deu em boa parte porque os problemas eram muitos entre eles como os “problemas decorrentes do monopólio da terra, na precariedade da vida no campo e na falta de oportunidades, principalmente de emprego, no setor agrícola” (LINHARES; SILVA, 1999, p.151). E por isso o campo sofreria mudanças irreversíveis, de acordo com Linhares; Silva (1999), como o assalariamento da população rural (maior parte trabalhadores temporários e bóias frias) geralmente de pessoas que moram nas periferias das cidades e vão ao campo para trabalhar.

Em 1960, o latifúndio era muito inexpressivo economicamente para a nação, “as pequenas propriedades concentravam o grosso do número de trabalhadores e respondiam pela maior parte da produção, em especial de alimentos, enquanto o latifúndio pouco representava economicamente para o país” (LINHARES; SILVA, 1999, p.171). Isso gera uma profunda crise de abastecimento de alimentos no país. Já na, nos anos de chumbo dos governos militares, o latifúndio ganhou força, pois era expressamente proibida qualquer iniciativa em favor da reforma agrária. E com isso, os latifundiários começaram a explorar ‘livremente’ as terras e o trabalho agrícola. Deu-se uma resposta técnica a questão da agricultura com mais incentivos financeiros e isso modifica, novamente, a questão do campo no país. O novo padrão econômico, com a ascensão do liberalismo e do *agribusiness*, visava, para o campo, o acesso a financiamento e insumos, aumentando a produtividade. Mas, a década de 1980 foi marcada por um novo ciclo de protestos que mudaria novamente a questão da reforma agrária e a vida no campo.

### **3. A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA**

As lutas camponesas, no Brasil, pelo acesso à terra começam a partir da década de 1950. Em 1960, pelos pagos do Rio Grande do Sul, funda-se um dos primeiros núcleos do Movimento dos Agricultores Sem Terra – Master. Esse movimento passa então a reunir grupos de trabalhadores sem-terra para pensar e planejar acampamentos, tentando pressionar pela desapropriação de latifúndios da região. Em 1962 começa os primeiros acampamentos no Rio Grande do Sul. A partir de então, a próxima atuação da luta pela terra que o movimento fez, foi em 1979 no Norte Gaúcho (Ronda Alta) e em 1981 em Encruzilhada Natalino, mesmo em período ditatorial os agricultores sem terras reuniram-se em torno de 15.000 mil pessoas.

Com os governos militares, de 1964, apoiado pelos latifundiários, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) foi submetida ao controle do Estado. De acordo com Carter (2010) o governo promulga uma lei de reforma agrária com alguns avanços, mas com o objetivo de incentivar a colonização na

Amazônia. Mas isso, “proporcionou aos defensores da reforma – em especial a CONTAG, a Igreja e os líderes dos partidos de oposição – uma plataforma jurídica para a defesa dos posseiros e para a reivindicação em favor da distribuição de terras” (CARTER, 2010, p. 38).

A década de 1980 marca um novo momento na história do país. O novo ciclo de oportunidades faz com que em 1984 surja o MST – Movimento Sem Terra, num encontro nacional em Cascavel/PR. Em 1985 ocorre o 1º Congresso Nacional do MST, onde foi um marco no movimento, pois, dele ocorrem as políticas de atuação. A partir de então, as ocupações era a alternativa necessária. Percebe-se a força que deu a formalização do movimento que, segundo site oficial, já em maio de 2015 ocorreu 12 ocupações com 2.500 famílias em Santa Catarina e em Outubro do mesmo ano, no Rio Grande do Sul houve a ocupação da Fazenda Anoni. No mesmo ano houve a eleição do primeiro presidente civil em 21 anos, Sarney foi eleito com a pauta da reforma agrária, mas só cumpriu 6% da meta do PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) no final de seu mandato.

Os anos de 1990 começam com a eleição de Collor em 1989 e com o aumento da repressão contra agricultores e agricultoras sem terras que estavam na luta pela reforma agrária. Em 1994 sobe ao poder Fernando Henrique Cardoso e junto com ele a política liberal toma conta do país. Isso acarretou na expulsão dos agricultores endividados das suas terras, os bancos tomavam posse das terras em troca da quitação das dívidas. Foi nesse período que ocorreram um dos piores massacres contra agricultores do país: O empobrecimento da população rural foi acentuado. Os anos 90 foram intensos na luta pela reforma agrária, muitas marchas foram realizadas na intenção de mostrar a desigualdade social e de distribuição das terras no país.

Os anos 2000 foram de esperança, pois em 2002 houve a eleição de Lula à presidência da República e com ele a possibilidade de intensificar a reforma agrária no país. Mas, os pequenos produtores continuam sofrendo e os grandes agroexportadores, com benefícios governamentais, cada vez mais crescendo e dominando os pequenos. Nesse contexto “o MST não é só um fenômeno rural. Assomando por trás das suas marchas disciplinadas e o brilho das suas bandeiras vermelhas, há um fantasma que desafia as desigualdades seculares do Brasil” (CARTER, 2010, p. 37).

De acordo com os dados do Incra, disponibilizados no seu sitio na internet, percebe-se a evolução das famílias assentadas e como houve uma grande evolução nos anos de 1998 passando de 100 mil famílias assentadas. Mas, nos anos seguintes houve um decréscimo, voltando a crescer nos anos de 2004 em diante, e após 2008 percebe-se uma diminuição gradual na quantidade de famílias assentadas. Até que em 2016 foram

apenas 1.686 famílias assentadas, o menor número dessa série disponibilizada pelo Incra. A reforma agrária é essencial para que novos modelos de economias se desenvolvam. As privações e a necessidade de subsistência fazem com que as famílias assentadas desenvolvam novas formas de organização econômica e social. Esse é o caso do assentamento Papuan II em Abelardo Luz/SC.

#### **4. A REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS**

A colonização do oeste de Santa Catarina é fruto do incentivo do governo para levar ao oeste o “desenvolvimento”. Segundo Bavaresco (2003) o povoamento da região oeste de Santa Catarina pode ser percebido através de 3 fases de ocupação territorial e cada uma com atividades econômicas próprias. A fase indígena, que é a primeira, a fase cabocla, a segunda fase, e a colonização do Oeste por imigrantes vindos do Rio Grande do Sul, alemães e italianos, em busca do seu pedaço de terra, foi a terceira fase. É necessário salientar que a chegada dos imigrantes acentuou a limpeza étnica dos nativos da região como caboclos e índios, além da exploração predatória, por parte das companhias colonizadoras, dos recursos naturais (PAIM, 2006; BAVARESCO, 2003; BAVARESCO; FRANZEN; FRANZEN, 2013; ONGHERO, 2013, ALVES; MATTEI, 2006, GOULARTI FILHO, 2002; RADIN; VALENTINI; ZARTH, 2015).

Após um período de mecanização da agricultura, “a revolução verde”, provocou o aumento da migração campo/cidade, pois não conseguiam entrar nessa nova lógica de grandes investimentos tecnológicos, e os que permaneceram no campo “foram incluídos numa relação capitalista de trabalho” (BAVARESCO, 2003). A suinocultura e a avicultura eram as principais atividades das famílias. A crise teve seu apogeu quando em 1978 o governo começa a eliminar alguns suínos por medo de contaminação da peste Suína e isso forçou a saída de muitos agricultores do campo, abandonando a suinocultura. Houve alguns protestos contra essa política do governo, segundo Siqueira (2014), em 1979 reuniram-se em Chapecó 20 mil agricultores. Isso foi o estopim para a criação, na região, de movimentos sociais importantes como o MST.

Nesse momento está surgindo no seio da Igreja Católica a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que começa a organizar trabalhos junto com os agricultores e isso incomoda os latifundiários. Os encontros de formação da CPT, dos sindicatos, dos partidos políticos, a criação do MST nacional e os exemplos de ocupações já feitas pelos agricultores, fizeram com que o dia 25 de maio de 1985 ficasse marcado pelas ocupações realizadas em diversas cidades do estado, inclusive em Abelardo Luz.

Segundo Fabrini (2002) a ocupação da terra é uma etapa deste processo, o assentamento, é uma etapa posterior a ocupação e é a materialização desse espaço, e a partir da conquista da terra que é possível construir novas relações sociais e econômicas.

Um assentamento não surge por iniciativa do governo ou dos grandes latifundiários, mas, segundo Sauer (2005), ele é fruto dos conflitos e lutas das pessoas pelo direito de acesso a terra.

Apesar de muitos avanços, na quantidade de propriedade adquirida pelo governo para a reforma agrária, ainda existe muito a avançar quando se fala em quantidade de famílias assentadas. De acordo com dados disponibilizados pelo Incra, em seu site oficial, percebe-se a quantidade de famílias assentadas no período de 1994 a 2016, o estado do Pará é o que mais teve famílias assentadas com 22,85% do total de assentados, já o estado de Santa Catarina está com apenas 0,62% das famílias assentadas no país. Isso revela a quantidade de avanço que ainda precisa ser conquistada. O estado com menor quantidade de famílias assentadas é o Espírito Santo com 0,46% do total.

A cidade de Abelardo Luz tem a sua economia baseada na agropecuária (produção de milho, soja e gado de corte), e nos assentamentos da reforma agrária o leite é um dos principais produtos produzidos. Sua abrangência territorial é de aproximadamente 955,37 km<sup>2</sup>, o município é um dos que mais possuem assentamentos da reforma agrária, 23 ao total (Siqueira, 2014) e os assentamentos representam aproximadamente 47% da população do município (REYDON; ESCOBAR; BERTO, 2007). A primeira ocupação deu-se na fazenda de Papuan e após na fazenda Sandra. De acordo com Reydon; Escobar; Berto (2007), o assentamento Papuan II foi criado em 1987 com 890 ha de terra com aproximadamente 63 famílias.

A fonte de pesquisa consiste numa entrevista com a família Lavratti, assentados no Papuan II e que vivem de forma solidária na organização familiar. Essa organização possibilita uma nova relação com a terra e com a economia.

#### **4.1 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA DO ASSENTAMENTO PAPUAN II**

A luta não era somente pela conquista da terra, mas era necessário centrar atenção também, para as ações que as pessoas iam desempenhar sobre ela, a produção agrícola nos assentamentos “passou a ser entendida como uma forma de sustentação do projeto político dos sem-terra” (FABRINI, 2002, p. 86). As famílias que formam o assentamento Papuan II possuem diversas origens e isso é um fator importante para entender a forma de organização que o movimento deseja, pois muitos não possuem uma consciência corporativa e tem dificuldades com as atividades coletivas. De acordo com Fabrini (2002) o MST acredita que no processo de produção camponesa é que se firma uma consciência corporativa e coletiva. Fabrini (2002) afirma que deve haver uma força que une e torna coesa a participação política dos camponeses, essa força vem através das cooperativas, com a economia solidária.

A economia solidária, de acordo com Carvalho (2011), é uma tentativa de responder as constantes mudanças do mercado de trabalho, pautado numa nova forma de desenvolvimento econômico, convivendo com o capitalismo e respondendo as mazelas que dele surgem. O objetivo principal da economia solidária é conciliar o crescimento econômico com o desenvolvimento humano. Para a Carvalho (2011, p. 12) é importante estar atento a uma questão importante a de que nem todos os empreendimentos podem ser considerados economia solidária, mas somente os que possuem um “referencial ideológico e sua inserção em um movimento político anticapitalista mais amplo” pois o capitalismo necessita adaptar-se para continuar a sua exploração da mais-valia, ela continua “ainda assim, formas com um viés anticapitalista ainda dependem, estando no interior da sociedade capitalista, do mercado capitalista e, mais ainda, quanto maior a magnitude produtiva, maior a sua inserção no mercado,” mas mesmo estando nesse processo ainda permanece “a consciência de classe e a capacidade de mobilização dos trabalhadores”.

Para Singer, teórico da economia solidária, o cooperativismo é merecedor de grande cuidado, pois, para o autor a economia solidária é anticapitalista. Segundo Carvalho (2011, p. 5) a economia solidária “possui suas raízes históricas no século XIX, a partir do advento do cooperativismo – entendido pelo autor como um modo de produção alternativo ao capitalismo.” Esse modelo de produção está inserido no capitalismo, graças aos vácuos deixados pelo capitalismo. Então, a economia solidária na visão de Singer é uma alternativa “superior ao capitalismo, como se pode perceber, moralmente” (CARVALHO, 2011, p.6).

A economia solidária nasce frente às desigualdades sociais existentes e para mostrar que é possível ofertar e demandar produtos “para além do circuito do mercado (capitalista), pois a sociedade atual é plural e permite a convivência de modelos econômicos (e políticos) diversos” (CARVALHO, 2011, p.11). Mas, segundo Carvalho (2011), apesar dos eixos estruturantes da economia solidária como a valorização das identidades humanas, esse projeto não busca a transformação das formas de dominação política e econômica. Ela não apresenta alternativas reais para além do capitalismo, porque em muitos casos a economia solidária está voltada para a subsistência, incentivando ainda mais as relações capitalistas de produção e a desigualdade social.

De acordo com o relato da família Lavrati percebe-se a tentativa de trabalho coletivo desde o início do assentamento, “[...] chegamos em 93 [...] já tava encaminhado o assentamento, as famílias, aí quando a gente chegou a gente entrou junto com o grupo da família, na mesma família, nós éramos em seis, [...]a gente trabalhava tudo junto, trabalhava com a fitinha né pra serrar as madeiras, [...]”. Eliane Lavrati ainda continua

afirmando que as primeiras compras de infra-estrutura foram possíveis graças a união financeira das famílias “[...]com o dinheiro que veio pra comprar as casas, a gente usou, juntou de todas as famílias do grupo e comprou essa fitinha, essa serra fita, então a gente serrou a madeira pras casas do grupo e pras casas das pessoas também, dos outros demais assentados.” Solange Lavrati afirma ainda que “quando nós viemos, [...] então era só mato, não tinha nada de propriedade,[...] em 96 que a gente fez, que o INCRA nós dividiu os lotes pras famílias então aí gente começou trabalhar, mas naquela época essas terras não produziam nada [...] porque era uma terra muito ácida, [...]” as dificuldades iniciais ainda marcam a vida dos assentados, como afirma Solange sobre os primeiros anos no assentamento, “[...]então os primeiros anos foram bem difíceis aqui.” Para Eliana Lavrati, tinha também a questão da baixa renda, no começo, do assentamento “[...]não sobrava muito né porque a terra também não produzia, até inclusive nós trabalhava de bóia fria no começo, nós saía daqui nós ia limpar soja que antigamente não usava veneno.”

A coletividade do trabalho é uma questão de sobrevivência, pois, as dificuldades eram as mais variadas que iam desde a fertilidade da terra até os recursos necessários para que as famílias conseguissem produzir. A lógica individualista não cabe nos assentamentos, pois não sobrevive quem não compartilha. O direito a vida digna não vem, exclusivamente pelo acesso a terra. Como afirmam Groff; Maheirie, Prim, (2009, p. 116) “no momento em que se percebe que os anseios do coletivo são permeados por questões individuais e, por vezes, individualistas, o grupo sente-se ameaçado, gerando conflitos.”

O trabalho coletivo nos assentamentos é a forma de resistência que eles desenvolvem, pois ela é fruto de uma consciência coletiva de que o modelo de produção deve ser diferente. Frabrini (2002, p.90) acredita que “a consciência coletiva camponesa é construída no processo de enfrentamentos com o capital e os proprietários de terra. A raiz camponesa dos sem-terra é que sustenta sua disponibilidade de luta.” Essa consciência coletiva está presente em quase todos os assentamentos. Esse grupo de sete famílias (todos os homens eram irmãos) que trabalhavam juntos, produziam e repartiam o valor das vendas. Solange afirma, em sua entrevista, que “[...] a gente sempre produziu todo mundo junto né.[...] Sete. Seis no caso, mas depois sete famílias que daí depois logo em seguida eles vieram né [Família da Eliana].” E esse processo, de trabalho coletivo, começou ainda no acampamento “[...]quando nós tava no acampamento, a gente já se organizou por núcleo eles diziam, então nós era um núcleo de famílias então desde lá a gente já veio com essa idéia que quando a gente tinha terra a gente ia trabalhar todo mundo junto[...].

O processo de luta faz com que as famílias e os grupos de assentados estejam unidos, não só pela produção agrícola, mas pela identidade construída no processo de



luta. O grupo, segundo Fabrini (2002, p.90), não é somente um espaço de produção agrícola, mas, também um espaço de construção da identidade política que é símbolo de resistência ao capitalismo. É a “identidade política e social construída na trajetória de lutas dos assentados que forma a coesão nos núcleos e grupos de assentados que caracterizam o território camponês no espaço dos assentamentos.”

As limitações de créditos e também de tecnologias dificultavam ainda mais, a vida dos assentados. Então, para superarem isso, o papel do grupo foi fundamental, pois, o grupo forjou na luta, a sua identidade de assentado. A união na produção é a forma ideal para MST, que seja incentivada a economia solidária como prática dos assentamentos. Para Solange a consciência veio das experiências da vida [...]a gente começou a aprender que o trabalho coletivo ia ser melhor, porque cada um compra um trator não tinha condições, mas se nós juntasse mais famílias, com o recurso que vinha nós conseguia compra um trator, e a trabalhar os sete lotes das sete famílias,[...]” Bruna Lavrati, afirma que “[...] eu acho que fez o grupo durar bastante tempo é você sempre pensar no coletivo, não pensar no individual, se fosse pensar só na família individual, no crescimento individual eles iam ter vamo dizer, dispor dum salário maior durante o mês e iam investir menos na produção [...]” ela continua sua análise sobre o trabalho coletivo na família afirmando que só o trabalho coletivo possibilita maior investimento “[...]aí como o pessoal vai ficando mais velhinho é [choro] vai precisar de mais maquinário pra não fazer tanta força,[...] então que isso precisa de investimento, e se você não pensa no coletivo e você pensa no individual vai se acabando com o tempo.”

Sauer (2005) afirma que a tendência é focar no trabalho e na produção individualizados, até porque isso exige pouco investimento. Em Papuan II não foi diferente, esse grupo de 7 famílias, ficaram apenas 2 famílias que tinham um projeto de trabalho e produção coletiva, “[...]hoje a gente tá só em duas famílias, [...] a gente pensou só nos casais, naquela época nós tinha eles [os filhos] pequeno, e a gente não pensou né, no financeiro dos filhos, e por esse motivo que eu acredito que as famílias que se afastaram do grupo [...]” essa percepção da Solange Lavrati, é importante, pois ela afirma que uns dos motivos, da saída das outras famílias, mas a Eliane afirma que “[...] porque iam em busca de mais, sobrevivência dava, mas queriam ir em busca de mais. [...] buscar um capital maior, foi por isso que as pessoas resolveram se retirar dali.”

Apesar, de a preocupação ser o capital para os filhos, a lógica por trás da desistência de viver um processo coletivo se dá pela intenção de trabalhar individualmente, na mesma lógica de produção capitalista. As famílias que permaneceram na terra vivendo de forma coletiva afirmam que mesmo vivendo dessa forma foi possível dar estudos e outras possibilidades para os filhos. Na fala da Eliane e

da Solange Lavrati encontra-se muitos aspectos que reafirmam essa ideia de que o coletivo favorece a família como um todo, Solange afirma que “[...]hoje temos só uma companheira nossa que é a Bruna que trabalha aqui [...] então meu filho até ficou um tempo depois que ele voltou do colégio daí a gente discutiu entre a gente a gente remunerou ele, [...] um salário pra ele poder também se manter ali na família, [...]” Para Eliane “[...]as outras filhas [...] uma estuda em Cuba então a gente ajuda ela pra se manter lá né na alimentação e alguma coisa extra que precisa[...] e a que estuda e trabalha também na Austrália daí já é casada, já tem o salário dela já se sustenta né, [...]”

Um dos grandes problemas da agricultura, atualmente é a sucessão familiar. A juventude está saindo em direção à cidade para estudar e trabalhar e não retorna para o campo. Um dos motivos, para não retornar para o campo, é a quantidade de trabalho e baixa remuneração da mão de obra. A Eliane Lavrati afirma que o trabalho é feito em conjunto com as duas famílias, “então, na lavoura, o piquete, plantagem de pasto, milho, silagem essas coisas de lavoura mesmo é só os homens né, só os dois homens, e no tira o leite, fazer a ordenha, de manhã cedo é o casal e no final da tarde, nós duas mulheres ou três conforme precisa né.[...]”, isso é essencial para a continuidade da produção, pois as famílias que vivem na campo, no oeste de Santa Catarina, possuem poucas pessoas para o trabalho e muitas atividades para serem vencidas, e esse exemplo vai além do trabalho durante a semana, nos finais de semana esse modelo funciona perfeitamente, conforme relato da entrevista de Eliane Lavrati, “é um casal, sábado e domingo. Daí o outro casal tá livre se precisar sair ou precisar visitar um parente ou receber uma visita mais [...] futuramente devolve os dias e o salário continua o mesmo [...] cada família recebe dois mil reais todo mês [...] e o resto do dinheiro paga as dívidas”. Para o coletivo realizar suas missões é necessário que haja planejamento, organização e disciplina e também, que cada membro da família tenha e cumpra a sua função.

Além de cada família receber um valor como salário ainda há os investimentos que ocorrem nas duas propriedades, Eliane relata como ocorre a divisão financeira da família, “tem investimento no trator, máquinas, ordenha, [...], resfriador [...] sempre tem despesa né, semente, pasto, adubo, [...] e o restante que sobra vai pro coletivo, quando sobra alguma coisa a mais a gente divide um pouco a mais pra comprar alguma coisa diferente [...]” Se depois de pagar as despesas, retirar os salários e realizar os investimentos necessários se ainda sobrar valores esses são divididos como uma forma de “remuneração extra” para compras que são mais específicas de cada família, como afirma a Eliane Lavrati, “[...] quer mudar de carro, quer compra uma máquina ou uma máquina de lavar roupa melhor, os móveis dentro de casa”. É necessário observar, que segundo Groff; Maheirie, Prim, (2009, p. 122) pertencer ao grupo coletivo é estar

envolvido além das obrigações individuais e isso, “gera compromisso e autonomia, sobrando tempo para fazer as coisas de interesse individual, pois o coletivo, quando não homogêneo às particularidades, garante o respeito às diferenças e a racionalização do trabalho.”

A família Lavrati relata ainda a importância das políticas governamentais para o desenvolvimento do assentamento e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, para Eliane “[...] mas sempre pra gente ter essa ajuda a gente sempre foi com luta né, sempre se a gente quiser a casa, a moradia que chamam né, a gente tinha que ir pra fora, ir pra Florianópolis, ir pra Chapecó no INCRA, ir pedir, reivindicar e daí diz que vinha e não vinha, [...] todas as políticas que chegaram até os assentamentos foi graças as pressões populares e também ao olhar popular do governo “[...]mas sempre puxado pelo movimento, pela liderança da pastoral da terra, do movimento sem terra, por essas pessoas que tinham essa visão né, que a gente não sabia que tinha que pedir pro governo que a gente tem direito a isso, que o governo tem a obrigação de atender o povo [...].” Então, nessas lutas, como já dito anteriormente, é que se forma a identidade “[...]então por isso que ela [Solange] disse que através do movimento que abriu a nossa cabeça”

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os latifúndios no Brasil foram responsáveis pela grande exclusão social que existe e que afeta o campo e a cidade. A maior parte dos latifúndios não produz alimentos para a população, são monoculturas, geralmente plantam soja, trigo ou milho ou ainda são usadas para criar gado de corte. A agricultura familiar é responsável por boa parte da produção de gêneros alimentícios no país.

Os assentamentos são possibilidades, dentro do capitalismo, para tentar viver formas de relação econômica e social diferente das que o capitalismo incentiva. Além disso, os assentamentos sofrem uma grande discriminação por parte da população, que os rejeita e dificulta ainda mais a vida dos acampados. Isso pode ser percebido na ausência de políticas públicas que auxiliem na manutenção da nova propriedade rural. Recursos financeiros e incentivos são essenciais para que a família assentada consiga desenvolver as atividades iniciais e começar a sua construção da renda.

Apesar das inúmeras dificuldades de organização e de conquista de vida digna, os assentados conseguem, através da luta, conquistar alguns direitos que lhes eram negados. E a partir daí construir novas possibilidades. Claro que, nem todas as pessoas estavam com a mesma percepção de que o trabalho coletivo é essencial num novo modelo de produção.

O assentamento e o trabalho coletivo modificam a história de toda as pessoas envolvidas. As mudanças ocorrem no pensamento e nas ações dos assentados.

Principalmente, na vida dos jovens que estão nos assentamentos que entendem que devem construir uma alternativa ao capitalismo e fazer uma produção sem agrotóxico e numa perspectiva solidária.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, P. A. MATTEI L. F. Migrações no oeste catarinense: história e elementos explicativos. XV **Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**. MG, set. 2006.

BAVARESCO, P. R. Os ciclos econômicos do extremo oeste catarinense: modernização, progresso e empobrecimento. **Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional)** – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2003.

BAVARESCO, P. R. FRANZEN, D. O. FRANZEN, T. E. Políticas de colonização no extremo oeste catarinense e seus reflexos na formação da sociedade regional. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v.3, nº5 p.86-104, jul-dez, 2013.

CARVALHO, K. L. DE. Economia solidária como estratégia de desenvolvimento Uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, Code, Ipea, 2011.**

FABRINI, J. E. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. **Terra Livre**, Ano 18, n. 19 p. 75-94, São Paulo jul./dez. 2002.

GOULARTI FILHO, A. A formação econômica de Santa Catarina. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 977-1007, 2002.

GROFF, A.; MAHEIRIE, K.; PRIM, L. A Experiência de Coletivização em um Assentamento de Reforma Agrária do MST. **Psicologia Política**, vol. 9, nº17, 2009.

INCRA. Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria>. Acesso em 4/12/2018.

LINHARES, M. Y; SILVA, F. C. T. DA. Terra Prometida. Uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro, **Editora Campus**, 1999.

MAESTRI, M. A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: STEDILE, J. P. (org). A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980. 2. ed. São Paulo : Expressão Popular, 2012.

ONGHERO, A. L. Colonização e constituição do espaço rural no oeste de Santa Catarina. **XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento Histórico e diálogo Social**. Natal, RN, jul. 2013.

PAIM, E. A. Aspectos da constituição histórica da região Oeste de Santa Catarina.

**Saeculun – Revista de História**, João Pessoa, n.14, p. 121-138, 2006.

PIMENTA, S. D. C. Identidades em trajetória: Gênero e processos emancipatórios na reforma agrária. In: WOORTMANN, E. F; HEREDIA, B; MENASHE, R (orgs). **Margarida Alves, Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. NEAD especial, Brasília. MDA, IICA, 2006.

POLI, O. **Leituras em Movimentos Sociais**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2008.

RADIN, J. C; VALENTINI, D. J; ZARTH, P. A. **História da Fronteira Sul**. Editora Letra e Vida, UFFS, 2015.

SAUER, S. O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Assentamentos em debate. Brasília : NEAD, 2005.

SILVA, L. O. As leis agrárias e o latifúndio. **São Paulo em Perspectiva 11(2)**, São Paulo, 1997.



**ST- 13. LIVROS DIDÁTICOS:  
PRODUÇÃO, PRÁTICAS  
PEDAGÓGICAS E TEMAS DE  
PESQUISA**

**COORDENAÇÃO:**

**Déborah Roberta S. C. Vilela (PGH/UFRPE)**

**Luiz Adriano Lucena Aragão (PGH/UFRPE)**

**O TRABALHO COM AS FOTOGRAFIAS NO ENSINO DA SEGUNDA  
GUERRA MUNDIAL: UM ESTUDO COMPARADO DAS COLEÇÕES DO**

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar os resultados das investigações realizadas, no decorrer da pesquisa de mestrado da autora, a partir de uma perspectiva comparada (BARROS, 2014), em torno de como as imagens fotográficas que representam a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), vistas aqui como fontes<sup>94</sup> que colaboram na narrativa dos fatos, foram trabalhadas nos livros didáticos de História, a partir do conceito de ancoragem da imagem pelo texto, proposto por Roland Barthes (1964;1990). Os livros didáticos utilizados foram os aprovados pelo então nominado Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2018, e que teve por público alvo os alunos e professores do ensino médio das escolas públicas brasileiras. A partir disto, objetivou-se compreender de que maneira as coleções aprovadas materializaram as exigências do Edital 2018, no que se refere ao trabalho destas imagens em suas obras. Com essa pesquisa foi possível perceber que, diferente da proposta inicial do Edital 2018<sup>95</sup>, no que se refere as imagens fotográficas serem tratadas nas coleções como fonte no ofício de narrar os fatos históricos, por vezes algumas delas acabaram negligenciando informações, o que poderia prejudicar o entendimento de aspectos importantes do conflito em questão. **Palavras-chave:** Ensino da Segunda Guerra; Imagem fotográfica; Livro didático.

## POR QUE ESTUDAR SEGUNDA GUERRA, NOS LIVROS DIDÁTICOS, A PARTIR DAS IMAGENS FOTOGRÁFICAS?

---

<sup>142</sup> Este trabalho se encontra vinculado à dissertação de Mestrado em Educação da autora, intitulada *O trabalho com as fotografias no ensino da Segunda Guerra Mundial: um estudo comparado das coleções do PNLD 2018*, produzida sob a orientação do Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard e com subsídios da CAPES. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/11975>

<sup>143</sup> Doutoranda em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestra em Educação, graduada em História Licenciatura Plena e graduanda em Pedagogia, pela Universidade Federal de Sergipe. Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFSCAR/CNPq). E-mail: malupedanbar@gmail.com

<sup>94</sup> O termo fonte é entendido nesta pesquisa como sinônimo de documento, no que se refere aos vestígios deixados pelos seres humanos ao longo do tempo, que acabam por fornecer indícios do passado. <sup>95</sup> BRASIL. MEC. **Edital de Convocação 4/2015-CGPLI**. Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2018. Brasília: MEC, 2015.



Em relação a Segunda Guerra Mundial, muitos seriam os argumentos para justificar este trabalho, já que este foi um dos maiores conflitos bélicos travados no século XX e que resultou em milhões de mortos e feridos<sup>144</sup>. Os horrores deste evento não se restringiram ao continente europeu, mas, tal qual uma onda de destruição, se irradiaram pelo mundo.

Utilizando um exemplo que nos é próximo, o Brasil, percebe-se como o impacto desta guerra<sup>145</sup> fez-se sentir em todos os Estados da Federação. Sergipe, por exemplo, sentiu a guerra inicialmente de maneira indireta, com a alta dos preços de gêneros alimentícios e combustíveis<sup>146</sup> e, posteriormente, de maneira direta com o afundamento de embarcações em sua costa pelo *U-507*<sup>147</sup>, submarino alemão em missão no Atlântico, em 1942. O que sucedeu aos torpedeamentos foram cenas dignas de uma história de terror: destroços das embarcações torpedeadas, além de pertences de vítimas, corpos inchados e, em muitos casos, já em avançado grau de putrefação, por exemplo, davam às praias sergipanas pelo balanço das ondas (BARROS, 2015, p.3). Em relação à posição posterior do país no conflito mundial, sabemos que naquele mesmo ano declarou-se guerra às potências do Eixo.

Certamente que, depois do exposto, pode-se dizer que a Segunda Guerra Mundial causou forte impacto aos seus contemporâneos, uma espécie de trauma na memória de quem vivenciou de perto este conflito. Com isto, fica evidente a importância de ensinar sobre este conflito, como algo a ajudar na formação de uma consciência histórica das gerações mais novas em relação a todo aquele horror vivenciado no passado, a fim de que o sujeito atue a partir de uma reflexão do fato vivido, como escreve Estêvão Martins:

Como a consciência histórica é um substrato, o sujeito age e produz, no tempo e no espaço que lhe são próprios, efeitos concretos. As ações assim efetivadas constituem-se em experiências vividas. A reflexão historicizante operada pelo

---

<sup>144</sup> Ver: JUDT, Tony. **Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945**. Trad. José Roberto O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

<sup>145</sup> Serão abordados com mais detalhes tanto a Segunda Guerra quanto a participação do Brasil na mesma mais adiante neste trabalho. Por ora, apenas apresenta-se uma brevíssima sinopse para dar corpo à justificativa.

<sup>146</sup> MAYNARD, Andreza Santos Cruz. A Guerra do “pão de ouro”: a variação dos preços de alimentos em Aracaju (1939-1945). IN MAYNARD, A.S.C.; BARBOSA, C.A.; MAYNARD, D.C.S. (org.). **Segunda Guerra: histórias em Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2016.

<sup>147</sup> Submarino alemão tipo IXC, de longo alcance, pertencente a *Kriegsmarine*, atuou no contexto da Segunda Guerra Mundial. O *U-507*, pertence à categoria do U-Boot ou *Unterseeboot* (pequeno-barco-debaixo-de-água), possuía como alvos os navios de carga que transportassem suprimentos e material bélico com destino à Europa, e era comandado pelo alemão capitão de corveta Harro Schacht, que pelos seus feitos ganharia notoriedade na Alemanha nazista (BARROS, 2015). O *U-507* partiu em sua terceira patrulha, em direção ao sul, passando pela costa da Espanha e ao longo dos Açores, rumo ao Brasil. Em 7 de agosto de 1942 ele teria recebido de Karl Doenitz, coordenador das atividades dos *Uboote*, uma permissão para usar “manobras livres” ao longo da costa brasileira. Assim, o *U-507* afundou cinco navios brasileiros de cabotagem, Baependi, Araraquara, Aníbal Benévolo, Itagira e Arará na faixa litorânea entre Bahia e Sergipe, entre 15 e 17 de agosto de 1942, resultando mais de 600 mortos. Para saber mais: [www.portalfeb.com.br/documentário-u-507/](http://www.portalfeb.com.br/documentário-u-507/).



Também pode-se valer aqui dos critérios para selecionar um fato histórico entre os demais, escritos por Marc Ferro, em *A História Viglada* (1989), e assim justificar o estudo da Segunda Guerra em virtude da mesma ter sido considerada um fato importante nas sociedades que a vivenciaram, sendo, portanto, conservada na memória como um grande acontecimento, que ocasionou mudanças de efeito a longo prazo, que fez emergir múltiplas interpretações, ainda hoje debatidas, ultrapassando os lugares onde aconteceram os fatos, e permanecendo viva por meios das inúmeras obras que a suscitam: romances, filmes, textos históricos, por exemplo.

Além de tudo já mencionado, destaca-se que a educação brasileira atualmente possui como um dos seus pilares de sustentação a Educação em Direitos Humanos<sup>148</sup>, que tem por escopo principal a formação:

**ética, crítica e política.** A primeira se refere à formação de atitudes orientadas por valores humanizadores, como a dignidade da pessoa, a liberdade, a igualdade, a justiça, a paz, a reciprocidade entre povos e culturas, servindo de parâmetro ético-político para a reflexão dos modos de ser e agir individual, coletivo e institucional.

A formação crítica diz respeito ao exercício de juízos reflexivos sobre as relações entre os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos, promovendo práticas institucionais coerentes com os Direitos Humanos.

A formação política deve estar pautada numa perspectiva emancipatória e transformadora dos sujeitos de direitos. Sob esta perspectiva promover-se-á o empoderamento de grupos e indivíduos, situados à margem de processos decisórios e de construção de direitos, favorecendo a sua organização e participação na sociedade civil. Vale lembrar que estes aspectos tornam-se possíveis por meio do diálogo e aproximações entre sujeitos biopsicossociais, históricos e culturais diferentes, bem como destes em suas relações com o Estado.

Uma formação ética, crítica e política (...) requisito básico para a construção de uma sociedade que articule dialeticamente igualdade e diferença (...) (BRASIL. MEC, 2013, p 522).

E neste ponto percebe-se como que tal propósito acaba por se relacionar diretamente com a necessidade de se ensinar em nossa sociedade sobre a Segunda Guerra e, por simbiose, sobre a necessidade de se pesquisar sobre tal temática, já que, como as Diretrizes Curriculares<sup>149</sup> apontavam em 2013, fazia parte da Educação em Direitos

---

<sup>148</sup> Ver: Resolução CNE/CP1/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de maio de 2012 – Seção 1, p. 48.

<sup>149</sup> MEC, SEB, DICEI. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, 2013.

Humanos a apreensão dos conteúdos que dão corpo a essa área, como a história e os processos de evolução das conquistas e das violações dos direitos (BRASIL. MEC, 2013, p. 526). E bem se conhece como a Segunda Guerra atingiu o mais alto grau na violação da vida e da dignidade humana. Eis aqui a importância de se ensinar e de se pesquisar sobre este conflito: para não esquecer, para não se repetir tais atrocidades e para desenvolver nas pessoas a sensibilidade ética nas relações interpessoais, em que cada indivíduo seja capaz de perceber o outro em sua condição humana (BRASIL. MEC, 2013, p. 523).

Esta árdua tarefa de “ensinar para não esquecer” a Segunda Guerra Mundial, encontra em nossa sociedade um grande colaborador, o livro didático. Este ainda é, paradoxalmente, o principal vínculo e ferramenta para uma educação institucionalizada (GATTI JUNIOR, 2007) e o grande aliado – em alguns casos o único- disponível ao professor (MAYNARD; SILVA, 2013, p. 305).

Ao longo dos anos, o livro didático passou por inúmeras transformações, tanto em termos ideológicos quanto na qualidade técnica e didática, em uma possível tentativa de se adaptar às mudanças/demandas sócio-político-econômicas, muito em vista desse recurso ser uma construção social crivada de disputas por representações e visões de mundo (SOARES, 2017), que variam com o passar dos anos. Basta folhear um livro de História para perceber isto, por exemplo, no que se refere aos recursos utilizados para narrar um fato histórico: fotografias, trechos de obras literárias, citações de filmes, *links* de sites. Tudo parece estar ali para colaborar no processo de ensino-aprendizagem.

Diante desse panorama, interessa aqui o uso de um documento em específico, presente nos livros didáticos, em teoria, para colaborar na narrativa da Segunda Guerra Mundial: a imagem fotográfica. Neste trabalho, entende-se a imagem visual, de forma geral, e a fotográfica, de forma específica, como um campo repleto de possibilidades, cuja a capacidade de ativação da memória, das nossas emoções, seria soberana, mas sua leitura dependeria do conhecimento prévio das possibilidades envolvidas, já que apenas conseguiríamos reconhecer aquilo que conhecemos (GOMBRICH, 1972 in WOODFIELD,2012).

O autor Boris Kossoy, em *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica* (2009), define a fotografia como:

Antes de tudo uma representação a partir do real segundo o olhar e a ideologia de seu autor. Entretanto, em função da materialidade do registro, no qual se tem gravado o vestígio/aparência de algo que se passou na realidade concreta, em dado espaço e tempo, nós a tomamos, também, como documento do real, uma fonte histórica (KOSSOY, 2009, p.31).

Este “signo à espera de sua desmontagem” (KOSSOY, 2009, p.144), seria para o autor apenas o ponto de partida, a pista, para se tentar desvendar o passado, que se por um lado possuiria um valor incontestável por proporcionar fragmentos visuais que informam as múltiplas atividades do homem, por acabar reproduzindo algumas condições de percepção que são encontradas no mundo (ECO, 1968; 2003), por outro lado se prestaria aos mais diversos usos. Esta representação do real que possibilita a fotografia seria sempre intermediada pelo fotógrafo que a produziria segundo sua forma particular de compreensão daquele real, seu repertório, sua ideologia (KOSSOY, 2009, p.51 e 52).

Ou seja, para o autor haveria sempre uma motivação por parte do fotógrafo para a criação da imagem fotográfica, que acabaria por influir na construção e concepção da imagem final, a partir, por exemplo, da seleção do assunto, do enquadramento, da composição, do momento, dos valores do fotógrafo. Daí a imagem fotográfica ser dotada de enigmas a se decifrar.

Ao buscar responder como o sentido chegaria a imagem, o autor Roland Barthes percebe que a escrita funcionaria como uma fixação ou ancoragem da polissemia existente na fotografia, conforme escreve:

Toda a imagem é polissêmica e pressupõe, subjacente a seus significantes, uma “cadeia flutuante” de significados, podendo o leitor escolher alguns e ignorar outros (...) Desenvolve-se, assim, em todas as sociedades, técnicas diversas destinadas a *fixar* a cadeia flutuante dos significados, de modo a combater o terror dos signos incertos: a mensagem linguística é uma dessas técnicas. Ao nível da mensagem literal, a palavra responde, de maneira mais ou menos direta, mais ou menos parcial, à pergunta: *o que é?* (...) trata-se de uma (...) fixação de todos os sentidos possíveis (denotados) do objeto, através da nomenclatura. (BARTHES, 1990, p.32 e 33).

Aqui se entende o sentido de ancoragem a partir do exposto por Roland Barthes nos ensaios intitulados *A mensagem fotográfica* (1961) e *A Retórica da Imagem* (1964), nos quais há, por parte do autor, um esforço para traçar uma teoria da fotografia, e, ao mesmo tempo, definir as primeiras dificuldades de uma análise estrutural da mensagem fotográfica (BARTHES, 1961, p.2).

Em sua busca pelo conteúdo da mensagem fotográfica, Barthes acaba por evidenciar que o estatuto atribuído à imagem fotográfica no que se refere a comportar uma mensagem puramente denotada, o *analogon* da realidade, seria algo mítico. Para ele existiria um paradoxo fotográfico, no que se refere a coexistência de duas mensagens: uma sem código (denotada) e a outra com código (conotada). Tal conotação se daria em virtude da fotografia ser, por um lado, um objeto trabalhado por várias mãos (fotógrafo, edição, diagramação, por exemplo); por outro lado, por ser essa imagem não apenas percebida, mas também lida pelo público que a ela tem acesso.

Conotar seria, para Barthes, atribuir sentido, ou melhor: codificar o *analogon* fotográfico. Muitas seriam, para o autor, as formas de se conotar uma imagem: trucagem, pose, associação de objetos (que alteram o próprio real, por acontecerem no momento de captura da imagem); fotogenia, esteticismo e sintaxe<sup>150</sup>, por exemplo.

Para além dessas maneiras de se conotar uma imagem, existiria uma outra, mais constante, o texto, visto pelo autor como algo que enxertaria uma cultura na imagem. Considerando a polissemia existente em uma imagem fotográfica, o que a tornaria possível de lê-la seria justamente as palavras que a ancoram<sup>151</sup>, auxiliada por um repertório adquirido na vida cotidiana de quem a lê, o conhecimento prévio.

A linguagem teria assim uma função elucidativa em relação a imagem, mas tal elucidação seria seletiva, já que o texto teria “um valor repressivo em relação à liberdade dos significados da imagem, compreendendo-se que seja ao nível do texto que se dê o investimento da moral e da ideologia de uma sociedade” (BARTHES, 1964, p.33).

### **MONTANDO A CATEGORIA “FOTOGRAFIA DE SEGUNDA GUERRA”**

Ao todo foram 13 coleções aprovadas para o componente curricular História pelo referido edital, cada uma composta por três livros didáticos referentes às três séries do ensino médio, totalizando 39 livros didáticos. Como interessam aqui as fotografias relacionadas à Segunda Guerra Mundial, e como tal temática compõe as obras destinadas ao terceiro ano do ensino médio, foram 13 livros didáticos para analisar nesta pesquisa, que juntos somaram 91 fotografias relacionadas ao conflito, conforme o quadro seguinte. Para o cruzamento das informações, utilizou-se o Resultado Final do Edital do PNLD 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 147, em 02 de agosto de 2017.

#### **QUADRO 1**

##### **Distribuição de fotografias por coleção- PNLD 2018**

<b>Título</b>	<b>Sigla</b>	<b>Autores</b>	<b>Edição</b>	<b>Editores</b>	<b>Nº de fotos de Segunda Guerra</b>
<b>Caminhos do Homem</b>	CAH	Adhemar Marques; Flávio Beruti	3ª	Base Editorial	01
<b>Cenas da História</b>	CEH	Cândido Grangeiro	1ª	Palavras e Projetos Editoriais	04

<sup>150</sup> Sobre isto ver: BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica IN **O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III**. Trad. Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

<sup>151</sup> Uma definição adequada para esta função seria a de redução sêmica da imagem proposta pela linguagem verbal. Ver: SOUSA, João de. **Princípios para uma retórica**. Lisboa: ISCTE, 1997.

<b>Conexões com a História</b>	COH	Alexandre Alves; Letícia Fagundes de Oliveira	3ª	Moderna	08
<b>#Contato História</b>	CH	Adriana Machado Dias; Keila Grinberg; Marco Pellegrini	1ª	Quinteto	22
<b>História</b>	H	Georgina dos Santos; Jorge Ferreira; Ronaldo Vainfas; Sheila de Castro Faria	3ª	Saraiva Educação	08
<b>História- das Cavernas ao Terceiro Milênio</b>	HCTM	Myriam Becho Mota; Patrícia Ramos Braick	4ª	Moderna	08
<b>História em Debate</b>	HD	Renato Mocellin; Rosiane de Camargo	4ª	Editora do Brasil	09
<b>História Global</b>	HG	Gilberto Cotrim	3ª	Saraiva Educação	04
<b>História- Passado e Presente</b>	HPP	Gislane Azevedo; Reinaldo Seriacopi	1ª	Ática	05
<b>História, Sociedade &amp; Cidadania</b>	HSC	Alfredo Boulos Júnior	2ª	FTD	06
<b>Oficina de História</b>	OFH	Flávio de Campos; Júlio Pimentel Pinto; Regina Claro	2ª	Leya	02
<b>Olhares da História- Brasil e Mundo</b>	OLH	Bruno Vicentino; Cláudio Vincentino	1ª	Scipione	09
<b>Por dentro da História</b>	PH	Célia Cerqueira; Maria Aparecida Pontes; Pedro Santiago	4ª	Escala Educacional	05

Fonte: BARROS, 2019, p. 22.

No universo de fotografias dos livros aprovados para o PNLD 2018, a fim de montar a categoria “fotografia de Segunda Guerra”, cujo número de fotos por coleção a

tabela anterior apresenta, alguns filtros foram aplicados para a seleção das imagens: tinham que ser fotografias tiradas entre os anos da Segunda Guerra (1939-1945) que, dentro dos livros didáticos, se localizassem nos capítulos relacionados à temática e que direta/indiretamente retratassem aspectos do conflito. A partir disto, e levando em consideração o assunto central destas imagens a partir de suas respectivas legendas, foram agrupadas em blocos temáticos, expostos no quadro a seguir:

## QUADRO 2

### Blocos temáticos<sup>152</sup>

Nome	Composição	Nº de fotos	% em relação ao total de fotografias
Soldados e Máquinas de Guerra	Imagens que retratam os exércitos e/ou maquinário de guerra alemão, britânico, africano, norte-americano soviético, brasileiro e japonês	33	36%
Bombas, morte e destruição	Imagens das explosões das bombas atômicas, dos corpos quando da abertura dos campos de concentração e extermínio, das ruínas em Londres e na Alemanha pós bombardeios	17	19%
Judeus e julgamento	Imagens feitas nos campos de concentração e nos guetos de judeus e a fotografia do Tribunal de Nuremberg	10	11%
Lideranças	Imagens de representantes das nações envolvidas no conflito	08	9%
Sobreviventes	Imagens retratando sobreviventes dos campos de concentração e das explosões das bombas atômicas	05	6%
Cotidiano	Imagens relacionadas ao dia-a-dia de civis afetados pelo conflito	05	6%
Resistência	Imagens de civis que se organizaram em luta contra o nazismo	04	4%

<sup>152</sup> Além das fotografias alocadas nestes blocos, há ainda quatro fotografias (correspondentes aos 4% faltantes) que, pela descrição nas respectivas legendas das coleções, não se enquadravam em nenhum dos blocos anteriores.

Indústria de guerra	Imagens retratando o interior das fábricas e da produção voltada para o conflito	03	3%
Enfermeiras	Imagens de enfermeiras, norte-americanas, no tempo de guerra	02	2%

Fonte: BARROS, 2019, p. 23.

## O QUE FOI POSSÍVEL PERCEBER COM A PESQUISA?

De maneira geral, é possível perceber que, atualmente, há um reconhecimento da fotografia como uma das muitas fontes existentes na atividade do historiador de narrar os fatos históricos, o que ficou evidente no conjunto de livros didáticos aprovados para o componente curricular História no PNLD 2018 que, nos 13 livros referentes ao terceiro ano do ensino médio, por exemplo, somam 2.060 imagens fotográficas, distribuídas de forma não igualitária pelas diferentes seções dos mesmos.

Em se tratando do percentual das imagens correspondentes à Segunda Guerra Mundial, a partir do número total de fotografias em cada coleção, percebe-se que há: 1% na coleção CAH; 4% na coleção CEH; 8% na coleção CH; 5% na coleção COH; 5% na coleção H; 5% na coleção HCTM; 7% na coleção HD; 4% na coleção HG; 3% na coleção HPP; 3% na coleção HSC; 2% na coleção OFH; 4% na coleção OLH; e 3% na coleção PH.

No edital para o PNLD 2018, como foi pontuado anteriormente, um dos critérios de seleção das obras submetidas pelas editoras seria trabalhar as fotografias, ao longo da coleção, como fontes históricas, para além de sua corrente utilização como ilustração. Foi, porém, possível perceber que, apesar do visível esforço contido em uma obra de síntese, como é o livro didático, em trabalhar por exemplo a polissemia das imagens fotográficas, a partir de suas legendas, houve ausências que podem prejudicar a compreensão do discente em relação ao conflito, como, por exemplo, no caso das fotografias aqui alocadas nos blocos temáticos “Judeus e julgamento” e “Sobreviventes”.

Desses percentuais mencionados anteriormente, foi possível perceber também que raros foram os autores que, de alguma maneira, propuseram atividades de interpretação das imagens de Segunda Guerra, como por exemplo: Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira na coleção *Conexões com a História* (3ed.); e Alfredo Boulos Júnior na coleção *História, Sociedade & Cidadania* (2ed.).

Se subentende-se que a exigência do Edital 2018 apenas queria dizer que os autores deveriam referenciar, em suas respectivas coleções, as fotografias e fornecer subsídios para o professor trabalhá-las em sala de aula, mesmo assim percebe-se falhas, já que em

7 das 13 coleções foi possível notar que não se fornecem grandes instruções que auxiliem o professor a explorar as fotografias em sala de aula, caso de: Adhemar Marques e Flávio Beruti, na coleção *Caminhos do Homem* (3ed.); Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco Pellegrini, na coleção *#Contato História* (1ed.); Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira, na coleção *Conexões com a História* (3ed.); Myriam Becho Mota e Patrícia Ramos Braick, na coleção *História- das Cavernas ao Terceiro Milênio* (4ed.); Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi, na coleção *História- Passado e Presente* (1ed.); Flávio de Campos, Júlio Pimentel Pinto e Regina Claro, na coleção *Oficina de História* (2ed.); e Bruno Vicentino e Cláudio Vicentino, na coleção *Olhares da História- Brasil e Mundo* (1ed.).

Com relação aos autores que trazem em suas coleções instruções quanto ao trato das fotografias como fontes, pelo menos em duas delas não conseguem, como demonstrado aqui, praticar o que teorizam, a exemplo: Gilberto Cotrim, na coleção *História Global* (3ed.); e Célia Cerqueira, Maria Aparecida Pontes e Pedro Santiago, na coleção *Por dentro da História* (4ed.), por exemplo.

Isto longe de ser uma exceção, constituiu-se numa amostra do que foi possível observar nas coleções de forma geral: as fotografias não são exploradas à contento como fontes no ofício de narrar os fatos históricos nas obras aprovadas para o PNLD 2018, mesmo naquelas que, há anos, se encontram presentes neste lucrativo mercado que envolve os livros didáticos no Brasil.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **Fontes**

#### **Documentos oficiais**

BRASIL. MEC. **Edital de Convocação 4/2015-CGPLI**. Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2018. Brasília: MEC, 2015.

BRASIL. MEC. **PNLD 2018**: apresentação – guia de livros didáticos – ensino médio/ Ministério da Educação – Secretária de Educação Básica – SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: Lei n.º 9.394/1996 e demais alterações. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio**, 2000.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.



BRASIL. MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC/SEB/DICEI, 2013.

MEC. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio- Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília, vol. 3, 2006.

MEC, SEB, DICEI. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, 2013.

### **Obras aprovadas para o PNLD 2018**

ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. **Conexões com a História**.

Salvador: Moderna, 3 ed., 2016.

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. **História- Passado e Presente**. São Paulo: Editora Ática, 2016.

CAMPOS, Flávio de; PINTO, Júlio Pimentel; CLARO, Regina. **Oficina de História**. Lauro de Freitas: Leya, 2 ed., 2016.

CERQUEIRA, Célia; PONTES, Maria Aparecida; SANTIAGO, Pedro. **Por dentro da História**. São Paulo: Escala Educacional, 4 ed., 2016.

COTRIM, Gilberto. **História Global**. São Paulo: Saraiva Educação, 3 ed., 2016.

DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco. **#Contato História**. Salvador: Quinteto, 2016.

GRANGEIRO, Cândido. **Cenas da História**. São Paulo: Palavras e Projetos Editoriais, 2016.

JÚNIOR, Alfredo Boulos. **História, Sociedade & Cidadania**. Salvador: FTD, 2 ed., 2016.

MARQUES, Adhemar; BERUTI, Flávio. **Caminhos do Homem**. São Paulo: Base Editorial, 3 ed., 2016.

MOCELLIN, Renato; CAMARGO, Rosiane de. **História em Debate**. São Paulo: Editora do Brasil, 4 ed., 2016.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. **História - das Cavernas ao Terceiro Milênio**. Salvador: Moderna, 4 ed., 2016.

SANTOS, Georgina dos; FERREIRA, Jorge; VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de Castro. **História**. São Paulo: Saraiva Educação, 3 ed., 2016. 156

VICENTINO, Bruno; VICENTINO, Cláudio. **Olhares da História –Brasil e Mundo**. São Paulo: Editora Scipione, 2016.

### **Bibliografia**

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006.

ARGUELHES, Delmo de Oliveira. A Conferência dos chanceleres americanos de 1942 e o envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial. In **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2010.

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.

\_. História Comparada – Um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, vol. 01, número 01, jun./2007.

BARROS, Maria Luiza Pérola Dantas. **O caso Nelson de Rubina: guerra e cotidiano em Aracaju (1942-1943)**. (Monografia de conclusão do curso de Licenciatura em História). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2015.

\_. **O trabalho com as fotografias no ensino da segunda guerra mundial: um estudo comparado das coleções do PNLD 2018**. 2019. f. 170 Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019.

BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. In **O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III**. Trad. Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

\_\_\_\_\_. A retórica da imagem. In **O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III**. Trad. Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1988.

ECO, Umberto. **A Estrutura Ausente**. São Paulo: Perspectiva: 2003.

FERRO, Marc. **A História Vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FONTANARI, Rodrigo. Roland Barthes e a fotografia. **Discursos Fotográficos**. Londrina, v.6, n.9, p.53-76, jul./dez.2010.

\_\_\_\_\_. Como ler imagens? A lição de Roland Barthes. **Galaxia** (São Paulo Online), n 31, p.144-155, abril de 2016.

GATTI JÚNIOR, Dércio. Estado, currículo e livro didático de História no Brasil (1988-2007). IN OLIVEIRA, M., STAMATTO, M (Org.). **O Livro Didático de História: políticas educacionais, pesquisas e ensino**. Natal: EDUFERN, 2007.

JUDT, Tony. **Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945**. Trad. José Roberto O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KOCKA, Jürgen. **Comparison and beyond**. HISTORY AND THEORY 42: 39-44, feb. 2003. [tradução de Maria Elisa da Cunha Bustamante].

KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 4 ed., 2009.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. História: consciência, pensamento, cultura, ensino. **Educar em Revista**, Curitiba: Editora UFPR, n. 42, p. 43-58, out./dez. 2011.

MAYNARD, Andreza Santos Cruz. A Guerra do “pão de ouro”: a variação dos preços de alimentos em Aracaju (1939-1945). IN MAYNARD, A.S.C.; BARBOSA, C.A.;

MAYNARD, D.C.S. (org.). **Segunda Guerra**: histórias em Sergipe. Recife: Editora Universidade de Pernambuco, 2016.

\_. Carestia e roubo de galinhas: problemas no cotidiano de Aracaju. IN MAYNARD, Andreza Santos Cruz & MAYNARD, Dilton Cândido Santos (org.). **Leituras da Segunda Guerra Mundial em Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

MAYNARD, Dilton C.S.; SILVA, Marcos. O passado em *bytes*: notas sobre os usos da internet nos livros didáticos de História. **Revista História Hoje**, ANPUH, vol. 2, nº 3, p.305-311, 2013.

PONTE, Helder. A História Comparada. In: **Um Pouco de Historiografia**. Disponível em: <http://umpoucodehistoriografia.blogspot.com.br/2007/05/45-histria-comparada.html> Último acesso: 17/01/2021 às 12:30.

PRATS, Joaquim. Ensinar História no contexto das Ciências Sociais: princípios básicos. **Revista Educar**. Curitiba: Editora UFPR, 2006, p.191-218.

SOARES, Jandson Bernardo. Espaço escolar e livro didático de história no Brasil: a institucionalização de um modelo a partir do Programa Nacional do Livro Didático (1994 a 2014). **Dissertação**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de pós-graduação em História, 2017.

SOUSA, João de. **Princípios para uma retórica**. Lisboa: ISCTE, 1997.SOUSA, Jorge Pedro. **Fotojornalismo**: uma introdução à história, às técnicas e a linguagem da fotografia na imprensa. Porto, 2002. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt>>

WOODFIELD, Richard (org.). **Gombrich Essencial**: textos selecionados sobre arte e cultura. Trad. Alexandre Salvaterra. Rio Grande do Sul: Bookman, 2012.

## **EU VI O FUTURO DESEJAR O PASSADO: A DITADURA MILITAR NO LIVRO DIDÁTICO E AS ELEIÇÕES DE 2018**

Michele Guedes dos Santos<sup>153</sup>

Alanna Perônio<sup>106</sup>

---

<sup>153</sup> Graduada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

<sup>106</sup> Graduada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

## **RESUMO**

O crescimento do debate sobre práticas de Ensino de História visa melhorar a relação de ensino-aprendizagem através de novas abordagens, metodologias ativas, recursos e materiais didáticos que tornem as aulas mais atrativas e dinâmicas. No entanto, dado os limites de acesso a estas ferramentas nas escolas públicas, podemos observar que o livro didático ainda ocupa espaço central no desenvolvimento das aulas de História, e em sua maioria com conteúdos condensados e problemáticos. Diante disso, este artigo — fruto da experiência com a temática da Ditadura Militar no livro didático e as influências do contexto das eleições de 2018 —, busca discutir como as interferências externas podem contribuir ou não para a relação ensino-aprendizagem. Apresentaremos como foi possível trabalhar em sala um conteúdo tão questionado na historiografia e sociedade brasileira a partir do conhecimento prévio estudantil e as polêmicas em torno do assunto nas redes/mídias sociais.

**Palavras-chaves:** Ensino; Ditadura e Democracia.

## **INTRODUÇÃO**

As eleições presidenciais de 2018 mobilizaram calorosos debates em diferentes níveis sociais, não obstante o espaço escolar refletiu tais discussões e conseqüentemente a polarização política instaurada. Diante da atual conjuntura e dos retrocessos na área da educação, a escola assume um importante papel como instrumento de mudanças na sociedade, principalmente, por ser um espaço multicultural.

Buscando respeitar a individualidade das/os estudantes e atender as expectativas políticas e sociais vigentes, frequentes alterações são feitas nas orientações que regem a educação brasileira. Desde a sessão relacionada à Educação na Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases (1996) e a Base Nacional Comum Curricular (2017), parâmetros e normativas são discutidos e reelaborados a fim de assegurar uma educação de qualidade e igualitária.

De acordo com Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2010), a escola é produtora direta de sujeitos e subjetividades, veiculando a construção da identidade de maneira autônoma e coletiva. Por conta disso, segundo o autor, a escola é uma “instituição que ainda goza de prestígio social, se comparada com outras instituições modernas, como o manicômio e a prisão” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010, p.01). Embora haja críticas à escola no seu modelo atual por características similares às outras duas instituições que também são vistas como retrógradas.

Segundo Albuquerque Júnior, inicialmente a escola estava voltada para a educação da burguesia, aqueles que deveriam ser superiores, livres, donos de si mesmo e conscientes da realidade que o cercava. Ao longo do tempo a escola passa a assumir diversas finalidades, como a formação do cidadão capaz e disposto a fazer tudo por amor a sua pátria e a sua espécie (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010, p.03). Assim, aos poucos a educação deixa de ser uma responsabilidade familiar e passa a ser obrigação do Estado, agregando também as camadas populares da sociedade.

Diante do Golpe Cívico-Militar de 1964 a escola passou pelo processo de militarização, personificada na ideia do professor como detentor de saberes, preparado para formar cidadãos adequados à nova ordem social. Disciplinas substituídas ou implementadas como a de Educação Moral e Cívica, livros didáticos modificados para resgatar os ditos heróis e amor à pátria, foram algumas das estratégias adotadas pelo governo. Com o processo de redemocratização brasileira, em 1985, além do exercício individual e da cidadania, as instituições precisaram propor uma educação voltada para a análise dos valores sociais, econômicos e culturais da sua formação, de forma que dessem um retorno voluntário à sociedade.

Na prática, nem tudo mudou. Os livros didáticos passaram por lentas mudanças para englobar perspectivas diversas, outros materiais pedagógicos foram produzidos, embora não cheguem na mesma proporção entre as redes pública e privada, e a formação docente ainda enfrenta muitos desafios para romper com o modelo tradicional. Estruturalmente as hierarquias permanecem tanto no físico, com a organização das cadeiras em filas, quanto nas relações entre diretores, docentes, estudantes e servidores.

Acontece que com as transformações ocorridas na virada do último milênio, principalmente, o avanço da ciência e da tecnologia, praticamente tudo mudou. A forma e o estilo de se comunicar, a facilidade de divulgar informações e até mesmo a regularidade do dia a dia. O acesso às tecnologias impactou também no cotidiano escolar marcando desigualdades e a necessidade de atualizações no ensino. A escola passa então a ser responsável por proporcionar a liberdade de expressão, valorizar a pluralidade cultural, promover interações, reduzir os impactos de desigualdades sociais, além de se inserir num contexto digital.

Deste modo, espera-se que as experiências obtidas resultem em cidadãs/ãos capazes de entender os processos históricos e sua realidade, de modo que contribua para uma sociedade plural, democrática, igualitária e cada vez mais “avançada”. Assim, a participação significativa de envolvidos diretos (estudantes, professores, diretores, demais funcionários) e indiretos (responsáveis pelos estudantes) no cotidiano escolar tornou-se o alicerce para mudanças efetivas.

Entretanto, essa abertura para uma educação colaborativa também tem gerado conflitos, principalmente, com a divulgação de notícias falsas (*Fake News*), vídeos fragmentados e mensagens generalizadas que tensionam os limites e possibilidades da educação institucionalizada e os interesses familiares. Foi nesse cenário caótico que desenvolvemos o estágio.

O Estágio Curricular Obrigatório II é o primeiro contato institucionalizado com o trabalho docente.<sup>154</sup> Supervisionado por professores da Universidade e da Educação Básica, nesse semestre a atividade foi realizada em dupla. Na distribuição ficamos com a turma do 9º ano D, no turno matutino. Em cumprimento das metas do estágio supervisionado, primeiramente observamos algumas aulas da professora regente, conhecemos o cotidiano escolar e alguns estudantes. Após o período de observação (01/10/2018 - 03/10/2018), desenvolvemos o Projeto de Ensino que foi corrigido e aprovado pelas professoras regentes, e só então passamos a aplicação. As aulas de regência foram ministradas entre os dias 03 de outubro de 2018 e 05 de dezembro de 2018.

Este artigo é fruto da experiência com a temática da Ditadura Militar no livro didático e as influências do contexto das eleições de 2018 durante as aulas de História., enfatizando como as interferências externas podem contribuir ou não para a relação ensino-aprendizagem. O trabalho foi dividido em quatro partes: (i) as observações feitas na turma, (ii) a análise do livro didático trabalhado, seguida da elaboração do projeto de ensino; (iii) os resultados obtidos com as práticas pedagógicas escolhidas, e por fim, mas não menos importante (iv) uma breve discussão das nossas considerações da experiência. Aproveitando o contexto do estágio e o conteúdo abordado, existem sete subtítulos deste trabalho fazendo referência a momentos marcantes da Ditadura Militar que aqui assumem um trocadilho devidamente explicado por parte.

Respeitando a tão ameaçada liberdade docente optamos por não citar o nome da professora regente, do nosso ponto de vista, a curta experiência do estágio oferece novas possibilidades de ensino, mas não uma crítica negativa ao trabalho dela. Na mesma forma, reiteramos a importância das aulas expositivas para que os conteúdos sejam trabalhados

---

<sup>154</sup> O Estágio Curricular Obrigatório I consiste na observação de aulas em diferentes níveis, mais especificamente Ensino Fundamental II, Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos. Além desse contato o curso permite aos estudantes ingressarem na atividade docente via estágio remunerado a partir do 4º semestre, e programas institucionais como Programa de Iniciação Docente (PIBID), Programa de Iniciação Científica (PIBIC) e a Residência Pedagógica (RESIPED), desde que devidamente supervisionado.

com ponderação, e o uso de atividades manuscritas, principalmente, numa sociedade que ainda “define” inteligência por nota ou pilhas e pilhas de papéis.

### **A análise do livro didático utilizado**

O livro adotado pela escola foi o de Patrícia Ramos Braick, “Estudar História: das origens do homem à era digital”, com circulação entre os anos de 2015 e 2018 nas escolas estaduais baianas. Entre textos explicativos e complementares, imagens, indicações fílmicas, sites de referência e atividades, o livro reserva cerca de 30 páginas se contarmos desde o governo de João Goulart até o processo de redemocratização. Observemos a abordagem do livro.

No que se refere a João Goulart, a autora utiliza subtópicos do capítulo, desde a eleição intitulada, “O governo João Goulart”, a sua principal proposta que era as “Reformas de Base”, encerrando o capítulo com “O golpe militar de 1964”. Como de praxe, as páginas seguintes são de questões relacionadas ao assunto.

No capítulo posterior, intitulado “Os militares no poder”, passamos aos pontos diretamente relacionados à Ditadura. Ilustrado, na primeira página, com uma cena de futebol e o trecho da música que embalou a seleção brasileira de 1970, “Pra frente, Brasil”. Ao lado, a propaganda dos militares “Ninguém mais segura esse país”. Logo na introdução o livro já indica alguns recursos metodológicos para contextualizar o conteúdo.

Na sequência, o texto teórico segue por: “O governo dos militares”; “O fortalecimento do regime”; “Os Anos de Chumbo”; “manifestações contra a Ditadura”; “a luta dos operários”; “o Ato Institucional n° 5”; “A oposição armada”, “Governo Médici: o auge da repressão”; “Milagre Econômico”; “Futebol e Propaganda” e por fim, as “Diretas Já” e “Cultura e Sociedade”. Em meio às explicações resumidíssimas dos tópicos apresentados, o livro apresenta fotografias do período e charges para retratar como estava aquele momento no Brasil, além de outras informações ao lado ou no final da página. No final do conteúdo uma lista de exercícios sobre os temas trabalhados que utilizam charges, gráficos, músicas, textos complementares, manchetes de jornais para poder analisar o período e assim os estudantes mostrarem o que aprenderam com o conteúdo aplicado.

Além da análise do livro, buscamos fazer uma observação de como esses livros são distribuídos para a turma, se a quantidade era suficiente para todos os estudantes. Um outro ponto importante, foi a visão negativa do livro como justificativa para não levarem (a não ser quando vale nota), e mais recentemente a ideia deturpada de que os livros didáticos trazem apenas uma visão (de esquerda) sobre os assuntos. Para completar,

percebemos que outros recursos, como caixa de som, projetor, auditório e materiais de impressão, não eram utilizados por falta de interesse de professores, que se limitavam a sala de aula, quadro branco, livro e caderno.

Entendemos aqui as particularidades desta escola e a importância do livro didático. Sendo assim, cabe esclarecer alguns pontos que, para nós, foram importantes. De modo geral, o livro didático tem uma função de guia, para o planejamento das aulas, pois muitas vezes são a base dos estudantes e fonte de pesquisa. No entanto, para docentes não pode ser o único referencial, já que geralmente demonstra a visão da classe dominante e esta deve ser confrontada. Outra questão é a fragmentação dos fatos que impedem a compreensão de processos como um todo, a exemplo do livro supracitado.

O livro didático também é ferramenta imagética importante quando faltam recursos para a reprodução, e costumam trazer indicações de filmes, séries, obras de arte e fontes complementares que podem ajudar estudantes em diferentes níveis sociais de acesso. Mas cabe também ao docente usar tais indicações para instigar a turma. Apresentar os recursos pode ser determinante no interesse do público e nos filtros que utilizarão no momento de se informar. Passemos então a parte prática do trabalho.

### **A DEPOSIÇÃO DE JOÃO GOULART (PRÉ-ESTÁGIO)**

Esta seção trata da etapa de observação e do processo de transição entre a professora regente e as professoras-estagiárias. Não foi o caso da regente ter sofrido um golpe, mas por ter sido substituída justamente quando o assunto tratava da vacância do cargo presidencial e a tomada pelo golpe.

Na primeira aula observada, a professora estava revisando o conteúdo das aulas anteriores sobre o Estado Novo e os governos antes do Regime Militar de 1964. A docente explicava sobre a “justificativa” que levou os militares a tomarem o poder em 31 de março de 1964 e o apoio de setores da sociedade civil. A justificativa fundamentada em suposta ameaça comunista que o governo de João Goulart, mais conhecido como Jango, representava.

Jango era taxado de despreparado, político de esquerda, e sua aproximação com a China e Cuba o descredibilizava perante os mais conservadores, sendo chamado de comunista. Inclusive, ressaltamos aqui a imagem de Jânio Quadros com Che Guevara destacada no livro didático. Marcado também por sua proximidade com líderes sindicais e movimentos de esquerda, em 1961, já enfrentava forte oposição de setores conservadores que tentaram impedir sua posse à presidência.

Contudo, Jango havia sido eleito vice-presidente em 1960 pelo Partido Trabalhista



Brasileiro (PTB), quando Jânio Quadros elegeu-se presidente pelo partido UDN (União Democrática Nacional). Naquela época as candidaturas de presidente e de vice não eram vinculadas. Com a renúncia de Jânio Quadros em 1961, Jango assumiu de acordo com as regras da Constituição de 1946.<sup>155</sup>

Jango iniciou, então, suas “Reformas de Base”, que contemplavam a Reforma Agrária, a Reforma no sistema financeiro, e o direito de voto aos analfabetos, entre outras mudanças. Tais medidas aumentaram os conflitos entre conservadores e os grupos que apoiavam o presidente, milhares de pessoas foram às ruas. Sem apoio necessário, Jango acabou sofrendo um golpe de Estado após um episódio conhecido como “Comício da Central do Brasil”. Assuntos da atividade passadas pela regente.

Para encerrar suas atividades, na segunda observação, a professora deu vistos nos cadernos dos alunos e corrigiu a atividade passada para casa na aula anterior, mas nem todos os estudantes responderam as questões nem aparentavam dar atenção à correção. O mesmo se repetiu em outros momentos.

Diante das conversas paralelas que presenciamos percebemos como a turma estava envolvida com o debate das eleições presidenciais de 2018, e como alguns temas estavam entre os mais comentados pelos estudantes. Comunismo, religião, família, moral, ditadura, militares, mito e liberdade de expressão estavam presentes no vocabulário estudantil, apesar de por vezes descontextualizados. Aquelas/es vistas como o futuro da nação, ensaiavam como saída para o “caos” do país o retorno a um passado obscuro, que ainda nem tinham visto em sala. Daí o título escolhido para esta comunicação, inspirado na canção de Cazuza “O tempo não para”, **“Eu vi o futuro desejar o passado: a Ditadura Militar no livro didático e as eleições de 2018”**, versa sobre questões que permearam todo o estágio. E agora no artigo, aparece subdividido em tópicos relacionados ao conteúdo.

## **OS ANOS DE CHUMBO (A REGÊNCIA)**

Ao elaborar o Plano de Ensino, pensamos em propostas que pudessem agregar tanto os conteúdos quanto uma dimensão, ainda que imaginada, da experiência com a

Ditadura Militar. Num momento descontraído chegamos a dizer que as nossas regras seriam a nova Lei, a começar pelas aulas expositivas. Aqui se justifica o título da sessão.

---

<sup>155</sup> A Constituição de 1946, foi promulgada buscando reforçar os direitos republicanos democráticos, e a instalação do sistema representativo, com eleições nas esferas: federal, estadual e municipal. Foi preciso explicar aos estudantes como funcionavam essas alianças entre partidos, candidatos e a necessidade de ter sido promulgada uma nova constituição de 1946, um ano após ter sido realizado eleições para presidência do Brasil, quando Eurico Gaspar Dutra foi eleito no lugar de Getúlio Vargas, que estava no poder desde 1930 e foi deposto em 1945.

Nas aulas seguintes ministramos o conteúdo proposto para turma de forma expositiva sobre a tomada do poder e o começo do Regime Militar. Buscando enfatizar a participação de civis e os setores envolvidos. Destacamos a “grandiosa Marcha da Família com Deus pela liberdade, com centenas de milhares de pessoas, no Rio de Janeiro, comemorou o sucesso do golpe e festejou a derrocada de Jango e das forças favoráveis às reformas e ao projeto nacional-estatista popular”(REIS, 2014. p. 45-46). Contudo, isso não significava apoio total.

Levamos também questões norteadoras relacionadas às circunstâncias que favoreceram ao golpe militar de 1964; quais grupos sociais conservadores estavam envolvidos nesse movimento e o porquê deles estarem se mobilizando juntamente com os militares; de modo geral, o que foi a Marcha da Família com Deus pela liberdade. Neste momento, Adriano Codato (2004), foi uma importante referência.

A partir da explicação inicial, pedimos que fossem analisados os Atos Institucionais (AI), na intenção de compreender como as normativas da Lei mudaram o cotidiano das pessoas durante sua vigência. Os Atos Institucionais tinham um prazo estipulado de até 180 dias de funcionamento. O primeiro deles (AI-1) suspendia a Constituição por seis meses, cassou diversos mandatos e direitos políticos, e instituiu a eleição de forma indireta para presidente.

O Marechal Castelo Branco foi o primeiro presidente escolhido por essa eleição, pelo Congresso Nacional, a constar como período de transição. Novas eleições deveriam ocorrer em 1965. Mas, como vimos, os militares se mantiveram no poder até 1985. Castelo Branco se utilizou dos artifícios criados pelo AI-1 para retirar qualquer oposição de dentro do Congresso Nacional, como do ex-presidente Juscelino Kubitschek, que acabou tendo seu mandato de Senador cassado pelos militares.

Para dimensionar essa etapa em que apresentamos os primeiros Atos, simulamos como isso funcionaria na aula. Escolhemos alguns estudantes que eram amigos e agrupamos, dando plenos poderes de definir como seria a organização da sala e o que mais quisessem mudar. Algumas das ordens iniciais agradavam ao geral: “sem lição de casa”, “fim das provas”, “trocas de docentes” e etc; outras eram heranças de conflitos anteriores. Ao mudar o grupo, as decisões gerais podiam ser mantidas, mas as pessoais não só eram revogadas como tinham o revés.

Em seguida, voltamos a falar do AI-2 que deu poderes ditatoriais ao presidente, e pôs fim ao pluripartidarismo, deixando na legalidade apenas dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a oposição moderada. Além disso o AI-2 possibilitou que o presidente decretasse estado de sítio sem precisar de aprovação do congresso, intervisse nos estados,

demitisse funcionários, iniciasse processos de punição aos adversários do regime e controlasse a maioria do Superior Tribunal Federal (STF), tudo em nome da Segurança Nacional.

O AI-3 pôs fim a eleições diretas também nos estados e estabeleceu que os prefeitos das capitais fossem indicados pelos governadores. Revogando de forma definitiva a Constituição de 1946, o AI-4 convocou o Congresso para estabelecer nova Carta Constitucional. Enfim, chegamos ao AI-5, o mais famoso deles, pois em vez de durar os 180 dias como os demais, ficou em vigor por 10 anos. O AI-5 concedia ao presidente o poder de cassar mandatos; de intervir em estados e municípios; suspender os direitos políticos de qualquer pessoa; e de decretar recesso do Congresso, passando para si a função de legislar.

Além disso, ele pôs fim ao Habeas Corpus em crimes políticos, possibilitando que a tortura pudesse ocorrer sem que houvesse qualquer forma de questioná-la. A partir de 13 de dezembro de 1968, quando entrou em vigor, jornais foram censurados, pessoas desapareceram (sem que houvesse como rastreá-las). e tornou-se comum o exílio àqueles que temiam qualquer tipo de retaliação. Estavam formadas as bases da Ditadura Militar.

Porém, não menos importante, outros 12 Atos Institucionais foram criados pelos generais, suspendendo eleições, cassando mandatos e outorgando outros projetos de governo dos militares, e por isso também foram analisados.

No momento da socialização das análises os estudantes compararam o que sabiam das Leis que regiam suas vidas e os conteúdos dos Atos Institucionais. De modo geral, se surpreenderam e se indignaram com os direitos cassados. Até mesmo aqueles que inicialmente se posicionaram a favor de um retorno dos militares chegaram a se questionar se as Leis seriam as mesmas. Não foi um grande passo, mas já era um começo.

## **MANIFESTAÇÕES DE RESISTÊNCIA**

Aproveitando o movimento de indignação da turma passamos a tratar da resistência ao Regime Militar e da reação dos militares frente a oposição. Lembrando que houve diversas formas de manifestações apesar da rígida repressão.

Dentre esses movimentos de resistência, estava o movimento estudantil, com as primeiras investidas contra os partidos políticos; os movimentos sindicais clandestinos, pois foram proibidos de existir e atuar; a imprensa alternativa, que devido à censura passou a produzir na ilegalidade conteúdos de oposição aos militares, mas também com protagonismo em temas como a revolução sexual e a contracultura. Existiram mais de 150 periódicos entre 1964 e 1980 que se encaixam na imprensa alternativa. (FERREIRA, 2012).

Grupos de esquerda optaram pela luta armada para resistir contra a Ditadura. Destacaram-se: a Ação Libertadora Nacional (ALN) de liderança de Carlos Marighela que participou do principal conflito armado desse período, a Guerrilha do Araguaia entre 1967 e 1974; e também a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) liderada pelo ex-capitão do exército Carlos Lamarca, que tinham como seu modus operandi o assalto a bancos e o sequestro de diplomatas para barganhar a soltura de presos políticos. Movimentos Sindicais e Ligas Camponesas também tiveram seu papel de atuação, principalmente nos últimos anos de Ditadura quando comandaram greves e protestos, e “costumam ser apontados como protagonistas do período imediatamente ao golpe de 1964<sup>156</sup>”.(MATTOS, p. 241, 2004)

Outra forma de protesto e resistência utilizada por pessoas contrárias ao regime militar, foi a utilização de músicas. Os artistas ligados à Música Popular Brasileira (MPB) estavam no alvo dos militares, e por isso utilizavam das letras de suas músicas para tentar burlar a censura que vigiavam e controlavam a população. Nesse período, os grandes festivais de música também estavam sob vigilância dos militares, pois reuniam muitos estudantes que estavam saindo às ruas para protestar contra o regime. Segundo Marcos Napolitano (2004), “a vigilância sobre a MPB estava ligada, intimamente, à vigilância

sobre o movimento estudantil. [...] Qualquer movimento de artistas ligados à MPB junto ao público jovem e estudantil deveria ser objeto de atenção redobrada e preventiva.” (NAPOLITANO, p. 108-109, 2004)

Com a explanação sobre o impacto musical na época do golpe militar, socializamos entre os estudantes algumas músicas compostas durante a ditadura, para que analisassem cada verso e depois socializassem as conclusões das músicas: “Apesar de você”, “Pra não dizer que não falei das flores”, “Alegria, Alegria”, “Cálice”, “É proibido proibir”, “Acender as velas”, “Que as Crianças Cantem Livres”, “Carcará”, “Sinal fechado”.

Ao escutarem as músicas pela primeira vez, pouca coisa conseguiram extrair. Em seguida, analisaram a letra impressa e investiram nas histórias contadas literalmente pela música e os aspectos poéticos. Quando abrimos o debates e apresentamos as mensagens ocultas no duplo sentido das letras como “O bêbado e o equilibrista”, “Apesar de você” e “Cálice” o debate fluiu de forma ainda mais intensa.

### **“BRASIL: AME-O OU DEIXE-O”**

---

<sup>156</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. Greve, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2004.

Como mostrado, nas campanhas patriotas feitas pelos militares quem não seguia as ideias do regime era porque não amava o país, e por isso deveria sair por bem ou por mal. Aqui, utilizamos essa referência para explicar a reação dos militares.

Passamos então a discutir como os militares reagiram a tais manifestações de oposição, desde medidas preventivas como leis e fiscalizações cotidianas, como o enfrentamento público direto e as convocações ou sequestros para averiguação de conduta. Nesta etapa, utilizamos também algumas imagens sobre métodos de tortura utilizados para extrair informações ou penalizar opositores.

Sem esquecer daquelas pessoas que foram exiladas ou desaparecidos políticos, apresentados à turma pelo filme “O ano em que meus pais saíram de férias”, que narra a história do jovem Mauro, um menino de apenas 11 anos, que vai morar com o avô bem na véspera da Copa do Mundo de 1970, pois seus pais “saíram de férias”. Ao longo do filme, vamos descobrindo que os pais do menino estavam fugindo do Regime Militar, e apenas sua mãe volta para buscá-lo e irem para o exílio. Além dos aspectos diretamente vinculados ao conteúdo buscamos demonstrar como as pessoas possuem diferentes memórias a respeito daquele período.

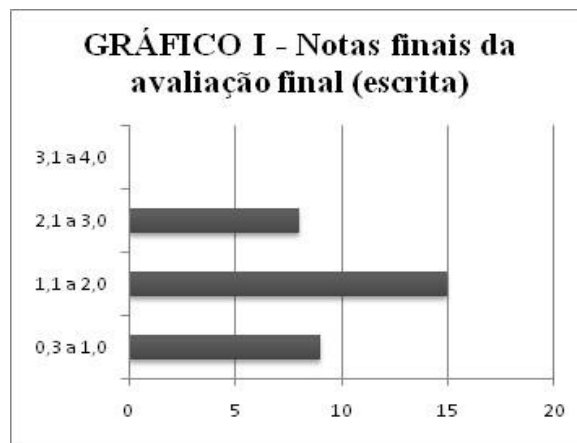
No debate sobre a repressão vale comentar como a turma associou alguns eventos atuais com as referências da aula: relacionar a perseguição política de 1960 as discussões que acabam em morte por questões partidárias; a homofobia e transfobia que ainda é presente em nossa sociedade; famílias que ainda buscam por seus entes queridos desaparecidos; enfim, continuidades que por vezes passam despercebidas.

## **O USO DE INSTRUMENTOS DE REPRESSÃO**

Encerramos nossa participação com a avaliação final obrigatória do ciclo, uma prova escrita. E como a maioria dos estudantes tinham pavor a avaliação, assumimos nessa parte o trocadilho de repressão.

Infelizmente com o conflito de datas entre o calendário escolar e o da Universidade, quando começamos a regência a professora já havia distribuído e realizado as outras avaliações. Nossas atividades foram mais qualitativas do que quantitativa.

Aplicamos uma prova objetiva, seguindo a norma da escola para o final de cada ciclo, com o valor de quatro pontos, distribuídos em 12 questões e realizada no dia 03 de dezembro de 2018. Como elaboramos e aplicamos a avaliação, também ficamos responsáveis de corrigi-lás, chegando aos seguinte resultados:



Como mostrado no gráfico, dos 32 estudantes, infelizmente, nenhum atingiu a nota máxima, mas é preciso considerar que a maior parte da turma (47%) ficou com uma média entre 1,1 e 2,0 pontos; enquanto as outras duas partes se dividiram com notas entre 0,3 e 1,0 (28%), e 3,1 a 4,0 pontos (25%). Durante a correção da prova comparamos o desempenho com outras atividades realizadas e a participação nas aulas. Chegando à conclusão de que as notas não só refletem os limites de uma prova escrita, no sentido da dificuldade de enquadrar diferentes interpretações numa única alternativa, como a influência da pressão de gabaritar uma prova.

## **O PROCESSO DE ANISTIA**

Ao fim de todo o processo reservamos um momento para ter um retorno das/os estudantes sobre a experiência, sugestões e críticas. Chamamos aqui de “Processo de anistia” não só por concluirmos os trabalhos, mas por ter nossas escolhas avaliadas.

Do nosso ponto de vista, qualquer resultado (positivo ou negativo) seria importante já que era o primeiro contato. Como nos faltava bibliografia mais específica sobre o período, pois ainda não estava no semestre correspondente à disciplina de Brasil IV, buscamos investir mais em fontes e nos recursos que pareciam atrativos. No entanto, não deixamos de pesquisar na internet artigos relacionados para que pudéssemos aprimorar as aulas, alguns inclusive citados aqui.

Postas nossas colocações sobre o livro didático, acreditamos que não seria possível contar com maiores números em sala de aula, então aproveitamos aqueles que tínhamos e agrupamos a turma para que ninguém ficasse sem a atividade. Cientes de que seria a fonte de pesquisa para a avaliação final, buscamos utilizá-los em sala com leituras compartilhadas, referência para os documentos utilizados e indicações que as turmas pudessem pesquisar ou assistir em casa. Podemos concluir que o livro didático foi uma ferramenta tão importante quanto os demais recursos utilizados.

Sendo avaliadas pela turma, no geral, cada estudante extraiu algo de positivo nas metodologias aplicadas dependendo do seu nível de afinidade com o recurso. As

impressões que ficaram sobre a Ditadura Militar também variavam de acordo com seus conhecimentos prévios, dessa vez conscientes de que há sempre lados opostos de uma mesma história. Constatamos ainda, o receio que alguns poderiam ter em relação às hierarquias da escola e possíveis retaliações nas notas finais, apesar das nossas tentativas de romper com tais ideias.

Por fim, foi uma experiência importante não apenas por ser o primeiro contato mais formal com a docência, mas pela experiência de testar variadas estratégias metodológicas. Ressaltamos que nosso maior desafio no começo tornou-se de grande relevância quando concluímos: utilizar o conteúdo para entender o momento que estávamos vivendo. Nossa proposta não assegura a aplicabilidade em todas as turmas, mas são sugestões que podem ser utilizadas por outras/os docentes.

#### **REFERÊNCIAS:**

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Por um ensino que deforme: o docente na pós-modernidade, 2010. Disponível em: <http://www.cnslpb.com.br/arquivosdoc/MATPROF.pdf>.

BRAICK, Patrícia Ramos. Estudar História: das origens do homem à era digital. 2 d. São Paulo. Moderna. 2015.

CODATO, Adriano Nervo. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. Revista Brasileira de História, São Paulo, 2004.

DANTAS JUNIOR, Halmicar Silveira. Futebol e ditadura: representações no cinema brasileiro. O Olho da História, Salvador, n. 18, jul. 2012.

FERREIRA, Daniela de Jesus. Tempos de lutas e esperanças: a materialização da revista Seiva (1938-1943). Feira de Santana, 2012.

FIGUEIREDO, Argelina. Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política:1961-1964 - S. Paulo: Paz Terra.

KINZO, M.D'Alva. Novos partidos: o início do debate. in: B. Lamounier (org.): Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979. S.Paulo: Ed.Vozes /Cebrap, 1980.

\_\_\_\_\_. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. SÃO PAULO EM PERSPECTIVA,2001.

MATTOS, Marcelo Badaró. Greve, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964). Revista Brasileira de História. São Paulo, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981). Revista Brasileira de História, São Paulo , v. 24, n. 47, p. 103-126, 2004 . Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010201882004000100005&ng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882004000100005&ng=en&nrm=iso)>.

PALMAR, Aluizio. Tipos de torturas usadas durante a ditadura militar. Disponível in: [www.documentosrevelados.com.br/nome-dos-torturadores-e-dos-militares-que-aprenderam-a-torturar-na-escola-das-americas/tpos-de-tortura-usados-durante-a-ditadura-civil-militar/](http://www.documentosrevelados.com.br/nome-dos-torturadores-e-dos-militares-que-aprenderam-a-torturar-na-escola-das-americas/tpos-de-tortura-usados-durante-a-ditadura-civil-militar/). Acesso em 20 out. 2018.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988 – Rio: Zahar.

<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>.

ZACHARIADHES, Grimaldo (organizadores); IVO, Alex de Souza... et al. Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador: EDUFBA. 2009.

## **RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DO USO DIDÁTICO DO *PODCAST* COMO INTERLOCUTOR PARA UMA ANÁLISE REFLEXIVA NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA**

Amanda Nunes Silva de Andrade<sup>157</sup>

Natália Lima dos Santos<sup>158</sup>

Orientador: Lenivaldo Idalino de Oliveira Júnior<sup>159</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo visa relatar as experiências obtidas a partir da produção de um podcast que buscou realizar uma análise crítica-reflexiva do livro didático de História. Este relato tem como objetivo refletir e compartilhar as observações abalizadas sobre o livro “História Geral e do Brasil” (Volume 2) dos autores Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo, sendo o “Capítulo 7” que trata da “América portuguesa, sua expansão e diversidade econômica” a temática escolhida para a realização deste estudo acadêmico com foco no debate teórico para o ensino de história. Este podcast foi desenvolvido pelas alunas do curso de Licenciatura em História – EAD / Polo Carpina da Universidade

---

<sup>157</sup> Graduanda em Licenciatura em História pela UAEADTec/UFRPE. E-mail: amandanunes33.an@gmail.com

<sup>158</sup> Graduanda em Licenciatura em História pela UAEADTec/UFRPE. E-mail: natalialimadf@gmail.com

<sup>159</sup> Mestre em História Social da Cultura Regional pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco - PPGH/UFRPE. Professor da UAEADTec/UFRPE. E-mail: lenivaldojr7@gmail.com



Federal Rural Pernambuco – UFRPE, na disciplina de Linguagem dos Livros Didáticos de História e teve como público-alvo graduandos e profissionais da referida área. Para produção do podcast estabelecemos três partes de análise: Na primeira etapa, linhas gerais do recorte histórico. Na segunda etapa, análise crítica a partir dos documentos educacionais BNCC e Currículo de Pernambuco e por fim indicação de possibilidades pedagógicas para dinamização do ensino de história. A metodologia que sustenta este relato está pautada na pesquisa bibliográfica e documental, assim como na vivência obtida com o desenvolvimento desta atividade prática.

**Palavras-chaves:** Ensino de história. Livro didático. Podcast.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho relata as experiências vivenciadas a partir das práticas acadêmicas realizadas pelas autoras Amanda Nunes e Natália Lima no curso de Licenciatura em História pela Unidade Acadêmica de Educação à Distância e Tecnologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UAEADTec/UFRPE desenvolvido a partir da disciplina de “Linguagens Alternativas do Livro Didático de História”, ministrada pelos docentes Dayana Raquel Pereira de Lima e Luiz Adriano Lucena Aragão. Este relato tem como objetivo compartilhar os estudos e aprendizagens adquiridas no âmbito universitário com a comunidade científica e sociedade em geral, possibilitando reflexões e análises críticas acerca das linguagens utilizadas no “livro didático de história” mediado através das tecnologias digitais, que neste caso, envolveram uso e interlocução de *podcasts*<sup>160</sup>.

É muito importante na formação universitária os estudantes disporem de práticas e vivências pedagógicas que estejam em consonância com o seu campo teórico a fim de proporcionar-lhes uma preparação e qualificação mais assertiva para os futuros ofícios. Nos cursos de licenciatura, por exemplo, que busca formar “professores licenciados”, não poderia ser diferente, pois estes irão passar por vários processos ao longo de sua jornada acadêmica, contando com experiências de aprendizagens obtidas tanto em observações e execuções dos planejamentos dispostos pelos seus próprios professores no ensino superior, quanto em seu principal campo de atuação, na Escola.

Segundo Libâneo (2009 apud D’ÁVILA, 2009) o papel do professor é orientar, direcionar e motivar os alunos, buscando realizar uma mediação didática que envolva o

---

<sup>160</sup> *Podcast* é uma forma de produção de áudio que difere do rádio tradicional pela maior maleabilidade de acesso e produção de conteúdo. No *podcast*, o programa, também chamado de “episódio”, é distribuído de modo a ser baixado exatamente como um arquivo de música (FREIRE, 2013a), podendo ser acessado em qualquer lugar ou horário, através do computador, *tablets* ou *smartphones*.

uso de diferentes recursos e metodologias que vise promover situações de aprendizagens significativas através de uma prática docente baseada, conforme Schon (1992), na “reflexão-na-ação” (practium reflexivo). Ou seja, que envolva a autoavaliação sobre suas propostas pedagógicas levando em consideração o “aluno” e o seu processo de conhecimento, articulando o saber figurativo e o formal.

Desta forma, o trabalho do professor que atua no ensino superior, não deve se voltar apenas para os aspectos técnicos e/ou instrumentalizado, mas sim, em uma jornada que busque incentivar os estudantes a exercitarem a sua criatividade e pensamento crítico, formando profissionais preparados e conscientes sobre seu papel e importância nos espaços de ensino e na sociedade.

Nessa perspectiva, a partir do cenário de aprendizagem proporcionado pela UFRPE, os autores deste relato puderam experimentar diferentes práticas e vivências pedagógicas em sua formação docente, dentre elas, estudos que envolveram a análise das linguagens utilizadas nos “Livros Didáticos de História”, objeto este que continua sendo uma das principais ferramentas de ensino utilizada no Brasil para aquisição e construção do conhecimento.

De acordo com Bittencourt (2010, p. 118) o livro didático

[...] possui várias facetas, e é entendido, portanto, como um objeto cultural, cujas possibilidades são plurais. O livro escolar é produzido por grupos sociais que, intencionalmente ou não, perpassam sua forma de pensar e agir e, conseqüentemente, suas identidades culturais e tradições. É preciso percebê-lo em uma “complexa teia de relações e de representações”, em que se misturam interesses públicos e privados.

Em concomitância, Choppin (2014), além de afirmar que os livros didáticos são considerados mediadores do processo de aquisição do conhecimento, ou seja, facilitadores, também vai defender que o mesmo atua como um documento histórico (objeto de memórias, histórias e vivências escolar) que assume múltiplas funções, sendo influenciado fortemente por ideologias e contextos. Contudo, ambos os autores vão apontar que este objeto pedagógico não deve ser visto ou tratado como única ferramenta para o ensino e/ou construção do saber, mas sim, que o mesmo deva dispor de outros aportes que o agreguem, como, por exemplo, audiovisuais, mapas, iconografias, músicas, pinturas, textos adicionais, entre outros, chamados por Bittencourt (2008) de “suportes informativos”.

Neste sentido, o livro didático escolhido para realização deste estudo acadêmico foi a obra “História Geral e do Brasil” (Volume 2) dos autores Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo, por se tratar de um material já conhecido e utilizado pelas autoras deste artigo em outros estudos e produções acadêmicas. Já o recorte histórico de análise

foi o “Capítulo 7” que trata da “América portuguesa, sua expansão e diversidade econômica” tendo como foco o debate teórico para o ensino de história e suas linguagens, assim como buscando identificar se o mesmo contemplam as competências e habilidades dispostas pelos documentos oficiais que regem a educação brasileira, como a Base Nacional Comum Curricular e o Currículo de Pernambuco.

Ressaltamos que os resultados obtidos desta análise foram compartilhados através da produção e interlocução de um *podcast* intitulado “Historiandopod”<sup>161</sup> pela plataforma “Anchor”, atrelando à educação as tecnologias digitais. A metodologia que sustenta este relato está pautada na pesquisa bibliográfica e documental mediada no ambiente universitário da UAEADTec/UFRPE e levantadas através de outras fontes, assim como na vivência obtida com o desenvolvimento desta atividade prática.

## **2 PODCASTS E O LIVRO DIDÁTICO COMO RECURSOS ALTERNATIVOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**

### **2.1 Podcasts: Usos e possibilidades na educação**

A revolução tecnológica que atinge a todos os segmentos da sociedade nesta contemporaneidade, sobretudo do final do século XX para o século XXI, tem exigido dos seus indivíduos adaptações em suas vivências e relações pessoais, profissionais e/ou acadêmicas, ao mesmo tempo em que promove profundas reflexões e críticas sobre o seu uso e importância, provocando profundas crises e quebras de paradigmas. Na educação, não poderia ser diferente. Estas transformações têm exigido dos seus profissionais, seja no âmbito escolar ou universitário, mudanças desde a sua infraestrutura e recursos didáticos (aspectos materiais), quanto às práticas pedagógicas quando se trata do fazer docente.

Neste sentido, para este processo de ensino e aprendizagem, destacamos tecnologias de informação e comunicação, sobretudo aquelas que envolvem recursos digitais com o intermédio de computadores, *tablets* ou *smartphones*, por exemplo, para produção, execução e compartilhamento de pesquisas, conteúdos e/ou dados. Diante de tais mudanças, é comum ver pesquisadores e/ou especialistas fomentando estudos que visem buscar novas formas de agregar estas tecnologias no contexto educacional, sobretudo nos cotidianos de professores e alunos, seja nos espaços físicos da escola e Universidade ou em ambientes virtuais, como é caso dos cursos na modalidade de Educação à Distância.

---

<sup>161</sup> Para maiores informações e conhecimento dos resultados obtidos / publicados no *podcast* “Historiandopod”, acessar o link: [https://anchor.fm/historiandopod/episodes/Uma-anlise-sobre-a-linguagem-didtica-utilizada-no-livro-de-Histria-Geral-e-do-Brasil-etlur4](https://anchor.fm/historiandopod/episodes/Uma-analise-sobre-a-linguagem-didtica-utilizada-no-livro-de-Histria-Geral-e-do-Brasil-etlur4).

Se estas transformações já era uma realidade da educação ao longo dos anos, que de acordo com Nóvoa & Alvim (2021) buscam se moldar às necessidades dos seus indivíduos (comunidade escolar) e da sociedade em geral, com a pandemia da Covid-19, estas discussões se intensificaram cada vez mais, ocasionando em bruscas adaptações aos quais as mesmas, em muitas situações, não atende e/ou não atenderam as chamadas “teias educacionais”, que segundo Illich (1973 apud Ibidem, p. 11), trata-se de uma expressão que melhor traduz a sua ideia de uma educação “extensiva”, isto é, presente em todos os tempos e lugares.

Sendo assim, mesmo com todas as deficiências e desigualdades sociais já existentes, sobretudo com o fechamento de escolas e universidades neste período pandêmico (migração de estudantes e professores para os ambientes virtuais de ensino), muitos foram os recursos digitais que surgiram e/ou se ressignificaram, ganhando novos campos de atuação, abordagens e sentidos, como é o caso do uso dos *podcasts*.

O podcast é uma tecnologia que vem se destacando cada vez mais nos últimos anos, sendo considerada uma alternativa para práticas pedagógicas e de melhoria do processo de construção do conhecimento. Segundo Saidelles; Et. Al. (2018, p. 2) isso é possível porque este recurso “[...] apresenta características particulares, como flexibilidade em seus aspectos de produção e distribuição, acrescentando, em razão disso, possibilidades pedagógicas. Por isso, podem ser inúmeras as suas formas de contextualização na Educação”.

Desta forma, através deste recurso digital, professores e discentes podem encontrar diversas informações sobre os mais variados assuntos, assim como produzir seus próprios conteúdos com acesso em diferentes locais e horários, servindo também, para o desenvolvimento de atividades acadêmicas, como é o caso deste relato de experiência, que buscou envolver e relacionar o uso de *podcast* e o livro didático de história no âmbito universitário, entre outras finalidades, tudo isso através da “interlocução”, ou seja, “conversa trocada entre duas ou mais pessoas; diálogo” (MICHAELIS, 2021, online) entre os participantes, mediados digitalmente por programas e/ou aplicativos.

No ensino de história, por exemplo, é possível identificar alguns modelos de *podcasts* que podem ser acessados pelo público em geral, visando propor discussões sobre diferentes acontecimentos e eventos históricos através de interlocuções entre historiadores e especialistas de áreas afins, sendo a rede social “Instagram - IG” utilizada para a realização de suas divulgações e promoções, sendo eles: Podcast “História no Cast”, divulgado através do IG “@historianopaintoficial”; Podcast “História FM

Podcast”, divulgado através do IG “@obrigahistoria”; Podcast “Historiante”, divulgado através do IG “@ohistoriante”, entre outras páginas e plataformas.

## **2.2 PODCASTS E O LIVRO DIDÁTICO: LINGUAGENS ALTERNATIVAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**

Com o surgimento da Nova História através da Escola dos Annales, o ensino de história pôde contar com uma ampliação de fontes e temas para a pesquisa histórica, assim como, com o uso de novas tecnologias a serviço da área educacional, desencadeando sucessivos debates no que tange a metodologias e estratégias para mediação e construção deste conhecimento histórico e de uma aprendizagem significativa. Entretanto, é importante ressaltar que a caracterização do “teor educativo”, no que tange ao uso destas tecnologias, irá pautar-se na forma e/ou no sentido aos quais os “sujeitos” a empregam.

Contudo, dentre os mais variados materiais pedagógicos e fontes é o “Livro Didático” que continua sendo uma das principais ferramentas de ensino utilizadas no Brasil, importante tanto para o professor quanto para o discente na relação ensino-aprendizagem. Neste sentido, para que o uso deste instrumento pedagógico tenha êxito, vai depender segundo Bittencourt (2008, p. 299) de “[...] nossas concepções sobre o conhecimento, de como o aluno vai apreendê-lo e do tipo de formação docente”. Diante disso, enfatiza-se a necessidade de se estudar e/ou analisar o “livro escolar” nos cursos de licenciatura, assim como, nas formações continuadas a fim de se atender aos planejamentos pedagógicos que envolvem este material.

Com isso, ainda segundo a autora (Ibidem, p. 311), há alguns aspectos essenciais que devem balizar as discussões e/ou reflexões sobre os “livros didáticos”, além do seu “valor” e “ideologia”, são eles: a “forma” (livro como mercadoria), “conteúdo histórico” (livro didático, bibliografia, linguagem, etc.), “conteúdo pedagógico” (articulação entre a informação e aprendizagem, envolvendo análise do discurso, tendências historiográficas, seleção de atividades, etc.), entre outros. Já, no que tange a recepção do professor e do aluno sobre este material didático em sala de aula, quando se há interesse por ambas as partes e, sobretudo, dinamismo em sua utilização, este objeto didático torna-se um forte aliado no processo educativo.

Por isso é primordial que antes de iniciar o ano letivo, seja apresentado o livro escolar que será utilizado, sua composição (estrutura e formas de consultas) e nuances para estimular a pesquisa e o estudo, sobretudo na área de história, onde as fontes, leituras e pesquisas são fundamentais para compreensão e/ou reflexão dos eventos históricos, contribuindo com a formação crítica e cidadã dos seus indivíduos, além de tentar evitar que o seu uso acabe sendo monótono, desencorajador e/ou depreciativo pelos envolvidos.

Logo, as definições trazidas tanto por Choppin (2014) quanto por Bittencourt (2008) sobre o livro didático são semelhantes quando os mesmos o consideram como mediadores do processo de aquisição do conhecimento, ou seja, facilitadores, ao mesmo tempo, que indicam outros dispositivos que agreguem ao seu uso. O autor Choppin (2014) vai chamar este reforço de “conjunto multimídia”. Já Bittencourt (2008), os intitulará de “suportes informativos”, apontando também a importância dos “documentos” e “produções realizadas pelos próprios alunos” para somar na construção deste saber.

Também é importante discorrer que nesta etapa de análise e discussões sobre o livro escolar, entender as narrativas dispostas, fontes e linguagens adotadas ajudam a contribuir no desempenho e uso deste instrumento didático, assim como na execução das próprias disciplinas. No ensino de história, por exemplo, de acordo com Medeiros (2007, p. 61)

O uso de diferentes fontes e linguagens [...] tem contribuído não só para ampliar o campo de estudo da disciplina, como também estabelecer um novo conceito de ensino-aprendizagem, tornando o processo mais dinâmico, significativo e prazeroso. O uso de imagens e documentos escritos tem contribuído para dar significado ao conteúdo histórico, tornando-o real, redimensionando a transposição didática do conhecimento histórico.

Portanto, quando estas linguagens alternativas são atreladas a novas práticas pedagógicas e tecnologias digitais (como elementos de mediação) o contexto educacional torna-se ainda mais atraente, diverso e interativo, sobretudo quando envolve ambientes virtuais ao qual Pierre Lévy (1999) chama de “ciberespaços”. Para este autor, este termo se refere “não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também ao universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (Ibidem, p. 17).

Por isso, investir em novas metodologias e recursos, buscando desenvolver um cenário de “cibercultura”, que significa o “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atividades, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (Ibidem) em paralelo com as demandas já existentes, as chances de prover uma educação de qualidade e comprometida com a aprendizagem são ainda maiores, seja no âmbito escolar ou nas próprias universidades.

Um exemplo disso é o uso de *podcasts* para o fomento de diferentes saberes educacionais nos cursos de licenciatura, como é o caso deste relato de experiência, voltado para compartilhar o desenvolvimento e o processo de produção do podcast “Historiandopod”, que envolveram o ensino de história e a análise do livro didático, tornando-se uma das mais assertivas e dinâmicas atividades acadêmicas experienciada pelas autoras deste trabalho na UFRPE, resultando em pesquisas e estudos científicos. Por se tratar de um recurso acessível e de fácil manuseio, esta “tecnologia da oralidade” é marcada segundo Freire (2013b, p. 42 e 43) a partir da

[...] liberdade de poder ser produzidos programas por virtualmente qualquer usuário da internet; pela liberdade de utilizarem-se de formas de expressão verbal as mais diversas, pela abertura aos distintos timbres vocais e temáticas as mais diversificadas; pela possibilidade de tomada de posicionamentos menos usuais; além da maleabilidade da escuta em tempos e locais diversos.

Logo, quando o mesmo visa atender a função de “teor educativo”, seja para comunidade científica e/ou para sociedade em geral, a sua missão é cumprida de forma satisfatória. No caso do ensino de história, o uso destas novas linguagens vai exigir dos universitários e futuros docentes, além de uma constante atualização sobre suas práticas pedagógicas, uma postura mais reflexiva a fim de desenvolver diferentes repertórios comprometidos com a aprendizagem, transformando seu futuro campo de atuação, ou seja, os ambientes escolares, em verdadeiros centros de desenvolvimento acadêmico, profissional e cidadã, mediados com o auxílio desta e de diferentes tecnologias digitais.

### **2.3 RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A ANÁLISE REFLEXIVA DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA ATRAVÉS DA INTERLOCUÇÃO DO PODCAST “HISTORIANDOPOD”**

Desde o início da nossa formação universitária no curso de Licenciatura em História, era discutido sobre a importância que o “livro didático” possui no cotidiano escolar. Na verdade, já a trazíamos em nosso imaginário devido nossas vivências na educação básica enquanto alunos. A priori, se discutia sobre os exemplares mais adotados pela escola, sua composição e formas de utilização, tanto pelo docente em exercício quanto pelo alunado. Mas foi especificamente no 7º (sétimo) período, que tivemos a oportunidade de estudá-lo com mais propriedade através da disciplina “Linguagens alternativas do livro didático de história”, componente curricular com carga horária de carga horária de 60 horas, ministrada pelos docentes Dayana Raquel Pereira de Lima e Luiz Adriano Lucena Aragão.

As aprendizagens e leituras que envolveram a disciplina foram reflexões sobre o surgimento do livro didático, contextos e narrativas, permanências e inovações, usos e composições, Programa Nacional do Livro e dos Materiais Didáticos - PNLDs, entre outros aspectos. Sem dúvida, só veio afirmar a sua complexidade, pois, como afirma a autora Bittencourt (2008, p. 200) trata-se “de um objeto cultural de difícil definição” que obedecem muitas vezes à lógica do mercado editorial, de equipes técnicas, influências da sociedade (contexto da época) e do meio ao qual está sendo produzido. De fato, sua composição, conteúdo e estruturação, não é uma tarefa simples.

Contudo, mesmo diante desta complexidade, foi muito academicamente produtivo obter um olhar mais técnico e, ousamos dizer, um pouco mais refinado sobre o livro escolar. Autores como Allan Choppin (2014) e Circe Bittencourt (2008) foram alguns dos teóricos que embasaram nossos estudos, contribuindo com os resultados obtidos neste relato de experiência, a partir da análise do livro didático de história. As obras dispostas foram sugeridas pelos professores da disciplina, estando respaldados pelo PNLD.

De acordo com o MEC (2018, online) o PNLD é

[...] destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

Desta forma, a obra escolhida para a realização da atividade foi o livro “História Geral e do Brasil” (Volume 2) dos autores Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo e o recorte histórico o “Capítulo 7” que trata da “América portuguesa, sua expansão e diversidade econômica” por se tratar de uma temática de maior familiaridade pelos integrantes da equipe. A atividade consistiu em analisar de forma crítica as narrativas, linguagens e suportes informativos utilizados no capítulo deste livro didático, identificando se os mesmos atendiam as competências e habilidades dispostas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC e no Currículo de Pernambuco e aspectos que precisariam ser melhorados para uma melhor contextualização e mediação dos eventos históricos.

É importante salientar que na oportunidade também foi dado à liberdade de criação e de inserção de outras abordagens. Entretanto, a forma para compartilhamento das informações obtidas foi outro ponto alto desta atividade: criação de um *podcast* para publicar os resultados obtidos. Segundo Moura & Carvalho (2006, p. 88 apud FREIRE, 2013b, p. 43) o podcast trata-se de uma “forma de publicação de programas de áudio, vídeo e imagens na Internet” onde esta tecnologia, de acordo com Saidelles; Et. Al. (2018, p. 2) “apresenta características particulares, como flexibilidade em seus aspectos de produção e distribuição, acrescentando, em razão disso, possibilidades pedagógicas”, podendo envolver diferentes contextualizações na educação, sobretudo no âmbito escolar e universitário.

Com o tempo de duração estipulado em 10 (dez) a 15 (quinze) minutos, antes de produzi-lo, nos foi solicitado o “roteiro” com a “pauta” da gravação para avaliação e



orientações. Cumprido esta etapa, surgiu o *podcast* intitulado de “Historiandopod”, voltado para os discentes e profissionais da área de história, gravado através do aplicativo / plataforma “Anchor”, recurso gratuito, acessível e de fácil manuseio para edição e publicação, possibilitando que os seus autores/usuários estejam no mesmo ambiente digital para a realização dos registros.

### **Imagem 1: Capa do podcast “Historiandopod”**



**Fonte: Autores, 2021.**

Nesta análise (a partir da liberdade de criação) também foram indicadas as potencialidades presentes nas “linguagens” utilizadas, assim como algumas oportunidades que deixaram de ser aproveitadas em sua totalidade, no que tange a mediação de alguns saberes e recortes históricos. Divididos em 4 (quatro) blocos, o podcast buscou envolver programas de locução, debate, perguntas, exposição verbal e pequenos trechos de músicas instrumentais, sendo este último servindo para interligar as diferentes partes de forma dinâmica e didática.

A primeira etapa do “historiandopod” foi destinado para apresentação dos componentes e criadores do projeto, como o mesmo surgiu e sua finalidade para o contexto educacional, sobretudo para o ensino de história. Já o segundo bloco foi destinado para a apresentação do livro didático e do capítulo escolhido para a realização da análise crítica, sendo também contextualizado em linhas gerais, o recorte histórico. Partindo para análises mais técnicas e aprofundadas, o terceiro bloco buscou explicar e identificar se no capítulo analisado estavam contempladas as “competências” e “habilidades” contidas nos documentos oficiais que balizam e orientam a educação brasileira, sendo eles a BNCC e o Currículo de Pernambuco. Por fim, no quarto e último bloco de análise, foram realizados estudos mais detalhados dos tipos de linguagens que adotados neste “Capítulo 7”, que envolveram iconografias, boxes informativos, texto

geral, textos temáticos (acontecimentos históricos e personagens), cartografias, além de verificar se as narrativas no que se refere aos aspectos da história local dialogavam com as habilidades contidas no Currículo de Pernambuco.

Ademais, também foi possível identificar algumas limitações nas abordagens utilizadas sobre os eventos locais, ou seja, em Pernambuco, sendo constatada a necessidade de inserção de diferentes materiais pedagógicos para agregar ao ensino-aprendizagem proposto pelo livro didático e pela temática. Na ocasião, foram sugeridas algumas possibilidades e referências pelas autoras do “Historiandopod”.

Ao final, através desta tecnologia digital também foi possível externar nossos agradecimentos e aprendizagens adquiridas através desta vivência acadêmica, assim como enfatizar a importância de se compartilhar estes estudos e análises no sentido de contribuir e diversificar ainda mais o ensino de história. Abaixo constam as considerações finais realizadas, oralmente, ao final da gravação do podcast “Historiandopod”:

“NATÁLIA LIMA - [...] Gostaríamos de agradecer o apoio e orientações dos professores Adriano e Dayana da UFRPE que nos propuseram este desafio. Foi um prazer desenvolver um podcast para o ensino da história” (Citação Verbal, 2021).

“AMANDA NUNES - Também gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos, tanto ao professor Adriano quanto a professora Dayana, por toda orientação e apoio ao decorrer da disciplina. [...] E o meus mais sinceros agradecimentos a todos os ouvintes que estão nos acompanhando” (Citação Verbal, 2021).

Podemos concluir, por fim, que a formação universitária e docente precisa alicerçar-se em bases pedagógicas diversificadas, materializadas através de práticas que visem um ensino de história mais dinâmico e interativo, envolvendo diferentes indivíduos da comunidade científica e da sociedade em geral, ao mesmo tempo em que estejam comprometidos com uma aprendizagem significativa e crítica. Desta forma, a experiência obtida através do desenvolvimento do *podcast* educativo “Historiandopod” contribuiu de forma produtiva para a nossa jornada acadêmica e profissional.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As atividades pedagógicas desenvolvidas no âmbito universitário nos cursos de licenciatura com foco na formação acadêmica e docente é fundamental para construção de sujeitos críticos e conscientes, capazes de refletir sobre seus “saberes profissionais” que envolve conhecimento, competências, habilidades e atitudes no exercício de sua atividade, comprometidos com o ensino e aprendizagem do alunado nos campos de atuação de seu futuro ofício.

Segundo Tardif (2000) os “saberes profissionais” se distinguem muitas vezes, dos “conhecimentos universitários”, pois este último, em suma maioria baseia-se seu ensino na lógica disciplinar, ou seja, na lógica científica da formação profissional docente, que acaba não sendo compatível com a realidade encontrada dos ambientes escolares. Para identificar estes problemas epistemológicos, se faz necessário regressar às origens da formação universitária, mas especificamente nas disciplinas voltadas para as práticas pedagógicas do professor, que levem em consideração as metodologias e/ou a situação (contexto) atual da educação brasileira.

É interessante observar que os saberes profissionais dos professores também estão ligados a fatores “temporais, plurais e heterogêneos, personalizados e situados, e que carregam consigo as marcas do seu objeto, o ser humano” (Ibidem, p. 14), logo, devendo ser entendido como algo contínuo e dinâmico, levando em consideração a cultura pessoal do docente, conhecimentos disciplinares, didáticos e pedagógicos, suas experiências e vivências, pois “o objeto de trabalho do docente são seres humanos e, por conseguinte, os saberes dos professores carregam as marcas do ser humano” (Ibidem, p. 12).

Neste sentido, este relato de experiência buscou compartilhar as vivências adquiridas na formação universitária em Licenciatura em História da UAEADTec/UFRPE, na disciplina de “Linguagens alternativas do livro didático de história”, que envolveram análises críticas e reflexões sobre um dos instrumentos pedagógicos mais utilizados nos âmbitos escolares, os livros didáticos, sendo mediado por novas tecnologias digitais capazes de dinamizar e diversificar o ensino de história de forma criativa e didática, dentre elas o uso de podcasts, como é caso do “Historiandopod”, que foi desenvolvido pelas autoras deste trabalho acadêmico, sob supervisão dos docentes da UFRPE, conseguindo realizar interlocuções voltadas para discentes e professores da área de História.

## REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros e materiais didáticos de História. In. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 295- 324;
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Resenha: Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rhufba/article/viewFile/27851/16542>. Acesso em: 12 de ago. 2021;
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018;
- BRASIL. Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>>. Acesso em: 12 de ago. 2021;

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas**: sobre o estado da arte.

Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022004000300012](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000300012)>. Acesso em: 12 de ago. 2021;

FREIRE, Eugênio Paccelli Aguiar. **Podcast na educação brasileira**: natureza, potencialidades e implicações de uma tecnologia na comunicação. Disponível: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/14448>>. Acesso em: 12 de ago. 2021a;

FREIRE, Eugênio Paccelli Aguiar. **Conceito educativo de podcast**: Um olhar para além do foco técnico. Disponível:

<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5021361>>. Acessível: 12 de ago. 2021b;

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999;

LIBÂNEO, J. C. **Docência Universitária**: formação do pensamento teórico científico e atuação nos motivos dos alunos. In: D'AVILA, C. Ser professor na contemporaneidade: desafios, ludicidade e protagonismo. Curitiba: CRV, 2009;

MEDEIROS, Elisabeth Weber. **Ensino de história**: fontes e linguagens para uma prática renovada. Disponível em:

<<https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/VIDYA/article/view/395/369>>. Acesso em: 12 de ago. 2021;

MICHAELIS, Dicionário online. **Interlocução**. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/palavra/neRRl/interlocu%C3%A7%C3%A3o/>>. Acesso em: 12 de ago. 2021;

NÓVOA, Antonio. ALVIM, Yara Cristina. **Covid-19 e o fim da educação**. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/110616>>. Acesso em: 12 de ago. 2021;

PERNAMBUCO, Governo. **Currículo de Pernambuco**: Fundamental. Pernambuco: Secretaria de Educação, 2018;

SAIDELLES, Tiago; Et. Al. **A utilização do podcast como uma ferramenta inovadora no contexto educacional**. Disponível em:

<<https://seer.faccat.br/index.php/redin/article/view/1143/724>>. Acesso em: 12 de ago. 2021;

SCHON, Donald. A. **Formar professores como profissionais reflexivos**. Disponível em:

<<https://pt.slideshare.net/keitelima16/formar-professorescomoprofissionaisreflexivosdonaldschonp>>. Acesso em: 12 de ago. 2021;

TARDIF, Maurice. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos**

**universitários**: Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores

e suas consequências em relação à formação para o magistério. Disponível em: <[http://www.ergonomia.ufpr.br/Metodologia/RBDE13\\_05\\_MAUURICE\\_TARDIF.pdf](http://www.ergonomia.ufpr.br/Metodologia/RBDE13_05_MAUURICE_TARDIF.pdf)>. Acesso em: 12 de ago. 2021;

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. América portuguesa: expansão e diversidade econômica. In. VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História geral e do Brasil**. Vol. 2. 2ª ed. São Paulo: Editora Scipione, 2013, p. 87-97.



**ST- 14. MUNDOS DO TRABALHO:  
RAÇA, GÊNERO,  
SOCIABILIDADE E LUTAS POR  
DIREITOS**

**COORDENAÇÃO:**

**Márcio Romerito da Silva Arcoverde (UFRPE)**

**TRABALHO FEMININO EM PAUTA: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS**

# PERCEPÇÕES DE EDWIGES DE SÁ PEREIRA E MARIA LACERDA DE MOURA EM DUAS DÉCADAS (1920 E 1930)

Marcelo Melo da Silva<sup>162</sup>

## RESUMO

O objetivo desta comunicação é analisar as percepções feministas sobre a mulher e o trabalho nos anos de 1920 e 1930. A pauta do trabalho feminino aparece nos livros publicados por elas e nos discursos nos jornais. Edwiges de Sá Pereira pensou a situação das mulheres em sua conferência intitulada “Pela mulher, para mulher”. Nesta conferência, ela dividiu as mulheres em três categorias: a que sabe e não precisa trabalhar, a que precisa e sabe trabalhar e a que precisa e não sabe trabalhar. Edwiges estava no campo feminista intitulado de “bem-comportado”. Já Maria Lacerda de Moura, rompeu com o feminismo tradicional, radicalizando suas ideias. Tornou-se anarquista e iniciou duras críticas às feministas sufragistas. Ela visava à igualdade no trabalho doméstico e assalariado. O confronto de ideias não tem a intencionalidade de colocá-las em campos opostos, mas de ampliar as discussões e perceber que, de fato, as mulheres estavam discutindo e reivindicando direitos. Assim, analiso as propostas feministas, por meio de jornais, livros e artigos do período. Para embasar o problema central da comunicação, elenquei como referenciais teóricos os estudos de Joan Scott (1995) e Louise Tilly (1994) que constituíram a teoria de gênero e os espaços traçados pelos estudos feministas.

**Palavras-chave:** Feminismo; trabalho; gênero.

## INTRODUÇÃO

Pretendemos discutir neste artigo, no contexto das décadas de 1920 e 1930, as diferentes percepções das mulheres apresentadas no resumo: Edwiges de Sá Pereira (1884-1958) e Maria Lacerda de Moura (1887-1945), sobre o trabalho feminino. As escolhas não foram por acaso. Edwiges de Sá Pereira foi sujeito histórico importante em minha dissertação intitulada: “Votar é preciso: os movimentos feministas em Recife e a

---

<sup>162</sup> Graduação (2012) e mestrado (2016) em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Técnico em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Pernambuco, *Campus Paulista*.

construção do eleitorado feminino (1931-1934)”, junto com outra feminista importante na época em Pernambuco, a Martha de Hollanda.

Já a Maria Lacerda de Moura foi escolhida devido seu papel antagônico ao feminismo instituído por Edwiges e, a nível nacional, de Bertha Lutz (1894-1976). Digo “nacional”, porque Bertha Lutz construiu movimento que congregava diversas “filiais” da sua organização, intitulado como “brasileira”: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Inclusive há uma cisão entre Maria Lacerda de Moura e Bertha Lutz, muito pela percepção de luta que as duas iriam encampar.

Também, enquanto linhas introdutórias, importante pontuar as diversas pautas das mulheres feministas, comunistas, antifascistas etc. na busca por direitos políticos e civis no Brasil. Por isso, trago esta análise comparativa, para entender as diversas ideias de mundo que elas traziam e não uma perspectiva de rivalizá-las. Até pela perspectiva histórica de propor o debate da época, havendo discussão importante sobre os rumos do país, como relatado anteriormente.

É comum, na análise dos anos 1920 e 1930, pensar que as mulheres lutaram apenas pelo voto feminino. Muitos analistas, chamando as feministas da época como “sufragistas”. De fato, a pauta pelo voto feminino foi importante para a luta feminista da época, entretanto, haviam outras pautas de luta, por isso, é errôneo o pensamento de luta única pelo sufrágio. Diversas questões foram trazidas pelas feministas, como saúde, trabalho, instrução, desigualdade de gênero, guerra, paz mundial, democracia, casamento, divórcio, maternidade, para citar algumas pautas do período.

É importante notar, que existiam mulheres em diversos movimentos, partidos etc. Como a Patrícia Galvão (1910-1962), a Pagu, que era filiada ao Partido Comunista do Brasil (PCB), que de acordo com Glaucia Fraccaro (2018, p. 37) “interpretou as agruras cotidianas do mundo do trabalho”. Havia, de fato, diversas frentes femininas na luta por direitos.

Maria Lacerda de Moura foi uma militante anarquista, antifascista e, por curto período, lutou na causa feminista. Ela chegou a criar em 1920, junto com Bertha Lutz, a Liga para a emancipação intelectual da mulher, tendo como pauta principal a luta pelo voto feminino (HAHNER, 1981, p. 102). Esta organização precedeu a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, movimento de relevo nacional. Maria Lacerda de Moura rompeu com este movimento, pois acreditava que a luta pelo direito de voto “iria beneficiar poucas mulheres, sem trazer vantagem alguma à multidão feminina” (PINTO, 2003, p. 36-37). De acordo com Moreira Leite, a anarquista:



“Desviara o seu interesse da cidadania da mulher para as discriminações por ela sofridas, examinando as condições da formação da família, dos mecanismos de criação do conformismo feminino e daqueles capazes de reproduzir essa condição subalterna, tanto no trabalho doméstico quanto no trabalho assalariado” (LEITE, 1984, p. 22).

Como é possível observar, Maria Lacerda de Moura inicia uma percepção diferenciada das feministas, encampando temáticas relativas ao trabalho feminino e a condição da família, traçada no conservadorismo, situando a mulher no espaço privado e no lugar de mulher dona de casa e mãe de família, apenas. Moura nasceu em 1887 em Manhuçu (MG). Escritora e educadora. Foi anarquista e antifascista. Colaborou com Bertha Lutz na fundação da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher. Casou e separou. Perseguida no Governo Vargas, viveu na clandestinidade a partir de 1935.

Claro que as feministas pensavam para além do direito do voto feminino, como venho sustentando neste artigo. Entretanto, a crítica das comunistas e anarquistas foram importantes para o aprofundamento da discussão sobre a mulher trabalhadora.

Já Edwiges de Sá Pereira permaneceu ligada ao movimento feminista no recorte temporal analisado aqui. A Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (FPPF), fundado e dirigido por ela, foi uma organização diretamente ligada a Federação Brasileira, criada por Bertha Lutz. Edwiges era de família católica, nascida no município de Barreiros em 25 de outubro de 1885. Filha do advogado José Bonifácio de Sá Pereira e de Maria Amélia Rocha de Sá Pereira, teve condições propícias para estudar. Foi professora, poetisa, escritora e também jornalista. Ocupou uma cadeira na Academia Pernambucana de Letras.

É importante notar que não havia apenas um movimento feminista em Recife. Também tínhamos a Cruzada Feminista Brasileira, que apesar do nome foi criada na capital pernambucana, em 1931, por Martha de Hollanda. Inclusive, o fato de haver mais de uma organização feminista serviu como munição dos antifeministas, como o articulista Mario Melo.

Quando foi fundada aqui uma das cruzadas femininas – digo uma das Cruzadas porque as saias se assanharam em a nova República e querem bancar os Barbas-roxas e os Bonifácios – tive oportunidade de divergir da campanha feminista, prometendo aplaudi-la quando apresentasse finalidade mais compatível com o meio social. Antes de fazê-lo agora, estranho que haja no Recife duas Cruzadas femininas, ambas com o mesmo título, ambas com o mesmo programa, mas em guerra surda. Parece que as mulheres só chegam a acordo quando discutem modas, para imitar servilmente os figurinos de Paris... (As Cruzadas Femininas. **Jornal Pequeno**. 7 ago. 1931, p. 1)

Assim como existia diversos partidos organizados por homens, porque não poderia haver mais de um movimento organizado por mulheres? Importante pensar que diversas mulheres pensavam o país. O antifeminismo foi tratado de forma minuciosa por Rachel Soihet (2013) e também tratado na minha dissertação (2016) no capítulo “O antifeminismo ou a reafirmação do lugar ‘natural’ da mulher”.

Ao longo deste artigo pretendemos trazer as percepções de Edwiges de Sá Pereira e Maria Lacerda de Moura sobre o trabalho feminino. Como foi possível observar ao longo desta introdução, haviam experiências e lugares sociais distintos que, de alguma forma, corroboraram nestes olhares antagônicos.

## **AS PERCEPÇÕES SOBRE O TRABALHO FEMININO: EDWIGES DE SÁ PEREIRA E MARIA LACERDA DE MOURA**

Neste momento, pretendo discutir as percepções sobre o trabalho feminino. Para analisar a percepção da feminista Edwiges de Sá Pereira, utilizaremos sua obra de 1932, intitulada “Pela mulher, para a mulher”. No caso de Maria Lacerda de Moura, utilizamos seus discursos proferidos em jornais, como *A Plebe*, onde buscava melhoria para a mulher “sem recursos e sem biblioteca” (LEITE, 1984, p. 23).

Edwiges de Sá Pereira em sua obra “Pela mulher, para a mulher” dividiu as mulheres em três categorias: a que sabe e não precisa trabalhar, a que precisa e sabe trabalhar e a que precisa e não sabe trabalhar. As duas primeiras iriam, juntas, preparar as mulheres, da terceira categoria, para o mundo do trabalho, como o próprio nome do livro indicava. Edwiges inicia sua discussão com a mulher que sabe e não precisa trabalhar, isto é, a mulher da elite, letrada. Ela descreve o contexto desta mulher da elite, remontando ao período escravista e patriarcal. A mulher tinha, neste período, uma vida amorfa. Com o fim da escravidão a mulher continuou sendo sustentada pelo marido, seguindo “à doçura dos nossos costumes” (PEREIRA, 1932, p. 6). Com o fim da escravidão, a mulher passa, cada vez mais, interessar-se pela vida fora do núcleo familiar. De fato, era muito comum o trabalho dessas mulheres em entidades beneficentes e de educação.

Já a segunda categoria, para Edwiges, tinha uma trajetória dolorosa, pois não tinham escola, precisavam trabalhar. As fábricas foram uma solução para as mulheres proletárias (PEREIRA, 1932, p.7). Ela relata ainda que existia contestações ao trabalho feminino nas fábricas, pois “afetaria sua natureza orgânica, diminuindo a sua capacidade procriadora, comprometeria a natalidade, concorreria para a despopulação” (PEREIRA,

1932, p. 7). É importante notar, que apesar das ponderações realizadas pela feminista, o trabalho fabril das mulheres era uma realidade. De acordo com Glaucia Fraccaro (2018, p. 51) “em 1912, mulheres e meninas compunham quase 72% da força do setor têxtil”. Inclusive as mulheres se organizaram no movimento sindical para reivindicar igualdade salarial e fim dos abusos dos mestres na linha de produção (FRACCARO, 2018, p. 48).

Neste sentido, as duas categorias elencadas por Edwiges (mulheres da elite e as trabalhadoras) poderiam fomentar formas de melhorar a situação da categoria de mulheres que precisam e não sabem trabalhar. De acordo com ela, estas mulheres já vinham lutando por direitos sociais e políticos:

O cérebro que a displicência atrofia, os braços que a inação paralisa, a vontade que passiva resignação coagia, cedem ao dinamismo da hora presente e, acionados por invencível força ascensional, pensa, movimentam-se, age. E, unidas as duas correntes, as mulheres que não precisam e as que precisam e sabem trabalhar organizam-se, protestam, e reclamam a conquista de direitos civis e políticos, na aspiração de colaborar nos dispositivos das leis que, regulando a sociedade, tão profundamente vão se refletir nos costumes. (PEREIRA, 1932, p. 9)

Edwiges de Sá Pereira pensava também na mudança estrutural nas relações de trabalho, como intervenção nos direitos civis para as mulheres. Não à toa que ela foi candidata nas eleições constituintes de 1933<sup>1</sup>. Nenhuma das feministas foram eleitas neste momento. A única mulher eleita neste pleito foi Carlota Pereira de Queiroz, por São Paulo.



**Figura 1.** Imagem da campanha de Edwiges na eleição constituinte em 1933.

**Fonte:** Diário de Pernambuco. 30 abr. 1933, p. 8.

Sobre a terceira categoria, Edwiges observava, com pesar, o estado de ignorância que elas se encontravam, sendo uma “dolorosa avalanche de incapazes que, impúberes ainda, vagueiam pelas ruas da cidade, esmolam pelos cafés e pelos templos, e se arrastam no declive de todas as indigências ao despudor de todos os vícios” (PEREIRA, 1932, p. 9). Ela conclui que a União deveria direcionar a “causa *mater* do interesse nacional” (PEREIRA, 1932, p. 12) em cooperação dos estados, propor educação escolar em espaços urbanos e rurais.

---

1. Sobre as eleições de 1933 em Pernambuco, ver SILVA, 2016.

De acordo com ela, seriam:

Escolas ativas: pedagógicas, domésticas, profissionais, agrícolas – onde a colaboração feminina se possa exercer num plano de proteção e defesa para a finalidade social da mulher, e a coordenação dos objetivos nacionais consubstanciados na família, na moral, na religião, na liberdade. (PEREIRA, 1932, p. 12).

Além da discussão, a nível governamental, houve uma tentativa por parte da FPPF para construção de um espaço de formação, que foi intitulado como “Escola de oportunidades”, onde ela “aliciou senhoras de boa vontade que se dedicaram à missão de proporcionar aulas práticas de português, datilografia e línguas para moças das diversas classes sociais” (ARAÚJO, 1971, p. 440). A FPPF pretendeu, ainda, fazer um estudo estatístico para saber quais funções as mulheres desempenhavam em Pernambuco, se “exerciam atividade no funcionalismo, no comércio, nas fábricas” (Idem) para daí concretizar a referida “escola”. Aparentemente não houve êxito nesta ação, entretanto, a preocupação das feministas foram intensificadas após críticas de contemporâneas anarquistas e comunistas, como Maria Lacerda de Moura e Patrícia Galvão.

A feminista carioca Bertha Lutz, por exemplo, enviou à Assembleia Constituinte, em 1934, carta com direitos para as mulheres, intitulada: “O trabalho feminino: a mulher na ordem econômica e social” garantindo “a proibição de diferença salarial para um mesmo trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil” e “reconhecia

a maternidade como fonte de direitos, devendo ser amparada pelo Estado” (SOIHET, 2013, p. 83-84).

Percepção de Maria Lacerda de Moura também foi no sentido de levar educação para as mulheres pobres. Entretanto, como falado anteriormente, ela não acreditava que a luta feminista pelo voto feminino fosse trazer benefícios para a maioria das mulheres. Por isso seu afastamento do feminismo e, conseqüentemente, defendendo outras bandeiras, como o moralismo que imperava e os salários baixos das trabalhadoras fabris. Como também falamos anteriormente, as feministas tinham outras bandeiras para além do voto, entretanto, não havia crítica mais contundente do conservadorismo e do moralismo. Inclusive, as feministas ligadas a Bertha Lutz eram consideradas como “bem-comportadas” por utilizarem uma tática de aceitação das mulheres na política, sem questionar o papel masculino nesta exclusão.



**Figura 2:** Maria Lacerda de Moura de perfil.

**Fonte:** <http://unespciencia.com.br/2017/08/01/direitos-fem-88/>

De acordo com Míriam Moreira Leite, já no seu primeiro livro, em 1918, Maria Lacerda de Moura começou a escrever sobre a condição feminina. Esta autora resume as lutas que Moura encamparia:

(...) direito à cidadania, à educação, à necessidade de resistência à redução da vida da mulher ao papel de procriadora, aos preconceitos existentes contra a mulher escritora, à legitimação da inferioridade feminina na sociedade vigente; o direito ao amor e ao casamento por livre escolha, à necessidade da maternidade consciente, o problema da solteirona e da prostituta, as situações criadoras dos crimes passionais e as formas do trabalho doméstico e repercussões do trabalho assalariado (LEITE, 1984, p. 21-22).

Moura detinha um pensamento diferente da de Edwiges de Sá Pereira, que era contra o divórcio e fiel aos preceitos católicos nas suas ações. Maria Lacerda de Moura escreveu também em jornais, como O Corymbo, do Rio Grande do Sul, e A Plebe, jornal anarquista, sobretudo sobre a condição da mulher operária. Segundo Leite:

As operárias eram obrigadas a suportar a competição e baixos salários ao mesmo tempo que a perda de posição proveniente tanto do salário inferior quanto do ideal feminino de não trabalhar em troca de salário. A estrutura

social tradicional continuava a transmitir e reforçar a crença nos perigos morais, para a mulher e para a família, provenientes do mundo do trabalho fora do ambiente doméstico (LEITE, 1984, p. 26).

Existe aí uma dupla frente a ser combatida por Maria Lacerda de Moura. Os salários mais baixos para as mulheres e os discursos moralizantes que questionavam a presença das mulheres neste ambiente laboral, fora do espaço doméstico. Sem dúvida, as mulheres eram essenciais no processo produtivo, sobretudo se considerarmos a questão do custo benefício, pois recebiam menos que os homens. Todas estas nuances eram tratadas por Maria Lacerda de Moura. Ainda de acordo com Míriam Moreira Leite “o movimento sufragista limitou estrategicamente suas reivindicações, enquanto os grupos anarquistas e comunistas empenhavam-se na discussão da família burguesa e na criação de uma nova moral” (1984, p. 33). Apesar de discordar da autora quando se refere as feministas como sufragistas, à crítica a “família burguesa” e a moral vigente, foram realizadas pelas anarquistas e comunistas. E como foi dito anteriormente, havia um conjunto de mulheres que pensavam o país, sob diversos olhares.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tentei demonstrar neste artigo, as percepções sobre o trabalho feminino de duas mulheres que eram contemporâneas, mas de contextos diferentes de vida e percepção. Edwiges de Sá Pereira, pernambucana e feminista católica. E Maria Lacerda de Moura, mineira, anarquista e antifascista. No período estudado aqui, foi possível perceber as divergências e convergências entre as duas militantes. O principal ponto de divergência foi uma das pautas caras ao feminismo: o sufrágio feminino. Maria Lacerda de Moura não era necessariamente contra ao voto feminino. Apenas acreditava que este direito beneficiaria poucas mulheres, decidindo assim lançar mão desta pauta. Entretanto, não deixou de criticar as feministas por acharem que esta pauta seria crucial para o futuro das mulheres. Também podemos traçar os pontos de convergência. Apesar da forma da ação ser diferente, ambas pensavam em melhorar a condição de trabalho da mulher subalternizada. Edwiges de Sá Pereira escreveu sua obra “Pela mulher, para mulher” e também colocou em prática a “Escola de oportunidades”, com este intuito de melhorar a vida da mulher trabalhadora. Maria Lacerda de Moura escreveu vários livros sobre esta temática.

Como foi ressaltado no início deste artigo, a ideia foi trazer percepções de mundo, que muitas vezes divergiam, mas não com a intenção de criar rivalidades entre as militantes. O intuito foi de desmitificar a ideia de que existia apenas um movimento

feminista, que lutavam exclusivamente pelo sufrágio feminino. Isto não foi realidade. Primeiro, que as feministas tinham outras bandeiras de luta e não se restringiam apenas a luta pelo voto. Segundo, que existiam outras mulheres fazendo militância em outros espaços, como as comunistas e anarquistas.

Portanto, este artigo pretendeu contribuir na ampliação do conhecimento sobre as duas mulheres aqui apresentadas, bem como ampliar o entendimento sobre o contexto analisado.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 49, p. 133150, 2003.

FRACCARO, Glaucia. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2018.

HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEITE, Miriam Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.

PEREIRA, Edwiges de Sá. *Pela Mulher, Para a Mulher*. Recife: Oficinas Graphics da Associação da Bôa Imprensa, 1932.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SILVA, Marcelo Melo da. *Os movimentos feministas em Recife e a construção do eleitorado feminino (1931-1934)*. Dissertação (Mestrado em História). Recife, UFRPE, 2016.

SOIHET, Rachel. *Feminismos e antifeminismos. Mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

## **“UM TRABALHO FEITO POR AMOR”<sup>163</sup>: DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E REPRODUÇÃO SOCIAL COMO FORMA DE EXPLORAÇÃO**

---

<sup>163</sup> FEDERICI, Silvia. *O Ponto Zero da Revolução: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista*, 2019.

## RESUMO

Nos últimos anos, o debate sobre equidade de gênero e divisão sexual do trabalho tem se tornado cada vez mais frequente, gerando questionamentos e discussões sobre o assunto. Ser determinado como pertencente ao sexo feminino ou masculino significa assumir uma série de pressupostos e responsabilidades que ignoram os desejos especiais do indivíduo, exceto em um ambiente que cria desigualdades. O presente trabalho tem como objetivo analisar as desigualdades provocadas pelas relações: racista – patriarcal – heteronormativas que encontram sustentação, fundamentalmente, na família ainda configurada pela divisão sexual do trabalho, conformando, por sua vez, as bases para garantir a reprodução social da força de trabalho e da exploração do “trabalho sem valor” das mulheres, que diante da lógica de acumulação capitalista, são indispensáveis. Com base nesses pressupostos, buscou-se investigar em bibliografias que dialogam com o tema proposto, os contornos da divisão sexual do trabalho como garantia da reprodução social da força de trabalho e exploração das mulheres, refletindo sobre como as relações de classe, raça e gênero estão imbricadas.

**Palavras-chave:** Divisão sexual do trabalho. Trabalho doméstico. Reprodução social.

## 1. INTRODUÇÃO

A exploração assistida no sistema capitalista atravessa as fronteiras do trabalho remunerado, acumulação de capital ou visão “meritocrática” da subordinação entre classes.

Segundo a pesquisa de Guiraldelli (2012), historicamente, as discussões nos espaços públicos e privados têm atribuído às mulheres a responsabilidade do ambiente familiar. Cuidar da família sempre foi responsabilidade das mulheres, especialmente em

---

<sup>164</sup> Pós-graduanda (Lato Senso) em História Social e Contemporânea (FUNIP); Graduada em Gastronomia (UNIVERSO – Recife).



famílias menos abastadas. Mesmo nas casas de maior poder aquisitivo, o ‘cuidado’ da casa é atribuído também às mulheres, neste caso a responsável é a empregada doméstica.

Ao falar sobre o trabalho doméstico, Freitas (2012) destacou que sob responsabilidade das mulheres, esse tipo de trabalho vai durar muito tempo. Enquanto os homens não perceberem que seus filhos e pais idosos também são sua responsabilidade, e suas carreiras não estão apenas relacionadas ao equilíbrio financeiro, mas também ao equilíbrio das relações, as tarefas domésticas continuarão a ser atribuídas às mulheres. Quer sejam donas de casa ou empregadas domésticas.

Diante das inquietações suscitadas pela temática e com o intuito de contribuir para a sua elucidação o presente trabalho se propõe a analisar os contornos da Divisão Sexual do Trabalho na família, como também refletir sobre a reprodução social da força de trabalho e da exploração do “trabalho sem valor” das mulheres, diante da lógica de acumulação capitalista.

A divisão do trabalho é um fenômeno que pode ser encontrado ao longo de toda a história. Inicialmente, a divisão do trabalho era realizada pela divisão sexual, com base na idade e no vigor corporal. Com a complexificação das relações sociais do sistema de trocas, conseqüentemente do mercado produtivo, passa a haver uma divisão do trabalho de acordo com especialidades, denominada de “divisão social do trabalho” ou “divisão do trabalho social” (PIRES, 2009).

Para construção deste trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica que pode ser entendida como “levantamento de determinado tema, processado em base de dados nacionais e internacionais que contém artigos de revistas, livros, teses e outros documentos” (Neves; Jankoski; Schnaider, 2013, p. 02). Por meio de orientações interdisciplinares buscou-se investigar em bibliografias que dialoguem com o tema proposto, os contornos da divisão sexual do trabalho como garantia da reprodução social da força de trabalho e exploração das mulheres, refletindo sobre como as relações de classe, raça e gênero estão imbricadas.

## **2. A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO**

Vivemos em uma sociedade em que os papéis sociais dos indivíduos, assim como sua inserção nesse meio, são determinados biologicamente.

Essa noção foi primeiramente utilizada pelos etnólogos para designar uma repartição “complementar” das tarefas entre homens e mulheres nas sociedades que

estudavam. Lévi-Strauss fez dela o mecanismo explicativo da estruturação da sociedade em família. Mas as antropólogas feministas foram as primeiras que lhe deram um conteúdo novo, demonstrando que traduzia não uma complementaridade de tarefas, mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres (FALQUET, 2011).

A discussão teórica, deste estudo, será pautada pela perspectiva crítica da divisão sexual do trabalho que é estabelecida enquanto categoria analítica. Isso posto, identifica-se que o uso dessa categoria possui grande capacidade explicativa para condição das mulheres em sociedade, segundo os termos de Saffioti (2013).

De acordo com Kergoat (1987) a divisão do trabalho entre homens e mulheres é parte integrante da divisão social do trabalho. Embora a divisão sexual do trabalho não tenha surgido no interior das sociedades capitalistas, o capitalismo, enquanto um sistema político e ideológico utiliza-se das diferenças sexuais para fincar cada vez mais seu processo inerente de aprofundamento das desigualdades.

Para a autora, a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Sendo assim tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.).

Neste cenário a divisão sexual do trabalho se organiza embasados em dois princípios: o primeiro está relacionado a divisão do que se configura como trabalho feminino e masculino. O segundo consiste na hierarquização, onde o trabalho masculino é colocado como superior ao feminino, pois foi no transcorrer da história marcado pela simbologia do determinismo biológico (KERGOAT, 2009).

Pereira (2012, p. 432) complementa ressaltando que “ainda hoje as mulheres sofrem com essa carga simbólica e são exprobradas pelo preconceito da sociedade patriarcal, burguesa e capitalista que continua explorando ao máximo o trabalho feminino em jornadas múltiplas e salários menores”.

As análises orientadas pela divisão sexual do trabalho tendem a se expressar na dicotomia entre o masculino e feminino, em resumo pautadas pelo sexo biológico, de modo a conceber de maneira binária homens e mulheres enquanto categorias centrais de estudo e, assim focar nas implicações sociais da representação desses sexos, bem como em relações heteronormativas (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Ainda dentro dos elementos que compõe a divisão sexual do trabalho existem diferenciações como o trabalho não remunerado e remunerado, escolaridade, raça e etnia,

questões etárias e isso faz com que os impactos na vida das mulheres, dentro da mesma classe e para o mesmo fenômeno, ocorra de maneiras distintas implicando em níveis de afetação em graus desiguais (BIROLI, 2016).

A autora defende que a divisão sexual do trabalho seria responsável por produzir o gênero, alertando que isso se daria de modo correlato com classe e raça. Ainda segundo essa autora o gênero não se origina de maneira isolada exigindo “[...] outras variáveis que, em um dado contexto, são relevantes no posicionamento e identificação das pessoas” (BIROLI, 2016, p.732).

Para Sorj (2004), o trabalho remunerado e o não remunerado são duas dimensões do trabalho social que estão intimamente relacionadas, prevalecendo a noção de que o trabalho para o mercado e a atividade doméstica são guiados por diferentes princípios, pois as regras do mercado se aplicam à produção, e o trabalho doméstico seria a contrapartida das mulheres no casamento pelo seu sustento.

A não consideração dos afazeres domésticos como trabalho silenciou e tornou invisível, por muito tempo, relações assimétricas e de poder entre os sexos.

Como as atividades domésticas eram baseadas nos vínculos de casamento e reciprocidades parentais, as relações de subalternidade e opressão entre os sexos ficavam escondidas na cumplicidade familiar, que reserva às mulheres o amor e cuidado à família, e ao homem a provisão financeira. O curso da história delineou um modelo de família cuja protagonista, a mãe, seria a responsável por dispensar especial atenção ao cuidado e à educação dos filhos, assumindo a formação moral das crianças no interior dos lares. Nessa configuração, os espaços públicos seriam de direito dos homens, vistos como provedores e chefes da família (SCOTT *apud* RAMOS, 2013, p. 1233).

A relação entre produção e reprodução se materializa na relação entre trabalho remunerado e não remunerado, e nas relações sociais entre os sexos.

Como “destino natural dos sexos” se define a produção e a remuneração aos homens, e a reprodução e o trabalho não remunerado às mulheres. É a dicotomia entre o público e o privado se consubstanciando no binário trabalho remunerado e não remunerado (BRUSCHINI, 2006).

### **3. MULHERES, TRABALHO DOMÉSTICO E CAPITALISMO**

Assume-se que:

O patriarcado é o sistema de subordinação das mulheres aos homens nas sociedades industriais contemporâneas, E tem por base econômica o modo de

produção doméstica (que trata das obrigações familiares). O controle do exercício das obrigações no âmbito familiar pode ser entendido como o meio e a causa da exploração material a que estão submetidas as mulheres (RIBEIRO; HANASHIRO, 2016, p. 106).

O patriarcado parece preceder o capitalismo, existindo nos moldes atuais, em certo sentido, internamente ou em paralelo, ou talvez adicionalmente, às relações capitalistas (PATEMAN, 1988).

A desvalorização do trabalho doméstico foi uma consequência da transição da economia de subsistência para o capitalismo: “no novo regime monetário somente a produção para o mercado estava definida como atividade criadora de valor” (FEDERICI, 2017, p. 145).

Assim, tanto o trabalho doméstico quanto sua força na acumulação de capital tornaram-se invisíveis e receberam o discurso de naturalização.

Cozinhar, por exemplo, tornou-se um “trabalho feminino” e a domesticação das mulheres é uma forma patriarcal de acumular capital. De acordo com Gayle Rubin:

É preciso cozinhar os alimentos, lavar as roupas, arrumar as camas, cortar a lenha. O trabalho doméstico, portanto, é um elemento-chave do processo de reprodução da força de trabalho que as mulheres são articuladas no nexo da mais-valia, que é condição *sine qua non* do capitalismo (RUBIN, 2017, p. 14).

As sociedades ao longo do tempo, assim como os estudos acadêmicos, favoreceram a análise dos trabalhos destinados ao mercado e, conseqüentemente, deixaram o trabalho não mercantil em segundo plano.

Para tanto, estabeleceu-se na literatura marxista a visão de que o trabalho reprodutivo é aquele que não gerava “valor”. Segundo Saffioti (2013), para que se entenda as raízes do modo pelo qual as mulheres são sacrificadas:

É preciso não esquecer que entre um sistema produtivo de bens e serviço e a marginalização de uma categoria de sexo em relação a ele medeia a estrutura familiar na qual a mulher desempenha suas funções tidas como naturais e mais a de trabalhadora doméstica e socializadora (SAFFIOTI, 2013, p. 79).

Conforme Matos e Borelli (2012), a conquista da entrada no mercado de trabalho trouxe às mulheres o acúmulo das funções de produção social – no âmbito do emprego formal – e as suas “naturalizadas” tarefas de reprodução social, como o cuidado com os filhos, a família e as tarefas domésticas.

A partir disso, as mulheres passaram a ter sua força de trabalho duplamente explorada, caracterizando o exercício de uma dupla, ou às vezes até mesmo tripla jornada de trabalho (GOLDMAN, 2014).

É necessário compreender, portanto, como as instituições do casamento e da família servem como perpetuadoras das relações de poder, e como a subordinação do feminino é uma das formas de manutenção da dominação e das “relações sociais de dominação” (STOLCKE, 1980, p. 87).

Desde a década de 1970 o trabalho doméstico passou, então, a ser abordado, tanto como trabalho quanto como atividade profissional, criando uma articulação entre esses dois espaços e transformando a família em um ambiente que exercia trabalho. Foi assim que a esfera assalariada começou a entrar em colapso, pois estava associada, até agora, a um espaço masculino, qualificado e branco (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Segundo Casaca (2009) a relação de exploração doméstica dentro do casamento se desenvolveu em condições de subordinação e exploração da figura feminina no espaço público, criando uma situação desvantajosa para a mulher no mercado de trabalho.

Ainda neste sentido, os conceitos de “família” e “mulher” devem ser compreendidos de acordo com a classe, raça e etnia, onde seus significados são alterados dependendo da posição social que se ocupa, tendo em vista que a classe dominante é a perpetuadora das condições estabelecidas para o jogo desta sociedade (CABREIRA, 2020).

Como destaca Stolcke (1980, p. 84) “a condição feminina na sociedade capitalista está estritamente vinculada à significação da família e do casamento enquanto reprodutores da desigualdade social entre gêneros”. O ponto chave seria, portanto, o poder de procriação, ou seja, da sexualidade feminina na base da reprodução das relações de classe, tendo, por exemplo, no casamento, uma ferramenta de subordinação com diferentes significados em diferentes classes.

No escopo do trabalho doméstico existe a questão da contratação de profissionais para sua execução, o contexto pandêmico suscitou debate a respeito da taxação enquanto essencial ou não da essencialidade na prestação desses serviços (OLIVEIRA; ANDRADE, 2020).

No que compete ao Brasil, quando se pensa em trabalhos relacionados ao cuidado usualmente é dado destaque para os trabalhos domésticos. Segundo os dados do Dieese (2020a), em 2018 haviam 6,23 milhões de empregos domésticos no Brasil, sendo 92% desses empregos ocupados por mulheres e destas 65% mulheres negras. Apenas no

primeiro trimestre de 2020 foram 385 mil postos de trabalho domésticos fechados (DIEESE, 2020b).

Compete salientar que “as relações sociais de sexo são dinâmicas e não lineares. Avanços e retrocessos acontecem continuamente, configurando novas relações em antigas tensões” (SOUSA; GUEDES, 2016, p. 126).

De modo que por meio da argumentação apresentada, neste tópico, é possível constatar que a reprodução das conformações capitalistas de produção se dão também, na reprodução da divisão sexual do trabalho e se expressam nos trabalhos de cuidado.

#### **4. A ECONOMIA E O TRABALHO DOMÉSTICO**

Pensando em fatores unicamente pragmáticos dentro da lógica do capitalismo, ele é um trabalho produtivo particular para o indivíduo, mas não capitalizado (CABREIRA, 2020).

Como visto anteriormente, as mulheres fazem a maior parte deste trabalho não remunerado, em média, trabalham duas vezes mais que os homens nos afazeres da casa. Isso claro, não inclui o trabalho da reprodução social tampouco o trabalho do cuidado familiar.

A globalização foi responsável por duas tendências no mercado de trabalho: a estagnação/declínio do trabalho masculino e o aumento do trabalho assalariado feminino em todo o mundo, tendo a África Subsaariana como única exceção. No entanto, apesar do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, os trabalhos exercidos eram, principalmente, precários e vulneráveis (BENERIA *et al.*, 2000 *apud* HIRATA, 2002).

Além disso, as desigualdades em salários, condições de trabalho e saúde permaneceram, além do trabalho doméstico continuar principalmente em função das mulheres, em vez de uma divisão equilibrada (Hirata, 2002). Por isso, as mulheres tendem a exercer profissões compatíveis com a vida familiar (Gauche; Verdinelli; Silveira, 2013), dificultando seu crescimento profissional.

Em entrevista à Carta Capital (2017), a pesquisadora Hildete Pereira de Melo, professora de economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e vice-presidente da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (Abet) afirma que 82% das atividades domésticas e de cuidado são realizadas por mulheres, onde 40% destas são “chefes de

família”, são a única ou maior renda e, por fim, 40 milhões de mulheres brasileiras tem como única atividade o trabalho doméstico não remunerado.

Para a pesquisadora, ‘visibilidade’ seria a palavra-chave. A mesma ressalta que:

A não valoração [das atividades domésticas] decorre da discriminação sofrida pelas mulheres, a quem foi delegada a execução dessas atividades. A teoria econômica não fala nada sobre a economia reprodutiva, é tudo sempre pelo viés mercantil, só se trata do que se vende. Mas não se cria uma criança, se cuida de um idoso ou doente para vender (MELO, 2017).

Ou seja, para as mulheres, é essencial que, para além da contabilização do que este trabalho significa materialmente para a sociedade, é necessário também enxergar o papel político desenvolvido por detrás desta atividade. O capitalismo lucra com a incansável jornada reprodutiva das mulheres.

A reprodução social é a base do sistema econômico e também político, ela constitui a força de trabalho extremamente importante para o capitalismo. Como apontado por Silvia Federici (2019), em *O Ponto Zero da Revolução*, a força de trabalho reprodutiva não é exercido de forma livre e autônoma em relação ao capitalismo, não nos reproduzimos de acordo com os nossos anseios, mesmo quando permutado por um salário comumente degradante, ele está “sujeito às condições impostas pela organização de trabalho e pelas relações de produção” (FEDERICI, 2019, p. 214).

Ademais, Federici (2019) enfatiza que o capital ofusca a identificação da classe trabalhadora por meio do uso do salário, mantendo os trabalhadores de todas as categorias divididos entre si, por um lado, uma “classe trabalhadora”, por outro lado, um proletariado

“não trabalhador”. À vista disso, a dona de casa é considerada uma “parasita”, visto que, por não receber um salário em troca do trabalho doméstico e reprodutivo prestados, ela depende economicamente de alguém para sustentá-la, neste caso, o marido.

Cabreira (2020) ressalta que o trabalho doméstico e de cuidados precisa começar a ser encarado com uma valorização social do que este representa, do quão importante este é para que seja viável a manutenção da economia em uma sociedade capitalista.

Por fim, a luta para que possamos destruir o papel que o capitalismo instituiu e outorgou às mulheres é essencial para pôr fim à divisão sexual do trabalho e ao poder masculino na classe trabalhadora, por meio do qual o capital tem sido capaz de manter sua hegemonia.

## 5. CONCLUSÃO

Analisar os contornos da divisão sexual do trabalho como garantia da reprodução social da força de trabalho e exploração das mulheres, trouxe reflexões sobre como as relações de classe, raça e gênero estão imbricadas, embora neste texto as questões de raça não tenham sido tratadas com profundidade, Saffioti (2015) afirma que as relações de gênero, classe e raça continuam sendo tratadas como centrais, porque são estruturais e estruturantes, mas elas não impedem que outras relações sociais se imbriquem no “nó frouxo<sup>165</sup>”.

O trabalho doméstico e de cuidados, continua sendo fundamental para a organização da vida profissional das mulheres de todas as classes sociais, mas causa mais danos, principalmente para aquelas que recebem salários mais baixos, têm uma rede de apoio menor e têm filhos pequenos.

Essas mulheres são punidas por não conseguirem conciliar a jornada de trabalho com o cuidado do lar e da família, o que muitas vezes se traduz em inserções mais precárias no mundo do trabalho. Entre as mulheres que conseguem equilibrar casa e trabalho estão os sentimentos de culpa em relação aos filhos e à família.

É nesta perspectiva que encerro este texto, questionando que embora as mulheres tenham avançado muito no ingresso no mercado de trabalho e na ocupação de cargos públicos na vida política e econômica, há uma contradição que permanece intocável, que é a invisibilidade do trabalho doméstico, historicamente realizado por mulheres, gratuitamente.

Nesse sentido, o modo de produção capitalista fica isento de garantir certos direitos sociais, como creches comunitárias, lavanderias coletivas, restaurantes populares, visto que esse trabalho é naturalizado e realizado sem remuneração pelas mulheres.

Assim, é a naturalização dessa divisão sexual das tarefas domésticas, socialmente reproduzida graças à presença do patriarcalismo que continua a reproduzir o capitalismo e a exploração da classe trabalhadora por sua invisibilidade política, social e econômica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Revista de Ciências Sociais:** Rio de Janeiro, v.59, n.3, p.681 a 719, 2016. Disponível em:

---

<sup>165</sup> Saffioti enxerga que a configuração do nó “adquire relevos distintos”, ou seja, se modifica, se transforma, se rearranja, “de acordo com as circunstâncias históricas”(SAFFIOTI, 2015, p. 133-134).



<[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S001152582016000300719&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S001152582016000300719&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 18 de ago de 2021.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v.23, n.2, p.331-53, jul./dez. 2006.

CABREIRA, Pamela Peres. Trabalho doméstico e reprodutivo na esfera capitalista. **Revista Historiar**, v. 12, n. 22, p. 25-42, 26 jun. 2020.

CARTA CAPITAL. **Trabalho doméstico não remunerado vale 11% do PIB no Brasil**. Economia, 19 jun. 2017.

CASACA, Sara. Falcão. “Revisitando as teorias sobre a divisão sexual do trabalho”. Instituto Superior de Economia e Gestão – **SOCIUS Working papers** nº 4-2009 Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.5/1116>>. Acesso em: 18 ago. 2021.  
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, DIEESE. **Boletim emprego em pauta: Pandemia afeta principalmente trabalhadores mais precarizados**. n. 16, p.5, 2020. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2020/boletimEmpregoEmPauta16.html>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

FALQUET, Jules. Pour une anatomie des classes de sexe: Nicole-Claude Mathieu ou la conscience des opprimé-e-s [Lecture d’une œuvre]. **Cahiers du Genre**, n. 50, p. 193-217, 2011.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

\_. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução Coletivo SYCORAX. São Paulo: Editora Elefante, ed. 1, 2019.

FREITAS, Maria. Ester. O sexo do trabalho intelectual. In: FREITAS, M. E.; DANTAS, M. (Org.). **Diversidade sexual e trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

GAUCHE, Susana; VERDINELLI, Miguel Angel; SILVEIRA, Amelia. Composição das equipes de gestão nas universidades públicas brasileiras: segregação de gênero horizontal e/ou vertical e presença de homosociabilidade. **VI Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho**, DF: Brasília, 3-5 nov. 2013.

GOLDMAN, Wendy. **Estado, Mulher e Revolução: política familiar e vida social soviética, 1917-1936**. São Paulo, Boitempo: Iskra Edições, 2014.

GUIRALDELLI, Reginaldo. Adeus à divisão sexual do trabalho? Desigualdade de gênero na cadeia produtiva da confecção. **Revista Sociedade e Estado**, v.27, n.3, 2012. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0102-69922012000300014&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-69922012000300014&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 18 de ago 2021.

HIRATA, Helena.; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução de Fátima Murad. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17-18, pág. 139-156, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci\\_arttext&pid=S010483332002000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S010483332002000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 ago. 2021.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. *et al* (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Editora UNESP: São Paulo, p. 67–75, 2009.

\_\_\_\_\_. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. In. **O sexo do Trabalho. Paz e Terra**, Rio de Janeiro, 1987.

MATOS, Maria. Izilda.; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.) **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

NEVES, Lilia Maria Bitar; JANKOSKI, Douglas Alex; SCHNAIDER, Marcelo José (orgs.). **Tutorial de Pesquisa Bibliográfica**. Paraná: Acompanha texto, 2013.

OLIVEIRA, Ariete Pontes; ANDRADE, Maria Luíza Estefânia da Silva. TRABALHO DOMÉSTICO E PANDEMIA: o meio ambiente juslaboral e a possibilidade de acidente do trabalho. **Revista Científica Faculdade Unimed**, v.2, n.1, p. 26-40, 2020.

PATEMAN, Carole. **The sexual contract**. Cambridge: Polity Press; Stanford University Press, 1988.

PEREIRA, Amanda Gonçalves. Divisão sexual do trabalho: limitação à igualdade de gênero e desenvolvimento. In: Encontro Nacional de Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa Sobre a Mulher e Relações de Gênero, 17., 2012. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2012. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/index/search/results>>. Acesso em: 18 de ago. 2021.

PIRES, Denise Elvira. **Divisão Social do Trabalho**. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de

Janeiro, 2009. Disponível em: <

<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/divsoctra.html>>. Acesso em: 18 ago. 2021.

RAMOS, Gilmária. Salviano. Leitura feminista da história das mulheres no Brasil.

**Revista Estudos Feministas**, v.21, n.3, p.1231-1240, dez. 2013.

RIBEIRO, Ludimila Maria. Batista. Brito.; HANASHIRO, Darcy Mitiko Mori. Gênero e marxismo: a abordagem das relações sociais entre os sexos. In: CARRIERI, A. P.; TEIXEIRA, J. C.; NASCIMENTO, M. C. R. (Org.). **Gênero e trabalho: perspectivas, possibilidades e desafios no campo dos estudos organizacionais**. Salvador: UFBA, p. 95-127, 2016.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. 1 ed. São Paulo: Ubu Editora, 2017. 144 p.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. São Paulo: Expressão Popular, ed. 3, 2013.

\_. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 2ªed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2015.

SORJ, Bila. Trabalho remunerado e trabalho não remunerado. In: OLIVEIRA, S.; RECAMÁN, M.; VENTURI, G. (Org.) **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, n. 30, v. 87, p. 123-139, 2016.

STOLCKE, Verena. Mulheres e trabalho. São Paulo, **Estudos Cebrap**, n. 26, 1980.

## **MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS QUALIFICADAS E AS BENÉFICAS POSSIBILIDADES SOCIOECONOMICAS AOS PAÍSES DE ACOLHIMENTO**

### *MIGRATION INTERNATIONALE QUALIFIÉE ET POSSIBILITÉS SOCIO- ÉCONOMIQUES BÉNÉFIQUES VERS LES PAYS HTES*

Jonathan Viana da Silva<sup>166</sup>

---

<sup>166</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Contato: [jon9001@hotmail.com](mailto:jon9001@hotmail.com)

## **RESUMO**

As mobilidades internacionais deram maior ênfase ao que denominamos de migração qualificada, reconhecida por muitos teóricos como uma proposta de desenvolvimento econômico direta aos países de origem e principalmente de acolhimento. Este trabalho, primeiramente, narra os conceitos clássicos ao que denominamos de fronteira, bem como se davam o surgimento, além de discutir sobre suas possibilidades e oportunidades frente as cidades de faixa fronteira. Em outro momento trazemos à luz das discussões sobre as dinâmicas internacionais em vários campos, entre eles, atividades socioeconômicas e políticas existentes nas áreas de fronteira que aparentemente são pouco perceptíveis no dia a dia sem um olhar clínico. Em seguida, discute-se sobre os movimentos migratórios internos e internacionais, de modo a compreender as transformações que foram surgindo através da mobilidade de pessoas dentro e fora do Brasil. O objetivo principal desta comunicação é apresentar os migrantes internacionais como uma possibilidade para os avanços em questões socioeconômicas que pairam sobre nossa sociedade. A metodologia utilizada inicialmente faz referência a autores clássicos da literatura que abordam o assunto. Assim, atingir as discussões finais que tratam de forma teórica sobre o que corresponde aos mercados internacionais, a migração de pessoas qualificadas ao desempenho (principalmente) econômico proporcionado aos países de origem e de acolhimento dos migrantes internacionais que abrem um viés para um corredor de transformações e intercâmbio nas áreas da educação e saúde das nações envolvidas.

**Palavras-chave:** Fronteira. Migração qualificada. Economia.

## **INTRODUÇÃO**

A literatura clássica possui uma ampla discussão a respeito dos conceitos sobre fronteira e seus limites internacionais. De alguma forma tentou-se definir os limites soberanos de um país, principalmente após a formação dos Estados Nacionais, que buscavam de alguma forma redesenhar suas fronteiras a partir da conquista de novos territórios.

Todos esses fatos estão relacionados e nos levam a pensar nas discussões geopolíticas internacionais que envolvem os países limítrofes no âmbito de suas políticas, soberania, economia e relações de poder. Discussões essas que dão luz às dinâmicas que estão presentes em territórios fronteiriços, mas ficam às margens do planejamento do

Estado, dando poucas importâncias no que paira questões socioeconômicas, políticas e inclusive culturais.

Todavia não podemos ocultar que as dinâmicas migratórias internas e internacionais sempre foram e são movimentos enérgicos capazes de mobilizar reorganizações de cunho político, social e econômico. Impondo ao Estado a revisão de práticas superadas pela sociedade que está em constante transformação.

Os migrantes internacionais contribuem para o desenvolvimento do país de acolhimento, oportunizando mão de obra e empreendedorismo e possibilitando certa dinamização da economia local. Tais deslocamentos tem reorganizados políticas administrativas de muitos países que tiveram que se adaptar as transformações fomentadas por diversos motivos, entre elas, trabalho, qualificação, saúde e/ou educação.

Nesse viés de transformações e reorganização das fronteiras pessoais, damos destaque nesta pesquisa à migração de pessoal qualificado, que entre tantos objetivos, buscam mudar sua realidade financeira através do trabalho e a intensa busca por oportunidades. Vale destacar a importância em se discutir o impacto no crescimento econômico dos países de acolhimento a partir do sucesso de iniciativas (pouco incentivadas pelo governo) quanto a força de empreendedorismo desses agentes. Daí a necessidade em se compreender melhor cada fenômeno migratório, assim oportunizar políticas favoráveis a todos os envolvidos, sejam nacionais ou imigrantes estrangeiros.

## **CONCEITOS CLÁSSICOS DE FRONTEIRAS E SUA EVOLUÇÃO**

Durante séculos os seres humanos atravessaram os portões de seus limites em busca de explicações que pudessem justificar seus atos, seus costumes, suas crenças, ao ponto de polarizar suas mais diversas definições ao que definimos Fronteiras. Tal conceito tão polarizado ao longo da história, teve seus significados alterados, hora naturalmente pré-definidos, hora artificiais, assinaladas de acordo com sua época e negociações políticas (BACKHEUSER, 1952), contudo, permaneceram simbólicas, mas que apontam para uma realidade representada por uma ideia que qualifica seus objetivos, permitindo significados culturais a um coletivo que a mantém por forças de seu imaginário (PESAVENTO, 2002).

Com o surgimento dos Estados Nacionais, surge a necessidade de estabelecer limites para que seus reinos possam ser melhor administrados, ao ponto de que outros governantes não adentrassem em seus domínios, fato este muito relacionado a questões monárquicas, mas principalmente socioeconômicas. Com os *Fronts* definidos, alguns Estados viram a necessidade de expandir seus domínios, o que gerou disputas, muitas

vezes nada diplomáticas, mas que chegavam a resultados que redesenhavam os limites e suas fronteiras.

No Brasil, a expansão desses limites acontecem quando tem-se a necessidade de atender questões econômicas, assim, vinculado a questões políticas, as terras “descobertas” por Cabral passam a ter não somente o propósito de atender financeiramente seus colonizadores, mas de garantir novos limites para superar suas novas barreiras (ANDRADE, 2000).

No entanto, manter fronteiras possui um custo, e este é bastante elevado, o que pode comprometer toda uma estratégia política pré-definida através de acordos. Assim surge a necessidade da criação de tratados que possam assegurar pactos realizados em comum interesse. E o que não faltou no Brasil foram acordos, que por longos períodos trouxeram tranquilidade e ao mesmo tempo inquietações aos países envolvidos. Brevemente citando temos o Tratado de Utrecht em 1713, Tratado de Madri em 1750, Tratado de Santo Ildefonso em 1777, E apesar de Lyde (1915), sugerir os rios como fronteira política internacional, para Magnoli (2005), as fronteiras nunca foram naturais, pois mesmo que haja a clara “separação” por um rio, os atos políticos dos agentes envolvidos sempre serão predominantes na definição de territórios.

Assim, a consolidação do território brasileiro passou por diversos acordos até que se chegasse ao estado atual, pois a assinatura dos tratados anteriormente citados, serviram de viés que ajudaram a desenhar os limites do Brasil. O que seria posteriormente alterado conforme as negociações iriam acontecendo a partir de aquisições por arbitramento como foi o caso no Amapá, Roraima (ao Norte), e Paraná, Santa Catarina (ao Sul); Aquisições por acordos bilaterais (visualizadas no Amazonas, Acre, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul.

## **FRONTEIRAS E LIMITES À LUZ DA GEOPOLÍTICA**

Antes de adentrarmos nos moldes geopolíticos, é importante distinguirmos os termos fronteira e limites, para que possamos estender nossas compreensões. Desse modo, o sentido que possamos empregar ao termo fronteira está relacionado não ao fim ou a algo espacialmente limitado, mas a um lugar em expansão (metaforicamente), em crescimento, se desenvolvendo ou ainda transformando-se (OSÓRIO, 1998). O que nos remete a Hommi Bhaba (2005), ao falar sobre o “entre-lugares, hibridismos e identidadeintervalar”, onde uma região fronteira ao estabelecer conexões marca novos horizontes para a formação de agentes culturais híbridos, com seus modos peculiares, reinscrevendo um novo imaginário social a partir desses contatos, o que nos sugere uma expansão cultural na fronteira sem pertencer a qualquer lado. Criando seu próprio

território. Quanto ao significado de *limite*, corresponde ao “espaço-fim” (extremo espaço), de uma área legitimamente e reconhecida, a qual finda os domínios soberanos de um Estado-nação mesmo que não territorializada, de forma separar geograficamente e definindo lados (Ibidem, 1998).

Assim, é significativo que devamos observar as fronteiras como lugares de memória, ambientes plurais que operam cotidianamente diversas movimentações a qual propriamente a caracterizam. E por mais que tenham características em comum, é preciso que se veja nas “frontières”, lugares únicos com peculiaridades restritas a seu tempo, a seu território, a seu povo e sua soberania.

Os estudos geopolíticos nos permitem fazer interpretações das dinâmicas espaciais (de ações e práticas) comumente realizadas por Estados-nação em seu território, e principalmente em suas áreas de fronteira, de forma a compreender os fatos atuais, as políticas adotadas podendo ter como base explicações históricas (para melhor entendimento), além disso, facilitar a compreensão e explicações às questões políticas internacionais. A grosso modo Geopolítica insere-se nas estratégias e relações internacionais envolvendo os Estados, suas soberanias e relações de poder e política, bem como de seu espaço geográfico (BECKER, 2005).

Partindo desse reconhecimento, nos colocaremos à luz da geopolítica que tem como um de seus objetivos observar frente a supostas linhas estáticas (sejam socioeconômicas, políticas e/ou culturais), suas dinâmicas que movimentam seus próprios limites ou ainda, o que mantem corrente (em fluxo), suas mobilidades (LEENHARDT, 2002).

Tendo como foco os limites fronteiriços que nos cercam, Foucher (1991), aponta que não há uma definição unívoca para a classificação das fronteiras, e que suas dinâmicas além de serem próprias, são particulares ao seu tempo e ao modo operante como seu Estado Nacional se corresponde às demais políticas internacionais, bem como das dinâmicas culturais de seu povo. Pensamento este, que segue em consonância a de Brigham (1919), a qual as fronteiras obedeciam a evolução de cada civilização, e que estaríamos em uma espécie de estágio em transição de demarcações mutáveis pelo planeta.

Assim, apesar das fronteiras terem objetivos semelhantes, que podem apresentar mesmos aspectos, tais como à soberania, controle, fiscalização, defesa, política, entre outros, traz consigo peculiaridades com transformações em curso, permanecendo assim acesas às questões geopolíticas (FOUCHER, 1991).

## **MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS EM TERRITÓRIO BRASILEIRO**

Os movimentos migratórios sempre estimularam a formação social de diversos povos ao longo da história, contribuindo entre tantos, na formação identitária de diversos povos e nações, além disso, por características particulares e intencionalidades diversas, os seres humanos sempre viram na migração uma forma de superar questões peculiares à sua vivência, a qual influenciaram e ainda movimentam as mudanças e adaptações de distintos povos, afinal,

[...] a história da humanidade registra, desde o seu aparecimento na face da Terra até hoje, repetidos movimentos de migração e de fixação de populações em várias regiões do globo. Os seres humanos sempre se movimentaram, por instinto, com o desejo de conhecer e explorar o desconhecido ou impulsionados por problemas políticos, econômicos, sociais, religiosos, guerras, ou através da combinação de dois ou mais desses fatores. No decorrer dos séculos aconteceram muitos movimentos migratórios de proporções diferentes, sendo alguns de grandes dimensões, os quais influíram significativamente na evolução histórica do gênero humano. (DEZAN, 2007, p. 18)

Com isso, tem-se a necessidade em compreender as dinâmicas que provocam as migrações (sejam internas ou internacionais), bem como, analisar as mudanças provocadas pelos deslocamentos populacionais no sentido de promover estratégias políticas e administrativas em benefício da comunidade.

No Brasil, podemos afirmar que a questão migratória sempre esteve presente, pois apesar de ser um país historicamente jovem, tem em sua historiografia a ascensão de diversos movimentos migratórios que contribuíram para o tão cobiçado desenvolvimento econômico em diversas regiões.

Podemos destacar os fluxos migratórios internos ocorridos a partir da década de 1950, com um elevado contingente populacional se deslocando do campo para as cidades, em destaque à mobilidade de nordestinos rumo às demais regiões brasileiras, em especial ao sudeste, que atualmente, apesar da considerável redução, ainda apresenta taxas migratórias internas<sup>167</sup>. De acordo com Dezan:

Os anos 50 apresentavam várias mudanças tecnológicas, com mercados e consumo que iriam refletir o crescimento da produção de vários bens. É o tempo da modernização, da urbanização levando os migrantes a abandonarem o campo e se dirigirem as grandes e médias cidades. (DEZAN, 2007, p. 117)

Fato este impulsionado pelas transformações tecnológicas, possibilitando aos trabalhadores migrantes a oportunidade em adentrar nos mercados de trabalho amplamente disponíveis à época.

---

<sup>167</sup> Os resultados da migração interna e internacional apresentados foram analisados tomando por base a informação do lugar de residência (Unidade da Federação ou país estrangeiro) há exatamente cinco anos da data de referência de cada um dos Censos Demográficos de 2000 e 2010. Disponível em



## MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS

Desde o início do século XX, os movimentos migratórios internacionais já estavam se acentuando no Brasil, trazendo consigo as primeiras contribuições ao mercado de trabalho brasileiro. Fato este impulsionado durante o governo de Getúlio Vargas no período conhecido como Estado Novo promovendo uma corrida desenvolvimentista aos grandes centros urbanos<sup>121</sup>.

Já na segunda metade do século XX, censos do IBGE realizados em 1990 e 2000, demonstram que o Brasil entrou significativamente na rota migratória internacional envolvendo duas grandes dinâmicas de deslocamento (imigração e emigração), atuando assim, como um país em potencial em retorno e migração às nações mais desenvolvidas, entre elas Estados Unidos, Japão e Europa, além de estar na rota de migrantes oriundos de países da América Latina.

Carvalho e Garcia (2002), apontam que desde a década de 1980, o Brasil tem tido elevado número de emigração, mesmo que historicamente tenha sua matriz cultural formada pela junção de diversos povos ao longo de séculos que aqui passaram a viver, os fatores econômicos parecem definir escolhas ao se pensar em migrar. Mas em geral, a literatura aponta para elevadas taxas de deslocamento e mudanças de comportamento a partir de diversos fatores influenciadores e motivadores (PACHECO e PATARRA, 1997; PATARRA e BAENINGER, 2004).

Com a decisão de realizar tal deslocamento, o migrante assume os riscos dos impasses oriundos de migrações desordenadas, mas busca de alguma forma, conexão com

---

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/reflexoes\\_deslocamentos/default\\_reflexoes.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/reflexoes_deslocamentos/default_reflexoes.shtm).

Acesso realizado em 04/08/2017.

<sup>121</sup> As principais Unidades da Federação de destino desses imigrantes foram São Paulo, Paraná e Minas Gerais que, juntas, receberam mais da metade dos imigrantes internacionais do período, seguidas de Rio de Janeiro e Goiás. No Censo Demográfico 2000, as principais Unidades da Federação de destino dos imigrantes internacionais eram São Paulo e Paraná, seguidas de Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

seu lugar de destino, mas mantendo fixa suas raízes, pois leva consigo na bagagem, o seu sonho juntamente com o de toda sua família, em que dias melhores virão através do trabalho e oportunidades. Assim, o migrante busca realizar contatos que viabilizem essa travessia, de forma a compreender o território e limites do país destino, surgindo aí a necessidade em conhecer as redes que compõem esse espaço geográfico, sugeridas por Machado (1998, p. 5), como “naturais (rede fluvial; rede de caminhos), redes infra estruturais ou técnicas, (transporte; comunicação), redes transacionais (poder econômico-político), redes informacionais (cognitivas)”. Tais redes, que podem ser institucionalizadas, permitem que o migrante reduza os riscos e aumente suas

possibilidades de sucesso, facilitando atrelamentos que também possibilitam o estabelecimento (conexão) entre países de origem e destino.

As migrações internacionais possibilitaram ainda emergir a formação de comunidades transnacionais. Tal conceito passou a ser reconhecido por especialistas como lugares/espacos composto por pessoas a partir de novos laços sociais e suas dinâmicas, que influenciam na construção de “novas” identidades intercambiadas. Na concepção de Braga, “as comunidades transnacionais, por sua vez, são grupos que se relacionam a distância, gerando formas específicas na organização dos negócios, da participação política e das manifestações culturais” (BRAGA, 2011, p. 51).

## **CARACTERÍSTICAS DAS FAIXAS DE FRONTEIRA**

A noção de fronteira já era discutida bem antes de serem apontadas definições modernas para estas regiões, pois sempre houve interações comerciais e fluxos de pessoas que movimentavam essas regiões sem que houvesse necessariamente discussão sobre seus limites.

Com o surgimento do Estado Moderno e conseqüentemente a definição de limites internacionais, houve a necessidade de expansão em busca de novos espaços para serem conquistados e legitimar seus novos territórios, iniciava-se a centralização do poder nas mãos do Estado que pudessem então, administrar de forma firme, as áreas que compunham sua soberania, de forma a mantê-las em unidade política. (STEIMAN, 2002).

A caracterização das regiões de fronteira surge a partir do imaginário de cada sociedade, acompanhando a evolução de seu povo, assim, essa distinção assume identidades e peculiaridades particulares próprias daquela fronteira, bem como as práticas do dia a dia da comunidade local.

De forma genérica, a zona de fronteira corresponde a uma faixa espacial que contorna todo o limite geográfico de ambos os países fronteiriços, além disso, é possível observar principalmente mobilidade de pessoas e atuação comercial. A concentração de atividades normalmente são visualizadas em faixas de fronteira que ligam duas cidades de nacionalidades diferentes, denominadas cidades-gêmeas, a qual teoricamente,

apresentam grande potencial de integração econômica e cultural assim como manifestações ‘condensadas’ dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. Por esses motivos é que as cidades-gêmeas devem constituir-se em um dos alvos prioritários das políticas públicas para a zona de fronteira<sup>168</sup>. (BRASIL, 2005, p. 21).

---

<sup>168</sup> BRASIL. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira/Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

Assim é necessário sempre haver discussões que envolvam a administração dessas regiões, pois além de possibilitarem oportunidades locais/regionais, podem se tornar janelas para a realização de acordos comerciais internacionais, com benefícios diretos ao país, pois não são suas diferenças ou semelhanças de desenvolvimento que (teoricamente), as tornam importante, mas sim, pela enérgica capacidade e possibilidade de poder influenciar o dinamismo econômico, social, político e cultural de seu país.

No entanto vale ressaltar que apesar do potencial beneficiador que as zonas de fronteira possuem, nem sempre recebem a devida atenção do poder público, ficando às margens do desenvolvimento e do descaso com a sociedade local, aprofundando ainda mais as diferenças entre essas cidades. Em outras palavras, nunca haverá equilíbrio entre desiguais. Daí atenção levantada por Steiman, apontando que,

a importância dada aos estudos sobre as cidades gêmeas é para analisar a interação das zonas fronteiriças em relação ao restante do território nacional, pois algumas dessas cidades são esquecidas seu governo central, fato atestado pela má infraestrutura das estradas e pelas grandes distâncias ou até mesmo barreiras físicas que deveriam dar acesso às grandes cidades que teriam o mínimo suporte para o desenvolvimento de sua economia local. O que se destaca é a interação entre a economia de cidades vizinhas estrangeiras as quais conseguem estabelecer uma dinâmica de troca tanto no aspecto econômico quanto no aspecto cultural. (SOUZA; OLIVEIRA, 2013, p. 73).

Afirmações com firmes características em muitos municípios brasileiros que possuem alguma conexão com países vizinhos. O que provoca consequentemente o deslocamento de pessoas em busca de trabalho ou interações comerciais junta as cidades tidas como mais desenvolvida, principalmente quando não há oportunidades de empregabilidade ou recursos materiais, assim como, assistência social por parte do Estado.

Albuquerque (2009), apresenta como exemplo de casos acima, as dinâmicas de brasileiros que vivem no Paraguai, conhecidos como “brasiguaios”, a qual se deslocaram a partir da década de 1970, onde firmaram-se e criaram variadas formas de interações econômicas, culturais e ainda políticas, mas sem romper suas origens, e ainda, desenvolvendo novas dinâmicas junto a essas comunidades transnacionais.

## **INFLUÊNCIAS TEÓRICAS SOCIOECONÔMICAS A PARTIR DE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS QUALIFICADAS**

A literatura presente aponta vários motivos para a tomada das migrações internas ou internacionais, fundamentando-se em uma série de fatores influenciadores para o deslocamento populacional. Sejam por questões sociais, de política, catastróficas,

culturais ou ainda, pelo simples entendimento que migrar faz parte da natureza humana. O fator mais identificado e reconhecido pelos pesquisadores, está relacionado a questões de cunho econômico celebrado por Ravenstein (1885), como grande motivador e catalizador em decidir migrar e para onde migrar.

Essa análise leva em consideração duas principais questões sobre a temática migratória. Uma delas seria as dificuldades de acesso ao país destino, os custos da operação e os benefícios que podem ser conquistados. Outra, está intimamente relacionada a questões políticas, sociais e principalmente econômicas ligados a uma grande estrutura envolvendo os fatores anteriormente citados, somados a realidade do migrante em seu país de origem. Em destaque nas suas afirmações ao colocar ainda que,

Os modelos neoclássicos de decisão sobre migração, em sua maioria, levam em conta uma estrutura de custos e benefícios que são contabilizados sob o ponto de vista do indivíduo e, em alguns casos, sob o ponto de vista da família. Em um contexto micro, os investimentos em educação, treinamento e migração, normalmente são vistos como investimentos em capital humano, e visam sobretudo a ascensão social e a melhoria das condições de vida. (FARIA, 2008, p. 22).

Assim, teoricamente, o indivíduo ao decidir migrar, leva em consideração diversos fatores, mas em casos abundantes, as questões financeiras, tais como a melhoria da qualidade de vida pessoal e familiar catalisam a tomada de decisões.

As migrações internacionais fazem parte da ação humana, tornando-se cada vez mais comum sua prática frente as adversidades de cada nação. Tal aprendizado provoca profundas transformações na sociedade que de uma forma ou de outra vão se moldando às mudanças sociais, econômicas, territoriais, políticas, patrióticas, culturais, entre tantos (CASTLES, 2010). E com os adventos da globalização vimos a acelerada internacionalização da educação, do trabalho, além da redução de caminho à informação e conhecimento. Todas essas mudanças possibilitaram tendências nos fluxos migratórios a qual damos ênfase na chamada migração qualificada.

Podemos dizer que a migração qualificada corresponde ao deslocamento de homens e mulheres que possuem prática e experiência a partir de uma formação. Tais deslocamentos dizem respeito a mão-de-obra qualificada e a elevada capacidade de aumentar o empreendedorismo nos países de destino.

Naturalmente as regiões com baixa mão-de-obra tenderiam a oferecer salários mais elevados, o que atrairia a procura por imigrantes qualificados para suprirem a carência existente. De certa forma, com as migrações, essa dinâmica iria matematicamente balanceando a “lei da oferta e procura”, pois as áreas com excesso de mão-de-obra tendem a pagar salários mais baixos, oferecendo menos vantagens aos

trabalhadores que em muitos casos não possuem perspectivas de crescimento profissional. Assim, o equilíbrio surgiria justamente nessa conexão entre oferta de trabalho especializado e profissionais qualificados deslocados às regiões que necessitam de pessoal e desafogando as que possuem elevado número de trabalhadores. De forma justa, essa dinâmica faria com que os mercados se ajustassem aos seus funcionários provocando um equilíbrio salarial onde as diferenças remuneratórias não seriam tão gigantescas.

Segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2008, 2010), as migrações qualificadas representam um elevado número e crescente na mobilidade de pessoas influenciadas pelo advento da tecnologia, a troca de apoio às áreas de saúde (principalmente na cooperação de combate à doenças graves e de alto risco), na educação (com o intercâmbio de estudantes em formação), entre muitos outros.

Alguns relatórios da OCDE (2010), também apontam alguns exemplos de países no empenho em apresentar a contribuição dos imigrantes ao país de destino, exibindo bons resultados e crescentes no nível de escolaridade e desempenho que influenciam direta e indiretamente no crescimento econômico dos países de acolhimento. Neste relatório são apresentados ainda propostas políticas que ajudaram a promover o desenvolvimento de atividades empreendedoras dos migrantes internacionais a respeito de iniciativas comerciais, envolvimento de mulheres e jovens empreendedores, bem como discutindo as dificuldades dos próprios migrantes ao se depararem com grandes diferenças culturais no país de acolhimento, pequenas propostas significativas para viabilizar a adaptação de estrangeiros e ainda a necessidade em rever algumas políticas fiscais vigentes.

Ramos (2013), relata que os migrantes internacionais possuem um elevado grau de empreendedorismo, com propostas inovadoras, mas sem o apoio necessário que possa sair do campo das ideias. Assim,

um dos obstáculos à atividade empresarial é a dificuldade de acesso ao crédito, pelo qual muitos imigrantes não conseguem responder aos requisitos exigidos pelos bancos. Os apoios e oportunidades ao empreendedorismo imigrante têm-se multiplicado nos últimos anos, sob responsabilidade de associações não lucrativas, da banca e do próprio Estado, e um exemplo é o microcrédito, uma política social ativa de finanças solidárias que representa uma pequena quantia de dinheiro emprestada a pessoas com poucos recursos para estimular as suas capacidades empreendedoras e promover a criação de emprego. (RAMOS, 2013, p. 10).

Barreiras essas caso não existissem, não colocariam um ponto final nas dificuldades para se inserir no fluxo econômico de qualquer país acolhedor, mas sem dúvida encurtariam os empecilhos vivenciados por muitos migrantes.

A mobilidade de pessoas também carrega consigo as possibilidades de recursos em ciência, tecnologia e empreendedorismo, que se deixarmos de lado questões de natureza econômica, veremos que a migração qualificada muitas vezes está além de se ganhar um bom salário ou ainda ajudar a família que ficou no país origem. Busca-se (principalmente por estudantes), uma formação de qualidade que (talvez) possa atribuir reconhecimento internacional, identificar oportunidades empreendedoras locais, ou ainda, migração de retorno que possibilite mudar sua realidade socioeconômica a partir de experiências adquiridas.

Apesar da literatura internacional discutir migração entre os mais variados casos e problemáticas, ainda estamos longe de encontrar soluções exatas que nos ajudem a “resolver” esse fenômeno, pois jamais será resolvido, enfim, faz parte do íntimo humano migrar (independente do motivo, da distância e do tempo). Temos que buscar compreender cada fenômeno migratório a partir de pesquisas campo, partindo sempre de sua própria realidade e reconhecendo suas peculiaridades. Reconhecimento este que nos levará a identificar nas diásporas, soluções para muitos problemas vividos por quem migra, introduzindo na realidade de uma comunidade, valores como, segurança, conhecimento, oportunidades, novos ideais, revisão de comportamento, acolhimento, diálogo e principalmente respeito.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A mobilidade de homens e mulheres sempre esteve presente no dia a dia de qualquer Estado nação, pois são fundamentais não somente para a sobrevivência, mas também diz respeito às adaptações pessoais e transformações sociais de cada território.

Diante das migrações qualificadas tivemos a oportunidade de repensar as práticas do dia a dia em nossa comunidade, principalmente ao se tratar de dinâmicas presentes em cidades na faixa de fronteira. Práticas essas, muitas vezes excessivamente burocráticas, que priorizam rotinas que não condizem com a realidade migratória vigente, e que precisam urgentemente serem revistas, de modo a facilitar as relações de troca entre todos e todas.

As dinâmicas migratórias internacionais de mão de obra qualificada implicam em uma série de possibilidades que precisam ser apreciadas de perto, pois configuram inserções em muitos campos, entre elas, em educação, ciência, saúde, cooperação, economia, enfim, há a necessidade de propor discussões que viabilizem o uso dessa mão

de obra qualificada, propondo algumas políticas que estariam diretamente relacionadas aos estrangeiros, tais como, viabilizar o reconhecimento de diplomas, facilitar a circulação de pessoas e cooperação entre os países de maior imigração, ou ainda, estimular o combate a xenofobia entre as comunidades

Enfim, concluímos que a migração é um fenômeno social presente e necessário em todo o globo, levando consigo uma caixa de possibilidades que precisam ser acompanhadas, pois dizem respeito a particularidades de casos naturais e/ou conflituosos, podendo ainda, provocar gigantescos impactos benéficos e maléficos a uma comunidade, seja de partida ou chegada. É necessário que haja cooperação para possibilitar desenvolvimento. Com desenvolvimento haverá igualdade. Igualdade possibilita o equilíbrio, senão nunca haverá equilíbrio entre desiguais.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia. **A trajetória do Brasil (1500-2000)**. São Paulo: Contexto, 2000.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. 2009. **A dinâmica das fronteiras**: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 15, nº 31, p. 137-166.
- BACKHEUSER, Everardo. “**Teoria das Fronteiras**”. Curso de Geopolítica Geral e do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952.
- BECKER, Bertha. K. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados, vol. 19, n. 53. São Paulo: Janeiro/Abril, 2005. p. 71
- BRIGHAM, Albert Perry. “Principles in the determination of boundaries”. *Geographical Review* 7 (4): 201-219, 1919.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Ed. UFMG: Belo Horizonte, 2005.
- BRAGA, Fernando G. **Conexões territoriais e redes migratórias**: uma análise dos novos padrões da migração interna e internacional no Brasil. Tese (Doutorado em Demografia). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/CEDEPLAR), Minas Gerais, 2011.
- CASTLES, S. (2010). **Understanding global migration**: A social transformation perspective. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 36(10), 1565-1586.
- DEZAN, M. D. de S. **Impactos da Imigração Japonesa Sobre a Diversidade Cultural na Organização do Espaço Geográfico Piracicabano-SP**. Rio Claro: Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2007.

FARIA, Bruna Maia de. **Migração internacional do trabalho qualificado e o fenômeno do “BRAIN DRAIN” no Brasil**. Recife. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), 2008.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

FOUCHER, Michel. **Fronts et frontières**. Un tour du monde géopolitique. *Paris: Fayard, 1988*.

LEENHARDT, Jacques. **Fronteiras, fronteiras culturais e globalização**. (ORG)

MARTINS, Maria Helena. Fronteiras culturais: Brasil-Uruguai-Argentina. Ateliê Editorial, Cotia/SP: 2002, p. 27-34.

LYDE, Lionel William. **Some Frontiers of Tomorrow**. An Aspiration for Europe.

London: A. & C. Black. 1915



MAGNOLI, Demétrio. **Uma ilha chamada Brasil**. In Nossa História, v. 3, n. 25, p. 14-

19. Rio de Janeiro, 2005.

MACHADO, L. O. **Limites, fronteiras e redes**. In: STROHAECKER, T.M., DAMIANI, A.; SCHAFFER, N.O.; BAUTH, N., DUTRA, V.S. (org.). Fronteiras e Espaço Global, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, p.41-49.

OCDE (2008). **Attirer les talents**: Les travailleurs hautement qualifiés au coeur de la concurrence internationale. The Global Competition for Talent: Mobility of the Highly Skilled. Paris: OCDE.

OCDE (2010). **Les migrations internationales des personnels de santé**. Paris: OCDE. OLIVEIRA, Ana Rita Fidelis de; SOUZA, Rita de Cássia Martins. **As cidades fronteiriças na Américas do Sul: Polêmicas e conflitos com centro Oeste brasileiro**. Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 10, n. 1, págs. 67-87, jan/jun. 2014.

PACHECO, Carlos Américo; PATARRA, Neide. **Movimentos migratórios nos anos 80**: Novos Padrões? In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 1, 1997. Curitiba. **Anais...** Curitiba: ABEP, 1997.

PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.21, n. 60, p. 83-181, fev. 2006.

PESAVENTO, Sandra. **Além das fronteiras**. (ORG) MARTINS, Maria Helena. Fronteiras culturais: Brasil-Uruguai-Argentina. Ateliê Editorial, Cotia/SP: 2002, p. 35- 40.

RAMOS, Maria da Conceição Pereira. **Mobilidades qualificadas e empreendedoras no contexto dos movimentos migratórios contemporâneos e da crise econômica**. Revista Ambivalências • ISSN 2318-3888 • V1 • N.2 • p. 73 – 103 • Jul-Dez/2013.





## **ST- 15. ABORDAGENS E FONTES DA HISTÓRIA DA JUSTIÇA NA AMÉRICA IBÉRICA**

### **COORDENAÇÃO:**

Marília Oliveira (PGH/UFRPE)

Raiany Ferreira (PGH/UFRPE)

Prof. Dr. Jeannie Menezes (PGH/UFRPE)

**O PÚBLICO E O PRIVADO EM PERSPECTIVA: A PATRIMONIALIZAÇÃO  
DOS CARGOS E OFÍCIOS DA JUSTIÇA RÉGIA EM PERNAMBUCO  
COLONIAL (SÉCULO XVIII)**

JÉSSICA MENEZES<sup>169</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho busca apresentar a dinâmica dos provimentos de cargos da justiça régia através da sua patrimonialização, entretanto, irá se valer de uma chave comum aos sistemas de pensamento da primeira modernidade Ibérica, a não separação entre as esferas do público e do privado, bem como do jurídico e do religioso. Tal análise privilegia as chaves interpretativas, contempladas pela historiografia da escola ibérica, da teologia moral e se pauta pelas categorias de análise do probabilismo e arbítrio, enquanto elementos estruturantes da cosmovisão e lógica jurídica da modernidade.

**PALAVRAS-CHAVES:** Justiça, Probabilismo, Patrimonialização

**INTRODUÇÃO:** O presente ensaio busca apresentar uma proposta interpretativa da História do direito e da justiça na primeira modernidade Ibérica, de modo a superar uma ilusão rigorista e legalista e, assim, aproximar a análise a ideia de uma cultura judicial ligada aos sistemas de pensamento e cosmovisão católica do do mundo ibérico. Desse modo, elucidado a utilização do termo Ibérica, pois, observa-se na América colonial (portuguesa e espanhola) uma correspondência lógica no pensamento daquelas sociedades. Logo, entendemos que as chaves interpretativas apresentadas nesta pesquisa, equivalem para toda a América Ibérica.

Cabe ainda informar que esta análise tem como marco temporal a primeira modernidade, aqui entendida, menos enquanto uma delimitação do espaço temporal entre séculos distintos (de modo geral, podemos fixar a temporalidade entre os séculos XV-XVIII) e mais como um período histórico identificado pelo compartilhamento de uma mesma cosmovisão, está ancorada num mundo de pensamento conectada à teologia moral católica e marcada de forma profunda pela visão probabilística da vida.

Buscaremos apresentar os aspectos ligados a concessão da patrimonialização de ofícios régios através de uma breve análise do cargo de juiz de órfãos de Pernambuco que,

---

<sup>169</sup> Doutoranda pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, e-mail: jessicamsmenezes@gmail.com

durante a primeira metade do século XVIII, observou-se sucessivas confirmações da patrimonialização e atendimento as expectativas dos herdeiros, para tanto, observaremos a justificação apresentada por um herdeiro junto ao requerimento, quando pediu a confirmação da dita propriedade (MENEZES, 2019).

**FONTES E ABORDAGENS:** Nossa análise sobre as cartas de provimento em propriedade dos ofícios e cargos régios irá partir da concepção presente em uma chave essencial para a correta interpretação dos mecanismos da justiça no mundo ibérico da primeira modernidade. Sendo ela, o entendimento de que a boa administração da justiça dependia do bom juiz, logo, do seu reto comportamento, e não, como atualmente, das leis. Sendo assim, partiremos do princípio de que estamos diante de uma justiça de juízes e não de leis. Diferentemente dos dias atuais, onde, de acordo com a tradição democrática do Estado de direito, os direitos individuais devem ser garantidos pelo corpo de leis e, para que a sociedade funcione de maneira justa, deve o juiz seguir o direito resguardado na lei.

Disto isto, cabe aqui, explicitar que entendemos como direito na primeira modernidade Ibérica o justo no caso concreto, muito mais do que a lei régia, sendo sua principal característica a interpretação, pela qual o juiz procurava atender e adaptar as suas decisões e soluções de acordo com a apreciação das circunstâncias locais. Tal perspectiva em torno do que seja o direito na primeira modernidade Ibérica supera uma leitura legalista e o localiza nos casos concretos, na consciência dos juízes e não na letra da lei. Tomando essa ideia como ponto de partida, estudar o direito enquanto elemento social não seria estudar o corpo de leis e regras jurídicas.

Outro traço da cultura judicial ibérica é a existência de uma correspondência direta entre as esferas do direito e da religião, essencial para um ajustado entendimento acerca do conjunto de qualidades e virtudes necessárias ao bom juiz, ou, *Judex Perfectus*. Neste sentido, António P. Barbas Homem, defende que as exigências para o exercício das funções judiciais seriam de cunho moral, mais do que técnicas e legalista. Segundo Barbas homem (2003), sobre a relação entre o crime e o pecado:

[...] não se pretende afirmar que a responsabilidade da teologia moral precedeu e explica unilateralmente a responsabilidade judicial, mas apenas chamar a atenção para que a responsabilidade dos magistrados pelas suas condutas pressupõe necessariamente um ilícito moral. Nem todos os pecados constituem condutas punidas como crime; inversamente, a punição como crime pressupõe um ilícito moral (HOMEM, 2003, p. 598)

Cabe salientar que, para entender a justiça como justiça de juízes a separação entre o público e o privado é tão impossível de se alcançar quanto imprescindível. Pois, justamente, a não separação destas esferas, era a forma como essa cultura e tradição jurídica dava garantias a boa e reta aplicação da justiça.

A partir do entendimento desta tradição judicial, apreende-se que o que se esperava do juiz era que ele fosse uma pessoa justa e um homem virtuoso, ou seja, que na sua vida particular fosse um homem moralmente bom e honesto, além de bom cristão, assim, entendia-se que ao interpretar a lei e as circunstâncias seria justo em seu ato público, concretizando uma justiça que partia do juiz e não da lei. Desse modo, o âmbito moral e o jurídico estavam intimamente imbricados o que assentia a uma pluralidade de interpretações, opiniões e soluções aos casos ligados a esfera judicial. Trata-se, portanto, de uma perspectiva mais subjetiva, portanto, menos legalista, a perspectiva da consciência do juiz.

Logo, partindo dos pressupostos destacados acima - justiça de juízes, comunicação direta entre o direito e a religião e não separação das esferas do público e do privado – buscaremos abordar a questão patrimonial dos ofícios por uma perspectiva nova para a historiografia brasileira, pois, o olhar por meio destas lentes, para nossas fontes, suscitará novos questionamentos, hipóteses e interpretações.

A patrimonialização dos ofícios régios refere-se a uma modalidade de prover um cargo da administração régia, apanágio dos tribunais régios, era na metrópole que as cartas que concediam as propriedades eram expedidas, mediante um prévio requerimento dos respectivos proprietários ou seus herdeiros.

A análise da teoria do "ofício público", observada por A. M. Hespanha (1982), autor de *"História das Instituições: Épocas Medievais e Modernas"*, nos permite entender que a "teoria feudal do cargo público", através da concepção patrimonial-feudal dos ofícios, absorveu a "teoria funcional-corporativa do ofício". Assim, a noção de honra sobressai a ideia de função técnica, a fidelidade se impôs a competência e a patrimonialização afastou a ideia de revogabilidade.

Desse modo, mesmo não estimado enquanto um bem particular, não constando, por exemplo, nos inventários dos proprietários, as concessões em forma de propriedade fizeram parte de uma cultura político-administrativa que não levava em consideração as diferenças entre o público e o privado que, por sua vez, estavam imbricados. Como podemos observar em uma Provisão Régia, do ano de 1741, ao manifestar que "[...] quando falecer algum proprietário sem culpa ou erro de ofício, tendo filhos a quem o direito consuetudinário

pertença requerer a mercê do ofício, e, entretanto, haver a terça parte do rendimento dele [...]” (Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1906, vol. 28, p. 385).

Ao analisarmos o caso da concessão em propriedade do cargo de juiz de órfãos da capitania de Pernambuco, destacamos que no ano de 1726, Jacinto de Freitas Acioli de Moura ao solicitar a carta de propriedade do ofício de juiz dos órfãos relatou "que por falecimento do seu pai [...] lhe pertence requerer". Jacinto era o "filho legítimo e único varão de Duarte de Albuquerque Silva", naquele tempo já falecido, havia sido o último proprietário daquele ofício. Pela expectativa que possuía, enquanto herdeiro do último proprietário, juntou ao seu requerimento uma sentença de justificação em que atestava ser "apto e capaz para bem exercitar o dito ofício".

O documento de justificação, anexado por Jacinto de F. A. de Moura, nos permite observar quais eram os requisitos para a habilitação ao cargo como seu proprietário. A documentação de justificação correspondia a uma apresentação de, no mínimo, sete testemunhas que deveriam responder a uma criteriosa inquirição. Os depoimentos deveriam ser colhidos, separadamente e o inquiridor deveria ater-se a investigar, sobretudo, aspectos relativos à origem familiar do solicitante. De acordo com a documentação analisada para o caso de juiz dos órfãos de Pernambuco, datada de 1 de junho de 1724, a inquirição foi constituída das seguintes perguntas:

1. Se sabe ou suspeita o que lhe querem perguntar, ou se lhe disse alguém, que sendo lhe perguntado dissesse mais ou menos a verdade";
2. "Se conhece o dito Jacinto de Freitas Acioli, e se sabe quem são seus pais e avôs e que razão tem para os conhecer";
3. "Se sabe se é cristão velho, limpo em raça alguma de cristão novo, mouro, mulato, ou de outra qualquer infecta nação, ou de novamente convertido à nossa Santa Fé Católica";
4. "Se ouviu, ainda que não saiba de certo alguma fama ou rumor em contrário sobre está matéria e a pessoa que ouviu e em que ocasião";
5. "Se sabe que os pais e avôs do suplicante tivessem algum ofício mecânico";
6. "Se é pessoa de boa vida e costume, acha casado com mulher de limpo sangue e sem raça alguma (AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 33, D. 2999. 10 de janeiro de 1726)

Podemos observar que tal justificação buscou comprovar requisitos relativos à limpeza de sangue, ascendência mecânica e aspectos ligados a moral católica. No que diz respeito à concepção feudal do cargo público a visão “honorária” da administração pública, agregou valores feudais-aristocráticos, para os quais importava a ideia de “fidelidade”, “nobreza” e “limpeza de sangue”. Desse modo, podemos perceber que as chaves interpretativas da não separação das esferas do público e do privado, do religioso e do jurídico, constam como requisitos morais que importavam na hora de justificar uma concessão de ofício régio em forma de propriedade, que passada por meio de uma carta de

propriedade, garantiu a confirmação da patrimonialização do ofício de juiz de órfãos de Pernambuco.

Tais requisitos nos permite entender melhor que a função judicial não dependia, de forma exclusiva, do rigorismo das leis, da objetividade das cédulas reais, das provisões e leis gerais, mas sim, da interpretação subjetiva que o juiz realizava ao observar o caso concreto, os costumes locais, a moral católica. Desse modo, tratava-se de uma deliberação subjetiva que o juiz realizava em sua consciência e foro interno, em que o moral e o jurídico, o privado e o público, não eram esferas claramente separadas, como estamos acostumados atualmente. Como alertou Rafael Ruiz ao se referir a caracterização da administração da justiça defendida por Carlos Garriga, “justiça de homens, e não de leis, porque concentrava a garantia na pessoa e não na decisão dos juízes”, assim, a justiça não é resultado das decisões, pelo contrário, depende das pessoas, logo, não é preciso garantir a aplicação rigorista das leis, mas, sim, o comportamento dos juízes. (GARRIGA, 2002, p. 792 *apud* RUIZ, 2015, p. 19)

Portanto, como buscamos pontuar, diante o exposto acima, que estamos diante de um universo e sistema de pensamento que a moral particular, ou seja, as qualidades de cunho morais e pessoais das figuras públicas que ocupavam os cargos da justiça, refletiam uma eficácia direta nas suas ocupações públicas.

**DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA:** A linha historiográfica da “escola ibérica”, que abarca uma gama de autores latino-americanos, mais não só, é de grande importância para o contexto da história do direito e da justiça trabalhada neste estudo, pois, entende “o direito como uma parte do universo jurídico que compartilhava de um universo normativo muito mais amplo, moral e religioso” (RUIZ, 2019, p. 318).

No tocante ao papel do catolicismo, para a construção da Europa Ocidental, Paolo Prodi (2009), manifesta sua relevância, notadamente, em relação as noções modernas de Estado e de Justiça. Segundo o autor, na política moderna, o papado agiu de modo a “mudar a política, sacralizando-a, estendendo o seu poder ao modelar o homem desde o seu nascimento até a sua morte” (PRODI, 2009, p. 120).

Leticia Mayer Celis (2015), ao tratar do probabilismo, nos séculos XVI e XVII, evidencia que sua principal característica resulta do fato de estarmos tratando de um mundo onde a impossibilidade das certezas correspondia a um notável aspecto deste pensamento



(CELIS, 2015, p. 23,24). A autora argumenta que o probabilismo corresponda, enquanto corrente de pensamento presente na teologia moral católica, a uma adequada categoria de análise para se interpretar a atuação dos juízes ao sentenciar, a partir daí, decorre a ideia de que bastava a eles seguir uma opinião provável, não, necessariamente, a mais provável ou única, para que se tomasse uma decisão acertada, portanto, sem se preocupar com o grau de certeza dessa probabilidade.

Acerca da ideia de cosmovisão ibérica, Ruiz (2015), destaca que foi a partir da obra de Richard Morse, de título “*O espelho de Próspero*”, que se levantou a “hipótese de que a cosmovisão ibero-americana estava marcada profundamente pela visão probabilística da vida” (p. 31). Pode-se, então, destacar as dissemelhanças entre duas cosmovisões distintas. Desse modo, partindo do princípio de que se queria constituir algum meio de prova, ou se seguiria a primeira, correspondente ao mundo anglo-americano, em que se procurava a certeza absoluta da prova (*certainty*). Ou se seguiria a segunda, característico do mundo ibérico, onde se procurava a certeza subjetiva da consciência (*certidume*).

Logo, estamos diante de uma justiça que repousa na incerteza, nada mais do que provável, pois, caberiam aos juízes agir em consciência ao dizer o direito, ou seja, o que era justo num caso concreto. Importante destacar que esse entendimento vai de encontro a uma leitura legalista e rigorista do direito, amparada na produção normativa e na estrita observância legal. Além de sustentar um arcabouço mental caracterizado pela comunicação direta entre direito e religião e a não separação das esferas do público e do privado, dos foros interno e externo, já que, estamos diante de um mundo em que a justiça dependia dos homens e não do rigorismo das leis, sendo mais uma justiça de homens do que de leis.

Rafael Ruiz ao abordar a consciência enquanto assunto historiográfico nos apresenta uma valoração subjetiva, portanto, cabe elencar o fio condutor pensado por ele para acessar a consciência dos juízes e a utilização das suas fontes de pesquisa. E nesta perspectiva as fontes da literatura tratadística são substanciais, bem como, os tratados e sumas de casos de consciência já que, não se separava o jurídico do moral nestas fontes, além disso, salienta o autor, que a metodologia de acesso de leitura destas ideias versa sobre a retórica.

A perspectiva historiográfica da consciência do indivíduo carrega elementos mais subjetivos e menos legalistas para a análise da justiça no contexto da América Ibérica da primeira modernidade, de modo que, entendemos que toda consciência esteja contextualizada por elementos sociais, culturais e políticos. Assim, pretendemos desenvolver uma correlação entre os âmbitos da consciência, da cultura e da subjetividade

na análise historiográfica. O termo consciência, de acordo com o Dicionário de autoridades, edição de 1729, expressa:

(...) ciência certíssima daquilo que está em nosso ânimo, bom ou mau. Encarregar a consciência a alguém: é torná-lo ciente e mandar-lhe que aja e proceda com conhecimento, com retidão e sem dolo, nem malícia, nem fraude. Em consciência: modo adverbial em que se dá a entender que alguma coisa é feita conforme o ditame da razão e da justiça (RUIZ, 2014, p. 23)

Outro elemento estruturante da cultura judicial analisada neste trabalho equivale ao arbítrio do juiz, empregado na cultura judicial da modernidade Ibérica, se alinha a ideia de adequação da pena as circunstâncias do delito e do delinquente. Baseado na prudência, o juiz ao arbitrar (diferente da arbitrariedade) expressa a opinião mais conveniente e ajustada, portanto, justa. Enquanto hoje, pensamos o papel do juiz como uma máquina objetiva e exata de determinar e relacionar um delito a uma pena, de modo que, a justiça se dá, por meio de uma correta e igualitária aplicação da lei penal.

Na modernidade, tratava-se de um arbítrio não arbitrário, já que regulado pela categoria moral da prudência. Assim, decidiriam os juízes de acordo com o seu arbítrio, na busca de uma justa medida, considerando a equidade, a misericórdia e a clemência. Era assim que o direito da primeira modernidade Ibérica se concretizava, atendendo, ao caso de acordo com as circunstâncias destes, logo, de modo casuístico. Insisto, não se tratava de decidir arbitrariamente, mas sim, que os juízes possuíam autoridade para dispensar ou interpretar a lei, diante de um caso concreto, que da sua aplicação sucederia uma injustiça.

Se por um lado, os juízes poderiam criar o direito, por outro, é certo que, seguindo seu arbítrio, poderiam cometer graves injustiças, entretanto, contra tal mal, havia possibilidades de recursos. As possibilidades eram: antes da sentença, a recusação do juiz e depois da sentença, a apelação. Institutos previstos legalmente para remediar o “arbítrio errado dos juízes”, remédios contra o mau julgamos, ou seja, contra uma injustiça. Como atentou Ruiz:

Mas o importante é perceber que ao longo dos séculos XVII e XVIII essa possível injustiça -por sinal, frequente e recorrente- não foi suficiente para deixar de lado essa prática judiciária. A alternativa entre estar nas mãos da consciência e do arbítrio do juiz, ou estar submetido a uma lei, universal e única, que não pudesse ser interpretada, manteve-se numa tensão dialética, sempre pendendo, de maneira geral, para o lado dos juízes e não das leis (RUIZ, 2015, p. 37)

A eficácia da vida pública repousava, portanto, dentro do âmbito reservado e privado dos juízes, a partir das suas qualidades morais e pessoais. Portanto, ao partir desse pressuposto, típico da cosmovisão do mundo ibérico moderno, indagamos: será a teologia

moral, não o conjunto de leis, o caminho para interpretamos os aspectos da justiça e do direito presente no contexto analisado?

**CONCLUSÃO:** Compreender a administração da justiça no mundo ibérico da primeira modernidade é apreender um sistema de pensamento diferente do que entendemos, atualmente, como justiça, direito, lei, justo. Trata-se, portanto, de uma cultura jurídica e judicial onde a teologia moral influencia de forma decisiva nas questões jurídicas e nas decisões judiciais. Logo, a não separação das esferas públicas e privadas, jurídica e religiosa, também se constituem categorias de análise indispensáveis. Na construção desta História da justiça e do direito, a consciência dos juízes torna-se objeto historiográfico, perspectiva subjetiva, de âmbito reservado e privado, porém, também público e decisivo no momento de fazer justiça. Desse modo, o critério decisivo para a boa administração da justiça encontrava-se na consciência dos juízes, contextualizada na esfera social, cultural e política e dirigida por questões de moral católica que determinava, na maneira de dizer o justo e o injusto, superando, assim, a concepção de que a justiça decorria de uma simples aplicação ou dedução lógico-formal da lei.

## **REFERÊNCIAS**

ANZOÁTEGUI, Victor Tau. **El jurista em el nuevo mundo**. Pensamiento. Doctrina. Mentalidad. 2016.

CELIS, Mayer Letícia. **Rutas de Incertidumbre**: ideas alternativas sobre la génesis de la probabilidad, siglos XVI y XVII. México: FCE, 2015.

PARRA, Elena Del Río. **Cartografías de la consciencia española em la Edad de Oro. México**, 2018.

HESPAÑA, António Manuel. **Os juristas como couteiros**. A ordem na Europa ocidental dos inícios da Idade Moderna. *Análise Social*, vol. 36 (161), 2001, p. 1183-1208.

LLAMOSAS, Esteban Frederico. **La instrucción de la praxis jurídica em Córdoba de Tucumán (siglos XVIII y XIX)**: virtude del juez, retórica, literatura forense y academias teórico-prácticas. *Ius: revista del instituto de ciencias jurídicas de Puebla, México*. Nova época, Vol. 13, n.º. 43. Enero-junio, 2019, pp. 33-50.

LEVAGGI, Abalardo. **Las intituciones de clemencia em el derecho penal Rioplatense**. Biblioteca Jurídica virtual del instituto de investigaciones jurídicas de la UNAM.

RUIZ, Rafael. **O Sal da Consciência**: Probabilismo e Justiça no Mundo Ibérico. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio (Ramon Llull)”, 2015.

\_\_\_\_\_. **O arbítrio dos juízes como exercício da prudência nos processos criminais do vice-reinado do Rio da Prata.** Revista da Faculdade de Direito- UFPR/ Curitiba, Vol. 62, n. 2, maio/ago, 2017, p. 131-148.

\_\_\_\_\_. **Probabilismo e Teologia moral na prática judiciária na América espanhola do século XVII.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Vol. 4 Nº 8, Dezembro de 2012.

\_\_\_\_\_. **Formação Da Consciência Do Juiz No Vice-Reinado Do Peru.** rev. hist. (São Paulo), n. 171, p. 317-350, jul.-dez., 2014

HESPANHA, António Manuel. **Caleidoscópio do Antigo Regime.** São Paulo: Alameda, 2012.

\_\_\_\_\_. **Histórias das Instituições- Épocas Medieval e Moderna.** Almedina: Coimbra, 1982.

HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Angela Barreto. **A representação da sociedade e do poder.** In: História de Portugal, vol. IV, 1998.

HOMEM, António Pedro Barbas. **Judex Perfectus: função jurisdicional e estatuto judicial em Portugal (1640-1820).** Almedina- Coimbra, 2003.

GARRICA, Carlos; SLEMIAN, Andréa. **“Em Trajes Brasileiros”:** Justiça E Constituição Na América Ibérica (C. 1750-1850. Revista De História São Paulo, Nº 169, p. 181-221, Julho/ Dezembro 2013.

HUIDOBRO- Garcia Joaquín, RUIZ, Rafael. **Dupla equidade em sentenças do ViceReinado do Prata no final do século XVIII.** Rev. Direito e praxis, Rio de Janeiro, Vol. 08, n. 02, 2017, p. 1203-1223.

MENEZES, Jeannie da Silva. **Sem Embargo de Ser Fêmea: As Mulheres e um Estatuto Jurídico em Movimento no Século XVIII.** Jundiaí, Paco Editorial: 2013.

MENEZES, Jeannie da Silva (org.). **A praxis judicial em tempos coloniais:** construção teórico e prática do poder e autoridade nas dinâmicas da justiça nos mundos americanos (sécs XVI-XIX). 1 ed. Recife. EDUFRPE, 2019.

MENEZES, Jéssica Maria da. **O juizado de órfãos e a instituição da tutela feminina em Pernambuco colonial (1726-1750).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2019.

PRODI, Paolo. **Cristianismo, modernidade política e historiografia.** Revista História, 160, 2019, p. 107-130.

ROCHA, Maria Alice Mendes. **Por um lugar no pátio e para além das câmaras:** as querelas entre juízes e clérigos em Pernambuco na primeira metade do século XVIII. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2018.





# UMA ARQUEOLOGIA DAS PRÁTICAS DE HIGIENE CORPORAL DO RECIFE OITOCENTISTA: APONTAMENTOS A PARTIR DA CULTURA MATERIAL DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO PILAR

Jonas Clevison Pereira de Melo Júnior<sup>170</sup>

Ana Lúcia do Nascimento

Oliveira<sup>171</sup> **Resumo**

A higiene corporal no Brasil nem sempre foi uma prática cotidiana, passando a receber especial atenção da medicina com o higienismo social emergente ao longo do século XIX. A partir de vestígios associados às práticas de higiene corporal, recuperados em escavações realizadas no sítio arqueológico do Pilar, no Bairro do Recife, que estão sendo analisados, percebe-se aspectos da adoção de tais práticas no cotidiano do Recife. Este trabalho busca apresentar algumas questões acerca do processo de adoção de tais práticas no Recife Oitocentista, partindo de um levantamento bibliográfico sobre o tema, da análise cronoestilística de parte do material recuperado e do cruzamento de fontes. As análises parciais permitiram perceber a recorrência de vestígios associados a essas práticas no sítio arqueológico do Pilar. Os resultados nos permitiram lançar como hipótese a adoção de uma cultura material destinada ao asseio do corpo como forma de adesão, por parte da população recifense, aos pressupostos estabelecidos pelo higienismo social do século XIX.

**Palavras-Chave:** Cultura Material; Higiene Corporal; Recife Oitocentista.

## **Diálogos interdisciplinares**

No atual contexto pandêmico da Covid-19, iniciado oficialmente em março de 2020, inúmeras foram às interpretações difundidas nos meios de comunicação acerca de sua origem, seus efeitos no organismo humano e as possíveis curas para essa doença. Adquirindo múltiplos sentidos, essa doença acarretou um conjunto de mudanças nos hábitos das pessoas como forma de evitar sua propagação. Susan Sontag (2007), ao analisar o que chamou de metáforas, presentes nos discursos militares, médicos, literários e da sociedade em geral acerca do câncer, da tuberculose e da AIDS, explica que uma doença, ao adquirir múltiplos sentidos, é projetada sobre o mundo, acarretando diversas interpretações que a torna um fenômeno social. Nessa perspectiva, um conjunto de trabalhos passou a ser publicado por historiadores nos quais discutem questões relacionadas às doenças em perspectiva histórica.

Já estudada por uma significativa produção historiográfica, tanto a nível internacional como nacional, nas décadas de 1980 e 1990 as doenças receberam especial atenção dos

---

<sup>170</sup> Graduado em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Professor de História da Secretária de Educação de Itapissuma – PE. Membro colaborador do Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (NEPARQ / UFRPE).

<sup>171</sup> Pós-Doutora em História pela Faculdade de Letras do Porto (PT / FLUP - 2016). Doutora em História com área de concentração em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE - 2001). Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (PPGH / UFRPE).

historiadores da Nova História Cultural, como Jacques Le Goff (1985), que organizou a obra intitulada *As doenças têm história*, e Jacques Revel e Jean Pierre-Peter (1995), em um capítulo intitulado *O corpo: o homem doente e sua história*. Inovando nas interpretações acerca dos diferentes sentidos construídos socialmente acerca das doenças, esses estudos se distanciaram das abordagens que as entendiam como fenômenos naturais, passando a entendê-las enquanto fenômenos sociais responsáveis por mudanças na estrutura política, econômica e social das sociedades.

No Brasil, os estudos sobre as doenças passaram a ser desenvolvidos a partir da década de 1940, com estudos como o de Lycurgo Santos Filho (1947), acerca da evolução histórica da medicina no Brasil. Estes estudos buscaram apresentar uma história da medicina brasileira a partir de temas voltados para as práticas, instituições e personagens da classe médica, considerando que o saber médico teria levado a sociedade rumo ao progresso e contribuído para que a medicina colonial fosse superada pela medicina higienista do século XIX.

Na década de 1970 novos estudos passaram a ser produzidos tendo como principal referencial teórico Michel Foucault (1984). São exemplos os estudos clássicos de Roberto Machado (1978) e Jurandir Freire Costa (1979). Esses autores consideraram em suas análises que no século XIX, com a adoção da medicina social, a medicina se tornou um campo do saber científico que buscou oferecer respaldo para o exercício do poder, promovendo a normalização da sociedade brasileira que culminou no processo de medicalização dessa sociedade.

A partir da década de 1990, acompanhando as novas abordagens historiográficas acerca do estudo das doenças, um número considerável de historiadores escolheu a temática das doenças e temas correlatos como objeto de estudo, tornando a História da Saúde e das Doenças um campo consolidado na historiografia brasileira. Essa nova historiografia, sob a ótica da história social, voltou sua análise para temas como a construção de políticas higienistas sobre a saúde pública (CHALHOUB, 1993), a atuação da elite médica (FERREIRA, 2003; SAMPAIO, 2005; EUGÊNIO, 2008) e as diferentes práticas de cura exercidas no Brasil (PIMENTA; 1997 e 2003).

No campo da arqueologia, por outro lado, até a década de 1990 os estudos acerca das doenças estiveram de modo geral ligados ao campo da bioarqueologia e paleoparasitologia, com estudos acerca das patologias que acometiam as sociedades, possíveis de serem compreendidas em análises de restos osteológicos humanos. Com a expansão da arqueologia histórica nessa década, que passou a abordar um número maior de temas, Tânia Andrade

Lima (1996) publicou um estudo pioneiro, no qual associou a cultura material recuperada em residências do Rio de Janeiro, às práticas de higiene corporal e de cura do Brasil oitocentista, realizando importante diálogo com a história social.

A partir desse estudo, um conjunto de trabalhos passou a analisar a cultura material recuperada em contexto urbano, seja associada à estruturas domésticas, lixeiras residências ou lixeiras coletivas, buscando interpretá-la à luz dos saberes médicos, das práticas de higiene corporal e de cura do Brasil em diferentes temporalidades (TOCCHETTO, 2000; BARRETA, 2009; COMPANY, 2011; VERAS, 2014; PEDROSA e MEDEIROS, 2018). Esses trabalhos permitiram observar aspectos antes não possíveis de serem compreendidos pela história em documentos textuais, ao observar na materialidade um conjunto de práticas e saberes presentes no cotidiano.

Desse diálogo entre a História Social e a Arqueologia Histórica, um estudo está sendo realizado a partir da cultura material recuperada no sítio arqueológico do Pilar, localizado no Bairro do Recife. Este estudo, cuja proposta inicial encontra-se aqui apresentada, tem buscado compreender de que forma essa cultura material está relacionada às mudanças nos hábitos de higiene corporal e das práticas de cura no Recife Oitocentista, como será discutido.

### **O sítio arqueológico do Pilar**

O Sítio Arqueológico do Pilar, localizado na área de preservação histórica do Bairro do Recife, encontra-se ainda situado na mesma área que uma comunidade de baixa renda, denominada comunidade do pilar<sup>172</sup>. Este sítio começou a ser escavado em 2010 por arqueólogos da Universidade Federal de Pernambuco, passando em 2016 a ser escavado pela equipe do Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica da Universidade Federal Rural de Pernambuco (NEPARQ / UFRPE), sob a coordenação das arqueólogas Ana Nascimento e Suely Luna. O sítio encontra-se demarcado em seis quadras (25, 40, 45, 46, 55, 60) (ver Imagem 1), cujo material está sendo recuperado, higienizado e catalogado na reserva técnica deste laboratório.

---

<sup>172</sup> Sua existência data dos anos 1980 quando a Empresa de Portos do Brasil S.A. (Portobrás) que administrava o Porto do Recife foi desativada. Naquela ocasião, foram desapropriados e demolidos galpões de fábricas da Pilar e do Moinho Recife para novas construções de expansão do porto, que nunca foram realizadas. Nesse vácuo de intervenção, uma população de baixa renda que trabalhava, naquela ocasião, em áreas de centro histórico da cidade e do porto do Recife ocupou os terrenos e galpões aparentemente abandonados.





A primeira mudança significativa na Nossa Senhora do Pilar, pelo capitão região ocorreu com a construção da capela de mor João do Rego Barros, no entorno da área na qual existiu o Forte. Ao receber o terreno onde antes havia o forte de São Jorge, através de uma carta de sesmaria concedida pelo governador Aires de Sousa Castro, em 31 de maio de 1679, João do Rego Barros teve como dever construir uma igreja para Nossa Senhora do Pilar. Segundo Melo (2016), a partir da fundação dessa capela, formou-se a Rua de São Jorge, e ao longo deste um arruado, contribuindo para o processo de ocupação daquela Área. Nesse período já havia as áreas demarcadas atualmente como quadra 25, 45, 46 e 55, configurando-se como áreas consolidadas de ocupação mais antiga (ver Imagem 3).



**Imagem 3:** Planta do bairro do Recife em 1680, com destaque para a vila do Recife, o arruado ao longo da Rua de São José e a igreja de Nossa Senhora do Pilar. **Fonte:** Menezes (1988 *apud* MELO, 2016).

**Fonte:** Menezes (1988 *apud* MELO, 2016).

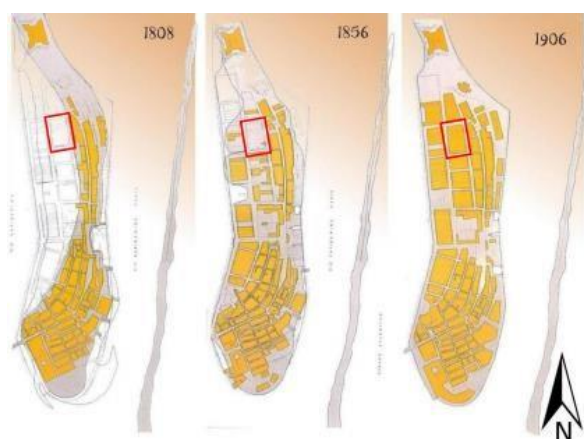


Na primeira metade do século XVIII, as áreas que atualmente estão demarcadas como quadra 40 e 60, ainda não estavam consolidadas (ver Imagem 4). O período de expansão do crescimento da vila do Recife que se iniciou na segunda metade do século XVIII, contribuiu para que outras residências na extensão da Rua de São Jorge fossem construídas, fazendo com que a região conhecida como Fora das Portas, passasse a atrair moradores, encontrando-se no final desse século marcada pela presença de

**Imagem 4:** Planta do bairro do Recife em residências e atividades comerciais, servindo de arruado ao longo da Rua de São José, a igreja 1740, com destaque para a vila do

Recife, o passagem para as pessoas que se direcionaram para de Nossa Senhora do Pilar e o forte do Brum. a Olinda.

Durante o século XIX, a expansão de áreas consolidadas para a cidade do Recife, contribuiu para que a região conhecida como Fora das Portas fosse gradativamente integrada ao perímetro urbano do Recife, alcançando apogeu na segunda metade desse século, quando a margem oeste do istmo foi aterrada, dando origem a Rua dos Guararapes (atual Rua Bernardo Vieira de Melo), atualmente delimitada como quadra 40 (ver Imagem 5). A Rua de São Jorge, por sua vez, eixo inicial de ocupação da região de Fora das Portas, na qual foi realizada boa parte das escavações, durante todos os processos citados, recebeu inúmeras denominações, sendo em 1838 encontrada com denominação a de Rua de Santo Amaro, passando em 1850 já aparecer com o nome de Rua do Pilar, quando oficialmente passou a se chamar rua de S. Jorge.



**Imagem 5:** Plantas do bairro do Recife em 1808, 1856 e 1906, com destaque para a quadra 40 antes (1808) e depois (1956 e 1906) de surgir com o processo de aterramento deste bairro ao longo do século XIX. **Fonte:** Menezes (1988 *apud* MELO, 2016).

No início do século XX o bairro do Recife sofreu uma grande intervenção com o projeto Novo Recife, que não acarretou significativas mudanças na área. Essas mudanças, que ocasionaram um conjunto de perturbações na formação do registro arqueológico dessa área, ocorreram ao longo do século XX com as intervenções para a construção de empresas na área do Porto (MELO, 2016). Diante das perturbações presentes no registro arqueológico, dificultaram-se as interpretações das questões arqueológicas da área, dificultando, por exemplo, a análise da parafernália doméstica e de uso cotidiano da cidade, diante da dificuldade em associá-la, por exemplo, a grupos específicos de consumo.

Uma estratégia que está sendo utilizada consiste em associar a cultura material ali recuperada, a hábitos cotidianos não especificamente dos habitantes que ali viveram, mas de modo geral ao cotidiano da cidade do Recife. Essa estratégia, a partir de análises

cronoestilísticas do material recuperado, tem permitido traçar uma cronologia, de caráter relativo, do período de circulação desses produtos no Recife.

### **O Recife sob a luz da medicina**

Durante o século XIX o fenômeno da urbanização, ao provocar a expansão das cidades no ocidente, acarretou a necessidade de estabelecimento de uma nova ordem urbana marcada pela intervenção do Estado nas diferentes esferas da vida pública e privada (RÉMOND, 1974; BRESCIANI, 1996). Esta nova ordem urbana encontrou como campo de saber a medicina, que adquirindo funções sociais, passou a oferecer respaldo para as ações de higienização a serem adotadas pelo governo das cidades (FOUCAULT, 1984).

No Brasil o fenômeno da urbanização e a adoção de uma medicina social aconteceram ainda na primeira metade do século XIX com a chegada da família real em 1808, que atestando a falta de salubridade nas ruas, os serviços médicos precários e as péssimas condições de saúde da população, buscou estabelecer um conjunto de reformas na corte pautada pelos preceitos higienistas em voga. As medidas iniciais que contribuíram para esse processo consistiram na fundação das faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia em 1832, que a partir de seu corpo médico, passou a propor projetos higienistas visando o processo de higienização da sociedade brasileira (EUGÊNIO, 2008).

Das ruas às casas, buscava-se instalar um modelo higiênico de sociedade pautado pelos conhecimentos da medicina e sua consequente aplicação na vida urbana. Era a medicina social que alcançava o posto de conhecimento capaz de oferecer as respostas para os problemas que precisavam ser resolvidos no espaço urbano (MACHADO, 1978; COSTA, 1979).

Com a consolidação dessas instituições e de um campo de atuação para elite médica, o projeto higienista, que visava colocar a nação nos “trilhos” do progresso e da modernização, pôde prosseguir. Pautando-se na “medicina das luzes”, que oferecia as bases científicas necessárias para a resolução dos problemas de insalubridade do espaço urbano, esse projeto incorporou os preceitos da chamada ideologia da higiene, analisada por Chalhoub (1996), que a descreveu como a crença de que havia “um caminho para a civilização” e que este caminho passava pela adoção de um modelo de “aperfeiçoamento moral e material” válido para todos os povos. O principal requisito capaz de levar a sociedade brasileira a alcançar esse aperfeiçoamento moral e material preconizado pela ideologia da higiene, necessário para que as sociedades alcançassem “grandeza” e “prosperidade” à

semelhança dos “países mais cultos” – europeus –, era a solução dos problemas de higiene pública. Deste modo, reformar os costumes da população tornava-se necessário, para que esse projeto pudesse alcançar êxito (EUGÊNIO, 2008).

No Recife esse processo começou ainda na primeira metade do século XIX, diante do crescimento populacional e os problemas na estrutura urbana e nos hábitos da população (CARVALHO, 2010). Diante da ótica higienista, esses fatores passaram a ser consideradas pelos médicos atuantes nesta cidade como os principais fatores responsáveis pelo aparecimento das epidemias que acometiam a população, como a Febre amarela e o Cólera, que em 1850 e 1856, respectivamente, atingiram a cidade do Recife causando grande mortalidade e transtorno para os habitantes desta urbe (CASTRO, 2007).

Nesse contexto, a ordem higiênica instaurada a partir da classe médica e da administração municipal, buscou reformar a estrutura urbana e conseqüente os hábitos da população (SANTOS, 2009; SOUZA, 2018). Esse processo se inseriu nas políticas de melhoramentos materiais, que já na década de 1830 acarretou a busca por modernizar e “afrancesar” o Recife (SILVA, 2011; SILVA, 2018).

Essa medicina social, desenvolvida na Europa e adotada no Brasil na primeira metade do século XIX, inseriu-se, segundo Santos (2009), no projeto de modernização da sociedade pensado pelas elites governantes. Ela era vista como uma forma de alcançar o progresso e a civilização, influenciando os discursos das classes governantes na justificativa de suas ações. Segundo a autora, a partir dessa medicina social a nova concepção acerca da prática médica se baseou “(...) no equilíbrio das relações entre saúde e sociedade, com a adoção de medidas profiláticas e disciplinadoras da população (...)” (SANTOS, 2009, p. 18), que passaram a permear o pronunciamento da classe médica e da administração municipal.

Deste modo era preciso, através dos conhecimentos da medicina, incutir na população a necessidade por melhorias em seus hábitos, especificamente de higiene. Nesse contexto, inúmeras recomendações acerca da necessidade da maior frequência do banho e de produtos que auxiliavam na higiene, por exemplo, tornou-se constante em manuais de medicina – Le Roy (1825) e Chernoviz (1851) – que circularam no Brasil ao longo do século XIX, contribuindo para que um conjunto de produtos, compreendidos como a face material do progresso e da modernização, fosse adotado no cotidiano da população.

### **Uma cultura material para o asseio do corpo**

Tânia Andrade Lima (1996), analisando a cultura material recuperada durante escavações em áreas de antigas residências do Rio de Janeiro, como já mencionado, chegou

à conclusão de que a adoção dessa cultura material estava relacionada às concepções de doença e cura preconizadas pela Teoria hipocrático-galênica dos humores<sup>173</sup>. Segundo essa

autora: (...) supõe-se que os princípios hipocráticos tenham sido introduzidos pela medicina portuguesa, na qual tiveram ampla penetração, bem como pelos médicos que acompanharam a colonização holandesa. Constantemente realimentadas nos séculos subsequentes pelo fluxo de ideias em circulação na Europa, de onde provinham os médicos e os manuais que difundiam as regras de higiene e práticas curativas aqui adotadas, acabaram se sedimentando, e medidas como sangrias, purgas, vomitórios, suadouros, fumigações etc. foram intensamente praticadas, especialmente no século XIX (LIMA, 1996, p. 51).

No campo da higiene, essa teoria influenciou um conjunto de crenças e práticas associadas à higiene do corpo, e conseqüentemente a cura das doenças no Brasil (TOCCHETTO, 2000; BARRETA, 2009; COMPANYY, 2011; VERAS, 2014; PEDROSA e MEDEIROS, 2018). Era preciso, na ótica dessa teoria, combater os odores corporais que eram exalados pelas vias inferiores – sistema digestivo e excretor – e superiores do corpo – boca e nariz –, bem como pela pele, ocasionados pela circulação dos humores em excesso no organismo humano (LIMA, 1996).

A dissimulação desses odores, segundo Lima (1996), representou uma prática gradativamente adotada pelas elites brasileiras ao longo do século XIX, como forma de colocar em prática a ordem higiênica. Neste contexto, diante da lógica do capitalismo que se consolidava ao longo do século XIX, um conjunto de produtos capazes de promover a dissimulação desses odores passou a entrar pelo porto do Recife.

poder curativo, cabendo ao médico auxiliar o doente a restabelecer o equilíbrio das forças naturais de seu organismo na batalha entre a natureza e a doença, deixando a doença agir em toda sua ação. Lima (1996), analisando a origem dessa teoria, explica que o filósofo grego Empédocles considerava que o mundo visível e invisível era composto pelos seguintes elementos primordiais: água, ar, terra e fogo. Aristóteles, caracterizando esses elementos, considerava que o “(...) ar era quente e úmido; a água, fria e úmida; a terra, fria e seca; o fogo, quente e seco (...)” (LIMA, 1996, p. 47). A esses quatro elementos foram vinculados os chamados humores, que segundo a medicina hipocrática resultava da mistura dos elementos primários, sendo os humores: “(...) sangue – o licor da vitalidade; bile amarela – líquido gástrico indispensável à digestão; bile negra ou melancólica – responsável pelo escurecimento dos outros fluidos, tornando-os enegrecidos; e a fleuma – compreende todas as secreções incolores visíveis em substâncias como suor, lágrimas e catarros, em épocas de constipação e de febre” (MIRANDA, 2011, p. 28-29). Segundo Lima (1996) cada humor tinha um centro regulador de sua dinâmica para o qual era atraído, sendo o do sangue o coração, o da fleuma a cabeça, o da bile negra o baço e o da bile amarela o fígado. Segundo Miranda (2011), para a teoria dos humores a doença representava um desequilíbrio marcado pela falta ou excesso de humores. Lima (1996), analisando esse desequilíbrio, pontua que para a medicina hipocrática o organismo acionava mecanismos de defesa que contribuíam para a expulsão do humor, em caso de excesso, ou para seu restabelecimento, em caso de falta. Dessa forma a doença cumpria três etapas: “(...) 1 – mudança na proporção dos humores, causada por fatores externos ou internos, gerando o estado de desequilíbrio; 2 – reação do corpo a essa desproporção, através da febre (ou fervura, cozimento, cocção), para tentar restabelecer o equilíbrio original. O cozimento modificava os humores, que ficavam, dessa forma, em condição de ser expelida; 3 – crise resultando do desequilíbrio, com a descarga da matéria doente, vale dizer, do excesso de humor (...)” (p. 48). A consolidação da medicina hipocrática, segundo Miranda (2011), aconteceu com Cláudio Galeno, que viveu em Roma no século II, quando

---

<sup>173</sup> Miranda (2011) explica que a medicina dos humores surgiu da crença na *Physis* – natureza – como fonte de



este médico conciliou as doutrinas de Aristóteles e Hipócrates, definindo que os homens podiam se enquadrar em quatro diferentes temperamentos chamados sanguíneo, colérico, fleumático e melancólico, bem como estabelecendo as qualidades opostas dos humores, sendo o sangue quente e úmido, a fleuma fria e úmida, a bile negra fria e seca e a bile amarela quente e seca, que influenciava os tratamentos a serem ministrados, com a utilização de remédios quentes para os desequilíbrios frios e vice-versa.

No sítio arqueológico do Pilar, parte da cultura material recuperada sugere que as práticas de higiene do corpo adquiriram lugar no cotidiano de setores mais abastados da sociedade, capazes de consumir esses produtos vendidos nas boticas da cidade. Em relação aos humores exalados pelas partes superiores, por exemplo, destacam-se os produtos associados ao cuidado da pele, como fragmentos de bacias de louça (ver Imagem 6) e os tônicos que prometiam fortalecer as fibras da pele (ver Imagem 7), encontrados durante as escavações.



**Imagem 6:** Fragmentos de bacia de louça com decoração floral [lava mãos] para o asseio do corpo (Século XIX). **Fonte:** Evelyn Oliveira (NEPARQ), 2021.



**Imagem 7:** Frasco de tônico para pele e cabelo (Século XIX) – Inscrição: "TÔNICO ORIENTAL PARA EL CABELLO / NEW YORK / LAMAM Y KEMP". **Fonte:** Evelyn Oliveira (NEPARQ), 2021.

Outros produtos associados à higiene da pele, que representam uma amostra significativa do material, são as tampas (ver Imagem 8) e frascos de perfumes com marcas de produtores franceses (ver Imagem 9 e 10) recuperados durante a escavação, que eram importadas pelo Brasil, fazendo sucesso no Recife ao longo do século XIX.



**Imagem 8:** Tampa de frasco feita de vidro [provavelmente perfume] (Século XIX). **Fonte:** Evelyn Oliveira (NEPARQ), 2021.



**Imagem 9:** Frasco de vidro de perfume (Século XIX) – Inscrição: "LUBIN PERFUME D' PARIS". **Fonte:** Evelyn Oliveira (NEPARQ), 2021.



**Imagem 10:** Fragmento de frasco de Perfume (Século XIX) – Inscrição: "ORYZA OIL LE LEGRAND". **Fonte:** Evelyn Oliveira (NEPARQ), 2021.

No caso da dissimulação do mau hálito exalado pela boca, foi encontrada uma amostra também significativa de fragmentos de escovinhas feitas em osso (ver Imagem 11) e de tampas de potes de creme dental (ver Imagem 12).

RAINHA". **Fonte:** Evelyn Oliveira (NEPARQ), 2021.



**Imagem 11:** Fragmento de tampa em louça de

pote de creme dental (Século XIX) – Inscrição: "PASTA DE DENTE DE CEREJA - PARA EMBELEZAR E PRESERVAR OS DENTES E GENGIVAS - PATROCINADO PELA

**Imagem 12:** Fragmento de escova de dente (área na qual eram colocadas as cerdas para escovação) feitas de osso (Século XIX). **Fonte:** Evelyn Oliveira (NEPARQ), 2021.

Além dos objetos relacionados à higiene do corpo, haviam os produtos relacionados à higiene chamadas partes escuras, destinados ao tratamento doenças, compreendidas no período como resultado de equilíbrio dos humores. Destacam-se as águas antifebris (ver Imagem 8), as águas gasosas importadas da Inglaterra (ver Imagem 9) e os fracos de purgativos (ver Imagem 10), muito comum em anúncios presentes no Diário de Pernambuco.



externa das das do

(NEPARQ), 2021.



**Imagem 8:** Fragmento de garrafa de água antifebril (Século XIX) – Inscrição: "Andre Lopez d Castro". **Fonte:** Evelyn Oliveira

**Imagem 9:** Garrafa para água gasosa(Século XIX) - Inscrição: "WELL & C". **Fonte:** Evelyn Oliveira (NEPARQ), 2021.



medicamento (Século XIX) – Inscrição: "VERMIFUGE". **Fonte:** Evelyn Oliveira (NEPARQ), 2021.

**Imagem 10:** Frasco de

Nas amostras ainda cura de doenças, que serviam



constam produtos associados à tanto para a parte interna, quanto externa do corpo. São exemplos, os potes feitos de faiança e louça de pomadas que



prometiam curar um número considerável de doenças, como gota, reumatismo, mordeduras de cobras e queimaduras (ver Imagem 11 e 12).



**Imagem 11:** Frasco de pomada (Século XIX) –  
Inscrição: "Holloways Ointment". **Fonte:** Evelyn Oliveira  
(NEPARQ), 2021.



**Imagem 12:** Pote de pomada (Século XIX) –  
Inscrição: "D<sup>r</sup> Roberts Bridport". **Fonte:** Evelyn  
Oliveira (NEPARQ), 2021

## Considerações possíveis

Os resultados parciais aqui apresentados fazem parte do estudo que vem sendo realizado no Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (NEPARQ) da Universidade Federal Rural de Pernambuco desde o ano de 2018, quando os vestígios associados à higiene corporal passaram a ser catalogados, classificados e analisados. Durante esse processo levantou-se a hipótese apresentada, acerca da gradativa adoção de uma cultura material associada às mudanças nos hábitos de higiene corporal da população do Recife.

Mesmo diante das limitações impostas pelas particularidades do registro arqueológico que compõem o Pilar, relacionadas à dificuldade em associar a cultura material ali recuperada a grupos domésticos específicos, o conjunto de fontes históricas que vem sendo repertoriadas tem permitido levantar informações acerca da relação dessa cultura material com os conhecimentos médicos e as práticas cotidianas experimentadas na cidade do Recife ao longo do século XIX. Esperamos que as análises que estão sendo realizadas nos permitam comprovar a hipótese levantada, contribuindo assim para novas concepções acerca da história da saúde e das doenças no contexto do Recife oitocentista.

## Fontes

**ACERVO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO PILAR** (Quadras 25, 40, 45 e 46) - Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (NEPARQ / UFRPE).

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Dicionário de medicina popular**. 2. Ed. Rio de Janeiro: **DIÁRIO DE PERNAMBUCO** (Século XIX) – Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital). Janeiro: Tipografia Laemmert, 1851.

LE ROY. **Medicina Curativa ou o Methodo Purgante dirigido contra a causa das enfermidades**. 2. ed. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1825. **Referências**

ALVES, R. B; RAMOS, A. C. P. T. Primeiras Ocupações residenciais na rua de São Jorge no bairro do Recife: um estudo das estruturas arqueológicas da quadra 55 na área do Pilar, Recife-PE. **Fundamentos**, v. 15, p. 95-109, 2018.

AVILA, G. M; MEDEIROS, E. As três Ilhas do Recife. Dados para a arqueologia da cidade nos séculos XVII-XIX. *In*: **26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, 2008, Porto Seguro. Anais Eletrônicos: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2008.

BARRETA, Jocyane R. Beleza, vaidade e estética por meio da cultura material na Porto Alegre oitocentista. **MÉTIS: história & cultura**, v. 8, n. 16, p. 157-185, jul./dez. 2009.

BRESCIANI, Maria S. M. **Londres e Paris no Século XIX: o espetáculo da pobreza**. 6. Ed. São. Paulo: Brasiliense, 1996.

CARVALHO, Marcus. J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. 2. Ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

CASTRO, Vanessa de. **Das igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife no século XIX**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

CHALHOUB, S. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COMPANY, Zeli Teresinha. Procurando bem todo mundo tem pereba: práticas e recursos de cura a partir da cultura material na Porto Alegre do século XIX (1815-1898). 2011. 284 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

COSTA, Jurandir F. **Ordem Médica e Norma Familiar**. 1. Ed. São Paulo: Graal, 1979.

EUGÊNIO, Alisson. **Reforma dos costumes: Elite médica, progresso e combate às más condições de saúde no Brasil do século XIX**. 2008. 231 f. Tese (Doutorado em História Econômica). Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FERREIRA, L. O. Medicina impopular: ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830 - 1840). In: CHALHOUB, S. *et al.* (Org.). **Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 101-122.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4. Ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FUNDAÇÃO SERIDÓ. **Acompanhamento e pesquisa arqueológica na área de implantação do projeto Habitacional do Pilar. Bairro do Recife, Recife - Pernambuco**. IX Relatório técnico parcial de atividades. Recife, 2012.

GIUSTINA, Leda Bernardi Della. **O Pilar que ficou - um estudo de conservação em bens patrimoniais a partir do conceito de valor: o caso da igreja do Pilar do Recife**. 2010. 222 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

LE GOFF, Jacques. **As doenças têm história**. Trad. Laurinda Bom. Lisboa: Terramar, 1985.

LIMA, T. A. Humores e Odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. **História, ciência e saúde – Manguinhos**, v. 2, n. 3, p. 44-96, nov./fev. 1995/1996.

MACHADO, Roberto. *et al.* **Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MELO, Isaac Lopez Garcia de. **Processo de formação do registro arqueológico do Habitacional do Pilar, Bairro do Recife, Recife-PE**. 2016. 105 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

MENEZES, José. L. da M. **Atlas Histórico Cartográfico do Recife**. Recife: Editora Massangana, 1988.

MIRANDA, Bruno R. F. Fortificações da barra e do porto do Recife - Século XVII. In: **XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 2003, João Pessoa. Anais Eletrônicos: XXII Simpósio Nacional de História, 2003.

- PEDROSA, Tatiana de Lima; MEDEIROS, S. L. A saúde engarrafada nas Águas de Melgaço: cultura e consumo na Manaus do século XIX-XX. *Temporalidades*, v. 10, p. 403-418, 2018.
- RÉMOND, René. **O século XIX: 1815-1914**. Trad. Frederico Pessoa de Barros. 2. Ed. São Paulo: Cultrix, 1974.
- REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. O corpo: o homem doente e sua história. *In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos objetos*. 4. Ed. Trad. Teresinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- SAMPAIO, G. dos R. **Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial**. 2. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.
- SANTOS FILHO, Lycurgo. **História da medicina no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1947.
- SANTOS, Manuela A. dos. **Recife: entre a sujeira e a falta de (com)postura, 1831-1845**. 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2009.
- SILVA, Ilana Elisa Chaves. **Arqueologia da doença no cemitério histórico do PilarPE**. 2015. 142 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- SILVA, Sandro V. **O costume da praça vai a casa: as transformações urbanas e suas influências sobre os costumes da classe burguesa do Recife oitocentista (1830-1880)**. 2011. 192 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.
- SILVA, Wellington B. da. “A locomotiva do progresso”: cotidiano e “melhoramentos materiais” no Recife oitocentista (1830-1889). *In: SILVA, Wellington B. da. (Org.). O Recife no século XIX: outras histórias (1830-1890)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018, p. 1552.
- SONTAG, Susan. **Doença como metáfora: AIDS e suas metáforas**. Trad. Rubens Figueiredo Paulo Henriques Brito. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- SOUZA, Willian. A. de. A câmara e os médicos: entre a insalubridade e o governo da cidade (Recife, século XIX). *In: SILVA, Wellington. B. da (Org.). Recife no século XIX: outras histórias (1930-1890)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018, p. 113-142.
- TOCCHETTO, F. B. Uma construção possível sobre práticas e representações de grupos domésticos da Porto Alegre oitocentista. **Revista de Arqueologia**, v. 12, n. 1, p. 55-71, dez. 2000.
- VERAS, Naira Lorena de Oliveira. **Práticas de saúde e modernidade na cidade de Parnaíba, Piauí (1850 - 1930): um estudo arqueológico**. 2014. 161 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2014.

**AS MURALHAS QUE DEFENDEM A TERRA E O MAR: UM ESTUDO  
ARQUEOLÓGICO SOBRE O SISTEMA DEFENSIVO NO CABO DE SANTO  
AGOSTINHO- PE- BRASIL**

Lucas Alves da Rocha<sup>174</sup>

Izabela Pereira de Lima<sup>175</sup>

*“Na terra de mais luz da terra  
Foi um farol cego esse Cabo:  
Às avessas, farol sem luz  
Para navegantes encadeados”*

O Cabo de Santo Agostinho, João Cabral de Mello Neto

## **Introdução**

Em alguns momentos, as pesquisas tomam proporções e ramificações que vão além do esperado, novos dados e novas variantes são apresentadas, abrindo novos caminhos para estudos ainda mais amplos e profundo acerca dos objetos de estudos. Esse trabalho, o qual o caro leitor (ou leitora) está lendo é uma pesquisa que se ramificou de forma tão ampla e bela, que dificilmente não poderíamos comparar com uma árvore que ao crescer, espalha seus galhos em diversas direções.

Esse trabalho está longe de ser um daqueles textos, nos quais, os pesquisadores passam muito tempo relatando diretrizes teóricas. Aqui queremos apresentar pontos acerca da reflexão de algumas áreas de estudo dentro da arqueologia, como, a arqueologia da guerra, projetos acerca da inclusão de monumentos e sítios arqueológicos no turismo

---

<sup>174</sup> Mestrando em arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: [lucasalves170@hotmail.com](mailto:lucasalves170@hotmail.com)

<sup>175</sup> Doutoranda em arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: [izabelapereiradelima@hotmail.com](mailto:izabelapereiradelima@hotmail.com)

arqueológico local e até mesmo na criação de conexões entre órgãos e instituições para estudo e preservação destes bens.

Usando como exemplo, uma pequena vila, que se encontra como parte central do parque metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, no município do Cabo de Santo Agostinho, á cerca de 50 km da capital do estado, Recife, esse local possui um potencial imenso a ser conhecido e explorado, porém, por algumas razões, é bastante esquecido pelos pesquisadores, neste texto, o leitor vai conhecer um pouco da história do local através das suas fortificações, algumas bastante conhecidas, outras nem tanto e assim mergulhar, de forma breve, nos temas mencionados no parágrafo anterior. O presente trabalho é uma reflexão para os pesquisadores interessados nas mais diversas áreas começaram a refletir sobre metodologias e novas abordagem, não só em campo como dentro da academia.

### **As heranças das guerras brásilicas: O exemplo do Cabo de Santo Agostinho**

A guerra é um fenômeno social que está presente desde a aurora da humanidade, para que religiosos, antes mesmo da criação do homem, porém nosso caso se foca no mundo humano, no qual a cada guerra, mudanças drásticas são sofridas não só nas sociedades envolvidas, mas em toda a paisagem ao redor delas.

Com o passar dos anos, as estruturas as quais os homens utilizavam para defesa das suas terras foram sendo modificadas, ampliadas e até mesmo virando parte de uma ciência nestes grupos, a guerra se tornou uma presença a ser esperada a qualquer momento, porém com significados diferentes para as diferentes civilizações espalhadas no globo terrestre.

Contudo, a presença de uma estrutura arquitetônica que servisse de objeto para defesa destes grupos contra invasores é bastante presente, na maioria dos contextos arqueológicos estudados. No ocidente, em especial, após o período das grandes navegações, a forma de fortificar europeu se espalhou pelos novos domínios, as fortificações, inicialmente similares a castelos medievais e solares, começaram a surgir em paisagens novas, seja no oriente e áreas adjacentes, que possuíam suas próprias estruturas defensivas, seja nas Américas, nas quais os grupos ameríndios possuíam estilos próprios de sistemas defensivos.

No Brasil não se observam muito os vestígios de aldeamentos indígenas pelos olhos da guerra, muitas vezes, somente pela configuração para identificar o grupo que ali se assentou, porém o estudo destes locais como pontos estratégicos e configurações bélicas

Diversas fortificações foram erguidas no Brasil, e quando se fala fortificações, podemos considerar toda estrutura erguida para fins defensivo, e por qual razão mencionamos isso? Bem para muitos pesquisadores, as fortificações se limitam os fortes, fortalezas, trincheiras, baluartes, redutos e assim por diante, entretendo existem categorias, tanto dentro dos estudos da história militar como da arqueologia dentro e fora do Brasil, que poucas vezes são explanadas e estão dentro do que podemos chamar de “estruturas defensivas”.

Um bom exemplo disso são as casas grandes dos engenhos, herdeiras diretas dos solares lusitanos, muitas vezes eram erguidas para serem casas-fortes e até mesmo estancias, nas quais além de servir de morada para os senhores daquelas terras eram utilizados para impedir o avanço de inimigos naquela localidade, podemos mencionar dos exemplos deste caso: O engenho de açúcar do Erasmo, em São Paulo e a casa grande do engenho Manjope em Pernambuco, em ambos os casos, podemos ver nos vestígios estruturais remanescentes indícios de um projeto de estrutura defensiva, como por exemplo, as seteiras; janelas configuradas para assegurar aos defensores na parte externa da construção um ponto de observação seguro para efetuar disparos contra os atacantes.

Existe uma variedade de seteiras, porém, carece de estudos mais aprofundado acerca da presença delas nas obras arquitetônicas ligadas a defesa, pois através destas janelas, podemos até identificar tipo de armamentos utilizados em determinado período. Vale mencionar, que nas “igrejas fortificadas”, variação dos mosteiros fortificados europeus, a presença destas mesmas aberturas pode indicar a dupla função do templo, tanto o caráter religioso, como defensivo, um bom exemplo disso é a Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Vila Velha, Itamaracá e a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, no Cabo de Santo Agostinho.



Mencionando o Cabo de Santo Agostinho, tema do presente estudo, é um dos municípios mais antigos e com forte ligação não só com a história regional como a nível mundial, o acidente geográfico que dá nome ao município era uma baliza natural para os navegantes,

identificado como parecendo um “focinho de baleia”, nas palavras do cartógrafo Luís Teixeira no século XVI, e exaltado por Ambrósio Fernandes Brandão em seu “diálogo das grandezas do Brasil” como sendo o ponto da costa brasileira “conhecido mundo afora” e quase um século mais tarde tendo a confirmação desta declaração no celebre livro de aventura de Daniel Defoe “*Robinson Crusoe*”, quando o personagem era senhor de engenho no Brasil da primeira metade do século XVII e efetuou uma viagem até a costa Africana. (ROCHA, 2017)

Porém, essa faixa de terra não se limite ao promontório, existe uma boa parte de terras em sentido ao interior, nos quais eram densamente ocupadas pelos índios ligados ao grupo linguístico tupi-guarani, como diversos trabalhos de arqueologia preventiva vieram a demonstrar nas regiões dos atuais municípios do Cabo e Ipojuca.

A ocupação europeia nesta região começou após a morte do primeiro donatário e devido a confrontos acerca dos grupos nativos como os colonizadores, neste momento, já observamos através das crônicas, como a da “história do Brasil” de frei Vicente de Salvador, a descrição das aldeias indígenas nestas terras, como estruturas fortificadas (figura 1) e de fronteira, servido com uma barricada que durante o confronto que se arrastou por quase uma década, foram arrasadas e destruídas. (SALVADOR, 1970)

**Figura 1:** imagem do atlas Rotz (Royal MS 20 E IX/ c. 1510) no qual se ver uma Aldeia na costa do Brasil, observa-se a paliçada ao redor da aldeia. Fonte: Biblioteca Britânica.



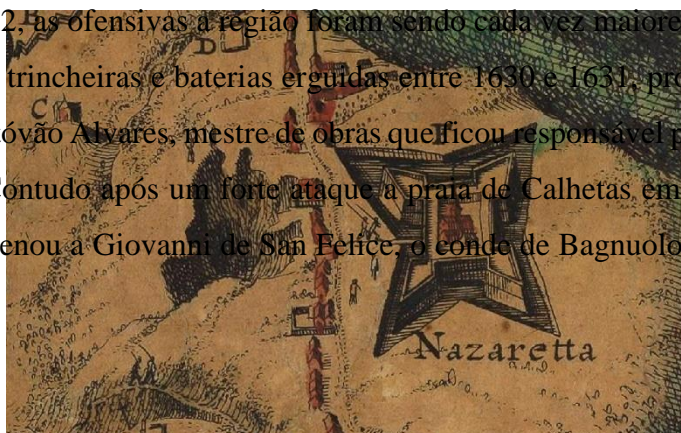
Após esse embate, a implantação de engenhos foi necessária, não só para o bem econômico da capitania, mas para servirem de pontos de defesa e expansão dentro das novas terras, cada vez mais colocando os indígenas ao sul da capitania ou para o interior, neste momento temos a origem do segundo sistema defensivo na região do Cabo: a instalação de casas forte e igrejas fortificadas, contudo, não existe quase nenhum estudo acerca deste tema na região.

No final do século XVI e início do seguinte, a região foi se tornando um porto importante para os engenhos da área ao sul da capitania, nesta região, um grande número de engenhos foram construídos, rivalizando com a Várzea do Capibaribe em alguns momentos, a região portuária era uma das mais importantes, porém não estava sobre os cuidados da freguesia do Cabo, como já foi apontado por Rocha (2017; 2021) e Rocha e Lima (2014; 2015; 2020; 2021 *c no prelo*), estava sobre os cuidados da freguesia de Ipojuca, porém não havia menção a estruturas defensivas, além da ermida de Nazaré e uma possível casaforte, naquela região até a invasão neerlandesa a Bahia em 1624.

Depois deste episódio, o donatário e outras pessoas ligadas a questão defensiva, como o sargento-mor do estado do Brasil, começaram a organizar o então sistema defensivo em uma macro escala e o Cabo deve ter sido um dos pontos a receber baterias e trincheiras para defender a zona portuária que ali existia.

Porém o ápice das defesas da região começou a partir de 1630, com a invasão e tomada de Olinda e seu porto, outros pontos estratégicos de Pernambuco se tornaram essenciais para abastecimento de viveres e reforços vindos da Europa, o porto mais próximo do primeiro dos três fortes reais e o mais famoso, o Real do Bom Jesus, era o porto de Nazaré, atual praia de Suape, neste momento ele se tornou, como um oficial da companhia das índias ocidentais afirmou, um ponto crucial para a tomada da capitania. (ROCHA, 2017. p. 56)

Entre 1631 e 1632, as ofensivas à região foram sendo cada vez maiores e as defesas, que não passavam de trincheiras e baterias erguidas entre 1630 e 1631, provavelmente sobre a direção de Cristóvão Alvares, mestre de obras que ficou responsável pelas obras do Real do Bom Jesus. Contudo após um forte ataque à praia de Calhetas em 1632, Mathias de Albuquerque ordenou a Giovanni de San Felice, o conde de Bagnuolo, que se dirigiria a



outra capitania para lá erguer um “forte real”, construiu-se uma naquela localidade para defender o porto.

O local para assentar a estrutura defensiva seguiu seriamente a visão da escola italiana, no mais alto morro dos três que compõem o Cabo, ergue uma fortificação com quatro baluartes ao redor da ermida de Nazaré, a qual batizou o nome do segundo dos três fortes reais, Forte [Real] de Nossa Senhora de Nazaré. A estrutura tinha uma visão privilegiada, e com base nas pesquisas arqueológicas realizadas nele, pelos arqueólogos que descobriram os vestígios, Lucas Alves da Rocha e Izabela Pereira de Lima <sup>176</sup>, pode-se notar incongruências entre as descrições históricas de algumas fontes com a realidade material. (Figura 2)

**Figura 2:** Detalhe do mapa comemorativo acerca da tomada do cabo em 1635, no qual podemos ver o Forte Real de Nossa Senhora de Nazaré. Fonte Gallica

A fortificação servia em uma configuração de “praça central” dentro do aspecto da paisagem da guerra daquela localidade, isso é, todas as outras fortificações ao redor do Cabo estavam ligadas a ela, como um ponto de comando central, no qual ordens e tropas eram direcionadas, baseando-se no que era observado nesta fortificação, que tinha uma vista privilegiada tanto da região ao Norte (até Olinda) e ao Sul (Tamandaré), em caso de

---

<sup>176</sup> O fato de ressaltar essa informação surge pela necessidade de deixar claro que não pegamos nenhum dado ou pesquisa de outros pesquisadores que afirmam, *a posteriore*, terem descoberto tal fortificação um exemplo disso pode ser visto em uma reportagem da folha de Pernambuco de 04/04/2017 (CABRAL, 2017) e em Menelau (2020, p. 43), sendo que a pesquisa iniciada pelos presentes autores já vêm sendo defendida desde 2015 e com a publicação de uma reportagem referente a descoberta em 21/04/2016 no Jornal do commercio (ALVES, 2016), com uma visita de membros do IPHAN no mesmo ano.

ataque marítimo tinha como movimentar as tropas de forma eficiente, o mesmo vale para ataques de terra, que viriam pelo caminho do engenho Algodoads.

O tempo foi passando e percebeu-se, os as tropas dívidas entre os o Bom Jesus, Nazaré e outros polos menores de incursões e escaramuças, a questão defensiva foi debilitada, piorando ainda mais após a rendição do Real do Bom Jesus em 1635 e a ampliação do cerco ao de Nazaré no mesmo ano. As forças comandadas por Mathias de Albuquerque se dirigiam ao último dos três reais: O forte [Real] de Sirinhaém<sup>177</sup>, após perceber a situação catastrófica, do ponto de vista estratégico, que ocorreu no Cabo, tendo perdido o porto e as forças terrestres completamente sitiadas.

Em 1635, também é rendido o Real de Nazaré, porém, se faz necessário fazer dois apontamentos que surgiram na pesquisa acerca desta fortificação e análise de algumas das proximidades. Diversas fortificações são registradas como “forte ou fortaleza de Nazaré”, como já foi abordado em trabalhos anteriores, porém graças a essa análise sobre esse caso foi possível se destacar dois conceitos: (1) O de “**glorificação do monumento heroico**”, baseando na linha de pensamento de dois pesquisadores: Mello (2008) e Riegl (2014), percebeu-se que a história de um determinado monumento era passada para outros, seja de forma consciente ou não, para que os feitos heroicos não fosse esquecidos e que aquele “monumento” não fosse esquecido ou “destruído”; dando origem ao segundo conceito que é de (2) “**monumentos herdeiros**”, que são essas estruturas que iram receber a “história” do monumento destruído e assim assumir o legado do seu antecessor.

(ROCHA, LIMA. 2021 a *no prelo*)

É interessante observar essas questões, pois muitos pesquisadores, em especial na arqueologia histórica, possuem o (mal) hábito de copiar as fontes e não analisar as informações ali contidas, não analisar sistematicamente se em tais fontes pode haver incongruências, em especial, em textos antigos que não possui uma revisão mais atualizada, e que desconhecendo os dois conceitos mencionados acima, escreviam amalgamas da história de diferentes estruturas como se fosse uma única, criando assim um sério problema aos arqueólogos e outros pesquisadores.

---

<sup>177</sup> É interessante aponta a semelhança da traça do Real de Sirinhaém com o Real do Bom Jesus. Ambos parecem ser obras baseadas nas traças italianas renascentistas ou com influência deste período, como outras fortificações do Nordeste do Brasil. (Ver. ROCHA, LIMA. 2021 b *no prelo*)

Um arqueólogo, que ao ler tais fontes e não tiver a noção crítica de verificar se aquelas determino dados acerca do seu objeto de estudo são ou não os que representam o histórico daquele monumento, pode comprometer completamente sua pesquisa. Por essa razão, os arqueólogos históricos têm que seguir preceitos igual ao dos historiadores ao trabalhar com a documentação escrita.

Após esse apontamento, devemos retornar a história do **terceiro sistema defensivo do Cabo**, que vai de 1630 a 1654, em especial dividido em três momentos: Primeira fase (1630 a 1635), segunda fase ou fase de ocupação neerlandesa (1635-1645) e terceira fase ou reocupação luso-brasileira (1645 a 1654). Após a invasão em 1634 ao porto e a tomada do Real de Nazaré em 1635, já havia novas fortificações de origem neerlandesas na baía de Suape e com a tomada do porto, diversas trincheiras e baterias foram alteradas, neste momento, a bateria de frente a barra do porto ganha o nome de “Castelo do Mar”.

No local em que existiu a Fortaleza de Nazaré foi erguido ao redor da igreja, que tinha se tornado um templo protestante, uma forte paliçada e um tipo de reduto com canhões, que servia como post contra assaltos, cujo nome era “Domburg”, neste momento percebemos o que Albuquerque (2015, p.16) apontou como “Unidades superpostas por novas obras de defesa”, no qual uma antiga fortificação é sobreposta por outra.

Toda via, os relatos de época mostram diversas modificações em algumas estruturas e até abandono de outras, porém, ao comparar as fontes primarias, percebe-se uma menção, do lado português a um “forte, ou fortaleza, de Nazaré”, porém situado no porto de Nazaré. Neste momento, percebe-se o primeiro “monumento herdeiro” dentro daquele contexto, para os soldados da WIC o dito “forte de Nazaré” era o forte Van der Dussen.

Após a retomado do porto em 1645, novamente as fortificações ficaram sob o comando do exército luso-brasileiro e após a expulsão dos invasores, algumas estruturas foram abandonadas e novamente iremos perceber o surgimento de um novo herdeiro ao título de “forte [fortaleza] de Nazaré”, agora o “Castelo do mar”, sobre o penedo de granito na entrada da barra era a terceira fortificação e até agora última, a receber esse título.

Neste momento, como apontou Mello (2008), acerca do seu estudo das obras literárias produzidas após a expulsão dos neerlandeses, no qual havia toda uma glorificação literária

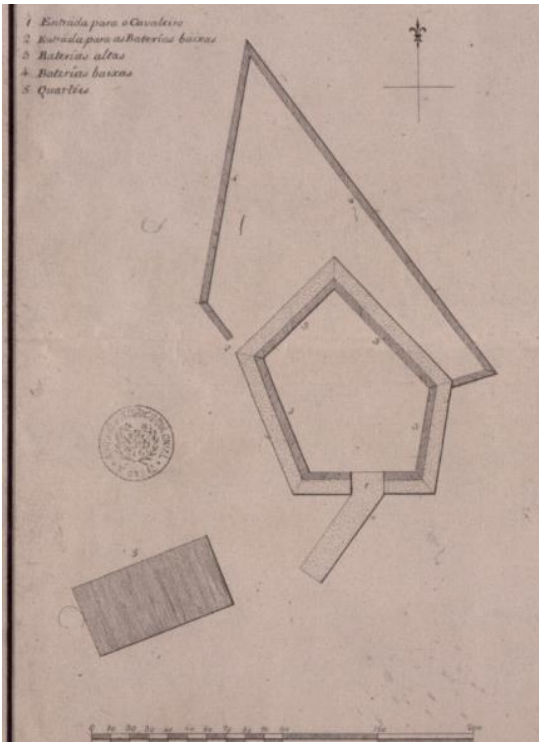
acerca de certos eventos e personagens, o mesmo aconteceu com certos monumentos, e o caso do “forte de Nazaré” é um exemplo claro.

Obras como de Calado (2004), Jesus (1970), Loreto Couto (1980), Rocha Pita (1960) ressaltam o forte de Nazaré em diferentes momentos, como sendo uma única estrutura defensiva, quando na realidade é a fusão de três monumentos distintos. Autores como Barroso entre outros (2004) beberam destas fontes e replicaram esses equívocos, caso similar a esse, porém em um sentido inverso aconteceu quando o quarto e último sistema defensivo foi implantado no Cabo.

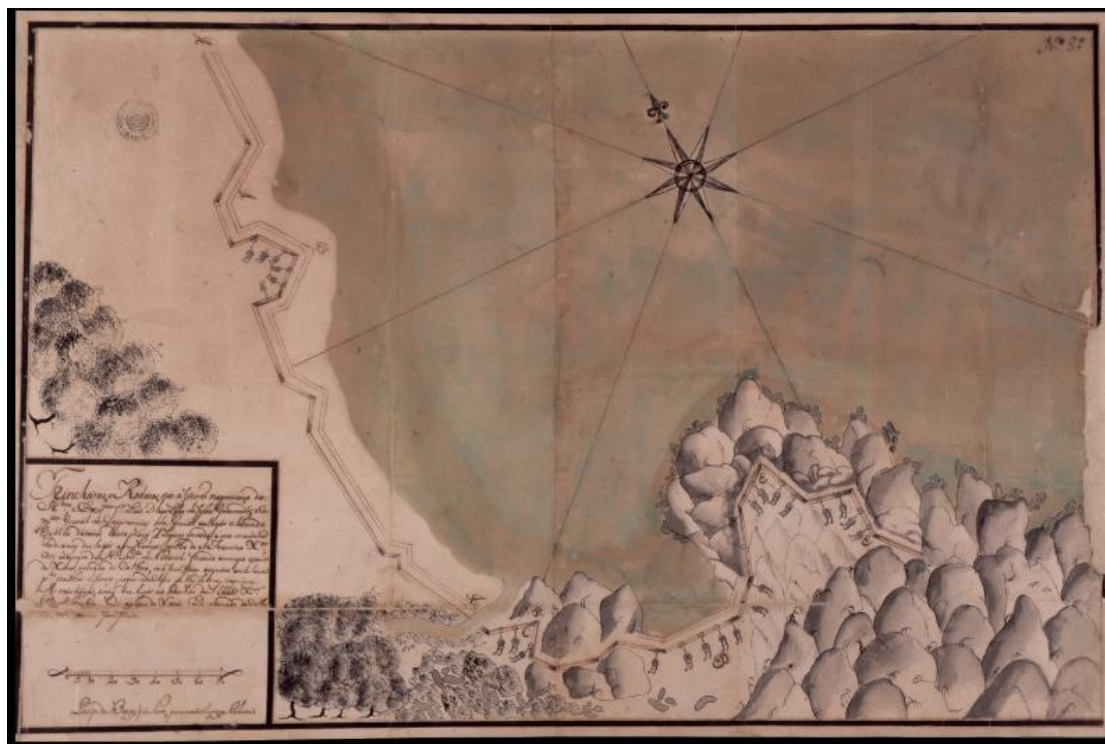
No século XVIII, diversas modificações foram realizadas nas fortificações na capitania de Pernambuco, pois muitas delas tinham entrado em estado de ruínas, contudo esse panorama iria mudar em 1762 quando o governador recebe um aviso que a não só a capitania de Pernambuco, como toda colônia ultramarina poderia sofrer uma nova invasão, pois Portugal ingressara partidário a Inglaterra na guerra dos sete anos.

Por ordem do governador, como apontou Rocha e Lima (2018), diversos pontos foram reforçados, entre eles a parte norte do Cabo, que segundo os documentos, não possuía defesas em caso de um ataque. Diferente o que aponta Barroso (2004) e Albuquerque *et al* (1999) novas fontes apontam que não existia nenhum forte na região norte (atual praia de Gaibu) no século XVII, no máximo, trincheiras, segundo o donatário. (COELHO, 1984)

Por ordem dele foi erguido uma série de trincheiras ocupando toda a faixa de areia entre a



praia de Itapuama (Figura 4) até os afloramentos de granito que estão situados na praia de Gaibu, na areia, um reduto denominado “antigo” protegia aquele porto. Anos depois, a obra das fortificações nesta área foi sendo focadas em um único ponto: o penedo de Gaibu. O baluarte do antigo reduto de S. Francisco Xavier na praia e suas trincheiras foram abandonadas e uma nova estrutura foi erguida, dividida em duas baterias uma baixa em forma de revelin e uma alta, similar a um cavaleiro. Sabemos que a obra foi terminada por volta de 1799, graças a um mapa do acervo histórico ultramarino. (Figura 3)



o  
o  
é,  
do  
le

o

**Figura 4:** Trincheiras e rodutos que se fizeram na presença do Illmo. e Excemo. Sr. Luiz Diogo Lobo da Sylva governador, e cappam. general das Cappitannias de Paramco. no distante desta prassa 7 leguas em toda a sua marinha desde antes de chegar ao Roduto Velho de S. lugar chamado Gahibú :

Neste caso temos um monumento que, por alguma razão, sofreu um “enxFrancisco Xer., até ao oyteyro de N<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. da Nazareth. Fonte: AHU erto histórico”, pois como sabemos que é uma fortificação da segunda metade do século XVIII, não deveria existir uma “histórico” anterior como se a fortificação fosse mais antiga do que é, como anteriormente, um pesquisador que não tiver cuidado pode cair neste erro.

### **Considerações finais**

A região do Cabo de Santo Agostinho serve como um laboratório para os estudiosos tanto de campo, como de pesquisa bibliográfica acerca dos monumentos e a mudança acerca da importância deles dentro do contexto social de cada período.

Porém graças a isso, a recém-descoberta, junto ao laboratório LEARQ-UFPE, de não só uma nova estrutura defensiva que não estava registrada, como vestígios de um possível sambaqui em uma área estuarina nas proximidades da Bacia de Suape, antigo porto de Nazaré, demonstra o potencial da região acerca do estudo arqueológico.

Além disso, vale ressaltar que o presente trabalho faz parte de um projeto maior, intitulado: *“Muralhas que defendem a memória: identificação e catalogação das fortificações de Pernambuco 1500-1950”*, no qual trazendo a cada novo levantamento, seja de pesquisas realizadas por diferentes instituições pernambucanas, seja em fontes primárias,

como no caso de Rocha e Lima (2018) que abordou quatro novas fortificações em Pernambuco.

Os apontamentos feitos no presente texto são pequenas reflexões obtidas através de anos de pesquisa de campo na região do litoral sul e a missão do texto é trazer um debate acerca de como alguns arqueólogos históricos vêm as fontes históricas e como devemos repensar seu uso dentro da arqueologia, seguindo as diretrizes e métodos dos nossos irmãos historiadores, para assim fortalecer ainda mais nossas pesquisas.

## Referências

- ALBUQUERQUE, M. *Et al.* **Fontes de Pernambuco**. Recife: 1999
- ALBUQUERQUE, M. Arqueologia das unidades defensivas. In. SOARES, C. F. (Org.) **Arqueologia das fortificações: perspectivas**. Florianópolis: Fapesc, 2015. p. 9-39.
- ALVES, C. **Estudantes de arqueologia em busca de forte do século 17**. Acessado em 01/03/ 2021 em: [https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/04/21/estudantes-de-https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/04/21/estudantes-de-arqueologia-em-busca-de-um-forte-do-seculo-17-232069.php#:~:text=Dois%20alunos%20de%20arqueologia%20da%20Universidade%20Federal%20de%20Pernambuco%20\(UFPE,Agostinho%2C%20munic%C3%ADpio%20do%20Grande%20Recife.](https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/04/21/estudantes-de-https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/04/21/estudantes-de-arqueologia-em-busca-de-um-forte-do-seculo-17-232069.php#:~:text=Dois%20alunos%20de%20arqueologia%20da%20Universidade%20Federal%20de%20Pernambuco%20(UFPE,Agostinho%2C%20munic%C3%ADpio%20do%20Grande%20Recife.232069.php#:~:text=Dois%20alunos%20de%20arqueologia%20da%20Universidade%20Federal%20de%20Pernambuco%20(UFPE,Agostinho%2C%20munic%C3%ADpio%20do%20Grande%20Recife.)
- BARROSO, G. **Fortalezas do Brasil: resumo histórico**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.
- CABRAL, T. **Estudo busca vestígios de fortificação**. Acessado em 20/05/2021 em: <https://www.folhape.com.br/noticias/estudo-busca-vestigios-de-fortificacao/23249/>
- CALADO, M. **Valeroso Lucideno**. Recife: CEPE, 2004.
- COELHO, D. A. **Memórias diárias da guerra do Brasil**. Recife: CEPE. 1984.
- JESUS, R. **Castrioto Lusitano**. Recife: Arquivo público. 1960.



- LORETO COUTO, D. **Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco**. Recife: CEPE. 1980.
- MELLO, E. C. **Rubro veio: O imaginário de restauração pernambucana**. São Paulo: Alameia, 2008.
- MENELAU, V, L. **Relatório de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico (RAIPA) das obras da CTR ecoparque Muribeca**. Recife: LEÃO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA, 2020.
- RIEGL, A. **O culto moderno aos monumentos**. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- ROCHA, L, A. **Preservação, Patrimônio e arqueologia: O Forte Real de Nossa Senhora de Nazaré, uma fortificação seiscentista, Pernambuco, Brasil**. 2017. 130 p. Monografia (Graduação em arqueologia) UFPE: Recife. 2017.
- ROCHA, L.A **A SANTA E O ENGENHO: UM ESTUDO ARQUEOLÓGICO DA OCUPAÇÃO LUSO-BRASILEIRA NA BAIÁ DE SUAPE (CABO DE SANTO AGOSTINHO, PE) ENTRE 1580 A 1630**. Apresentação realizada no VII Congresso internacional de história do açúcar. São Paulo, USP cátedra Jaime Cortesão, 2021
- ROCHA, L. A; LIMA, I. P. **Projeto de resgate arqueológico e histórico do forte de Nazaré- Cabo de Santo Agostinho-PE**. Apresentação Oral realizada no I simpósio Internacional de Arqueologia de engenhos. Recife. 2015
- ROCHA, L, A; LIMA, I, P. A invasão que não aconteceu: A guerra dos Sete Anos e o impacto no sistema defensivo da capitania de Pernambuco. In. CONTI, Paulo Fillipy de Souza (org.). **Anais eletrônicos do III Encontro Nacional do Núcleo de Estudos do Mundo Atlântico (NEMAt)/ I Encontro Nacional do Núcleo de Estudos de Impérios Coloniais (NEIC)**. Recife: EdUFPE, 2018. p. 140-154.
- ROCHA, L. A; LIMA, I. P. Entre presságios celestes e demônios terrestres: Alquimia, hermetismo e medo do sobrenatural nas capitâneas do Nordeste do Brasil na primeira metade XVII. In. **Melancolia: revista oficial del Centro de Estudios sobre el Esoterismo Occidental de la Unión de Naciones Suramericanas. Buenos Aires:** Universidade de Buenos Aires, 2021 b *no prelo*.
- ROCHA, Lucas Alves; LIMA, Izabela Pereira. **Os múltiplos campos de marte: introdução a arqueologia do conflito no nordeste do Brasil- Enfoque Pernambuco**. Apresentação Oral realizada na III Semana de arqueologia da UFPE. 2020.
- ROCHA, L. A; LIMA, I, P. Subsídios para história do patrimônio luso-brasileiro: O alvará de le de Dom João V e o cuidado com os bens materiais no século XVIII. In. **Revista Arche**, Minas Gerais: UFMG, 2021 a *no prelo*

ROCHA PITA, S. **História da América Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.  
SALVADOR, V. **História do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

## **EXTROVERSÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA ARQUEOLOGIA PREVENTIVA: O CASO DO SÍTIO DO PILAR**

Pollyana Calado de Freitas<sup>178</sup>  
Ana Catarina Peregrino Torres Ramos<sup>11</sup>

### **Resumo**

Considerando o desafio que os projetos de Arqueologia Preventiva têm na produção e divulgação do conhecimento como instrumento de preservação e de extroversão, objetivase discutir a relação desse conhecimento com a sociedade. Para tal, será explorado o campo da produção do conhecimento referente à primeira campanha arqueológica no Sítio Arqueológico do Pilar, este evidenciado durante escavações arqueológicas como parte do projeto de Revitalização Urbana da Prefeitura do Recife, em 2010. Do qual, observa-se que dispõe de significativa produção técnica e acadêmica, contudo é possível concluir que ainda carece de discussões no tocante à aproximação e fruição da comunidade para com este conhecimento.

Palavras-chave: Arqueologia Preventiva; Sítio do Pilar; Instrumentos de preservação, extroversão do patrimônio arqueológico.

### **Introdução**

A Arqueologia Preventiva também chamada de Arqueologia de Contrato ou Arqueologia de Salvamento se constitui basicamente como a Arqueologia realizada durante diferentes etapas do licenciamento ambiental visando, portanto, à preservação do material arqueológico sujeito ao impacto e/ou destruição por parte da instalação de

---

<sup>178</sup> Doutoranda em Arqueologia – Museu Nacional/UFRJ. <sup>11</sup>  
Docente do Departamento de Arqueologia-UFPE.

empreendimentos da construção civil. Assim, a aplicação desta arqueologia é, antes de mais, um compromisso social com os vestígios que remetem ao conhecimento sobre a memória e a identidade que formam os grupos nacionais e que prevê sua preservação para gerações futuras.

No Brasil, também sob a denominação de Arqueologia de Salvamento, a Arqueologia Preventiva teve início na década de 70 do século XX, por iniciativa do setor hidrelétrico (CALDARELLI; SANTOS, 2000). Nos tempos pioneiros da Arqueologia Preventiva no País, foram as instituições acadêmicas que tinham arqueólogos em seus quadros que realizaram as primeiras pesquisas de salvamento arqueológico (CALDARELLI; CÂNDIDO, 2017, p. 190).

O desafio da Arqueologia não reside em apenas evidenciar sítios arqueológicos, mas, sobretudo, em transformá-los em conhecimento e aproximá-los das comunidades a eles relacionadas, uma vez que o fim da arqueologia preventiva é também científico. De forma que, a antiga celeuma travada no que se costumou denominar de Arqueologia de Contrato x Arqueologia de Pesquisa seja superada sem criar justificativas esdrúxulas quanto ao rigor científico da produção de dados, pois “o argumento de que "qualquer dado é melhor que nenhum dado" deve ser definitivamente abolido da arqueologia brasileira” (LIMA, 1997, p. 3).

Orser (1992) pontuou que o papel do arqueólogo é comunicar aos pares e a sociedade sobre suas descobertas, buscando promover o contato desse material com a sociedade. Uma vez que, conceitualmente a arqueologia é a

disciplina que investiga a emergência, a manutenção e a transformação dos sistemas socioculturais através dos tempos, por meio da cultura material por eles produzida, fica implícito que seu interesse primordial é explanar fenômenos de mudança cultural, operando, fundamentalmente, a partir de três dimensões interrelacionadas que estruturam a vida social: forma, espaço e tempo (LIMA, 2011, p.12).

No Brasil, diferentes pesquisadores têm se dedicado a pensar na musealização do patrimônio arqueológico, com destaque para a produção da pesquisadora Maria Cristina Oliveira Bruno (1992; 1995; 2005; 2006; 2014), e mais recentemente com a criação da Rede de Museus e Acervos de Arqueologia e Etnologia (REMAAE), a qual promove anualmente, desde 2017, o Fórum de Acervos Arqueológicos para discutir a preservação e a gestão do patrimônio arqueológico junto a museólogos, conservadores e arqueólogos. Para além do campo teórico, no que tange a legislação brasileira, a gestão do patrimônio arqueológico não vislumbra apenas a “recuperação” do artefato vulnerável à destruição, como também a produção e a divulgação do conhecimento acerca dos vestígios evidenciados. A Lei 3.924 de 1961 protege e patrimonializa o vestígio e posteriormente,

outros instrumentos legais estabelecem procedimentos específicos para aplicação da pesquisa arqueológica.

A fim de observar a relação dos recifenses para com o sítio patrimonializado, serão abordados dados referentes à primeira campanha de escavação do Sítio Arqueológico do Pilar (2010 – 2014)<sup>179</sup>, realizada pela Fundação Seridó em parceria com a UFPE, fruto de um projeto de Arqueologia Preventiva integrado ao Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar, realizado pela Prefeitura do Recife. O Sítio do Pilar se apresenta na categoria multicomponencial histórico<sup>180</sup>, com grande impacto para a história do Recife. Diante da natureza histórica do sítio, faremos uso da abordagem da Arqueologia Histórica e Urbana quanto instrumentos teórico metodológicos, que permite seu desdobramento metodológico para uma Arqueologia Comunitária ou Pública.

### O Sítio do Pilar

O Sítio do Pilar se localiza no Bairro do Recife, capital do Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. Se trata do núcleo de formação urbana do Recife, durante a colonização do país e está assentado na unidade geomorfológica de restinga, à época referida como o istmo de Olinda (Sede da Capitania de Pernambuco). O perímetro do sítio por não se localizar dentro do povoado correspondia a paisagem caracterizada como Fora de Portas.

O denominado Sítio Arqueológico do Pilar confirmou por meio da expressiva diversidade de seus vestígios o grande potencial histórico e arqueológico que o Bairro do Recife representa. Potencial este que não limita sua influência às fronteiras recifenses, uma vez que ao abranger a cidade desde seu povoamento inicial, se reporta a construção histórica do Brasil Colonial relacionando-se diretamente ao mundo transatlântico.

---

<sup>179</sup> O projeto da Prefeitura se encontra em desenvolvimento, a segunda campanha arqueológica foi iniciada em 2016 e está sendo realizada sob a responsabilidade da FADURPE (Fundação Apolônio Salles) e da UFRPE. Como se encontra em andamento, o SEI (Sistema Eletrônico de Informação) ainda não dispõe de dados suficientes para a análise.

<sup>180</sup> Apresenta vestígios de potencial histórico e potencial arqueológico datados a partir de século XVII.



Bairro do Recife. Em vermelho Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural – ZEPH 09; em amarelo Setor de Renovação Urbana; em rosa Área de Intervenção Arqueológica.

Fonte: FUNDAÇÃO SERIDÓ (2012, p.6).

Em anuência ao potencial arqueológico e importância histórica, o Bairro do Recife é protegido por lei a nível federal (1998) e estadual (2000)<sup>181</sup>, assim toda a ilha faz parte da chamada Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico (ZEPH)-09 e integra o zoneamento da Cidade do Recife, este foi aprovado pela Lei nº 16.176 dividida em três pólos de interesse, dos quais interessa a presente pesquisa o II, este corresponde ao Setor de Renovação: O Pólo Pilar.

Com base na legislação em vigor quando do início do projeto, a Portaria 230 de 2002 do IPHAN, tornou-se obrigatório o estudo preventivo da arqueologia para a obtenção de licença ambiental, através de procedimentos técnicos. Somada ao princípio de valorização da identidade arquitetônica, histórica, cultural e paisagística da cidade previsto pela prefeitura, a implantação da obra recebeu intervenções arqueológicas.



<sup>181</sup> Para melhor compreender o tombamento ver Elenita Rufino (2013).

Registro de fevereiro de 2010, com destaque para toda área do projeto. Fundação Seridó (2012, p. 13).

A área é distribuída em seis quadras e as obras da construção civil seguem essa divisão visando derrubar as atuais habitações e construir novas, para a população que lá reside. No local, foi instalada em meados do século passado uma comunidade que inicialmente foi denominada por Favela do Rato de forma depreciativa, mas que no jogo de representação esse nome sucumbiu e deu lugar a Comunidade do Pilar, em referência a uma antiga fábrica de biscoitos. A comunidade é formada por um grupo social que apresenta um dos piores Índices de Desenvolvimento Social do Estado e que consequentemente sofre um processo de exclusão dos espaços socioculturais e educativos, o que torna a discussão patrimonial pertinente e urgente, como forma de apropriação e inclusão sociocultural.

Entre a expressividade do material arqueológico evidenciado *in situ* estão estruturas construtivas - em alvenaria de tijolos, em alvenaria de rochas e em alvenaria mista (rocha e tijolo); fragmentos de utensílios diversos (metal, grés, cerâmica, faiança, louça e vidro), utilizados por diversos grupos sociais que ali habitaram; material construtivo; material orgânico; e remanescentes ósseos humanos.



Vestígios arqueológicos de natureza e períodos diferentes. Fundação Seridó.

A natureza do sítio permitiu o uso de metodologias da Arqueologia Histórica e da Arqueologia Urbana. Os repertórios das duas dispõem de categorias analíticas que partem da cultura material para a interpretação do espaço urbano, com foco na paisagem e no urbanismo, entendendo paisagem como uma construção social ativa, que registra materialmente as relações humanas nela representadas.

### **Aporte teórico e aparato legal sobre a extroversão do Patrimônio Arqueológico**

A Arqueologia Histórica se constitui como uma subdisciplina da ciência arqueológica, com técnicas e métodos próprios, de natureza multi e interdisciplinar. Esta é uma Arqueologia preocupada em construir uma narrativa histórica situada e circunscrita através de um viés crítico, uma vez que suas ferramentas possibilitam “contribuir significativamente para uma mais completa compreensão da sociedade brasileira, reconstruindo através dos artefatos, vozes abafadas, práticas esquecidas, culturas reprimidas” (ORSER, 1992, p. 11).

Assimilada como um instrumento político que está a serviço de algum interesse, pode ser utilizada como ferramenta social de caráter ativista e engajado na construção de políticas sociais emancipatórias, partindo de narrativas historicamente situadas e assim transformando o trabalho do arqueólogo em uma ação sociopolítica, como propôs Lima (2013).

Ao tratar sobre a ética na profissão<sup>182</sup>, Tania Andrade Lima adverte que o compromisso primordial deve ser o da preservação. Refletindo sobre os novos rumos de uma arqueologia que iniciava sua carreira mercadológica, a arqueóloga apontou uma série de questionamentos acerca da identidade epistemológica da disciplina e da prática profissional, convocando os arqueólogos a apresentar uma efetiva ética de preservação à sociedade com esclarecimento das suas atividades (LIMA, 1997, P. 02). Pois como bem pontuou

Ao entrar no mundo dos negócios, a arqueologia está se defrontando com valores e éticas bem diferentes, às voltas com licitações, verbas astronômicas, cronogramas apertados e competição desenfreada, regida agora por regras de mercado, que não passam necessariamente pela competência profissional (LIMA, 1997, 02).

---

<sup>182</sup> A Sociedade Brasileira de Arqueologia entende que ética “ética é uma construção político-contextual que envolve uma relação dinâmica entre conhecimento e poder e, portanto, conforma diversos regimes de verdade” (SAB, 2015).

Nestas circunstâncias, ficou claro então que a palavra preservação tornava-se cara aos arqueólogos. No apagar das luzes do século XX, Tania Andrade Lima, de forma assertiva, destaca que publicar os dados da pesquisa arqueológica também faz parte da política de preservação, que a privação desta prática se constitui como uma forma velada e sutil de pilhagem.

Há algum tempo, a arqueologia é a única ciência que "aniquila seus informantes" e a única forma de atenuar esse aniquilamento é registrar em minúcias e mostrar publicamente o que foi destruído (Fagan, 1996:250). A pilhagem legalmente sancionada e chancelada pelo Estado é uma das suas formas mais graves, para não dizer mais perversas, sobretudo quando executada com verbas públicas. Não devolver ao público o que foi feito em seu nome e com seus recursos é no mínimo um ato criminoso. Este é um dos princípios éticos mais fundamentais para o exercício da profissão e é esta a sua maior responsabilidade (LIMA, 1997, p.06).

Neste mesmo artigo, em 1997, Lima denunciava a pouca valorização e prática da educação pública entre os arqueólogos, considerando que esta deveria ser revista para o caminho de um forte compromisso ético. Mesmo que a nível internacional já existisse a Carta de Lausanne (1990), que versa sobre a gestão e preservação do patrimônio arqueológico e em seu Art. 7º recomenda a “Apresentação, informação, reconstituição”. Após mais de uma década, a Portaria SPHAN nº07/1988 que entre as exigências prevê no

Art. 5º uma “proposta preliminar de utilização futura do material produzido para fins científicos, culturais e educacionais” (SPHAN, 1988). Mas foi só em 2002, através da Portaria nº230, que o IPHAN regulou o estudo arqueológico para obtenção de licenças ambientais exigindo entre as etapas “Programas permanentes de Educação Patrimonial”. De forma que, esta passou a ser uma prática executada nas obras de licenciamento, entretanto, ao que parece, o forte compromisso ético não tenha sido o fio condutor deste fazer educativo. Em 2015, o IPHAN fez uso da Instrução Normativa nº001 para reprovar a Educação Patrimonial que, em geral, vinha sendo realizada Brasil a fora. “Atividades pontuais, tais como: palestras e ações de caráter exclusivamente promocional, assim como atividades de esclarecimento e divulgação, não são suficientes para caracterizar Projetos Integrados de Educação Patrimonial” (IPHAN, 2015).

Na referida IN 001 de 2015, que hoje rege legalmente o fazer arqueológico, sobretudo no âmbito da arqueologia preventiva, além de desconsiderar práticas não sistemáticas anteriormente realizadas, o IPHAN exige que profissionais de educação componham a equipe e que o Projeto de Educação Patrimonial preveja a avaliação dos seus resultados.



Isso porque, traz como exigência que projetos apresente “propostas preliminares das atividades relativas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão” (IPHAN, 2015).

Mais adiante, outras portarias esclareceram melhor o lugar que as práticas educativas devem ocupar. Como no caso da portaria 196/2016, que, entre outros instrumentos, ao criar o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa afirma que estas instituições devem “ser capazes de conservar, proteger, estudar e promover a extroversão dos bens arqueológicos, atendendo o trinômio pesquisa, conservação e socialização” (IPHAN, 2016). Como forma de esclarecimento, a portaria conceituou a prática da extroversão como “o nome que se dá às ações que visam à socialização do patrimônio, podendo ocorrer em formas de exposição, ações educativas, publicações, palestras, vídeos etc”. (IPHAN, 196/2016).

Em conformidade, teoria e legislação, o atual Código de Ética da Sociedade Brasileira de Arqueologia infere que “As associadas e os associados da SAB devem tornar públicos, em linguagem acessível, os resultados de suas pesquisas e permitir o acesso amplo aos demais produtos e acervos gerados pelos estudos” (SAB, 2015).

Assim, na busca da simbiose entre teoria e o que prevê a legislação, para uma melhor prática pautada na ética, a SAB discorre

Há um entendimento de que a Arqueologia deve incentivar estratégias de ação participativas junto aos coletivos, fomentando a geração de conhecimentos alternativos, pois reconhecemos que o conhecimento arqueológico não se valida apenas a partir da produção científica tradicional e sim a partir de um contínuo diálogo com as comunidades locais, grupos subalternos e coletivos em geral (SAB, 2015).

Contudo, essa união não acontece em um campo sem conflito, seja na arqueologia que se costumou chamar de contrato, seja na acadêmica. Visto que, entendidos como instrumento de poder, os materiais arqueológicos participam da negociação social e do campo de disputa por representação. Neste ínterim, a pergunta que se faz mais pertinente desde o início desse século é: Arqueologia para quem?

Dito isto, vale ressaltar um manifesto cunhado por arqueólogos e arqueólogas em 2013 e que proferiu severas críticas a Arqueologia corrente. Considerando muitas das justificativas uma falácia, buscou compreender qual o objetivo dessa arqueologia, indagando quem realmente é seu público de interesse. Muitas vezes, é na própria Arqueologia de Contrato que se forja uma narrativa histórica de descontinuidade cultural de grupos nativos, por exemplo. Assim, o manifesto chama atenção para os projetos

ideológicos que estão por trás das ações museológicas e de patrimonialização. Por fim, adverte que

A cega leitura das normas que são impostas pelos órgãos legisladores transformou nossa prática em um trabalho técnico; assistimos a alienação no desenvolvimento de atividades impostas por empresas que forçam a diluição da autoria dos trabalhos finais. É com pesar que percebemos a Arqueologia brasileira sendo dominada por “buracólogos” acríticos e autômatos (ROCHA *et al*, 2013, p. 3).

A Arqueologia feita na academia também não está blindada a esta crítica, uma vez que, geralmente seu público de interesse é reduzido ao acadêmico, promovendo extroversão essencialmente entre os pares. Eventualmente, ações educativas neste cenário estão relacionadas ao campo de pesquisa de quem lida com Educação Patrimonial, não como elemento presente em todo e qualquer projeto que tenha como fim promover a relação entre comunidade e os materiais arqueológicos, como deveria ser. Resguardando a grande parte destes últimos caixas em reservas técnicas.

#### Produção de conhecimento sobre o Sítio do Pilar

As primeiras produções acerca do sítio foram de cunho técnico, como exige o IPHAN ao regular a Arqueologia Preventiva. Diante do relativo tempo de escavações arqueológicas, 2010-2014, foram entregues ao IPHAN/PE 15 (quinze) relatórios parciais informando sobre os materiais e a evolução dos trabalhos e, por fim (2) dois relatórios finais, sendo um sobre toda a obra e o outro sobre as análises bioarqueológicas. Foram ainda produzidos dois inventários técnicos, um inventariou todos os ossos remanescentes dos esqueletos da quadra 55 e o outro inventariou os demais materiais arqueológicos. É importante frisar que, durante as etapas de campo o sítio foi muito bem documentado fazendo uso de desenhos técnicos, câmera fotográfica, estação total e escaneamento 3D com o Scanner Minolta Vivid 910.

Desde sua evidenciação, o Sítio do Pilar vem sendo objeto de pesquisa em diferentes modalidades. De forma que, até o momento importantes contribuições para sua interpretação já foram publicadas através do departamento de Arqueologia da UFPE, seja como artigos científicos em periódicos e anais de congressos, apresentação oral e em banner, monografias ou dissertações, e ainda encontra-se em andamento uma tese de doutorado, uma dissertação de mestrado e a publicação de um livro acadêmico. Quadro da produção acadêmica do Departamento de Arqueologia da UFPE

Natureza	Autor (a)	Ano	Título
----------	-----------	-----	--------

Monografia	DUARTE, J. M.	2013	<b>Arqueologia Da Paisagem E Conservação Integrada:</b> Análise do modelo de requalificação urbana em execução no Polo Pilar, Sítio
			Histórico do Bairro do Recife, PE. Recife
Monografia	OLIVEIRA, P. J.	2015	<b>O uso da fluorescência de raios-x por dispersão de energia na análise de pigmentos de faianças arqueológicas provenientes da área arqueológica do Pilar – Recife/PE.</b>
Monografia	MIRANDA, R. T.	2015	<b>O uso da FTIR – ATR na análise da diagênese óssea:</b> um estudo de caso do grau de conservação em remanescentes ósseos da quadra 55 do sítio arqueológico do Pilar – Recife –PE.
Dissertação	SILVA, I. E. C.	2015	<b>Arqueologia da doença no cemitério histórico do Pilar-PE.</b>
Monografia	GANEM, E. S.	2016	<b>Um estudo sobre Arqueologia Urbana: compreendendo a ocupação civil e a evolução da Rua de São Jorge entre os Séculos XVII e XIX, Recife – PE.</b>
Monografia	LIMA, I. P.	2016	<b>Em busca dos mortos do passado: caracterização funerária do Cemitério Pilar-PE.</b>
Dissertação	MELO, I. L. G.	2016	<b>Processo de formação do Registro Arqueológico do Habitacional Pilar, Bairro do Recife, Recife – PE.</b>
Dissertação	DUARTE, J. M.	2016	<b>Práticas Mortuárias no Cemitério do Polo Pilar Bairro do Recife – PE.</b>
Dissertação	ALVES, R. B.	2017	<b>Primeiras Ocupações Residenciais da Rua de São Jorge no Bairro do Recife:</b> Um estudo das Estruturas Arqueológicas/Arquitetônicas da Quadra 55 na área do Pilar, RecifePE.
Dissertação	MOURA, I. P. C.	2017	<b>Práticas Funerárias do Sítio do Pilar Bairro do Recife-PE.</b>
Dissertação	FREITAS, P. C.	2018	<b>Tem Judeu aí? Arqueologia das Práticas Funerárias do Sítio Pilar, Recife-PE.</b>
Dissertação	SILVA, F.C.A	Em andamento	Sepultamentos Humanos

Tese	SILVA, I. E. C.	Em andamento	Sepultamentos Humanos
------	-----------------	--------------	-----------------------

Até o presente, essa campanha rendeu ainda dois livros. O primeiro de forma indireta, quando o bioarqueólogo Sérgio Monteiro, responsável pelas escavações e análises dos sepultamentos humanos, utilizou os dados biológicos e culturais para produzir um conteúdo teórico publicado em 2014. *SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro da. Arqueologia Funerária: Corpo, Cultura e Sociedade. Ensaio sobre a interdisciplinaridade arqueológica no estudo das práticas mortuárias. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2014, 133p.* O segundo encontra-se em prelo, já com ISBN e será publicado pela Editora da UFPE. *SILVA, S. F. S. M.; RAMOS, A. C. P. T.; LAVALLE, H. S. S. ARQUEOLOGIA DA MORTE NO SÍTIO DO PILAR: UM OUTRO OLHAR SOBRE OS EUROPEUS NO RECIFE DO SÉCULO XVII. Editora UFPE. 2019. v. 1. 430p.*

Foi publicado um significativo número de artigos em periódicos e anais de eventos, principalmente dos alunos que pesquisaram e dos arqueólogos e bioarqueólogos que escavaram, merece destaque três publicações em nível de relatório de escavações referente à primeira campanha.

Autores	Título	Revista
RAMOS, A. C.; <i>et al.</i>	Acompanhamento arqueológico pós as obras de implementação do Projeto Habitacional do Pilar na Cidade do Recife - PE.	<i>Revista Clio Arqueológica</i> , v.25, n.2, p. 211-227, 2010.
PESSIS <i>et al.</i>	Evidências de um cemitério de época colonial no Pilar, Bairro do Recife, PE.	<i>Revista Clio Arqueológica</i> . V. 28, n. 1, 2013.
RAMOS, A. C. <i>et al.</i>	A Evolução Urbana e dos Sistemas Construtivos na Comunidade do Pilar, Bairro do Recife.	<i>Revista Clio Arqueológica</i> , v.28, n.2, p. 92-125, 2013.

Para além da produção acadêmica e técnica, devido ao impacto histórico, principalmente, por se tratar de uma arqueologia urbana, durante os anos iniciais das escavações foram feitas algumas divulgações na mídia através de matérias jornalísticas, sobretudo quando os esqueletos humanos foram encontrados. Destacamos duas.

## Passado judaico perto da revelação

Peças ritualísticas encontradas em escavação na comunidade do Pilar, no Bairro do Recife, somam-se a 51 esqueletos já desenterrados e apontam para existência de cemitério de judeus.

Publicado em 22/12/2013, às 09:55



Cleide Alves  
@saudear.com.br

Uma das primeiras reportagens sobre os sepultamentos, a qual tratava de uma hipótese inicial. Fonte: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2013/12/22/passado-vinculado-ao-periodo-holandese>

<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2015/11/04/cemiterio-encontrado-no-bairro-do-recife-estaria-vinculado-ao-periodo-holandese-206430.php>

## Cemitério encontrado no Bairro do Recife estaria vinculado ao período holandês

Pesquisa apresentada na UFPE indica a provável origem dos esqueletos: povos que fazem parte do estirpe da Companhia das Índias Ocidentais

Publicado em 04/11/2015, às 09:08



Maria Eliza Chaves analisou os esqueletos do cemitério histórico do Pilar na dissertação de mestrado

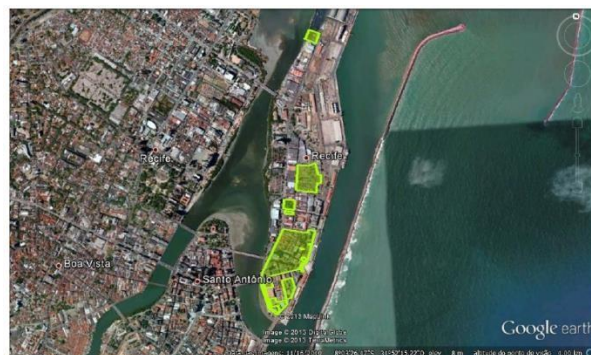
Foto: Ashley Nelo/CC Imagem

Reportagem que apresentou dados bioarqueológicos. Fonte:

<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2015/11/04/cemiterio-encontrado-no-bairro-do-recife-estaria-vinculado-ao-periodo-holandese-206430.php>

A relação da comunidade com o patrimônio arqueológico

O Bairro do Recife por se tratar do núcleo urbano da cidade e devido a isso receber proteção legal em níveis municipal e federal, conforme Rufino (2013,) até o ano de 2011 passou por 15 intervenções arqueológicas, que são elas: Cruz do Patrão; Arco da Conceição; Comunidade do Pilar; Igreja da Madre de Deus/Rua da Moeda; Paço Alfândega; Forte Matos; Forte do Brum; Sinagoga; Baluarte Porta da Terra; Cais da Lingueta; Bolsa de Valores.



Demonstração visual da distribuição das 15 (quinze) pesquisas arqueológicas em Recife no período de 2010 a 2011 conhecidas pelo IPHAN/PE e sua visível concentração na porção no sentido centro-sul da Ilha. (Fonte: RUFINO, 2013).

É importante destacar que a Capitania de Pernambuco foi o motor econômico da América Portuguesa, como bem pontuou José Antônio Gonsalves de Mello (2014), e mesmo no

período que Olinda era a capital o porto se localizava no atual bairro do Recife, o qual durante o período de dominação holandesa passou a ser a capital do comércio holandês em todas as colônias.

Como já foi dito anteriormente, a descoberta do Sítio do Pilar aconteceu através da Arqueologia Preventiva mediante Projeto de Requalificação Urbana da Prefeitura do Recife, que prevê a demolição das casas e barracos que abrigam os moradores da comunidade do Pilar para dar lugar à construção de prédios residenciais. O projeto, que foi planejado há mais de 20 anos, teve início em 2010 e ainda hoje se prolonga em sua execução, o que gera enormes problemas sociais para os moradores do local. A comunidade se fixou na área na década de 1970.

Com base na portaria nº 230/2002, foram feitas intervenções de Educação Patrimonial com a comunidade. Contudo a especificidade do sítio talvez dê aos instrumentos previstos por lei um caráter de inconsistência, por dois motivos, o primeiro porque as prioridades de uma comunidade, que vive abaixo dos índices sociais de qualidade de vida e que há mais de 10 anos espera a entrega do projeto como perspectiva de dignidade, certamente não é de imediato a preservação do patrimônio arqueológico e cultural, segundo que a materialidade oriunda do sítio não se relaciona apenas com a comunidade que hoje ocupa seu espaço, vai muito além e fala do Recife desde sua primeira ocupação, fala do principal porto da colônia portuguesa responsável por escoar o principal produto dos séculos iniciais de colonização, o açúcar. Imediatamente, fala da origem do Recife e de Pernambuco, não podendo ser resumido a pontuais ações educativas sobre esse patrimônio, é fundamental que para além de atividades contínuas, ou seja, permanentes das quais já falavam a portaria de 2002, sejam atividades que extrapolem as fronteiras do Pilar e alcance o maior número de pessoas que se relacionam afetivamente com a cultura material evidenciada para uma efetiva fruição. Isso sem necessariamente considerar a legislação pós campanha arqueológica (2010-2014), IN 2015 e Portaria 196/2016, pra que não se trate estritamente de uma análise anacrônica. Existe um distanciamento entre os recifenses e a produção de conhecimento sobre os sítios arqueológicos que contam a história da cidade, as informações produzidas parecem não ultrapassar os muros das universidades. Em seu trabalho sobre os sítios arqueológicos do bairro do recife, Rufino (2013) chama atenção para a necessidade de uma melhor divulgação científica aliada à educação patrimonial, da qual entende que, distintas as duas ferramentas podem auxiliar na apropriação cultural a curto e longo prazo.

Dos 15 sítios arqueológicos evidenciados no Bairro do Recife apenas três têm exposição do material arqueológico, são eles a Sinagoga Karal Zur Israel, a Caixa Cultural e o

Baluartes Porta da Terra, os outros apresentam seus vestígios arqueológicos em reservas técnicas à disposição de pesquisadores. Vale salientar que, todos esses sítios são frutos de Arqueologia Preventiva, os quais em sua grande maioria a produção de conhecimento se resume a relatórios técnicos produzidos para o IPHAN e sem ao menos publicações de artigos científicos. O Pilar, dentre os outros, por sua considerável produção acadêmica já se configura como um diferencial.

Mas a discussão precisa ultrapassar esse patamar, se na atualidade não se deve fazer mais arqueologia sem a comunidade, onde estão os recifenses nas tomadas de decisões sobre os vestígios arqueológicos? Para quem essas arqueologias estão sendo feitas?

Pensando a extroversão do Patrimônio Arqueológico

Conforme Tully (2007), a origem da Arqueologia Comunitária está relacionada aos rumos sociais que a Arqueologia tomou, entre as décadas de 1970/80, dentro da arqueologia crítica e pode ser definida como um meio de colaboração das comunidades locais em todas as etapas do projeto de pesquisa, visando o envolvimento desta com a investigação e apresentação do passado. Na Grã-Bretanha, por exemplo, essa arqueologia é identificada como a gestão do patrimônio cultural.

Neste sentido, a Arqueologia Comunitária está para além de levar o conhecimento do bem para a comunidade, mas na produção de um novo conhecimento, de uma nova narrativa considerando a fala ativa da comunidade sobre ela mesma, em seu lugar de protagonismo. De forma que, relações de identidade e memória sejam reafirmadas partindo de uma apropriação que já seja da comunidade. As narrativas criadas nessa arqueologia devem estar a serviço de buscar soluções para problemas no presente e no futuro, sem engessar o passado.

Diferente do que se pensou e executou por um tempo como premissa da Educação Patrimonial (guia de Educação Patrimonial), o projeto de Arqueologia Comunitária não deve ser compreendido como uma “alfabetização cultural”, no qual seja apresentado à comunidade seus bens patrimoniais no intuito de educá-la culturalmente. Este deve ser entendido como uma construção a partir de diferentes vozes, sendo a do pesquisador apenas mais uma, como prevê Carol McDavid (2002).

Carol McDavid (2002), defende o uso de teorias que possibilitem a criação de ferramentas que usem: multivocalidade, reflexividade, interatividade e contextualidade, para que, apesar das dificuldades apresentadas pela diversidade que compõe uma comunidade, a produção de conhecimento seja a mais democrática possível.

Se pensarmos a extroversão do patrimônio arqueológico do Bairro do Recife a partir de uma perspectiva comunitária, é notório que existe um distanciamento entre a população e a prática arqueológica, seja durante as escavações, seja depois com o tratamento do material evidenciado e, principalmente, com a interpretação deste material.

O estranhamento entre a população, o bem patrimonializável, ou melhor a informação acerca do bem e o pesquisador, oferece um risco ainda maior: a sociedade não se importa em perder seus bens culturais, pois não se identificam com os mesmos (PEREIRA, 2017, p.).

Não se trata apenas da inacessibilidade da sociedade ao patrimônio armazenado em reservas técnicas, mas da produção de documentação e, sobretudo, da difusão desse conhecimento como etapas essenciais na extroversão dos bens arqueológicos. Dado que “a extroversão dos bens arqueológicos precisa ultrapassar o simples tornar disponível, precisa criar mecanismos que gerem mudanças profundas na forma como o patrimônio é percebido nas diferentes esferas da sociedade” (PEREIRA, 2017, p.68).

Se a produção acadêmica não está chegando ao grande público, propõe-se que sejam criados métodos que possibilite a participação da população. Visto que, a extroversão das informações e dos patrimônios arqueológicos salvaguardados em reservas técnicas justifica-se na concepção de gestão compartilhada do patrimônio arqueológico, com a ampla participação da população nas tomadas de decisões ligadas ao patrimônio.

Entretanto, é bem verdade que a aplicação da Arqueologia Comunitária não é tão simples, basta considerarmos que se a comunidade não tem participado da comunicação final com bem, sua inserção desde a produção do projeto não acontecerá de imediato, é preciso que os arqueólogos estejam abertos a tal prática.

Assim, pensemos a comunicação. Como chamou atenção Pereira (2017), a comunicação engloba atividades como exposições, produção de material didático-pedagógico, divulgação científica, ação socioeducativa cultural.

Desta forma serão elencados quatro métodos básicos para contribuir com a discussão acerca da extroversão do Patrimônio Arqueológico do Bairro do Recife, considerando principalmente que falta uma produção de conhecimento voltada diretamente para população com um formato específico e linguagem acessível

1 – publicação de material didático-pedagógico, como livros, cartilhas e afins, com linguagem acessível e a partir da vivência da comunidade;



- 2 – criar hábitos de aproximação da sociedade com as escavações e o material arqueológico, considerando que frequentemente se tem intervenções no bairro;
- 3 – promover debates com a população para que esta participe dos processos de escolhas, valoração e significância do material patrimonializável;
- 4 – promover dentro da política preservação estratégias eficientes de apropriação e pertença do material arqueológico por parte da população.

A importância da aproximação dos recifenses para com os bens arqueológicos evidenciados ao longo das pesquisas já realizadas, se dá na necessidade do conhecimento da construção histórica da cidade, de forma que através desse conhecimento se pode reivindicar posições políticas, silenciamentos, abandonos e descasos históricos. Uma vez que, “Os vestígios arqueológicos, a partir do momento em que são reintegrados num contexto cultural em funcionamento como o nosso, tornam-se novamente mediadores” (FUNARI, 2012, p. 34).

### **Considerações**

Symanski (2003, p. 141), faz uma crítica bastante pertinente quando diz que a maior parte das pesquisas de resgate não apresenta análises e interpretações, onde basicamente só os projetos de resgate que se desdobram em projetos acadêmicos apresentam produções mais elaboradas. Essa é uma realidade percebida nos sítios arqueológicos do Bairro do Recife, das 15 intervenções arqueológicas, fora o Pilar, dois, o Paço Alfândega e o Baluarte da Terra dispõe de uma dissertação cada. A Sinagoga não apresenta publicações acadêmicas na área de arqueologia, contudo seu projeto foi resultado em um museu.

Devido à parceria estabelecida entre a empresa responsável a Fundação Seridó e a UFPE para a realização da primeira campanha e conseqüentemente o envolvimento de alunos e professores da universidade, o Pilar tornou-se um sítio arqueológico muito atrativo para os pesquisadores, pois para além de sua proximidade geográfica, dispõe de um significativo acervo, seja em quantidade, em diversidade de material, como em documentação arqueológica produzida

É importante destacar que, entre a expressiva produção acadêmica referente ao Pilar notase um destaque para a coleção de remanescentes ósseos humanos, em detrimento aos outros vestígios. E que, para além da concentração do foco estudado, a extroversão da produção acadêmica se restringe ao universo dos pesquisadores.

Todavia, muito se tem falado sobre a perspectiva atual da população participar das tomadas de decisões sobre o patrimônio arqueológico, desde sua patrimonialização até

sua salvaguarda. De forma que, uma reflexão é bastante oportuna, diante do extenso conhecimento arqueológico que se tem do Bairro do Recife, nenhum dos projetos já realizados teve a participação efetiva da população como agentes ativos.

A divulgação desse conhecimento contribui para proteção do patrimônio arqueológico ameaçado, faz-se necessário, mais do que nunca, que os recifenses conheçam melhor seu passado. Talvez, diante do atual cenário político brasileiro, este seja o momento de refletir para quem está sendo feita a arqueologia no Bairro do Recife. “Não podemos perder de vista em nenhum momento o fato de que o patrimônio arqueológico é um bem da União. Enquanto tal, pertence ao povo brasileiro e em todas as circunstâncias seus interesses deverão prevalecer” (LIMA, 1997, p. 3).

A arqueologia como uma ação sociopolítica (Lima, 2013), não se preocupa apenas em realçar vozes de grupos subalternos que foram silenciadas historicamente, mas deve estimular o sentido de justiça social, como propôs a autora. “Somente por meio do engajamento social é possível sair de um isolamento de pares e encontrar uma significância sólida e contínua na sociedade” (PEREIRA, 2017, p.).

A paisagem social do Recife Antigo exclui o Fora de Portas e seus agentes, os recifenses e os turistas circulam até a Torre Malakoff reafirmando que a queda da porta foi apenas física, que a representação simbólica mantém suas fronteiras quase que inalteradas. A grande variedade de material arqueológico do Pilar deve contribuir na releitura da história social de Pernambuco criando novas narrativas, sobretudo no tocante aos vários processos de esquecimento que as políticas sanitaristas promoveram no local, este que é a origem da cidade.

Assim, consideramos que é dever da arqueologia criar estratégias de visibilidade para uma comunidade que resiste a um processo sistemático de silenciamento e apagamento de sua história, através de diferentes políticas de higienização, desde o início das obras do Porto no século XIX.

### **Referências**

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Instrução Normativa nº 01, de 25 de março de 2015.**

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria nº 196, de 18 de maio de 2016.**

BRASIL. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961.**

BRASIL. Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria nº 07, de 01 de dezembro de 1988**

BRUNO, M. C. O. **Arqueologia e Museu: Por quê? Para quem?** *Terra Indígena*, n. 65, p. 37-43, 1992.

BRUNO, M. C. O. **Arqueologia e antropofagia: a musealização dos sítios arqueológicos.** *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 31, p. 234-247, 2005.

BRUNO, M. C. O. **Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos.** *Revista de Arqueologia*, v. 26, n.02 / v. 27, n. 01, Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB, p. 0415, 2013-2014.

CALDARELLI, S. B; CÂNDIDO, M. M. D. **DESAFIOS DA ARQUEOLOGIA PREVENTIVA: COMO GERIR E SOCIALIZAR O IMENSO VOLUME DE MATERIAIS E DOCUMENTOS POR ELA PRODUZIDOS?** *Rev. Arqueologia Pública* Campinas, SP v.11 n.2 p. 186 Novembro/2017.

CARTA DE LAUSANNE, In: CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais.** 2ª edição, Rio de Janeiro, Iphan, 2000.

FUNARI, Pedro Paulo. **ARQUEOLOGIA.** São Paulo: Contexto, 2003.

FUNDAÇÃO SERIDÓ. **Relatório Técnico Final De Atividades. Acompanhamento e Pesquisa Arqueológica na área de implantação do Projeto Habitacional do Pilar.** Bairro do Recife, Recife - Pernambuco. Recife, 2012.

LIMA, T. A. **Arqueologia como ação sociopolítica: o caso do cais do Valongo,** Rio de Janeiro, século XIX. *Vestígios, Revista Latinoamericana de Arqueologia Histórica*, Belo Horizonte, v.1, n.7, p.177-204, 2013.

LIMA, T. A. **Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais.** *Bol. Mus. Para Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.- abr. 2011.

LIMA, T. A. **Da ética que temos à ética que queremos** (ou como falar de princípios neste conturbado fim de século). IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. 1997.

ORSER JR, C. E. **Introdução à Arqueologia histórica.** Trad. de P. P. A. Funari. Belo Horizonte: Oficina de Livros. 1992.

PEREIRA, D. **EXTROVERSÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO SALVAGUARDADO: RESERVA TÉCNICA DO LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA PETER HILBERT** *Rev. Arqueologia Pública* Campinas, SP v.11 n.2 p. 66 Novembro/2017.

ROCHA, B. C. da .; JÁCOME, C. .; STUCHI, F. F. .; MONGELÓ, G. Z. .; VALLE, R. **Arqueologia pelas gentes.** *Revista de Arqueologia, [S. l.]*, v. 26, n. 1, p. 130–140, 2013.

RUFINO, E. **Arqueologia no Bairro do Recife/PE**. UNICAP - Curso de Especialização em Patrimônio Histórico: Preservação e Educação. 60 p. 2013.

SILVA, S. F. S. M.; SANTOS, A. L. C. **Lesões antemortem e perimortem em crânios provenientes do cemitério colonial do Pilar**, Recife, Pernambuco, Brasil (acerca de 1680). XIII Congresso da Associação Latino-Americana de Antropologia Forense – SÃO PAULO –2017.

SYMANSKI , L. C. P. **Arqueologia de contrato em meio urbano no Brasil: algumas reflexões**. Habitus. V 1 n 1 p. 141-146, 2003.

**UMA ARQUEOLOGIA DAS PRÁTICAS DE HIGIENE CORPORAL DO  
RECIFE OITOCENTISTA: APONTAMENTOS A PARTIR DA CULTURA  
MATERIAL DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO PILAR**

Jonas Clevison Pereira de Melo Júnior<sup>1</sup>

Ana Lúcia do Nascimento Oliveira<sup>2</sup>

## **Resumo**

A higiene corporal no Brasil nem sempre foi uma prática cotidiana, passando a receber especial atenção da medicina com o higienismo social emergente ao longo do século XIX. A partir de vestígios associados às práticas de higiene corporal, recuperados em escavações realizadas no sítio arqueológico do Pilar, no Bairro do Recife, percebe-se aspectos da adoção de tais práticas no cotidiano desta cidade. Este trabalho busca apresentar algumas questões acerca do processo de adoção de tais práticas no Recife Oitocentista, partindo de um levantamento bibliográfico, da análise crono-estilística de parte do material recuperado e do cruzamento de fontes. As análises parciais permitiram perceber a recorrência de vestígios associados a essas práticas no sítio arqueológico do Pilar. Os resultados nos permitiram lançar como hipótese a adoção de uma cultura material destinada ao asseio do corpo como forma de adesão, por parte da população recifense, aos pressupostos estabelecidos pelo higienismo social do século XIX.

**Palavras-Chave:** Cultura Material; Higiene Corporal; Recife Oitocentista.

## **Diálogos interdisciplinares**

No atual contexto pandêmico da Covid-19, iniciado oficialmente em março de 2020, inúmeras foram às interpretações difundidas nos meios de comunicação acerca de sua origem, seus efeitos no organismo humano e as possíveis curas para essa doença. Adquirindo múltiplos sentidos, essa doença acarretou um conjunto de mudanças nos hábitos das pessoas como forma de evitar sua propagação. Susan Sontag (2007), ao analisar o que chamou de metáforas, presentes nos discursos militares, médicos, literários e da sociedade em geral acerca do câncer, da tuberculose e da AIDS, explica que uma doença, ao adquirir múltiplos sentidos, é projetada sobre o mundo, acarretando diversas interpretações que a torna um fenômeno social. Nessa perspectiva, um conjunto de trabalhos passou a ser publicado por historiadores nos quais discutem questões relacionadas às doenças em perspectiva histórica.

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Professor de História da Secretária de Educação de Itapissuma-PE. Membro colaborador do Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (NEPARQ/UFRPE).

<sup>2</sup> Pós-Doutora em História pela Faculdade de Letras do Porto (PT / FLUP - 2016). Doutora em História com área de concentração em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE - 2001). Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (PPGH / UFRPE).

Já estudada por uma significativa produção historiográfica, tanto a nível internacional como nacional, nas décadas de 1980 e 1990 as doenças receberam especial atenção dos historiadores da Nova História Cultural, como Jacques Le Goff (1985), que organizou a obra intitulada **As doenças têm história**, e Jacques Revel e Jean Pierre-Peter (1995), em um capítulo intitulado **O corpo: o homem doente e sua história**. Inovando nas interpretações acerca dos sentidos construídos socialmente acerca das doenças, esses estudos se distanciaram das abordagens que as entendiam como fenômenos naturais, passando a entendê-las enquanto fenômenos sociais responsáveis por mudanças na estrutura política, econômica e social das sociedades.

No Brasil, os estudos sobre as doenças passaram a ser desenvolvidos a partir da década de 1940, com estudos como o de Lycurgo Santos Filho (1947), acerca da evolução histórica da medicina no Brasil. Estes estudos buscaram apresentar uma história da medicina brasileira a partir de temas voltados para as práticas, instituições e personagens da classe médica, considerando que o saber médico teria levado a sociedade rumo ao progresso e contribuído para que a medicina colonial fosse superada pela medicina higienista do século XIX.

Na década de 1970 estudos passaram a ser produzidos tendo como referencial teórico Michel Foucault (1984). São exemplos os estudos de Roberto Machado (1978) e Jurandir Freire Costa (1979), que consideraram em suas análises que no século XIX, com a adoção da medicina social, a medicina se tornou um campo do saber científico que buscou oferecer respaldo para o exercício do poder, promovendo um processo de normalização que culminou no processo de medicalização da sociedade brasileira.

A partir da década de 1990, acompanhando as novas abordagens historiográficas acerca do estudo das doenças, um número considerável de historiadores escolheu a temática das doenças e temas correlatos como objeto de estudo, tornando a História da Saúde e das Doenças um campo consolidado na historiografia brasileira. Essa nova historiografia, sob a ótica da história social, voltou sua análise para temas como a construção de políticas higienistas sobre a saúde pública (CHALHOUB, 1993), a atuação da elite médica (FERREIRA, 2003; SAMPAIO, 2005; EUGÊNIO, 2008) e as diferentes práticas de cura exercidas no Brasil (PIMENTA; 1997 e 2003).

No campo da arqueologia, por outro lado, até a década de 1990 os estudos acerca das doenças estiveram de modo geral ligados ao campo da bioarqueologia e paleoparasitologia, com estudos acerca das patologias que acometiam as sociedades, possíveis de serem compreendidas em análises de restos osteológicos humanos. Com a expansão da arqueologia histórica nessa década, a arqueologia brasileira passou a abordar um número maior de temas. Tânia Andrade Lima (1996), por exemplo, publicou um estudo pioneiro, no qual associou a cultura material recuperada em residências do Rio de Janeiro, às práticas de higiene corporal e de cura do Brasil oitocentista, realizando importante diálogo com a história social.

A partir desse estudo, um conjunto de trabalhos passou a analisar a cultura material recuperada em contexto urbano, seja associada à estruturas domésticas, lixeiras residências ou lixeiras coletivas, buscando interpretá-la à luz dos saberes médicos, das práticas de higiene corporal e de cura do Brasil em diferentes temporalidades (TOCCHETTO, 2000; BARRETA, 2009; COMPANY, 2011; VERAS, 2014; PEDROSA e MEDEIROS, 2018). Esses trabalhos permitiram observar aspectos antes não possíveis de serem compreendidos pela história em documentos textuais, ao observar na materialidade um conjunto de práticas e saberes presentes no cotidiano.

A partir desse diálogo possível entre a História Social (bem como a História Cultural) e a Arqueologia Histórica, um estudo está sendo realizado a partir da cultura material recuperada no sítio arqueológico do Pilar, localizado no Bairro do Recife. Este estudo, cuja proposta inicial encontra-se aqui apresentada, tem buscado compreender de que forma essa cultura material está relacionada às mudanças nos hábitos de higiene corporal e das práticas de cura no Recife Oitocentista, como será discutido.

### **O sítio arqueológico do Pilar**

O Sítio Arqueológico do Pilar, localizado na área de preservação histórica do Bairro do Recife, encontra-se situado na mesma área que a comunidade do Pilar<sup>3</sup> Começou a ser escavado em 2010 por arqueólogos da Universidade Federal de

---

<sup>3</sup> Sua existência data dos anos 1980 quando a Empresa de Portos do Brasil S.A. (Portobrás) que administrava o Porto do Recife foi desativada. Naquela ocasião, foram desapropriados e demolidos galpões de fábricas da Pilar e do Moinho Recife para novas construções de expansão do porto, que nunca foram realizadas. Nesse vácuo de intervenção, uma população de baixa renda que trabalhava, naquela ocasião, em áreas de centro histórico da cidade e do porto do Recife ocupou os terrenos e galpões aparentemente abandonados.

Pernambuco, passando em 2016 a ser escavado pela equipe do Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica da Universidade Federal Rural de Pernambuco (NEPARQ / UFRPE), sob a coordenação das arqueólogas Ana Nascimento e Suely Luna. O sítio encontra-se demarcado em seis quadras (25, 40, 45, 46, 55, 60) (ver Imagem 1), cujo material evidenciado nas escavações encontra-se em estudo no NEPARQ.



**Imagem 1:** Quadras para intervenção arqueológica. **Fonte:** FUNDAÇÃO SERIDÓ (2012, P. 11).

Foco de trabalhos que buscaram entender os bens patrimoniais (GIUSTINA, 2010), os enterramentos humanos (SILVA, 2015), a formação do registro arqueológico (MELO, 2016) e as características das estruturas urbanas (ALVES; RAMOS, 2018), a história deste local mostra-se ainda complexa. São poucos os estudos que se voltaram para a análise da tralha caracterizada como doméstica recuperada nesse sítio, em virtude das limitações que a formação do registro arqueológico aparentemente oferece.

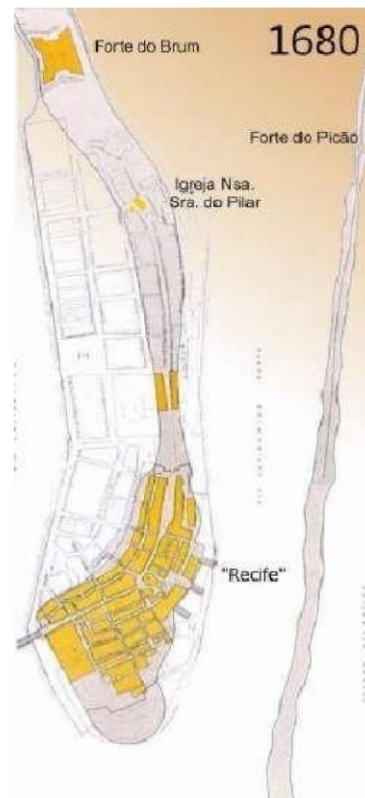
A origem de ocupação deste local data de aproximadamente a segunda metade do século XVI, quando se iniciou a instalação de uma fortificação militar, que foi construída por volta de 1590, conhecida a partir da documentação histórica e cartográfica disponível como forte de São Jorge (MENEZES, 1988), que juntamente com o forte de São Francisco, construído por volta de 1606, fazia parte do eixo de defesa da vila do Recife (MIRANDA, 2003). Esta fortificação tinha como função guardar o istmo de terra no caminho entre Olinda e o porto do Recife, sendo destruído em 1630, durante o período da resistência holandesa (ver Imagem 2).



**Imagem 2:** Recorte de imagem produzida por Claes Jansz Visscher, presente em documento holandês de 1630, intitulado “DE STADT OLINDA DE PHARNAMBUCO, VEROVERT BY DEN E, GENERAEL HENDRICK C. LONCK”. **Fonte:** Avila e Medeiros (2008, p. 3).



A primeira mudança significativa na região ocorreu com a construção da capela de Nossa Senhora do Pilar, no entorno da área na qual existiu o forte, pelo capitão-mor João do Rego Barros, que recebeu o terreno onde antes havia o forte, através de uma carta de sesmária concedida pelo governador Aires de Sousa Castro, em 31 de maio de 1679, com a obrigação de construir essa capela. Segundo Melo (2016), a partir da fundação dessa capela, formou-se a Rua de São Jorge, e ao longo deste um arruado. Nesse período já havia as áreas demarcadas atualmente como quadra 25, 45, 46 e 55, configurando-se como áreas consolidadas de ocupação mais antiga (ver Imagem 3).



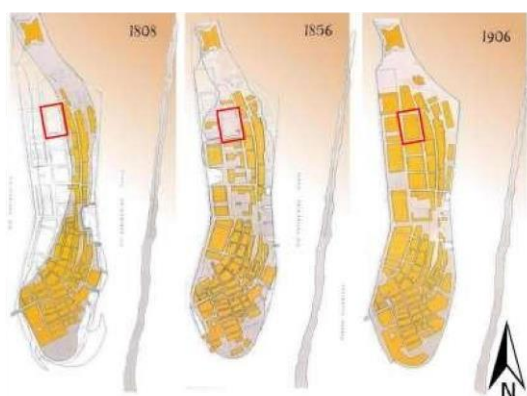
**Imagem 3:** Planta do bairro do Recife em 1680, com destaque para a vila do Recife, o arruado ao longo da Rua de São José e a igreja de Nossa Senhora do Pilar. **Fonte:** Menezes (1988 *apud* MELO, 2016).



**Imagem 4:** Planta do bairro do Recife em 1740, com destaque para a vila do Recife, o arruado ao longo da Rua de São José, a igreja de Nossa Senhora do Pilar e o forte do Brum. **Fonte:** Menezes (1988 *apud* MELO, 2016).

Na primeira metade do século XVIII, as áreas atualmente demarcadas como quadra 40 e 60, não estavam consolidadas (ver Imagem 4). A expansão da vila do Recife que se iniciou na segunda metade do século XVIII, contribuiu para que outras residências na extensão da Rua de São Jorge fossem construídas, fazendo com que a região conhecida como Fora das Portas, passasse a atrair moradores, encontrando-se no final desse século marcada pela presença de residências e atividades comerciais, servindo de passagem para as pessoas que se direcionaram para a Olinda.

Durante o século XIX, a expansão de áreas consolidadas para o Recife, contribuiu para que a região conhecida como Fora das Portas fosse integrada ao perímetro urbano desta cidade, alcançando apogeu na segunda metade desse século, quando a margem oeste do istmo foi aterrada, originando a Rua dos Guararapes (atual Rua Bernardo Vieira de Melo), atualmente delimitada como quadra 40 (ver Imagem 5). A Rua de São Jorge, eixo inicial de ocupação dessa, na qual foi realizada boa parte das escavações, durante todos os processos citados, recebeu inúmeras denominações, sendo em 1838 encontrada com denominação a de Rua de Santo Amaro, passando em 1850 já aparecer com o nome de Rua do Pilar, quando oficialmente passou a se chamar rua de S. Jorge.



**Imagem 5:** Plantas do bairro do Recife em 1808, 1856 e 1906, com destaque para a quadra 40 antes (1808) e depois (1956 e 1906) de surgir com o processo de aterramento deste bairro ao longo do século XIX. **Fonte:** Menezes (1988 *apud* MELO, 2016).

No início do século XX o bairro do Recife sofreu uma grande intervenção com o projeto Novo Recife, que não acarretou significativas mudanças na área. Essas mudanças, que ocasionaram um conjunto de perturbações na formação do registro arqueológico dessa área, ocorreram ao longo do século XX com as intervenções para a construção de empresas na área do Porto (MELO, 2016). Diante das perturbações no registro arqueológico, dificultaram-se as interpretações das questões arqueológicas da área, dificultando, por exemplo, a análise da tralha doméstica de uso cotidiano da cidade, diante da dificuldade em associá-la, por exemplo, a grupos domésticos daquele contexto específico.

Uma estratégia que está sendo utilizada consiste em associar a cultura material ali recuperada, a hábitos cotidianos não especificamente dos habitantes que viveram na área do sítio arqueológico, mas de modo geral na cidade do Recife. Essa estratégia, a partir de análises crono-estilísticas do material recuperado, tem permitido traçar uma cronologia, de caráter relativo, do período de circulação desses produtos no Recife.



## **O Recife sob a luz da medicina**

Durante o século XIX o fenômeno da urbanização, ao provocar a expansão das cidades no ocidente, acarretou a necessidade de estabelecimento de uma nova ordem urbana marcada pela intervenção nas diferentes esferas da vida pública e privada, com o intuito de manter a ordem pública (RÉMOND, 1974; BRESCIANI, 1996). Esta nova ordem urbana encontrou como campo de saber a medicina, que adquirindo funções sociais, passou a oferecer respaldo para as ações de higienização a serem adotadas pelo governo das cidades (FOUCAULT, 1984).

No Brasil o fenômeno da urbanização e a adoção de uma medicina social aconteceram ainda na primeira metade do século XIX com a chegada da família real em 1808, que atestando a falta de salubridade nas ruas, os serviços médicos precários e as péssimas condições de saúde da população, buscou estabelecer um conjunto de reformas na corte pautada pelos preceitos higienistas em voga. As medidas iniciais que contribuíram para esse processo consistiram na fundação das faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia em 1832, que a partir de seu corpo médico, passou a propor projetos higienistas visando o processo de higienização da sociedade brasileira (EUGÊNIO, 2008).

Das ruas às casas, buscava-se instalar um modelo higiênico de sociedade pautado pelos conhecimentos da medicina e sua aplicação na vida urbana. Era a medicina social que alcançava o posto de conhecimento capaz de oferecer as respostas para os problemas que precisavam ser resolvidos no espaço urbano, bem como no âmbito privado (MACHADO, 1978; COSTA, 1979).

Com a consolidação dessas instituições e de um campo de atuação para elite médica, o projeto higienista, que visava colocar a nação nos “trilhos” do progresso e da modernização, pôde prosseguir. Pautando-se na “medicina das luzes”, que oferecia as bases científicas necessárias para a resolução dos problemas de insalubridade do espaço urbano, esse projeto incorporou os preceitos da chamada ideologia da higiene, analisada por Chalhoub (1996), que a descreveu como a crença de que havia “um caminho para a civilização” e que este caminho passava pela adoção de um modelo de “aperfeiçoamento moral e material” válido para todos os povos. O principal requisito capaz de levar a sociedade brasileira a alcançar esse aperfeiçoamento moral e material preconizado pela ideologia da higiene, necessário para que as sociedades alcançassem “grandeza” e

“prosperidade” à semelhança dos “países mais cultos” – europeus –, era a solução dos problemas de higiene pública. Deste modo, reformar os costumes da população tornava-se necessário, para que esse projeto pudesse alcançar êxito (EUGÊNIO, 2008).

No Recife esse processo começou ainda na primeira metade do século XIX, diante do crescimento populacional e os problemas na estrutura urbana e nos hábitos da população (CARVALHO, 2010). Diante da ótica higienista, esses fatores passaram a ser consideradas pelos médicos atuantes nesta cidade como os principais fatores responsáveis pelo aparecimento das epidemias que acometiam a população, como a Febre amarela e o Cólera, que em 1850 e 1856, respectivamente, atingiram a cidade do Recife causando grande mortalidade e transtorno para os habitantes desta urbe (CASTRO, 2007).

Nesse contexto, a ordem higiênica instaurada a partir da classe médica e da administração municipal, buscou reformar a estrutura urbana e conseqüente os hábitos da população (SANTOS, 2009; SOUZA, 2018). Esse processo se inseriu nas políticas de melhoramentos materiais, que já na década de 1830 acarretou a busca por modernizar e “afrancesar” o Recife (SILVA, 2011; SILVA, 2018).

Essa medicina social, desenvolvida na Europa e adotada no Brasil na primeira metade do século XIX, inseriu-se, segundo Santos (2009), no projeto de modernização pensado pelas elites governantes. Ela era vista como uma forma de alcançar o progresso e a civilização, influenciando os discursos das classes governantes na justificativa de suas ações. Segundo a autora, a partir dessa medicina social a nova concepção acerca da prática médica se baseou “(...) no equilíbrio das relações entre saúde e sociedade, com a adoção de medidas profiláticas e disciplinadoras da população (...)” (SANTOS, 2009, p. 18), permeando o pronunciamento da classe médica e da administração municipal.

Deste modo era preciso, através dos conhecimentos da medicina, incutir na população a necessidade por melhorias em seus hábitos, especificamente de higiene. Nesse contexto, inúmeras recomendações acerca da necessidade da maior frequência do banho e de produtos que auxiliavam na higiene, por exemplo, tornou-se constante em manuais de medicina – Le Roy (1825) e Chernoviz (1851) – que circularam no Brasil ao longo do século XIX, contribuindo para que um conjunto de produtos, compreendidos como a face material do progresso e da modernização, fosse adotado no cotidiano da população.

## Uma cultura material para o asseio do corpo

Tânia Andrade Lima (1996), analisando a cultura material recuperada durante escavações em áreas de antigas residências do Rio de Janeiro, como já mencionado, chegou à conclusão de que a adoção dessa cultura material estava relacionada às concepções de doença e cura preconizadas pela Teoria hipocrático-galênica dos humores<sup>4</sup>.

Segundo essa autora:

(...) supõe-se que os princípios hipocráticos tenham sido introduzidos pela medicina portuguesa, na qual tiveram ampla penetração, bem como pelos médicos que acompanharam a colonização holandesa. Constantemente realimentadas nos séculos subsequentes pelo fluxo de ideias em circulação na Europa, de onde provinham os médicos e os manuais que difundiam as regras de higiene e práticas curativas aqui adotadas, acabaram se sedimentando, e medidas como sangrias, purgas, vomitórios, suadouros, fumigações etc. foram intensamente praticadas, especialmente no século XIX (LIMA, 1996, p. 51).

No campo da higiene, essa teoria influenciou um conjunto de crenças e práticas associadas à higiene do corpo, e conseqüentemente a cura das doenças no Brasil (TOCCHETTO, 2000; BARRETA, 2009; COMPANY, 2011; VERAS, 2014; PEDROSA e

---

<sup>4</sup> Miranda (2011) explica que a medicina dos humores surgiu da crença na *Physis* – natureza – como fonte de poder curativo, cabendo ao médico auxiliar o doente a restabelecer o equilíbrio das forças naturais de seu organismo na batalha entre a natureza e a doença, deixando a doença agir em toda sua ação. Lima (1996), analisando a origem dessa teoria, explica que o filósofo grego Empédocles considerava que o mundo visível e invisível era composto pelos seguintes elementos primordiais: água, ar, terra e fogo. Aristóteles, caracterizando esses elementos, considerava que o “(...) ar era quente e úmido; a água, fria e úmida; a terra, fria e seca; o fogo, quente e seco (...)” (LIMA, 1996, p. 47). A esses quatro elementos foram vinculados os chamados humores, que segundo a medicina hipocrática resultava da mistura dos elementos primários, sendo os humores: “(...) sangue – o licor da vitalidade; bile amarela – líquido gástrico indispensável à digestão; bile negra ou melancólica – responsável pelo escurecimento dos outros fluidos, tornando-os enegrecidos; e a fleuma – compreende todas as secreções incolores visíveis em substâncias como suor, lágrimas e catarros, em épocas de constipação e de febre” (MIRANDA, 2011, p. 28-29). Segundo Lima (1996) cada humor tinha um centro regulador de sua dinâmica para o qual era atraído, sendo o do sangue o coração, o da fleuma a cabeça, o da bile negra o baço e o da bile amarela o fígado. Segundo Miranda (2011), para a teoria dos humores a doença representava um desequilíbrio marcado pela falta ou excesso de humores. Lima (1996), analisando esse desequilíbrio, pontua que para a medicina hipocrática o organismo acionava mecanismos de defesa que contribuíam para a expulsão do humor, em caso de excesso, ou para seu restabelecimento, em caso de falta. Dessa forma a doença cumpria três etapas: “(...) 1 – mudança na proporção dos humores, causada por fatores externos ou internos, gerando o estado de desequilíbrio; 2 – reação do corpo a essa desproporção, através da febre (ou fervura, cozimento, cocção), para tentar restabelecer o equilíbrio original. O cozimento modificava os humores, que ficavam, dessa forma, em condição de ser expelida; 3 – crise resultando do desequilíbrio, com a descarga da matéria doente, vale dizer, do excesso de humor (...)” (p. 48). A consolidação da medicina hipocrática, segundo Miranda (2011), aconteceu com Cláudio Galeno, que viveu em Roma no século II, quando este médico conciliou as doutrinas de Aristóteles e Hipócrates, definindo que os homens podiam se enquadrar em quatro diferentes temperamentos chamados sanguíneo, colérico, fleumático e melancólico, bem como estabelecendo as qualidades opostas dos humores, sendo o sangue quente e úmido, a fleuma fria e úmida, a bile negra fria e seca e a bile amarela quente e seca, que influenciava os tratamentos a serem ministrados, com a utilização de remédios quentes para os desequilíbrios frios e vice-versa.



MEDEIROS, 2018). Era preciso, na ótica dessa teoria, combater os odores corporais que eram exalados pelas vias inferiores – sistema digestivo e excretor – e superiores do corpo – boca e nariz –, bem como pela pele, ocasionados pela circulação dos humores em excesso no organismo humano (LIMA, 1996).

A dissimulação desses odores, segundo Lima (1996), representou uma prática gradativamente adotada pelas elites brasileiras ao longo do século XIX, como forma de colocar em prática a ordem higiênica. Neste contexto, diante da lógica do capitalismo que se consolidava ao longo do século XIX, um conjunto de produtos capazes de promover a dissimulação desses odores passou a entrar pelo porto do Recife.

No sítio arqueológico do Pilar, parte da cultura material ali recuperada sugere que as práticas de higiene do corpo adquiriram lugar no cotidiano de setores mais abastados da sociedade, capazes de consumir esses produtos vendidos nas boticas da cidade. Em relação aos humores exalados pelas partes superiores, por exemplo, destacam-se os produtos associados ao cuidado da pele, como fragmentos de bacias de louça (ver Imagem 6) e os tônicos que prometiam fortalecer as fibras da pele (ver Imagem 7), encontrados durante as escavações.



**Imagem 6:** Fragmentos de bacia de louça com decoração floral [lava mãos] para o asseio do corpo (Século XIX). **Fonte:** Evelyn Oliveira, 2021 (Acervo NEPARQ).



**Imagem 7:** Frasco de tônico para pele e cabelo (Século XIX) – Inscrição: "TÔNICO ORIENTAL PARA EL CABELLO / NEW YORK / LAMAM Y KEMP". **Fonte:** Evelyn Oliveira, 2021 (Acervo NEPARQ).

Outros produtos associados à higiene da pele, que representam uma amostra significativa do material, são as tampas (ver Imagem 8) e frascos de perfumes com marcas de produtores franceses (ver Imagem 9 e 10) recuperados durante a escavação, que eram importadas pelo Brasil, fazendo sucesso no Recife ao longo do século XIX.



**Imagem 8:** Tampa de frasco feita de vidro [provavelmente perfume] (Século XIX). **Fonte:** Evelyn Oliveira, 2021 (Acervo NEPARQ).



**Imagem 9:** Frasco de vidro de perfume (Século XIX) – Inscrição: "LUBIN PERFUME D' PARIS". **Fonte:** Evelyn Oliveira, 2021 (Acervo NEPARQ).



**Imagem 10:** Fragmento de frasco de Perfume (Século XIX) – Inscrição: "ORYZA OIL LE GRAND". **Fonte:** Evelyn Oliveira, 2021 (Acervo NEPARQ).

No caso da dissimulação do mau hálito exalado pela boca, foi encontrada uma amostra também significativa de fragmentos de escovinhas feitas em osso (ver Imagem 11) e de tampas de potes de creme dental (ver Imagem 12).



**Imagem 11:** Fragmento de tampa em louça de pote de creme dental (Século XIX) – Inscrição: "PASTA DE DENTE DE CEREJA - PARA EMBELEZAR E PRESERVAR OS DENTES E GENGIVAS - PATROCINADO PELA RAINHA". **Fonte:** Evelyn Oliveira, 2021 (Acervo NEPARQ).



**Imagem 12:** Fragmento de escova de dente (área na qual eram colocadas as cerdas para escovação) feitas de osso (Século XIX). **Fonte:** Evelyn Oliveira, 2021 (Acervo NEPARQ).

Além dos objetos relacionados à higiene externa do corpo, haviam os produtos relacionados à higiene das chamadas partes escuras, destinados ao tratamento das doenças, compreendidas no período como resultado do desequilíbrio dos humores. Destacam-se as águas antifebris (ver Imagem 8), as águas gasosas importadas da Inglaterra (ver Imagem 9) e os fracos de purgativos (ver Imagem 10), muito comum em anúncios presentes no Diário de Pernambuco.



**Imagem 8:** Fragmento de garrafa de água antifebril (Século XIX) – Inscrição: "Andre Lopez d Castro". **Fonte:** Evelyn Oliveira, 2021 (Acervo NEPARQ).

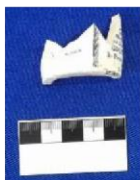


**Imagem 9:** Garrafa para água gasosa (Século XIX) - Inscrição: "WELL & C". **Fonte:** Evelyn Oliveira, 2021 (Acervo NEPARQ).



**Imagem 10:** Frasco de medicamento (Século XIX) – Inscrição: "VERMIFUGE". **Fonte:** Evelyn Oliveira, 2021 (Acervo NEPARQ).

Nas amostras ainda constam produtos associados à cura de doenças, que serviam tanto para a parte interna, quanto externa do corpo. São exemplos, os potes feitos de faiança e louça de pomadas que prometiam curar um número considerável de doenças, como gota, reumatismo, mordeduras de cobras e queimaduras (ver Imagem 11 e 12).





**Imagem 11:** Frasco de pomada (Século XIX) –  
Inscrição: "Holloways Ointment". **Fonte:** Evelyn  
Oliveira, 2021 (Acervo NEPARQ).

### **Considerações possíveis**

Os resultados parciais aqui apresentados fazem parte do estudo que vem sendo realizado no Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (NEPARQ) da Universidade Federal Rural de Pernambuco desde o ano de 2018, quando os vestígios associados à higiene corporal passaram a ser catalogados, classificados e analisados. Durante esse processo levantou-se a hipótese apresentada, acerca da gradativa adoção de uma cultura material associada às mudanças nos hábitos de higiene corporal da população do Recife.

Mesmo diante das limitações impostas pelas particularidades do registro arqueológico que compõem o Pilar, relacionadas à dificuldade em associar a cultura material ali recuperada a grupos domésticos específicos, o conjunto de fontes históricas que vem sendo repertoriadas tem permitido levantar informações acerca da relação dessa cultura material com os conhecimentos médicos e as práticas cotidianas experimentadas na cidade do Recife ao longo do século XIX. Esperamos que as análises que estão sendo realizadas nos permitam comprovar a hipótese levantada, contribuindo assim para novas concepções acerca da história da saúde e das doenças no contexto do Recife oitocentista.

### **Fontes**

**ACERVO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO PILAR** (Quadras 25, 40, 45, 46 e 55) - Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica (NEPARQ / UFRPE).

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Dicionário de medicina popular**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1851.

**DIÁRIO DE PERNAMBUCO** (Século XIX) – Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital).

LE ROY. **Medicina Curativa ou o Methodo Purgante dirigido contra a causa das enfermidades**. 2. ed. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1825.

### **Referências**

ALVES, R. B; RAMOS, A. C. P. T. Primeiras Ocupações residenciais na rua de São Jorge no bairro do Recife: um estudo das estruturas arqueológicas da quadra 55 na área do Pilar, Recife-PE. **Fundamentos**, v. 15, p. 95-109, 2018.

AVILA, G. M; MEDEIROS, E. As três Ilhas do Recife. Dados para a arqueologia da cidade nos séculos XVII-XIX. In: **26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, 2008, Porto Seguro. Anais Eletrônicos: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2008.

BARRETA, Jocyane R. Beleza, vaidade e estética por meio da cultura material na Porto Alegre oitocentista. **MÉTIS: história & cultura**, v. 8, n. 16, p. 157-185, jul./dez. 2009.

BRESCIANI, Maria S. M. **Londres e Paris no Século XIX: o espetáculo da pobreza**. 6. Ed. São. Paulo: Brasiliense, 1996.

CARVALHO, Marcus. J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. 2. Ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

CASTRO, Vanessa de. **Das igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife no século XIX**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

CHALHOUB, S. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COMPANY, Zeli Teresinha. **Procurando bem todo mundo tem pereba: práticas e recursos de cura a partir da cultura material na Porto Alegre do século XIX (1815-1898)**. 2011. 284 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

COSTA, Jurandir F. **Ordem Médica e Norma Familiar**. 1. Ed. São Paulo: Graal, 1979.

EUGÊNIO, Alisson. **Reforma dos costumes: Elite médica, progresso e combate às más condições de saúde no Brasil do século XIX**. 2008. 231 f. Tese (Doutorado em História Econômica). Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FERREIRA, L. O. Medicina impopular: ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830 - 1840). In: CHALHOUB, S. *et al.* (Org.). **Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 101-122.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4. Ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FUNDAÇÃO SERIDÓ. **Acompanhamento e pesquisa arqueológica na área de implantação do projeto Habitacional do Pilar, Bairro do Recife, Recife - Pernambuco**. IX Relatório técnico parcial de atividades. Recife, 2012.

GIUSTINA, Leda Bernardi Della. **O Pilar que ficou - um estudo de conservação em bens patrimoniais a partir do conceito de valor: o caso da igreja do Pilar do Recife**. 2010. 222 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

LE GOFF, Jacques. **As doenças têm história**. Trad. Laurinda Bom. Lisboa: Terramar, 1985.

LIMA, T. A. Humores e Odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. **História, ciência e saúde – Manguinhos**, v. 2, n. 3, p. 44-96, nov./fev. 1995/1996.

MACHADO, Roberto. *et al.* **Danação da norma**: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MELO, Isaac Lopez Garcia de. **Processo de formação do registro arqueológico do Habitacional do Pilar, Bairro do Recife, Recife-PE**. 2016. 105 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

MENEZES, José. L. da M. **Atlas Histórico Cartográfico do Recife**. Recife: Editora Massangana, 1988.

MIRANDA, Bruno R. F. Fortificações da barra e do porto do Recife - Século XVII. *In: XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 2003, João Pessoa. Anais Eletrônicos: XXII Simpósio Nacional de História, 2003.

PEDROSA, Tatiana de Lima; MEDEIROS, S. L. A saúde engarrafada nas Águas de Melgaço: cultura e consumo na Manaus do século XIX-XX. *Temporalidades*, v. 10, p. 403-418, 2018.

RÉMOND, René. **O século XIX: 1815-1914**. Trad. Frederico Pessoa de Barros. 2. Ed. São Paulo: Cultrix, 1974.

REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. O corpo: o homem doente e sua história. *In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos objetos*. 4. Ed. Trad. Teresinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

SAMPAIO, G. dos R. **Nas trincheiras da cura**: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial. 2. Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

SANTOS FILHO, Lycurgo. **História da medicina no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1947.

SANTOS, Manuela A. dos. **Recife: entre a sujeira e a falta de (com)postura, 1831-1845**. 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2009.

SILVA, Ilana Elisa Chaves. **Arqueologia da doença no cemitério histórico do Pilar-PE**. 2015. 142 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SILVA, Sandro V. **O costume da praça vai a casa**: as transformações urbanas e suas influências sobre os costumes da classe burguesa do Recife oitocentista (1830-1880). 2011. 192 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.

SILVA, Wellington B. da. “A locomotiva do progresso”: cotidiano e “melhoramentos materiais” no Recife oitocentista (1830-1889). In: SILVA, Wellington B. da. (Org.). **O Recife no século XIX: outras histórias** (1830-1890). Jundiaí: Paco Editorial, 2018, p. 15-52.

SONTAG, Susan. **Doença como metáfora: AIDS e suas metáforas**. Trad. Rubens Figueiredo Paulo Henriques Brito. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SOUZA, Willian. A. de. A câmara e os médicos: entre a insalubridade e o governo da cidade (Recife, século XIX). In: SILVA, Wellington. B. da (Org.). **Recife no século XIX: outras histórias** (1930-1890). Jundiaí: Paco Editorial, 2018, p. 113-142.

TOCCHETTO, F. B. Uma construção possível sobre práticas e representações de grupos domésticos da Porto Alegre oitocentista. **Revista de Arqueologia**, v. 12, n. 1, p. 55-71, dez. 2000.

VERAS, Naira Lorena de Oliveira. **Práticas de saúde e modernidade na cidade de Parnaíba, Piauí (1850 - 1930): um estudo arqueológico**. 2014. 161 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2014.

## **PESQUISA EM HISTÓRIA POR MEIO DO ESTUDO DA CULTURA MATERIAL: POSSIBILIDADES DE PESQUISA E ESTUDO DE CASO**

Eduardo Augusto de Santana<sup>16</sup>

### **RESUMO:**

Este texto busca trazer algumas considerações acerca da cultura material implantada na Mata Sul pernambucana, enquanto fonte de pesquisa e construções de narrativa histórica. Estabelecendo uma relação entre a cultura material produzida ao longo do processo de colonização daquela região frente às relações de poder e dominação estabelecidas pelos

<sup>16</sup> Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da UFRPE. Especialista em Gestão e Tutoria em EaD- FACIGMA. Aperfeiçoamento em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros em perspectiva: produção de conhecimento – UFMA, Aperfeiçoamento em Tecnologias Digitais na Educação – UFC e Aperfeiçoamento em Educação, Pobreza e Desigualdade Social – UFPE. Pesquisador associado I do Instituto de Estudos da África IEAF – UFPE. Conselheiro Editorial da Editora Mnemosine e Conselheiro Editorial da Editora Típica. Precarista Ad Hoc da PRACS Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP e Parecerista Ad Hoc da EmRede - Revista de Educação a Distância. É professor Auxiliar Substituto do Departamento de História da UPE, professor Pesquisador I do Curso de Licenciatura em História, modalidade EaD, pela UFRPE. Professor Convidado da Especialização em Gestão em Docência da Educação Especial – Inclusiva e Libras e da Especialização em Gestão em Psicopedagogia Institucional e Clínica – EUROTECH Faculdade Europeia de Tecnologia e Ciências Humanas. Professor Formador e Conteudista do Curso Técnico em Secretaria Escolar da Escola Técnica Estadual Professor Antônio Carlos Gomes da Costa – ETEPAC – Secretaria de Educação e Esporte de Pernambuco. E-mail: [historiador.eduardosantana@gmail.com](mailto:historiador.eduardosantana@gmail.com)

sociais que foram se estabelecendo na área. Para tanto é trazido para estudo de caso algumas considerações a partir de alguns partidos arquitetônicos – senzalas, casas-grande, capela, arruados - ali implantados. Buscando, assim, problematizar as representações simbólicas que as imagens daquelas construções endossavam naquela sociedade. Além do mais, este trabalho se propõe a discutir a relação simbólica entre a cultura material implantada naquela região e as maneiras pelas quais os grupos dominantes se organizaram, para legitimar o seu poder frente à sociedade da época a partir da manipulação simbólica daquelas construções no passado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pesquisa em História. Cultura Material. Estudo de caso.

Este trabalho parte do pressuposto de que as construções feitas para abrigar e representar materialmente as instituições da sociedade colonial açucareira se configuram como símbolos e receptáculos do poder da elite agrária, cuja autoridade buscavam representar através daquelas construções. Assim, essa cultura material tinha função social e simbólica de legitimá-lo e o dar a conhecer ao conjunto da sociedade, ou seja, se transfiguravam em imagens representativas de um poder que se materializava antedominados e dominadores (BOURDIEU, 2007. p. 1-16). Como exemplo, podemos citar a capela de engenho, representante do poder religioso que tinha a função de ditar a moral da época e o poder político da casa-grande, que além de referendar o poder econômico, também legitima o modo de produção implantado. Ambas agiam como representantes visuais do poder de uma minoria branca que detinha em suas mãos o controle social.

Naquele cenário, a riqueza advinda do açúcar permitiu que fosse erguido um conjunto arquitetônico que não só pode nos ajudar a compreender o enriquecimento vivenciado pelas vilas, freguesias e povoados açucareiro daquela região, como também permite discutir as relações sociais que determinavam e eram endossadas por meio das representações simbólicas das construções típicas do período. Decorrendo daí a importância da compreensão dos modos pelos quais as relações sociais de poder se organizaram em torno daquelas construções, que eram erguidos nos grandes latifúndios e povoados no passado.

Segundo argumenta (FREYRE, 1935. p. 82) de maneira bastante dialógica como recorte temática trazido para discussão:

Há casas cujas fachadas indicam todo o gênero de vida dos seus moradores. Os mais íntimos pormenores, os gostos, os hábitos, as tendências. Mas não são apenas as casas que falam e revelam a vida, o espírito e o gosto dos donos. Falam também por sinais esses outros surdos-mudos que são os móveis.

Pode-se inferir, a partir das colocações do autor acima, que a cultura material de um determinado período histórico pode, e muito, contribuir para a elucidação de possíveis questionamentos a respeito da cultura, política, religião, poder, negociações, resistências e modos de vida de uma sociedade. Sendo assim, um meio capaz de nos oferecer dados a respeito de um determinado contexto histórico e a sua evolução sociocultural. E esse entendimento é de suma importância, pois a cultura material resultante da ocupação territorial da Mata Sul e a consequente consolidação das atividades manufatureiras, ligadas à indústria do açúcar, foram basilares para caracterizar o tipo e o modelo de sociedade implantada e as organizações espaciais posteriores.

A respeito das fontes utilizadas no trabalho, segundo José de D' Assunção Barros (BARROS, 2012, p. 130-131), “tudo aquilo que, produzido pelo homem ou trazendo vestígios de sua interferência, pode nos proporcionar um acesso à compreensão do passado humano”. Mais adiante, em outro trecho, o autor se refere aos diversos tipos fontes disponíveis para aqueles que fazem uso da cultura material enquanto fonte de pesquisa, ao dizer que:

Incluem-se como possibilidades documentais desde os vestígios arqueológicos e outras fontes de cultura material (a arquitetura de um prédio, uma igreja, as ruas de uma cidade, monumentos, cerâmicas, utensílios da vida cotidiana) até representações pictóricas e fontes da cultura oral (testemunhos colhidos ou provocados pelo historiador.

No que diz respeito ao estudo e articulação entre o estudo da sociedade por meio da cultura material, Marcelo Rede (2012, p. 133-137) comenta que:

(...) os historiadores desprezaram ou falharam em considerar adequadamente as articulações entre a vida social e a materialidade, e, apesar de sua grande diversidade, raramente as teorias acerca da experiência histórica reconheceram a importância da dimensão material da existência humana. Em segundo lugar, a historiografia foi tímida ou totalmente inapta em incorporar as fontes materiais ao seu processo de geração de conhecimento.

Desta maneira, os norteadores teóricos da história sociocultural, ao mesmo tempo em que abrem um imenso leque de possibilidades quanto ao uso dos mais variados tipos de fontes, também trazem consigo imensa responsabilidade quanto ao uso e correto emprego das metodologias adequadas para a pesquisa exploratória desses recursos. Todavia, apesar de ser bastante desafiador, o resultado do emprego dessas novas fontes e objetos produzem resultados bastante significativos para as novas pesquisas surgidas nesse campo. Destarte, o uso integrado da pesquisa dos espaços, do estudo das

edificações, da interpretação das fontes escritas e entrevistas orais produziram resultados bastante promissores para este trabalho.

No passado a mata Sul pernambucana, foi palco, ainda em meados do século XVI, de uma das mais sangrentas guerras de extermínio já perpetradas na então capitania de Pernambuco. Essas batalhas foram ensejadas pelo avanço da empresa colonial sobre as terras dos nativos da região, com finalidade de desalojá-los de sua terra ancestral. Toda aquela região se transformou, após as guerras de conquistas e o estabelecimento das vilas açucareiras, em um importante ponto de passagem para as terras incultas dos Sertões (SILVA, 2010. p. 13-77). Dessa maneira, se configurou em uma área de suma importância, tanto no aspecto estratégico militar quanto econômica, para o avanço da empresa colonial no norte da América portuguesa, ainda em finais do século XVI, cujo processo se seguiu até meados do século XVIII.

No lastro das conquistas, diversos núcleos urbanos foram sendo implantados naquela região com vistas a garantir o suporte administrativo, defensivo e político as atividades produtivas ligadas ao açúcar. Parafraseando Lewis Munford (2004), à necessária implantação dos núcleos urbanos nas franjas do mundo açucareiro propiciaram interações, trocas e transações que de outra forma não seriam possíveis. Assim, uma vez incorporadas a empresa colonial os núcleos urbanos tinham um importante papel no ordenamento social. Além do mais, elas serviam para dar o suporte institucional à expansão das terras cultivadas e ao conseqüente aumento da produção açucareira. Desta forma, não era de estranhar que no rastro das conquistas os invasores logo cuidassem de implantar os núcleos urbanos.

**Imagem 01** – Primitiva Vila de Serinhaém na mata Sul pernambucana

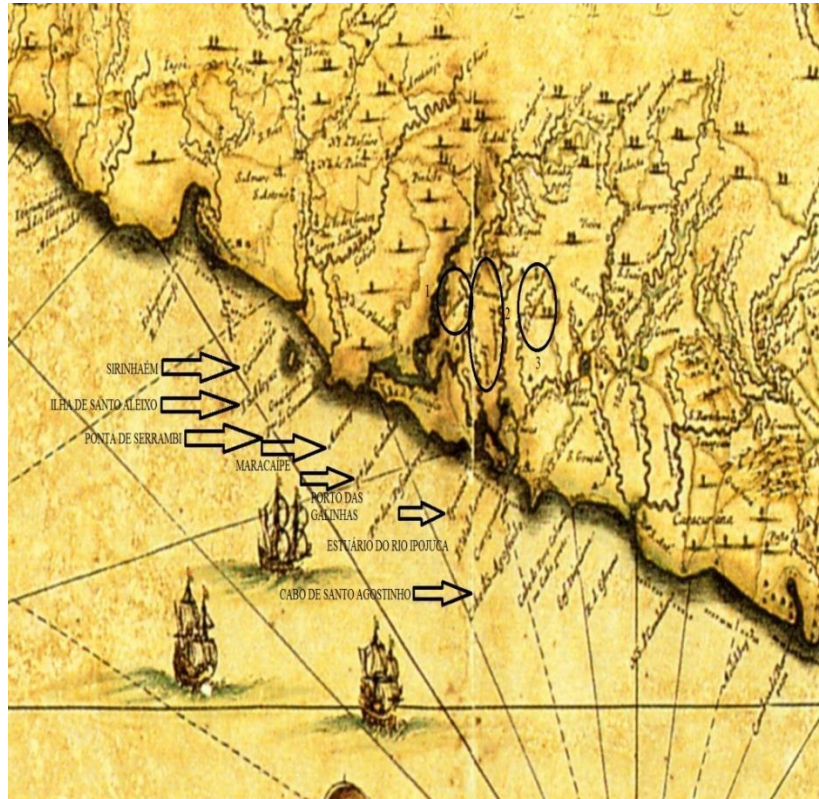


Serinhaim - 1637-1645 (1647)

Segundo defende (CERTEAU, 1998, p. 201) a cidade em sua materialidade plasmada em ruas, praças ou jardins, no sentido estrito de seu planejamento e construção, por exemplo, pode ser lida como um lugar, sem significações simbólicas relevantes para as pessoas, que não teriam estabelecido com ele qualquer vínculo de interação ou afetividade. Contudo, seria a partir do habitar a cidade que ela passa a ser significada e pode ser transmutada em espaço. Afirmamos, por meio dessa premissa, que o lugar é um espaço é aquele lugar ocupado, apropriado e transformado pelas pessoas que nele transitam.

**Imagem 02** - Principais núcleos urbanos da mata sul da capitania de Pernambuco em meados do século XVII – Adaptação do Autor





IoannisBlaeu, 1647

De acordo com o historiador Eduardo Santana (SANTANA, 2014, p. 121 e 122) o recorte do mapa, acima, de autoria de IoannisBlaeu presente na gravura de um livro de Gaspar Barlaeus, é interessante porque nos traz uma perspectiva de como as mais importantes povoações e freguesias açucareiras da mata Sul eram representadas na cartografia do século XVII. Por outro lado, a partir da leitura da imagem acima é possível notar que as áreas de produção açucareira e portos de escoação da produção já estão bem delimitados no mapa. Na cartografia em questão, vemos a referência a alguns topónimos da freguesia de Ipojuca como: a Ilha de Santo Aleixo, Ponta de Serrambi, Maracaípe, o porto de Galinhas, rio Ipojuca, Sirinhaém, vila de Santo Antônio do Cabo entre outras. Indicando desta forma que os cartógrafos náuticos que transitavam pela América portuguesa já tinham um conhecimento bastante apurado da região. Evidenciando, assim, a sua importância econômica no período.

Portanto, o aprofundamento desse estudo pode trazer significativos apontamentos a respeito, não só da tipologia básica das urbes colonial açucareira, como também oferecer pistas a respeito das representatividades simbólicas contidas nos traçados e tipos construtivos da mata Sul pernambucana. Oferecendo assim, um maior entendimento a respeito das dimensões simbólicas, político-administrativas, culturais, sociais e econômicas das urbes coloniais.

Dito isso, pode-se eleger os templos religiosos como um dos principais tipos arquitetônicos que melhor podem demonstrar o rápido desenvolvimento econômico daquela região. No lastro das conquistas, igrejas, conventos, ermitas, capelas, fortificações, arruados, casas de moradia da elites, casa de câmara e cadeia entre outras foram sendo implantadas nas zonas conquistadas. Prova disso é a fundação da Igreja do Santo Cristo e do Convento de Santo Antônio – cuja pedra fundamental foi lançada em 1606 pelos franciscanos – e da Igreja de Nossa Senhora do Ó do século XVIII, situados na então Freguesia de São Miguel do Ipojuca; do Convento de Santo Antônio, da mesma ordem religiosa, edificado na Vila de Sirinhaém na segunda metade do século XVII; e do Convento das Carmelitas, localizado na Vila de Santo Antônio do Cabo, e também construído no século XVII.

Sobre os conventos (BAZIN, 1956. p. 138) comenta que as primeiras construções religiosas na colônia foram feitas de forma precária, usando-se matérias primas que tinham pouca resistência, como madeira e argila, empregadas em técnicas construtivas já conhecidas pelos portugueses, como a taipa de pilão ou adobe; ou na forma de cabanas, à moda indígena, usando-se folhas de palmeiras sustentadas por traves de madeira. Isso se dava principalmente pela ausência de pedras adequadas como as usadas em Portugal para esses tipos de construções. Habilmente, porém, os franciscanos souberam superar as adversidades impostas pelo meio, adaptando os recursos naturais disponíveis para atender às suas necessidades. Além do mais, conforme a freguesia cresceu em prestígio e recursos, foi sendo possível mandar trazer de fora materiais construtivos que eram escassos ou inexistentes na região, inclusive podendo dispor de mão de obra mais qualificada. Havia, possivelmente, um cuidado em transmitir a ideia de riqueza, requinte, devoção, fé e submissão a Deus – e, claro, aos seus representantes terrenos –, por intermédio desses tipos construtivos.

**Imagem 02** – Convento de Santo Antônio e Igreja do Santo Cristo ambas de 1606 Ipojuca / PE.



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE, 2014 / Foto: Eduardo Santana

No que se refere às casas-grandes, o arquiteto Geraldo Gomes (1997, p. 187) nos diz que a documentação mais antiga referente a essas construções do Nordeste colonial é aquela que nos foi legada pelos holandeses. Todavia, ele afirma que, no que diz respeito aos seus tipos construtivos, é provável que tenha havido a persistência de um padrão para este tipo de habitação através de séculos, ocorrendo apenas ligeiras modificações, que certamente visavam atender às necessidades funcionais surgidas

O senhor de engenho tinha ao seu redor uma gama de pessoas que dependiam dele e o serviam de várias maneiras, de sorte que sua força emanava não apenas de seu poder econômico, mas também do tratamento dado a todo esse séquito pessoas, segundo foi escrito ainda, no início do século XVIII, pelo jesuíta André João Antonil (1982, p. 7576):

OSERSENHORDEENGENHOé título a quem muitos aspiram, por que traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. Dos senhores dependem os lavradores que têm partidos arrendados em terras do mesmo engenho. Servem ao senhor de engenho, em vários ofícios, além dos escravos... barqueiros, canoieiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastores e pescadores. Tem mais, cada senhor destes, necessariamente, um mestre de açúcar, um banqueiro e um contra banqueiro, um purgador, um caixeiro no engenho e outro na cidade, feitores nos partidos e roças, um feitor-mor do engenho, e para o espiritual um sacerdote seu capelão e cada qual destes oficiais tem soldada. (...) Também, se não tiver a capacidade, modo e agência que se requer na boa disposição e governo de tudo, na eleição dos feitores e oficiais, na boa correspondência com os lavradores, no trato da gente sujeita; (...), e na verdade e pontualidade com os mercadores e outros seus correspondentes na praça, achará confusão e ignomínia no título de senhor de engenho, donde esperava acrescentamento de estimação e de crédito.

**Imagem 03** - Casa-Grande–Engenho Megaípe em Jaboatão dos Guararapes/PE -Século XVII)



Fonte: <http://www.jaboataoguararapesredescoberto.com/2014/11/megaípe-na-pintura.html>

Na imagem acima, temos a representação de um engenho colonial do século XVII, conhecida como a Casa-grande do Engenho Megaípe, mas que foi demolida por volta de 1922. Essa imagem nos permite vislumbrar a sobriedade e o porte majestoso que aquelas casas fortalezas tinham no passado. De fato, era um perfeito exemplar da monumentalidade daquelas construções, pois representam, dentro da atmosfera cultural da época, o poder político e econômico dos grupos dominantes. A sua imponência a coloca em destaque dentro da paisagem bucólica do engenho.

Com relação às capelas coloniais, até onde se sabe, desde o início, foram construídas com materiais mais duráveis que aqueles utilizados nos outros partidos arquitetônicos do engenho. As técnicas construtivas preferidas foram alvenaria, pedra ou tijolo. Segundo diz (QUINTAS, 2007. p. 89-122), a catedral perdeu para a capela de engenho, embora esta fosse pequena, simples e rusticamente construída, enquanto aquela era erguida em alicerces e em dimensões artísticas mais requintadas. Entretanto, a soberania plástica não foi suficiente para fazer frente ao império dos oligopólios açucareiros.

A importância simbólica das capelas de engenho era tão contumaz que, na ocasião da botada – primeiro dia da moagem da cana – lá se postava o padre para que tudo corresse conforme o esperado no eito, ou seja, para que os trabalhos ocorressem sem qualquer anormalidade e a produção gerasse um bom lucro ao senhor. Nada se fazia sem antes se sacralizar o profano. O mundo, acreditava-se, estava cheio de maus-olhados. Segundo acreditavam, com Deus como patrono, o trabalho renderia uma safra e produção açúcareira farta naquele ano.



**Imagem 04** - Fachada da capela de Nossa Senhora da Penha - Detalhe do seu frontão – Engenho Maranhão-Ipojuca/PE



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE, 2014 / Foto: Eduardo Santana

**Imagem 05** – Capela de São Cosme e Damião no Eng. Tapera, datada do século XVIII. Ipojuca/PE



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE, 2014 / Foto: Eduardo Santana

As capelas eram geralmente instaladas no mesmo nível de local de construção das casas-grandes, sinalizando que esses templos eram também responsáveis pelo ordenamento social, através da legitimação da ordem estabelecida por meio do discurso religioso que agia de acordo com os interesses dos grupos dominantes. Portanto, juntamente com a casa-grande, a capela de engenho era crucial para a configuração e estabelecimento dos poderes políticos e religiosos que se associavam no espaço físico dessas unidades produtoras. Era no interior daqueles templos onde se realizavam os rituais que abarcavam desde o nascimento até a morte dos membros daquelas comunidades

rurais no passado, sendo o lugar de descanso ou de sepultamento dos membros da família do senhor. Os mortos enterrados nessas capelas – que representavam uma espécie de extensão da casa-grande –, perpetuavam-se na memória familiar, incorrendo em uma presença mais etérea do que materializada. Mortos coabitando o mesmo espaço dos vivos.

A sua relevância simbólico-religiosa se mostrou tão latente naquele meio que, dentre as pessoas contratadas para o serviço do engenho, o capelão era, talvez, o mais importante dos colaboradores livres a serviço do senhor de engenho:

A que se há encomendar o ensino de tudo o que pertence a vida cristã, para desta sorte satisfazer à maior das obrigações que tem, a qual é doutrinar ou mandar doutrinar a família e escravos (...) entenda que este será o melhor dinheiro que se dará em boas mãos. (ANTONIL, 1982. p. 81)

Um elemento que desperta interesse em algumas capelas representantes do período é um alpendre à frente da contrafação principal. Esse alpendre, às vezes chamado copiar, se configurava como um espaço aberto e bem afim com a galilé da igreja cristã, provavelmente reservado em certas ocasiões aos escravos, impedidos de circular nos mesmos espaços com os seus “senhores”. Como se sabe, a segregação e a tentativa de inferiorizar os grupos subalternos fazia parte do jogo das elites da época, pois era mais um dos estratagemas que os grupos dominantes utilizavam para manter o seu domínio. Dentro da lógica de dominação a fé cristã, suas liturgias e símbolos materiais representativos eram utilizados e manipulados pelos poderosos para assegurar a manutenção da ordem social estabelecida.

Com relação às senzalas, elas eram um tipo construtivo que se caracterizava por um grande terraço ao longo da fachada, cuja cobertura era sustentada, em geral, por colunas em secção circular ou retas de alvenaria feitas em tijolos maciços ou de rachão de riólitos que, geralmente, corria à frente de dois pequenos cômodos interligados em sequência. Em alguns casos, essas habitações poderiam ter inclusive divisões internas. Segundo Gomes (1997. p. 186), a técnica predominantemente empregada na construção das senzalas variou da taipa de pau a pique à alvenaria de tijolos, sendo os vãos entre as paredes de aproximadamente três metros de largura. Ainda sobre elas, devido à pequena dimensão dos vãos, constitui-se de tacanas perpendiculares às paredes divisórias, caibros roliços e ripas de embira. O recobrimento, por sua vez, era sempre feito de telhas do tipo canal de barro.

**Imagem 06** - Parte dos fundos do arruado – Restos da senzala do engenho Tabatinga em Ipojuca/PE - Detalhes das lesões progressivas da parede e telhado ao fundo desabando



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE, 2014 / Foto: Eduardo Santana

**Imagem 07** - Tipos de materiais construtivos empregados na parede (Tijolos cozidos e Pedras de Rachão de Riólitos) – engenho Tabatinga-Ipojuca/ PE. Detalhe da espessura da parede (Janela)



Fonte: Laboratório de Arqueologia da UFRPE, 2014 / Foto: Eduardo Santana

A partir da análise dessas imagens, pode-se notar que aquelas antigas habitações eram construções longas que, em alguns casos, formavam simetricamente o terreiro à frente da casa-grande e da capela. O grande corpo da senzala era coberto com um telhado em duas águas, que vinha do terraço aos fundos da parte mais longa. Havia, segundo Menezes (2007, p. 137), poucas variantes existentes, pois esse foi, até o fim da escravidão, um modelo consagrado. Eram habitações bastante precárias, escuras, úmidas, com pouca ventilação, geralmente tinham um único acesso, onde pessoas escravizadas eram amontoadas em condições insalubres. E acabaram se cristalizando como umas das

representações materiais mais perversas do abismo social perpetrado pela escravidão no Brasil.

Sob diversos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos senzalas também tinham um papel que ia além do seu espaço físico e dos materiais construtivos nelas utilizados, já que, simbolicamente, elas demarcavam o lugar que cabia aos trabalhadores braçais. Importa recordar que Assim como era no seu entorno que cultivavam as suas lavouras de subsistência e teciam as suas práticas de sociabilidade por meio de seus cânticos religiosos e no repasse de suas tradições, compartilhando, ao mesmo tempo, as suas agruras e pesares vivenciados coletivamente dentro daquele sistema. Ou, até mesmo, se organizavam e traçavam as suas estratégias para resistir à violência e a condição animalésca de vida imposta pela ordem social reinante. Segundo Russel-Wood (1997. P. 85-86), “todo indivíduo de ascendência africana no Brasil estava submetido às normas e regras estabelecidas por uma minoria branca”.

Portanto, no contexto do mundo colonial da América portuguesa, essa “submissão” era ensinada aos indivíduos de origem africana desde cedo, logo após a sua chegada nessas terras, seja através de horas estonteantes de trabalho quer no eito dos engenhos açucareiros ou nas áreas urbanas das vilas coloniais; ou dos inúmeros atos de violência e selvageria que eram praticados contra eles. E mesmo quando se tratava de indivíduos libertos ou nascidos livres, essas regras eram transmitidas por meio das dificuldades, dos preconceitos e das interdições dirigidas a eles e aos seus descendentes. Sabe-se que naquele cenário a ordem social estabelecida deveria ser didaticamente transmitida garantindo-se, dessa forma, a perfeita compreensão dos lugares que estavam reservados na teia social a cada grupo que integrava a sociedade colonial. E era um dos princípios básicos da sociedade colonial: manter a paz social e o *status quo* que a minoria branca desfrutava a todo custo.

Era um jogo de cartas marcadas através do qual a manutenção da ordem estabelecida era a certeza de que a direção econômica, religiosa, administrativa e cultural do território conquistado e colonizado permaneceria em suas mãos. E não havia, nesse universo cultural, meio didático mais eficiente para um negro, livre ou liberto, ou um desvalido qualquer compreender e assimilar as regras do jogo social do que por meio dos simbolismos cujas imagens da miserável condição de existência eram transmitidas pelas senzalas ou pelas bem adornadas construções religiosas dos engenhos e das urbes açucareiras.



Dentro da unidade produtora do engenho, a moita tinha uma função ímpar, pois era no seu interior onde era feito a maior parte do processo de fabricação do açúcar e onde se designavam as atividades que caberiam a cada trabalhador desempenhar. Essa configuração fazia com que todos os ofícios desempenhados girassem em sua órbita e dependessem do seu pleno funcionamento. Aquele partido arquitetônico detinha grande importância para a disciplinarização do trabalho naqueles estabelecimentos, pois todas as atenções do senhor e de seus oficiais estavam direcionadas para o processo de produção.

Assim, os reflexos das imagens que a grande propriedade açucareira e as urbes açucareiras com as suas igrejas, arruadas, mosteiros e conventos, foram extremamente significativos para a formação do Brasil. Além do mais, muitos dos resquícios daquela atmosfera sociocultural chegaram até os dias de hoje, e estão profundamente arraigados em nossa formação cultural. Logo, o estudo e a compreensão das representações simbólicas que aqueles bens materiais endossaram naquele tipo de sociedade são de suma importância para compreendermos muitas de nossas mazelas sociais contemporâneas. Este texto busca discutir como os partidos arquitetônicos abordados, outrora implantados no mundo açucareiro, tiveram um importante papel para o ordenamento da sociedade colonial, sobretudo pelo fato de refletirem a imagem da sociedade e da cultura de uma época. Eles foram imprescindíveis ao sucesso do projeto de hierarquização, poder e dominação implantados pelos colonizadores e seus descendentes ao longo de séculos. A exposição anterior é pertinente na medida em que contribui para discutir a respeito da confrontação entre os estudos a respeito da cultura material, do espaço e do entendimento de suas relações com o contexto social em que se inserem. O texto ajuda a pensar a respeito dos sentidos conferidos à dimensão material, dos vestígios produzidos em outras épocas, pela sociedade que deles se utilizavam no passado. Além do que, demonstra de uma vez por todas que são os agrupamentos sociais que conferem sentidos a essa cultura social, indicando, ainda, que esses sentidos podem variar de acordo com o espaço e o momento histórico em que esse ou aquele bem se insere.

Entende-se, assim, que o momento vivido em seus múltiplos sentidos conferidos pelas esferas sociais e culturais são basilares para empreender a leitura que uma dada sociedade faz, do que é nomeado no presente, do seu patrimônio cultural. Tomando como suporte as considerações tecidas até o momento, pode-se inferir que a inter-relação entre a cultura material, enquanto natureza discursiva, e a preocupação com os fenômenos simbólicos que a tornam inteligível dentro da cultura em que se insere é de significativa

relevância para o desenvolvimento de pesquisas no campo do patrimônio e suas imbricações socioculturais.

Concluí-se que a capela, a casa senhorial, as senzalas, arruados, moitas, igrejas entre outros, associavam-se no ordenamento daquela sociedade, uma vez que eram percebidos como representantes materiais de um poder maior a que todos estavam sujeitos. Eles foram a só tempo produtos, reprodutores e legitimadores de modelo de sociedade que os grupos dominantes almejavam fomentar, uma vez que delimitavam os espaços em que cada indivíduo deveria transitar naquela sociedade. Estando essas, portanto, aquelas construções estavam associadas aos interesses das elites e instituições do mundo do açúcar, já que garantiam a manutenção da ordem e uma pretensa harmonia social.

Destarte, fossem as construídas nas áreas urbanas ou rurais, da Mata Sul pernambucana – ou em qualquer outro espaço do mundo açucareiro –, se configuraram como representantes de um poder econômico, político, religioso cujas representações simbólicas tinham a clara função de alinhar aquela sociedade aos interesses dos grupos dominantes. Elas faziam parte de um jogo simbólico de uma sociedade hierarquizada e ritualizada, em que cada um deles representava, reforçava e impunha uma relação de poder. Naquela atmosfera sociocultural, os grupos e instâncias de poder político, econômico e religioso se associavam, no intuito de garantir o ordenamento daquele espaço colonial e a manutenção dos seus interesses enquanto grupos dominantes.

## **REFERÊNCIAS**

- ANTONIL, André João, 1649 ou 50-1716. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Ed Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982. Edição fac-similar.
- BARROS, José D' Assunção. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. In: **Mouseion**, n. 12, mai-ago/2012.
- BAZIN, German. **A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1956.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de Fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, Trabalho e Poder**: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. São Paulo: editora brasiliense, 2003.
- FREYRE, Gilberto. **Artigos de jornal**. Recife: Edições Mozart, 1935.

\_\_\_\_\_. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, Geraldo. **Engenho e Arquitetura**. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1997.

HERKENHOFF, Paulo (Org). **O Brasil e os Holandeses, 1630-1654**. – Texto de José Antônio Gonsalves de Mello. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.

<<http://www.jaboataoguararapesredescoberto.com/2014/11/megaape-na-pintura.html>>

MUNFORD, Levis. **A Natureza da Cidade Antiga**. In: MUNFORD, Levis. A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectiva. Martins: São Paulo, 2004.

MENEZES, José Luiz da Mota. **Casa-grande, Capela e Senzala**. In: QUINTAS, Fátima (Org.). A civilização do açúcar. Recife: Sebrae, Fundação Gilberto Freyre, 2007.

QUINTAS Fátima. **Cana, Engenho e Açúcar**. QUINTAS, Fátima (Org.). A civilização do açúcar. Recife: Sebrae; Fundação Gilberto Freyre, 2007.

REDE, Marcelo. **História e cultura material**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTANA, Eduardo Augusto de. **História da Implantação e Desenvolvimento da Freguesia de São Miguel do Ipojuca entre 1594 – 1780**: contada a partir dos seus engenhos açucareiros, 2014. 190 páginas. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2014.

\_\_\_\_\_. IPOJUCA: Uma história revisitada e recontada através da Educação Patrimonial. **EBR – Educação Básica Revista**, vol.4, n.1, 2018 - ISSN: 2447-5971. **Serinhaim 1647** In: Gravura que ilustra o livro de Barlaeus (BARLAEUS - 1647), estampa nº 12. Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Nas solidões vastas e assustadoras**: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII. Recife: Cepe, 2010.





# ESPAÇOS POLÍTICOS DE RESISTÊNCIA FEMININA EM RECIFE DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1980): O GRUPO MULHER MARAVILHA DE NOVA DESCOBERTA

Caroliny Marinho\*

## RESUMO

Diante do contexto de fortalecimento dos setores sociais e de busca pela redemocratização, observa-se o surgimento de novos instrumentos de participação. Nesse sentido, este trabalho tem o intuito de compreender a mobilização e a articulação de mulheres em Recife que tiveram histórico de resistência a opressão e luta pela garantia de seus direitos durante o período da ditadura civil-militar a partir do Grupo Mulher Maravilha (GMM). O GMM, situado no bairro de Nova Descoberta, em Recife, foi fundado oficialmente em 1975 por mulheres que não se conformaram com a situação de opressão que viviam diariamente, uma realidade que, naquele período, refletia sobre todo o povo brasileiro. Destacam-se três atores externos que nortearam a criação e as ações do grupo: a Igreja Católica, as organizações clandestinas e a pedagogia educacional de Paulo Freire. Nessa perspectiva essa pesquisa fará uso do arcabouço teórico-metodológico sobre ditadura e movimentos femininos e feministas em Recife.

**Palavras-chave:** Resistência feminina; Ditadura; Grupo Mulher Maravilha.

## ABSTRACT

Faced the context of strengthening the social sectors and the search for redemocratization, new participation instruments are emerging. In this sense, this work aims to understand the mobilization and articulation of women in Recife who had a history of resistance to oppression and struggle to guarantee their rights during the period of the civil-military dictatorship based on the Grupo Mulher Maravilha (GMM) -Wonder Woman Group-. The GMM located in Nova Descoberta, Recife, was officially founded in 1975 by women who did not conform to the situation of oppression they lived daily, a reality that, at that time, reflected on all the Brazilian people. Three external actors stand out that guided the creation and actions of the group: the Catholic Church, clandestine organizations and Paulo Freire's educational pedagogy. From this perspective, this research will make use of the theoretical-methodological framework on dictatorship and women's and feminist movements in Recife.

**Keywords:** Feminine resistance; Dictatorship; Grupo Mulher Maravilha.

\*Mestranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco PGH-UFRPE

## 1. Introdução

De repente, o rumor surdo e regular da circulação urbana foi quebrado por uma confusão de passos, vozes, gritos, barulhos de metal e vidro. O fluxo dos automóveis parou, grupos se formam, a massa em movimento cresce, pedaços de pano, de papel, de madeira falam deles. E de sua cidade. Em frente, os eternos capacetes, a ordem, o passo cadenciado, e logo a carga, a violência, a recusa. Algumas vezes o gás, outras o sangue ou ainda o disparar de uma arma de fogo. Sempre, sob estas diversas formas, o choque. Entre os que falam de si mesmos e aqueles que falam dos que dão as ordens. Entre os que querem mudar a vida e aqueles que querem restabelecer este rumor surdo da circulação regular ao ritmo cotidiano das coisas que passam sem passar (Castells, 1975, p.6)

O golpe civil-militar de 31 de março de 1964 trouxe consigo uma quebra no governo do Presidente João Goulart e instalou uma ditadura no Brasil que custou ao país mais de vinte anos de perseguição, repressão e censura contra opositores. O novo regime político irrompido pelas forças armadas foi aclamado por distintos e importantes setores da sociedade civil e buscou remodelar a estrutura jurídica do Brasil como forma de atender as exigências de um reforço nos aparatos de repressão e de controle social voltadas principalmente para setores sociais divergentes (SILVA, 2011).

A ditadura civil-militar representou uma quebra na tentativa de construção de uma democracia popular que vinha sendo instalada no país. Desde 1964, foi possível notar a desarticulação de forças sindicais e dos movimentos sociais através da perseguição e repressão contra opositores (CAVALCANTI, 2017). O novo regime tentou vestir-se como um regime democrático ao mesmo tempo em que era responsável por práticas violentas de repressão. Em nome da segurança nacional, técnicas como tortura física e psicológica foram instrumentalizadas pelo Estado como forma de controle social. O sistema repressivo do país, logo nos anos iniciais do golpe, já era composto por órgãos como o Serviço Nacional de Informação (SNI) que coordenava as informações dos centros de inteligência das Forças Armadas e das Polícias militar, civil e federal.

Além do exílio e morte, o cárcere foi um dos destinos dos membros de organizações e movimentos contrários a ditadura. As prisões eram conhecidas pelo uso arbitrário da violência através das técnicas de tortura física e psicológica, de interrogatórios abusivos e de ameaças. Muitos membros dessas organizações ficaram presos por muitos anos sem ser condenados judicialmente, outros não tiveram chances de defesa e foram julgados e condenados arbitrariamente pela Justiça Militar (ARAÚJO; SILVA; SANTOS, 2013).

Assim, o sistema repressivo instaurado no país buscou combater e reprimir subversão e atividade suspeitas (MAGALHÃES, 1997). Apesar disso, é possível observar desde essa fase inicial do regime a existência de organizações clandestinas que lutavam contra a opressão imposta. Salienta-se que nesse período, ditaduras militares estavam instaladas em grande parte dos países latino-americanos e nesse contexto de rompimento do sistema político-democrático, é notável uma revitalização das manifestações populares (CARDOSO, 2008).

Com a instauração regime civil-militar e a implementação de um sistema de governo que era comandado pelas Forças Armadas do Brasil, o movimento feminino sofreu grandes alterações. Nesse sentido “A figura feminina perante a sociedade regredira

e fora reprimida. Um discurso de ódio e medo se instalara” (AGUIAR; TROMBINI; GUTIERRE, 2019, p.12)

Vale salientar que essa pesquisa se encontra dentro dos estudos de gênero. Para Joana Maria Pedro (2011, p. 270), ao longo do tempo as mulheres “têm sido guardiãs da memória”, pois foram responsáveis por guardar grande parte do acervo de pessoas do mundo público. Essa categoria de análise de gênero, por sua vez, permite tornar a escrita da história mais rica, contribuindo assim, com importantes reflexões que auxiliam na construção de conhecimento (PEDRO, 2011). Assim é perceptível que:

No caso das mulheres, tem-se buscado mostrar a sua presença na história, incluindo-as como objeto de estudo, sujeitos da história; e, para isso, a categoria de análise –gênero –é usada para teorizar a questão da diferença sexual, das relações de poder entre homens e mulheres. Trabalhar com a história das mulheres, pressupõe o domínio de categorias analíticas para o entendimento das relações de gênero, perpassadas por relações de poder. Ao analisar a história das mulheres, sua participação nos grupos de oposição às ditaduras militares, estas categorias multiplicam-se em importância (COLLING, 2006, p.169).

No que tange a ditadura civil-militar, o apagamento da figura da mulher não é diferente. Nesse sentido Margareth Rago (2009, p.1) acrescenta que “não é demais lembrar, mais uma vez, como as mulheres estiveram presentes nas lutas de resistência às ditaduras militares implantadas na América Latina[...]”. Observa-se assim, que a historiografia, como afirma Pedro (2011), sofreu alterações ao longo do tempo e deixou de ser uma história escrita e contada apenas por homens, pois “assim como os homens, as mulheres são e sempre foram sujeitos e agentes da história” (LERNER, 2019, p.28). Tendo isso em vista, essa pesquisa visa contribuir com a visibilidade da mulher enquanto sujeita da história dos movimentos de resistência à ditadura no Brasil.

## **2. Os anos de 1970 e a ascensão de novos movimentos sociais**

A emergência de uma nova geração de movimentos sociais e o surgimento de novos personagens, como líderes sindicais e outras figuras estratégicas é revitalizado nos anos 1970 (MUTZENBERG, 2012). Esse período corresponde ao contexto de ruptura com o regime ditatorial e a busca pela redemocratização, no qual os movimentos sociais tinham um caráter espontâneo e autônomo e foram evidenciados como um fator essencial para a quebra do sistema político autoritário (CARDOSO, 1994). É caracterizado principalmente por movimentos trabalhistas e populares, assim como pela insurgência de novos movimentos, como os de gênero. Conforme a análise de Remo Mutzenberg:

Esse período (1970–1980) foi marcado pela (re)organização dos movimentos sociais, tradicionais e novos, revitalização do sindicalismo rural e urbano, com novas características expressas pelo que se denominou novo sindicalismo, formação de organismos de apoio

àquelas organizações, as ONGs, e a mobilização de distintas instituições da sociedade brasileira (MUTZENBERG, 2011, p. 129)

Especificamente no Brasil, na década de 1970, os movimentos sociais tomaram um escopo diferente, abrangendo diferentes categorias da sociedade em busca de participação política. Como afirma Cardoso (2008),

[...] os anos 70 trouxeram à cena (pelo menos em alguns países) uma camada popular mais participante. Setores sociais tradicionalmente excluídos da política passaram a se organizar para reivindicar maior igualdade, sentindo-se parte deste sistema político, embora sua parte mais fraca. (CARDOSO, 2008, p. 314).

A consolidação e o fortalecimento dos setores sociais e a busca pela redemocratização geraram uma notoriedade sobre o surgimento de novos instrumentos de participação, que até aquele momento não se via. Isto porque a ditadura civil-militar forçou o bloqueio de todos os espaços de representação popular (CARDOSO, 1994).

Nesse contexto de ditadura civil-militar a militância feminina sofreu forte repressão. Aguiar, Trombini e Gutierre (2019) destacam que nesse período as mulheres que pertenciam ao movimento feminino ou feminista, quando capturadas pelos aparelhos de opressão do Estado, eram presas e torturadas.

Diante disso, a década de 1970 marca o surgimento de um feminismo mais organizado e atuante na América Latina em meio ao contexto autoritário da época. Assim, “o movimento feminista é caracterizado pela diversidade de vertentes, que transitam entre lutas gerais e específicas promovidas pelas mulheres” (WOITOWICZ, 2014, p.2). Nesse sentido, é possível observar nesse recorte, a maneira como os movimentos sociais, em específico o movimento feminista, se organizavam, visto que havia uma luta contra as opressões impostas pela sociedade as mulheres, ao mesmo tempo em que lutavam pela redemocratização do Brasil.

Durante esse período, mulheres que participavam de movimentos sociais ou que tinham discursos de cunho político eram comumente associadas a um desvio de comportamento, além de ficarem sempre sob a sujeição de uma figura masculina. Marta Rovai (2013, p. 117) destaca que “nos registros das prisões, elas eram sempre apresentadas como esposas, filhas, amantes e irmãs de homens procurados pela polícia. Dificilmente tinham seu nome em destaque ou se acreditava que teriam sido tão ousadas”. Rovai (2013, p. 118) afirma ainda que:

A condição de comunistas era associada à imoral socialização de mulheres como propriedade coletiva, o que permitiria o respeito às que haviam ousado tomar o espaço público, abandonar desonrosamente o lar – e legitimaria, portanto, a humilhação e a violação de seus corpos nos porões dos órgãos de repressão.



Nesse sentido, é possível observar que a repressão contra as mulheres foi posta em prática direta e indiretamente e “as militantes de esquerda, assim como os seus companheiros, foram presas, torturadas, tiveram filhos sequestrados, foram mortas e também foram os alvos preferenciais da violência sexual praticada pelos militares” (DUARTE, 2011, p. 235).

Nessa perspectiva, Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff (2011) correlacionam a memória da resistência contra a ditadura ao feminismo, principalmente porque nas décadas de 1970 e 1980 houve uma intensa participação de mulheres no movimento feminista que lutavam contra regime civil-militar. Assim, as autoras destacam que as ditaduras militares que se instalaram no Brasil e em outros países da América Latina, além de serem conservadores, eram antifeministas e por isso “múltiplas e identificações comuns podem ser encontradas” (PEDRO; WOLFF, 2011, p. 401). **3.**

### **Resistência feminina no Recife: o Grupo Mulher Maravilha de Nova Descoberta**

Muitos dos movimentos contestatórios a ditadura civil-militar eram caracterizados como movimentos periféricos urbanos. Na década de 1970 o movimento feminino era oriundo principalmente dos grupos de bairros dos grandes centros urbanos. Assim é o caso do Grupo Mulher Maravilha (GMM), situado no bairro de Nova Descoberta, em Recife. A organização foi fundada oficialmente em 1975 por mulheres que não se conformaram com a situação de opressão que viviam diariamente, uma realidade que, naquele momento, refletia sobre toda a população brasileira. Rebecca Tarlau (2008) afirma que três atores externos nortearam a criação e as ações do grupo: a Igreja Católica, as organizações clandestinas e a pedagogia educacional de Paulo Freire.

Salienta-se primeiramente que a Igreja Católica foi uma importante instituição na luta pela garantia de direitos civis e sociais durante o regime civil-militar. Dessa maneira, o trabalho era direcionado para a camada mais pobre, onde, além de evangelizar, buscava-se uma melhoria das condições de vida da população. Essa prática recebeu o nome de teologia da libertação, pois “buscava aproximar a igreja do povo e combateras injustiças sociais, trabalhando junto dos oprimidos [...]” (CAVALCANTI, 2017, p.81). Para o GMM, a igreja foi importante principalmente porque as suas fundadoras estavam diretamente enredadas em organizações religiosas e usaram esses espaços, que naquele momento eram considerados seguros, para refletir sobre a sociedade e desenvolver consciência política, como afirma Tarlau (2008).

Rebecca Tarlau (2008) aborda também a relevância dos grupos clandestinos de esquerda para a fundação do Grupo Mulher Maravilha. Principalmente porque uma de

suas fundadoras, Lourdes Luna, teve contato direto com esses grupos e mesmo não fazendo parte dessas organizações, que denunciavam as práticas autoritárias do governo, recebeu orientação política. Nesse sentido, as organizações clandestinas contribuíram para a formação da consciência política e da capacidade intelectual de Lourdes, o que auxiliou indiretamente na organização do GMM.

A pedagogia freiriana, por sua vez, rege, desde o princípio, toda a metodologia de trabalho do Grupo Mulher Maravilha no que diz respeito ao processo de ensinoaprendizagem e de construção coletiva do conhecimento, principalmente por ser voltado para a educação popular. Dessa forma, o GMM incentiva a troca de experiências e a multiplicação dos saberes como meio de cooperação e transformação social.

O Grupo Mulher Maravilha recebeu esse nome devido ao seriado intitulado *Mulher Maravilha* que passava na televisão naquele período e tinha como protagonista uma mulher que para superar as adversidades fazia uso de poderes não humanos. Ao fazer uma analogia com a personagem central do seriado, as participantes do grupo de mulheres enxergaram elas mesmas como verdadeiras mulheres maravilhas, pois sem nenhum superpoder, enfrentavam as dificuldades na condição de mulheres oprimidas pertencentes a classe trabalhadora.

Nos encontros e debates do GMM havia uma diversidade de temas tratados pelas mulheres do bairro de Nova Descoberta e entorno. Entravam em pauta assuntos políticos do país como prisões e desaparecimento de pessoas, bem como se falava também sobre problemas locais como o lixo e a falta de creches. Dessa maneira, o Grupo acabou estimulando a criação novos grupos em outras comunidades e municípios. O GMM também contribuiu e atua no Sertão do Pajeú através do Grupo Mulheres de BenVirá, em Afogados da Ingazeira.

Desde o início, havia por parte do GMM a preocupação pela autonomia e emancipação das mulheres e para tal fim, buscavam gerar renda através da venda de produtos artesanais produzidas pelas próprias mulheres do bairro, sem deixar de lado a formação sobre política e cidadania. A ênfase dada pelo Grupo na busca por mudanças sociais e políticas era explícita. Tarlau (2008) afirma que muitas mulheres do Grupo não chegaram com uma consciência política desenvolvida, ao contrário disso, muitas nem mesmo queriam falar sobre política. O GMM assim, passou a ofertar cursos procurados pelas mulheres, como culinária e costura e exigia que também frequentassem aulas de cidadania, onde eram debatidos tema como reforma agrária, direitos humanos e democracia.

Em linhas gerais, o Grupo Mulher Maravilha tem como missão “lutar pela promoção dos Direitos Humanos numa perspectiva de gênero, raça e etnia, pelo acesso à cidadania da população vítima de exclusão social e empoderamento das mulheres para a construção de uma nova sociedade”. Como finalidade o GMM busca: 1) Desenvolver ações que promovem conexão entre as dimensões educativa, política e produtiva, lastreadas por atividades formativas e intercâmbio permanente desenvolvendo atividades de cunho pedagógico relacionadas à promoção e afirmação dos direitos à diversidade, princípio formal da igualdade; 2) Promover os direitos humanos, bem como outros direitos difusos e coletivos; 3) Promover a formação da consciência crítica para a construção e o exercício da cidadania; 4) Contribuir com a construção de práticas democráticas, comprometidas com a justiça social e a promoção da igualdade étnicoracial, social e de gênero e pela eliminação de todas as formas de discriminação, preconceito e segregação e outras correlacionadas com sua missão; 5) O Grupo Mulher Maravilha poderá impetrar, no caso da violação desses direitos, a devida ação pública, perante quaisquer instâncias da justiça brasileira, órgãos da justiça internacional e organismos de proteção de direitos humanos da OEA e ONU.

#### **4. Considerações finais**

A ditadura civil-militar brasileira representou uma série de retrocessos ao processo democrático que vinha sendo instalado no Brasil até 1964. Em contrapartida à violência, houve uma forte resistência que criticava o regime e apesar da forte repressão, os movimentos e organizações sociais se instrumentalizaram em busca da redemocratização do país. Assim, ao mesmo tempo em que o país vivia uma violenta repressão política, viase a emergência de novos espaços de luta. Nesse sentido, a década de 1970 é importante principalmente por representar a ascensão de novos movimentos sociais, como os de gênero, por exemplo.

Uma das características das organizações sociais desse período era a origem periférica urbana, assim observa-se que muitos movimentos populares advinham dos grandes centros urbanos. No contexto da militância feminina, a ditadura representou uma forte repressão na qual o sistema punitivo e de controle social buscava depreciar mulheres ligadas aos movimentos contestatórios.

Nessa perspectiva, o Grupo Mulher Maravilha de Nova Descoberta representa um histórico de luta e resistência no Recife contra o golpe civil-militar. O GMM atuou no bairro de Nova Descoberta e entorno a partir de suas ações e do engajamento das mulheres nos movimentos populares. As ações do grupo são regidas e desenvolvidas, desde o

início, pelo método de ensino-aprendizagem de construção coletiva e educação popular da pedagogia de Paulo Freire. O Grupo contou com o importante apoio da Igreja Católica e das organizações clandestinas que atuavam contra o golpe.

### Referências

- AGUIAR, Jéssica Carolina Aparecida de; TROMBINI, Maria da Cunha.; GUTIERRE, Maria Madalena Borges. Que bom te ver viva: vozes da resistência feminina na ditadura militar brasileira. **Revista Eletrônica de Letras** [online], v.12, n.12, edição 12, jan-dez 2019.
- ARAÚJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis (org.). **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.
- CARDOSO, Ruth. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, E. (org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1996.
- \_\_\_\_\_. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., (org.). **Sociedade política no Brasil pós-61** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 313-350.
- CAVALCANTI, Geane Bezerra. **Lutas e resistências dos moradores da periferia da cidade do Recife (1955-1988)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de história, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.
- COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. **História em Revista**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2006, p. 169-178.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles. Mulheres em guarda contra a repressão. In: PEDRO, Maria Joana, WOLFF; Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (org.). **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011. IHU-ON-LINE. **As mulheres e a ditadura militar no Brasil**. Entrevista especial com Margareth Rago, 2009. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/26400as-mulheres-e-a-ditadura-militar-no-brasil-entrevista-especial-com-margareth-rago>>. Acesso em 11 ago. 2018.
- LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.
- MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 203-220, 1997.
- MUTZENBERG, Remo. Movimentos sociais: entre aderências, conflitos e antagonismos. In: SINAIS –**Revista Eletrônica-Ciências Sociais**. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.09, v.1, junho, p.127-143, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Movimentos sociais no Brasil: Sentidos, desafios e perspectivas contemporâneas**. Instituto de Estudos sociais e econômicas. Moçambique: setembro, 2012.
- PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Revista Topoi**, v.12, n.22, jan-jun, 2011, p. 270-283.
- PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. **Revista História Unisinos**, v. 15, n.3, setdez, 2011, p. 398-405.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, a. 2013. p. 108 - 132.

SILVA, Angela Moreira Domingues da. **Ditadura e justiça militar no Brasil**: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980). 2011. Tese (Doutorado em história, política e bens culturais) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

TARLAU, Rebecca. **Mobilization during Dictatorship**: The role of outside actors in the mobilization of labor and community in Brazil. Undergraduate thesis in Sociology at the University of Michigan – EUA, 2008.

WOITOWICZ, Karina Janz. A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: Imprensa feminista e prática de ativismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. v.11, n.1, jan-jun, 2014.

## LUÍZA TÁVORA: A CONSTRUÇÃO E MONUMENTALIZAÇÃO DE UMA MEMÓRIA NO CEARÁ

Norma Sueli Semião Freitas<sup>183</sup>

### Resumo

*O presente trabalho tem como objetivo questionar a monumentalização da memória de Luíza Távora, primeira-dama do Ceará, durante as décadas de 1960 e 1980. Em nossos estudos, intentamos perceber como as construções sociais fazem parte das percepções do Brasil que o regime militar se empenhou em projetar. A partir dessa perspectiva, algumas perguntas basilares norteiam a pesquisa que são: com quais recursos Luíza teatraliza sua imagem pública e privada? Como é erigida e evocada a monumentalização de sua memória? Como as reverberações da sua imagem pelos espaços públicos: praças, escolas, rua, se fazem presentes na construção de sua memória? Daí buscamos perceber como Luíza joga com as condições identitárias de mulher, mãe, caridosa, sob o signo cristão, a fim de promover a emersão de uma imagem que, antes de ser cristalizada, é múltipla e se apresenta em camadas, cujas faces visíveis cintilam em torno de epítomes como gênero, política e religião.*

**Palavras-chaves:** gênero, política, memória

### 1 – Introdução

*Este artigo é fruto de nossa pesquisa de doutorado, cujo objetivo é questionar a monumentalização da memória de Luíza Távora, primeira-dama do Ceará, durante as*

---

<sup>183</sup> Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Estudante de gênero, política e religião no período da ditadura civil-militar no Brasil. Professora efetiva pela Secretaria Municipal de Educação (SME/Fortaleza).

*décadas de 1960 e 1980. Em nossos estudos, intentamos perceber como as construções sociais fazem parte das percepções do Brasil que o regime militar se empenhou em projetar. A partir disso, buscamos perceber como Luíza joga com as condições identitárias de mulher, mãe, caridosa, sob o signo cristão, a fim de promover a emersão de uma imagem que, antes de ser cristalizada, é múltipla e se apresenta em camadas, cujas faces visíveis cintilam em torno de epítomes como gênero, política e religião.*

Na perspectiva do gênero, sua percepção, por vezes, limitada ao feminino e presa às dimensões do corpo e da vida privada é superada por uma perspectiva que avança sobre os espaços públicos da política, da cultura, da religião. Essa compreensão renovada é tributária das conquistas de reconhecimento e legitimidade que as mulheres alçaram sobre a esfera pública. Por esse caminho, as questões de gênero, sobretudo os debates acerca das interfaces entre o masculino e o feminino, remetem ao viés simbólico, ou seja, ao campo das significações, e às mudanças nas relações sociais a ele interligadas, uma vez que gênero “é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p.81).

*Sob essa ótica, analisando os usos do passado, a monumentalização pode ser compreendida como um processo singular de invenção e fabricação histórica que necessita de “vigilâncias comemorativas”* (BRITTO, 2015, p. 212). A partir dessa premissa, a monumentalização precisa ocupar o espaço público e fazer com que o sujeito ou o evento monumentalizado se torne “visível à distância”. Em outras palavras, invenção e monumentalização não são gestos de significação opostos, mas estão longe de serem simétricos. Um monumento visível não quer dizer decifrável. Todo monumento traz em si algo da Esfinge de Tebas. Cabe agirmos como Édipo.

Por esse caminho, um monumento é mais que uma estátua ou um obelisco. O monumento é a ocupação da seara pública: uma rua, uma escola ou uma praça, eivadas de valores e sentidos, muitas vezes conflitantes, que reverberam acordos, disputas e tensões entre os distintos sujeitos que as imputam à sociedade. Tudo isso é considerado monumento porque toca o espaço e elabora (corroborar) uma visão específica do passado que elege sujeitos e eventos como marcos na trajetória histórica do lugar.

Nosso intento, portanto, é analisarmos as tramas da monumentalização da memória de Luíza Távora a partir de uma cultura histórica produzida, cuja memória é frequentemente evocada por meio de sua imagem, contribuindo para cimentar a força

política e às imposições de poder; uma construção mítica que prossegue por meio de um vetor de construto identitário: a monumentalização.

## **2 - Luíza Távora, “mãe dos pobres”:** a construção e os usos políticos de uma imagem.

Luíza Távora foi uma mulher de proeminência no campo das políticas públicas sociais durante os anos de 1963 a 1966, e de 1979 a 1982, períodos nos quais seu esposo, Virgílio de Moraes Fernandes Távora, governou o Ceará. Além de exercer o papel de esposa dedicada ao lar e ao cuidado com os filhos, desenvolveu ações de cunho social que lhe atribuíram destaque como mulher e como primeira-dama, contrariando, em certa medida, o padrão arraigado à nossa sociedade do arquétipo “homem-provedor e mulher rainha do lar” (MALUF; MOTT, 2008).

Ela participou inicialmente como mediadora e, depois, como encarregada dos projetos de assistência social de Virgílio Távora, – influenciando em suas decisões e divulgando sua imagem através das ações sociais que conduzia (ROCHA-COUTINHO, 1994) –, tendo em vista que o Estado passou a possuir o controle do processo em seu governo, enquanto, anteriormente, era a Igreja a principal articuladora das atividades de assistência à pobreza (ALENCAR JÚNIOR, 2006).

As demandas políticas que a nortearam no desenvolvimento de ações de cunho caritativo empreendidas por Luíza Távora criaram o cenário para que ela fosse apelidada de “grande mãe” e “mãe dos pobres”. Enquanto isso, “os meios de comunicação apresentando Virgílio Távora como o salvador” (AZEVEDO, 2002, p.64). Tal construção histórica permanece, conforme podemos perceber na matéria publicizada no jornal *O Povo*<sup>184</sup>, em 11/05/2014, como destaque da coluna política e intitulada “Dona Luíza Távora, ‘a irrepetível’: primeira-dama do Ceará duas vezes, ela foi a última ‘grande mãe’ da política cearense”. No decorrer da matéria Padre Luiz Rebuffini<sup>185</sup>, 82, fundador do Colégio Piamarta, uma das instituições que Luíza Távora beneficiou, destaca: “Todo mundo a chamava ‘a mãe dos pobres’” e, no fim da reportagem, finaliza: “Era um contato contínuo com a pobreza. E sempre com um sorriso nos lábios, uma compreensão enorme para os pobres. Eu a admirei como se ela fosse uma santa”.

---

<sup>184</sup> Esse jornal, um dos mais antigos e de grande circulação no estado do Ceará, foi de fundamental importância na divulgação e cobertura das ações realizadas durante a ditadura civil-militar em terras alencarinhas, contribuindo, assim, na visibilidade das políticas públicas, como, por exemplo, nas conduzidas por Luíza Távora naquele momento. E é interessante como ainda hoje percebemos a enaltação da primeiradama em questão.

<sup>185</sup> Padre Rebuffini foi um dos padres que celebrou a missa de corpo presente de Luíza Távora, quando da sua morte em 13/02/1992.

Em primeiro lugar, o grande simbolismo das palavras “mãe”, “santa”, remonta à Maria, mãe de Jesus, àquela que teve seu filho numa manjedoura, na pobreza, a que chega ao Pai, como grande intecessora de seus filhos e, nessa estrutura simbólica da monumentalização o Pai seria Virgílio. Luíza Távora, por seu turno, edificada como “mãe dos pobres” denota fragilidade e, ao mesmo tempo, fortaleza, remetendo, por conseguinte, certo ar de proximidade dos pobres a ela, como se também fossem seus filhos. Assim, a construção social de Luíza como “mãe dos pobres”, santa, fortalece os laços sociais pautados na caridade, no cuidado, no assistencialismo.

Em segundo lugar, ao pensarmos a questão da pobreza, a caridade e a repressão coexistem, ora de força ora de fraqueza, haja vista que “a caridade pública, objetiva muitas vezes a sua projeção social, o que se consegue através da imprensa e de seu registro em sermões, discursos (...), nomes de ruas e praças (..) independentemente do gênero, se homem ou mulher” (LAPA, 2008, p. 28). Destarte, quando Lapa (2008) perscruta a institucionalização do assistencialismo através da Igreja e do Estado em seus estudos, nos ajuda a pensar como tal relação é munida por dispositivos do universo político e da religião católica, que carrega em si uma série de encadeamentos socioculturais e históricos.

Desse modo, a análise dessa figura permite problematizar as relações entre público e privado, tendo em mente que as primeiras-damas “se lançaram na esfera pública a partir da sua condição de seres privados” (SIMÕES, 1985, p.10). Isso nos possibilita entender como são criadas normas de gênero e construídos discursos que mobilizam o feminino (mulher, mãe, caridosa) como parte de estratégia política, pois, um regime de exceção, como aquele em que Luíza Távora foi primeira-dama, não é permeado apenas por resistências, mas por meio do apoio, do aquiescimento de uma parcela da coletividade vigente.

Esse ponto de vista nos ajuda a compreender como a mobilização de identidades de gênero fomentou o apoio ao período de exceção, como forma de identificar os principais modos de construção e distribuição de discursos relacionados ao gênero, à moral, ao forte apelo religioso com conotação cristã e ideário anticomunista (DUARTE, 2014). Nesse cenário, Luíza Távora movimentava princípios éticos, morais e sociais concordantes com o sistema de valores da ideologia dominante; ao mesmo tempo nos permite entender como a figura da mulher aparece como constituinte de uma política dos afetos e da emoção, nesse caso, aliada ao processo de ereção da sociedade autoritária.



Logo, é essencial estarmos atentos ao modo como Luíza Távora aparece como “mãe dos pobres”, já que estamos diante de uma construção histórica e social ligada a um padrão específico de gênero que circulava à época, que, por sua vez, não se separa de valores católicos, assistencialistas, pertinentes ao modo de fazer política tradicional.

### **2.1 - nas suas palavras**

Eu nunca tive outra vida, isto tudo que as outras mulheres fazem: enrolar os cabelos, passar um creme no rosto, botar roupão, eu nunca fiz. Desde o primeiro dia em que me casei que o meu quarto era um escritório. Eu nunca tive a hora do almoço e do jantar só para a família. Pela manhã, na minha casa, sempre tinha os políticos, os prefeitos e os vereadores. Eu já amanhecia toda pronta. Se o Virgílio ia se vestir, os políticos iam todos para dentro do quarto. Quer dizer, o meu quarto, pela manhã, passava a ser a sala de Virgílio. Então, essa outra vida eu não sei, porque nunca tive (CARTAXO, 1988)

A fala acima se refere a uma entrevista publicada no jornal O Povo, cuja matéria intitula-se “Depoimento de uma grande dama”. Na reportagem, Luíza transita entre o público e o privado quando se mostra desprezada de sua vaidade, de sua privacidade, e atribue essa renúncia ao casamento. Na verdade, ela troca uma ideia de vaidade por outra. Não uma vaidade sobre seu corpo, mas tem sobre sua imagem. Luíza Távora escolhe apresentar-se como uma mulher pública e poderosa, capaz de lidar e conviver com o poder. Aliás, se por um lado o quarto, cujo lugar deveria ser o íntimo e particular do casal, constitui-se, em certa medida, em um lugar público reservado à política; por outro, nos remete ao privado quando os políticos adentram o quarto pela manhã. Além disso, em seu discurso não há momentos dedicados exclusivamente à família. Pelo contrário. Imprime em sua voz uma doação maior ao trabalho, à política, à vida pública de Virgílio. Por intermédio de sua fala, Luíza performa sua imagem recorrendo à simplicidade, à abnegação de sua vida pessoal, privada, e a imprime no público.

Esse ponto de vista demonstra um tensionamento que nos leva a refletir acerca das relações de gênero enquanto relações de poder, e nesse contraponto, a dominação não se estabelece apenas no masculino, mas constituído por meio dos jogos relacionais.

Com base nisso, analisar a atuação de Luíza Távora, a partir da construção de sua figura pública por diversos olhares, inclusive o próprio, nos leva a refletir como ela mobiliza as relações entre gênero, política e religião, no Ceará, durante as décadas de 1960 a 1990. Do mesmo modo, as relações entre o público e o privado estabelecidas por Luíza Távora como “mãe dos pobres”, “mãe dos filhos”, primeira-dama, gestora de ações do Estado e também do lar, integram os construtos sociais das teias da memória.

Simili (2008), ao estudar a figura de Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, presidente da República do Brasil, nos fornece embasamento para entendermos como se erige a fabricação de uma imagem pública, quando diz:

Na construção dessa mulher pública, é possível identificar aquilo que Darcy Vargas emprestou e deixou à disposição do Poder no Exercício do presidente: suas habilidades pessoais, sua simpatia, sua maneira de ser, enfim, "seus gestos, posturas, olhares e comportamentos da mulher que ela era". Desses e com esses materiais, foram elaborados seus poderes sociais, políticos e simbólicos", que ela utilizou no exercício de seu poder (SIMILI, 2008, p. 161).

Aqui se percebe uma apropriação e produção de significados para os corpos, gestos, posturas como capital político e simbólico no processo de construção da mulher pública, os quais foram transformados, assim, em instrumentos das relações de gênero (SIMILI, 2012, p.123). Isso nos leva a reflexão de como as relações de poder criam estratégias identitárias “que recrutam sua vontade própria, mas, afora isso, é tributária de construções da teia de identidades tecida por aqueles que o cercam”, afirma François Dosse (2015, p.320) e, ao mesmo tempo, as conduz na busca de uma personagem condizente com discursos, atos e imagens, aos olhos de si e dos outros.

Sposati (2002) destaca essa instrumentalização da memória como “‘a arte da política’ da esposa do político mostrando o caráter humanitário do governo, agindo como apêndice do governante para área de ação social sob ótica totalmente assistencialista” (SPOSATI, 2002, p. 09). A autora expõe que se trata de mulheres atuando, por vezes como coadjuvantes por outras como protagonistas, ou seja, com menor ou maior autonomia, mas agindo em apoio ao governo vigente. Percebemos, por seu turno, essa “carta branca” dada à Luíza Távora por Virgílio, em certa medida, e à cumplicidade que perpassa a esfera privada e atravessa a pública, quando ela menciona:

O Virgílio sempre me deu inteiro apoio em tudo o que faço, principalmente, porque sabe que procuro fazer as coisas certas. Endossamos, sem perguntas, qualquer ato um do outro. Quando, certa vez, inauguravam o retrato seu numa obra, ele pediu para que colocassem o meu, já que fora eu quem tocara aquela obra do começo ao fim. O retrato foi trocado. Conto esse fato, um entre muitos, para demonstrar a segurança e o desprendimento do meu marido (CARTAXO, 1988).

Nas narrativas articuladas por Luíza podemos perceber um culto a autoimagem quando menciona que o retrato de Virgílio foi trocado pelo seu. Ao mesmo tempo, ela tenta empregar um tom de benevolência no trabalho exercido em prol do povo e chega a destacar que toda essa “bondade” vem de berço quando afirma que seu “vovô achava que quem não vivia para servir não servia para viver. Mamãe seguiu isso desde pequena, muito antes de conhecer papai” (Jornal *O Povo*, 11/05/2014). Daí que o legado de Luíza aparece como àquele que a liga ao cuidado com os filhos e à prática da caridade, de ajuda

aos combalidos de toda sorte e do amor cristão ao próximo, valores de uma família adepta do catolicismo (MEDEIROS, 2012) e não como “obrigação” de primeira-dama, como ela emprega em sua fala, a seguir:

Gosto sempre de repetir que mulher de governador não é governadora. Não tem obrigação de fazer nada. Isso de primeira-dama é coisa transitória. Melhor ser uma grande dama que é coisa permanente, como diz minha irmã Nícia. Portanto não se deve cobrar, nem falar mal de uma primeira-dama que não chegou a realizar aquilo que os outros acham que ela deveria fazer. (BRASILEIRO, 1983)

Dessa maneira, a construção simbólica da imagem pública de Luíza Távora que predomina no imaginário coletivo – também constituída da fala/apresentação de si – de referencial de primeira-dama, benevolente, “mãe dos pobres” faz parte de uma elaboração social em torno de sua memória. Além de uma grande dama, ela busca representar um modelo padrão da mulher de elite do Ceará, casada, mãe de família, católica; e como parte das políticas de gênero, as tramas da monumentalização de sua memória, de sua imagem, dos gestos, dos discursos, das práticas, arquitetam-se os usos sociais que se carregam de significação. Ora, no meio as narrativas de memória com enfoque na forma que Luíza se autoapresenta, se por um lado percebe-se a imbricação de práticas e representações constituídas por aspectos socioculturais e políticos; por outro lado, “(...) a escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a ‘sua verdade’”(GOMES, 2004, p.14).

Diante do exposto, os estudos de Patrícia Pereira Nascimento (2019) em “Nunca fui primeira-dama” nos ajudam a pensar no processo de monumentalização dessa memória, ao argumentar que “pelo ato da escrita, nossas histórias de vida condizem à uma forma de resistir à morte e ao esquecimento e chega à conclusão de que escrevemos para inserir-nos na linha de transmissão intergeracional” (NASCIMENTO, 2019, p.67).

## **2.2 – nas palavras dos outros**

No campo das representações coletivas, François Dosse (2015) expõe como o ser político busca fabricar uma imagem pública por ele próprio e pelo o olhar dos outros, cujos “*usos icônicos são absolutamente essenciais*” (DOSSE, 2015, p.315) no processo de construção de personalidades significativas no campo da memória.

Sob esse prisma, a imagem pública de Luíza Távora também é construída pelas palavras dos outros, haja vista que há uma personificação de sua figura na memória coletiva produzida pelo discurso midiático, sobremaneira, pelos jornais, devido a sua estreita relação com a imprensa local. Atrelado a isso, essa fabricação simbólica que enreda sua trajetória, sua imagem, também se faz presente nos discursos políticos:

Da mãe, a saudosa, Dona Luíza Távora, nosso inesquecível companheiro

[Carlos Virgílio] recebeu a lição da generosidade humana, do sentimento fraterno, do amor ao próximo, virtudes que a imortalizaram como a eterna Primeira-Dama no coração e na saudade do povo simples que ela tanta amava. (Presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, *in* BRASIL, 2001, p.702)

[...] [Virgílio Távora] [e]ra casado com uma mulher que acompanhava *pari passu* a peregrinação do esposo, Luíza Távora, digna também de reconhecimento pelo amparo dirigido aos mais necessitados, dando efetivo cumprimento a sua frase tradicional: “O nosso trabalho de ação social é um ato constante de amor ao próximo” (Deputado José Linhares *in* BRASIL, 2001, p.718)

Os referidos discursos integram à sessão solene de homenagem póstuma ao filho de Luíza Távora, Carlos Virgílio, Deputado Estadual, realizada em 22 de março de 2001, na Câmara dos Deputados do Ceará. Na ocasião foi exaltada sua personificação como mãe, esposa, primeira-dama, e aspectos como os de caridade e amabilidade, elementos que propiciam sentimento de pertencimento e aproximação do povo.

Sobre o assunto, o depoimento abaixo comunga com tal premissa:

O Ceará é visto, pois, da seguinte maneira: - antes de Luíza e depois de sua incansável atividade em prol dos desprovidos de recursos econômicos. Mas, seja como for, indiscutivelmente, Luíza sempre visou, acima de tudo, a dignidade humana. É muito amplo o elenco de sua profícua ação em tudo que diz respeito ao campo vastíssimo da ação social, em cujo trabalho não faz discriminação de natureza ideológica, fisiológica, religiosa e política. A todos se dedica sem fronteiras, isto porque, o seu imenso trabalho se volta, exclusivamente, para dignificar a pessoa humana (BRASILEIRO, 1983). O mencionado relato dá destaque ao trabalho dispendido pela primeira-dama com a preocupação de frisar que era feito sem qualquer discriminação, ao mesmo tempo que faz uma separação temporal de “antes” e “depois” de Luíza na condução das políticas públicas sociais no Ceará. Ademais, há uma busca de manter sacralizada sua imagem, pois há uma tentativa de dissociar o “lugar” de Luíza do lugar do marido, isto é, de um governante em um regime ditatorial. No entanto, não podemos perder de vista que a política assistencialista conduzida pela primeira-dama fazia parte da “cortina de fumaça” que buscava amainar a real situação da população cada vez mais marginalizada na periferia de Fortaleza (AZEVEDO, 2002, p.58), enquanto o governo destinava o dinheiro público para a realização de obras faraônicas vinculadas aos interesses das elites, desconsiderando as reais necessidades do povo naquele momento.

Em face do exposto, o depoimento abaixo do ex-deputado Aquiles Peres Mota, compactua com a ideia de que mesmo após o falecimento de Luíza, busca manter no imaginário coletivo uma imagem ilibada da primeira-dama como parte da monumentalização de sua memória, construída com o argumento da caridade para com os “menos favorecidos”:

Com a mesma naturalidade que andava de pés descalços nas favelas, Luíza Távora circulava nos salões da burguesia do Estado. Tinha uma preocupação especial com as crianças, mães solteiras, menores, **prostitutas** e velhos. Seu trabalho não tinha o peso da fadiga nem da tibieza. Era executado. A ação político-social de Luíza não ficava restrita às fileiras do seu partido. Atendia a

qualquer um independente da cor partidária. Perdemos a grande personalidade feminina dos últimos 40 anos. A partir de hoje, o Ceará fica mais pobre (TRIBUNA DO CEARÁ, 1992a) [*grifo nosso*].

Em uma primeira análise, o jornal alternativo Mutirão, no que tange a essa “preocupação” com as prostitutas externada no texto supracitado, apresenta registro dissonante em relação a essa invenção da memória e demonstra como uma construção jamais é blindada quando submetida ao olhar do outro. O jornal concedeu voz em suas breves páginas às mulheres do Farol, bairro pobre e de elevada prostituição, perante a uma matéria publicizada em um dos jornais de grande circulação, O Correio do Ceará.

Esse jornal publicou em 03/12/1979 uma reportagem intitulada “Dona Luíza quer salvar as crianças; nos sorrisos de uma noite de amor a vítima é o menor; queda e morte do ‘carral das éguas’”. A matéria foi publicada após visita da primeira-dama ao bairro. Na ocasião seriam abordadas as necessidades dos moradores, especificamente, sobre a questão de fornecimento de água, creche e possível desapropriação dos moradores, segundo os habitantes do Farol. Todavia, ao se depararem com a discrepância da reportagem, as mulheres procuraram o jornal Mutirão pedindo espaço de refutação e acusaram Luíza de mentirosa. Após a escuta dos depoimentos, o Mutirão anunciou a seguinte manchete de capa: “Moradores do farol revoltados com Luíza Távora”, precedida da matéria “Dona Luíza mentiu”. No texto de abertura, encontramos a revolta dos moradores estampada em forma de escrita:

Diariamente os jornais que recebem subvenções do Governo Estadual vem divulgando as visitas de dona Luíza Távora, ‘primeira dama’ do Estado, a alguns bairros de Fortaleza, aparentemente em forma de matéria paga (apesar do tom de ‘reportagem’ com que seus autores procuram revestir os acontecimentos). Uma dessas reportagens, contudo, pela ênfase com que abordou uma visita da ‘primeira dama’ ao Farol, provocou revolta entre os moradores da área, incluída pela matéria no plano de ‘desfavelamento’ do Governo. (...) A conclusão das mulheres do Farol, que procuraram MUTIRÃO para dar sua versão dos acontecimentos: ‘foi um amontoado de mentiras desrespeitosas’. Todas se sentiram insultadas mais uma vez e considerando o fato mais grave porque o insulto partiu da ‘primeira-dama’, a mulher do governador do Estado. (MUTIRÃO, 1980, p.4)

Conforme os depoimentos das mulheres que sucedem à matéria, elas evidenciaram que a primeira-dama não deu atenção as reais necessidades delas. Pelo contrário. Demonstrou mais interesse em saber quanto elas ganhavam com a prostituição. Como repercussão dessa tiragem, Virgílio adquiriu todos os exemplares impressos contendo a matéria, proibiu a impressão do jornal nas gráficas do estado e passou a perseguir o jornal (BIZERRIL, 2019, p. 120-121).

Pelo viés de uma segunda análise, podemos perceber a constituição da imagem de uma primeira-dama como uma mulher simples – perfil que a “aproxima” do povo, a partir de uma imagem idealizada dela – e personalidade única, uma vez que circula entre o público (favelas) e o privado (fileiras do seu partido). Outrossim, a sua perda é representada por uma construção própria de seu “capital político” (BOURDIEU, 2003) ligada à área social e a condução de demandas populares, quando afirma que “o Ceará fica mais pobre”, pois há uma perda simbólica da “personalidade feminina” que “olhava para os menos favorecidos”. Por esse lado, Torres (2002) especifica:

(...) a assistência social é associada à bondade dos governantes pelas mãos ‘generosas’ das primeiras-damas. (...) Na verdade, a relação de dominação, sob o eu do paternalismo que as primeiras-damas mantêm com os usuários dos serviços sociais, constitui uma face cruel da opressão que conduz à passividade, tratando esses usuários como seres dependentes desse tipo de serviço. (TORRES, 2002, p. 93)

Tal prerrogativa pode ser apreendida pelas vozes que ecoavam à época, a seguir:

Para essa gente humilde que a nominou “**mãe dos pobres**” costumava abrir as portas de seu endereço a qualquer hora do dia. Quando primeira-dama, a Sra. Távora costumava deixar circular entre os “socialites”, em palácio, a petizada carente que assistia. (TRIBUNA DO CEARÁ, 1992b) [*grifo nosso*]  
A morte de Luíza é uma perda para o Ceará e seu povo, pois ela foi a grande figura feminina do Estado, nos últimos tempos. Era uma mulher de fibra e grande companheira de Virgílio Távora. Era a **mãe dos pobres**, amada e respeitada por todos, principalmente por aqueles menos favorecidos pela sorte (TRIBUNA DO CEARÁ, 1992a) [*grifo nosso*]

Percebe-se em ambos os depoimentos, que a invenção identitária de Luíza Távora como “mãe dos pobres” é forte no imaginário coletivo. Janaina Cordeiro (2009), entretanto, pondera sobre essa edificação, alertando que se deve atentar que se trata:

[d]o próprio discurso dos grupos femininos de acordo com o qual, as mulheres surgiram na vida pública do país como *mães, esposas e donas-de-casa* preocupadas com a crescente *infiltração* comunista no país. Ora, nada mais *apolítico* do que a palavra *mãe* e, portanto, esta ‘categoria’ representaria uma certa coesão social, uma aliança entre o público e o privado. (CORDEIRO, 2009, p.23).

Concernente ao assunto, no depoimento seguinte podemos perceber que há um discurso recorrente de benevolência e de relação “afetuosa” nas instâncias públicas estabelecidas pela primeira-dama. Além disso, a fala nos leva a indagar, quais as outras cidades interioranas que Luíza Távora aparece com tanto destaque na feitura de suas obras sociais, tal como em Fortaleza. Vejamos:

(...) Querida, unanimemente, pelos seus comandados, contava com eles, irrestritamente, toda vez que diligenciava, no sentido de objetivar alguns dos seus projetos, na intenção de melhorar as condições de vida das pessoas pobres da periferia de Fortaleza. Daí, o sucesso, precedentes, que teve ao executar, paulatinamente, com firme determinação, o seu grandioso plano de assistência

social, nesta capital e em algumas cidades interioranas, ou adaptação de prédios próprios, onde passaram a funcionar com pleno sucesso. (PINHEIRO, Livínio V. *apud* BARRETO, 2000, p.129-130)

Dessa forma, percebe-se uma prevalência da força do privado sobre o público, quando as evocações das condições de mãe, esposa, católica fazem frente a mulher da política. Isso a partir da perspectiva que a política enquanto campo de forças é atravessada, a rigor, por relações de poder, de gênero, ao mesmo tempo que o poder não é sinônimo de violência, opressão, mas constituído também por relações afetivas, culturais. Em vista disso, no processo de elaboração da personalidade pública de Luíza Távora sobressai-se no imaginário coletivo uma grande mobilização das sensibilidades, formas de reconhecimento e socialização, entendendo-se que essa prerrogativa dá-se pela própria constituição do poder como uma relação social capilarmente construída e movida por interesses e forças diversas.

### **2.3 - nas imagens**

“Os mortos não se vão, ficam conosco na saudade de quem sempre e para sempre, dentro de nós, os encerrou” (BARRETO, 2000, p.339). Essa frase é umas das que encerram a biografia de “Luíza Távora, uma legenda” de Maria Adelaide Fléxa Dalto Barreto (2000). Aqui a tomamos de assalto com vistas a refletir como a memória é mobilizada no processo de edificação e manutenção da monumentalização da memória de Luíza. Ao levantarmos essa questão, buscamos entender como as imagens são repensadas, revividas, a partir da ideia de que cada uma é elaborada em seu tempo e espaço, cuja representação dos fragmentos e realidades históricas é debruçada no imperativo de uma narrativa real, de um discurso peremptório que julga falar em nome do real (CERTEAU, 2016), ao mesmo tempo que integram o aparelhamento do Estado para fins de dominação no imaginário coletivo.

Numa primeira reflexão, o ideário das relações de poder no processo de fabricação da imagem de Luíza deve ser entendido como um discurso que vai para além da fala e da escrita, isto é, as estruturas arquitetônicas também constituem os dispositivos que formam o sujeito. Essa trama em torno do imagético de Luíza nos impulsiona a alguns questionamentos: que papel a imagem associada à beleza desempenha no caso das primeiras damas? A partir desse ponto de vista, o que dizem sobre Luíza? Sobre o assunto, estas foram algumas frases proferidas pela população como manifestação de despedida, quando da sua morte em 13/02/1992:

**Ela está bonita como sempre foi.**

Dona Luizinha era uma santa.

Com certeza, nossa protetora está no céu.

Ficamos sem a nossa mãe [BARRETO, 2000, p. 335]. (*grifos nossos*)

Os pronunciamentos apresentam Luíza com atributos femininos ligados desde à beleza, passando pela santidade, até a evocação dela pelo instinto protetor, o maternal, o que não podemos dissociar de uma forma de hierarquização estabelecida: a de mãe. Podemos perceber, por sua vez, como existe estabelecido no imaginário coletivo a ideia de um modelo padrão preestabelecido de beleza, de mulher, de primeira-dama, que é cobrado/enaltecido pela sociedade, como ocorreu, por exemplo, com a matéria veiculada pela revista *Veja*, em 20/abril/2016, com o título “Bela, Recatada e do Lar”, referindo-se a Marcela Temer, esposa de Michel Temer, presidente da República à época.

A reportagem evoca características de conservadorismo, feminilidade, beleza, maternidade, dotes domésticos, traços projetados para determinar a imagem de uma mulher “ideal” em uma sociedade machista e patriarcal. Em contrapartida, trazendo à tona questões frequentemente veladas sobre os lugares do feminino “Dilma Rousseff [*ex-presidenta do Brasil*] é tomada como o avesso, pois é vista como uma mulher destemida, independente, militante e que enfrentou muitos obstáculos para chegar ao posto mais importante do país” (MOTA, 2017, p.12). Outras matérias publicizadas surgiram contrapondo a imagem de Marcela e Dilma, provavelmente pela proximidade espaçotemporal e por serem mulheres políticas, no qual percebemos uma imbricação da questão de política e de gênero.

Essa é uma faceta do primeiro-damismo que, ao mesmo tempo que representa uma instituição que serve para dá credibilidade ao governo, ocupa um espaço de poder e ancora-se numa cultura machista ligada à aparência. Por esse ângulo, Luíza Távora traz a construção de sua imagem como algo que não dá muita atenção, sempre buscando destacar que seu trabalho à frente da presidência e execução dos projetos sociais realizado na Legislação Brasileira de Assistência (LBA), é até mais importante do que a presença do então Presidente da República em sua casa, como podemos perceber algumas dessas questões, a seguir:

A preocupação com roupa não dá na minha cabeça (BARRETO, 2000, p.116).  
Visito ou recebo até a rainha da Inglaterra, do jeito que sou (BARRETO, 2000, p.116).

Detesto protocolo. Se o sapato me aperta, me livro dele onde quer que eu esteja. O Presidente Castelo Branco se hospedava em nossa casa. Eu, então, mostrava o lugar de cada coisa que ele poderia vir a precisar e ia dar meu expediente na LBA (BARRETO, 2000, 117).

No tocante ao assunto, Daniel Roche em sua obra “A cultura das aparências: uma história da indumentária” (2007), quando traz em seus estudos a análise do mundo da moda francesa contemporânea, não está preocupado com as futilidades que permeiam



esse cenário, mas nas possibilidades de investigação dos aspectos políticos, sociais e econômicos. As variadas categorias de análises que se apresentam nesse contexto, esclarece o historiador, permitem analisar nas mentalidades e nos comportamentos toda uma construção pelo ato de se vestir, de se apresentar, tendo em vista que são mecanismos da sociedade e instrumentos de representatividade de si.

Nesse sentido, destacamos a matéria abaixo no qual Luíza aparece em uma ocasião festiva em Brasília, usando um vestido de renda, bem como a anfitriã:

Luíza Távora veio a Brasília comandar a exposição do Artesanato do Ceará, quando reuniu na residência de Nice Marçílio um punhado de amigas para um desfile e mostrar o belíssimo trabalho cearense. Foi uma movimentadíssima tarde. Luíza veio desta vez bem mais magra, usava um bonito vestido de renda preto e a anfitriã [Sic] (Nice), também de renda do Ceará num bege muito alinhado (CORREIO BRAZILIENSE, 1980, p.19)

A primeira-dama, sobretudo, ao aparecer usando o elemento da tradicional cultura cearense, a renda, apropria-se e valoriza o objeto em questão, mas ela também se valoriza ao incorporá-lo, pois além de trazer feminilidade, passa a construir uma imagem de si e de proximidade com o povo. “A ilusão de intimidade com o povo é necessária”, afirma Peter Burke (2009, p.213) e, aqui, percebe-se a ênfase social voltada para sua imagem como um símbolo da cultura das aparências. Sob esse viés, há mudanças de indumentárias de Luíza nos dois governos de Virgílio que acompanham as vicissitudes sociais, culturais e políticas, de modernidade, tendo em vista que as roupas, por vezes, também variam no tempo e no espaço?

Outra questão que trazemos em nossa análise refere-se ao processo de monumentalização da memória de Luíza por meio da cultura histórica produzida por meio da “Praça Luíza Távora”, a Rua Luíza Távora em Itaitinga, escolas públicas e privadas com o nome dela. Ainda hoje existe o Colégio Piamarta e o Restaurante Escola Luíza Távora mencionado em sua biografia:

Na ocasião, seu corpo[de Luíza] saíra da capela de Nossa Senhora da Assunção, do Colégio Piamarta. O Colégio fechou suas portas em sinal de luto, colocando na porta da entrada do ‘Restaurante Luíza Távora’ uma placa avisando que a comunidade se encontrava consternada com a morte de sua benemérita’. (BARRETO, 2000, p.335)

Atualmente, o referido restaurante ainda continua em funcionamento e traz em sua página virtual a seguinte apresentação: "Tradicional restaurante de comida brasileira em Fortaleza, com ótima localização, ambiente agradável, ambiente familiar. Com quase 40 anos de existência, parte da renda é utilizada para fins filantrópicos que atende crianças e adolescentes em situação de risco". Outro monumento é erigido em homenagem a memória de Luíza, em 22/dez/2017, cuja reportagem estampada na página oficial do

governo do Ceará, anuncia: “Inauguração do centro de rendeiras Luíza Távora em Aquiraz criado para movimentar a economia”, e continua no corpo da matéria:

Um espaço para a produção da arte cearense, gerando empregos, atraindo turistas e movimentando a economia. Quem passar pelo novo Centro de Rendeiras Luíza Távora, na Prainha, no município de Aquiraz, vai encontrar uma grande variedade de obras com renda de bilro, renda filé, bordado ponto cruz e labirinto. O equipamento, formado por 38 boxes, foi inaugurado na noite desta quinta-feira (21), em evento com a presença do governador Camilo Santana e da primeira-dama do Ceará, Onélia Santana (SAMPAIO, 2017, p.1).

Nesse ponto, o presente estudo não se trata de um trabalho de confirmação da memória de Luíza, nem tampouco para detoná-la, mas um exercício de pensar e analisar como essa memória foi erigida. Ao mesmo tempo, refletir como a memória atua nas relações de mudanças e permanências dos jogos de poder, por meio dos seus discursos, falas, fotografias, filmes, imagem, emoções; e como opera, repercute a ordem do discurso em torno desses objetos, imbricados pelo ordenamento público e particular. Sendo assim, as reverberações da sua imagem pelos espaços públicos: praças, escolas, ruas, restaurantes, integram a monumentalização de sua memória.

### **Referências Bibliográficas**

ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. *Virgílio Távora: O Coronel modernizador do Ceará*. 2006. 325f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós -Graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), Universidade Federal do Ceará. 2006.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Sessão solene*, de 22 de março de 2001. Homenagem póstuma ao ilustre Deputado Carlos Virgílio Távora. Fortaleza, CE: Câmara dos Deputados, 2001, p.701-737. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/plenario/notas/solene/hv220301.pdf>. Acesso em: 28.03.2021.

BRASILEIRO, Núbia. Luíza Távora – Depoimento. *O Povo*. Fortaleza, 06 ago. 1983. Suplemento Fame

BRITTO, Clovis Carvalho. “Petrificado fiquei! Ainda hoje, até agora”: usos do passado, memória topográfica e monumentalização do poeta João Sapateiro em Laranjeiras/SE. *História, histórias*: Brasília, vol. 3, n. 6, 2015.

BURKE, Peter. *A Frabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CARTAXO, Jorge Henrique. Confissão de uma Grande Dama. *O Povo*, Fortaleza, 24 jul.1988.

CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2009.

CORREIO BRAZILIENSE. Coluna *Variedades*, Brasília, 04 nov. 1980.

DUARTE, Ana Rita Fonteles & LUCAS, Meize Regina (orgs). *As mobilizações do gênero pela ditadura militar brasileira: 1964 -1985*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014.

MALUF, M.; MOTT, M. L. Recônditos do mundo feminino. In: F.A. Novais & N. Sevcenko (orgs). *História da vida privada no Brasil 3 – República: da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MEDEIROS, Moíza Sibéria Silva. *Primeiro – damismo no Ceará: Luíza Távora na gestão do social*. 2012. 138f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Mestrado Acadêmicos em Políticas Públicas e Sociedade, Fortaleza, 2012.

MOTA, Maria Aparecida Dos Santos Mota. *“Bela, Recatada e do Lar”*: Gênero, Política e Redes Sociais. 2017. 92f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2017.

MUTIRÃO. *Moradores do farol revoltados com Luíza Távora*. Nº 19, de 01 a 15 jan.1980.

NASCIMENTO, Patrícia Pereira. *Nunca fui primeira dama: autoficção e memória na reconfiguração de uma nação*. 2019. 96 f. Dissertação (Mestrado em Letras – Literatura e Práticas Culturais) – Programa de Pós-Graduação em Letras, UFGD, Dourados-MS.

PONTES, Bruno. *Dona Luíza Távora, a irrepetível*. Jornal O Povo, Fortaleza (CE), 11/05/2014.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROCHE, Daniel. *A Cultura das Aparências: uma história da indumentária (séculos XVII - XVIII)*. São Paulo: SENAC, 2007.

SAMPAIO, Thiago. *Inaugurado o Centro de Rendeiras Luíza Távora que vai movimentar a economia em Aquiraz*. Fortaleza, CE: 22/dez/2017. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2017/12/22/inaugurado-o-centro-de-rendeiras-luiza-tavorahttps://www.ceara.gov.br/2017/12/22/inaugurado-o-centro-de-rendeiras-luiza-tavora-que-vai-movimentar-economia-em-aquiraz/que-vai-movimentar-economia-em-aquiraz/>. Acesso em: 03/04/2021

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SIMILI, Ivana Guilherme. Políticas de gênero na segunda guerra mundial: as roupas e a moda feminina. *Acervo*, RJ, v. 25, nº 2, p.121-142, jul/dez.2012.

SIMILI, Ivana Guilherme. *Mulher e Política: A Trajetória da Primeira- Dama Darcy Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Editora UNESP. 2008.

SPOSATI, Adailza. Prefácio. In: TORRES, Iraildes Caldas. *As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder*. São Paulo: Cortez, 2002.

TORRES, Iraildes Caldas. *As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e de poder*. São Paulo: Cortez, 2002.

TRIBUNA DO CEARÁ. Fortaleza, 14. fev. 1992a

TRIBUNA DO CEARÁ. Fortaleza, 15. fev. 1992b

## **TECENDO OS FIOS DA MEMÓRIA: A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE CAPOEIRAS E A CONSTITUIÇÃO DO PODER LOCAL (1963-1965)**

Lucas Bezerra Vilela<sup>186</sup>

### Resumo

A emancipação política do Município de Capoeiras-PE, ocorreu num momento peculiar da história do Brasil, compreendendo o momento das vésperas da ditadura empresarialmilitar no Brasil. Nessa conjuntura, cabe destacar o contexto da Lei estadual nº 4998 aprovada em 21 de dezembro na ALEPE e assinada em 1 de janeiro de 1964 pelo governador do estado de Pernambuco na época, Miguel Arraes de Alencar. Nesse mesmo ano, Capoeiras deveria ter se tornado independente do Município de São Bento do Una, fato que não ocorreu de imediato. Nessas circunstâncias, este trabalho tem como principal foco analisar o contexto político local no período que se segue entre 1963 a 1965, a partir da investigação que abrange a constituição do poder local e as condições favoráveis e desfavoráveis no cenário político local ao evento da emancipação política do município em questão, momento esse marcado pela atuação da Lei nº 4998. A pesquisa se volta para a questão do processo de emancipação na cidade de Capoeiras, tentando entender as problemáticas nela envolvidas. Dentre essas, está a nomeação de um prefeito que não pôde assumir o cargo, e uma Lei que emancipou 61 municípios de uma só vez em dezembro de 1963. Por ser um período que gera muitos questionamentos na própria cidade, se vê como importante as informações e discussões colocadas no intuito de abrir o debate historiográfico sobre o período e contribuir para a História local.

**Palavras-chave:** Emancipação. Capoeiras. História local.

---

<sup>186</sup> Graduado em História pela Universidade de Pernambuco-UPE

## INTRODUÇÃO

A cidade de Capoeiras, cujo nome tem origem indígena – capoeira – relativo a mato fino, é localizada no estado de Pernambuco, à 232 Km da capital Recife. Na sua geografia física, ela fica no planalto da Borborema, numa região de caatinga. Sobre os dados demográficos, o mais próximo temporalmente encontrado que remeta a pesquisa (1963/65) foi o de 1972 em que consta uma população de 18.038 mil habitantes, sendo 1.524 na zona urbana e 16.514 na zona rural<sup>187</sup>.

O que se sabe do interior brasileiro, e especificamente pernambucano, é relativamente pouco, devido substancialmente a uma cultura que pouco se fixa em preservar informações para a posteridade. Essa cidade a qual se remete aqui, foi uma vila integrada ao município de São Bento do Una desde 1901, chegando ao status de cidade apenas em 1963. As regiões interioranas têm algumas características em comum, como a economia voltada para feiras, comércio de varejo, pecuária e agricultura. A terra no interior do estado de Pernambuco (assim como em boa parte do Brasil) é algo de extrema importância na vida cotidiana, pois é nela que primordialmente se volta as principais atividades econômicas além de representar distinções de poder/status entre a população.

De modo geral, Capoeiras não foge à regra, é uma cidade pequena e que tem desde seu princípio a feira livre, especificamente a feira de gado como principal motor da economia. Isso se dar pelo fato de a atividade da pecuária ser muito expressiva em todo território de Capoeiras. Sendo assim, diversos produtores rurais, de cidades vizinhas e região, frequentam semanalmente as feiras livres, muitas vezes denominada como feira de gado de Capoeiras. Outro fator que possibilita esse movimento expressivo da “feira de gado” no município de Capoeiras é sua localização, por fazer fronteira com várias cidades sertanejas, como também de cidades que escoam bovinos para a região.

Com isso, a feira de gado de Capoeiras é reconhecida na região (agreste/sertão) como a melhor “feira de gado”. Outro aspecto relevante da cidade em questão é sua relação com a figura de Frei Damião, que encontrou em Capoeiras muitas visitas fervorosas. Foi na cidade de Capoeiras onde Frei Damião realizou sua última missa, fato este que incentivou os governantes da cidade a construir uma estátua em sua homenagem. Portanto, esse espaço de religiosidade se tornou uma das principais características da cidade, assim como sua agricultura de subsistência e pecuária, com destaque para os bovinos.

---

<sup>187</sup> Dados encontrados no livro local de Albérico Bezerra de Melo, Capoeiras paz e dinamismo, 1978.

Capoeiras passa cerca de 60 anos em condição de vila, até realizar seu desligamento com São Bento do Una. Uma coisa que naturalmente se percebe é a escassez de informações acerca dessa história municipal, pois, as informações, em sua maioria, são inexistentes ou dúbias. Aparentemente, isso ocorre devido as administrações dos registros não serem feitas com um cuidado e zelo adequado, isso ocorre de modo geral na história brasileira. Sendo assim, esta pesquisa recorreu a registros do IBGE e a alguns escritos locais para alcançar algumas informações.

É possível afirmar também, e será visto adiante, que em Capoeiras havia comerciantes de tecidos que eram os únicos que tinham tal prestígio, não ficando restrito somente a monocultura, assim como também as mercearias com venda de suprimentos. Em relação ao tamanho da cidade, após sua emancipação teria de duas a três ruas e nenhuma estrada de rodagem, prevalecendo o transporte com animais <sup>188</sup>. E como evidentemente foi a realidade brasileira, na década de 1960 a maioria da população da localidade era analfabeta<sup>189</sup>

Este trabalho surgiu de um desejo de conhecer um pouco mais o que acontece no interior do estado de Pernambuco através da história local. Primeiro que dificilmente encontra-se pesquisas desse tipo, e segundo que a maioria encontrada pouco aprofunda as questões ou simplesmente não está comprometida com uma metodologia aos moldes da pesquisa histórica.

A pesquisa de uma certa localidade é pouco estimada no meio acadêmico, mas de grande valor para quem pesquisa, pois está sendo colocado uma tentativa de contribuição para um tema que não tem sido catalogado de forma específica. Durante muito tempo, permaneceu o pensamento de que quem pesquisasse o local estava fazendo um trabalho inferior daquele que se voltasse para uma questão de âmbito nacional. Entretanto, a história, como sempre, está passando por transformações. Tem-se na atualidade uma vastidão de possibilidades e não é preciso se restringir a uma forma ou um tipo de abordagem.

Dito isto, e sabendo da escassez de fontes e produções no estado de Pernambuco a respeito de fatos e/ou eventos locais, esta pesquisa tem como objetivo voltar-se para um município do agreste pernambucano que, comparado à história nacional, é muito novo,

---

<sup>188</sup> Dados retirados do diário de bordo.

<sup>189</sup> Segundo dados do IBGE, no Brasil em 1960 existia 40.233 jovens de 15 anos ou mais, onde 15.964 eram analfabetos. (Fonte: IBGE, Censo Demográfico). Encontrado em mapa do analfabetismo no Brasil, INEP.

mas que tem também um passado a se apresentar e, junto, as suas problemáticas. E assim se busca aqui entender um pouco mais de como aconteceu a concepção de um poder local na cidade de Capoeiras e de que forma a mesma veio a se tornar um município emancipado.

Sabe-se que a emancipação de um município não acontece somente por naturalidade e que precisa ocorrer alguns fatos para que isso seja alcançado. Para haver o desejo de se desvencilhar de um município e ser independente, também é preciso motivações, e entendê-las é importante para que possa definir a constituição de um poder local.

Dentre as questões postas na pesquisa está a nomeação de um prefeito que não pôde assumir o cargo, e uma Lei que emancipou 61 municípios de uma só vez em dezembro de 1963. Sendo este trabalho delimitado entre a Lei até finalmente ocorrer a eleição municipal em 1965. Visando que nesse intervalo de tempo acontecem algumas reviravoltas locais e nacionais, contudo, este último não sendo foco no trabalho, mas que ajuda a situar acontecimentos do primeiro.

## **HISTÓRIA E MEMÓRIA**

Segundo Le Goff, a memória se comporta como um olhar para o passado ancorado nos interesses e visões de mundo do presente, sem muito senso crítico e sem método, sendo então um tipo de fonte ao qual se dispõe para uso da história, mas não a história em si. (LE GOFF, 2012). Ainda sobre a memória, Halbwachs (2006) diz que são construções socialmente coletivas, pois determinam o que é memorável e os lugares onde está será preservada. Portanto, novamente é possível notar que a memória está ligada aos grupos sociais à medida que é compartilhada coletivamente, não somente com o armazenamento de informações do indivíduo em sua particularidade. Todavia, a socialização da mesma, ao qual recebeu o nome de memória coletiva, só é possível se houver compatibilidade indenitária entre a memória socializada e os indivíduos com suas próprias memórias individuais, como é destacado a seguir:

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2006, p. 39) Sendo assim, a memória coletiva é fundamentalmente dependente do indivíduo, ou seja, da reminiscência individual, para que então, a partir

disso, se possa formar identidade com outros indivíduos. Logo, esses dois tipos (individual/coletiva), mantêm uma interdependência à medida que as lembranças de uma pessoa entram em contato com as de grupos, coexistindo ao longo da vida dos sujeitos.

Nesse sentido, a memória não teria como, sozinha, suprir o desejo de entendimento do passado, pois diferente da forma popular que esta tem, a história requer preparo e pesquisa. Pois, pela natureza da memória de estar no campo da seletividade narrativa e desordenada, a história tem o papel da busca constante da cientificidade, onde tenta organizar e analisar, para posteriormente, apresentar seus resultados e servir como material de análise para outros historiadores.

## **HISTÓRIA E PODER LOCAL**

A história chamada regional e/ou local tem um aparecimento recente no âmbito da historiografia. Contudo, sua prática vem de longa data. Segundo Cristina Donner (2012), tornou-se costumeiro, principalmente na Europa do século XVII, as chamadas monografias, que consistiam em relatos de certa localidade baseados no que era dito pela aristocracia local ou pelo consenso da época. Nestes relatos continham informações sobre a fundação dessas cidades envolvidas com os mitos locais. Como bem coloca Donner (2012, p. 223):

As pesquisas em história local, municipal, genealógica são uma prática antiga no Ocidente. Iniciaram com a história das famílias, dos feudos, passando para as províncias, paróquias, condados. É possível encontrar monografias e livros sobre praticamente todos os lugares da Europa e também na América. Sua temática varia de acordo com a região: na Noruega, os livros das famílias e das fazendas fazem parte da História Local juntamente com os livros das comunidades; na Inglaterra os estudos de genealogia ocupam um importante espaço, nos países do Leste Europeu, após o fim do Comunismo, os livros de história local tem sido um elemento de coesão social. Em alguns países europeus existem associações que promovem a História Local, em outros, as pesquisas ocorrem de maneira independente.

Sendo assim, é comum que um historiador estude algo relacionado a determinado espaço e utilize desse último a função que lhe for possível, seja ela fruto de uma relevância social ou institucional/pessoal. Todavia, o que faz com que a história local se torne peculiar é a sua pouca interferência no âmbito nacional, visto que num determinado território e/ou Estado é formado por partes centrais e estratégicas, a exemplo da capital, e outras partes desse mesmo espaço, são considerados periféricas em seu nível de importância política, principalmente.

Nisto, as partes tidas como centrais num território político/administrativo são designadas como mais importantes quando focados e materializados no âmbito de história nacional; enquanto outras localidades que não interferem nesse âmbito central são



identificadas como periféricas, sem proeminências. São partes locais, regionais, enfim, marginais. Nesse sentido, é como se a história somente emanasse neste centralismo espacial, nesta espécie de epicentro dos eventos que detém a relevância do verdadeiro cenário dos acontecimentos, com fundo nacional/centralista.

Trazendo para uma realidade próxima do Brasil, os portugueses tinham isso como costume, assim como a maioria das cidades de Portugal tinham uma dessas chamadas monografias como narrativas de uma dada história local. A característica principal desses trabalhos era a sua aproximação com o local e como esses textos penetravam na comunidade, pois continham uma narrativa agradável, parecendo mais um romance do que um texto histórico dos dias atuais (DONNER, 2012). Portanto, com esse modelo de conto era muito mais interessante conhecer o “passado local”, sendo esses, uma fonte hoje para historiadores que pretendem trabalhar com tais aspectos na história.

De acordo com Cristina Reis e Lilian Lisboa (2012), durante muito tempo na história do Brasil, esses textos que aqui eram chamados de corografias, foram o Norte para conhecer o passado do país no período da administração imperial. Provavelmente, esse tenha sido o momento de maior divulgação de narrativas como essas, isso porque surgiu um desejo de registro por parte da maioria das famílias aristocráticas de contar sua história e se fazer presente como verdadeiros “donos” do passado e do futuro, que no imaginário da época, seria algo de grande relevância para posteridade. Essas histórias eram escritas por eruditos, padres, magistrados, entre outros.

Diante disso, cada vez mais essas corografias ganhavam fama na grande extensão continental do país, um bom exemplo são os bandeirantes, que ainda hoje são representadas no imaginário como heróis nacionais, graças ao poder da narrativa de textos como os já citados. E, nesse contexto, é possível observar o quanto isso se torna cultural, a partir do momento que, enquanto esses textos são muito difundidos nos espaços que foram produzidos, a História ainda se encontra em um processo de conceituação que continua, inclusive, até a atualidade. Então, não houve possibilidade de se fazer presente no contexto local e regional, pois quando a historiografia acadêmica despertou para um novo caminho, esses textos de histórias já estavam consolidados, principalmente em pequenas localidades.

Todavia, vale ressaltar que essas corografias sofreram influência da escola historiográfica dita positivista<sup>190</sup>, onde só as fontes escritas (formais/diplomáticas) seriam legítimas e confiáveis para se atuar com verdadeiro cientificismo (REIS, 2006). Nisso, o documento escrito “falaria por si só” e seria inquestionavelmente suficiente à história, vislumbrada por um método fortemente objetivo mediante a neutralidade do historiador ao lidar com as fontes. A influência do positivismo é inegável, pois mesmo que esse tenha sido superado com um novo modelo de pesquisa em história nas comunidades locais, mediante o senso comum e/ou uma espécie de história amadora, as bases “positivistas” ainda prevalecem fortes.

Diante disso, deu-se a prioridade às fontes e a suposta neutralidade do historiador, mas como já observado, se o historiador somente copia o que ele tem de documentos, somente estará reproduzindo uma versão do passado que naturalmente não tem compromisso com a franqueza e honestidade intelectual, fazendo com que somente se perpetue um dado ponto de vista, isto está ligado também com a questão do poder.

Tratando de poder especificamente, a sua definição implica que ele é praticado, mas não é um fato dado e não histórico, pelo contrário, ele é constituído através de relações sociais ao longo do tempo. Se buscará referir-se a ele especificamente no local, sendo o termo relação de poder mais adequado se tratando dessa questão. Delimitando a definição de poder local, entende-se que:

Portanto, como este poder é descentralizado e exercido em um âmbito espacial limitado, ele está mais atento às necessidades e interesses deste lugar e, conseqüentemente, as decisões que partirem desses indivíduos ou instituições que então exercem o poder serão mais adequadas e harmônicas com aquela realidade (SANTIN; MARCANTE, 2014, p. 176)

O poder local é bastante identificado na história do Brasil, como o poder municipal. Na literatura, sobre o presente assunto, Nunes Leal (2012) encarregou-se de analisar o desenvolvimento dessa expressão da conjuntura política nacional nas relações que ligaram (e ligam) politicamente o governo central às suas ramificações periféricas, entretanto, não menos importantes. Sendo assim, a partir de uma densa análise que compreendeu desde o Brasil Império até meados do século XX, Leal (2012) associou a

---

<sup>190</sup> Segundo José Carlos Reis, na obra “A História entre a Filosofia e a Ciência”, o termo “positivista” para representar o modo de “se fazer história” em meados do século XIX na Europa, tendo como exemplo as influências de L. Von Ranke na Alemanha, estava mais para uma história “metódica” que propriamente “positivista”. Tal realidade se aplicava tanto na experiência da escola alemã quanto na francesa, pois ambas priorizavam o método e absorveram apenas alguns elementos do positivismo de Comte (REIS, 2006).

gênese do poder local às práticas coronelistas nas localidades provinciais e, posteriormente, administração municipal.

Neste sentido, tratando do exercício de poder, Pierre Bourdieu (2009) discute como se dá a participação política em meio a forte centralização de tal habilidade nas mãos de uma minoria:

[...] a concentração de capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e, portanto, mais provável, quanto mais desapossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política estão os simples aderentes (BOURDIEU, 2009, p. 164).

Neste caso, percebe-se uma relação direta entre o restrito acesso a posses e meios para uma maior participação política. Nisso, na esfera local/municipal, enquanto espaço com suas respectivas demandas, requer um certo perfil da comunidade para que se possa exercer de fato uma maior participação. Entretanto, tais meios são impossibilitados devido a força exercida por um número limitado de indivíduos na execução e representação do poder político local.

Dado a questão da participação, tem-se ainda uma reflexão acerca de que a política é também poder e/ou está categoricamente ligado a ele, pois é da política que se faz a institucionalização de poderes divididos em cargos administrativos e feito a partir de representatividade. No entanto, é importante levar em consideração que existe um certo grupo social que detém posse mais atingível de mecanismos que levam ao poder dito representativo, como situa Bourdieu:

Monopólio da produção entregue a um corpo de profissionais, quer dizer, a um pequeno número de unidades de produção, controlados elas mesmas pelos profissionais; constrangimentos que pesam nas opções dos consumidores, que estão tanto mais condenados à fidelidade indiscutida às marcas conhecidas e à delegação incondicional nos seus representantes quanto mais desprovidos estão de competência social para a política e de instrumentos próprios de produção de discursos ou atos políticos: o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem. (BOURDIEU, 2009, p.166)

Esse corpo de profissionais é quem, certamente, tem esse capital simbólico<sup>191</sup> para apropriar-se melhor de um espaço designado ao poder no local, e isso já foi mencionado em outros trabalhos<sup>26</sup>, onde é destacado essa questão do carisma do governante local

---

<sup>191</sup> Tal conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu serve para designar certas diferenças de poder existentes na sociedade, com quais algumas pessoas ou instituições podem persuadir os demais de suas ideias. Essa capacidade diz respeito ao conhecimento, prestígio ou reconhecimento de que gozam pessoas e instituições que tornam suas mensagens e discursos mais eficazes e convincentes. Acumulado desde o nascimento, o capital simbólico atribui autoridade aos que possuem. (GARCIA, 2013). <sup>26</sup> Refere-se aqui a autores como Raimundo Faoro (1977) e Nunes Leal (2012)

como algo importante para uma maior aceitação e elevação do mesmo ao poder administrativo local. Destarte, como foi dito na citação acima, a população não tem outras opções que não aquelas, pois não possuem os poderes simbólicos para serem uma das forças em concorrência, ficando sujeito a ordem já estabelecida.

Trazendo para o pensamento de Bourdieu (2009), esses que detém o monopólio são, dessa forma, os preservadores de sua hegemonia e eles fazem isso utilizando de acordos recíprocos tanto entre os próprios políticos, como entre o mandatário local e o povo, que de certa forma fica envolvido pelo interesse de subsistir.

Tendo em vista que para a política requer que um indivíduo entre no estabelecimento das ações regimentais que ela possui, esta precisa entender o funcionamento existente, Bourdieu enfatiza que: Se a técnica do jogo do xadrez não existisse, eu não poderia ter a intenção de jogar o xadrez. Se posso ter em vista a construção de uma frase, é porque sei falar a língua em questão (2009, P. 166).

Portanto, se os indivíduos são seres políticos, tem toda a capacidade de participar da mesma, necessitando conhecer o sentido do fazer política. E trazendo para a localidade, este desejo se manifesta em quem está mais propício ou próximo das relações que envolvem a política (principalmente a representativa), com isso, o poder se configura e se relaciona com prestígio social e monetário, sendo que somente este último não lhe renderia reconhecimento, pois um líder local necessita ser reconhecido como um benfeitor no espaço em que ele ocupa, para que então, consiga mais sucesso na política.

### **A LEI DE EMANCIPAÇÃO E A POLÍTICA EM PERNAMBUCO**

O governador no fim do ano de 1963 sanciona a lei de número 4998 que eleva Capoeiras ao status de cidade, mas para entender melhor o que foi essa lei, é preciso recorrer a algumas informações adicionais. Existe muita dificuldade de encontrá-la em sites oficiais do estado e, sendo assim, foi recorrido a um escritor local da cidade vizinha de São Bento do Una, que traz as seguintes informações:

Lei n. 4998, de 21 de dezembro de 1963 Ementa: Cria o Município de Capoeiras O Governador do Estado de Pernambuco; Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte lei: Art. 1º - Fica criado o Município de Capoeiras, desmembrado do Município de São Bento do Una, cuja sede será a do atual distrito do mesmo nome, que fica elevada à categoria de Cidade. Art. 2º - Os limites do novo Município serão os mesmos do atual distrito, verificando-se o seguinte traçado na parte referente à divisa com o primeiro distrito, que será a partir do açude do sítio Capoeiras do Pinto, seguirá em linha reta pela estrada de rodagem até o riacho Maniçoba, no lugar denominado Rua do cisco; daí em linha reta ao ponto mais alto da serra dos Mimosos, seguir em linha reta até um secular pau-ferro, denominado "Tenente Firmino" no lugar de Várzea do Barro e pela estrada de rodagem até a divisa de Jupi com São Bento do Una, no distrito de Jucatí. Art. 3º - A presente lei

entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1964, juntamente com a Lei da Divisão Administrativa e Judiciária do Estado para o quinquênio 1964-1968. Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário. Palácio do Governo do Estado de Pernambuco, em 21 de dezembro de 1963. Miguel Arraes de Alencar<sup>192</sup>.

Na entrevista com um antigo prefeito da cidade, conhecido como Zezinho Borrego, o primeiro eleito, ele relata de que meios se podia buscar para conseguir a emancipação. Afirmando que com a entrada de um aliado político na prefeitura da cidade de São Bento do Una, o caminho ficou mais favorável para se conseguir a independência de Capoeiras:

Já no governo de Osvaldo Maciel foi diferente, que eu já tava realmente entrosado dentro da câmara dos vereadores, fizemos maioria, fui presidente da câmara, mais uma vez, me tornei vereador e secretário do prefeito. Nessa época não havia secretários de agricultura, de saúde, não, era um só<sup>193</sup>.

Desta forma, isso foi determinante, justamente porque para levar o projeto de criação do município para a Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE), era preciso que fosse aprovado na câmara dos vereadores da cidade de São Bento do Una. Como o próprio Zezinho diz: “A câmara de vereadores precisava dar autorização para poder o projeto andar na assembleia, dava já pronto com os limites que ia sair”.<sup>194</sup>

No dia em que foi aprovado os vários projetos de criação de municípios, alguns desses sob influência de deputados que eram amigos de políticos locais, foi levado a pauta a criação de municípios que, ao que parece, nem estavam aptos para tal, mas que por esse prestígio de alguns líderes locais, com os deputados se conseguiu aprovar. Entretanto, em especial no caso de Capoeiras, ao que tudo indica, a influência da família Valença<sup>195</sup> estava prevalecendo, pois passou-se alguns dias de dezembro sem que o projeto de emancipação fosse aprovado, segundo o que é relatado a seguir:

A câmara aprovou e entreguei o projeto ao deputado Airon Rios [...] Airon falou com Felipe Coelho para numerar os projetos pela ordem alfabética, e ele fez, tinha o livro de inscrição para o deputado que quisesse usar da palavra, Airon arditosamente, sem dar conhecimento a ninguém, escreveu os 22 deputados da UDN15, seguidos, inclusive o Felipe Coelho. Começa a votação, A, aprovado, B, aprovado, C, Caetés, por exemplo, eu me lembro, aprovado, C, Capoeiras aí veio o rolo, Airon já sabia, foi defender o projeto que era de autoria dele, falou quase o tempo todo da reunião, justificando o projeto, só pra ganha tempo, que ele não tinha influência, logo de início. Segundo dia a mesma

---

<sup>192</sup> Orlando Calado, 15 de setembro de 2007, encontrado em seu site.

<sup>193</sup> Entrevista com Zezinho Borrego cedida no dia 05/07/2018

<sup>194</sup> Entrevista com Zezinho Borrego cedida no dia 05/07/2018

<sup>195</sup> Na entrevista cedida no dia 05/07/2018 “Zezinho Borrego” fala que Osvaldo Maciel em São Bento do Una foi oposição a família Valença que sempre teve influência na cidade e em certo grupo na assembleia legislativa de Pernambuco

coisa, [...] terceiro dia a mesma coisa, mas todos os deputados tinham seus projetos, aí se sentiram prejudicados, e dezembro correndo, aí foram a Airon... – Airon, suspende isso aí rapaz, nós estamos prejudicados por sua causa, você não deixa a sessão andar... e ele disse – olha aqui quantos faltam ainda pra falar, todos esses aqui vão usar a tribuna, e quando não tiver mais ninguém eu uso a tribuna sozinho, até o dia 25 não passa nenhum projeto, porque eu já sei que vocês querem derrotar o meu projeto a pedido de Lívio Valença. Aí eles se reuniram pra lá e abriram mão – não, encerra a votação que a gente garante votar no seu projeto.<sup>196</sup>

Esse relato mostra um pouco de como as coisas aconteciam no campo político da época, inclusive a relação de lideranças locais com os deputados estaduais. Dessa forma, o encaminhamento de projetos parece ter sido feito como uma tendência a partir do momento que muitos políticos locais solicitaram a seus colegas deputados a aprovação de projetos de emancipação, (ao menos esse é o caso). Tendo nesse sentido a cidade de Capoeiras um grupo mais ligado a política em São Bento do Una, sendo assim, estando à frente ao reivindicar liderança dentro da cidade.

Todavia, é importante trazer aqui a figura de uma pessoa que mesmo sem estar oficialmente à frente de cargos públicos conseguiu influenciar nos rumos da política local. João Alves de Siqueira mais conhecido como João Borrego, era genro tanto de José Soares de Almeida (Zezinho Borrego) como de Osvaldo Maciel, sendo justamente após estes conseguirem maior poder na cidade vizinha (São Bento do Una) na qual a então vila de Capoeiras é subordinada, que os tramites necessários para essa emancipação foram conseguidos.

Sobre essa figura local (João Borrego) o ex-vereador da cidade, que teve uma certa contemporaneidade com lideranças locais da época, afirma que: “Ele quis apoiar Zezinho e não quis ser candidato a nada [...] ele tinha uma loja de tecido e, tudo, tudo, o que você quisesse ele tinha pra vender, tecido, feijão farinha, tudo, mas principalmente tecido”<sup>197</sup>. Portanto, a Lei nº 4998 ocorreu de acordo com o que identificamos, como influência política, com o chamado prestígio existente entre pessoas locais e alguns deputados do estado.

## **O PROCESSO EMANCIPATÓRIO DE CAPOEIRAS: A QUESTÃO DA NOMEAÇÃO**

Após a lei ser aprovada e sancionada pelo governador, restaria agora saber quem iria ocupar o cargo do poder executivo. Para isso, vamos recorrer ao que foi falado ao

---

<sup>196</sup> Entrevista com José Soares de Almeida cedida no dia 05/07/2018

<sup>197</sup> Entrevista com Manoel Fernandes da Silva conhecido como Nezinho, ex-vereador de Capoeiras. Cedida em: 05/08/2018

longo da pesquisa de campo. A emancipação foi aprovada e a previsão de entrar em vigor era em janeiro de 1965, mas o que ocorre é, novamente, confrontos, mas dessa vez dentro da cidade de Capoeiras. Segundo José Soares de Almeida o direito de ocupar o cargo de prefeito era do então subprefeito eleito, como é dito a seguir:

Em janeiro de 1964 seria instalado, foi nomeado, o governador nomeou um homem chamado Gabriel Bezerra dos Santos, [...] eu não podia requerer nada porque não tinha mais cargo, meu mandato foi encerrado em dezembro de 1963, mas eu tinha elegido o subprefeito daqui que era Álvaro Tenório de Almeida [...] falei com ele, constituímos um advogado pra anular o ato do governo que a constituição não permitia nomeação de prefeito, já era eleição e não nomeação, mas ele nomeou aí eu derrubei o ato, no dia da posse chegou o juiz Itamar Pereira, juiz de São Bento, olha aqui, o tribunal anulou o ato do governo ele não pode tomar posse, e ficou Capoeiras município, mas sem prefeito, sem interventor, ainda sobe as ordens de São Bento<sup>198</sup>.

Esse relato é de grande relevância, pois demonstra que a emancipação foi conseguida, mas pelo o que fica entendido, o governo do estado tinha o interesse de manter influência local e de nomear o prefeito. Mas, como já visto, o grupo que esteve à frente desse processo de emancipação tinha a inclinação de reivindicar o poder para si. E com isso passa-se alguns meses em que a cidade é oficialmente emancipada, mas não tem um representante nem data para que isso ocorra. Como foi dito por um representante do cartório da cidade:

O processo de emancipação é uma dualidade que a gente não pode nem definir concretamente, porque inicialmente houve uma nomeação do seu Gabriel Bezerra dos Santos, chamado Gabriel Branco e posteriormente foi nomeado seu Álvaro Tenório de Almeida<sup>199</sup>.

Com base nos dois relatos, é possível notar que realmente houve um embate na questão de quem ficaria no cargo de prefeito e isso como não era resolvido, foi se estendendo ao longo de alguns meses do ano de 1964 que só realmente se define após a tomada de poder dos militares em abril do mesmo ano. Posteriormente a isso, o governador de Pernambuco é deposto e no lugar dele é colocado o vice, que evidentemente pertencia a outra corrente política, dessa forma, é realmente nomeado Álvaro Tenório, que toma posse no dia 8 de julho de 1964.

Depois de passada essa questão da nomeação, Capoeiras fica mais alguns meses sem que ocorra as eleições. Nesse período o prefeito interino é Álvaro Tenório, mais conhecido na cidade como Alvinho, ele era amigo de José Soares e viria a ser prefeito eleito pela população alguns anos depois. Diante disso, nota-se que todo esse processo

---

<sup>198</sup> Fala de Zezinho Borrego em entrevista no dia 05/07/2018

<sup>199</sup> Albérico Bezerra de Melo em entrevista cedida em: 09/08/2018

esteve envolto com conflitos locais de pessoas que estavam atuando no pensamento de emancipação e outros que não tiveram acesso a ocupar cargos na cidade vizinha. Nesse último caso, a família “Borrego” que tinha a mercearia e na figura do João “Borrego” que incentivou seus funcionários a entrarem na política conseguindo obter êxito de elegerem-se e a partir daí passam alguns mandatos comandando a cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a emancipação se deu de uma maneira em que envolveu acordos e relações estritas com deputados estaduais e lideranças locais ligadas ao dono da mercearia e que esse grupo político tinha grande poder na então vila de Capoeiras e que esse poder local se materializou na revogação da nomeação de outra pessoa para comandar a cidade e instalar o município.

Tendo em vista também que a emancipação de Capoeiras ocorre em um momento favorável no cenário estadual onde junto com ela foram emancipados 61 municípios no mês de dezembro de 1963 e nem todos estavam de acordo com as regras de emancipação daquela época, mas que com apoio de deputados que visavam manter sua influência política na região, ajudavam para que essas emancipações acontecessem. O presente trabalho trouxe assim novas questões para pesquisas futuras.

## REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- CALADO, O. História de São Bento do Uma, 2016. Disponível em: [https://portalsbu.com.br/?sec=coluna\\_orlando&id=239&/osvaldo-maciel-umhttps://portalsbu.com.br/?sec=coluna\\_orlando&id=239&/osvaldo-maciel-um-grandehomemgrandehomem](https://portalsbu.com.br/?sec=coluna_orlando&id=239&/osvaldo-maciel-umhttps://portalsbu.com.br/?sec=coluna_orlando&id=239&/osvaldo-maciel-um-grandehomemgrandehomem). Acesso em: 05 dez. 2018.
- CALADO, O. Lei nº 4998, de 21 de dezembro de 1963. Disponível em: [https://portalsbu.com.br/?sec=coluna\\_orlando&id=99&/fatos-gente-so-bentenseshttps://portalsbu.com.br/?sec=coluna\\_orlando&id=99&/fatos-gente-so-bentenses-depocas-diversas-21depocas-diversas-21](https://portalsbu.com.br/?sec=coluna_orlando&id=99&/fatos-gente-so-bentenseshttps://portalsbu.com.br/?sec=coluna_orlando&id=99&/fatos-gente-so-bentenses-depocas-diversas-21depocas-diversas-21) acessado em: 05 dez. 2018.
- DONNER, Sandra Cristina. **História Local**: discutindo conceitos e pensando na prática. XI encontro nacional de história: O histórico das produções no Brasil. Rio Grande do Sul, 2012.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. 4ª ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1977.
- FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. GIOIA, Lilian de Cássia Miranda de. **Educação patrimonial no ensino de história nos anos finais do ensino fundamental**: conceitos e práticas. São Paulo: Edições SM, 2012



HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, História Capoeiras Pernambuco – PE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/capoeiras/historico> Acesso em 5 dez 2018.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7ª edição. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

MELO, Albérico Bezerra de. **Capoeiras paz e dinamismo**, 1978.

Planalto Central, Lei complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp01.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp01.htm) acesso em: 05 dez. 2018.

REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

RGOSANTIN, Janaína. MARCANTE, Sheron. Microfísica do poder e poder local. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais** Vol. 6 Nº 11, Julho de 2014.

**I Encontro do Programa de Pós-graduação em História da UFRPE**  
ST – 18: DITADURA, POLÍTICAS DE MEMÓRIA E TEMPO PRESENTE  
**AS INTERFERÊNCIAS DA DITADURA MILITAR NA EDUCAÇÃO**  
**BRASILEIRA E SEUS DESDOBRAMENTOS**

Maria Letícia Costa Vieira<sup>200</sup>

**Resumo:**

A Ditadura Militar no Brasil provocou uma série de mudanças em diferentes meios, a saber: sociais, culturais, econômicos e educacionais. Neste artigo, pretendemos analisar os efeitos das mudanças e interferências no âmbito educacional, refletindo sobre a implementação de novas leis educacionais e quais seus desdobramentos na vida e no cotidiano escolar dos sujeitos. A partir dessa reflexão, buscamos compreender as heranças deixadas pelo período militar e suas intenções, observando como esse processo histórico permanece em nosso tempo e nas memórias dos envolvidos. Para tanto, utilizaremos os estudos de Jacomeli a respeito dos meandros da Ditadura no campo da educação e Le Goff, que nos ajuda a pensar como a memória individual e coletiva receberam esse processo.

---

<sup>200</sup> Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB – Campus I). Mestranda em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG- PPGH). Graduada em Filosofia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB- Campus I). Email: lcosta3007@gmail.com.

**Palavras-chave:** História; Ditadura Militar; Educação.

### **Considerações iniciais**

A Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) provocou uma série de mudanças em diferentes meios, enveredando as vias sociais, culturais, econômicas e educacionais. Nesta última (assim como em várias outras), suas interferências reverberam até a contemporaneidade, por meio dos resquícios de leis promulgadas ainda no período ditatorial, que acabam refletindo na construção da identidade da nossa sociedade, apesar de muito que foi desfeito desde 1985.

A escola e os espaços educacionais em suas raízes têm o encargo de ensinar, instruir, representa fonte de conhecimento, cultura, saber. Considerando estas funções, a escola ao longo dos contextos históricos foi sendo utilizada como ferramenta, instrumento de controle, ao qual consegue atingir todas as camadas da sociedade e difundir intenções e ideais políticos. Desta forma,

[...]. Na esteira desse processo, o regime militar implementou as reformas educacionais de 1968, a Lei n. 5.540, que reformou a universidade, e a de 1971, a Lei n. 5.692, que estabeleceu o sistema nacional de 1º e 2º graus, pois ambas tinham como escopo estabelecer uma ligação orgânica entre o aumento da eficiência produtiva do trabalho e a modernização autoritária das relações capitalistas de produção. Ou seja, a educação no âmbito do regime militar foi concebida como um instrumento a serviço da racionalidade tecnocrática, com o objetivo de se viabilizar o slogan “Brasil Grande Potência”. (JUNIOR; BITTAR, 2008, p.335-336).

Em nosso artigo, pretendemos analisar os efeitos das mudanças e interferências no âmbito educacional durante a Ditadura Militar, refletindo sobre a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB em 1971 e os seus desdobramentos na vida e no cotidiano escolar dos sujeitos, nos espaços escolares, na cultura dessas escolas e na memória social, a partir de uma análise bibliográfica e documental, com textos de teses que trabalham a História da Educação Brasileira durante o período já mencionado, com base em artigos que tratam do contexto e analisando o documento Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971.

Esta pesquisa, parte do diálogo entre a História da Educação brasileira, e os meandros da Ditadura Militar. Enfatizamos a importância dos estudos que buscam entender como a Ditadura permeia diferentes espaços, seja na nossa realidade atual, seja na memória coletiva dos sujeitos que vivenciaram nesse contexto histórico.

Para tanto, buscamos referências que dialogam com a nossa discussão, artigos publicados em revistas e em eventos, produções acadêmicas, teses e dissertações que nos fornecem base sobre o contexto histórico e a realidade educacional do mesmo, nos ajudando a refletir sobre a forma como a escola foi/é utilizada para o controle social, como instrumento mediador entre a educação e as intenções políticas do governo.

Entendendo que “[...] A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009 p. 32).

Com base nas bibliografias mencionadas e no documento promulgado em 1971 (LDB), buscamos problematizar o contexto da Ditadura Militar no âmbito educacional, vislumbrando compreender as heranças deixadas pelo período militar e suas intenções, indagando sobre como foi pensada a LDB de 1971 e observando como esse processo histórico permanece em nosso tempo e em nossa memória social.

Desta forma, utilizaremos os estudos de Jacomeli a respeito dos meandros da Ditadura no campo da educação, Le Goff, que nos ajuda a pensar como a memória individual e coletiva recepcionaram esse processo e as contribuições de Michel Foucault com seus dispositivos disciplinadores de corpos, instrumentos que docilizam os corpos.

Nosso estudo, está pensando em três momentos, a saber: “*A Educação enquanto instrumento para formação de corpos dóceis*” e “*Lei n.º. 5.692, de 11 de agosto de 1971: A LDB e suas atribuições*”, finalizando com o tópico “*Considerações finais*”, nossa intenção é refletir de forma breve sobre como o passado permanece presente, entendendo qual o lugar desse passado na nossa contemporaneidade.

## **1 A Educação enquanto instrumento para formação de corpos dóceis<sup>201</sup>**

A definição da palavra Educação no verbete do dicionário está disposta enquanto “ação ou resultado de educar(-se). Formação e desenvolvimento da capacidade física, moral e intelectual do ser humano visando a integração social” (CALDAS, 2008, p.380). Pretendemos neste primeiro momento do nosso estudo, pensar a educação e seu poderoso reflexo na sociedade, de forma específica, na sociedade brasileira e de maneira breve como os corpos foram docilizados.

---

<sup>201</sup> O conceito de corpos dóceis foi formulado por Michel Foucault, em seu livro *Vigiar e Punir*, publicado em 1975, desenvolvendo a genealogia como método para análise das relações de poder- saber em sua capilaridade.

Ao refletirmos sobre a definição de Educação, entendemos sua importância ao longo da construção de uma sociedade em que concebe a categoria de ferramenta/instrumento para a formação dos indivíduos. Na sociedade brasileira a escola é considerada o principal meio para o contato com a educação e o conhecimento. Sendo assim, corroboramos com a definição que Silva (2006) nos fornece sobre a escola

A escola é uma instituição da sociedade, que possui suas próprias formas de ação e de razão, construídas no decorrer da sua história, tomando por base os confrontos e conflitos oriundos do choque entre determinações externas a ela e as suas tradições, as quais se refletem na sua organização e gestão, nas suas práticas mais elementares e cotidianas, nas salas de aula e nos pátios e corredores, em todo e qualquer tempo, segmento, fracionado ou não. (SILVA, 2006, p. 206).

Ao considerar a escola enquanto instituição do social, e assumir que a mesma é reflexo dos “confrontos e conflitos oriundos do choque entre determinações externas a ela e as suas tradições”, é possível assimilar que essa influência externa e a confluência desta com as tradições próprias da escola provocam marcas em sua conjuntura e formas de ser administrada, em seu cotidiano educacional e escolar, e nos entremeios da vida dos sujeitos que pertencem a instituição.

Na escola chegamos como páginas em branco, ao longo dos anos vamos conhecendo colegas de classe, professores, gestores, temos os primeiros lances de aproximação com as diferentes formas de conhecimento, somos construção desse meio, nossa identidade vai sendo estruturada como um mosaico, a partir das diferentes influências que nos atinge em nosso processo educacional. Observamos que

A educação, no decorrer do período que vai de 1964 a 1985, relacionou-se à repressão, à privatização do ensino, à exclusão da grande parcela das classes populares do ensino público de boa qualidade, à institucionalização do ensino profissionalizante, à desmoralização do magistério pela via de uma legislação educacional complexa e contraditória e ao tecnicismo pedagógico. (JACOMELI, 2010, p.77).

Durante a Ditadura Militar, esse processo foi sendo permeado por discursos e ações advindas das correntes do poder <sup>202</sup>, a educação brasileira, as escolas e universidades, durante os anos ditatoriais foram sendo penetradas por leis e diretrizes que

---

<sup>202</sup> Começa a nascer uma «anatomia política», que é também uma «mecânica do poder»; define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se deseja, mas para que funcionem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determinam. A disciplina fabrica assim corpos submetidos e exercitados, corpos «dóceis». A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos económicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). (FOUCAULT, 1975, p.117).

acionaram comportamentos, fabricaram corpos dóceis e disciplinados, que construíram indivíduos envoltos por ideais da política implantada na época, compreendendo que

O golpe civil-militar de 1964 teve um profundo impacto na sociedade brasileira: movimentos sociais foram calados, instituições foram fechadas, o Congresso ficou à mercê dos atos arbitrários impetrados pelo novo regime. Uma nova dinâmica política, enfim, inaugura-se, a qual não deixará também de afetar a área da educação, seja nas novas demandas colocadas para as escolas, seja na própria reestruturação do sistema, em todos os níveis, a começar pela unificação do antigo “primário” com o “ginásio” e chegando ao ensino superior, que também sofreu profundas reformulações e configurou-se num novo modelo. (LOURENÇO, 2011, p.17)

Desta forma, o Estado ditatorial e sua maquinaria orientou novas condutas para educar, controlando e moldando os meios de ensinar, a partir da disciplina. Disciplina que coagiu, amedrontou alunos, gestores e professores, transformou o cotidiano dos sujeitos, impôs regras, definida por Foucault (1975) como

um dispositivo que coaja por meio do olhar; um aparelho no qual as técnicas que permitem ver induzam efeitos de poder, e no qual, em contrapartida, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre os quais se exercem. (FOUCAULT, 1975, p. 138).

Essas formas de controle, a manutenção de mecanismos que oprime, constrange, censura e freia são traços da Ditadura Militar, e que fizeram parte do universo educacional desse contexto, e conseguiram perpassá-lo. Cunha (2014) nos apresenta dois resquícios desse momento:

Os dois vetores permanecem ativos e não há previsão de que percam sua força num futuro previsível. A *simbiose Estado-capital* passa, no campo educacional, por mudanças que podem até mesmo aumentar sua força. Do lado do capital, processa-se a concentração em grandes conglomerados, inclusive com capital estrangeiro, mediante a compra de pequenas faculdades e até mesmo de centros universitários e universidades. Do lado do Estado, o potencial de avaliação institucional decresce na medida em que as instituições privadas de baixo nível são as que mais dispõem de vagas ociosas para aderirem ao Prouni e matriculem estudantes beneficiados pelo Fies. [...]O vetor da *regeneração moral pela via da educação* tende a crescer, a curto e médio prazo, devido ao aumento da instrumentalização religiosa da política, pelo menos enquanto persistirem o “presidencialismo de coalizão” e o oportunismo partidário diante de outra simbiose: a da política com a religião. (CUNHA, 2014, p. 373-374).

Sendo assim, Cunha (2014) ressalva essa forte relação entre *Estado-capital*, que foi uma das mecânicas mais poderosas da Ditadura, sendo considerado pelo autor um dos vetores presentes em nossa realidade, e ressalva também, *a regeneração moral pela via da educação*, uma verdadeira missão atribuída aos âmbitos educacionais do contexto.

Em nosso segundo momento de estudo, a partir das contribuições de algumas teses<sup>203</sup>, concomitante a articulação com artigos e outras produções acadêmicas, e a apresentação de algumas atribuições feitas a LDB de 1971, que foi instituída no período ditatorial, pretendemos entender as transformações, permanências e rupturas, problematizando como o contexto da Ditadura ocupa lugares em nossa educação contemporânea e na memória social brasileira.

## **2 Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971: A LDB e suas atribuições**

*Era o caso da visão e do discurso de transformação e adequação da sociedade pela reforma da escola e pela divulgação de valores desejáveis para o determina momento histórico. (JACOMELI,2010, p.77).*

Jacomeli (2010), na epígrafe acima se refere ao momento histórico em que foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971, contexto ditatorial, que necessitava utilizar todas as vias da sociedade para divulgar os seus valores, incluindo a educação, utilizando esta como instrumento:

Uma artimanha utilizada pelo governo militar, que serviu, tanto para manter as mentes disciplinadas conforme preconizava a ideologia da classe dominante, quanto para a formação de uma grande massa de mão de obra qualificada que contribuíram para a ascensão econômica e prosperidade do sistema capitalista. (BOUTIN e CAMARGO, 2015, p.5855).

Estudar essas políticas educacionais do Estado ditatorial implica reconhecer a importância da educação e suas influências na política. A Ditadura Militar em si representa o crescimento das forças capitalistas em nosso país, e utilizou da educação para sua ascensão econômica, como ratifica os autores da citação acima.

Refletindo sobre esse contexto, observamos que precedente a essa LDB de 1971, dez anos antes, foi estabelecida em 1961 a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 4024/1961), “Os interesses dos grupos privados na educação se evidenciaram ao longo das disputas que marcaram a aprovação da LDB de 1961” (LOURENÇO, 2011, p.22), nela foram instituídas a obrigatoriedade do ensino regular, sendo voltada para a

---

<sup>203</sup> A tese de Elaine Lourenço “*Professores de História em cena: trajetórias de docentes na escola pública paulista -1970-1990*”, que foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP), em 2011 e a tese de José Willington Germano “*Estado Militar e Educação no Brasil- 1964/1985: Um estudo sobre a Política Educacional*” apresentada na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em 1990.

base do currículo nos três âmbitos educacionais, o ensino fundamental (primário), ensino médio e ensino superior.

Esta LDB destrinchou como deveria ser regida a educação, já pensava a organização do trabalho pedagógico, englobava a participação e inclusão dos alunos com algum tipo de especialidade, e foi muito importante para a formação de professores da rede pública e alunos, todavia, tinha suas lacunas,

Tal lei vigorou por quase uma década até que, em 1971 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases nº 5692/1971 que trazia a efetivação e continuidade do que já estava estabelecido e era funcional para o momento, bem como a supressão e acréscimos de outros artigos que se faziam necessários para o contexto socioeconômico da época, o que recaía no campo educacional. (PENA et al, 2019, p.6).

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases nº 5692/1971 está relacionada com as necessidades que a legislação de 1961 não respondia, sendo afirmada a precisão de renovados parâmetros e diretrizes, que satisfizessem o novo momento em que a sociedade brasileira estava. É possível reconhecer que apenas alguns artigos da LDB de 1961 permaneceram como eram, principalmente aqueles que exaltavam a liberdade, princípio das bandeiras do liberalismo, e que permanece nas três LDB's, na primeira em 1961, na segunda em 1971 e na que está em vigor na contemporaneidade, a de 1996. A respeito desse novo momento social, Sá (2006) observa que

No plano educacional, o Estado institui, a partir da reforma de 1971, os Estudos Sociais, mesclando História e Geografia às Disciplinas Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira. Os conteúdos e os objetivos das disciplinas História e Geografia foram direcionados para um modelo propagandista e cívico de educação, em consonância com a política repressiva do Estado ditatorial. (SÁ, 2006, p. 56).

A respeito da disciplina de Moral e Cívica, ela englobava inúmeras funções no ensino educacional brasileiro, que corroboram diretamente com as intenções e ideologia da Ditadura Militar, a saber:

Apoiando-se nas tradições nacionais, a Educação Moral e Cívica teria por finalidade:

a) a defesa do princípio democrático, através da *preservação do espírito religioso*, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, *sob a inspiração de Deus*; b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana; d) o culto à pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e grandes vultos de sua história; e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade; f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros

e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do país; g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva visando ao bem comum; h) o culto da obediência à lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade. (CUNHA, 2014, p.369).

Essa política do Estado ditatorial que vai adentrando os muros das escolas, e nas salas de aula, em suas disciplinas, em seu cotidiano escolar, corrobora com a ideia de que “essa reforma educacional propagada acolhia ao chamado para a concepção de um projeto nacional que propiciava o desenvolvimento e a prosperidade do país” (PENA et al, 2019, p.7).

A Lei 5692/71 apresenta dois pontos fundamentais a extensão da escolaridade obrigatória, compreendendo agora todo o denominado ensino de 1º grau, junção do primário ginásio e a generalização do ensino profissionalizante no nível médio ao 2º grau antigo. (GERMANO, 1990, p.237).

Dessa forma, observados que, essa nova legislação, teve como ambição ao propor a universalização do ensino técnico e profissionalizante, marca registrada da educação ditatorial voltada para o capital, manter a classe trabalhadora enquanto classe trabalhadora, em níveis mais baixos de ensino.

Em contrapartida, os sujeitos da escola, os alunos em especial, eram o futuro da nação e para que esse futuro fosse garantido “houve a reforma da educação com o intuito de traçar o modelo do novo cidadão, que seria obediente e pacífico, perfil almejado pela ditadura militar para a sociedade” (PENA et al, 2019, p.7).

Na nossa contemporaneidade, na memória dos que viveram esse momento histórico, na construção da identidade da sociedade brasileira, vamos enxergando como os percalços dessa conjuntura se reverberam na mentalidade dos sujeitos, em suas subjetividades, nas escolhas políticas, no imaginário social brasileiro.

A partir dos diálogos que fizemos com os autores que já estabeleciam contato com a temática da presente discussão, almejamos que o exposto sobre as atribuições que a LDB promulgada em 1971 acabou recebendo, assim como as reflexões sobre a sociedade e como ela foi/é atingida pelos destroços das intenções do Estado ditatorial por meio da educação tenham ficado perceptíveis e compreensíveis ao longo das nossas linhas e contribuições conceituais, teóricas e bibliográficas.

### **Considerações Finais**

*A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que*



*a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens. (LE GOFF, 1994, p.477).*

Ao trabalharmos com a Ditadura Militar na contemporaneidade, buscamos resgatar essa memória coletiva que Le Goff (1994) menciona em sua escrita. Os estudos sobre esse recorte temporal devem permear os diferentes campos do conhecimento, para que novas ditaduras e/ou governos militares não tenham como surgir.

As memórias ressurgem na História a partir desse movimento do historiador, de rever, analisar, comparar, ressaltar, desencaixotar o passado. Quando voltamos aos textos escritos sobre o contexto ditatorial e a História da Educação brasileira, problematizamos como a educação de milhares de pessoas foi permeada pela estrutura da Ditadura Militar.

Da mesma forma, acontece quando buscamos entender como aconteceram as influências desse governo nas leis que foram promulgadas durante esse momento histórico, e como essas foram importantes para o fortalecimento das ideologias e intenções, através da educação enquanto instrumento/ ferramenta, conduzindo maneiras de condutas, regras, padrões, verdades e moldando os corpos, os tornando dóceis e disciplinados.

Aos olhos da História, a Ditadura Militar marca a memória coletiva dos sujeitos que a vivenciou de forma violenta, repressora, abusiva, excludente. Nossa pesquisa tem muito a ser acrescentada, é apenas o início de um trabalho que ganha forma a cada leitura, investigação, busca e análise documental, em que vislumbramos manter viva a memória sobre as atrocidades cometidas durante o Estado ditatorial.

Desta forma, ratificamos a importância dos estudos que buscam o diálogo com a História da Educação, em especial brasileira, assim como, pesquisas que abram a discussão entre a Ditadura Militar e sua repercussão na sociedade. Compreendemos a necessidade de estabelecer uma ponte com o passado, sabendo que

*[a história] se constitui de um processo contínuo de interação entre o historiador e seus fatos, um diálogo interminável entre o presente e o passado.<sup>204</sup>*

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

---

<sup>204</sup> Edward Hallet. *Que é História?* p. 29.

- BOUTIN, Aldimara Catarina Brito Delabona. CAMARGO, Carla Roseane Sales. **A Educação na Ditadura Militar e as Estratégias Reformistas em favor do Capital**. 2015. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18721\\_8156.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18721_8156.pdf). Acesso em: 03 ago. 2021.
- CALDAS, Aulete. **Dicionário Caldas Aulete da Língua portuguesa**: edição de bolso. 2º Ed.- Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- CUNHA, Luiz Antônio. **O legado da ditadura para a educação brasileira**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr.-jun. 2014. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> . Acesso em: 03 ago. 2021.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Org. Roberto Bélgica. França, 1973 e 1980.
- \_\_\_\_\_. **1926-1984- Vigiar e punir- Nascimento da Prisão** – Tradução de Raquel Ramallete. Ed. 42. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil- 1964/1985: Um estudo sobre a Política Educacional**. 1990. 416f. Tese (Doutorado- Faculdade de Educação) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1990.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2021.
- JACOMELI, Maria Regina Martins. **A lei 5692 de 1971 e a presença dos preceitos liberais e escolanovistas: os estudos sociais e a formação da cidadania**. *Histedbr On Line*, Campinas, v.1, n. 39, p. 76-90, set. 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639718>. Acesso em: 02 ago. 2021.
- JUNIOR, Amarílio Ferreira; BITTAR, Marisa. **Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar**. *Cad. Cedes*, Campinas, vol.28, n.76, p.333-355, set./dez. 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a04v2876> >. Acesso em: 03 ago. 2021.
- LE GOFF. “Memória”. In: **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994, p. 423-483.
- LOURENÇO, Elaine. **Professores de História em cena: trajetórias de docentes na escola pública paulista -1970-1990**. 2011. 316f. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História Social) - Universidade de São Paulo (USP), 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12062012142415/pt-br.php>. Acesso em: 30 jul. 2021.
- PENA, Camila de Araújo. Et al. **Avanços e retrocessos da LDB N° 9.394/1996: uma abordagem a partir das LDB's de 1961 e 1971**. *Revista Saúde e Educação, Coromandel*, v.4, n.1-15, jan/jun. 2019. Disponível em: <<https://ojs.fccvirtual.com.br/index.php/REVISTA-SAUDE/article/view/29>>. Acesso em: 02 ago. 2021.
- SÁ, Patrícia Teixeira de. **A socialização de professores de história de duas gerações: os anos de 1970 e de 2000**. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Educação, 2006.
- SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. **Cultura Escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa**. Editora UFPR. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 201- 216, 2006.

## **RUPTURAS E CONTINUIDADES: A LEI DE ANISTIA E A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL**

**Danielle Bento Pires Lopa<sup>205</sup>**

**Carlos Artur Gallo<sup>206</sup>**

### **RESUMO**

O presente trabalho, utilizando-se do método hipotético-dedutivo e com base de pesquisa bibliográfico-documental, pretende observar os resquícios autoritários resultantes de uma transição democrática pactuada e controlada pelos dirigentes do Golpe Civil-Militar (1964 e 1985). Os legados autoritários demonstram sua presença tanto no âmbito social, com o fomento de protestos e discursos antidemocráticos, manifestações a favor da volta da ditadura e do fechamento do Supremo Tribunal Federal, bem como no âmbito jurídico, com a manutenção da impunidade das autoridades do Estado que, durante o regime praticaram atos repressivos. Ademais, pretende-se estudar o contexto histórico e político da promulgação da Lei de Anistia (Lei nº 6.683/1979), observando seu uso como barreira para a responsabilização dos Estado no passado e a sua continuidade no presente, permitindo a não responsabilização dos perpetradores de torturas e perseguições políticas. É de suma importância promover o diálogo acerca da justiça de transição e os direitos fundamentais à memória, à verdade, à justiça e à reparação, permitindo a sociedade o reconhecimento de um passado autoritário, fortalecendo as instituições democráticas e responsabilizando aqueles que corroboraram com as atrocidades cometidas. **Palavras-chave:** Ditadura Civil-Militar. Lei da Anistia. Justiça de Transição.

### **A DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA E A LEGALIDADE AUTORITÁRIA**

O golpe-civil militar brasileiro, iniciado em 30 de março de 1964, insurgiu-se contra o então presidente João Goulart (1961 – 1964), após um processo lento e controlado de enfraquecimento das instituições democráticas, bem como a partir da criação da figura abstrata de um “inimigo interno” que estaria ameaçando a manutenção da paz social, a soberania nacional e subvertendo a democracia, de forma que deveria ser neutralizado. A partir da Doutrina de Segurança Nacional, estratégia da política externa dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, tinha como escopo a intervenção em países menos desenvolvidos, partindo da premissa de que o comunismo estaria “insuflado dentro das fronteiras nacionais de cada país” (FERNANDES, 2009, p. 838). Portanto, ao longo

---

<sup>205</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

<sup>206</sup> Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professor no Departamento de Sociologia e Política [DESP] e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas – UFPel

da década de 1950 ocorreria a criação de escolas militares nos países da América Latina e a instrução de seus militares para defesa da soberania nacional contra projetos reformistas, reputados como de cunho comunista. Para tanto, seus defensores, objetivando obter amplo respaldo civil e legitimar o golpe militar “em nome da democracia”, fundamentaram suas ações na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), de forma que as medidas repressivas tomadas pelo governo ditatorial seriam fundamentais para a proteção da nação.

O presidente João Goulart, que assumiu o poder em agosto de 1961 após a renúncia de seu antecessor, Jânio Quadros, governava uma sociedade profundamente polarizada, na qual a elite sentia-se ameaçada pela sua agenda progressista. Conforme elucida Napolitano (2014), a imprensa havia preparado um clima para que os golpistas se sentissem amparados pela opinião pública – ou, ao menos, pela “opinião publicada” –, e, de outro lado grandes empresários associados ao capital desacreditavam da capacidade do governo em retomar o crescimento em um “ambiente seguro” para os negócios. Nesse sentido, alguns doutrinadores denominam o golpe como civil-militar-empresarial, de forma a especificar quais segmentos da sociedade brasileira participaram ativamente na sua concretização.

Em 30 de março de 1964 desencadeava-se a tomada do poder pelos militares, a qual Napolitano descreve:

Nesse ínterim, a rebelião militar foi se adensando até se transformar em golpe de Estado. E o golpe veio não dos tanques e soldados rebelados, mas da instituição que deveria preservar a legalidade institucional. Na noite de 2 de abril, em franco desrespeito à Constituição que afirmavam defender, as forças conservadoras do Congresso Nacional declararam a “vacância” da presidência da República, sem discussão no plenário. Com o presidente ainda em território nacional (NAPOLITANO, 2014, p. 61)

Os tanques estavam nas ruas. No dia 11 de abril do mesmo ano, Humberto de Alencar Castelo Branco (1964 – 1967) é eleito no Congresso Nacional, com vários de seus membros já cassados, pretendendo legalizar e legitimar o golpe, mantendo aparência de continuidade com o sistema político anterior.

De forma a institucionalizar o regime autoritário e controlar as revoltas sociais, a estratégia dos militares baseou-se na legalidade autoritária, ou seja, segundo o pesquisador Anthony Pereira (2010 *apud* Câmara 2017), um processo de distorção das leis "normais" pelo regime militar e seus apoiadores, não se constituindo em uma construção de normas específicas pelo regime autoritário, mas na alteração e ressignificação das normas já existentes. Mediante a promulgação de Atos Institucionais

e de uma Constituição Federal, em 1967, os dirigentes militares articularam a manutenção das estruturas democráticas no país, reposicionadas dentro da organização burocrática autoritária, concomitante com atos repressivos, por meio da censura, tortura e sequestros. Dessa forma, foi necessário a alteração da estrutura jurídica do país, reforçando o aparato de repressão e modificando a relação entre os três poderes.

Assumindo sua faceta mais autoritária, foi promulgado o Ato Institucional nº 5, em 1968, sobretudo motivado pelo crescimento do enfrentamento do regime militar tanto pela luta armada da esquerda, quanto pelas manifestações nas ruas, fábricas e faculdades, readquirindo força em reação às medidas repressivas do Estado cada vez mais públicas e escancaradas, como elucida o relatório Brasil: Nunca Mais (2011). Nesse contexto, o Ato Institucional nº 5 vem como um instrumento legalista de acautelamento das revoltas sociais, criando punições mais severas. O Ato outorgava ao Presidente da República o poder de cassar mandatos, intervir nos estados e municípios, suspender direitos políticos e decretar recesso do Congresso, também suspendia o habeas corpus para crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Paralelo às mudanças legislativas promovidas, analisa-se o impacto causado pela legalidade autoritária no âmbito do Judiciário, a partir da criação de um vínculo entre o sistema jurídico brasileiro e a ditadura, utilizado para amenizar os vestígios de rupturas, descontinuidades ou anormalidades institucionais.

Não obstante a dicotomia existente entre a manutenção do Judiciário em contextos antidemocráticos e a manutenção de espaços que possam limitar a atuação do regime autoritário, Pereira (2009) constata nas ditaduras do Brasil, Chile, e Argentina a permanência e o uso de tribunais com propósito de repressão política. Os tribunais, então, atuavam de forma a legitimar e institucionalizar medidas implementadas pelo regime.

Pereira esclarece que:

Em julgamentos políticos, os juízes eram obrigados a interpretar o significado concreto de termos tais como “subversão”, “ofensa à autoridades”, “propaganda subversiva”, “subversão psicossocial”, etc. Os juízes dos tribunais militares tinham de decidir quais pensamentos e ações eram de fato proibidos pelas leis de segurança nacional e quais não eram. Estas decisões envolviam juízos políticos, ideológicos e jurídicos complexos. Ao tomá-las, os juízes transformavam leis formais, que existiam no papel, num sistema de normas em evolução. (PEREIRA, 2009, p. 214)

No contexto brasileiro, Câmara (2017) aponta que, apesar dos Atos Institucionais possuírem uma cláusula de exclusão de apreciação social, várias vezes o STF foi chamado a decidir alguns casos envolvendo essas figuras normativas, por sua natureza excepcional

e conflitiva com a Constituição, onde reconheceu expressamente a validade dos atos de exceção. Ademais, é possível observar o reflexo das intervenções diretas no STF, bem como a influência da Doutrina de Segurança Nacional nas jurisprudências exaradas pela Suprema Corte.

Filiação a entidade subversiva. Condenação baseada em confissões e depoimentos feitos no inquérito policial e em confissões judiciais, corroborados pela apreensão de material de propaganda subversiva. Prova de falsa identidade. 2. Litispêndência que não se configura. 3. ausência de prova sobre a conduta de manter organização subversiva. 4. Recurso criminal provido quanto a dois recorrentes e desprovido quanto a um deles. (RC 1239, RELATOR(A): MINISTRO ANTONIO NEDER, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/12/1978)

Entretanto, na contramão da perseguição política tolerada pelo Judiciário, a sua manutenção, de certa forma, reforçava certas garantias às vítimas do Estado. No momento em que havia a possibilidade de um processo frente aos tribunais, ao invés do sequestro e tortura perpetrados pelos órgãos repressivos, percebia-se a proteção de alguns direitos individuais e coletivos. Nesse sentido, Lemos (2004) afirma que o STF desempenhou um importante como espaço atenuador de práticas policiais e jurídicas tendentes a aprofundar o caráter ditatorial do regime, de forma que em muitas ocasiões o tribunal foi determinante para a garantia de respeito a direitos políticos e individuais.

Lemos (2004), relata o caso de um militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Teodomiro Romeiro dos Santos, que, na tentativa de sequestro por indivíduos à paisana, matou um deles, sem saber que se tratava de um sargento da Aeronáutica a serviço dos órgãos de repressão política. Preso, torturado e enquadrado na Lei de Segurança Nacional, foi condenado à morte em 1971, não obstante, afirmou que quem tinha de ser morto foi morto sem ter sido preso ou sem ter chegado a julgamento, dessa forma com seu caso encaminhado para processo e demais procedimentos legais, sabia que não morreria. A sentença foi transformada pelo Superior Tribunal Militar (STM) em prisão perpétua e pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em pena de 30 anos de reclusão.

O relato mencionado, corrobora o entendimento de que o sistema jurídico durante a ditadura civil-militar brasileira, era complexo.

“As instituições jurídicas surgem, a ambos os extremos do conflito – detentores do poder e oposição radical –, como espaços em que o respeito a determinadas regras, ainda que apenas parcial, confere à luta política alguma previsibilidade e “racionalidade”. (LEMOS, 2004, p. 4,11)

## O CONTEXTO DA APROVAÇÃO DA LEI DE ANISTIA EM 1979

Nos anos finais do regime, a partir de 1974, o regime militar começa a se debilitar, motivado pelo desgaste do modelo econômico, a saturação da opinião pública com a escalada repressiva e o renascimento de movimentos sociais. Nesse contexto, o general Ernesto Geisel (1974 – 1979) é escolhido para promover um processo de distensão “lenta, gradual e segura” para a democracia, controlado pelos militares, que duraria onze anos. Estabeleceu-se, portanto, um sistema de repressão, intercalada com medidas de abertura, diálogo e liberdade de imprensa. A partir disso, o partido da oposição, Movimento Democrático Brasileiro (MDB), conseguiria grandes vitórias no Legislativo e Executivo e observava-se o retorno dos movimentos sociais às ruas, na campanha pelas “Diretas Já” e na luta pela anistia.

Napolitano (2014) aponta que, efetivamente, houve uma agenda de abertura só após 1977, até então a “abertura” seria de institucionalização da exceção e um projeto estratégico de retirada para os quartéis. No mesmo sentido, o autor reforça que o controle da direita militar e da repressão se insere na estratégia de preparar terreno para institucionalizar o regime, economizando a violência direta e abrindo novas possibilidades de legitimação institucional.

Apenas com a indicação de João Baptista Figueiredo (1979 – 1985) ao poder, é que a abertura se transforma em um projeto de transição democrática.

Havia uma pressão cada vez maior dos movimentos sociais unidos, ocupando de forma crescente a praça pública em torno da democracia, o que sem dúvida era um fator de pressão a mais sobre as políticas de distensão e abertura no caso brasileiro. Eram fatos novos, imprevistos, que colocavam novas demandas políticas, sociais e econômicas, para as quais a estratégia do governo oferecia pouca resposta além da repressão. A pressão das ruas tal vez tenha sido o elo perdido. (NAPOLITANO, 2014, p.210)

Criou-se, então, um grande movimento social com o propósito de pressionar o regime a favor da concessão da anistia política para as diferentes categorias atingidas pela repressão, mediante um projeto de anistia “ampla, geral e irrestrita”, que buscava abranger todos os “crimes” políticos cometidos pela oposição ao governo, bem como exigia punição para os torturadores e informações sobre os desaparecidos. Ainda assim, do outro lado, o governo militar apresentaria um outro projeto, que tinha como intuito uma anistia bilateral, porém restrita, que excluiria os crimes violentos praticados pela resistência.

Apesar da tese de que foi promulgada uma anistia “recíproca”, amplamente difundida até os dias de hoje, principalmente, em razão papel do Estado no controle da

abertura política do país, na realidade ocorreu uma disputa entre dois projetos. De um lado os militares, detentores de todo o aparato repressivo do regime, e do outro a oposição, que teve a maioria dos seus membros perseguidos, mortos e exilados, além do banimento de diversos partidos políticos, que viviam na clandestinidade. Nesse sentido, Teófilo (2019) expõe que os processos que levam às anistias são tangenciados por disputas de memórias que trazem à tona os conflitos oriundos desses regimes, que, no momento das anistias, encontram-se em vias de sair do poder, seja por rupturas ou processos pactuados. O autor também considera que a ideia de acordo assenta-se muito mais em um viés ideologizado cuja representação que forja o passado busca apagar os dissensos existentes, emergindo apenas o discurso ditatorial de que a Lei de Anistia teria apagado as desavenças do passado. Como falar em conciliação se o movimento que exigia a anistia contrapunha-se aos termos da anistia editada pela ditadura?

Outrossim, Abrão e Torelly (2014) esclarecem que a Lei de Anistia foi promulgada com um *déficit* de legitimidade, tendo em vista que o espectro de liberdade e de representação política do Congresso Nacional em agosto de 1979 era significativamente restrito, já que nem todos os parlamentares eram efetivamente eleitos pelo voto direto do cidadão. Ou seja:

No Parlamento não houve um acordo, mas sim a disputa entre dois projetos de anistia, decidida por uma pequena diferença. Em segundo lugar, não se pode olvidar que ao falar-se de “oposição livre” em 1979, falamos na prática de uma “oposição consentida” [...] Em terceiro lugar, não existia relação de igualdade ou equidade entre os pretendidos sujeitos do acordo. De um lado, os governantes e a força de suas armas, de outro, a sociedade civil criminalizada, presa ou pelas grades de ferro ou pelas leis ilegítimas de exceção. Por último quando se verbaliza que a anistia “para os dois lados” seria uma condição para reconciliação, revela-se aí a sua face autoritária, ao produzir-se uma chantagem odiosa e repressiva: a concessão de uma liberdade restrita somente seria admitida com a condição da impunidade. (ABRÃO E TORELLY, 2014, p. 68)

Em 28 de agosto de 1979, foi aprovada por maioria de 206 a 201 votos, a Lei n° 6.683, o projeto de anistia bilateral e restrita proposto pelo governo militar, se tornando um marco jurídico fundamental para o processo de redemocratização do país, e também parte da estratégia do Estado de uma transição política controlada, perpetuando o esquecimento e a impunidade. Para Napolitano (2014), a expressão “crimes conexos”, presente no artigo 1° da referida lei, foi a forma que os dirigentes militares acharam para que, futuramente, a sociedade civil não pudesse responsabilizar o Estado e seus agentes dos crimes cometidos em nome do regime.

Considerando o que foi exposto, constrói-se que o processo de abertura do país, marcado pela promulgação da Lei da Anistia e a gradual retirada dos militares do poder,



teve seu andamento iniciado, determinado e controlado pelo regime ditatorial. Ademais, observa-se a tentativa do Estado de empregar a anistia como mecanismo de omissão e impunidade dos anos de repressão e violência. Paiva de Souza (2019) parte do pressuposto de que o fosso deixado pela anistia dificulta o processo de cicatrização do passado ao ser privado do luto, primeiro porque tenta constituir um cerco de esquecimento em torno do passado, segundo porque garante a impunidade aos beneficiados pela medida.

## **LEGADOS AUTORITÁRIOS E A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO**

Contemporaneamente, apura-se permanências autoritárias dentro do sistema político e jurídico brasileiro, resquícios do regime militar que perpetuaram-se durante a redemocratização. Zaverucha (2010) explicita que houve um processo de manutenção de alguns aspectos jurídico-legais na Constituição de 1988 em relação à Constituição de 1967 – e sua emenda de 1969 –, sobretudo cláusulas relacionadas com as Forças Armadas, Polícias Militares estaduais, sistema judiciário militar e de segurança pública em geral.

Para o autor,

Há resquícios autoritários sem precedentes nas instituições estatais, que muitas vezes sobressaem-se em relação aos preâmbulos democráticos garantidos formalmente pela Constituição de 1988, realçando não somente o viés autoritário que marca a formação social brasileira, mas a função das instituições repressivas e o caráter de vigia que se instaura na sociedade. (ZAVERUCHA, 2010, p. 45)

Adotando o conceito de Pereira (2010), legados autoritários são configurações institucionais que sobrevivem à transição democrática e intervêm na qualidade e na prática das democracias pós-autoritárias. Concebe-se que as permanências autoritárias nas instituições brasileiras são resultantes de um processo de transição política controlada pelo regime ditatorial, que impossibilitou uma ruptura total com o regime autoritário, e, da mesma forma, permitiu que militares mantivessem suas prerrogativas nas estruturas políticas do país, evitando futuras reivindicações de reparação e justiça. Ademais, a Lei de Anistia implementou barreiras legais, dificultando a investigação ampla da responsabilidade das instituições que colaboraram, direta ou indiretamente, com o regime.

Além da não responsabilização das violações cometidas pelos agentes do Estado autoritário, o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade<sup>207</sup> (2014) evidencia a inacessibilidade de documentos do período autoritário, impedindo que o número exato de

---

<sup>207</sup> A Comissão Nacional da Verdade foi instalada em 16 de maio de 2012. Ela teve prazo de dois anos para apurar violações aos direitos humanos ocorridas no período entre 1946 e 1988, que inclui a ditadura (1964-1985). Para mais informações: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php>

mortos e desaparecidos fosse apurado, em especial a falta de acesso à documentação produzida pelas Forças Armadas, oficialmente dada como destruída.

A política de silêncio e esquecimento cria um obstáculo para a reparação das vítimas e seus familiares, que se deparam com barreiras frente ao Judiciário, de forma que seus torturadores e assassinos continuam livres até hoje, conforme revela o grupo de trabalho da Justiça de Transição no Ministério Público Federal (MPF), que já reúne mais de 40 ações na Justiça Criminal. Acrescido disso, em 2017, em seu relatório Crimes da Ditadura Militar, informa que foram ajuizadas 27 ações penais em face de 47 agentes do Estado (militares, delegados de polícia, peritos) envolvidos em episódios de falsificação de laudos, tortura, sequestro, morte e ocultação de cadáver cometidos contra 37 vítimas e o resultado do relatório até aquela época era de passividade do Judiciário.

Não obstante, cabe ressaltar que, indo na contramão da impunidade e esquecimento, o governo brasileiro pós-autoritário promoveu políticas públicas de enfrentamento do esquecimento e da repressão. Em 1995, promoveu, mediante a Lei n° 9.140, também chamada de Lei dos Mortos e Desaparecidos, uma importante medida de enfrentamento das violências cometidas pelo governo que a transição política tentou esconder. A lei, “resultado de quase duas décadas de luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos (que contaram com o apoio constante de organizações nacionais e internacionais de proteção-promoção dos direitos humanos)” (GALLO E GUGLIANO, 2013, p. 287), em seu artigo 1°, reconheceu como mortas as pessoas que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, deste então, desaparecidas, sem que delas haja notícias. A lei, igualmente, criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP).

Em 2010, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2006 e 2007 – 2010), mandou ao Congresso projeto de lei que criava a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8° do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. Aprovado em 2011 e sancionado pela ex-presidente Dilma Rousseff, a CNV foi instalada no dia 16 de maio de 2012, ligada à Casa Civil, composta por sete membros, indicados pelo Presidente da República, fundamentada pela Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Nesse sentido, as medidas adotadas nos países que vivenciaram a ditadura militar, de forma a promover “o conhecimento do que aconteceu, os parâmetros morais e jurídicos para avaliar o que aconteceu, a solidariedade para com as vítimas e a vontade de que o que aconteceu não se repita” (PORTINARO, 2011 *apud* TOSI E SILVA, 2014), constroem a chamada justiça de transição. O objetivo principal da justiça de transição é reparar as violências cometidas pelos regimes autoritários para evitar a repetição do que aconteceu, “colocando (pelo que é humanamente possível) um ponto firme, uma virada de página, um ponto de não-retorno, uma cláusula pétrea no pacto social que funda um Estado Democrático de Direito” (TOSI E SILVA, 2014, p. 45).

Partindo dos conceitos desenvolvidos sobre processo de justiça de transição – a reparação, o fornecimento da verdade e a construção da memória –, o caminho a ser tomado é:

1) **Reconhecimento:** moral e político oficial das responsabilidades do Estado pelos crimes praticados por agentes públicos, reparação moral e ressarcimento material dos danos sofridos pelas vítimas e pelos familiares.

2) **Justiça:** punição dos agentes públicos que cometeram crimes durante a ditadura, o que no caso brasileiro implica na reavaliação e reabertura da Lei de (auto)anistia de 1979;

3) **Memória e verdade:** resgate amplo dos conhecimentos e informações ocultadas durante o período ditatorial. (TOSI E SILVA, 2014, p. 45). Outra

medida de suma importância é reforma das instituições perpetradoras de violações contra os direitos, humanos, que não foi percebida no contexto brasileiro quando da redemocratização.

À vista disso, sem a implementação dessas medidas por parte do Estado, observa-se uma democracia fraca com um passado autoritário mal resolvido, a mercê de crises políticas e socioeconômicas que trazem à tona a vulnerabilidade do Estado Democrático Brasileiro, desestabilizam as estruturas democráticas do país e legitimam as bases para uma intervenção das Forças Armadas na crise iminente.

Se a reparação individual é um meio de buscar reconciliar cidadãos cujos direitos foram violados, que têm então a oportunidade de verem o Estado reconhecer que errou, devolvendo-lhes a cidadania e, se for o caso, reparando-os financeiramente, por sua vez, as reparações coletivas, os projetos de memória e as ações para a não repetição têm o claro objetivo de permitir a toda a sociedade conhecer, compreender e, então, repudiar tais erros. A afronta aos direitos fundamentais de qualquer cidadão singular igualmente ofende a toda a humanidade que temos em comum, e é por isso que tais violações jamais podem ser esquecidas. Esquecer a barbárie equivaleria a nos desumanizarmos. (COMISSÃO DE ANISTIA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014, p.11)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho teve como proposta de análise as permanências autoritárias presentes no Brasil, ou seja, legados autoritários que sobreviveram a abertura política no fim do regime militar e enfraquecem as estruturas democráticas do país, além de demonstrar sua influência no sistema jurídico brasileiro. Conforme o exposto, o aparelhamento do sistema jurídico do país com o regime militar, mediante a criação de uma legalidade autoritária, bem como o controle exercido pelos militares durante a transição, principalmente com a promulgação da Lei da Anistia que, não obstante tenha sido um marco fundamental para a redemocratização, foi empregada como um instrumento de não responsabilização das violências perpetradas, permitiram que o Estado autoritário garantisse o direito ao esquecimento para suas medidas repressivas, diferente do ocorrido nos países do Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile e Uruguai) que também vivenciaram ditaduras entre 1960 e 1970 e promoveram medidas de reparação, com o julgamento dos militares e com o reconhecimento expresso por parte do Estado do passado violento. A falta da justiça de transição no país, que anda em passos lentos, estabelece uma democracia fraca, sujeita a intervenções autoritárias durante a ocorrência de crises políticas, econômicas e sociais.

As manifestações antidemocráticas percebidas no país desde meados de 2014, levantam uma bandeira de apoio ao golpe civil-militar e manifestam-se a favor das medidas autoritárias promovidas, como o fechamento do Congresso Nacional, a censura e as percepções políticas. É a repetição do passado mal resolvido, varrido para baixo do tapete. Portanto, cabe ao governo e à sociedade a implementação de políticas públicas justiça de transição, com intuito de garantir os direitos fundamentais à justiça, à reparação, à verdade e a memória, principalmente no âmbito das reformas institucionais e no reconhecimento das medidas repressivas e violentas promovidas durante o regime de exceção, de forma a estabelecer um diálogo responsável com o passado, assegurando que não haja permanência de heranças autoritárias no nosso presente.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo. Mutações do conceito de anistia na Justiça de Transição Brasileira: a terceira fase da luta pela anistia. *In*: TOSI, G. *et al* (org). **Justiça**

**de transição:** direito à justiça, à memória e à verdade. 1. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 63 – 86.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Livro-Relatório Projeto Brasil: Nunca Mais.** Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.** Brasília: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm). Acesso em: 20 set. 2020.

\_\_\_\_\_. **Crimes da Ditadura Militar.** Brasília: Ministério Público Federal, 2017.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Criminal nº 1.239.** Relator(a): Ministro Antônio Neder. Data do Julgamento: 05 dez. 1978. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur111191/false>. Acesso em: 15 dez. 2020.

CÂMARA, Heloisa Fernandes. **STF na Ditadura Militar Brasileira: um tribunal adaptável?** Tese de Pós-Graduação. UFPR: Curitiba, 2017.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade.** 1 ed. Brasília: CNV, 2014. Disponível em <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acessado em 19 ago. 2020.

COMISSÃO DE ANISTIA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Marcas da memória: um projeto de memória e reparação coletiva para o Brasil***In: TOSI, G. et al (org). Justiça de transição: direito à justiça, à memória e à verdade.* 1. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 11 – 13.

FERNANDES, Ananda Simões. **A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva.** Revista Antíteses, UEL: Londrina, v. 2, n. 4, p. 831-856, nov. 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/2668>. Acessado em: 03 set. 2020.

GALLO, Carlos Artur. GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Legados autoritários, políticas de memória e qualidade da democracia no Brasil. *In: GALLO, C. A.; RUPERT, S. (org). Entre a memória e o esquecimento: estudo sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil.* Porto Alegre: Editora Deriva, 2013. p. 285 – 301.

LEMONS, Renato. Poder Judiciário e Poder Militar (1964 – 1969). *In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). Nova história militar brasileira.* Rio de Janeiro: Editora FGV / Bom Texto, 2004, p. 409 – 438.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2014.

PEREIRA, Anthony. Sistemas judiciais e repressão política no Brasil, Chile e Argentina. *In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, J. D. A (org). Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil.* 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2009. p. 203 – 224.

SOUZA, Mayara Paiva de. A anistia na Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88: entre memórias e silêncios. *In: Gallo, Carlos Artur (org). Anistia: quarenta anos, uma luta, múltiplos significados.* 1. ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2019. p. 113 – 150.

TEÓFILO, João. Lembrar ou esquecer? Punir ou perdoar? As disputas por anistia no Brasil durante a ditadura e a atuação da grande imprensa. *In: Gallo, Carlos Artur (org). Anistia: quarenta anos, uma luta, múltiplos significados.* 1. ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2019. p. 79 – 112.

TOSI, Giuseppe; SILVA, Jair Pessoa Albuquerque. A Justiça de Transição no Brasil e o processo de democratização. *In: TOSI, G. et al (org). Justiça de transição: direito à justiça, à memória e à verdade.* 1. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 41 – 60.

ZAVERRUCHA, Jorge. **Relações civil-militares: o legado autoritário da constituição brasileira de 1988.** *In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). O que resta da ditadura.* São Paulo: Boitempo, 2010.

**“O SHOW DO ENCONTRO”: CENSURA MUSICAL E RESISTÊNCIA  
POLITICA NO PALCO DO TEATRO CASTRO ALVES (TCA) EM  
SALVADOR-BA NO ANO DE 1972**

**GEORGE GENESIS ALVES GAMA<sup>208</sup>**

**RESUMO**

As linhas que se seguem foram escritas com a finalidade de investigar o “Show do Encontro”, que é o nome atribuído ao primeiro espetáculo juntos de Caetano Veloso e Chico Buarque, que eram nos anos de 1960 dois ídolos marcados pela rivalidade de empedistas e tropicalistas, e é justo por isto que se consagra como uma espécie de símbolo da reconciliação dos artistas. A apresentação aconteceu no Teatro Castro Alves (TCA), situado na cidade de Salvador, capital baiana, entres os dias 10 e 11 de novembro de 1972, em meio à outra grande tensão, pois para além de rivais históricos ambos eram vistos como subversivos pelo governo militar, visto que dividia o mesmo palco um ex-presos político e um dos cancionistas mais censurados no Brasil, e que haviam retornado ao país após viver experiências distintas no exílio político. Há poucos anos foi descoberta uma documentação até então sigilosa a qual possuímos acesso em que agentes do regime civil-militar brasileiro trocam toda sorte de informações e revelam que existiram episódios ali que feriam a moral das famílias que estavam no local e a legislação censória vigente, assim transformando o “Show do Encontro” em alvo de severas represálias.

**Palavras-chave:** Censura; Resistência; MPB.

**Introdução**

O provérbio popular “a primeira vez a gente nunca esquece” serve-nos à medida que nos permite demonstrar o quão sintomático para a pesquisa histórica é a primeira vez de Caetano Veloso e Chico Buarque dividindo o mesmo palco, isto é, a primeira apresentação musical dos cancionistas juntos, realizada no palco do Teatro Castro Alves (TCA), localizado na cidade de Salvador, capital da Bahia, entre os dias 10 e 11 de novembro do ano de 1972. Torna-se inesquecível por estar imersa em duas grandes tensões, são elas: se, por um lado, reunia pela primeira vez dois ícones marcados pelas rivalidades de duas tendências antagônicas da canção popular brasileira dos anos de 1960: a MPB e o Tropicalismo musical; por outro lado, colocava no mesmo palco um dos artistas mais que eram mais perseguidos do país e um ex-presos político,

---

<sup>208</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local (PPGHIS) / Universidade do Estado da Bahia (UNEB – Campus V, Santo Antônio de Jesus – BA). Bolsista na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

recémadvindos ao país após uma temporada no exílio político. Em decorrência do grande potencial comercial, o primeiro espetáculo musical dos cancionistas, cujo nome é “Show do Encontro”, por ser uma espécie de símbolo de reconciliação, acabou sendo perpetuado fonograficamente com a produção do célebre “LP Caetano e Chico Juntos e Ao Vivo” de 1972, que é fruto de gravações feitas ao vivo no show. Ao escarafunchar o arquivo digital “Documentos Revelados”, foi por nós encontrados uma documentação sigilosa produzida pelos agentes da comunidade de informações que revela que o show foi amplamente monitorado, assim como o processo de produção do disco, uma vez que quando o material que iria ser gravado foi enviado à censura prévia, trechos de algumas canções foram vetados, e por ser fruto de gravações feitas ao vivo, enxertaram em estúdio palmas e gritos da platéia, para abafar o som dos trechos proibidos, e, assim, obter a liberação. À vista disso, propusemo-nos, a uma reflexão e investigação que tem por objetivo compreender como o “show” e o “disco” acabaram representando uma ameaça à política e aos padrões morais e comportamentais vigentes durante o período da ditadura civil-militar brasileira, desencadeando, por conseguinte todo um processo de censura à apresentação, aos cancionistas e, especialmente, as canções que foram por eles exibidas durante os dois dias de espetáculo.

### **As tensões**

Caetano Veloso e Chico Buarque já foram líderes de tendências diferentes. Mas isto é coisa do passado: o tempo dos festivais e da tropicália. Agora, ambos já desenvolvem seus trabalhos sem atritos e com muitos pontos em comum. Essa semelhança foi o principal motivo da sua união recente em um show de Salvador. O espetáculo foi gravado pela Philips e será lançado em LP, no início do próximo ano com o título “Caetano e Chico Juntos e Ao Vivo”.

Folha de São Paulo, São Paulo, 10 de dezembro de 1972.

As representações no qual está envolto o histórico primeiro encontro de Caetano Veloso e Chico Buarque começaram a ser construídas a partir de meados dos anos de 1960. A matéria da Folha de São Paulo ilustra bem a rivalidade que foi sendo forjada nos debates populares e acadêmicos, nos jornais e revistas e nos programas televisivos por aficionados pelos cancionistas, por conseguinte, criando “uma constante mútua referência, como que pairando um inaudito paralelo inevitável” (CORREA, 2016, p. 19) entre os dois maiores entusiastas de duas tendências antagônicas da música popular brasileira, a saber: A MPB e o Tropicalismo. Mas não sejamos ingênuos, uma vez que tais rivalidades eram na maioria das vezes criadas e alimentadas pela indústria fonográfica

e artistas – os cancionistas em questão chegaram até mesmo a trocar algumas farpas na imprensa – como forma de promover determinados gêneros musicais, cancionistas e canções dentro do mercado de bens culturais brasileiro<sup>209</sup>. A primeira exibição realizada juntos aconteceu no Teatro Castro Alves (TCA), situado na cidade de Salvador, capital baiana, entre os dias 10 e 11 de novembro do ano de 1972, tendo como mote por um ponto final na antiga rivalidade dos cancionistas, apagando de uma vez por todas as velhas intrigas, tanto que foi batizado como o “Show do Encontro”. Todavia, a apresentação estava imersa noutra grande tensão, pois reunia no mesmo palco Caetano Veloso que era um ex-presos político e Chico Buarque que era um dos artistas mais perseguidos do país por conta da canção “Apesar de Você”<sup>210</sup> e que haviam regressado há pouco tempo ao país após uma temporada no exílio (eles tiveram experiências distintas, pois Caetano Veloso foi preso e exilado, enquanto Chico Buarque foi para o autoexílio). Os cancionistas, em consequência, estavam muito mais ameaçados por prováveis represálias advindas do governo militar, por isso havia toda uma necessidade em preservar a sua segurança para, assim, poder evitar que episódios como o da peça “Roda Viva” voltassem a se repetir, quando os artistas foram brutalmente agredidos e o cenário da peça totalmente depredado por hediondos agentes do Comando de Caça aos Comunistas (CCC). A tática da produção foi fazer estardalhaço, atraindo o máximo de pessoas, tanto que o show contou com cerca de 4000 pessoas, formado na sua maior parte por jovens estudantes.

A expectativa em relação a uma possível represália do regime civil-militar não se chegou a se concretizar de maneira legal, pelo menos não no primeiro dia de apresentação, pois diferentemente do que se podia imaginar o show não estava sendo monitorado por um técnico de censura, destoando por demais do funcionamento padrão da censura musical. Tal atividade consistia na emissão de licenças para que certos estabelecimentos conseguissem explorar comercialmente as canções que já haviam sido

---

<sup>209</sup> Não é de o nosso interesse explorar tal rivalidade e nem nos cabe fazer uma longa recuperação da história e da historiografia da música popular brasileira, mas demonstra o quão sintomático é a investigação histórica.

<sup>210</sup> A canção “Apesar de Você” apesar de possuir uma evidente crítica à política de Estado da Ditadura Civil Militar conseguiu passar pela censura prévia sem quaisquer retaliações, se tornando em pouco tempo um sucesso nacional, e, também, logo associada por parte da sociedade civil ao governo militar, por via de exemplo o “você” da letra da canção foi associada à hedionda persona do General Presidente Emilio Garrastazu Médici, apesar de Chico Buarque explicar que a canção se referia apenas a uma mulher mandona. Mas a desculpa não colou e a canção acabou sendo proibida e em seguida o compacto integrado por ela, detentor do mesmo nome foi censurado e retirado de circulação, após estes episódios passou a ser representada como uma canção que ludibriou a censura e a ser uma das trilhas sonoras da resistência civil ao governo militar brasileiro.



liberadas e, também, no monitoramento a posteriori da apresentação por algum Técnico de Censura para averiguar se as determinações da censura prévia estavam sendo respeitadas e cumpridas. Em linhas gerais o processo censório pode ser resumido apenas à censura prévia das letras das canções e a “fiscalização da programação musical de bares, *shows* e restaurantes” (CAROCHA, 2007, p. 71). Por outro lado, ocorre o fenômeno chamado de “supercensura” ou “censura extraoficial” (SOUZA, 2010, p.95), pois militares de alta patente que estavam na platéia jugaram que o conteúdo do espetáculo feria a moral das famílias presentes, tanto que por está razão comparecerão no dia seguinte (11 de novembro de 1972) a delegacia para denunciar os episódios que presenciaram. O Inspetor que tirava o serviço naquele dia sintetizou a denúncia em quatro pontos centrais, são eles:

1º Apresentação de Caetano Veloso como um homossexual, pintado de batom e com trejeitos afeminados; 2º Apresentação de uma música “ANA”, de Chico Buarque de Holanda, na qual existem termos imorais – “sacana”, etc; 3º Apresentação de uma senhora, convidada de Caetano Veloso, que cantou samba de roda, no qual fazia referências aos olhos e os artistas presentes colocavam as mãos nos olhos, boca, idem, as mãos na boca e finalmente dizia no “lelê, lalá”, e os artistas colocavam as mãos no sexo; 4º No final do show, Caetano Veloso chamou o público para o palco dizendo “o teatro é do povo” [...]colocando a estrutura do mesmo em perigo, e com isso foi necessário à intervenção de bombeiros, os quais foram vaiados após ter Caetano Veloso dito: / “É, o teatro não é do povo” (PALMAR, 2012).

Após as denúncias foi mobilizado um verdadeiro cerco ao “Show do Encontro”, formado por uma “Técnica de censura”, um “Inspetor” e um “Agente” da Polícia Federal, que agiram juntos para evitar que os episódios do dia anterior se repetissem, destoando mais uma vez funcionamento padrão da censura musical, tornando-se um caso de polícia. Posto isto, surge diante de nos algumas questões, são elas: *Porque o espetáculo não foi monitorado por um técnico de censura desde o seu primeiro dia, o fato de ser protagonizado por cancionistas tidos a priori como subversivos, não era motivação o suficiente? Porque o segundo dia de apresentação foi transformado num caso de polícia? Em suma, o que levou a censura musical aplicada contra o “Show do encontro” destoar tanto do funcionamento padrão, ou seja, a censura feita na Bahia diferia da de outros locais?*

## **A censura**

Antes de mais é importantíssimo contextualizar de modo breve a censura musical, portanto, vale ressaltar que fazia parte do conjunto mais amplo das diversões

públicas, que englobava a censura a TV, Teatro, Cinema e Rádio, além das letras e dos shows de música. A censura das diversões públicas juntamente com a censura à imprensa escrita, a espionagem, a polícia política e a propaganda política se constituíram enquanto os “pilares básicos” (FICO, 2007, p. 175) do regime civil-militar brasileiro, que por sua vez, se valeu deste grande aparato repressivo para suprimir a ausência de legitimidade política e garantir a aceitação dos seus atos dentro da própria corporação militar, e, perante todo o restante da sociedade civil. Apesar de ser rapidamente associada na memória social, apenas ao período da Ditadura Civil-Militar, a censura já vinha sendo realizada de modo legal desde a ditadura varguista. A censura das diversões públicas foi uma atividade legal, realizada de maneira prévia desde a constituição de 1934, visando à preservação da moral e dos bons costumes das tradicionais famílias brasileiras, tanto que largas parcelas da sociedade civil lhe conferiam legitimidade.

A censura prévia das diversões públicas diferentemente de outros órgãos do aparelho repressivo não foi criada, mas adaptada às necessidades coercitivas do regime civil-militar, que logo nos primeiros momentos após o golpe, viram-se obrigados a uniformizar, normatizar, profissionalizar e, sobretudo, centralizar as atividades censórias. As urgentes adaptações fizeram-se sentir devido a alguns fatores, como: as normas e leis já ultrapassadas; o quadro de técnicos insuficientes e despreparados; e, principalmente, o funcionamento regional que, por conseguinte, ensejavam enormes discrepâncias nos processos censórios, como por exemplo, uma canção, por vezes, recebia um parecer contrário numa região e favorável noutra e vice-versa, causando muitos desconfortos. Todavia, o processo de centralização não se efetivou totalmente, porque, esbarrava nos encarniçados conflitos entre as censuras regional e federal, por causa de diferentes interesses de toda ordem, portanto, o que determinava era na realidade “o fato de as censuras regionais não quererem perder seu poder de censurar independentemente da opinião” (CAROCHA, 2007, p. 39) federal, por conseguinte, ensejando um funcionamento apenas a nível regional. A nossa intenção, na verdade, é chamar atenção para o fato de que mesmo não totalmente independente da censura federal as censuras regionais possuíam suas especificidades, explicando dessa maneira pelo menos em parte o porquê de o processo censório empreendido contra o “Show do Encontro” ter destoado tanto dos seus procedimentos padrões.

Os primeiros estudos que versam sobre a censura musical foram marcados pela escassez de fontes, entretanto, existe uma grande produção memorialística produzida

por cancionistas e produtores musicais que tiveram as suas canções censuradas e seus shows vigiados, não obstante, são bastante limitados uma vez que realizaram apenas a enumeração das canções censuradas e demonstraram o que foi ou não vetado e substituído. As produções bibliográficas mais consistentes começaram a aparecer somente a partir da década de 1990, com o paulatino e burocrático processo de liberação da documentação sigilosa que possibilitou a elaboração de um bom número de novos estudos, que concentraram as suas atenções sob quatro pontos centrais de discussão, a saber: 1º Os processos de centralização, uniformização, burocratização e profissionalização da censura; 2º As motivações e os procedimentos da censura musical; 3º O carácter do processo censório: “moral” ou “político”; 4º Os períodos de maior ou menor repressão das atividades censórias dentro do período da Ditadura Civil Militar brasileira (1964-1985). Em que pese os avanços alcançados, os novos estudos por privilegiarem a perspectiva macro e serem construídos a partir de estudos seriais ou quantitativos não enxergam as especificidades dos processos censórios, que como já foi por nós pontuado, apresentavam singularidades que diferenciava a atuação da censura musical de uma região para outra. Levando em consideração a discussão apresentada é formulada a seguinte problemática: *Quais eram as dinâmicas e as vicissitudes do processo de censura musical no Estado da Bahia?*

### **O show**

Logo depois da denuncia, alguns agentes (Técnica de Censura, Inspetor e Agente) foram incumbidos da missão de ir ao teatro e com o máximo de cautela, haja vista o grande número de pessoas na plateia, impedir que os episódios da noite anterior fossem repetidos. Os agentes, com tal propósito, compareceram ao segundo dia de show (11 de novembro de 1972) e de imediato foram aos camarins dos cancionistas cobrar esclarecimentos e impor algumas sanções, mas que por sua vez, apresentaram condutas bem distintas uma da outra. A atitude de Caetano Veloso é tentar amenizar o teor das denúncias, explicando que o tal samba de roda é apenas folclore do recôncavo baiano e que não continha imoralidade nenhuma e em relação aos bombeiros explica que sua intenção não era para com as autoridades, mas sim com a administração do teatro que estava sempre criando empecilhos. Mas apesar dos esclarecimentos do cancionista, o samba de roda teve a exibição proibida. Por outro lado, Chico Buarque discordava das críticas em relação à canção “Ana de Amsterdam”, sendo bem taxativo ao pontuar que a

esta foi liberada pela censura musical e que constava na relação de canções já apresentadas previamente pela entidade realizadora do evento e aprovadas pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) da Bahia. Em decorrência do fato de a canção já ter sido liberada e ter tido a apresentação aprovada, para evitar futuros transtornos, os agentes não impediram a execução da referida canção. Após esclarecimentos e restrições foi dado início ao show, mas desta vez estava sendo monitorados bem de perto pelos agentes, que produziram relatórios com a mesma tônica. Vejamos o que o Inspetor relatou:

#### DO SHOW

quanto a Caetano Veloso:

a) Trejeitos Homossexuais: a música do folclore Lelê-lala não foi cantada; não chamou ninguém ao palco; quando no final começaram a subir no palco, pulou para a platéia. Foi acatada das instruções e notou-se respeito à censura, embora dissesse que é contrário. quanto a Chico Buarque:

a) postura masculina normal; b) Entretanto, ao final do show cantou “APESAR DE VOCÊ”, de modo qual gritante, notando-se grande empolgação.

#### CONCLUSÃO

Notamos colocados ao palco estava um grupo de homossexuais, hippies e cabeludos, que pareciam contratados do grupo de artistas, e foram exatamente eles que invadiram o palco e, após o encerramento do espetáculo, cantaram “APESAR DE VOCÊ” [...]. Já em Belo Horizonte, onde estive lotado na SR/MG, acompanhava as provocações de CHICO BUARQUE DE HOLLANDA, sempre desrespeitando as determinações com relação a “APESAR DE VOCÊ” - ora dá os acordes, ora diz a letra, e finalmente sábado cantou a toda força. A nosso ver [...] é necessário que se coloque um fim nestes episódios que somente desgastam as autoridades. Este é o relatório (PALMAR, 2012).

Em linhas gerais podemos observar que havia toda uma preocupação com a orientação sexual dos cancionistas, bem como um enorme incomodo com as performances de Caetano Veloso e com a balburdia provocada pelo grupo de homossexuais, hippies e cabeludos quando subiram ao palco para cantar a já censurada canção “Apesar de Você”. Embora incomodados, os agentes informaram em seus relatórios que Caetano Veloso respeitou as determinações, assim mantendo uma postura cordialidade com a censura – a seguir veremos que não é uma verdade – e que a única coisa que infringia a legislação censória era o fato de a canção “Apesar de Você” ter sido entoada por Chico Buarque, numa clara ação de afronta e desrespeito para com as restrições da censura de diversões públicas.

## **O disco**

É imprescindível, antes de mais, chamar atenção para o fato de que em razão da popularidade e, principalmente, da rivalidade dos dois ícones da música popular

brasileira, o “Show do Encontro”, acabou tendo, por conseguinte, um gigantesco potencial comercial. Haja vista, todo este potencial comercial não passou despercebido, sendo rapidamente identificada pela Philips – empresa que detinha os direitos autorais dos cancionistas – que decidiu sem demora perpetuar o espetáculo fonograficamente, e com tal propósito, enviou a Bahia uma equipe que registrou em fita várias horas do show e sob o critério de gravar as canções que ainda não haviam sido gravadas produziram o célebre “LP Caetano e Chico Juntos e Ao Vivo”, e para o deleite de seus fãs foi lançado perto do natal daquele ano. Afinal, o disco, é um LP (Long Play) em formato de vinil, composto por 11 faixas. Listadas abaixo:

**Lado A:**

- 1) *Bom Conselho* (Comp.: Chico Buarque) – Chico Buarque;
- 2) *Partido Alto* (Comp.: Chico Buarque) – Caetano Veloso;
- 3) *Tropicália* (Comp.: Caetano Veloso) – Caetano Veloso;
- 4) *Morena dos olhos d'água* (Comp.: Chico Buarque) – Caetano Veloso;
- 5) *Rita* (Comp.: Chico Buarque) / *Esse Cara* (Comp.: Caetano Veloso) – Caetano Veloso;
- 6) *Atrás da Porta* (Comp.: Francis Hime e Chico Buarque) – Chico Buarque.

**Lado B:**

- 1) *Você não entende nada* (Comp.: Caetano Veloso) / *Cotidiano* (Comp.: Chico Buarque) – Chico Buarque e Caetano Veloso;
- 2) *Barbara* (Comp.: Chico Buarque e Ruy Guerra) – Chico Buarque e Caetano Veloso;
- 3) *Ana de Amsterdam* (Comp.: Chico Buarque e Ruy Guerra) – Chico Buarque;
- 4) *Janelas Abertas nº 2* (Caetano Veloso) – Chico Buarque;
- 5) *Os Argonautas* (Comp.: Caetano Veloso) – Caetano Veloso.

Todavia, quando o material que iria ser gravado foi enviado à censura prévia trechos das letras de algumas canções foram vetados, são elas: “Partido Alto”, “Atrás da Porta”, “Barbara” e “Ana de Amsterdam” – todas elas são canções de Chico Buarque –, mas por serem resultados de gravações feitas ao vivo, as partes proibidas não podia substituídas<sup>211</sup>, assim, para conseguirem a liberação do disco, foi enxertado em estúdios de outras letras e barulhos da plateia, que podem ser percebidos através da audição do disco.

Em vista disso fica bastante claro que há uma conexão entre os episódios do show com a posterior censura do disco, em especial, porque somente trechos de canções de Chico Buarque foram vetados, denotando desse modo que teve retaliações por ele ter desrespeitado as restrições da censura musical com relação à canção “Apesar de Você”.

---

<sup>211</sup> Era uma prática comum na censura musical a substituição dos trechos das letras das canções vistos como impróprios para evitar transtornos e prejuízos financeiros aos cancionistas e, especialmente, as suas gravadoras.

Outro episódio que confirma está hipótese se deve ao fato de que as canções (a exceção é a canção “Partida Alto”) que já haviam sido aprovadas de antemão sem qualquer alteração, sofreram vetos em partes das suas letras a posteriori da realização do espetáculo. O exemplo mais sintomático, nesse sentido, provém da canção “Ana de Amsterdam” que tinha sido aprovada sem nenhuma mudança ter o termo “sacana” vetado após ser um dos pontos – como vimos acima – principais da denúncia que levou o show e ser monitorado. A respectiva canção por sua vez só conseguiu ser liberada quando foi inserido em estúdio o som da letra “b” no lugar da letra “s”, convertendo dessa maneira “sacana” em “bacana”. Por último, vamos relatar outro caso que revela o quanto a censura musical era falha à medida que não conseguiram identificar que as determinações da censura musical não foram desrespeitadas por ambos os cancionistas e não exclusivamente por Chico Buarque, visto que a canção “Partido Alto” passou pela censura e teve trechos vetados e substituídos, mas foi interpretada na versão original por Caetano Veloso. À vista disso, propusemo-nos, a uma reflexão que tem por objetivo entender como *o show e o disco acabaram representando uma ameaça à política e aos padrões morais e comportamentais vigentes na ditadura civil-militar brasileira, desencadeando todo um processo de censura à apresentação, aos cancionistas e as canções que foram por eles exibidas.*

## **A teoria**

Ao final das linhas do artigo apresentaremos os prismas teóricos e metodológicos, bem como a concepção de história pela qual iremos investigar o nosso objeto de estudo e responder aos nossos questionamentos e objetivos – já pontuados no corpo do trabalho. Nesse sentido, convém destacar que o respectivo estudo está vinculado à especialidade da História conhecida como História Cultural e que a intenção aqui é nos aproximar dos pressupostos teóricos dos seus principais nomes, a saber: do grande historiador francês Roger Chartier, e, em especial, da sua noção de “representação”, que parte da premissa de que a História Cultural tem por objetivo central identificar o modo como em “diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, 16-17). A noção de representação e os apontamentos de modo geral elaborados pelo respectivo autor se constituem enquanto o alicerce teórico do nosso trabalho, uma vez que nos ajuda a interpelar os interesses políticos, econômicos, sociais, ideológicos, religiosos e culturais

que forjaram a construção da representação do “espetáculo” e do “disco” como ameaças à ditadura civil-militar brasileira, e, conseqüentemente, dignos de severas represálias. Segundo o horizonte teórico, inaugurado por Roger Chartier, as representações do mundo social são construídas em meio a um terreno marcado por encarniçadas batalhas, que não são necessariamente “políticas” ou “econômicas”, mas sim batalhas de “representações”, cujos desafios se apresentam em termos de poder e de dominação de uma classe por outra. Nas suas palavras,

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supôneas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1990, 17).

Em contrapartida houve toda uma resistência à conjuntura sócio-política e as suas práticas coercitivas, especificamente, a censura musical, uma vez que os produtores musicais, cancionistas e plateia, mesmo que com uma margem de manobra bem restrita, valiam-se de táticas que não eram sempre nem tão diretas como cantar canções já censuradas à semelhança de “Apesar de Você”, mas de performances, tal qual a balbúrdia feita pelos cancionistas ao lado de um grupo de “homossexuais”, “hippies” e “cabeludos”. Por esta razão nos aproximamos, também, de Michel de Certeau, e, em especial, do seu conceito de “tática”, o que grosso modo significa dizer que os dominados empreendem táticas, que são na sua perspectiva muito mais que estratégias, visto que a sua liberdade de manobra é restrita, dessa maneira, operando dentro de limites criados pelos dominantes (CERTEAU, 1994). Tal conceito é bem vindo porque nos ajuda a identificar as táticas empregadas por produtores musicais, cancionistas e plateia para conseguir driblar o cerco montado pela censura musical e alinhar uma “rede de recados”<sup>212</sup> críticos tanto a política quanto aos padrões morais e comportamentais vigentes durante o período da ditadura civil-militar brasileira.

As reflexões de Durval Muniz a respeito da relação entre história e região, e, particularmente, o seu conceito de “região”, são caras ao nosso trabalho à medida que

---

<sup>212</sup> A expressão “rede de recados” foi utilizada pela primeira vez pelo musicólogo José Miguel Wisnik.

nos permite vislumbrar as dinâmicas e as vicissitudes da censura musical realizada na Bahia. Antes de qualquer coisa, é válido frisar que o autor ao longo de sua argumentação procura defender a concepção de que escrever a história da região e do local é “fazer a história da invenção das regiões e do local em dado tempo, em dadas condições históricas” (ALBUQUERQUE JR, 2015, p.56). Entretanto, no que se refere, ao conceito de região fala que os historiadores devem entendê-lo,

por aquilo que ele é desde sua emergência, um conceito político, um recorte no espaço produzido por afrontamentos e lutas em torno de distintos interesses. [...] Sempre que encontrar na documentação a designação região não pense que está corresponde a uma mera segmentação num todo espacial, que está é um mero recorte no espaço da nação, o que daria a esta noção um sentido naturalizado, mas pense como sendo fruto de delimitações territoriais, tanto físicas, quanto econômicas, quanto políticas, quanto simbólicas feitas a partir da luta de distintos grupos sociais, entre diferentes interesses de toda ordem, o que efetivamente dá a ela seu caráter histórico (ALBUQUERQUE JR, 2015, p.51).

A região é, portanto, uma construção, seja ela política, econômica, social, ideológica, religiosa ou cultural, permeada por relações de poder e por conflitos de classe. E é através deste prisma teórico que poderemos especular sobre as especificidades do processo censório baiano, haja vista que tinha um funcionamento apenas a nível regional, desvendando o conjunto de toda sorte de interesses que levou o Show do encontro a não ter a 1º noite monitorada e a ter a 2º noite de exibição transformada em um caso de polícia, destoando dos procedimentos padrões e dando uma dinâmica própria à censura realizada na Bahia.

Por fim, e não menos importante, é fundamental pontuar que abordagens seriais ou quantitativas que privilegiam a perspectiva macro não é o melhor método para a condução do nosso trabalho, pois não conseguem enxergar as especificidades das censuras regionais. Iremos, portanto, valer-nos, do mesmo modo, dos pressupostos teóricos de outro expoente da História Cultural, que é Carlos Ginzburg, um dos mais renomados historiadores italianos, reconhecido por ser um dos entusiastas da abordagem micro-históriográfica. Nesse sentido, vale destacar, que tal abordagem consiste na diminuição da escala de observação com o intuito de enxergar aspectos que certamente passariam despercebidos a macro-história tradicional, e, para colocar o problema de maneira ainda mais precisa, vamos fazer uma analogia: o historiador por sua vez que pretende a usar a abordagem da Micro-história tem que olhar o seu objeto através de um microscópio para enxergar uma realidade social mais ampla, enquanto o macro-



historiador tradicional usa um telescópio. Ou seja, os historiadores que se propõem a utilizar a método de abordagem micro-historiográfico devem estar sempre atentos, até mesmo aos menores detalhes e indícios de seu corpus documental para, assim, promover uma espécie de *análise intensiva* das fontes, perpassando por aquilo que o Carlos Ginzburg denominou por “paradigma indiciário” (GINZBURG, 1991, p. 143-179). Em linhas gerais o que objetivamos fazer é compreender as dinâmicas e as vicissitudes do processo censório baiano a partir de uma abordagem microhistoriográfica sob os processos políticos de censura musical e resistência que ocorreram no espetáculo realizado por Caetano Veloso e Chico Buarque no Teatro Castro Alves (TCA), na cidade de Salvador-BA, no ano de 1972, bem como de uma análise intensiva de nosso corpus documental<sup>213</sup>.

## **Conclusão**

Em conclusão, afirmamos sem medo de estarmos errados que a pesquisa em questão tem grande potencial acadêmico e social, pois ao passo que estudamos as especificidades do processo censório, o trabalho dá largos passos no sentido de sanar uma lacuna da historiografia que trata da censura musical feita pelo governo militar brasileiro. Em que pese premissas e conclusões diferentes – até onde levantamos – tais estudos por serem construídos a partir de abordagens seriais ou quantitativos e privilegiarem a perspectiva macro não conseguem enxergar as especificidades dos processos censórios que apresentavam singularidades que diferenciava sua atuação de uma região para outra. Impactamos, portanto, as produções historiográficas que versam sobre o tema à medida que nos debruçamos sob um objeto de estudo bem atípico, que é: o “Show do Encontro” através da metodologia da Micro-História, por conseguinte, dando-nos certa originalidade. Todavia, estamos enfrentando uma série de dificuldades, mas que não são impedimentos, a maior delas é acessar os arquivos físicos (grande parte das fontes foram coletas a priori junto a arquivos digitais) onde provavelmente podem se encontrar uma boa quantidade de documentos relevantes a nossa pesquisa, por causa de alguns fatores, como por exemplo, a burocracia, a falta de organização, o péssimo estado de conservação, e, principalmente, o isolamento social “essencial” ensejado há

---

<sup>213</sup> Em relação às fontes, é válido destacar que trabalharemos com um corpus documental bastante diversificado, mas que se complementam perfeitamente, portanto, para além da documentação sigilosa, iremos, do mesmo modo, nos valer da vasta memorialística, dos periódicos e canções da época, e, também, de relatos orais, pois a proximidade histórica e a grande quantidade de pessoas envolvidas dão-nos esta possibilidade.

algum tempo pela pandemia do COVID-19. Ademais, o isolamento social impossibilitou temporariamente a realização de entrevistas, portanto, mesmo tendo a possibilidade de trabalhar com depoimentos orais, uma vez que a proximidade histórica e a grande quantidade de pessoas envolvidas dão-nos a alternativa, achamos mais coerente não fazer a discursão no corpo do artigo, pois apesar de fazer leituras exploratórias sobre a metodologia da História Oral, não realizamos entrevista. Por outro lado, a referente pesquisa impacta a sociedade brasileira na medida em que os lembra da censura musical que foi uma entre as muitas atrocidades cometidas durante o período de vigência da ditadura civil-militar brasileira, que cerceou a liberdade de criação, produção, circulação ao vigiar, perseguir e exilar toda uma geração de cancionistas, quando experimentamos uma nova escalada das classes autoritárias e conservadoras na sociedade.

### **Referências Bibliográficas**

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **Um quase objeto: algumas reflexões em torno da relação entre história e região**. In: LEAL, Maria das Graças & FARIAS, Sara. História Regional e Local III: reflexões e práticas nos campos da teoria, pesquisa e ensino. Salvador, EDUNEB, 2015.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2004.

CAROCHA, M. L. **Pelos versos das canções: um estudo sobre o funcionamento da censura musical durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)**. Dissertação (Mestrado em História Social) - UFRJ, p. 130, 2007.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural – entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORREA, Priscila Gomes. **"Nada me consola" cotidiano e cultura nas canções de Caetano Veloso e Chico Buarque**. Salvador: EDUNEB, 2016.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Ed. 8. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

\_\_\_\_\_. **História do tempo presente, história oral e ensino de história**. In: RODEGHERO, Carla Simone, GRINBERG, Lúcia, FROTSCHER, Méri (org.). História oral e práticas educacionais. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

\_\_\_\_\_. História, tempo presente e história oral. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 3, n. 5, p. 314-332, 2002.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In. FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**. V. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Civilização Brasileira, 2007.

FIUZA, Alexandre Felipe. **Entre um samba e um fado: a censura e a repressão aos músicos – Brasil e Portugal nas décadas de 1960 e 1970**. Assis, 2006. Tese (Doutorado em história) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2006.

GAMA, George Genesis Alves. **Apesar de Você, Amanhã há de ser, Outro dia: Censura ao histórico primeiro encontro de Caetano Veloso e Chico Buarque no Teatro Castro Alves em 1972**. 2018. 98 f. Trabalho de conclusão de curso (monografia) – Curso de Licenciatura em História. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Feira de Santana, 2018.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In. \_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e historia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HEREDIA, Cecília Riquino. **A caneta e a tesoura: dinâmica e vicissitudes da censura musical no regime militar**. 2015. 150 F. Dissertação de Mestrado (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MOBY, Alberto. **Sinal Fechado: a música popular brasileira sob censura (1937-45/1969-78)**. Rio de Janeiro: Obra Aberta, 1994.

NAPOLITANO, Marcos. **Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959 1969)**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

\_\_\_\_\_. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 103-126, Julho 2004

SOUZA, Amilton Justo de. **É o meu parecer: a censura política à música de protesto nos anos de chumbo no regime militar do Brasil (1969-1974)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFPB. João Pessoa, p. 327. 2010.

WISNIK, José Miguel. **Anos 70. Música**. Rio de Janeiro: Europa, 1980.







## **ST- 19. LEIS, INSTITUIÇÕES E RELAÇÕES POLITICO-SOCIAIS NO IMPÉRIO DO BRASIL**

### **COORDENAÇÃO:**

**Prof. Dr. Williams Andrade de Souza  
(Universidade do Vale do Rio dos Sinos)  
Prof. Dr. André Carlos dos Santos (UFPE)**

## **O ADEUS DE GENEROSA: ESCRAVIDÃO E LIBERDADE CONDICIONAL PARA MULHERES NEGRAS NA PIRAÍ DO SÉCULO XIX.**

*Maria Eloah Bernardo<sup>214</sup>*

A alforria condicional pode ser reconhecida como forma de liberdade para os escravizados, sendo que a mesma pode se fazer na forma de prestação de serviços durante um prazo, ou através do pagamento à prestação do escravizado pela sua alforria, entre outros meios. Nessa esteira, este trabalho busca trazer consigo fragmentos da história de Generosa e seu filho Henrique, que no ano de 1878 foram acusados de roubar alguns pertences de seu senhor e fugirem da cidade do Pirai para a Corte acompanhados por um padre da vila e seu irmão. Falaremos aqui de uma fuga que buscava romper com as relações que estes possuíam com seu senhor, o que demonstra certo confronto entre as expectativas do senhor ao lhes dar a liberdade condicional e a vontade dos “quase libertos”, situados em um não lugar; em que não eram escravos, mas desempenhavam o papel de um, mas, ao mesmo tempo, não tinham a liberdade de ampliar seus espaços de autonomia. Assim, a fuga poderia ser um meio viável de legitimação desta liberdade, caso não fossem pegos. Histórias como estas nos ajudam a compreender um pouco mais sobre o cotidiano e anseios das mulheres escravizadas na Pirai do século XIX.

---

<sup>214</sup> Mestranda em História Social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, onde desenvolve pesquisa sobre mulheres e crianças no trabalho livre em Pirai no século XIX. E-mail: [eloah\\_98@hotmail.com](mailto:eloah_98@hotmail.com).

**Palavras chaves:** Liberdade condicional; Escravidão; Vale do Paraíba;

### **Conhecendo Pirai**

A cidade de nome Pirai se encontra no Vale do Paraíba Fluminense, sendo assim o desenvolvimento da então cidade deve ser compreendido dentro da conjuntura do Vale do Paraíba Cafeeiro, no sudeste do Brasil. Dessa forma, o Vale do Paraíba foi durante o século XIX responsável colocar o Brasil em evidência no mercado mundial de café (MARQUESE; TOMICH, 2015), portanto nos debruçamos sobre a dinâmica da região conhecida como médio paraíba que se encontra entre Barra Mansa e São Fidélis, dentro dessa passaremos a tratar do microcosmos de Pirai.

A cidade surgiu através de uma concessão de sesmarias à Antônio Breves e seus irmãos na então Vila de São João Marcos no ano de 1739, através de seu desenvolvimento tornou-se Freguesia da mesma no ano de 1817 e cerca de vinte anos depois foi desmembrada tornando-se a Vila de Sant'Anna do Pirai composta por quatro freguesias, sendo essas Sant'anna do Pirai, São João Batista do Arrozal, Dôres do Pirai e São José do turvo. (GANDRA, 2016).

A elevação ao patamar de cidade chegou no ano de 1874 e é fruto do seu grande desenvolvimento econômico seja pela cafeicultura, e pelo número de negócios locais que se expandiram de acordo com o desenvolvimento das plantations e da constante movimentação de mascates e outros grupos que esta trazia à cidade (PAULA, 2015). Por estar vinculada à exportação cafeeira, a Vila possuía um grande número de escravizados, que se encontravam não necessariamente trabalhando nas *plantations* mas em outros espaços que fossem necessários.

De acordo com o recenseamento de 1872, a região continha um número de 13.475 almas em relação a 11.933 pessoas livres, no entanto com o passar do tempo esse número foi decaindo, resultando um grande número de libertos, dentre eles se encontrava Generosa, seus filhos e tantos outros que de alguma forma se libertaram da escravidão. Em razão de um contexto de derrocada das instituições escravistas através de leis de emancipação gradual, como a que findou o tráfico infame de 1850 e a que libertava os filhos nascidos de mães escravas em 1871, sendo essa última baseada na Lei Moret de 1870 em Cuba (COWLING, 2018), além das ações mais radicais como as fugas, suicídios entre outros tipos de resistência a escravidão (CHALHOUB, 2011).

Neste sentido, a história de Generosa também deve ser compreendida dentro de um contexto de decadência da agricultura cafeeira na região, por conta do esgotamento



dos solos em contrapartida com a efervescência da agricultura cafeeira no Oeste Paulista (ABREU, 2013). Dentro deste quadro, podemos elencar a construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II que reduziu o trânsito de pessoas em Pirai, visto que agora o café passaria a ser transportado através do trem e não mais pelos mascates e tropeiros que passavam pelas estradas do município fazendo girar a economia local (PAULA, 2015).

## **O inquérito policial**

Antes de nos adentrarmos na especificidade da liberdade de Generosa e Henrique é necessário recuarmos um pouco para compreendermos mais as motivações dessa pesquisa. Podemos dizer que o que encontramos aqui é um fragmento de uma pesquisa maior sobre a escravidão doméstica na antiga Vila de Sant'Anna do Pirai, para esta partimos de fragmentos da história de três mulheres, dentre essas encontramos um inquérito policial levantado por João Almeida Santos contra o capelão de uma das freguesias da Vila, Francisco Maria Berardi e seu irmão.

Dentre os milhares processos criminais esse inquérito poderia ser somente mais um<sup>215</sup>, mas nos chamou atenção por falar de uma possível sedução do padre para que a parda Generosa<sup>216</sup> roubasse pertences de João Almeida e partisse para a Corte. Ao debruçarmos sobre o processo, obtemos através dos depoimentos da mesma, de seu filho Henrique, dos réus e demais testemunhas um pouco mais sobre o cotidiano dessas pessoas.

Podemos compreender que, Generosa era escravizada junto com seus quatro filhos menores, Leopoldina, Sabina, Emigaiu [sic], e Henrique, e que no ano de 1869, antes do falecimento de D. Antonia Luiza da Conceição foram tidos como libertos com a condição de servir à João até que o mesmo viesse a falecer. Desde então permaneceram vivendo com o antigo senhor, para o qual prestavam serviços, sobre suas funções nada fora mencionado, mas podemos supor através da fonte que trabalhavam no ambiente doméstico.

---

<sup>215</sup> A coleção de Processos Criminais do Arquivo Municipal de Pirai possui cerca de 1228 arquivos que compreendem os anos de 1837 até o ano de 1936 e é composta por diversas categorias como, sumário Crime, Habeas Corpus, homicídios, suicídios entre outros assuntos relacionados.

<sup>216</sup> Utilizamos o termo parda para manter a menção original como se encontra no inquérito. AMP. cx -. 004.02.01.557. Inquérito Policial. O juízo – autor Padre Francisco Maria Berardi e Francisco Maria Berardi – réus. 1878.

Sobre Generosa além do que já foi dito, sabemos que possuía 35 anos, era natural de Itaguahy<sup>217</sup>, filha de Izabel liberta<sup>218</sup> e amancebada com Francisco, o réu do processo. Seu filho Henrique, o único que participou ativamente do inquérito tinha entre 13 e 14 anos, era natural do Bananal<sup>219</sup> e possuía incertezas sobre sua condição jurídica.

Tendo como base esses dados se faz necessário aprofundarmos um pouco mais sobre os autos criminais como fontes para o fazer histórico uma vez que, os testemunhos podem nos ajudar a compreender um pouco das complexidades das relações sociais ali existentes. Neste sentido, um inquérito policial como este, parte inicialmente da queixa de João contra os réus na subdelegacia de polícia.

Desta ação em diante os testemunhos e as informações são passadas ao escrivão que passa transcrever tudo o que lhe foi dito, sendo verídico ou não, neste processo as ações dos indivíduos se tornam autos que tornam possível os debates no âmbito jurídico. De acordo com César Mucio Silva (2004), é comum perceber em processos criminais a ação dos agentes jurídicos que utilizavam das normas sociais vigentes no período para interferir na defesa de determinada pessoa, ou na culpabilidade da mesma, podendo assim garantir a manutenção de determinadas normas sociais.

Dessa forma, podemos dizer que há certa distância entre o que realmente ocorreu e o que é um documento legal, este processo pode ser denominado de “simplificação dos fatos” (GEERTZ, 1997. 257), mas é necessário nos atentarmos nas ações dos agentes jurídicos sobre esta, pois dependendo da forma como for utilizado pode atenuar as relações entre partes. Clifford Geertz (1997), ao se debruçar sobre o estudo das leis, reconhece a simplificação dos fatos como necessária para criar uma representação dos atos a serem julgados, e nos estimula a compreender com sensibilidade o que ocorreu para além da documentação processual.

Retornamos então ao inquérito de João Almeida Santos que alega que Francisco

---

<sup>217</sup> Região relativamente próxima de Pirai, reconhecida no período pela sua policultura.

<sup>218</sup> Prezamos por manter o termo liberta como expresso na documentação.

<sup>219</sup> Bananal nesse caso pode fazer referência à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal, região pertencente à Itaguaí.

Maria Berardi havia seduzido a “escrava e seu filho Henrique”<sup>220</sup> a pegar alguns artefatos dele e fugir para a Corte, com a ajuda de seu irmão João Batista Berardi. Através da análise documental que Generosa e Henrique saíram sim da casa que viviam com João, e alegou ter ouvido João dizer que iria “meter-lhe o bacalhau”<sup>55</sup> por conta de sua relação com o padre. Disse ter saído com seu filho em uma terça feira indo para Itaguaí e que voltaram no sábado, ficando alguns dias na casa de uma conhecida e quando partiu para a cidade fora encontrada. Sobre o possível roubo, nada lhes foi perguntado muito menos foi respondido.

Através dos depoimentos de Francisco e seu irmão João é possível saber que eles de fato viajaram para a Corte em dias diferentes, e nenhum deles foram com Generosa. Francisco alega sim ter um relacionamento com Generosa, mas que não esteve na corte com eles, e que só os encontrou no domingo na casa da desconhecida e do irmão. Nada lhes foi perguntado sobre o suposto roubo, além de dizerem não saber se Generosa era maltratada, no entanto alguns moradores dos arredores haviam lhe dito que sim.

As testemunhas do justificante falaram ter visto o capelão Francisco na Corte, que o mesmo estava hospedado no Hotel Caboclo, e que o mesmo andava pela cidade, ia geralmente no mesmo destino que eles acreditavam ser o esconderijo de Generosa com Henrique, no entanto, não puderam confirmar por não terem visto mãe e filho nas ruas. Apesar das justificativas de João o roubo não foi comprovado, não acarretando nenhuma pena à Francisco e seu irmão, enquanto Generosa e Henrique mesmo sendo libertos deveriam voltar para cumprir a condição de sua liberdade.

Nossa função aqui não é analisar se essa foi uma fuga arquitetada entre Generosa e seu companheiro, mas sim apontar sobre alguns aspectos que são importantes para compreendermos mais sobre o cotidiano da mulher e daqueles que a cercam. Com base no inquérito sabemos que mãe e filhos foram alforriados condicionalmente e que a iniciativa dessa liberdade partiu de João e sua esposa por influência de um homem que era compadre dela, que pode ter intercedido a seu favor e das crianças

(ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).<sup>56</sup> O segundo ponto interessante é o fato do condicional, Generosa e seus filhos ainda eram vistos por João como seus escravos.

---

<sup>220</sup> Na justificação do processo João chama Generosa de sua escrava, o que pode demonstrar que a alforria em prestação de serviço neste caso era um meio de garantir com que Generosa e os menores sempre o servisse, evitando fugas ou até mesmo a tentativa de comprar a manumissão através de pecúlio pela parte destes. Com base nesta fala, é possível supor que apesar da documentação que comprova a liberdade

<sup>55</sup> A expressão meter-lhe o bacalhau, retirada do processo neste sentido, expressa o ato de dar uma surra em alguém.

<sup>56</sup> Ao ser compadre de Generosa, Bonifácio José Pereira Júnior era padrinho de um de seus filhos, por ser negociante e conseqüentemente com uma situação financeira melhor que a da mulher, este, de acordo com a historiografia sobre o tema, cumpria o papel de dar assistência espiritual e material para seus afilhados, ou até mesmo interceder por eles quando necessário. Neste sentido o testemunho de Bonifácio demonstra essa intercessão, mesmo quando alegava que a mesma teria sido seduzida.

roubo não ser mencionado durante os depoimentos, o que nos faz pensar que a questão do roubo possa ter sido uma dissimulação do próprio João, seja para conseguir mais empenho policial na busca pelos fugitivos, ou para tentar prejudicar o Capelão, no intuito de separá-lo de Generosa entre outras mais.

No entanto, mesmo após ilustrarmos mais sobre o inquérito, é necessário voltarmos à questão principal que envolve este trabalho, a questão da liberdade condicional, ou pelos termos encontrados nos autos, a liberdade com reserva em serviço. O fato de ser liberta, mesmo com condição, pode ter influenciado no julgamento do inquérito, assim como poderia lhe trazer diversas perspectivas de vida para si e seus filhos. Destarte, problematizamos aqui as distintas expectativas dessa liberdade tanto para a mulher e seus filhos, quanto para seu antigo proprietário, dentro deste contexto o fato de a mulher ter fugido de seu ambiente de trabalho pode demonstrar um pouco mais sobre este conflito.

### **Limites da Liberdade**

Compreendendo um pouco mais sobre o inquérito policial passaremos a tratar do traslado da carta de liberdade que se encontra anexo ao processo. Buscaremos então, com base nas concepções do jurista oitocentista Perdigão Malheiro<sup>221</sup> compreendermos mais sobre o que de fato é uma pessoa *statuliber* através da alforria concedida à Generosa e seus filhos.

De acordo com Perdigão Malheiro, o termo *statuliber* não se encontrava na legislação imperial do oitocentos, no entanto, as Ordenações Filipinas fazem referência à alforria condicional. Dessa forma, esta era baseada no conceito de *statuliber* advindo do Direito Romano, em que este “[...] não era verdadeiramente escravo; e a necessidade de designarem esta idéia nova fez inventar até essa expressão, que não é *servus*, nem *liber*, nem *libertinus*. (MALHEIRO, 1866)”

---

<sup>221</sup> Nascido em 1824, Agostinho Marques Perdigão Malheiro se formou na Faculdade de São Paulo em direito, e se tornou presidente do Instituto dos Advogados Brasileiro entre os anos de 1861 e 1866. Publicou em 1866 a obra dividida em 3 partes, intitulada “A escravidão no Brasil - ensaio histórico, jurídico e social”, que será utilizada aqui como base para a compreensão da manumissão condicional.

Portanto, ser *statuliber* ou possuir uma liberdade condicional representava um status jurídico um tanto quanto ambíguo, uma vez que, uma pessoa nesta condição ao mesmo tempo que não possuía a plena personalidade jurídica de uma pessoa livre, também não poderia sofrer as mesmas restrições de personalidade jurídica na qual um escravizado era sujeito<sup>222</sup>. Essa ambivalência não estava restrita somente aos aspectos jurídicos, mas poderia se dar também na prática cotidiana. Essa confusão pode ser expressada através do depoimento de Henrique, que ao ser perguntado sobre sua situação respondeu que “não sabendo se é livre ou escravo, mas que vive em companhia de João Almeida Santos” (Inquérito policial, 1878).

Essa insegurança sobre o próprio status jurídico pode demonstrar a incerteza dessa liberdade, por ser menor e bem pequeno quando lhes foram passado a alforria condicional o rapaz não sabe identificar se vive como livre ou como escravo. Um dos motivos poderia ser por conviver diretamente com João, em uma realidade de trabalho doméstico, apesar de não registrarem sua ocupação era possível que o mesmo exercesse, pelo menos até adquirir alguma especialização, tarefas semelhantes à de sua mãe que era tida como doméstica (MUAZE, 2016). Dessa forma, apesar de alforriados perante a lei, enquanto não servissem João até seu falecimento não poderiam ser tidos como livres, o que pouco mudou na prática seu cotidiano.

A alforria neste caso específico se concretiza através da reserva de serviço até o falecimento do antigo proprietário, no entanto este tipo de alforria onerosa poderia ser realizada através de mais condições, como através do pagamento de determinada quantia, ou até mesmo uma prestação de serviço com prazo entre 7 anos, para mais ou para menos. Destarte, a alforria condicional poderia, de acordo com Peter L. Eisenberg, com o passar do tempo se assemelhar à um contrato de trabalho firmado entre o proprietário e o escravizado, o que vem a reforçar cada vez mais a deslegitimidade da escravidão para o mesmo, uma vez que este possui a capacidade de firmar um contrato frente ao juízo.<sup>223</sup>

Se pensarmos dessa forma, é possível compreender a alforria passada por D. Antonia Luiza e João um meio de garantir que independentemente do que acontecesse, que eles teriam pessoas para manterem suas necessidades, até os últimos dias de sua vida.

---

<sup>222</sup> Segundo Mariana Armond Dias Paes em sociedades como a do Brasil oitocentista cada um possuía a classificação dos indivíduos em grupo, como livres e escravos, libertos, ingênuos definia o grau de direitos que cada uma dessas pessoas teriam no âmbito social. Dessa forma, quando um escravizado buscava adquirir a liberdade no âmbito jurídico significava que a mesma lutava para alterar sua personalidade jurídica, no intuito de garantir mais direitos para si.

<sup>223</sup> Os escravizados podiam firmar contratos, mas este poder contratual era limitado uma vez, que não podiam exigir judicialmente o cumprimento destes.

Isto se torna evidente, uma vez D. Antonia antes de falecer alega que Generosa havia cuidado dela com todo carinho enquanto tinha saúde e quando teve alguma moléstia, por isso, gostaria que seu esposo pudesse desfrutar dos mesmos serviços até o fim da vida. Dessa forma, criava-se uma estabilidade, onde a liberdade dos cinco dependeria de fazerem com maestria aquilo que lhes eram designados a fazer evitando fugas, ou eventuais problemas entre escravizados e proprietários.

De acordo com Perdigão Malheiro, é possível termos algumas conclusões<sup>224</sup> sobre a condição jurídica dos *statuliber*, que buscaremos relacionar com o que pode ser encontrado através do inquérito em questão. Em primeiro lugar, “o *statuliber* é liberto, embora condicional, e não mais rigorosamente escravos” (MALHEIRO, 1866), dessa forma, é possível compreendermos um dos motivos de Generosa e Henrique não terem recebido uma pena para escravizados, como por exemplo serem açoitados, mas sim terem sido designados a voltarem a exercer a função delimitada na condição.

Dessa forma, é interessante salientar que apesar de serem ordenados a voltar ao trabalho, este mesmo que obrigado, não pode ser considerado “propriamente servil”. Em outras palavras, não estamos falando especificamente do que é conhecido como trabalho livre, mas de um trabalho que apesar de trazer características das funções que já desempenhavam como escravos, não o era, portanto, não estavam sujeitos aos castigos aplicados aos escravos, nem de ter sua família separada, seja por venda, hipoteca e outros aspectos (RIBEIRO, 2011).

Além dessas noções, os *statuliber* não devem ser processados como escravos, no caso específico de Generosa e Henrique eles não foram processados, mas participaram do inquérito policial respondendo por si sobre tudo o que fizeram, como demonstra a 7ª conclusão de Perdigão Malheiro onde, “responde pessoal e diretamente pela satisfação do

---

<sup>224</sup> As conclusões apontadas pelo jurista são em sua totalidade dez como não exemplificarei todas traremos na íntegra todas elas: “1.º que o *statuliber* é liberto, embora condicional, e não mais rigorosamente escravo; 2.º que ele tem adquirido desde logo a liberdade, isto é, o direito; ou antes, tem desde logo sido restituído à sua natural condição de homem e personalidade; 3.º que só fica retardado o pleno gozo e exercício da liberdade até que chegue o tempo ou se verifique a condição; à semelhança dos menores, que dependem de certos fatos ou tempo para entrarem, emancipados, no gozo de seus direitos e atos da vida civil; 4.º que pode fazer aquisições para si, como os menores; 5.º que não é passível de açoites nem de penas só exclusivas dos escravos; nem ser processado como escravo; 6.º que não pode ser alienado, vendido, hipotecado, adquirido por usucapião; é mesmo crime de reduzir à escravidão pessoa livre: 7.º responde pessoal e diretamente pela satisfação do delito como pessoa livre; 8.º os filhos da *statulibera* são *livres e ingênuos*, visto como livre é o ventre; a condição ou o termo não mudam nem alteram a sorte da mãe quanto à sua verdadeira e essencial condição de livre: 9.º que o serviço, a que o *statuliber* seja ainda obrigado, já não é propriamente *servil*; 10. que não há aí patronos a respeito mesmo dos assim libertos, à exceção somente do próprio ex-senhor.”

delito como pessoa livre”, assim como Francisco e João responderam os autos como homens brancos, e, portanto, livres.

É interessante levarmos em conta a especificidade das crianças *statuliber*, neste caso os filhos de Generosa no ano de 1869, quando fora passada a alforria condicional passaram a serem visto como livres, mais precisamente ingênuos. Nessa conjuntura, o termo ingênuo busca demonstrar que os menores eram vistos como se tivessem nascido de ventre livre e nunca tivessem sido escravos, diferentemente de sua mãe. No entanto, é importante salientar que a Lei 2.040 do ano 1871, pode ser vista como resultado de um esforço já antigo de mulheres que buscavam a liberdade para seus filhos antes mesmo de se pensar na promulgação desta, dessa forma a ação dos escravizados e doutros agentes da sociedade se tornam imprescindíveis na construção da lei (COWLING, 2018)<sup>225</sup>.

Dentro deste quadro, Generosa foi alforriada devido aos serviços prestados por ela, e seus filhos também seriam mesmo sendo menores e não necessariamente teriam cuidado de D. Francisca. Se nos basearmos em Henrique, único no qual sabemos a idade enquanto os seus irmãos são referidos como menores, no período do inquérito possuía entre 13 e 14 anos. Quando a alforria fora passada o mesmo tinha cerca de 5 anos logo, não tinha muitas funções de trabalho, o que não significa que com o passar dos anos o mesmo se manteria na mesma situação. Como já mencionamos aqui, o trabalho infantil era comum na época, portanto, ao estender a alforria para os menores era possível garantirem também a mão de obra dos mesmos.

Por conseguinte, ao alegar que “ajudava a criar” os filhos da ex-escrava, João estaria garantindo o controle sobre menores tidos como ingênuos, os criando em um ambiente de trabalho e disciplina com dinâmicas tão precárias quanto a da escravidão. Este tipo de atitude se tornou um destino comum para crianças nascidas após-1871, quando passavam a serem inseridas em novas formas de trabalho dito livre (ARIZA, 2018).

## **De volta ao inquérito**

---

<sup>225</sup> Buscamos aqui resgatar a influência do papel do indivíduo através das lutas de mulheres escravizadas em se manterem com seus filhos diante da escravidão e como diversas ações costumeiras foram importantes, além de outros fatores para uma legislação emancipacionista. Seguindo assim, o pensamento Thompsoniano de ver as leis não somente como objeto de dominação de classe, mas como resultado da articulação social perante as desigualdades.

Após compreendermos mais sobre o que implica uma alforria condicional é possível elencar algumas hipóteses para a “fuga”, se é que podemos assim chamar a saída de Generosa com Henrique. Levando em consideração que somente Henrique estava com a mãe, não parece possível que ambos partiram e deixaram para trás o resto da família, além do mais, não se sabe se eles realmente roubaram os pertences do antigo proprietário, visto que não há evidência de roubo no processo. Outro fato suspeito, é que mãe e filho retornaram para um local próximo a João, se realmente iriam para corte não teriam motivos para retornarem em tão pouco tempo.

É possível nos pautarmos na hipótese de que a fuga de Generosa com Henrique, seja uma escapadela, uma fuga provisória. Assim, ao descobrir que João não fazia gosto de seu relacionamento com o padre, com receio dos maus tratos de seu senhor, Generosa optou por se ausentar por um tempo como meio de reivindicar por algo, neste caso, pelo seu relacionamento com Francisco (REIS; SILVA, 1989). Dessa forma, as informações do inquérito, por mais que não represente uma solução legítima para o caso, servem para compreendermos mais sobre o cotidiano no qual crianças e mulheres *statuliber* estavam inseridas, demonstrando na prática as ambiguidades da alforria condicional.

Partimos do pressuposto da existência de um conflito sobre as distintas visões de liberdade<sup>226</sup>. Dessa forma, para João e sua finada esposa o ato de conceder a alforria condicionada para Generosa e seus filhos era uma maneira de mantê-los a seus serviços sempre que precisasse, garantindo mais estabilidade para si e sua família, controlando assim eventuais problemas como fugas, tentativas de compra de alforria, envenenamento entre outros. Criava-se assim um vínculo beneficente entre eles, onde, o então viúvo garantia os cuidados necessários para si e sua casa até a velhice, enquanto os escravizados se encontravam a um passo de se tornarem efetivamente livres.

Já para Generosa, a liberdade era poder se relacionar com quem quisesse sem receios de que o senhor precisaria aprovar aquele com quem se relacionava, tomando pra sim o controle do próprio corpo e das próprias vontades, além de poder ir e vir seja para a corte, para Itaguaí, ou qualquer outro lugar sem que seja cassada pela polícia e/ou pelo senhor. Para seus filhos, os significados de liberdade poderiam ser diversos, não podemos aqui nos basear nas ações de Henrique para todos, não é possível saber onde os outros se encontram nem mesmo o motivo de Henrique ter partido com sua mãe, no entanto, para

---

<sup>226</sup> Pegamos emprestado o termo “visões de liberdade” de Sidney Chalhoub para demonstrarmos como os significados desta podem ser variáveis de acordo com aqueles que buscam por ela.



ele a liberdade poderia significar bem mais do que “viver como livre” na casa do senhor. Tendo em vista os aspectos observados através de documentos como estes é possível conhecer além da configuração da legislação do período vigente como conhecer à contrapelo ao que consta na documentação um pouco do cotidiano e das dinâmicas sociais na qual essas pessoas estão inseridas. Através deste inquérito policial é possível delimitar os limites da alforria condicional, e os impactos desta na vida de uma mulher em tese liberta juntamente com seus filhos, dessa forma é possível captar um pouco da tensão constante no dia-a-dia de pessoas em processo de liberdade em um contexto escravista onde mesmo se fossem livres, deveriam estar em situação de subordinação.

## **Fontes:**

### *Fonte impressa*

AMP. cx -. 004.02.01.557. Inquérito Policial. O juízo – autor Padre Francisco Maria Berardi e Francisco Maria Berardi – réus. 1878.

### *Fonte digital*

MALHEIRO, Agostinho Perdigão. A Escravidão no Brasil – vol -. Rio de Janeiro, Typografia Nacional. 1866. Disponível em: [A Escravidão no Brasil - Vol. I - Agostinho Marques Perdigão Malheiro \(ebooksbrasil.org\)](http://ebooksbrasil.org). Último acesso: 23 ago. 2021.

## **Referências Bibliográficas**

GANDRA, Daniel Nogueira. A era negra do Vale: café, escravos e senhores em Pirai (Dissertação de Mestrado). CPDOC. 2016. 182 f.

## **O CLERO E A IMPRENSA NO BRASIL NAS REGÊNCIAS TRINAS (1831-1834)**

Victor Augusto Mendonça Guasti, UFES<sup>227</sup>

## **RESUMO**

O presente artigo busca discutir sobre a presença e a atuação política dos padres na Imprensa brasileira durante o início do Período Regencial. Através da disseminação da palavra escrita, os sacerdotes buscaram aumentar sua influência sobre a população local conseguindo, em alguns casos, uma projeção nacional através dos seus escritos, que os levaram a ocupar diversos cargos públicos. A pesquisa parte do entendimento que a imprensa é um lugar de atuação política, e que a presença sacerdotal na política e na imprensa se dá na correlação das estruturas do antigo regime com os novos espaços

---

<sup>227</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Associado ao Laboratório de História, Poder e Linguagens. Bolsista Capes.

políticos surgidos após a Revolução Liberal do Porto (1820). **Palavras-chaves: Padres na política, Imprensa, Período regencial.**

## **ABSTRACT**

This article seeks to discuss the presence and political performance of priests in the Brazilian press during the regency period. Through the dissemination of the press, the priests sought to increase their dominance over the local population, achieving, in some cases, a national projection through their writings. The research starts from the understanding that the press is a place of political activity, and that the priestly presence in politics and in the press occurs in the correlation of the structures of the old regime with the new spaces that emerged after the Liberal Revolution in Porto.

**Keywords: Priests in politics, Press, Regency period.**

## **INTRODUÇÃO**

Construído sobre bases cristãs católicas, o Brasil, ainda hoje, é um país predominantemente teísta. Dado isso, é comum que, mesmo após a separação entre Igreja e Estado ter sido avalizada pela Carta Magna de 1891, continuemos a assistir diversos episódios em que os devotos fervorosos buscam adestrar o país, suas leis e costumes a partir dos valores que eles julgam serem os mais corretos aos olhos de Deus. Esses grupos encontram voz e representação política nas bancadas do Congresso Nacional que se pautam pela defesa de valores estritamente religiosos, os quais muitas vezes não vão ao encontro do Estado Democrático de Direito que fora inaugurado pela Constituição de 1988.

Este fenômeno da interferência de religiosos (aqui tratados como aqueles que seguem uma religião) na política brasileira não é algo novo, mas presente desde a fundação do Brasil como país. Se, nos dias atuais, as diversas correntes cristãs buscam influenciar e dominar o cenário político nacional, nos primeiros anos do Brasil independente foram os clérigos católicos a deterem controle sobre grande parte do cenário político.

Sabe-se que o sacerdote é um ser dotado de carisma e capital político que exerce o seu poder simbólico nas igrejas e nos diversos espaços de atuação pública (SOUZA, 2010, p. 28-29). Diante disso, a partir da premissa de que a ação política se dá para além dos espaços oficiais do Estado, iremos discutir a ação dos padres brasileiros que buscaram influenciar os rumos políticos e sociais do início do Período Regencial através Imprensa.

Por tratarmos de padres jornalistas, utilizamos o conceito de *Representação* cunhado por Roger Chartier. Através dele, buscamos perceber que os discursos produzidos nunca são isentos ou neutros, mas são práticas sociais dotadas de intencionalidade e correspondentes a interesses específicos. Neste caso, esses interesses são os projetos políticos dos sacerdotes que se aventuraram junto às penas. (CHARTIER, 1990, p. 27)

Para analisar a Imprensa, espaço dos conflitos políticos regenciais, usaremos como referencial teórico o conceito de *esfera pública*, formulado por Jürgen Habermas, e adaptado como aporte teórico por Marco Morel. Assim, nos atentamos à “expressão letrada”, atentos à forma de utilização dos escritos, o ambiente em que foram formulados, a intencionalidade e a interação que os escritos tiveram com os diferentes atores políticos e sociais da esfera pública. (MOREL, 2005, p. 18)

Sobre o período analisado – o período das regências -, tal qual Marcelo Basile, compreendemos o Período Regencial como um “Laboratório da Nação”, em que diferentes projetos de nação são expostos e confrontados em um período com características próprias, para além de um vácuo de poder entre a renúncia de Dom Pedro I (1831) e o Golpe da Maioridade de Dom Pedro II (1840). (BASILE, 2009, p. 65) Da mesma forma, compreendemos a Imprensa do período como um ambiente no qual circulavam diversas linguagens e conceitos políticos, apresentavam-se variadas técnicas discursivas e estratégias de argumentação retórica, expunha-se a opinião pública e funcionava como espaços de sociabilidade. (BASILE, 2018, p. 4)

O recorte temporal escolhido, que abarca os primeiros anos da Regência (1831-1834), alicerça-se no fato de que é neste período que há um aumento significativo do número de impressos em circulação. Também é neste período que as três facções políticas - Restauradores, Liberais Moderados e Liberais Exaltados -, objetos das pesquisas, estão em atuação. Com a morte de Dom Pedro I (1834) e o advento das Regências Unas, a estrutura dos grupos políticos muda.

## **SACERDOTE E POLÍTICO NOS TEMPOS IMPERAIS**

O Brasil independente foi fundado sobre as estruturas políticas portuguesas. A constituição de 1824 definiu o país como um Estado confessional de tradição católica,

mantendo as estruturas do padroado<sup>228</sup> praticamente inalteradas<sup>229</sup>. Desta forma, o clero, que já exercia funções burocráticas e administrativas desde os primórdios da ocupação portuguesa no território brasileiro, vai exercer uma função vital e fundamental na constituição do Brasil como nação assumindo funções eleitorais, jurídicas e cargos eletivos.

Consoante José Murilo de Carvalho (2008, p. 154), o funcionamento burocrático nos anos iniciais do Brasil independente dependia do clero, dado ao fato de os sacerdotes serem funcionários públicos e serem grande parte do grupo letrado do país. Os párocos eram os braços do poder central nas localidades mais distantes do império, sendo eles os responsáveis pelos registros de nascimento (batismo), casamento e óbito, bem como pela organização do sistema eleitoral local.

Sendo uma parcela significativa do funcionalismo público, dispendo de educação (mesmo que deficitária<sup>230</sup>), prestígio popular, poder religioso e (muitas vezes) econômico, o clero era direcionado pelo próprio Estado para os espaços de exercício do poder. E, mesmo não existindo um corpo coeso de padres, com muitos participando de revoltas populares, a manutenção dos clérigos na burocracia era de interesse do governo por ser um recurso administrativo barato e que exercia grande poder sobre a população. (CARVALHO, 2008, p. 183 e 187)

O clero brasileiro fora engendrado nas estruturas do “regalismo católico pombalino”<sup>231</sup>, com uma formação voltada muito mais para as atividades burocráticas do Estado do que para o serviço clerical. Essa mescla de funções de homem público e sacerdote,

---

<sup>228</sup> O padroado se estruturava como “[...] uma combinação de direitos, privilégios e deveres concedidos pelo papado a Coroa”. No caso português, o padroado é fruto das diversas “concessões e privilégios outorgados pelo Papado aos reis de Portugal, à medida que a epopeia marítima iniciada em começos do século XV se ia desenvolvendo”. Sua expansão e estruturação se deu quando o Papa Nicolau V concedeu a D. Afonso V o direito de dominar e colonizar todos os territórios pertencente aos “infieis”, concedendolhe a o direito canônico de “fundar e erigir igrejas nas suas conquistas, e de as prover do clero necessário”. Ver: REGO, António da Silva. **O Padroado Português do Oriente**. Esboço histórico. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940. p. 239.

<sup>229</sup> O padroado brasileiro foi ratificado pelo Papa Leão XII, através da Bula *Praeclara Portualliae*. Nela, a Santa Sé reconheceu a emancipação do Brasil, bem como garantiu a Dom Pedro I o direito de construir novos templos, seminários e conventos; erigir novas paróquias; nomear bispos e criar dioceses. Por outro lado, o império era o responsável pelo pagamento das cômputas aos sacerdotes, possuindo o direito de parte da administração do dízimo arrecadado pela Igreja. Ver: NEVES, Guilherme Pereira das. *A religião do Império e a Igreja*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 383.

<sup>230</sup> Consoante José Murilo de Carvalho (2008, p. 182) a maior parcela do clero brasileiro possuía uma formação precária, não frequentando seminários e possuindo costumes distantes dos esperados de uma autoridade eclesiástica.

<sup>231</sup> O regalismo católico pombalino se caracterizou por uma série de reformas administrativas realizadas pelo Sebastião José de Carvalho e Melo - Marquês de Pombal (1699-1782), que tinham por objetivo subordinar a Igreja e o clero à Coroa, mantendo o Estado português católico, mas secularizando parte da administração e impondo controle sobre as interferências da Santa Sé. Ver: SILVA, Leandro Ferreira da. O

com uma formação pouco religiosa, aproximou muito os sacerdotes da população, indo na contramão da proposta de reforma tridentina<sup>68</sup> que propusera Roma alguns anos antes. Desta forma:

os padres do Brasil colonial pouco se distinguiram de seus fiéis, no dia a dia. Além do seu envolvimento com as questões de natureza temporal, não raro podiam-se ver padres sem o hábito sacerdotal, participando de festas profanas, amasiando-se e criando filhos. Esta proximidade dos padres com a vida cotidiana da população fez com que eles acabassem compartilhando dos mesmos problemas, demandas e sentimentos que seus fiéis. Consequentemente, os padres tornavam-se mais aptos a assumirem o papel de porta-vozes do povo, transformando-se em líderes populares em potencial (SOUZA, 2010, p.46).

O fato de o sacerdócio ser um caminho de ascensão social, muitos foram os ordenados que não possuíam interesses na vida religiosa. Padre Marcelino Pinto Duarte Ribeiro, a quem dedicaremos maior atenção nos próximos parágrafos, era filho de um padre e foi obrigado pelo pai a seguir carreira eclesial. Desta forma, por mais que tenha exercido suas funções clericais como vigário, viveu amasiado e deixou grande descendência. (CLAUDIO, 1912, p. 54) Sua atuação política foi em defesa de interesses econômicos e administrativos. Mesmo sendo opositor ao Diogo Feijó, apoiou o seu projeto de formar uma Igreja Católica Nacional, na qual o celibato não seria obrigatório. (SOUZA, 2010, p. 393)

Este grupo de sacerdotes, mais dotado das coisas do mundo do que das questões eclesiais, logo após receber a ordenação iniciavam uma campanha em busca de conquistar uma função em paróquias de freguesias bem localizadas. Quanto mais distante a paróquia dos centros de poder, menor as cõngruas, menor número de fiéis e maiores dificuldades para uma escalada política. Quanto mais próximo dos centros de poder político, maior as benesses e maiores as chances de sucesso na carreira política. Os clérigos com melhores condições financeiras, uma vez ordenados, costumavam migrar para a capital do império, em busca de maior proximidade com os círculos de poder, que garantiam melhores cargos religiosos e políticos (SOUZA, 2010, p. 115-116)

regalismo entre a norma e a prática: o caso dos carmelitas fluminenses (1750-1808). In: Simpósio Nacional de História, 26., 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, 2011.

<sup>68</sup> As reformas tridentinas são diretrizes aprovadas pela Igreja Católica a partir do Concílio de Trento (1545-1563) que buscavam, dentre outras questões, assegurar o controle da Igreja diante da reforma protestante e disciplinar o clero. No território português as determinações chegaram em 1564, através da Bula *Benedictus Deus* publicada pelo Cardeal Dom Henrique. Ver: ALVES, Mariana Rocha de Oliveira. Reforma Tridentina e Disciplinamento Social: a bigamia como um campo de observação do disciplinamento (Portugal, século XVII). In: Encontro de História da Anpuh-Rio, 17., 2016, Nova Iguaçu. **Anais [...]**. Nova Iguaçu: ANPUH-RIO, 2016.

Contudo, muitos outros foram os sacerdotes que alinharam a sua atuação política com a religiosa. Dom Romualdo Antônio de Seixas (1787-1860), que foi Arcebispo de Salvador (1827-1860), foi um grande defensor dos interesses da Santa Sé no Parlamento. Considerado o primeiro representante do ultramontanismo no episcopado brasileiro, teve a sua atuação política marcada pela defesa do papado, da disciplina do clero e da manutenção da comunhão total com Roma. (SANTOS, 2014, p. 92-95) Além do prestígio e do poder simbólico que o cargo de Primaz do Brasil lhe conferia, Dom Romualdo também atuou pelas letras, escrevendo o jornal *Noticiador Católico* (1848-1863), de conteúdo puramente religioso. (SOUZA, 2010, p. 62)

Os exemplos acima reafirmam que a atuação e os objetivos dos padres políticos do Brasil eram múltiplos e diversos. Com um grupo tão plural, formado com as mais diversas bagagens culturais e religiosas, partícipe dos mais variados círculos de associativos abertos no Brasil, os clérigos brasileiros estavam em constante contato com os mais diversos segmentos populares e políticos do país. Desta forma, “[...] as batinas acabaram por atuar como um importante elemento de ligação entre o centro e a periferia do Império” (SOUZA, 2010, p. 408)

A soma de todas essas questões levou os padres a um sucesso eleitoral entre 1822 a 1841. Durante esse período, cerca de 20% das cadeiras da Assembleia Geral foram ocupadas por clérigos. A representação numérica do clero só foi menor que a dos magistrados e atingiu o seu apogeu durante a regência unida do Padre Diogo Feijó (1835-1837), com 25 clérigos eleitos. (CARVALHO, 2008, p. 186; SOUZA, 2010, p. 17-18) Somente com o regresso conservador<sup>232</sup> e as reformas ultramontanas<sup>233</sup> que o clero deixa de participar diretamente da vida política do país.

---

<sup>232</sup> O chamado Regresso Conservador aconteceu entre o fim do período regencial e começo do segundo reinado, quando os políticos do grupo conservador assumiram o controle político do Brasil. O principal objetivo do regresso foi reforçar a autoridade monárquica e restabelecer a centralização político-administrativa do império, frente às províncias. Dentre os seus feitos destaca-se a Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1834; o restabelecimento do Conselho de Estado; e a reforma do Código de Processo Penal. Ver: MENDONÇA, Edilene C.; PEREIRA, Lupericio Antonio. O Regresso Conservador no pensamento de Justiniano José da Rocha, de Tavares Bastos e de Joaquim Nabuco. In.: Congresso Internacional de História, 5., 2011, Maringá. *Anais* [...]. Maringá: ANPUH, 2011. p. 2249-2255. Disponível em < <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/303.pdf> > Acesso em 14 de abril de 2021.

<sup>233</sup> A Reforma Ultramontana foi um movimento que surgiu após a Revolução Francesa e tinha por objetivo combater a secularização da sociedade moderna. Buscou reafirmar a autoridade e infalibilidade papal, renunciar a primazia da razão sobre a fé, reivindicar a independência da Igreja para com o poder civil e garantir um espaço de poder religioso sobre o Estado. No Brasil, as reformas ultramontanas começaram na segunda metade do século XIX e tinham por objetivo: moralizar o clero, consolidar as normas da Sé Apostólica, combater a religiosidade popular e garantir a ortodoxia da fé. Ver: SILVA, Rafaela Ferreira da.

Para além dos cargos eletivos ou da administração estatal, Françoise Jean de Oliveira Souza (2007, p. 5) nos aponta que a atuação política dos padres foi intensa e diversificada, participando de diversas revoluções e ocupando diversos espaços políticos e sociais, como as sociedades secretas, clubes associativos e a imprensa, objeto da discussão deste artigo.

## **ENTRE OS SERMÕES E OS PERIÓDICOS**

O começo da imprensa no Brasil se dá, oficialmente, com a chegada da Família Real e a fundação da Imprensa Régia em 1808. (MOREL, 2008, p. 23) Após a Revolução do Porto e o retorno de Dom João VI a Portugal, há um aumento significativo na circulação de periódicos, panfletos e manifestos que, livres da censura prévia, defendiam as mais diversas ideias e correntes políticas. (MOREL, 2005, p. 205)

Consoante Marco Morel (2008, p. 35), o fim do controle dos escritos fez crescer o número de jornais sem vínculos com o Estado e permitiu o surgimento da imprensa de opinião, propiciando o aparecimento do homem público na sociedade brasileira. Esse era “[...] o tipo do escritor patriota, difusor de ideias e pelejador de embates, e que achava terreno fértil para atuar numa época repleta de transformações”.

A presença de sacerdotes neste cenário foi intensa e constante. Muitos sacerdotes participavam da redação de jornais ou possuíam o seu próprio periódico. Segundo Isabel Lutosa (2000, p. 71), as imprensas eram um misto de repartição pública e de claustro. Sendo os padres responsáveis por levar boa parte da imprensa às regiões mais distantes do país (SOUZA, 2010, p. 59), a atuação clerical foi fundamental para fomentar a opinião pública, seja pela escrita, seja pelas leituras coletivas, pois estes possuíam a “[...] preocupação de atingir um público mais amplo e visto como despossuído e, por isso, carente de Luzes” (MOREL, 2008, p. 30).

É necessário lembrar que nesse momento histórico a imprensa não é vista como uma empresa, mas como um ambiente de circulação de ideias e um trampolim político para aqueles que desejavam subir na carreira política imperial. Mesmo que a edição de um pequeno jornal demandasse recursos, tendo em vista a escassez de anúncios, não era necessário ser muito rico para fazer circular um impresso. Da mesma forma que, como a



notícia não era vista como uma mercadoria, não era necessário demandar muito dinheiro para a compra de um folheto. (MOREL, 2008, p. 36)

Assim, é possível afirmar que a relação entre as batinas e as penas foi intensa e profícua no processo de independência e nos primeiros anos do Brasil enquanto nação. Somente entre os 87 clérigos que foram eleitos para como deputados gerais entre 1823-1841, 14 possuíam algum vínculo com a imprensa, seja escrevendo para algum jornal, seja possuindo o seu próprio impresso, e 36 realizaram alguma publicação não periódica, como livros e brochuras. (SOUZA, 2010, p. 59 e 63) E foi pela imprensa que muitos padres conquistaram reconhecimento e visibilidade que ultrapassou os limites das suas províncias e alcançaram o cenário nacional. Sendo vigorosos gladiadores na arena das penas, a presença do clero se deu em todas as correntes políticas e utilizou-se das mais variadas formas de escrita. (FELDMAN, 2006, p. 55)

Soma-se na relação entre os clérigos e as letras a função magisterial. Muitos foram os sacerdotes que administravam uma paróquia e lecionavam ao mesmo tempo. Cerca de 29% dos clérigos do Império também foram professores. Tal realidade estava alicerçada sobre as estruturas do Antigo Regime (que via a educação como transcendental), na ideia de que um bom padre também devia ser um bom professor, e no fato de o salário do professor ser maior do que o de pároco. (SOUZA, 2010, p. 55) A soma dos salários garantia a renda básica para a participação no cenário eleitoral – seja como eleitor ou como candidato – e a experiência na docência favorecia a desenvoltura com as letras para a atividade jornalística.

## **SACERDOTE E JORNALISTA NA REGÊNCIA**

A renúncia de Dom Pedro I (1831) alterou as estruturas políticas nacionais e, conseqüentemente, influenciou na atividade jornalística do Brasil. Houve um significativo aumento de autores, leitores e ouvintes buscando participar dos debates sobre o rumo da nação. As sociedades públicas e secretas e todas as associações manifestavam seus interesses e opiniões neste espaço de opinião pública em desenvolvimento. (ANGELO, 2015, p. 40) E os sacerdotes estavam presentes em todos esses cenários de discussão política, utilizando-se em demasia da imprensa, tendo em vista que, nela, podiam dizer aquilo que não poderiam no Púlpito ou na Tribuna. (SOUZA, 2008, p. 135)

Durante o Período das Regências Trinas (1831-1834), três facções dominavam o cenário político: os Liberais Moderados, que administravam o governo, pregavam um

governo centralizado na corte, com ampla maioria na Câmara dos Deputados; os Liberais Exaltados, que propunham um governo federalista e descentralizado, mas tinham fraca representação parlamentar; e os Restauradores (apelidados de *caramurus*), conservadores, defendiam o retorno do ex-imperador, com forte apoio no Senado. (MOREL, 2003, p. 33)

Os três grupos utilizaram a imprensa para discutir “[...] a vacância do trono, o acirramento dos conflitos no interior das elites política e intelectual, [e] o desenvolvimento da esfera pública” (BASILE, 2018, p. 4-5). Consoante Marco Morel (2005, p. 99-151), esses grupos utilizavam-se dos jornais para defender, em especial, os seus projetos de soberania. Os liberais moderados defendiam a soberania nacional, os restauradores defendiam os princípios monárquicos e os liberais exaltados advogavam pela soberania popular.

Sendo a imprensa a principal arena de combate entre as facções políticas fora dos campos institucionais, percebe-se que os indivíduos politizados se utilizavam de jornais e panfletos para expor suas ideias, bem como perseguir e atacar seus adversários políticos. (BASILE, 2014, p. 43) Tal atitude não foi diferente entre os padres. Não existindo coesão na atuação política do clero (CARVALHO, 2008, p. 183), podemos encontrar sacerdotes atuando e defendendo as três facções, bem como atacando os seus pares que pensavam diferente ou defendiam outros projetos para o Brasil. A fim de ilustrar as afirmações, buscamos trazer alguns exemplos de sacerdotes jornalistas, cada um envolvido com um grupo político.

Dentre os defensores de Dom Pedro I temos o padre Francisco Ferreira Barreto (1790-1851). Pernambucano, orador sacro, poeta e polemista político, exerceu diversos cargos na hierarquia da Igreja. Era defensor do absolutismo e contrário a uma constituição que limitasse os poderes do imperador. Participou da sociedade secreta *Coluna do Trono e do Altar* (1828-1829), que buscava restituir a monarquia portuguesa no Brasil. (RAMIRES, 2018, p. 323) Foi editor dos jornais *Relator Verdadeiro* (1821-1822), *Amigo do Povo* (1829-1830) e *O Cruzeiro* (1829-1831).

*O Cruzeiro* foi um pasquim de quatro a seis páginas, de numeração contínua como um livro, com a assinatura anual em 640 réis. Foram impressas 465 edições nos seus quase três anos de duração. (NASCIMENTO, 1966, p. 17-21) Com uma linguagem crítica e defesa irrestrita ao governo, padre Ferreira – como assinava seus artigos - acusava seus adversários políticos de republicanismo, e exigia punições a esses “[...] demagogos, farroupilhas, anárquicos e revolucionários” (FELDMAN, 2014, p. 40).

Diante da efervescência de críticas à atuação do imperador, o autor se mantinha fiel ao poder central, afirmando que o seu jornal se mantinha submisso ao defensor perpétuo do povo brasileiro e que os objetivos de sua atuação política sempre seriam a defesa do Imperador e constituição por ele outorgada. Respondia às críticas dos outros jornais com artigos elogiosos a Dom Pedro, a quem chamava de o invicto, o compassivo, o justo e o primeiro nas virtudes. (NASCIMENTO, 1966, p. 19 e 21)

Feita a renúncia de Pedro I, padre Ferreira se manteve fiel ao imperador e às suas convicções, defendendo o retorno do imperador ao governo. Tamanha era a influência do sacerdote e de seu grupo político, que o governo de Pernambuco passou a temer um levante de aspirações restauradoras. Por essa razão, deliberações foram realizadas ao longo de todo o ano de 1831 e no início de 1832, com o intuito de enfraquecer a sociedade *Coluna do Trono* (PEREIRA, 2009, p. 3), o que levou ao encerramento do jornal em maio de 1831. Após esse episódio, os *Colunas* se dividiram: o grupo do sul da província, destituído do poder, formou uma guerrilha que tinha por aspiração a soberania monárquica. Na capital, houve uma divisão no grupo, sendo que alguns se associaram aos caramurus - defendendo a soberania monárquica (como o padre Ferreira), e outros aos moderados - defendendo a soberania nacional. (FELDMAN, 2014, p. 58)

Dentre os liberais moderados destacamos a atuação do Cônego Januário da Cunha Barbosa (1780-1846). Natural do Rio de Janeiro, foi cônego da Capela Imperial, maçom, jornalista e participou dos movimentos políticos que defenderam e organizaram a Independência do Brasil. Redigiu o *Revérbero Constitucional Fluminense* (1821-1822), contribuiu com o *Correio Oficial* (1830-1840), e com o *Minerva Brasiliense* (1843-1845), que possuía conteúdo científico. (NETO, 2012, p. 04) Segundo Haroldo Paranhos (1937, p. 122), o Cônego Januário foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, deixou cerca de quatrocentos sermões, discursos, memórias, relatórios e escritos sobre assuntos morais, políticos e religiosos, e constituiu a primeira coletânea de poesias brasileiras na obra o *Parnaso Brasileiro* (1831).

Diante das disputas políticas da regência, editou o *A Mutuca Picante* (1834-1835). Impresso na Tipografia de Thomas B. Hunt & C, era publicado anonimamente e comercializado de forma avulsa ao preço de 40\$ réis. Com teor político e satírico, o periódico possuía um tom agressivo e sarcástico, que lhe servia como uma arma de guerra contra os adversários, em especial Bernardo Pereira Vasconcellos, um impulso a sua popularidade e um mecanismo de defesa do governo, em especial do ministro Aureliano de Sousa Coutinho. (BITTENCOURT, 1938, p. 190; FERRETI, 2014, p. 12)

No seu epígrafa, o periódico já apresentava o teor pelo qual o texto seria escrito: “Vejam se assim vai boa ou s'inda mais forte a querem”. E, no editorial do primeiro volume, Januário já deixava claro que, tal qual uma mutuca, o jornal iria ferrear todos os que fossem necessários, sem distinção de nomes, com objetivo de apresentar suas mazelas. (NETO, 2014, p. 67)

Após o regresso conservador, Januário afastou-se das discussões políticas e focou na produção acadêmica e na gestão do IHGB, do qual era secretário perpétuo. Também permaneceu ativo nas funções religiosas, sendo nomeado examinador sinodal e consultor de vocações do Seminário São José pelo bispo do Rio de Janeiro. Após a maioria de Dom Pedro II, em 1840, foi nomeado diretor da Biblioteca Nacional. (NETO, 2014, p. 75 e 103)

Por fim, destacamos o Padre Marcelino Pinto Duarte Ribeiro (1788-1860), autointitulado “O Exaltado”, como exemplo de sacerdote atuante neste grupo. Natural da Província do Espírito Santo, foi político, professor, poeta, escritor e jornalista. Vindo de uma das menores províncias do império, utilizou-se do sistema impresso e do seu talento com as letras para alçar seu lugar na política, obtendo sucesso político e conquistando desafetos. (CAMPOS; PANDOLFI; BASILE, 2018, p. 16)

Dentre os diversos escritos do padre Marcelino, destaca-se o jornal *O Exaltado: Jornal Litterario, Politico e Moral*. (1831-1835). Pasquim de publicação irregular, sua edição variava de um a duas vezes por semana, sem dias certos. Passou por várias tipografias, o que acarretou algumas interrupções, sendo a maior correspondente a todo o ano de 1834. Cada edição possuía quatro páginas e custava entre \$80 réis, sendo a assinatura trimestral 2\$000 réis. (CAMPOS; PANDOLFI; BASILE, 2018, p. 21)

Nos 56 volumes que foram impressos, o jornal publicava reflexões de Marcelino sobre a forma como o governo brasileiro devia ser estruturado, defendendo abertamente o federalismo e a descentralização do poder. Também tecia diversas críticas, algumas com teor satírico, sobre seus desafetos políticos, em especial os liberais moderados. Contudo, o principal objetivo do jornal era servir como um dicionário cívico doutrinário, apresentando as concepções políticas do autor de forma didática. (CAMPOS; PANDOLFI; BASILE, 2018, p. 21)

A epígrafe do jornal era o polêmico artigo 145 da Constituição Imperial “Todos os Brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a Independência, e Integridade do Império, e defendê-lo dos seus inimigos externos, ou internos”, que era utilizado como uma justificativa ao apelo revolucionário típico dos exaltados. Já na

primeira edição do jornal, o autor afirmava que a “[...] linguagem será franca: seu estilo popular” e tinha por objetivo erradicar com as discórdias que assolavam o Brasil e denunciar as divergências entre os partidos que dilaceravam a opinião pública no Rio de Janeiro. (CAMPOS; PANDOLFI; BASILE, 2018, p. 21)

Consoante Adriana Campos, Fernanda Pandolfi e Marcelo Basile (2018, p. 21) o jornal apresentava

críticas sistemáticas ao governo regencial; incitações recorrentes à revolta; manifestações abertas ou veladas de apoio aos movimentos de protesto eclodidos no Rio de Janeiro; denúncias de perseguições políticas (inclusive contra o próprio redator); defesa das liberdades de imprensa e de associação; discursos nacionalistas de caráter xenófobo e antilusitano.

Marcelino permaneceu ativo na imprensa até 1835. Nesse ano, retirou-se para a cidade de Niterói, onde foi juiz de paz, vereador, professor e vigário. Recebeu de Dom Pedro II o título de cavaleiro da Imperial em 1840, e foi eleito deputado geral pelo Espírito Santo em 1838, ocupando o cargo até 1841, sem envolvimento em maiores conflitos. (CAMPOS; PANDOLFI; BASILE, 2018, p. 34)

A escolha destes clérigos como exemplos se deu pelo fato de serem profícuos representantes dos seus grupos, fiéis às suas convicções e defensores dos ideais de suas facções. O volume e a intensidade dos seus escritos fizeram com que eles fossem perseguidos e criticados por seus adversários, muitas vezes extrapolando a esfera política e adentrando nas ofensas pessoais.

Um exemplo que ilustra esses combates se deu entre o padre Marcelino e o cônego Januário, já citados. Diante da participação do padre Marcelino em um motim que ficou conhecido como Rusga de Praia Grande (1834), o cônego Januário escreveu uma peça de teatro, *A Rusga de Praia Grande ou Quixotismo do General das Massas* (1834). Com humor ácido e repleta de ofensas, Januário criticava a atuação política de Marcelino, falando de sua vida promíscua e seu concubinato com diversas mulheres. Padre Marcelino responde com outra peça de teatro de título *Cônego Ignez* (1834). Tal qual o texto escrito por Januário, a peça de Marcelino é escrita de forma pungente, recheada de ofensas e piadas satíricas sobre o cônego e sobre outros atores políticos como Evaristo da Veiga e Diogo Feijó.

Assim, é possível concluir que a atuação dos padres na Imprensa contribuiu para o fortalecimento do seu capital político heroico, entendido como o lugar onde ele aporta a força política e a confiança que o grupo põe nele. O local onde ele se coloca como representante do grupo pelo qual advoga, sendo a representação do próprio grupo nas letras. Contudo, a Imprensa também foi o campo preferido para o conflito pelos homens de batina, tendo em vista que nele ocorre as apropriações e destruições simbólicas, pois o homem político é vulnerável ao escândalo, às fofocas e a qualquer ameaça à confiança que o grupo deposita nele. (BOURDIEU. 1989, p. 188-189)

## CONCLUSÃO

Da chegada dos portugueses até meados do século XIX, a atuação sacerdotal no Brasil estruturava-se na mistura entre o civil e o religioso. Funcionários do Estado, diversas funções burocráticas do governo eram exercidas por esses homens, em especial nos rincões do território. Feita a independência, o corpo burocrático do novo governo continuou a depender da atuação clerical para estender os seus tentáculos aos, agora, cidadãos brasileiros.

O resultado da soma de poder simbólico, influência religiosa, educação acima da média, controle dos atributos burocráticos estatais e posses econômicas possibilitou aos padres serem atores políticos de primeira ordem, ocupando cargos e funções políticas importantes nas suas províncias e na corte. Seja eleito para o legislativo, seja atuando nas sociedades secretas ou na imprensa, vemos que o clero se utilizou de todo o seu capital simbólico para interferir na formação e transformação do Estado, em especial na primeira metade do século XIX.

Dentre os diversos campos de atuação clerical, o presente artigo propôs analisar a presença e atuação dos padres na Imprensa, com ênfase nos anos iniciais da Regência. Tal recorte foi realizado dado à quantidade de periódicos que circulavam no momento e à quantidade de padres que ocupavam cargos públicos. Para tal, além da discussão bibliográfica, buscamos trazer três exemplos de padres jornalistas com seus devidos impressos, cada qual pertencente a uma corrente política dominante do período. Com isso, é possível afirmar que, não existindo unidade na formação e na atuação política do clero, encontramos sacerdotes vinculados a todos os grupos de atuação política, seja dos mais revoltosos até os defensores da ordem e da restituição do governo de Dom Pedro I. Foi possível perceber que a Imprensa era a arena de atuação e de combate preferida entre aqueles que galgavam construir uma carreira política. Aos padres, junto ao exercício do

magistério, a atividade jornalística se apresentou como o caminho mais rápido para expandir sua influência, conquistar reconhecimento e cultivar capital político. Também pelas penas, os homens de batina podiam dizer aquilo que não poderia ser declarado nos sermões, bem como atacar seus adversários políticos ou se defender do assédio de opositores.

Ao manipular a opinião pública com seus escritos, os sacerdotes buscavam legitimar a sua posição enquanto um representante de Deus e do seu povo, para com isso consolidar o apoio necessário para granjear seus projetos políticos. Utilizando-se da retórica, o padre buscava convencer a população a apoiar e legitimar o seu projeto e o de seus pares. Assim, mesmo que não fosse o padre detentor de cargo eletivo, ele era capaz de influenciar a decisão do eleitorado sobre a escolha que iriam realizar, ou qual projeto de nação deveriam defender.

A partir do fim da Regência, com o amadurecimento do Estado brasileiro e a chegada das reformas ultramontanas, o clero foi sendo afastado paulatinamente dos círculos políticos, em especial dos cargos eletivos. Contudo, sua atuação enquanto ser político, dotado de carisma, permanece até os dias atuais, interferindo na opinião pública e influenciando a ação dos indivíduos que os cercam nas paróquias e demais zonas de atuação.

## REFERÊNCIAS

ANGELO, Leonardo Bassoli. Projetos e perspectivas na construção da nação brasileira (1822-1840). *Saeculum*, João Pessoa, n. 33, p. 31-47, jul./dez. 2015.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. **O laboratório da nação: A era regencial (1831-1840)**. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial. Volume II – 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. **Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos**. In: CARVALHO José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos P. (org.). *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro nos Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

\_\_\_\_\_. Regência e imprensa: percursos historiográficos. *Almanack*, Guarulhos, n. 20, p. 1-9, dez 2018.

BITTENCOURT, Feijó. **Os Fundadores**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

CAMPOS, Adriana Pereira; PANDOLFI, Fernanda Cláudia; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. Percursos de um homem de letras nos Oitocentos: as múltiplas faces de Marcelino Pinto Ribeiro Duarte. **Almanack**, Guarulhos, n. 20, p. 10-37, dez 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: A elite política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

CLAUDIO, Affonso. **Historia da Litteratura Espirito-Santense**. Porto: Oficinas de “Commercio do Porto”, 1912.

FELDMAN, Ariel. **O Império das Carapuças**. Espaço público e periodismo político no tempo das regências (1832-1842). 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

\_\_\_\_\_. Guerra aos extremos: polarização política em Pernambuco e a defesa do princípio de soberania nacional (1829-1831). **Almanack**, Guarulhos, n.07, p.39-58, 2014.

FERRETI, Danilo José Zioni. Entre profecias e prognósticos: Januário da Cunha Barbosa, a escravidão e o futuro da nação (1830–1836). **Revista Tempo**, v. 20, p. 1-22, 2014.

LUTOSA, Isabel. **Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MOREL, Marco. **O período das Regências (1831- -1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

\_\_\_\_\_. **As transformações nos espaços públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)**. São Paulo: Hucitec, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os primeiros passos da palavra impressa**. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821 - 1954)**. Vol. II, Recife: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1966.

NETO, Juscelino Pereira. A Memória Biográfica do Cônego Januário da Cunha Barbosa. In.: Encontro Regional de História da ANPUH-RIO, 15., 2012, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANPUH, 2012. Disponível em: [http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338422841\\_ARQUIVO\\_A\\_memoriabiograficadoconegoJanuariodaCunhaBarbosa.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338422841_ARQUIVO_A_memoriabiograficadoconegoJanuariodaCunhaBarbosa.pdf).> Acesso em 14 de abril de 2021.



\_\_\_\_\_. **A memória biográfica de Januário da Cunha Barbosa:** uma trajetória política na corte Imperial (1821-1846). 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

PARANHOS, Haroldo. **História do Romantismo no Brasil**. Vol. I. São Paulo: Cultura Brasileira, 1937.

PEREIRA, Jean Carlos Soares. Misticismo Religioso no Sertão Republicano: Conflitos e Resistência na Revolta de Pinto Madeira (1832 – Ceará). **Revista Ensaios**, Franca, v.1, n.2, p. 1-11, 2009.

RAMIRES, Mário Fernandes. Entre a cruz e as palavras: religiosos e a propagação de ideais políticos nos periódicos pernambucanos, 1821-1824. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 10, n. 01, p. 320-338, 2018.

SANTOS, Israel Silva. **D. Romualdo Antônio de Seixas e a reforma da Igreja Católica na Bahia (1828-1860)**. 2014. Tese (Doutorado em História) – Programa de pósgraduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. Religião e Política no Primeiro Reinado e Regências: a atuação dos padres-políticos no contexto de formação do Estado imperial brasileiro. **Almanack braziliense**, São Paulo, n. 08, p. 127-137, nov. 2008.

\_\_\_\_\_. **Do altar à tribuna:** os Padres Políticos na formação do Estado nacional brasileiro (1823-1841). 2010. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

**LEVANTE USURÁRIO: JOSÉ MARTINIANO DE ALENCAR E O BANCO  
PROVINCIAL DO CEARÁ ANTE O CENTRALISMO IMPERIAL  
(FORTALEZA – CEARÁ, 1835-1839)**

Paulo Regis da Silva Albuquerque  
Mestrando em História Cultural/UECE  
Email: albuquerque367@gmail.com

**Resumo:** Busca-se, neste artigo, analisar as circunstâncias históricas relativas à fundação do Banco Provincial do Ceará, em 1835, através da iniciativa do então presidente de província, José Martiniano de Alencar. Esta instituição financeira, que iniciaria de fato seus trabalhos em 1836, contrapunha-se diretamente ao centralismo imposto pela capital do império através da limitada circulação de moeda. Em seus estatutos, redigidos em 1835, demonstrava-se que o banco provincial se propunha a ser um banco emissor, produzindo vales que circulavam como papel moeda, solucionando o problema de escassez de meio circulante. Esta instituição apresentava, ainda, prazos adequados ao financiamento da agricultura que, em vista da dependência de ciclos naturais, exigia condições de financiamento específicos (de até 12 meses), inexistentes na época. A fundação do Banco Provincial do Ceará estava de acordo com o desejo de autonomia local, já expressado pela família Alencar ao envolver-se na revolução pernambucana e Confederação do Equador. Em 1837 o presidente de província do partido conservador, Manuel Felizardo de Souza Melo, passou a fazer exigências que inviabilizaram a manutenção do banco, impondo o encerramento de suas atividades.

**Palavras-chave:** Banco Provincial do Ceará; Período Regencial; Moeda.

No Ceará da primeira metade do século XIX, o outrora revolucionário José Martiniano de Alencar buscava, enquanto presidente de província, dotar a capital de equipamentos e instituições que viabilizassem o progresso econômico e urbano de Fortaleza. Neste sentido, Alencar promoveu melhoramentos no abastecimento de água da capital, abriu estradas, anexou territórios e, pretendendo prover a capital de uma estrutura monetária que assegurasse seu funcionamento fundou, em 1835, o Banco Provincial do Ceará (ANDRADE, 2012). Este artigo tem por objetivo analisar os conflitos entre interesses provinciais, representados pela fundação do Banco Provincial, e o domínio da capital do império brasileiro durante a década de 1830. Enfatizar-se-á, neste sentido, os conflitos ocorridos no campo da gestão da moeda e da busca por um padrão monetário no período posterior à abdicação do trono brasileiro por D. Pedro I.

A constituição de um banco particular na periferia do império opunha-se às bases teóricas daquele que pode ser considerado o pilar da economia brasileira após chegada da família real portuguesa: José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairú<sup>234</sup>. Este considerava que a diversificação do investimento de capitais era necessariamente danosa, pois

Nenhum país pode ter um capital infinito, que baste e se aplique a todos os estabelecimentos. Pelo fundo de cada nação, bem como de cada indivíduo, só se podem fazer certas empresas, e limitadas operações; o que se aplica a uma cousa e direção, falta em outra via, e deixa um hiato e vazio em diverso ramo

---

<sup>234</sup> Nascido na Bahia e formado na Universidade de Coimbra, Visconde de Cairú foi um dos idealizadores da abertura dos portos às nações amigas e fundação do Banco do Brasil ocorridos em 1808. Posteriormente, se tornou deputado na Assembleia Constituinte de 1823 e depois senador (FARIA JÚNIOR, 2008).

de emprego, talvez mais necessário ou oportuno à comunidade (CAIRÚ, 1999, p.61).

Por este argumento compreende-se a fundação do primeiro Banco do Brasil que, inspirado nas ideias do Conde de Linhares, auxiliado por Cairú, propunha-se a “alcançar a unidade nacional através do estabelecimento de grandes instituições bancárias” (PELAEZ, SUZIGAN, 1981, p.39). Para tal fim, o Banco do Brasil possibilitava ao poder central direcionar capitais para atividades que considerasse mais vantajosas e, ao mesmo tempo, implementar uma política monetária para manter o valor elevado da moeda nacional, tornando viável a compra de produtos estrangeiros.

O Visconde já declarava que em nenhum país os capitais são infinitos e em países com capital escasso, como seria o caso do Brasil, esta situação exigiria ainda mais atenção.

A grandeza pois dos capitais disponíveis é a circunstância que se deve ter primeiro em vista para o estabelecimento de fábricas. Aliás todos os projetos dessa natureza serão mesquinhos, típicos, abortivos, e insustentáveis, por maiores que sejam os privilégios e benefícios do governo (CAIRÚ, 1999, p.62).

Segundo Cairú, portanto, a presença insuficiente de capitais, além de não permitir a implantação de fábricas no Brasil do início do século XIX, tornava a atuação de capitalistas não apenas desnecessária como também indesejada. O personagem em questão explica que os capitalistas

[...] precisam lucrar muito para poderem subsistir de seus fundos, e não podem portanto bem-servir à nação, vendendo a cômodo e contento do povo (CAIRÚ, 1999, p.62).

O Visconde não se mostrava, necessariamente, um adversário das atividades bancárias, mas, em sua interpretação do liberalismo, existiria no Brasil a necessidade da utilização de uma racionalidade exterior ao mercado para direcionar o emprego de capitais e o sentido do desenvolvimento de maneira correta. Assim expressa esta ideia:

[...] Quanto mais cabeças há a pensar, dos ricos, em darem bom emprego a seus capitais, para os não terem dormentes, e infrutíferos; e dos pobres, para acharem trabalho e subsistência, por amor da própria conservação, e incessante esforço de melhorarem de sorte [...] (CAIRÚ, 1999, p.68).

O acesso a bens de consumo advindos da produção fabril, para Cairú, resolve-se através da importação. As alegações do mesmo apontam que ações para instalação de fábricas no Brasil apenas retirariam capital de atividades adequadas à realidade local e resultariam em prejuízo, tendo em vista a superioridade de produtos estrangeiros. A

dependência da produção estrangeira não representava um problema para o Visconde pois, para este

[...] Isto é contrário à evidência economia do regedor do universo, que fez os homens essencialmente sociais, constituindo por isso a todos os povos unidos e dependentes uns dos outros pelo comércio, variando climas, produtos, localidades, e circunstâncias[...] (CAIRÚ, 1999, p. 124).

Sob esta premissa, o Brasil não deveria obrigatoriamente ter que abster-se de possuir manufaturas, mas deveria ter consciência de seu lugar no mercado mundial e das limitações presentes em suas condições objetivas. Assim, Cairú conclui que a agricultura seria a atividade por excelência a ser praticada não apenas no Brasil, mas em todos os territórios anexados pelo expansionismo europeu. Para tal, sustentava que

[...] a agricultura é o mais conveniente negócio de todas as novas colônias, negócio que a barateza das terras faz mais vantajoso do que qualquer outro negócio” (CAIRÚ, 1999, p. 127)

Não se pode dizer que a política econômica implantada no Brasil a partir de 1808 foi de responsabilidade do Visconde do Cairú porém, este personagem certamente foi um dos que melhor verbalizou o novo contexto no qual a emergente capital do império português estava inserida. O Brasil era um território distante dos grandes centros urbanos europeus, mas com uma corte que queria manter seu padrão de vida e de consumo. Para tal, exigiu-se o aprofundamento das atividades agrícolas exportadoras, o ingresso do Brasil no comércio internacional de manufaturados e a instalação de um sistema monetário que sustentasse o modo de vida da corte imperial.

Estes pressupostos acompanharam toda a trajetória do primeiro Banco do Brasil (1808-1829). Fundado para dotar o Rio de Janeiro de uma estrutura condizente com o novo status de capital do império português, esta instituição findou por tornar-se meio de financiamento dos gastos da corte portuguesa (PELAEZ, SUZIGAN, 1981). Diante das dificuldades financeiras existentes no Brasil, a coroa portuguesa recorreu ao meio mais simples para criação de obtenção de recursos financeiros: emitiu grande quantidade de moeda. A escassez de ouro e prata levou à adesão ao cobre, de menor valor intrínseco e com grande margem para falsificação. Porém, a grande e bem sucedida novidade foi a introdução de moeda fiduciária<sup>235</sup>, de fácil emissão e substituição, mas também própria

---

<sup>235</sup> Moeda não-metálica, sem valor intrínseco e endossada por um emissor a quem se deposita confiança.

para pagamentos de valores elevados, ao contrário do cobre. Desse modo, o Brasil, que até então possuía um sistema monetário exclusivamente metálico, modificava sua economia de modo permanente.

Certamente, o contexto em que o Banco Provincial foi criado, em 1835, não ofereceu condições favoráveis ao seu sucesso. Depois de anos de descontrole de emissões, falsificação desenfreada das moedas de cobre, desvalorização cambial e crescimento vertiginoso da dívida do governo, medidas sérias passam a ser adotadas para dotar o país de um padrão monetário consistente e de uma moeda forte, com devido lastro metálico. A proclamação da independência, em 1822, não alterou o cenário caótico verificado na gestão da moeda no Brasil. Em momentos diferentes, a proximidade entre a monarquia e o Banco do Brasil piorou ainda mais as dificuldades existentes no campo monetário. Ao voltar para Portugal, em 1821, Dom João VI apoderou-se de grande parte das reservas de metais desta instituição e, durante o processo de independência, o banco foi responsável por financiar grande parte dos custos militares da consolidação deste processo. O Banco do Brasil definhou simultaneamente ao capital político de D. Pedro I, sendo associado a este e liquidado em 1829 em uma manobra que não deixava de ser um meio para atingir o imperador (CARRARA, 2015).

Após abdicação do monarca, em 1831, a gestão monetária no Brasil passou a buscar, de modo sistemático, solucionar os problemas criados no período anterior. Fazia-se necessário neste contexto livrar-se dos fatores que deterioravam o sistema monetário nacional, sobretudo das moedas de cobre e suas variantes falsificadas, bem como as cédulas largamente emitidas pelo já extinto Banco do Brasil. Outro problema a ser enfrentado era a fuga de ouro e prata que, concorrendo com a larga circulação de cobre e com os bilhetes emitidos pelo Banco do Brasil tendiam a desaparecer do mercado brasileiro. Garantir a presença de ouro e prata no país fortaleceria a moeda nacional, oferecendo-lhe seguro lastro, e reduziria o valor real da dívida do Estado, aliviando as pressões cambiais nos empréstimos contraídos em moeda estrangeira. Valorizar o câmbio passou a ser, desse modo, um objetivo permanente da política econômica imperial. Porém, estas medidas não trariam apenas benefícios.

Furtado (2005) considera a adoção metalista do padrão-ouro<sup>236</sup> inadequada para a economia brasileira do século XIX, tendo em vista o grande volume de importações no período, que reduzia as reservas nacionais deste metal. No entanto, a adoção deste modelo

---

<sup>236</sup> Obrigatoriedade de conversão do papel moeda em ouro por parte do Estado.

respondia justamente à necessidade de manter uma moeda internacionalmente valorizada para possibilitar a manutenção das importações.

As medidas mais significativas para o fortalecimento da moeda nacional foram adotadas a partir de 1833, com a aprovação do importante marco legal que abriu caminho para a implantação de um sistema monetário. Porém, foi a partir da chegada dos liberais moderados ao poder, em 1834, que se sistematizou um conjunto de reformas que buscaram intervir nas relações financeiras nacionais. O cearense Manuel de Castro e Silva participou ativamente destas transformações, na condição de ministro da Fazenda do Gabinete Imperial na regência do padre Diogo Feijó.

A família de Castro e Silva mantinha uma sólida e profícua aliança com a família Alencar na província cearense, dividindo a liderança do partido liberal moderado na província. O ministro era do círculo de relações íntimas de José Martiniano, relações consolidadas através da celebração de laços de compadrio. No entanto, cartas trocadas entre estes dois personagens demonstram atitudes no mínimo reticentes de Castro e Silva diante da iniciativa de Alencar de organizar a fundação de um banco local.

Em carta de 20 de abril de 1836, pedia Alencar:

[...] Lembrei-me que V. ahi pode fazer hu grande servisso, e dar-nos hu forte adjutorio neste objecto, fazendo que o Tutor de S. M. I. mande entrar com algumas açoes no Banco por parte de seu Augusto Pupilo; assim como o nosso Regente, e mesmo V., e os mais Ministros [...] (Cartas do presidente José Martiniano de Alencar ao ministro Manoel do Nascimento de Castro e Silva, 20/04/1836, Revista do Instituto do Ceará, Ano XXII – 1908).

Poderia aparentar demasiada pretensão que Alencar acreditasse que poderia ter o próprio imperador como sócio do Banco Provincial do Ceará, tendo em vista a reduzida importância desta província se comparada a outras regiões do Império mais relevantes, tanto do ponto de vista econômico quanto político. Vale ressaltar, porém, que o banco organizado por este presidente de província foi o primeiro banco privado emissor do país (LEVY; ANDRADE, 1985), representando uma iniciativa inovadora que, aparentemente, pretendia-se como modelar.

A resposta do ministro Manoel de Castro, contudo, refletia os prováveis olhares de desconfiança como os quais o governo imperial enxergava a iniciativa de Alencar.

Escreveu o ministro:

[...] Diga-me por que razão exclue nos Estatutos toda transação do G.º com o Banco? Eu acho muito desairoso ao Governo esta disposição. Que o Governo não tenha interferência bem, mas que nem possa fazer o que faz um particular de descontar e rebater letras, me parece muito desairoso. Veja se reforma este Art.º sobre o qual eu agora officio para informar (Cartas do ministro Manoel do Nascimento de Castro e Silva ao presidente José Martiniano de Alencar, 15/09/1836, Revista do Instituto do Ceará, Ano XXII – 1908).

Manoel de Castro referia-se ao artigo 17 dos estatutos no Banco Provincial (NETO, 2006), neste ficava proibido que a instituição celebrasse negócios com o governo. É possível que Alencar e os fundadores do banco pretendessem evitar os erros que levaram o primeiro Banco do Brasil à falência. Como visto, este banco fora fundado em 1808 como parte das medidas tomadas por D. João VI para dotar o Brasil de uma estrutura condizente com a capital do império português, mas tornou-se um instrumento para financiar as despesas da corte real. Este erro foi sucedido por outros onde continuou-se a insistir em uma relação desequilibrada entre o banco e o governo. O artigo presente nos estatutos do Banco Provincial evitaria que estes equívocos dessem ao banco do Ceará o mesmo destino que vitimou o banco da capital imperial. Mas o fato é que estes argumentos foram incapazes de convencer o ingresso do imperador, de seu tutor, ou de qualquer ministro do gabinete imperial, com exceção do próprio Manoel de Castro. Apesar deste ministro haver entrado com capital no banco de forma indireta, através do seu irmão, Major Facundo.

A desconfiança em relação ao investimento no banco de Alencar também se fazia presente em grande parte dos donos de capitais residentes na própria província cearense. Ainda nas correspondências trocadas entre Alencar e Manoel de Castro, escrevia Alencar em 27 de março de 1836, demonstrando animação com os dividendos gerados pelo banco:

Se assim for cuidado que muita gente se hirá xegando para elle, mormemente os capitalistas do sertão, que estão a espreita se o Banco progride, e dá bom dividendo para então metterem nelle os seus fundos (Cartas do presidente José Martiniano de Alencar ao ministro Manoel do Nascimento de Castro e Silva, 20/04/1836, Revista do Instituto do Ceará, Ano XXII – 1908).

Nesta carta Alencar demonstrava acreditar que o problema da desconfiança dos detentores de capitais residentes no “sertão” era temporário. Seria solucionado na medida em que o banco demonstrasse que era seguro e lucrativo. Contudo, o tom esperançoso é abandonado na carta seguinte, em 20 de abril de 1836, escreve o presidente de província:

[...] Neste sentido eu tenho influido quanto posso para o aumento deste estabelecimento, e athe recolhi a elle todo quanto me resta disponivel para dar exemplo aos avarentos, que se não querem dispegar dos capitaes, que tem amontuado sem proveito algum do Publico[...](Cartas do presidente José Martiniano de Alencar ao ministro Manoel do Nascimento de Castro e Silva, 20/04/1836, Revista do Instituto do Ceará, Ano XXII – 1908).

Mais adiante, após pedir a adesão do Imperador e de outros membros do governo ao banco (conforme visto anteriormente), Alencar explicita quem são os “avarentos” a quem se referia:

[...] Então não haveria mais sertanejo que repugnasse entrar no Banco, quando S. M., o Regente, e Ministros d'Estado erão delle Accionistas; cessarião todos os escrupulos, e o Banco de certo se aumentaria ao ponto de fazer a prosperidade de hua Provincia que só lhe falta qualquer impulso no desenvolvimento de seu melhoramento material, para rivalisar com as maiores do Brasil [...](Cartas do presidente José Martiniano de Alencar ao ministro Manoel do Nascimento de Castro e Silva, 20/04/1836, Revista do Instituto do Ceará, Ano XXII – 1908).

Se antes Alencar demonstrava compreender a baixa adesão dos “capitalistas do sertão” a partir de um justificado discernimento acerca da viabilidade econômica do empreendimento, posteriormente comunica que este fato ocorre por avareza, repugnância e escrúpulos. Vale ressaltar que, segundo Amado (1995) o uso do termo “sertão” durante o século XIX já continha em si mesmo uma carga pejorativa, indicando que estes sujeitos estavam afastados do progresso e de práticas sociais adiantadas.

A valorização da atividade agrícola era um dos trunfos do Banco Provincial do Ceará para conquista da simpatia do poder central. Um dos objetivos deste banco era o financiamento da agricultura em um período em que esta modalidade de operação financeira se mostrava inviável em todo o país. Segundo Hanley (2014), na primeira metade do século XIX era inviável empregar recursos financeiros em empréstimos de longo prazo, adequados à agricultura, em vista da inexistência de instrumentos legais que permitissem a liquidação de dívidas.

Este era, portanto, um dos paradoxos do período imperial: ao mesmo tempo em que se considerava a agricultura como o motor da economia nacional, não se dispunha de instrumentos sólidos para o financiamento desta atividade. Para ter acesso à crédito produtores agrícolas precisavam recorrer, necessariamente, a intermediários que concediam financiamento a partir de relações pessoais (LEVY, ANDRADE, 1985). Mello (1999) explica que apenas para a praça do Rio de Janeiro a ausência de financiamento para a agricultura não significou um problema sério, tendo em vista o afluxo de dinheiro proveniente da cobrança de impostos gerais e as emissões de papel moeda.

A partir do ano de 1837, o que era uma posição reticente e desdenhosa do poder central em relação ao Banco Provincial tornou-se decidida oposição. Em 1838, o presidente de província do partido conservador Felizardo de Souza Mello declarava em seu relatório anual:

Organisado em 1836, como foi comunicado na fala de abertura da Sessão d'aquelle anno pelo meo Antecessor, conseguiu que suas letras fossem recebidas nas Estações Provinciaes como moeda, e obrigados os Empregados em pagamento de seos honorários a recebê-las, e igualmente os particulares



que tivessem transacções com a Fazenda Provincial. Este extraordinario favor, sem q' em compensação o Banco fizesse o menor sacrificio em beneficio de nossas finanças, de grande proveito lhe tem sido, ao mesmo passo q' os Cofres e Empregados Provinciaes tem sofrido consideravelmente (Relatório de Presidente de Província do Ceará, 01/08/1838).

O “extraordinario favor” citado por Souza Mello seria o endosso das letras do Banco Provincial como meio circulante na província por parte do governo local. Considerando esta opinião, Souza e Mello exigiu cobertura metálica para uma grande quantidade de notas emitidas pelo banco estimulando a busca pela mesma operação por grande quantidade de clientes (NETO, 2006). Na prática, esta manobra impossibilitou o funcionamento da instituição, que encerrou suas atividades no ano de 1839.

Os partidários do centralismo conservador, detentores do “capital cultural” (BORDIEU, 1989), que lhes garantiu o “capital político” necessário para estar à frente do processo de independência, retomaram seu lugar de prestígio na política nacional em 1837, após um breve momento de protagonismo dos liberais moderados<sup>237</sup> ocorrido após a abdicação do trono por D. Pedro I. Illmar Mattos (2017) pontua que as pretensões descentralizadoras, influências locais e interesses particulares foram responsabilizadas, através do debate público, pelas ameaças à segurança e unidade nacional. Foi justamente a partir da lei orçamentária de 1837-1838 que se estipulou o envio de socorros financeiros às províncias. Mello (1999) demonstra que a maior parte dos desequilíbrios financeiros verificados nas províncias eram fruto da política de impostos abusiva do próprio governo imperial. Segundo Mello:

O Governo imperial posava assim de pai magnânimo e compreensivo dos desmandos financeiros das províncias, a quem sorria benevolente como a tantos outros filhos pródigos. Era ele, porém, o primeiro interessado e principal beneficiário de um sistema que, ao mesmo tempo em que lhes negava os recursos que legitimamente os pertenciam, mantinha-as graças a essa negação mesma, submetidas às ordens dos ministérios que, no Rio, exercessem eventualmente o poder, fossem liberais ou conservadores (MELLO, 1999, p.247).

No contexto da retomada do poder pelos conservadores aprofundou-se os argumentos a favor da centralização política e econômica. A ocorrência de movimentações que ameaçavam a unidade nacional fez com que iniciativas que buscavam algum grau de autonomia para regiões periféricas atraíssem desconfianças e imediata

---

<sup>237</sup> Na dissertação de mestrado “Pelas tramas da política: a constituição do partido liberal moderado na província do Ceará (1830-1837)”, ALENCAR (2014) analisa a formação do partido liberal moderado no Brasil e as circunstâncias que permitiram sua chegada ao poder após a abdicação do trono feita por D. Pedro I, em 1831.

oposição. Neste cenário, a dispersão de capitais não significava apenas uma ameaça para o equilíbrio financeiro da nação, como argumentou Cairú, mas eram um risco à própria manutenção da nação brasileira. Por um lado, a centralização dos capitais em torno da capital do império limitou a circulação de papel moeda mantendo o câmbio estável o suficiente pra sustentar a compra de produtos importados, por outro fragilizou economicamente as províncias, tornando-as mais receptivas ao domínio do poder central.

Não se pode, portanto, deixar de considerar que o Banco Provincial representasse o oposto das intenções centralizadoras que embasaram as ações do governo imperial. Esta oposição torna-se ainda mais relevante ao se considerar o contexto de busca da consolidação do recém-fundado e ainda frágil Estado nacional brasileiro, vivenciado no período pós-independência do Brasil.

Muitos anos depois, o jornal de orientação liberal “O cearense” manifestava concordância com o então ex-presidente de província, entendendo que o encerramento das atividades do Banco Provincial não se deu por razões técnicas. Desse modo, afirma o

jornal em editorial:

(...) a verdade é que nosso banco provincial, desacreditado por cálculos mesquinhos, no circulo comercial da capital, ainda mais estreito naquela ocasião, teve de baquear, cahindo n’olvido para nunca mais reaparecer até hoje! E o que prova isto, senão a falta de convicções pelos interesses, que a criação de um banco provincial entre nós pode apresentar? E d’onde provem esta, senão da submissão vergonhosa á tudo quanto tende a conservar as cousas, da mesma sorte, no – statuo quo –, sem as melhoras de que são susceptíveis?  
(Jornal “O cearense”/CE, 02/04/1852)

A hipótese de que os capitalistas da província não ingressaram no Banco Provincial por apego à sua condição de subserviência, levantada pelo jornal “O cearense” encaixar-se-ia no modelo teórico formulado por Pierre Bourdieu traduzido no conceito de “poder simbólico”. Sob esta ótica, mesmo sem o uso de violência física a opção pelo banco de Alencar, que se contrapunha aos fundamentos do império brasileiro, parecia uma alternativa menos atrativa que permanecer sob a tutela da capital. Conforme o próprio Bourdieu (1989), “quanto mais um poder dura, maior é a parte irreversível com a qual terão que contar aqueles que conseguirem derrubá-lo” (p. 102). Como explica Carvalho (2009), a centralização política que se processou no Brasil após a independência foi gestada muito antes da própria independência, pois já se fazia presente na homogeneidade de sujeitos que recebiam treinamento para exercer funções no corpo burocrático colonial, a partir da obrigatoriedade dos estudos na sede do império.

Concomitante à estas possibilidades, pode-se cogitar ainda que a política econômica imperial não desagradava totalmente aqueles que integravam as elites econômicas locais. A valorização da moeda nacional, persistentemente perseguida pelos formuladores das políticas monetárias durante o século XIX, tornava possível a inserção do Brasil no comércio internacional de artigos de luxo. Na dissertação de mestrado “Capitalismo e elite no Ceará: produção, distribuição e consumo de louças europeias em Aracati (1850-1890) (2015), Bezerra investiga algumas das transformações ocorridas na sociedade cearense a partir da comercialização de louças europeias, bem como a ascensão de comerciantes que elaboraram redes de abastecimento destes produtos no Ceará provincial. Para estes sujeitos a escassez de moeda nacional poderia ser compensada pela manutenção do acesso à produtos indisponíveis no mercado nacional.

Muitos pontos relacionados aos objetivos e significados do Banco Provincial do Ceará permanecem demandando análise historiográfica. Não está claro até que ponto iriam as pretensões de autonomia para a província pretendidas por Alencar, por exemplo. Faz-se necessário, ainda, investigar como a capital do império percebia as ações tomadas em âmbito provincial. O banco foi desfeito a partir de justificativas estritamente técnicas, porém até que ponto questões políticas influenciaram as decisões das autoridades imperiais? Naturalmente este artigo não poderá esclarecer estes pontos, no entanto, se propõe a partir do mesmo interpor novas perguntas às fontes e à historiografia. Perguntas embasadas na historicidade da monetarização, do dinheiro e de seus usos.

### **Considerações finais**

O uso do dinheiro é uma prática tão comum e tão vencedora que, possivelmente, pode tocar até mesmo o território do natural. Evidentemente, sabe-se que o dinheiro não surgiu a partir de forças da natureza, mas pode-se incorrer na ideia de desconsiderar que o uso do dinheiro tem uma historicidade, ou seja, que um dia seu significado foi diferente daquele que experimentamos hoje.

Dessa forma, o estudo sobre as circunstâncias históricas relativas ao Banco Provincial do Ceará aponta para uma investigação sobre as condições históricas que possibilitaram a adesão ao dinheiro, bem como as disputas entre atores sociais em torno da emergência de um padrão monetário. Cabe nesta discussão compreender que este processo não ocorreu de forma unânime, mas foi objeto de disputas de projetos e de interesses. Nesse sentido, a iniciativa de Alencar significava mais que a fundação de uma

instituição financeira, mas apontava também para a elaboração de novas representações acerca das hierarquias estabelecidas no cenário do pós-independência e da integração da província cearense no contexto econômico internacional. Esta nova representação rivalizou com representações já consolidadas no panorama nacional, dotadas de um capital simbólico historicamente construído e progressivamente acumulado. O Banco Provincial fracassou, porém, a magnitude e velocidade da reação que se processou contra sua existência demonstra o temor que sua proposta inspirou.

## **Bibliografia**

AMADO, Janaína. **Região, sertão, nação**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.8, n.15,1995.

ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. **Fortaleza em perspectiva histórica: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933)**. 2012. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BEZERRA, Ana Paula Gomes. **Capitalismo e elite no Ceará: produção, distribuição e consumo de louças europeias em Aracati (1850-1890)**. Dissertação (mestrado acadêmico) – Centro de Humanidades, Mestrado acadêmico em história e culturas, Fortaleza, 2015.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico** / Tradução: Fernando Tomaz. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

CAIRU, José da Silva Lisboa, Visconde de. **Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1999.

CARRARA, Ângelo Alves. **“A constituição do sistema monetário do Brasil, 1822-1835”**. Revista Uruguaya de Historia Económica. Montevideo v. 8, pp. 29-45, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sobras: a política imperial**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FARIA JÚNIOR, Carlos de. **O pensamento econômico de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairú**. Tese de Doutorado: Programa de Pós-Graduação em História Econômica da USP. São Paulo, 2008.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 8. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1968.

HANLEY, Anne. (2014). “Bancos e o desenvolvimento econômico de São Paulo no século XIX” In: **Brasileiros e Brazilianistas: novas gerações, novos olhares**. Uma

homenagem a Emília Viotti da Costa. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2014.

LEVY, Maria Bárbara e ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. **Fundamentos do sistema bancário no Brasil (1834-1860)**. Estudos Econômicos. Vol 15, nº especial, São Paulo: Revistas USP, 1985.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. 7. Ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o império (1871-1889)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

NETO, Eduardo Bezerra. **O Banco Provincial**. Revista do Instituto do Ceará, ANO CXX, 2006.

PELAEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil**. 2ª ed, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

SÁEZ, Hernán Enrique Lara. **Nas asas de Dédalo**: um estudo sobre o meio circulante no Brasil entre os anos de 1840 a 1853. São Paulo: Humanitas, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil: uma biografia** / Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling. 1ª - ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.